

HISTÓRIA DA ARQUITETURA
PERSPETIVAS TEMÁTICAS (III)
A RUA NA ESTRUTURA URBANA

COORD.
MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA
NUNO RESENDE

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

MISERICÓRDIA
DO PORTO

HISTÓRIA DA ARQUITETURA
PERSPETIVAS TEMÁTICAS (III)
A RUA NA ESTRUTURA URBANA

COORD.
MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA
NUNO RESENDE

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

MISERICÓRDIA
DO PORTO

Título: ***História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III). A Rua na Estrutura Urbana***
Coordenação: Manuel Joaquim Moreira da Rocha (FLUP-CITCEM), Nuno Resende (FLUP-CITCEM)
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Capa: Rua das Flores. Fotografia de Sofia Vechina

© 2024 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Santa Casa da Misericórdia do Porto
Rua das Flores, n.º 15 | 4050-265 Porto | www.mmipo.pt | geral@mmipo.scmp.pt
Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review.*
Referees: Alexandra Trevisan (ESAP), Ana Cristina Sousa (UP), Begoña Fernández Rodríguez (USC), Carla Sofia Queirós (ESSE.IPP), Daniela Ferreira (UP), Filomena Limão (UP), Hugo Barreira (UP), Joana Brites (UC), José Augusto Pizarro (UP), Lúcia Rosas (UP), Lurdes Craveiro (UC), Maria Leonor Botelho (UP), Mário Mesquita (UP), Marta Arriscado de Oliveira (UP), Nuno Resende (UP), Patrícia Remelgado (UPT), Rui Maia (UP), Rui Morais (UP), Walter Rossa (UC)
Comissão Científica do Colóquio *A Rua na Estrutura Urbana / The Street in the City Structure*: Alfredo Buccaro (Università di Napoli Frederico II), Amélia Polónia (Universidade do Porto), Carla Fernández Martínez (Universidad de Oviedo), Francisco Ollero Lobato (Universidad de Sevilla), Francisco Ribeiro da Silva (Universidade do Porto), Gonçalo Vasconcelos e Sousa (Universidade Católica Portuguesa), José Ferrão Afonso (Universidade Católica Portuguesa), Juan Manuel Monterroso Montero (Universidad de Santiago de Compostela), Lúcia Cardoso Rosas (Universidade do Porto), Luísa Trindade (Universidade de Coimbra), Lurdes Craveiro (Universidade de Coimbra), Manuel Joaquim Moreira da Rocha (Universidade do Porto), Mário Barroca (Universidade do Porto), Nuno Resende (Universidade do Porto), Olimpia Niglio (Università degli studi di Pavia), Rui Fernandes Póvoas (Universidade do Porto), Walter Rossa (Universidade de Coimbra)

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1926&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Hist%C3%B3ria%20da%20Arquitetura.%20Perspetivas%20Tem%C3%A1ticas%20(III)) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



ISBN: 978-989-8970-73-2
eISBN: 978-989-8970-74-9
Depósito legal: 531745/24
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-74-9/Hist
ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; RESENDE, Nuno, *coord*. (2024). *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III). A Rua na Estrutura Urbana.* Porto: CITCEM. 480 pp. ISBN 978-989-8970-73-2.
Porto, maio de 2024 (1.ª edição)
Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Património Material e Imaterial» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI 10.54499/UIDB/04059/2020.









SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

I. A RUA NA DINÂMICA DA CIDADE: FUNÇÕES

A Rua das Flores, palco privilegiado de rituais urbanos e da religiosidade fora dos templos (séculos XVI-XIX) 11
Francisco Ribeiro da Silva

Os ourives na Rua das Flores: das oficinas às casas de ourivesaria, um percurso dos séculos XVIII a XX 29
Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

«Que se erga "parede direita de pedra e call"». A mudança de paradigma na construção corrente em finais da Idade Média portuguesa 45
Luísa Trindade

A Rua das Flores: um espaço familiar (século XVI) 83
Alice Borges Gago

O calcetamento de ruas em Guimarães (1664-1795) 93
António José de Oliveira

A Rua do Aterro da Boa Vista e a consolidação do eixo urbanístico do Recife no Oitocentos 121
Bruno Vitorino Silva Aguiar

Streets as contested spaces in ancient Miletus 131
Christof Berns, Ann Lauren Osthof

A rua enquanto espaço comercial: tipologias e topografias (séculos XV-XVIII) 143
Daniela Nunes Pereira

Liquid streets: early modern waterways in urban spaces 157
Davide Martino

From archaeological statements to scientific illustrations 167
Dominik Lengyel, Catherine Toulouse

Via Mezzocannone: the street of Neapolitan university, a case of transformations for the bourgeois city 177
Francesca Capano

Ri-conversioni per ex strade ferrate. Possibili in-fra-strutture ecologiche tra architetture, città e territori 193
Angela D'Agostino, Giuseppe D'Ascoli

Ri-abitare il sotto-sopraelevata. Riusi inediti e riappropriazioni spontanee per spazi 'altri' di connessione 205
Giuseppe D'Ascoli, Maria Fierro

Paisaje urbano y fachadismo en la turistificación del centro: el caso malagueño de calle Granada 215
Héctor Vázquez de la Rosa

Arqueologia na Rua das Flores, Porto (2000-2021) 227
Manuela Ribeiro, Laura Sousa, Carla Stockler, Sérgio Gomes

Le strade dell'Addizione erculea a Ferrara 247
Maria Teresa Sambin de Norcen

Reading Street Space: notes on Via Tribunali and St John Street 259
Marianna Ascolese

Dalla Marinella al sito Reale di Portici: storia dell'antica Strada delle Calabrie, tra natura ed artificio 271
Raffaele Amore

La ciudad amurallada de Palma: avances e ingeniería que permitirían el nacimiento de La Rambla y el Passeig del Born 283
Tara Trancón Pujol

II. O EDIFICADO DA RUA: FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

A Rua das Flores: reabilitação e requalificação 297
Joaquim Teixeira, Rui Fernandes Póvoas

Equipamentos de fornecimento de água no bairro da Rua das Flores na Época Moderna. Primeiros contributos para uma cartografia 309
Diogo Emanuel Pacheco Teixeira

A Rua das Flores (1521 – Santa Catarina das Flores no século XVI) e o Mosteiro de São Bento de Avé Maria (1518/1899). O início da requalificação moderna do Porto 327
Isabel Maria Ribeiro Tavares de Pinho

Fachada urbana, logradouro rural: a duplicidade das habitações da cidade de Viseu no século XVI 337
Liliana Andrade de Matos e Castilho

A Rua Nova de Lisboa: da génese medieval ao final inesperado 345
Manuel Fialho Silva

Rua das Flores, 150-160. Sucessão tipológica para funções persistentes no tempo, em seu edificado 355
Manuel Lessa

Da revalorização da cidade histórica ao fetiche do rueiro: duas visões da arquitetura contemporânea em Compostela (1988-2000) 367
Santiago Rodríguez-Caramés

A Loja da Claus Porto: viagem pela história de um edifício, uma marca e uma rua centenários 377
Sónia Couto

III. A RUA NA ICONOGRAFIA URBANA

Naples 1540: the Don Pedro de Toledo's Strada Reale. Historical urban analysis and digital cartography 389
Alfredo Buccaro

Rincones y calles de Pontevedra. Una aproximación desde su iconografía urbana 403
Carla Fernández Martínez

Criar, gerir e representar territórios urbanos. Duas plantas portuguesas da segunda metade de Quinhentos 415
Mário Jorge Barroca, Mário Gonçalves Fernandes

De la puerta de San Antonio hasta Las Ramblas. La incorporación de la calle Hospital de Barcelona al itinerario de las entradas reales a la ciudad 435
Laura García Sánchez

Una strada in forma di città. La Via Mercatovecchio a Udine 447
Orietta Lanzarini

Critérios e soluções na transformação da morfologia do edificado da Rua das Flores (1837-1916) 457
Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Sofia Nunes Vechina

Planta de Vila do Conde do século XVI. Análise urbanística do edificado e da toponímia 481
Eliana Miranda de Sousa

APRESENTAÇÃO

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA*
NUNO RESENDE**

Uma cidade tem sempre uma localização concreta bem definida pelas coordenadas geográficas e territoriais, às quais é fácil aceder hoje pela georreferenciação disponível em linha. Essa ferramenta permite analisar o desenho da cidade.

Em tempos mais recuados, o limite da cidade foi marcado por linhas de muralhas, que protegiam e salvaguardavam o espaço urbano e a sua população. As muralhas separavam duas realidades modeladas e transformadas pelo saber e pelas técnicas desenvolvidas em contextos comunitários e culturais diversos. A cidade e as suas arquiteturas, tal como as aldeias e vilas, respondiam e respondem aos objetivos de fixação humana numa situação e sítio, fixação e respetivas metamorfoses muitas vezes assentes nas condições naturais, daí sendo refratadas amplas tipologias nos espaços construídos.

A cidade, em cuja planta se encontram praças, ruas, avenidas, jardins, e na terceira dimensão (altura) definida pelos edifícios arquitetónicos, formas e volumetrias, testemunha ocupações humanas continuadas, geração após geração, século após século.

Ruas planeadas ou orgânicas fazem parte do desenho das cidades. A *faccia* da rua vai-se modelando e transformando pela ocupação continuada do espaço urbano no Tempo Longo, conferindo identidade à cidade. Algumas ruas e artérias, pelas funções que desempenharam (ou desempenham) foram (são) determinantes no desenvolvimento da cidade, na sua caraterização morfológica e estrutural, na singularidade da paisagem arquitetónica da urbe.

Em qualquer latitude e longitude, na imagem das cidades, estão arquiteturas que materializam códigos das organizações comunitárias e dos respetivos contextos culturais.

As ruas, no seu desenho e na sua dinâmica, justificam a cidade como um organismo vivo. A ocupação humana da rua e os serviços/funções plurais desenvolvidas nessa artéria incutem-lhe um caráter distinto — a personalidade.

A rua é sempre um organismo vivo ocupado e modelado pelos residentes. Por situações diversas, a imagem da rua em cidades históricas é sempre transformada,

* FLUP-CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: mrocha@letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5390-8587.
** FLUP-CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: nmendes@letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5548-6608.

tanto por imperativos estéticos, de melhoria das condições de habitabilidade, como pela aquisição de novas funções desempenhadas pelas edificações que a compõem.

Tal como em muitas cidades europeias de raiz medieval, na paisagem construída do Porto, encontram-se trechos arquitetónicos urbanos que ilustram bem esse extenso período.

A partir de finais do século XV, a cidade situada dentro de muralhas acusava um singular dinamismo demográfico e comercial, que se refletia também em transformações urbanísticas na tessitura da antiga cidade.

Na sequência da fundação régia do Mosteiro feminino de S. Bento da Ave Maria, no ano de 1516, foi decidido em 1521 a abertura de Rua de Santa Catarina das Flores.

Esta rua rasgou arruamentos situados intramuros e concretizou na cidade do Porto uma rua nova coadunada por princípios estéticos Modernos.

Em terrenos do Bispo e do Cabido, foi delineada a Rua de Santa Catarina das Flores, projetada, possivelmente, pelo arquiteto e urbanista Diogo de Arruda.

Para assinalar os 500 Anos da abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, atual Rua das Flores, foi estabelecido um protocolo de colaboração científica entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM e a Santa Casa da Misericórdia do Porto/MMIPO.

Da relevância desta parceria, resultaram, entre outros eventos, duas publicações assinadas conjuntamente pelas duas instituições, que correspondem ao apuramento e seriação de resultados científicos do Colóquio Internacional *A Rua na Estrutura Urbana* e da Exposição *Rua das Flores: Passagem e Permanência.*

Da extensa participação nacional e internacional (Alemanha, Brasil, Espanha, Itália e Suíça) no Colóquio *A Rua na Estrutura Urbana*, foram selecionados, por arbitragem científica, os textos que constituem o volume III de *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas*, agrupados em três grandes linhas temáticas:

- A rua na dinâmica da cidade: funções;
- O edificado da rua: formação, transformação e requalificação;
- A rua na iconografia urbana.

Dentre as diversas colaborações científicas evidencia-se um representativo grupo de estudos sobre a Rua das Flores, numa abordagem plural que apresenta, portanto, e pela primeira vez na História da Cidade do Porto, a «biografia» de uma das suas mais emblemáticas ruas, ontem como hoje, eixo vital na ligação entre a urbe ribeirinha e os seus (novos) centros políticos e comerciais.

I

A RUA NA DINÂMICA DA CIDADE: FUNÇÕES

A RUA DAS FLORES, PALCO PRIVILEGIADO DE RITUAIS URBANOS E DA RELIGIOSIDADE FORA DOS TEMPLOS (SÉCULOS XVI-XIX)

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA*

Resumo: *A construção da rua das Flores é contemporânea da reforma luterana e da reação católica, favorável ao culto dos Santos e à devoção da Paixão. Por outro lado, a abertura da Casa da Misericórdia coincide com as últimas fases do Concílio de Trento, portanto com o incremento das práticas religiosas de rua, principalmente das procissões. Ora, a rua das Flores foi caminho obrigatório da passagem da maior parte das muitas procissões, de outros cortejos cívicos, de representações de rua e até de motins da plebe.*

A Igreja da Misericórdia atraía muita gente, porque os Irmãos eram obrigados a comparecer na Igreja em várias festividades do ano. E porque as muitas missas de sufrágio que a Misericórdia se obrigava a celebrar por alma dos seus numerosos benfeitores trazia muitos fiéis de todos os pontos da cidade.

As muitas e ricas casas comerciais, as lojas de ourives de oiro e de prata, a proximidade dos dois conventos vizinhos, da feira semanal no largo do Convento da Ave Maria, definiram a sua atratividade.

Palavras-chave: *Procissões; Misericórdia; Pessoas; Festa; Urbanismo.*

Abstract: *The construction of rua das Flores coincides with the time of the Lutheran Reformation and the Catholic Counter-Reformation, which favored the worship of saints and devotion to the Passion. On the other hand, the opening of the Casa da Misericórdia coincides with the final phases of the Council of Trent, hence the increase in religious street practices, mainly processions. Rua das Flores was often a mandatory route for the passage of many processions, other civic parades, street performances, and even riots of the common people.*

The Church of Misericórdia attracted many people because the Brothers were required to attend the church on various feast days throughout the year. Also, the numerous masses for the souls of its numerous benefactors, which the Misericórdia obliged itself to celebrate, attracted many faithful from all parts of the city.

The many and rich commercial houses, the gold and silver smith shops, the proximity of the two neighboring convents, and the weekly market in the square of the Convent of Ave Maria defined its attractiveness.

Keywords: *Processions;* Misericórdia*; People; Celebration; Urbanism.*

* Professor Catedrático (aposentado) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Email: fribeirodasilva@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Três questões prévias devem ser colocadas para melhor enquadramento do tema:

A. Porquê e para quê, em pleno século XVI, se rompe uma rua nova no interior de uma cidade antiga, amuralhada e não demasiado espaçosa, como era o Porto?

Porquê? Sem dúvida, porque essa cidade, tal como o país, se encontrava em fase de crescimento populacional e de dinamismo económico interno e externo e a circulação das pessoas, provenientes quer de dentro quer de fora dos muros, bem como o trânsito de bens e ainda a construção de um novo convento, aconselhavam a abertura e o arranjo urbanístico de uma nova via, precisamente segundo aquele trajeto!

Para quê? Precisamente para a circulação das gentes, para a satisfação das necessidades e exigências da vida social e económica, como a convivência, a habitabilidade, o comércio, o acesso mais fácil a serviços essenciais, como a saúde (Hospital de D. Lopo de Almeida que, embora construído nas traseiras da rua das Flores, passou a ter entrada pela mesma), e a devoção em novo templo (Igreja da Misericórdia).

E ainda para facilitar ligações estratégicas de vária natureza. Neste caso, a abertura da rua das Flores garantiu a conexão de duas relevantes praças, o Largo de S. Domingos e o Largo da Feira, cada um dos quais identificado e nomeado por um convento, respetivamente o da Ordem de São Domingos e o de S. Bento da Ave Maria. Por outro lado, é de considerar a dimensão estratégica da nova artéria que facilitaria o desejado trânsito de mercadorias e das gentes entre a Ribeira (Porta da Ribeira) e a Porta de Carros, ou seja, de Porta a Porta pelo interior da cidade, mas também entre o Porto, cidade comercial, e o Norte do Reino.

B. Noutra perspetiva mais simbólica, e tendo em conta a temática anunciada para esta comunicação, a abertura da rua das Flores é contemporânea da reforma luterana, da condenação papal de Lutero e da reação católica, anti-iconoclasta e defensora do culto dos Santos e do incremento da devoção à Paixão de Jesus Cristo. A construção naquela rua da Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia (1550) coincide com a segunda fase do Concílio de Trento, tempo em que na Igreja Católica se enalteceu a exteriorização das práticas religiosas, principalmente através de procissões públicas, que, um pouco por toda a parte, se tornaram muito numerosas. Luís de Sousa Couto, reportando-se ao ano de 1820, elenca 29 procissões às quais, ao longo do ano, o Senado Municipal do Porto devia assistir[1].

A centralidade e a linearidade da rua das Flores converteram-na em palco obrigatório da passagem da maior parte dessas procissões, a que se devem acrescentar os cortejos de diversa natureza que se organizavam na cidade. De facto, para além

[1] COUTO, [s.d.]: 102-105.

dos desfiles religiosos, por ali passaram préstitos fúnebres, alguns com pompa e circunstância, cortejos cívico-religiosos de luto pelo rei morto, emoldurados num Ritual pesado e silencioso a que se chamava a Quebra dos Escudos[2], e que se anunciava infalivelmente num dos dias seguintes à morte do Rei. O quebrar dos escudos, em virtude do falecimento do Monarca, com as armas reais esculpidas ou desenhadas em madeira, era realizado três vezes, contra três pontaletes colocados estrategicamente em pontos centrais da cidade, sob a presidência do Vereador mais velho, montado a cavalo em trajes de luto pesado. Por ali desfilaram também os festejos públicos de aclamação do novo Rei. Pela rua das Flores se fez o acompanhamento da urna do coração de D. Pedro IV, doado por este à cidade, desde o cais da Ribeira até à Igreja da Irmandade da Lapa, em 7 de fevereiro de 1835, no qual participaram vários milhares de pessoas. Por ali transitou a trasladação dos restos mortais dos 12 Mártires da Liberdade, em 1878, a caminho do mausoléu implantado no talhão da Misericórdia no Cemitério do Prado do Repouso.

Nela se apresentaram representações teatrais (sabemos das comédias, em 1631, por altura da festa de S. Pantaleão[3]). Esta notícia documental isolada permite pensar que o aproveitamento da rua para essas atividades lúdico-culturais gozariam de alguma regularidade.

Por ela até ocorreram tumultos e motins da plebe, como o da Companhia dos Vinhos na Quarta-Feira de Cinzas de 1757, o mais turbulento que deflagrou no Porto da idade moderna, ou o do Papel Selado em 1661.

C. As crenças religiosas nas cidades não diferem substancialmente das crenças nos meios rurais. Provavelmente a participação nos atos de culto essenciais, como a missa de domingo ou a frequência dos sacramentos, eram mais abrangentes nas comunidades rurais, mas sem diferenças objetivas quanto à crença em si. No entanto, as manifestações religiosas e as práticas devocionais tendem a ser diferentes num e noutro meio, senão na qualidade ao menos na quantidade dos aderentes e praticantes.

Em todo o caso, olhando para um passado não muito longínquo, nas várias paróquias e/ou nas diferentes igrejas das cidades e vilas importantes, contavam-se mais associações piedosas de leigos, mais confrarias e irmandades. Consequentemente eram mais frequentes, talvez mais pomposas e de maior afluência de participantes e de espectadores, os atos religiosos públicos, principalmente os que se organizavam no exterior dos templos, como as procissões, as vias-sacras, os Viáticos.

[2] COUTO, [s.d.]: 69.
[3] SILVA, 1988: vol. II, 909.

1. A RUA DAS FLORES, UMA ARTÉRIA PROPÍCIA AO ESPETÁCULO RELIGIOSO EXTERNO

1.1. O protagonismo útil da Irmandade da Misericórdia

Costuma afirmar-se que a rua das Flores era uma rua de ourives. Agostinho Rebelo da Costa afirma, acerca dela em 1789, que «contém as lojas mais ricas da cidade, tanto em fazendas de lã e seda como em todo o género de mercearias, porcelanas, lojas de ourives de ouro, prata, etc.»[4]. De facto, era uma via onde os ourives gozavam de notoriedade. Essa nota identitária manteve-se até algumas décadas atrás e ainda não se extinguiu totalmente. No entanto, das 78 lojas de ourives de ouro arrolados no Porto, em 1808, para cobrança da Contribuição Francesa imposta por Napoleão, apenas 26 estavam estabelecidas na rua das Flores, para além de seis lojas de ourives de prata. Comparativamente, a vizinha rua do Loureiro que dispunha então de 25 lojas de ourives de ouro, não lhe ficava atrás.

O manuscrito da BPMP, de 1803, intitulado *Compendio Historico e Topographico da Cidade do Porto* que publicamos em 2001[5] chama «preciosa» à rua das Flores e aponta-lhe como notas de distinção a vizinhança do Mosteiro da Ave Maria e a existência do «Hospital Real antigo».

A rua das Flores era certamente uma via aristocrática, preferida por famílias poderosas que habitavam em belos edifícios, como bem demonstrou o saudoso Eugénio Andrea da Cunha e Freitas[6]. Seria das mais frequentadas, porque nela e nas ruelas adjacentes, a que o manuscrito (fiscal) de 1808 chama «Bairro da Rua das Flores», estava instalado muito comércio e, sem dúvida, como foi dito, por ser artéria de ligação entre a Ribeira (porta de entrada no Douro) e uma das principais saídas da cidade, que era a Porta de Carros.

Não menosprezando todas esses predicados e características da rua, a mim interessa-me sublinhar a sua vertente de palco privilegiado da religiosidade urbana e da fraternidade caritativa a que os crentes cristãos da cidade de São Pantaleão e depois da Virgem eram obrigados por mandamento divino.

Na verdade, a Igreja e a Casa do Despacho da Misericórdia eram a sede de uma Irmandade que, como todas as Irmandades, impunha aos aderentes determinadas obrigações de cariz religioso, de piedade e de confraternidade. Sem dúvida. Mas o timbre indelével desta Confraria era a prática das obras de misericórdia, ou seja, por nela estar instalada a Misericórdia, a rua bem podia chamar-se a rua da Benemerência. Quer dizer, por via da Misericórdia, a frequência da rua das Flores tornou-se obrigatória para um tipo característico de pessoas: os que tinham para dar e queriam

[4] COSTA, 2001: 48.
[5] SILVA, 2001.
[6] FREITAS, 2006: 162-169.

dar, os que desejavam servir o próximo no desencadear de ações concretas de auxílio imediato, mas também os que precisavam, os pobres e os desamparados de todas as idades e de todos os desamparos. Isto a partir de 1550, ano em que começou a funcionar aí a Casa do Despacho[7].

Pela via das obrigações confraternais, é lógico que todos estes palmilhavam e animavam a rua e ajudavam a torná-la ruidosa e viva. Acresce que o Hospital de D. Lopo de Almeida era na cidade o único hospital digno desse nome, e foi-o desde os fins do século XVI até 1799, ano em que o moderníssimo e opulento Hospital de Santo António, também da Misericórdia, acolheu os primeiros doentes. A Igreja, por sua vez, embora benzida pelo Bispo D. Rodrigo Pinheiro em 1559, apenas ficou concluída e apta para o culto em 1568[8]. A partir dessa altura, a Santa Casa, sendo a única Confraria da Misericórdia na cidade e no seu Termo (as mais próximas, fundadas um pouco mais tarde, estavam sediadas em Mesão Frio, Vila da Feira e Penafiel), ali lançou as suas raízes e entrou na imagem identitária da rua, embora desde muito cedo administrasse equipamentos de caridade implantados noutros pontos da cidade.

Foquemo-nos, então, na afluência de pessoas ao templo para o cumprimento de práticas religiosas ou obrigações estatutárias no âmbito dos objetivos da Irmandade.

Anotemos, antes de mais, que a igreja ficava situada entre duas grandes referências da religiosidade portuense, embora não delas equidistante: a nordeste o Mosteiro da Ave Maria, de freiras beneditinas, de fundação contemporâneo da abertura da rua, e, a sudoeste, nas suas proximidades, o Mosteiro de São Domingos, de implantação medieval. A edificação dos dois cenóbios garantia, só por si, a movimentação abundante de pessoas naquela artéria. Não apenas por motivação piedosa, mas também civil e social/política, visto que, desde os tempos medievais, a Câmara do Porto socorria-se da «crasta» (claustro) do Mosteiro de São Domingos para assembleias de maior afluência de gente. E o Largo de S. Domingos, com o seu célebre chafariz redondo, para além de natural centro facilitador da convivialidade urbana, era um ponto de pausa e de repouso de quem, subindo desde a Ribeira, desejava prosseguir caminho.

A Igreja da Misericórdia pertencia a uma Irmandade e desde muito cedo se intitulou de igreja privativa, privativa porque era isenta do Bispo da Diocese e não tanto no sentido de ser exclusiva dos Irmãos que, em rigor, não era.

Não sabemos quantas pessoas passavam pela rua ao longo do ano a caminho do templo. Mas parece evidente que ele constituía um polo de convergência muito poderoso. Afigura-se-me relevante sublinhar e enfatizar que, para além dos numerosos atos de culto diários, abertos à população, a Irmandade, através do Compromisso (ou Estatutos), impunha a comparência dos Irmãos em festividades e comemorações

[7] BASTO, 1997: vol. I, 383.
[8] BASTO, 1997: vol. I, 390.

rituais, em dias fixos, ao longo do ano. Seguiremos neste pormenor o *Compromisso de 1646*, que copia e acrescenta o anterior de 1594. Acrescentarei que o *Compromisso de 1646* vigorou até 1886[9], mas a última edição que dele conhecemos é de 1946[10], três séculos depois da sua promulgação.

Assim os Irmãos (cujo *numerus clausus* no século XVII era de 250 homens) deviam comparecer na Igreja em sete datas fixas, «sem poderem usar de dispensação alguma», que eram as seguintes:

1) No dia 2 de julho, à tarde, à hora indicada pelo Provedor, para votarem e escolherem os eleitores, 5 nobres e 5 mesteirais, que haveriam de eleger o Provedor e mais Oficiais da Mesa, que governariam a Misericórdia até 2 de julho do ano seguinte.
2) No dia de S. Tiago, 25 de julho, à tarde, para elegerem os dez Irmãos, 5 nobres e 5 oficiais, que serviriam no Definitório, com funções de Conselho Fiscal, mas que, na altura eram convocados para ajudarem a resolver, juntamente com a Mesa, os assuntos de importância maior.
3) No dia de Todos os Santos, 1 de novembro, à tarde, para acompanharem o cortejo que se organizava para a recolha das ossadas dos que haviam padecido na forca e para as sepultarem cristãmente no espaço da Misericórdia.
4) No dia de S. Martinho, 11 de novembro, de manhã, para assistirem à missa e pregação em honra do santo que, segundo a tradição, cortara a sua capa a meio para partilhar metade com um mendigo a fim de o proteger da chuva. No fim da cerimónia litúrgica, saíam todos para sufragar os Irmãos defuntos.
2) No domingo de Ramos, à tarde, para tomarem conhecimento, diretamente da boca do Provedor, de qual a tarefa que cada um iria desempenhar na procissão que a Misericórdia do Porto organizaria na próxima quinta-feira de Endoenças ou Quinta-Feira Santa.
6) Na Quinta-Feira de Endoenças, à tarde, para participarem na dita procissão dos penitentes ou dos fogaréus que se fazia pela cidade, ao final da tarde e de noite, a visitar o Santo Sepulcro em igrejas vizinhas, que, segundo o *Compromisso de 1646*, eram as da Sé, de São Francisco e de São Domingos[11]. A procissão das Endoenças, que incluía «disciplinantes» (entenda-se autoflagelantes), por imposição do Compromisso devia ser organizada com todo o cuidado, autoridade e piedade, para que os fiéis presentes se movessem à contrição e à dor pelos seus pecados, mas também, repare-se, para que os estrangeiros faltos na fé, «dos que a esta cidade concorrem por ser marítima», entendam e deem crédito às coisas «da nossa santa religião». Sublinhe-se que, já nesta

[9] MADUREIRA, 1994: 57.
[10] *Compromisso de 1646*, 1946.
[11] *Compromisso de 1646*, 1946: 54, cap. XXIX.

altura, 1646, se dava importância e se prestava atenção aos estrangeiros que visitavam a cidade, oferecendo-lhes algo que não era apenas para os olhos verem, mas também para o espírito apreender.

7) No dia seguinte, Sexta-Feira Santa, pela manhã, voltariam à rua das Flores e à Misericórdia para acompanhar a procissão com que se encerrava o Santíssimo Sacramento.

Para além destas comparências estatutárias, sempre que morresse algum Irmão, ou mulher de Irmão, ou viúva de Irmão (exceto se esta tivesse casado de novo com um não Irmão), deviam os Irmãos acompanhar as cerimónias fúnebres, revestidos do respetivo balandrau. O processo era o seguinte: logo que o aviso do falecimento chegasse à Irmandade e à Provedoria e uma vez confirmada pelo Escrivão a qualidade de «irmão» do defunto, devia ser dado sinal público do falecimento, sinal que primeiramente era emitido pelo sino da Igreja da Misericórdia e logo de seguida por uma campainha que, um servente vestido de azul, agitava pelas ruas da cidade. O servente de azul prestava as informações necessárias.

A organização do acompanhamento era iniciada na Igreja da Misericórdia, onde todos se juntavam e donde todos partiam em cortejo para casa do defunto. O cortejo era encabeçado pelo Irmão do mês, com a sua vara empunhada, precedido do servente de azul que tangia a campainha, seguido pela Bandeira da Misericórdia transportada por um Irmão nobre, ladeada por dois tocheiros, um nobre e um mesteiral, e logo seguida pelos Irmãos em duas filas e no meio deles o Mordomo com sua vara de governo do préstito. Na cauda, seguiria o Provedor com sua vara e atrás dele a tumba coberta de veludo negro com uma cruz no meio, de brocado roxo ou amarelo. A tumba vazia seria transportada por seis Irmãos da Mesa.

Chegados a casa do defunto, o Provedor acompanhado dos Irmãos que levavam a tumba, iria até junto do defunto e perante o corpo os capelães da Casa rezavam o responso do Ritual. No final, o cadáver seria acomodado dentro da tumba pelos Irmãos, que a conduziam até ao local de enterramento. Clérigos e religiosos seguiriam no seu lugar habitual[12].

No dia seguinte, seria cantado, na Igreja da Misericórdia, um ofício inteiro de nove lições por alma do falecido. Presume-se que, novamente, com a presença dos Irmãos.

Esta descrição, embora contenha pormenores quase excessivos, pretendeu não perder de vista o fio condutor da comunicação, que é a rua das Flores como cenário e palco da atividade piedosa da Misericórdia.

[12] Acrescente-se, como curiosidade, que cada Irmão seria obrigado a rezar, pela alma do defunto, 14 vezes o Pai Nosso e a Ave Maria.

1.2. Os legados pios dinamizadores indiretos da afluência à Rua das Flores

Na mesma linha de pensamento, lembraremos que o culto em sufrágio pelas almas atraía à Igreja grande quantidade de Irmãos e de crentes.

É sabido que no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, em Portugal e na Europa, ganhou muito peso e popularidade a oração pelas almas do Purgatório. Uma das manifestações dessa devoção foram os legados pios e doações de beneméritos da Santa Casa em favor da própria alma e da alma dos familiares próximos, as quais mobilizaram numerosos capelães da Misericórdia e outros padres da cidade para a celebração de missas de sufrágio, algumas cantadas, a maior parte rezadas.

Em 1655 criou-se na Santa Casa um coro de capelães constituído por 6 membros que passaram para 9 em 1664 e para 13 em 1726. Quase equiparável a um coro capitular!

Em 1662 eram cantadas na Igreja da Misericórdia 9 missas diárias e 14 de aniversário. Mas o número diário de missas rezadas na Igreja e nos hospitais da Misericórdia e ainda em outros altares da cidade, encomendadas para sufrágio de doadores da Misericórdia, era em quantidade bastante mais elevada[13]. Provavelmente tal intensa atividade de culto continuou pelos séculos XIX e XX. Bastará recordar que em 1910/1911 o orçamento da Misericórdia para o culto excedia os 7 contos de réis[14] com evidente estranheza, talvez até escândalo, do Governador Civil, laico e republicano.

A devoção às almas é comum ao campo e à cidade, mas as missas de sufrágio adquiriam maior expressão e volume no meio urbano.

Facilmente se admitirá que uma parte dessa gente que ia à Igreja contribuiria para a animação económica da rua ou suas adjacentes, através de aquisição de bens nela comercializados.

1.3. Os acompanhamentos dos justiçados ou os cortejos da morte por condenação

Outra das ações piedosas cometidas à Misericórdia do Porto, pelo menos desde 1594[15] até algures nos anos 30 ou 40 do século XIX, em teoria até ao dia 1 de julho de 1867, data em que a pena de morte foi abolida em Portugal, foi o acompanhamento dos justiçados até ao local da execução da pena.

---

[13] Ver AMORIM, *coord.*, 2018: vol. I, 439-445.

[14] SILVA, 2016: 520.

[15] Em 27 de junho de 1594 foi aprovado o primeiro *Compromisso* que se pode considerar da autoria da Misericórdia do Porto. Nele, o cap. XXIII tratava dos «padecentes» anteriores pelos quais a SCMP se regeu eram da Misericórdia de Lisboa, adaptados à Misericórdia do Porto. O *Compromisso de 1646*, no cap. XXXI mantém o essencial do cap. XXIII de 1594, mas com menos pormenores (*Compromisso de 1646*, 1946).

Para o meu propósito, o que me interessa referir é que pela rua das Flores passaram esses cortejos dramáticos, cortejos da morte judicialmente decretada, que descreverei brevemente.

Conhecida na Santa Casa a notícia de que algum preso fora condenado à morte, os mordomos da cadeia providenciariam de imediato a organização da assistência religiosa ao sentenciado, no sentido de este obter o perdão dos pecados pelos sacramentos da confissão e depois da eucaristia.

Ao terceiro dia, um servente de azul, por ordem do Mordomo da Igreja, divulgava a notícia da condenação, exibindo pelas ruas da cidade a insígnia-símbolo de tal evento. A finalidade dessa divulgação era que as pessoas que, «por sua devoção», quisessem acompanhar o condenado, pudessem fazê-lo.

Logo que pela Justiça fosse comunicada a hora a que o preso sairia da cadeia para a forca, um pequeno cortejo partiria da Igreja da Misericórdia. À frente seguia a Bandeira da Irmandade, levada por um Irmão vestido com o balandrau, rodeado por dois tocheiros, um nobre, outro oficial, também vestidos da mesma forma, e precedido do servente de azul que tangia a campainha. Atrás da Bandeira seguiam vários Irmãos, nomeados para o efeito pelo Provedor em número suficiente e envergando o hábito, para que o ato ganhasse dignidade. Entre eles seguiria o Mordomo do mês e logo de seguida os Capelães da Casa que, em coro, rezariam as ladainhas. Seguir-se--iam os dois Mordomos dos Presos, acompanhados de um jovem que transportava consigo a caldeirinha da água benta e o hissope e algumas prendas para consolar o justiçado. Seguir-se-ia, na cauda, um Capelão que levava o Crucifixo, ladeado por quatro Irmãos com tochas acesas, vestidos como os anteriores. A caminhada era da Misericórdia para a cadeia, onde, uma vez chegados, calmamente esperariam que a Justiça desse ordem de saída ao condenado. Quando este aparecesse, já revestido da veste branca de linho que fora previamente enviada pelo Mordomo, como era costume nos justiçados deste reino[16], o Capelão dava-lhe o crucifixo a beijar e todos postos de joelhos iniciavam o cântico das ladainhas até se ouvir a rogação, *Sancta Maria, ora pro eo*! Aí levantavam-se todos e o iniciava-se o cortejo em direção à forca, com os pregoeiros da justiça indo muito à frente da Bandeira, para não perturbarem nem os capelães que rezavam nem o padecente.

Chegados à Praça da Ribeira, outro Capelão iniciava a missa no altar de Nossa Senhora, erguido na Porta da Ribeira, ficando o condenado em lugar de onde pudesse ver o decorrer das cerimónias. Acreditava-se que, desse ângulo, teria melhor ajuda para obtenção do perdão dos seus pecados.

No sítio da forca, fora de portas, antes da execução, o Capelão dar-lhe-ia, de novo, o crucifixo a beijar. Enquanto o carrasco fazia o seu trabalho, rezavam-se outras

[16] Assim se informa no cap. XXXI do *Compromisso de 1646*, 1946.

orações rituais de encomendação a Deus da alma do padecente. E depois de executado, mais um responso pela voz do Capelão. No final, regressavam lugubremente à igreja pela mesma ordem com que saíram e com o crucifixo alçado.

Não consegui averiguar nem por aproximação a média anual de condenados à pena capital pelos magistrados do Porto, nomeadamente pela Relação e Casa do Porto, tribunal superior que existe na cidade desde 1582. No entanto, a leitura atenta do conteúdo do Livro V das *Ordenações Filipinas* leva-nos a pensar que os delitos puníveis com a pena máxima eram muito numerosos, embora a possibilidade real de indultos e comutações de penas deva ser tida em conta. Lembraremos, entretanto, que em 1758 a Alçada nomeada para julgar os implicados no Motim da Companhia, que, como ficou escrito, ocorreu nesta cidade em 23 de fevereiro de 1757, condenou à morte 26 pessoas, 21 homens e 5 mulheres, das quais 19 (15 homens e 4 mulheres), morreram na forca[17]. E em 1829, 12 dos «culpados» da revolta liberal de 16 de maio de 1828, foram igualmente enforcados. Ou seja, em menos de um século, a cidade do Porto viu 31 dos seus habitantes sacrificados na forca por motivos políticos! A Misericórdia esteve presente no rescaldo de ambas estas Alçadas. No primeiro caso, foi encarregada da educação dos órfãos resultantes da aplicação das penas. No segundo, teve o seu Provedor, Desembargador Francisco Lourenço de Almeida, implicado e preso e deu sepultura aos enforcados, como veremos.

1.4. As procissões — cortejos da alegria e da festa, mas também da súplica e da penitência

No nosso país as procissões são as mais importantes manifestações religiosas de rua. Provavelmente não haverá terra nenhuma em Portugal que, nos meses de verão, não faça a sua procissão em honra de Nossa Senhora ou do seu santo padroeiro.

Outrora, na época moderna, para além das procissões que constavam do calendário anual das terras, cidades ou freguesias rurais, havia muitas circunstâncias adversas da vida quotidiana que, quer no campo quer na cidade, levavam os líderes espirituais à convocação e organização de procissões penitenciais. As pestes e epidemias, os períodos longos de seca ou de chuva, a admissão da culpa coletiva por presumíveis ofensas à divindade quando ocorriam fenómenos naturais destruidores, como um terramoto, uma cheia, levavam facilmente à ordenação e à participação em procissões de penitência. Muitos pregadores proclamavam que Deus se irava com os pecados públicos e privados, que não só se irava, mas também castigava, sendo necessário aplacá-lo com atos penitenciais externos, para além do arrependimento interior de cada um.

[17] SILVA, 1990: 98.

Embora as procissões se pudessem organizar tanto na aldeia como na cidade, ganhavam mais sentido e força quando se reuniam condições para atrair gente em grande quantidade e isso conseguia-se mais facilmente numa cidade. Um exemplo: o terramoto de 31 de março de 1761 que, no dizer de um autor da época, teve «a duração de oito minutos na ora do meyo dia» e provocou maiores estragos nos edifícios do Porto do que o de 1755. Tal como nesse grande terramoto, que ainda doía, não faltou quem interpretasse o novo tremor de terra como «um pregoeiro da ira divina», ainda por cima associado a uma seca prolongada. Esse quadro adverso suscitava a realização de preces públicas. Ora, o fundador da Irmandade da Lapa, o brasileiro paulista Padre Ângelo de Siqueira, organizou e pôs na rua uma procissão de penitência, de pés descalços e cabeça coberta, em 7 de abril de 1761 e na rua se manteve entre as três horas da tarde e as onze da noite, tendo como ponto de partida e de chegada a Igreja da Lapa. O itinerário seguido incluiu a rua das Flores, no seguinte trajeto: rua de Santo Ouvido, rua da Fábrica, Campo das Hortas, Porta de Carros, Largo da Feira, rua Chã, Igreja de Santa Clara, Sé Catedral e altar do Senhor d'Além, Bainharia, Mercadores, Ribeira, Fonte Aurina, Reboleira, rua Nova, Cangostas, S. Domingos, rua das Flores**,** Caldeireiros, Ferraria de Cima, Porta do Olival, Carmo, Ferradores e rua de Santo Ouvido.

Rezam as crónicas que, transposta a Porta de Carros, a chuva impetrada fez a sua aparição!

Certas procissões só tinham sentido no meio urbano. Por exemplo, quando o Rei ordenava que se fizesse uma procissão anual de ação de graças por uma vitória militar simbolicamente importante, como foi o caso de D. João IV pela sucesso da Restauração de 1.º de dezembro de 1640, ou quando D. João II, em 1482, mandou que no Porto, em cada dia 2 de março, se fizesse uma procissão pela vitória militar na batalha do Toro (1.3.1476), equivalente pela festa e pela pompa à que se fazia no dia de Corpo de Deus[18], tal ordem não faria grande sentido se fosse dirigida a uma aldeia ou até a uma vila[19].

Por outro lado, nas cidades e vilas mais importantes, para além das irmandades e confrarias sediadas nas igrejas paroquiais ou conventuais, as corporações de ofícios celebravam o seu santo protetor, com atos de culto festivos, na capela privativa (se a tinham) e na rua, bem visíveis e muito participados, não apenas por gente da corporação, mas de outras que compareciam por razões de reciprocidade, de piedade ou de simples curiosidade.

[18] COUTO, [s.d.]: 20-21.

[19] Talvez a vila de Santarém, para este efeito, se possa equiparar a uma cidade, visto que em Cortes tinha lugar no primeiro Banco, ao lado das cidades mais importantes do reino.

Ora a rua das Flores, uma vez aberta e habitada, foi palco e ponto de passagem de grande parte das procissões regularmente organizadas, ano após ano, na cidade do Porto.

Desde quando precisamente? Em rigor acho que ninguém sabe responder! Nem valerá a pena especular!

Com base na documentação, que é o critério dos historiadores, poderei afirmar, contudo, que, em 1561, já por lá passava a grande procissão do Corpo de Deus, a qual então descia pela rua dos Mercadores até à Ribeira e subia pelo Largo de S. Domingos, rua das Flores e rua Chã até à Sé. No ano seguinte o percurso fez-se ao contrário, descendo da Sé até à Ribeira pela rua Chã, Largo de S. Bento das Freiras, rua das Flores, rua das Congostas e retornava, subindo pela rua dos Mercadores até à Sé[20].

Em 1850, quase 300 anos depois, o itinerário mantinha-se quase inalterado: na verdade, a procissão do Corpo de Deus já não ia até à Praça da Ribeira, mas saindo da Sé, descia pela rua dos Mercadores e na esquina com a rua Nova dos Ingleses fletia por esta rua até à rua das Congostas, subindo por ela para a Calçada de São Domingos, Largo de São Domingos, rua das Flores, Largo de S. Bento das Freiras, rua do Loureiro, rua Chã, Arco de Vandoma, Sé[21].

1.4.1. A procissão do Corpo de Deus

Falemos, então, ainda que brevemente, da procissão do Corpo de Deus, que todos os anos animava a rua das Flores, alegrando e emocionando os habitantes e, por certo, os forasteiros que se amontoavam ao longo do percurso.

Desconhecemos quando se iniciou, na cidade do Porto, a procissão, mas temos duas notícias importantes: que terá sido o Bispo D. Sancho Pires (1296-1300) quem introduziu no Porto a festa de *Corpus Christi*[22]; e que, em 1417, já o Santíssimo Sacramento era transportado processionalmente numa charola pelas suas ruas, acompanhado por todas as pessoas honradas da cidade[23]. A procissão do Corpo de Deus durou até aos nossos dias, com interrupção breve logo após a proclamação da República[24].

Julgo que a única realidade intemporal que subsistiu sem mudança ao longo dos últimos seiscentos anos foi a exibição pública da Hóstia consagrada. Tudo o mais foi mudando com o tempo, incluindo o suporte onde o Santíssimo Sacramento era exibido.

Muito cedo, a procissão do Corpo de Deus tornou-se a mais solene de quantas saíam ao longo do ano e o seu dia converteu-se num dos mais festivos da vida religiosa,

[20] COUTO, [s.d.]: 26.
[21] REIS, 1999: vol. IV, 416.
[22] OLIVEIRA, 1958: 170.
[23] COUTO, [s.d.]: 19.
[24] OLIVEIRA, 1958: 388.

mas também da vida social e cultural. Era uma espécie de procissão oficial em que toda a gente da cidade participava, onde as autoridades municipais eram obrigadas a comparecer e até usufruíam de um subsídio razoável, a título de propinas[25]. Os membros de todas as corporações de ofícios, com pouquíssimas exceções, tinham algum papel a desempenhar nela. E, ao menos durante os séculos XVI e XVII, as festas terminavam com uma corrida de touros, na rua Nova, que, por ser mais larga, se fechava e transformava em curro.

Fixemo-nos então nos séculos XVI/XVII que são aqueles sobre os quais me foi possível trabalhar documentalmente. Na véspera, as ruas do itinerário eram rigorosamente limpas e com minúcia[26]. Este aspeto é importante, a da limpeza das ruas. Para além disso, cada um dos moleiros de Campanhã, Crestuma, Febros, Quebrantões, Gondomar, Massarelos, Ribeira de Vilar e Lordelo, sob pena de 200 réis de multa[27], era obrigado a entregar na Câmara um feixe de juncos, espadanas e canas verdes para espalhar na Casa da Câmara e nas ruas por onde haveria de passar a procissão.

A procissão propriamente dita, sendo uma só, podia dividir-se em duas partes: a parte religiosa centrada no Santíssimo Sacramento, transportado debaixo do pálio, sob presidência do Bispo, acolitado e acompanhado por todo o clero secular e regular da cidade, pela governança municipal e pelas autoridades régias sediadas na urbe e ainda pelos leigos ilustres com suas tochas, as confrarias e irmandades e ainda os diversos andores. A procissão era assim uma espécie de montra da população urbana e da hierarquização social, onde cada um tinha o seu lugar marcado, seguindo a estratificação social.

Para além da componente religiosa havia a enorme presença de cenas e quadros profanos e folclóricos que se integravam na procissão.

Aliás, abriam a procissão, pelas 7 horas da manhã, os hortelões e moradores de Santo Ildefonso, a que se juntaram mais tarde os de Cedofeita que apresentavam um rei, um imperador, um carro e um urso rodeado por oito homens com lanças e chuças em ambiente de montaria.

Seguia-se a dança da mourisca, oferecida pelos confeiteiros, em que figurava o Rei Mouro assistido pelo alfaqui, sacerdote muçulmano, rodeado de quarenta homens e no fim um coro de seis vozes, cantando estrofes com toadas ao antigo, acompanhadas por alaúdes (tipo viola) e pandeiros.

Logo surgiam as folias[28] dos concelhos de Gondomar e de Gaia, chefiadas pelo respetivo Ouvidor e pelo Meirinho, cada uma delas formada por oito homens.

---

[25] SILVA, 1988: vol. I, 421. No século XVII a propina a receber por cada uma das procissões do Corpo de Deus, de S. Sebastião e S. Pantaleão, era de 24 000 réis.
[26] SILVA, 1988: vol. II, 802.
[27] COUTO, [s.d.]: 34.
[28] O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Morais Silva define «folia» como «dança muito rápida ao som de pandeiros e em que entram muitas pessoas» (SILVA, 1949-1959: vol. V, 265).

Os taberneiros vinham a seguir com sua bandeira, um dragão, que seria ornamentado e pintado de novo, cada ano, e uma dama dançando com o seu par.

Os carpinteiros (calafates, torneiros, canastreiros, serradores e caixeiros) liderados pela sua bandeira, apresentavam um Imperador, uma serpente e uma dança de ciganas bem ornadas, contando pelo menos 16 figurantes.

Os tanoeiros, para além do Rei, apresentavam uma dança de 12 dançarinos, bem trajados, cantando letras de chacota ao moderno, acompanhados por bons músicos…

A figura de São Jorge a cavalo, precedido por 4 cavalos que levarão quatro lacaios, era da responsabilidade dos douradores, apavonadores, conteiros e cerieiros.

Nau de S. Pedro, pintada e reformada todos os anos (dos mestres e pilotos), Judite (dos sirgueiros), Abraão (dos torcedores de seda e retrós), Nossa Senhora em fuga para o Egito, na companhia de São José, acompanhados por dois anjos (dos oleiros), o menino Jesus numa Charola, São Cristóvão, São Pantaleão, os 12 Apóstolos e Cristo com os anjos, bandeira da cidade, Rei David dançando com seus pajens que serão doze (dos mercadores do Brasil).

Como foi olhada esta mistura do profano com o sagrado? Houve sempre protestos dos mais zelosos. Desde o século XVI com Frei Baltasar Limpo (1537). Pode-se até falar de avanços e recuos, em conflito entre a Câmara e o Clero mais puritano.

Mas apenas no século XVIII as danças, invenções e representações foram substituídos por toldos nas ruas do itinerário da procissão. Na rua das Flores os toldos eram pagos pelos mercadores de panos e pelos tendeiros de mercearia e peso. Em 1734 os mercadores de Loja pagavam o toldo da rua das Flores em lugar da dança dos pastorinhos que costumavam dar[29].

Os tanoeiros ofereciam os paus ou mastros onde eram amarrados os toldos. Os pedreiros abriam e tapavam os buracos que se fizessem nas ruas para armar os toldos e levantar os mastros. Os mareantes ajudavam a levantar os mastros. Os cordoeiros ofereciam as cordas para as amarras. Os chafarizes e fontes eram adornadas por grupos profissionais, barqueiros, alquiladores, pintores e hortelões de Cedofeita e Santo Ildefonso.

Por conseguinte até ao fim do primeiro quartel do século XVIII a procissão do Corpo de Deus era um espetáculo público que misturava o sagrado e o profano numa simbiose estranha para nós, mas que noutros tempos não o era tanto, visto que perdurou durante séculos. Aliás, mesmo nas procissões da atualidade, a cenografia, o simbolismo dos figurantes, as cores, algum espírito exibicionista, numa palavra o espetáculo, nunca deixaram de existir.

[29] COUTO, [s.d.]: 46.

1.4.2. Outras procissões que passavam pela Rua das Flores

Terminaremos esta digressão deixando um elenco das procissões que, promovidas por diversas instituições, ainda animavam nos anos sessenta do século XIX as ruas da cidade. Nesta altura, comparando com as inúmeras procissões ainda vivas em 1820[30], tinham diminuído drasticamente. Para o efeito, seguiremos de perto a obra já citada de Henrique Duarte e Sousa Reis por ele fechada em 1865[31].

Procissão de Quarta-Feira de Cinzas que saía da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e prosseguia pela Rua Nova dos Ingleses, rua de São João, Largo de São Domingos, rua das Flores, Largo das Freiras de São Bento (que também aparece como Largo da Feira), Praça de D. Pedro, Calçada dos Clérigos. Nela figuravam 12 andores[32].

Procissão dos Passos, organizada pela Igreja de São João Novo na sexta-feira da primeira semana da Quaresma, saía da Sé e passava pela rua das Flores a caminho do Largo de São Domingos[33] para se recolher na Igreja que fora dos Padres Gracianos. Saiu em 1864, interrompendo uma paragem de 18 anos[34].

Procissão da Ordem Terceira do Carmo, na Quinta-Feira antes do Domingo de Ramos. Soleníssima procissão penitencial, passando pelos Passeios da Cordoaria, Largo dos Mártires da Pátria, rua de S. Bento, rua de São Miguel, rua das Taipas, rua de Belmonte, Largo de S. Domingos, rua das Flores, Largo de S. Bento das Freiras, Porta de Carros, Praça de D. Pedro, Calçada dos Clérigos, rua da Assunção, Passeios da Cordoaria, Igreja dos Terceiros do Carmo[35].

Procissão dos Fogaréus, em Quinta-Feira Santa organizada pela Misericórdia, de cuja Igreja saía, seguindo pela rua das Flores acima até ao Largo da Feira e subia pela rua do Loureiro, entrando na Igreja do Convento das Freiras de S. Bento, seguia depois pela rua Chã, rua de Santo António do Penedo, até ao Largo de Santa Clara[36]. Os andores entravam no templo de Santa Clara e nele as freiras clarissas entoavam em coro o *Miserere*. Acrescentarei que em 1865, data da feitura do livro de Sousa Reys, já há muito esta procissão não saía, porque a Santa Casa assim tinha decidido[37].

Procissão da Paixão, em Sexta-Feira Santa. Na noite de Quarta-Feira de Trevas a imagem de Nossa Senhora da Soledade saía da sua capela, no convento dos religiosos franciscanos, para ser depositada até Sexta-Feira seguinte na Igreja do Convento de Santa Clara, donde saía processionalmente na tarde desse dia. Toda a guarnição

[30] COUTO, [s.d.]: 104 (mapa III).
[31] REIS, 1999: vol. IV, 1.
[32] REIS, 1999: vol. IV, 417.
[33] REIS, 1999: vol. IV, 424.
[34] REIS, 1999: vol. IV, 427.
[35] REIS, 1999: vol. IV, 428 e 433.
[36] REIS, 1999: vol. IV, 422.
[37] REIS, 1999: vol. IV, 433.

militar da cidade tinha obrigação de acompanhar esta solene procissão. Para tal, o Largo de Santa Clara era limpo e desentulhado. À frente ia uma cruz pintada de preto, pendendo dos seus braços uma longa toalha de linho branco, representando a toalha de José de Arimateia. Sete anjos conduziam a corda, a coroa de espinhos, os cravos, o martelo, as disciplinas, os dados com que jogaram a túnica ensanguentada do Salvador e a coluna onde o amarraram para açoitá-lo[38].

Procissão da Santíssima Trindade, no primeiro domingo depois do Pentecostes, organizada pela Ordem Terceira do mesmo nome. Itinerário: rua do Almada, Calçada dos Clérigos, ruas de S. Bento da Vitória, das Taipas, Belmonte, Largo de S. Domingos, rua das Flores, Largo de São Bento das Freiras, Porta de Carros, rua do Bonjardim, do Estêvão, recolhendo na Igreja da Trindade[39].

Procissão da Irmandade do Terço, no último domingo de julho. Organizada pela Irmandade do Terço e Caridade. O itinerário variava de ano para ano[40].

Devemos, no entanto, adicionar aqui as preciosas informações do Padre Francisco José Patrício contidas na carta a um amigo, carta que se esqueceu de datar, mas, pelo seu teor, podemos com certeza situá-la em 1909[41]. As informações nela contidas são as seguintes: «Que a Procissão da Trindade saiu pela última vez em 1875, apanhou uma valente chuvada e levava 7 andores. A do Terço saiu pela última vez em 26 de junho de 1881. A da Lapa saiu em 1860, 1862, 1863 e não tornou mais a sair».

CONCLUSÃO

Da construção da rua das Flores surgiu uma artéria estrategicamente importante na movimentação dos habitantes da cidade do Porto e dos de fora que a ela sempre acorreram, e como tal se manteve até que, progressivamente, a decadência, o abandono e até a insegurança passaram a caraterizar o Centro Histórico da cidade. A partir dos finais de 1996, com a classificação do Centro Histórico do Porto como Património Cultural da Humanidade, esse Centro Histórico ganhou nova vida, iniciou a recuperação ora lenta, ora frenética, adquiriu novos contornos e conseguiu tornar-se turisticamente muito atraente. Pode-se até dizer que surgiu uma nova rua das Flores, mais airosa, mais asseada. É verdade que a rua das Flores continua no mesmo sítio, com o mesmo traçado, mas com novas valências adaptadas aos novos tempos. Se outrora ela era atrativa, continua a sê-lo hoje em dia, não certamente pelos mesmos motivos. A intensidade de movimentação de pessoas foi recuperada, embora por ela já não passem procissões, cortejos cívicos ou rituais, nem motins.

[38] REIS, 1999: vol. IV, 437. Não se indica o itinerário.
[39] REIS, 1999: vol. IV, 441-449.
[40] REIS, 1999: vol. IV, 449.
[41] Esta carta foi por mim depositada no Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, oferecido pela Irmã da Santa Casa, Senhora Dra. Maria Elisa Achiolli Barbosa.

A Misericórdia continua bem presente, sendo até a única entidade que lá se mantém desde o longínquo século XVI, já não com oferta nos domínios da saúde e da benemerência social. Essa oferta continua a ser primordial, apenas mudou de objeto. Na antiga Casa do Despacho surgiu um pequeno, mas muito bem desenhado e apetrechado Museu. Antes oferecia-se solidariedade, filantropia e benemerência. A pessoa humana continua hoje a ser o foco e o objetivo. A Cultura, o Culto e a Memória são um novo caminho para a redenção.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Inês, *coord.* (2018). *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Almedina, vol. I.

BASTO, A. de Magalhães (1997). *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2.ª ed. Porto: SCMP.

COMPROMISSO de 1646. Porto: Santa Casa da Misericórdia, Oficina Tipográfica do Hospital do Conde de Ferreira, 1946.

COSTA, Agostinho Rebelo da (2001). *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. 3.ª ed. Lisboa: Frenesi.

COUTO, P.e Luís de Sousa [s.d.]. *Origem das Procissões na cidade do Porto*. Reedição. Porto: Câmara Municipal.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (2006). *A Rua das Flores no século XVII*. In *Notícias do Velho Porto*. Porto: Campo das Letras, pp. 162-169.

MADUREIRA, La Salete (1994). *Os compromissos da Misericórdia do Porto*. «Boletim da Santa Casa da Misericórdia do Porto». Nova Série, ano II, n.º 5 (agosto de 1994), 57.

OLIVEIRA, P.e Miguel de (1958). *História Eclesiástica de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: União Gráfica.

REIS, Henrique Duarte e Sousa (1999). *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna na Cidade do Porto*. Porto: BPMP, vol. IV.

SILVA, António de Morais (1949-1959). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10.ª ed. Lisboa: Confluência, vol. V.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal, 2 vols.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: IN-CM.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2001). *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: INAPA.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2016). *A proclamação da República e as imediatas tentativas de interferência do Estado na administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. In *Saúde, Ciência, Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, pp. 515-539.

OS OURIVES NA RUA DAS FLORES: DAS OFICINAS ÀS CASAS DE OURIVESARIA, UM PERCURSO DOS SÉCULOS XVIII A XX

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA*

Resumo: *A ourivesaria constituiu uma das actividades referenciais da Rua das Flores, entre os séculos XVIII e XX. O seu papel no desenvolvimento histórico do arruamento alcançou uma grande dimensão simbólica. Um número significativo de ourives nela residiu e teve o seu negócio. Este estudo aporta diversos tipos de informações sobre alguns deles, permitindo conhecê-los de forma mais profunda, bem como os meandros sociológicos do seu negócio. Certos negociantes destacaram-se noutros campos, sendo que alguns deles alcançaram importância na política, na vida institucional e noutras artes. Deste trabalho consta, ainda, diverso material iconográfico (fotografias, facturas, entre outras fontes) referente aos ourives da Rua das Flores.*

Palavras-chave: *Ourivesaria; Porto; Comércio; Ourives do ouro.*

Abstract: *Silver and goldsmithing were two of the main activities in Rua das Flores between the 18th and 20th centuries. Its role in the historical development of the street reached a great symbolic dimension. A significant number of goldsmiths lived and had their business there. This study provides different types of information about some of them, allowing us to get to know them in a deeper way, as well as the sociological intricacies of their activity. Certain traders stood out in other fields, some of them having achieved importance in politics, institutions, and other arts. This work also includes iconographic material (photographs, invoices, among other sources) on the goldsmiths of Rua das Flores.*

Keywords: *Silver and Goldsmithing; Porto; Trade; Goldsmith.*

INTRODUÇÃO

Na cidade do Porto, o mítico arruamento dos ourives, a Rua das Flores, encerra em si toda uma mundividência dos ofícios do ouro e da prata. Não sendo exclusivamente ocupada com o comércio dos metais preciosos, pois nela tinham lugar outros negócios, representa muito do que foi, entre os séculos XVIII e XX, a realidade desses mesteres no Norte de Portugal.

Nesta rua desfilaram diversos dos nomes mais importantes das artes dos metais nobres portuenses entre Setecentos e Novecentos. A maioria permanece desconhecida da generalidade das pessoas, com excepção de um ou outro apelido de ourives que

* EA-UCP, CITAR, CITCEM-FLUP (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: gvsousa@ucp.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2718-4386. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

permaneceu até à actualidade, como os Leitão ou os Rosas. Mas também ressoam ainda algumas memórias de famílias outrora poderosas no negócio, como os Mourão ou os Moutinho de Sousa.

As actividades destes mestres e, posteriormente, negociantes de porta aberta, geravam volumes financeiros de montantes diferenciados e assumiam distintas posturas perante a ourivesaria. Os meandros do seu negócio exigiriam estudos caso a caso, mas da generalidade deles perdeu-se o espólio, sendo por isso necessário cerzir uma teia, por vezes complexa, para obter uma ideia específica de muitos dos ourives. Para reconstituir esse perfil individual e, por análise geral, uma visão de conjunto, restam-nos, para a sua quase totalidade, apenas os elementos procedentes de fontes públicas.

Neste estudo não abordaremos a produção dos ourives, mas tão somente aspectos relacionados com o seu enquadramento sociológico e respectivos elementos biográficos. Os almanaques espelham a relevância do negócio, se bem que não apresentem a listagem de todos os ourives, havendo a acrescer uma grande quantidade nomes que aí não figuram. Certamente seriam ourives fabricantes de menor importância, cujo memória não se perpetuou através desta fonte.

A importância da Rua das Flores no universo dos trabalhos de ourivesaria permaneceu no século XX, mas já sem o número de lojas abertas que observáramos nas décadas de 1860 a 1880, na medida em que se assistiu à abertura de negócios desta arte em muitos outros pontos da cidade. Possuiu, contudo, em Novecentos alguns negociantes, criadores e estetas de nomeada, como teremos ocasião de referenciar.

1. A RUA DAS FLORES E A GEOGRAFIA URBANA NO CONTEXTO DOS OFÍCIOS DO OURO E DA PRATA

Com tradições medievais na urbe portuense, a ourivesaria teve o seu epicentro, nos séculos XVI e XVII, na parte baixa da cidade, junto ao rio[1]. Pontificavam, então, a Rua da Ourivesaria e outros arruamentos, como a Rua da Reboleira e a da Fonte Aurina. Será na primeira metade do século XVIII que se vai dar a emergência da relevância da Rua das Flores[2], na relação com os ourives, tendo sido, mesmo no século XIX, essencialmente uma artéria dos ourives do ouro. Alguns prateiros aí residiram, mas permaneceriam sobretudo junto a São Nicolau, enquanto outros, mais tarde, tiveram as suas oficinas nas cercanias da igreja de Santo Ildefonso, na parte alta da cidade.

No século XVIII, residiram e tiveram a sua oficina na Rua das Flores mestres ourives do ouro como, entre outros, os irmãos Manuel José Teixeira Leal e José Teixeira Leal, José Pinto dos Santos Lima Andaras, Caetano Monteiro de Gouveia, João de Sousa Teles, ou o cravador de diamantes João Alves Vieira[3]. Mas também aí

[1] CASTRO, 1999.
[2] AFONSO, 2000.
[3] SOUSA, 2008: 65-66; SOUSA, 2012a.

residiram e possuíram o seu local de trabalho alguns ourives da prata, se bem que em menor número, como Martinho de Cerqueira ou Hipólito Francisco[4].

Na Rua das Flores, durante o século XIX, estabeleceram-se comercialmente ourives a título individual, mas foram também criadas sociedades, seja com outros companheiros de diferente família, como a Couto & Moura, Amaral & Torres, Augusto Moreira & Coutinho, ou com membros do mesmo agregado familiar, como Albino Coutinho & Filhos, António Coelho de Sousa & Irmão, António Gaspar Moreira Baltar & Irmãos, ou Mourão & Irmão[5].

Dados que publicámos para o ano de 1861 referentes à contribuição industrial paga pelos ourives, mostram-nos que havia diferentes níveis de pagamento, sendo que os ourives que desenvolviam os negócios mais vultuosos (de 16$500 réis a 26$000 réis), viviam todos na Rua das Flores. Encontramos neste rol nomes como António José da Silva Porto (Flores, n.º 251), António Moreira de Magalhães (Flores, n.º 43), António Pinto da Neves (Flores, n.º 87), Caetano de Sousa Pinto (Flores, n.º 151), Correia & Costa (Flores, n.º 107), Couto & Moura (Flores, n.º 247), Francisco Moutinho de Sousa (Flores, n.º 271), Francisco Pereira Loureiro (Flores, n.º 263), Jacinto Pinto das Neves (Flores, n.º 267), João António Pinto Machado (Flores, n.º 63), José Pinto Leitão (Flores, n.º 115), José dos Santos Seabra (Flores, n.º 183), Luís José Ferreira (Flores, n.º 95), Luís José Ferreira Pais (Flores, n.º 121), Mourão & Irmão (Flores, n.º 89), Neves & Gasparinho (Flores, n.º 229) e Viúva Moreira & Filho (Flores, n.º 159). Contudo, importa lembrar que neste arruamento tinham o seu estabelecimento, igualmente, ourives que pagavam muito pouco valor da dita contribuição, como Albino da Cunha Soares (800 réis), António José Ribeiro Pinto (2$000 réis), Augusto Adriano (800 réis), Domingos Rodrigues da Silva (2$000 réis), José António Amorim (1$500 réis) ou Martinho José Lopes (3$000 réis)[6].

De alguns ourives vamos podendo revelar algumas informações, como sucede com o acima mencionado José dos Santos Seabra. Com carta de exame datada de 1831[7], sabemos que executou obra para a Ordem Terceira de São Francisco do Porto, como o atesta uma factura passada por um trabalho realizado para esta irmandade (Fig. 1). Encontramo-lo referenciado com diversos números na Rua das Flores, sendo o último dos quais o relativo ao ano de 1881, em que surgem mencionados os n.os 179-181[8]. Era casado com D. Quitéria Maria Seabra, que morreu nesse mesmo arruamento, no n.º 183, em 22 de Dezembro de 1880[9].

---

[4] SOUSA, 2004: 259; SOUSA, 2005a: 94-97, 216-221.
[5] SOUSA, RESENDE, 2012.
[6] SOUSA, 2009: 276-284. Esta listagem é mais interessante que a dos almanaques portuenses, pois revela os nomes de pequenos ourives, espalhados por diferentes zonas da cidade e que não surgem inseridos nesse rol.
[7] SOUSA, 2012a: vol. 2, 1663.
[8] PAIVA, 1880: 270-275.
[9] Tinha 82 anos e deixou uma filha, não tendo feito testamento. Foi a sepultar ao cemitério do Prado do Repouso. ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Óbitos de 1880, fol. 95v, n.º 375.

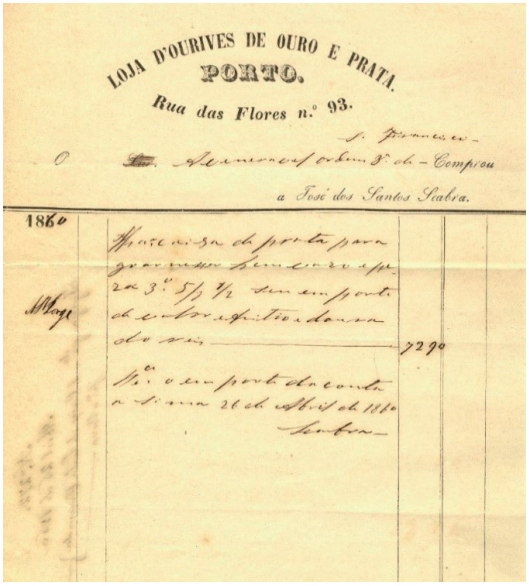

LOJA D'OURIVES DE OURO E PRATA.
PORTO.
Rua das Flores n.º 93.
a José dos Santos Seabra.
1860

Fig. 1
Factura do ourives José dos Santos Seabra, com loja de ouro e prata na Rua das Flores, n.º 93, passada à Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto, 1860
Fonte: Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto





Figs. 2 e 3. Estojo com relógio de bolso de ouro e, em cuja base se encontra colada a etiqueta de papel da casa Mourão & Irmão (Rua das Flores, n.os 89-93, Porto, e Rua do Chiado, n.os 25 e 27, em Lisboa), último terço do século XIX
Fonte: Colecção particular

O Porto (em conjunto com Gondomar) afirmar-se-ia como o grande centro produtor de ourivesaria em Portugal na segunda metade do século XIX. A intensidade da produção e o número de artífices envolvidos permite evidenciá-lo. A freguesia do Bonfim, na zona oriental da cidade, comportava um número avultado de pessoas ligadas ao universo dos metais preciosos, como testemunha a leitura dos respectivos



Fig. 4
Verso de tampa de estojo
da casa Leitão & Irmão,
com lojas em Lisboa e no Porto
Fonte: Colecção da família dos viscondes da Ermida

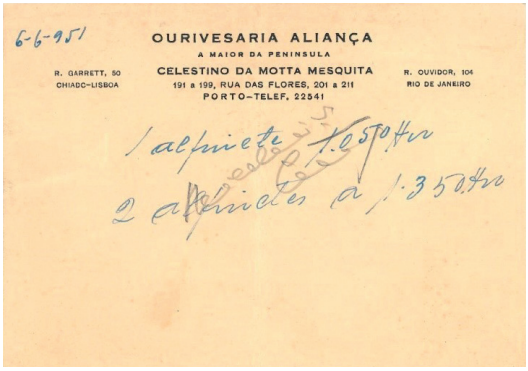


Fig. 5
Envelope da Ourivesaria Aliança, de Celestino da Mota Mesquita, com sede no Porto
(Rua das Flores) e filiais em Lisboa (Chiado)
e no Rio de Janeiro (Rua do Ouvidor)
Fonte: Colecção particular

registos paroquiais. Outro facto relevante prende-se com a saída de importantes estabelecimentos desta arte para Lisboa. Podemos assinalar a casa Mourão & Irmão (Figs. 2 e 3), seguida, mais tarde, pela Leitão & Irmão (Fig. 4), esta nos anos 70 dessa centúria, ambas com origem na Rua das Flores. Em Lisboa, as duas instalaram-se no Chiado, a zona da moda na capital portuguesa[10].

Já no século XX, Celestino da Mota Mesquita, proprietário da Ourivesaria Aliança (Fig. 5), situada na Rua das Flores, abriu uma sucursal em Lisboa, também no Chiado. A venda de artefactos no Brasil[11] havia já levado esta casa a estabelecer uma loja na tradicional Rua do Ouvidor, na então capital brasileira. Esta casa, que marcou a ourivesaria portuguesa de boa parte do século XX, possuía uma ampla clientela e foi responsável pela produção de um número elevado de peças de prataria religiosa e profana[12].

[10] Não entraremos em pormenores sobre a casa Leitão & Irmão visto estarmos neste momento a comissariar uma exposição no Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, a ter lugar em 2025, e a escrever um livro, a publicar posteriormente, sobre esta família de negociantes de ourivesaria e sobre a obra que realizaram ao longo das gerações.
[11] O comércio de objectos de ourivesaria com o Brasil é muito relevante na primeira metade do século XX, e ficara já evidenciado no estudo TRANCOSO, 2011.
[12] SOUSA, 2005b.

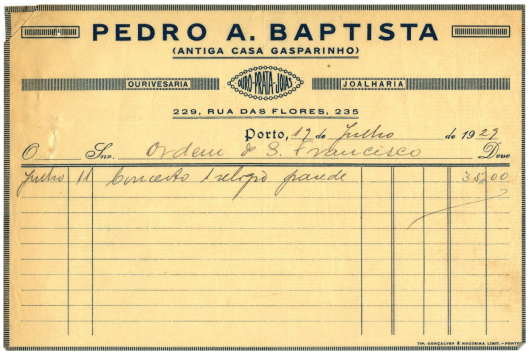

PEDRO A. BAPTISTA
(ANTIGA CASA GASPARINHO)
OURIVESARIA
OURO-PRATA-JOIAS
JOALHARIA
229, RUA DAS FLORES, 235
Porto, 17 de Julho de 1929
O Snr. Ordem de S. Francisco Deve
Julho 11 Brincos Talão grande 38$00

Fig. 6
Factura do ourives Pedro Baptista (antiga casa Gasparinho), com loja na Rua das Flores, n.os 229-235, passada à Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto, em 1929
Fonte: Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto

Para o século XX, relacionadas com a Rua das Flores, destacamos as figuras de José Rosas Júnior[13], do *supra* mencionado Celestino da Mota Mesquita, de Pedro Baptista (Fig. 6)[14] e de Luiz Ferreira, cuja sociedade familiar se encontrava primeiramente estabelecida neste arruamento, antes de se mudar a título individual para a Rua Trindade Coelho, que lhe era muito próxima[15].

2. UMA RUA DE ENSAIADORES, DE CONTRASTES E DE OURIVES DA CASA REAL

Uma das novidades trazidas ao comércio e à indústria pelo século XIX foi o título de fornecedor da Casa Real. Desde o primeiro quartel de Oitocentos, que esta designação trazia prestígio a quem a recebia, que podia usar as armas reais nos seus papéis e noutras expressões ligadas ao seu nome[16]. Dos ourives portuenses que alcançaram esta mercê, quase todos tinham o seu estabelecimento na Rua das Flores. Do levantamento efectuado, podemos registar, no século XIX: José Aniceto Pinto Monteiro, «ensaiador e contraste da Casa Real» (1861), Augusto Moreira & Coutinho, «ourives da Casa Real» (1863), Mourão & Irmão, «ourives da Casa Real» (1863)[17], Hermano Alberto Correia, «ourives da Casa Real» (1864), Bento Augusto da Costa Guimarães, «ourives da Casa Real» (1870), Leitão & Irmão, «ourives honorário da Casa Real» (1875), e António Gaspar Moreira Baltar, «contraste ensaiador e ourives da Casa Real» (1876)[18].

Ao rastrearmos os ensaiadores do ouro e da prata do Porto do século XIX, verificamos que a generalidade dos do ouro residiram na Rua das Flores, ou na Rua dos Canos, situada nas suas imediações. Manuel Dias do Couto, Vicente Manuel de

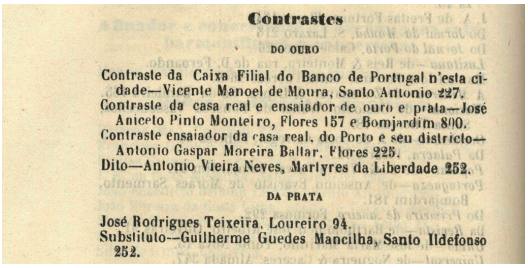
[13] SOUSA, 2012b; SOUSA, 2021.
[14] ERMIDA, 1983.
[15] SOUSA, 1996: 29-30.
[16] MATOS, 2009.
[17] Mais tarde seu sucessor em Lisboa, na Rua Garrett, n.os 25-24, Germano José Gomes, recebe a designação de ourives da Casa Real, em 10 de Abril de 1893 (MATOS, 2009: 190-191).
[18] MATOS, 2009: 162-164, 171, 175, 178, 190-191.

Moura e António Gaspar Moreira Baltar tiveram o seu negócio na Rua das Flores, o mesmo sucedendo com o ensaiador da prata José de Almeida Brandão Aguiar Penetra (Flores, n.º 114) e o contraste da Casa Real José Aniceto Pinto Monteiro (Flores, n.º 157), apesar de nestes dois últimos casos lhes serem, mais tarde, atribuídas moradas na Rua do Bonjardim.

Manuel Dias do Couto, ensaiador do ouro do Porto entre Julho de 1863 e Janeiro de 1865, era originário de Trás-os-Montes, mais precisamente de Vilarinho da Chã, Montalegre, onde nascera em 29 de Novembro de 1797, vindo a morrer na Rua das Flores, freguesia da Sé, Porto, em 14 de Janeiro de 1865[19]. Casara com D. Maria Gonçalves da Torre, irmã do ourives do ouro Lourenço Gonçalves da Torre († 1833)[20], uma figura ainda pouco conhecida, mas com relevância no ofício, que residira no arruamento em estudo, tendo-se mudado, após o respectivo casamento, para a Rua de Santa Catarina, na freguesia de Santo Ildefonso da Cidade Invicta.

Este ensaiador foi sócio e protector de Vicente Manuel de Moura (1815-1908), seu sucessor neste ofício e no de contraste do ouro (1865-1881), sendo ambos naturais do concelho de Montalegre. Vicente Manuel de Moura era sogro de José Aires da Silva Rosas, que herdou o seu estabelecimento, na Rua das Flores, n.os 245 e 247[21], sendo avô de José Rosas Júnior, mencionado *supra*.

António Gaspar Moreira Baltar[22] foi ensaiador da Casa Real e também ensaiador e contraste do ouro do Porto (Fig. 7), sendo natural de Baltar, Paredes. Casou com Joana Dias, nascida na freguesia de Santo Ildefonso, Porto[23], e vivia na Rua das Flores, n.º 225[24].


Contrastes

DO OURO

Contraste da Caixa Filial do Banco de Portugal n'esta cidade—Vicente Manoel de Moura, Santo Antonio 227.
Contraste da casa real e ensaiador de ouro e prata—José Aniceto Pinto Monteiro, Flores 157 e Bomjardim 800.
Contraste ensaiador da casa real, do Porto e seu districto—Antonio Gaspar Moreira Ballar, Flores 225.
Dito—Antonio Vieira Neves, Martyres da Liberdade 252.

DA PRATA

José Rodrigues Teixeira, Loureiro 94.
Substituto—Guilherme Guedes Mancilha, Santo Ildefonso 252.

Fig. 7
Elenco dos contrastes e ensaiadores do ouro e da prata do Porto, no almanaque do Porto e seu distrito para 1883
Fonte: Pormenor de PAIVA, 1882: 242

[19] Cfr., respectivamente, ADVR. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Vilarinho da Chã (Montalegre), Livro 4 de Baptismos, fol. 161; ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Óbitos de 1865, fol. 4, assento n.º 13.
[20] Morreu em 14 de Agosto de 1833, sendo morador na Rua de Santa Catarina. Foi a sepultar aos Terceiros do Carmo. ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 11 de Óbitos, fol. 274.
[21] BASTO, [s.d.]: 17.
[22] SOUSA, 2012a: vol. 1, 171-180.
[23] Era filho de José António Moreira Lima e de Miquelina Rosa Barbosa de Meireles (neto paterno de Custódio José Moreira e de Custódia Moreira de Almeida; neto materno de António Gaspar de Meireles e de Tomásia Francisca Barbosa), enquanto sua mulher era filha de José Ferreira e de Leonor Dias. ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro 15 de Mistos, fol. 128; e ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Casamentos de 1860, fol. 57-57v.
[24] PAIVA, 1882: 242.

Finalmente, José Aniceto Pinto Monteiro, contraste honorário da Casa Real, era filho do ourives do ouro Aniceto Pinto Monteiro, examinado em 1827[25], e de sua primeira mulher, Maria Rosa[26]. Teve o seu negócio na Rua das Flores, n.º 157 (Fig. 7).

Todas estas personalidades foram figuras-chave no espectro da ourivesaria portuense de Oitocentos, sendo que algumas delas necessitam ser ainda mais bem conhecidas.

3. OURIVES DA RUA DAS FLORES QUE FORAM FIGURAS PÚBLICAS NO PORTO

No âmbito da Rua das Flores e no universo da ourivesaria, ocorreram nos dois últimos terços de Oitocentos alguns casos interessantes por fugirem à realidade de um ourives do ouro que nasce e morre na profissão. Abordaremos os casos do ourives-poeta Faustino Xavier de Novais, do de António Ferreira da Silva Brito, que veio a ser feito, no final da vida, 1.º Barão de Ermida, e Augusto Pinto Moreira da Costa, da célebre ourivesaria Moreira & Filho, e que foi presidente da Associação Comercial do Porto.

Não tendo sido importante enquanto ourives, ao que nos é dado observar, Faustino Xavier de Novais deixou rasto enquanto poeta do romantismo portuense e jornalista[27]. Os exemplares dos almanaques portuenses a que tivemos acesso referenciam-no estabelecido na Rua das Flores, n.º 37, nomeadamente os referentes aos anos de 1852[28], de 1853[29], de 1854-5[30] e de 1855[31].

O poeta-ourives nasceu em 17 de Fevereiro de 1820, na freguesia portuense de Santo Ildefonso, sendo os pais moradores na Rua de Santa Catarina. A 4 de Março foi baptizado na vizinha igreja matriz, sendo padrinho o Tenente-Coronel António de Meireles Guedes, Fidalgo da Casa Real — assistiu com procuração António José Moreira de Carvalho, da freguesia de Santo Ildefonso —, e teve como madrinha D. Teresa de Abreu, com procuração passada a seu marido, António Luís de Abreu, da Rua do Bonjardim[32]. Era frequente que os ourives buscassem a protecção e a relação próxima com figuras gradas da cidade, de forma a reforçar a sua relevância na urbe e no próprio ofício.

Casou na Sé do Porto, a 28 de Julho de 1855[33], com Ermelinda Rosa Rodrigues de Azevedo, natural de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia[34]. Era sobrinha materna

[25] SOUSA, 2012a: vol. 1, 1018.
[26] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro 15 de Mistos, fol. 385v-386.
[27] CRUZ, 2011.
[28] *Almanak da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya* […], 1852: 101.
[29] *Almanak da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya* […], 1853: 122-124.
[30] SOUSA, 1854: 370.
[31] *Almanak da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya* […], 1855: 142.
[32] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 30 de Baptismos, fol. 10.
[33] O ano do consórcio é referido por OLIVEIRA, 2017: 79.
[34] Era filha de José António Francisco e de sua mulher Rosa Maria Rodrigues Monteiro; neta paterna de José António Francisco e de Maria Teresa Carvalho e neto materno de Manuel Rodrigues Monteiro e de Maria Joaquina de Azevedo. ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro 15 de Mistos, fol. 421.

do barão de Ivaí, António Rodrigues de Azevedo, tendo o casal partido para o Brasil em 1858, vindo a separar-se cerca de 2 anos depois[35].

O seu pai, António Luís de Novais[36], fora também ourives do ouro[37]. Natural da Sé do Porto, casara em 27 de Maio de 1816, na igreja paroquial de Santo Ildefonso, no Porto[38], com D. Custódia Emília Xavier[39], aí nascida, vindo a dar uma prole renomada no universo das Letras, através do dito Faustino Xavier de Novais, e, no Brasil, de sua filha Carolina, mulher do grande escritor Machado de Assis. Esta nascera a 20 de Fevereiro de 1835, sendo os pais moradores na Rua de Santa Catarina, freguesia de Santo Ildefonso. Foi baptizada no dia 23 desse mês, sendo padrinho o ourives do ouro António José Teixeira Leal[40], morador na Rua das Flores, e madrinha D. Maria Teresa, residente na Rua Formosa, freguesia de Santo Ildefonso[41].

Há ainda referência a outros filhos de António Luís de Novais: D. Matilde Amália, Henrique, Miguel e D. Emília, que deixou filhos e era casada com Arnaldo Braga. D. Matilde Amália foi casada com Gaspar Tomás Christ e veio a falecer na freguesia de Santo Ildefonso, pois era moradora na Rua de Santo António, 67, em 1 de Dezembro de 1867, sem filhos, tendo sido sepultada no Prado do Repouso[42]. O seu viúvo e o irmão Henrique fizeram publicar no «Jornal do Porto» um anúncio para participação no seu responso de sepultura[43].

Miguel, que nasceu em 11 de Junho de 1829, foi fotógrafo[44] e veio a fazer testamento em 1903[45], tendo sido casado com a viúva do 1.º Conde de São Mamede, D. Joana Maria Ferreira da Silveira[46].

---

[35] OLIVEIRA, 2017: 79, 91.

[36] Filho de Luís António de Novais, da freguesia de Moreira de Rei, Fafe, e de sua mulher, Margarida Luísa Pimentel, da freguesia de S. Nicolau do Porto (ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 30 de Baptismos, fol. 10); neto paterno de Manuel Gonçalves e de Maria de Novais, naturais da dita freguesia de Moreira de Rei; neto materno de Manuel Bento Pimentel e de Ana Maria Luísa, da cidade do Porto (ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 20 de Casamentos, fol. 98).

[37] SOUSA, 2012a: vol. 2, 1178.

[38] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 20 de Casamentos, fol. 98. Serviram como testemunhas o capitão Manuel Pereira de Morais, vizinho dos contraentes, e Manuel de Araújo de Sousa Lobo, ourives do ouro, da Rua Direita (sobre este mestre, cfr. SOUSA, 2012a: 1, 886-895).

[39] Filha de Francisco Xavier de Carvalho Basto, da freguesia de Abadim, Cabeceiras de Basto, e de sua mulher, Violante Angélica Xavier Basto (ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 30 de Baptismos, fol. 10), natural de Lisboa (ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 34 de Baptismos, fol. 378v); neta paterna de Manuel de Carvalho da Silva, da freguesia de Parada de Bouro, arcebispado de Braga, e de sua mulher, Maria Martins, da freguesia de São Jorge de Aboim, Cabeceiras de Basto; neta materna de José Ferreira, da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, Setúbal, e de sua mulher, Josefa Teresa, da freguesia de Nossa Senhora de Seixas, Patriarcado de Lisboa (ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 20 de Casamentos, fol. 98).

[40] SOUSA, 2012a: vol. 1, 797-802.

[41] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 34 de Baptismos, fol. 378v.

[42] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro de Óbitos de 1867, fol. 104, n.º 409.

[43] «Jornal do Porto». 9.º ano, n.º 276 (3 Dez.1867): 3, 3.ª coluna.

[44] RESENDE, *coord.*, 2021: 51.

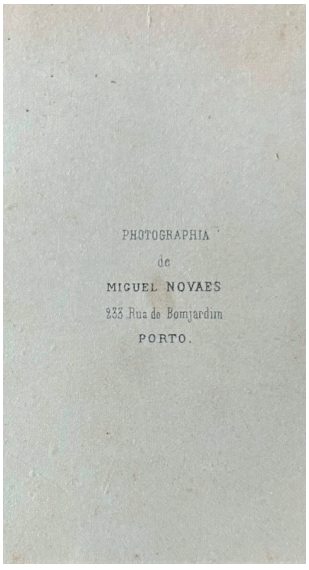
[45] GUIMARÃES, 2016.

[46] PINTO, BAENA, 1991: vol. 2, 571.

António Luís de Novais possuiu estabelecimento de ourivesaria na Rua Formosa, n.º 179 (referenciado nos almanaques portuenses de 1852 e 1853), na Rua do Bonjardim, n.º 71[47], e na Rua do Bonjardim, n.º 205[48]. Sua mulher, D. Custódia Emília, morreu com 71 anos, a 14 de Abril de 1864, sendo moradora na dita Rua do Bonjardim, n.º 205, freguesia de Santo Ildefonso. Foi enterrada no cemitério da igreja paroquial dessa freguesia[49]. O ourives viria a morrer anos mais tarde, com 78 anos, às 6 horas da tarde de 19 de Abril de 1867, sendo já residente na Travessa de Santa Catarina, n.º 35, da mesma freguesia. Morreu com o sacramento da Extrema-Unção, tendo ido a enterrar ao Cemitério do Prado do Repouso[50]. O seu falecimento foi notícia no «Jornal do Porto», não indicando que era ourives mas sim pai «dos snrs. Henrique Xavier de Novaes, Faustino Xavier de Novaes, e Miguel de Novaes, e sogro do snr. Arthur A. Ferreira Braga»[51].

Os Novais tinham relações de amizade com os Moutinho de Sousa[52]. Esta família teve como a sua figura principal, no campo da ourivesaria, Francisco Moutinho de Sousa (1804-1871)[53] (Figs. 8 e 9), um dos mais importantes negociantes da Rua das





Figs. 8 e 9
Fotografia do negociante de ourivesaria Francisco Moutinho de Sousa (1804-1871), pelo fotógrafo Miguel de Novaes (irmão de Faustino Xavier de Novaes)
Fonte: Colecção do Dr. José Couceiro da Costa

[47] *Almanak da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya* […], 1855: 142.
[48] SOUSA, *ed*., 1865: 121.
[49] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro de Óbitos de 1864, fol. 20v, n.º 75.
[50] ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro de Óbitos de 1867, fol. 28v, n.º 108.
[51] «Jornal do Porto». 9.º ano, n.º 90 (21 Abril 1867): 2, 3.ª coluna.
[52] MENEZES, 1970.
[53] Informações disponíveis em: GENEALL, 2000. As informações foram confirmadas e estão correctas.

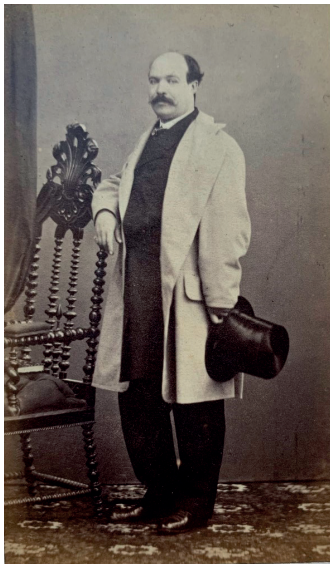


Fig. 10. Fotografia do negociante de ourivesaria, poeta e actor António Moutinho de Sousa (1834-1898)
Fonte: Colecção do Dr. José Couceiro da Costa



Fig. 11. Estojo com fotografia de D. Rita de Cássia Nogueira Soares, segunda mulher do negociante de ourivesaria António Ferreira da Silva Brito, feito 1.º Barão de Ermida
Fonte: Colecção da família dos viscondes da Ermida

Flores. O seu filho, António Moutinho de Sousa (Fig. 10), poeta, teve igualmente estabelecimento de ourivesaria na Rua das Flores, n.º 271, o que surge referenciado nos almanaques da cidade, como, por exemplo, no de 1868/1869[54] ou no de 1870[55].

Curioso percurso foi o do ourives do ouro António Ferreira da Silva Brito (1809-1872), igualmente filho de um ourives de ouro, que se liberta das amarras do ofício e se vem a tornar Barão de Ermida no final da vida, em 1871. Possuiu loja na Rua das Flores e foi casado com duas irmãs, filhas do também ourives do ouro José Joaquim Soares (†1803)[56]. A sua segunda mulher, D. Rita de Cássia Nogueira Soares (fig. 11) irá herdar bens de seu cunhado, o ourives António José Soares e Silva († 1855)[57], o que lhe permitiu certamente alavancar e diversificar os seus negócios[58].

Outra figura pública foi Augusto Pinto Moreira da Costa (1832-1889) (fig. 12). Filho do ourives José Moreira da Costa (1781-1835), cuja actividade seria continuada pela viúva, constituindo a sociedade Viúva Moreira & Filho, afirmou-se como um

[54] SOUSA, *ed.*, 1867: 123.
[55] SOUSA, 1869: 240.
[56] SOUSA, 2012a: vol. 2, 1823-1825.
[57] SOUSA, 2012a: vol. 2, 1768-1770.
[58] SOUSA, 2022.



Fig. 12. Retrato de Augusto Pinto Moreira da Costa (1832--1889), Presidente da Associação Comercial do Porto em 1885 e 1886, e negociante de ourivesaria na Rua das Flores; pelo pintor Marques de Oliveira
Fonte: Ext. de ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO, 1942: 159

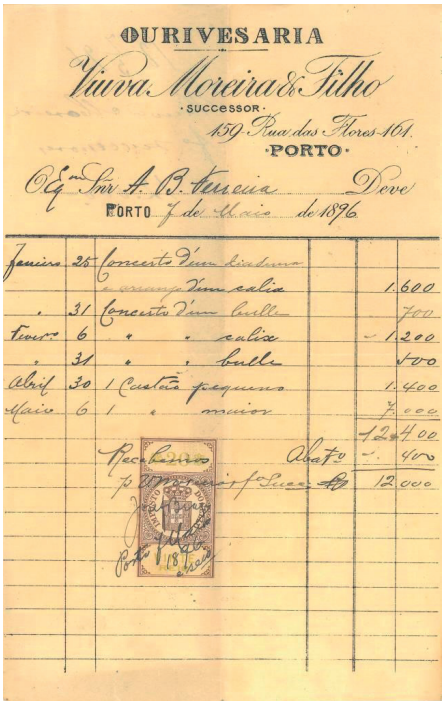

OURIVESARIA
Viúva Moreira & Filho
· SUCCESSOR ·
159 Rua das Flores 161
· PORTO ·
Ex.mo Snr. A. B. Ferreira Dove
PORTO 7 de Maio de 1896
Janeiro 25 Concerto d'um bracelete
" " Uma salva 1.600
" 31 Concerto d'um bule 700
Fevr.o 6 " " salva 1.200
" 31 " " bule 700
Abril 30 1 Custia pequena 1.400
Maio 6 1 " maior 7.000
12.400
Recebemos Abat.to 400
p. Moreira & F.o Succ.r 12.000
Porto 18 Maio

Fig. 13. Factura-recibo da ourivesaria Viúva Moreira & Filho, Sucessor, na Rua das Flores, n.os 159-161, passada a António Bernardo Ferreira III, em 1896
Fonte: Colecção de D. Benedita Lima de Brito e Cunha

dos mais importantes estabelecimentos de ourivesaria do arruamento. O dito ourives e negociante viria a ingressar na política, alcançando o lugar de vereador da Câmara Municipal do Porto[59] e alcançou, também, a presidência da Associação Comercial do Porto, em 1885 e 1886, tendo sido responsável pela formação da biblioteca desta última Instituição[60]. Era de tal forma importante a herança simbólica do nome daquela casa que uma factura em uso em 1896 não refere o nome do novo estabelecimento, mas recorre somente à designação «Viúva Moreira & Filho – Sucessor» (Fig. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da Rua das Flores no percurso histórico da ourivesaria portuense é comummente reconhecida, pela quantidade e importância de ourives que, numa

[59] SOUSA, 2023.
[60] *Associação Comercial do Porto* […], 1942: 159, 186, 284.

primeira fase, aí tiveram a sua oficina, e, posteriormente, no século XIX, de outros que aí desenvolveram o seu negócio enquanto estabelecimento comercial.

A complexidade de abordagens e a quantidade de elementos sobre a sua actividade leva-nos a, paulatinamente, ir fornecendo informações, ora de índole mais geral, ora mais concentrada em certas personagens ou famílias de ourives. E a diversidade de perspectivas a ter em conta é muito numerosa, não apenas pela pluralidade de pontos de vista em que as questões da ourivesaria podem ser entendidas e analisadas, como pela imensa quantidade de informações existentes, numa variedade de fontes assinalável. Recordemos que existiram centenas de ourives a residir na Rua das Flores, entre os séculos XVIII e XX.

Neste trabalho foram somente referenciados dados relacionados com o percurso biográfico dos ourives e o respectivo enquadramento social e profissional. Para outros estudos ficará (e já o fizemos, em parte) a análise da imensa produção de peças de joalharia, de ourivesaria do ouro e prataria, que irão transformar o Porto (incluindo Gondomar), no principal centro produtor português da segunda metade de Oitocentos.

Concluindo, a relação da Rua das Flores com a arte da ourivesaria, entre os séculos XVIII e XX, constituiu uma das facetas mais identitárias deste arruamento, pelo que a abordagem desta dimensão não poderia ser esquecida na abordagem da sua história. Muito mais haveria a escrever, mas as limitações derivadas duma publicação desta natureza permitem-nos deixar apenas algumas informações inéditas, que futuros trabalhos virão necessariamente complementar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 30 de Baptismos.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 34 de Baptismos.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 20 de Casamentos.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro 11 de Óbitos.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro de Óbitos de 1864.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso (Porto), Livro de Óbitos de 1867.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Óbitos de 1880.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Casamentos de 1860.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro 15 de Mistos.
ADP. *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé (Porto), Livro de Óbitos de 1865.

Arquivo Distrital de Vila Real

ADVR. *Registos Paroquiais*, Freguesia de Vilarinho da Chã (Montalegre), Livro 4 de Baptismos.

Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto

VOTSFP. *Factura-recibo do ourives José dos Santos Seabra*, 1860.
VOTSFP. *Factura-recibo do ourives Pedro Baptista*, 1929.

Fontes electrónicas

GENEALL, Portal de Genealogia (2000). *Francisco Moutinho de Sousa*. [Consult. 18 Jun. 2023]. Disponível em <https://geneall.net/pt/nome/132838/francisco-moutinho-de-sousa/>.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas (2016). *Um testamento à Brás Cubas*. [Consult. 18 Jun. 2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mael/a/H9HSdc6zWRSQf53wS9GTV5w/?lang=pt>.

Periódicos

«Jornal do Porto». 9.º ano, n.º 90 (21 Abr. 1867).
«Jornal do Porto». 9.º ano, n.º 276 (3 Dez.1867).

Bibliografia

AFONSO, José Ferrão (2000). A *Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP Publicações.

ALMANAK da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1852. Porto: Tipografia de Faria Guimarães, 1852.

ALMANAK da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1853. Porto: Tipografia de Faria Guimarães, 1853.

ALMANAK da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1855. Porto: Tipografia de Faria Guimarães, 1855.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO: resumo histórico da sua actividade desde a sua fundação até ao ano das comemorações centenárias 1834-1940. Porto: [Associação Comercial do Porto], 1942.

BASTO, A. de Magalhães [s.d.]. *Breve História da casa José Rosas & C.ª*. In *José Rosas & C.ª. Ourives Joalheiros. Porto 1851-1951*. [Porto: s.n.], pp. 5-54.

CASTRO, Marília João de (1999). *Ourives portuenses dos séculos XVI e XVII: contributos para um dicionário*. «Museu». Série IV. 8, 59-124.

CRUZ, Eduardo da (2011). *Faustino Xavier de Novais: o bardo e a questão do dinheiro*. «Convergência Lusíada». 26 (Jul.-Dez.), 19-36.

ERMIDA, Felipe (1983). *Uma casa quase centenária: Pedro A. Baptista na joalharia portuense*. «O Tripeiro». Série VII. 2 (2) (Fev.), 58-61.

MATOS, Lourenço Correia de (2009). Os *fornecedores da Casa Real (1821-1910)*. Lisboa: Dislivro.

MENEZES, Helena Cardoso de Macedo e (1970). *O primeiro livro de Faustino Xavier de Novais*. «O Tripeiro». Série VI. 2 (Fev.), 33-35.

OLIVEIRA, Aline Cristina de (2017). *Faustino Xavier de Novais e as conexões entre Portugal, França e Brasil nas páginas d'*O Futuro *(1862-1863)*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Tese de doutoramento.

PAIVA, A. G. Vieira (1880). *Almanak do Porto e seu districto para 1881*. Porto: A. G. Vieira Paiva – Editor.

PAIVA, A. G. Vieira (1882). *Almanak do Porto e seu districto para 1883*. Porto: A. G. Vieira Paiva – Editor.

PINTO, Albano da Silveira; BAENA, Visconde de Sanches de (1991). *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*. 2.ª ed. [S.l.]: Fernando Santos, Luís Wenceslau Barroso, Rodrigo Faria de Castro].

RESENDE, Nuno, *coord.* (2021). *Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia do Porto (~1840~1980)*. Porto: CITCEM.

SOUSA, Ana Cristina Correia de; RESENDE, Nuno (2012). *Os brilhantes do brasileiro: uma visita à família dos ourives Mourão*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord. Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, 1, pp. 121-140.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (1996). *A arte de Luiz Ferreira*. Porto: Lello Editores.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2004). *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810).* Porto: Ed. do Autor.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2005a). *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750--1825*. Porto: Livraria Civilização Editora.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2005b). *A ourivesaria Aliança, da Rua das Flores, um dos expoentes do neogótico na Ourivesaria Portuguesa*. «O Tripeiro». Série VII. 23 (6) (Jun.), 177-178.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2008). *A joalharia no Porto ao tempo dos Almada*. Porto: CITAR.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2009). *Arte e sociabilidade no Porto Romântico*. [S.l.]: CITAR.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2012a). *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR. 2 vols.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2012b). *José Rosas Júnior (1885-1958) e a criação da joalharia portuguesa da primeira Metade do Século XX*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord. Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria.* Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, pp. 37-58.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2021). *Revivalism and modernity in the work of portuguese jeweller José Rosas Júnior (1885-1958)*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *ed. IV Congress on European Jewellery: Centres and Peripheries in European Jewellery: from Antiquity to the 21st Century*. Porto: UCE-Porto, pp. 89-102.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2022). *Ourives titulares no Porto oitocentista*. «Quiroga». 21, 24-35.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2023). *A ourivesaria no feminino no Porto no século XIX: as viúvas e a sua actividade comercial*. In RIVAS CARMONA, Jesús; GARCÍA ZAPATA, Ignacio, *coord. Libro de San Eloy 2023*. Múrcia: Universidad de Murcia (no prelo).

SOUSA, J[osé] L[ourenço] de (1854). *Almanak commercial, judicial e administrativo do Porto e seu districto, para o anno de 1854-1855*. Porto: Tipografia de J. L. de Sousa.

SOUSA, José Lourenço de (1869). *Almanak do Porto e seu districto para o anno de 1870.* Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa.

SOUSA, José Lourenço de, *ed.* (1865). *Almanak do Porto e seu districto para o anno de 1866-1867*. Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa.

SOUSA, José Lourenço de, *ed.* (1867). *Almanak do Porto e seu districto para o anno de 1868-1869*. Porto: Imprensa Popular de J. L. de Sousa.

TRANCOSO, Teresa Maria Pinto (2011). *António Maria Ribeiro: Cinzelador, ourives, escultor e desenhador portuense (1889-1962)*. Porto: UCE-Porto; CIIONP; CITAR.

«QUE SE ERGA "PAREDE DIREITA DE PEDRA E CALL"». A MUDANÇA DE PARADIGMA NA CONSTRUÇÃO CORRENTE EM FINAIS DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

LUÍSA TRINDADE*

Resumo: *Este texto incide sobre as transformações operadas ao nível do sistema construtivo da casa urbana corrente, no decorrer dos séculos XV e XVI. Pretende avaliar como, à semelhança do que se verificou noutras geografias europeias, também em Portugal ocorreu um fenómeno de «petrificação da construção urbana corrente» ou, por outras palavras, o modo como a pedra ganhou proeminência sobre outros materiais. Na argumentação seguida, ganha particular relevo a análise da arquitetura da Rua Nova de Lisboa, quer a partir de fontes escritas, quer a partir das telas pertencentes à Coleção da Kelmscott Manor, The Society of Antiquaries of London.*

Palavras-chave: *Casa urbana corrente; Madeira; Pedra; Século XVI; Rua Nova de Lisboa.*

Abstract: *This paper focuses on changes in building practices on the communal urban house during the 15th and 16th centuries in Portugal. The aim is to examine how, as in other European regions, Portugal experienced a «petrification of urban construction» or, in other words, how stone gained prominence over other materials. The analysis of the architecture of Lisbon's Rua Nova, both from written sources and from the canvases belonging to the Kelmscott Manor Collection, The Society of Antiquaries of London, is particularly important in this argument.*

Keywords: *Communal urban house; Wood; Stone; 16th century; Rua Nova de Lisboa.*

Como afirmava Jacques Le Goff, a perceção contemporânea sobre a Idade Média é a de «uma gloriosa colecção de pedras: as catedrais e os castelos. Mas essas pedras representam apenas uma ínfima parte do que havia. Ficaram-nos alguns ossos de um corpo feito de madeira e de materiais ainda mais humildes»[1]. Trata-se, na realidade, de uma constatação fundamental para esclarecer o processo evolutivo que caracterizou a construção urbana corrente — a casa comum — entre os finais da Idade Média e os inícios da época moderna e que justifica o desaparecimento quase total do casario anterior ao século XVI e a subsistência muito significativa de imóveis da mesma categoria já dessa centúria. Por outras palavras — e em resposta ao desafio lançado pelo colóquio *Pierre et dynamiques urbaines*, realizado em Albi em 2019[2] — este texto[3]

* Universidade de Coimbra. Email: luisa.trindade@fl.uc.pt.

[1] GOFF, 1983: 256.

[2] Colloque International *Pierre et dynamiques urbaines*. Institut National Universitaire Champollion Campus d'Albi, 14 au 16 octobre 2019.

[3] Este texto constitui uma versão aumentada e revista de TRINDADE, 2021: 287-321.

incide sobre as transformações operadas ao nível do sistema construtivo, no decorrer dos séculos XV e XVI, de que a expressão fazer «parede direita de pedra e call»[4], que o intitula, é expressiva, avaliando como, à semelhança do que se verificou noutras geografias europeias, também em Portugal ocorreu um fenómeno de «petrificação da construção urbana corrente»[5]. Uma questão cuja análise assenta em três premissas: o reconhecimento de um processo que se arrasta no tempo, ainda que com momentos de evidente aceleração; um processo a que dificilmente se pode apontar um ponto de chegada definitivo, de concretização total dos objetivos; e, finalmente, a constatação de que, antes como depois de 1500, a preferência por um dos materiais não significa a ausência do outro. A casa comum será sempre o resultado da junção de materiais vários[6]. O que muda são os usos e funções que lhes são especificamente atribuídos e, com isso, o peso que ocupam no computo geral da obra.

No âmbito da historiografia tardomedieval portuguesa, o tema da casa corrente conta já com um conjunto de estudos muito significativo, em número, cobertura geográfica e diversidade de abordagens, direcionadas pela área científica dos respetivos autores, com predomínio para a História, Arquitetura, História da Arte e Arqueologia. Este investimento, iniciado ainda nos anos de 1960, embora de forma pontual e exploratória por Oliveira Marques e Pavão dos Santos[7], ganhou carácter regular a partir da década de 1990 destacando-se, entre muitos autores[8], Sílvio Alves Conde[9] e Maria da Conceição Falcão[10] Ferreira pela constância que o tema assume nas suas pesquisas. Se a estes trabalhos especificamente dedicados ao tema juntarmos todos os capítulos que, dispersos em monografias sobre cidades e vilas medievais ou incidindo sobre o património construído de instituições várias, religiosas, assistenciais, concelhias ou

[4] *Documentos para a História da cidade de Lisboa* […], 1949: doc. 28, p. 131-132.

[5] Expressão recorrente no colóquio *Pierre et dynamiques urbaines au Moyen Âge já referido*, concretamente nas comunicações apresentadas por Paulo Charruadas e Philippe Sosnowska, *La «pétrification» du bâti urbain en Brabant méridional à la fin du Moyen Âge. État de la question, problématiques et perspectives*, posteriormente publicada em CHARRUADAS, SOSNOWSKA, 2021: 165-197 e de Hélène Noizet (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, LaMOP), *La pétrification du tissu urbain, un effet du choix des matériaux?*

[6] Está hoje definitivamente afastada a tendência tradicional para dividir o País num Norte de granito e num Sul de barro. Veja-se CONDE, 1997: 261; FERREIRA, 2010: 330-332 e TRINDADE, 2002: 77-95.

[7] MARQUES, 1964; SANTOS, 1964.

[8] BRAGA, 1991: 143-155. BEIRANTE, DIAS, 1995: 61-79; CARITA, 1990 e 1999; TRINDADE, 2002, 2004-2005: 121-157. DUARTE, 2003: 183-192; GONÇALVES, 2004: 101-124. MANEIRA, 2006: 13-36; OSÓRIO, 2008: 13-21; MOURA, MOURA, CRUZ, 2009; SILVA, 2011; RIBEIRO, MELO, 2012: 127-166; COSTA *et al*., 2015: 87-173. PALMA *et al*., 2018: 57-69; ROSADO, LIBERATO, COSTA, 2018: 286-304; SOUSA, 2017 e 2019; GINJA, 2019: 1407-1417.

[9] Os oito principais trabalhos realizados por Sílvio Alves Conde até 2011 encontram-se reunidos em CONDE, 2011c, em cuja bibliografia consta mais uma dezena de estudos do mesmo autor dedicados ao tema, três dos quais em colaboração com Marina Afonso Vieira, CONDE, VIEIRA, 2004 e 2005. No ano seguinte, o autor publicava *Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista,* CONDE, 2012: 221-242 e, em 2017, *Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre as casas no período da formação de Portugal*. CONDE, 2017: 159-193.

[10] FERREIRA, 1999: 11-37; 2001a: 381-432; 2001b: 433-448; 2004: 279-296; 2005: 587-624.



Fig. 1. *Rua Nova dos Mercadores*, Lisboa, autor desconhecido, segunda metade século XVI. Fonte: KM 186.1 e KM 186.2, *Town Scene in Lisbon* © The Society of Antiquaries of London (Kelmscott Manor)

régias, focam a habitação comum[11], é atualmente possível dispor de um quadro amplo e consistente, cuja construção, aliás, continua a suscitar interesse problematizando-se, finalmente também, a questão da salvaguarda, reabilitação e projeção deste património.

A todo este conhecimento alargado, assente em sólida base documental e num número limitado de vestígios materiais, por regra muito transformados e com escasso contributo da arqueologia, juntou-se, há pouco mais de uma década, um testemunho iconográfico de grande potencial em função do detalhe da composição. Com efeito, até então, as mais antigas representações conhecidas de cidades e vilas portuguesas, todas sem exceção já do século XVI, eram, no âmbito específico do casario urbano, pouco esclarecedoras em termos de pormenor, nuns casos porque excessivamente tipificado, noutros pela distância a que a vista panorâmica o remetia[12].

A imagem em causa constituirá, por isso, o referente-base desta análise. Trata-se da representação da Rua Nova dos Mercadores, de Lisboa, de datação e autoria desconhecida, embora muito provavelmente obra de um pintor de origem flamenga, na segunda metade do século XVI, hoje incorporada na Coleção da Kelmscott Manor, The Society of Antiquaries of London[13].

---

[11] Constituindo um elenco extenso, veja-se, para uma perspetiva global, ANDRADE, COSTA, 2019: 290-298.

[12] Do primeiro caso são exemplo os debuxos de Duarte de Armas conservados no Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, novamente publicados em versão fac-similada (ARMAS, 2015 [c.1509]); do segundo, e embora sendo das mais pormenorizadas das panorâmicas de Lisboa, é exemplo a que surge integrada na *Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*, 1530-1534, fol. 8, Ms. 12531, British Library, Londres ou, sobretudo, a pertencente ao espólio da Biblioteca da Universidade de Leiden, [Panorama of Lisbon][circa 1570] Special Collections Reading Room Bodel Nijenhuis COLLBN J29-15-7831-110/30a-q. Mais circunscritos e pormenorizados, e por isso mais próximos da pintura que vamos seguir, são os trechos da cidade representados em *Chafariz d'el Rey em Lisboa*, de autor desconhecido, c. 1570-80, Coleção Berardo e no *Livro de Horas dito de D. Manuel (Ofício dos Mortos)*, 1517 – 1551, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, N.º de Inv. 14/129v. e 130. Apesar disso, todavia, o nível de informação sobre as questões arquitetónicas não é comparável.

[13] O corte da tela em duas partes de dimensões iguais (com 65x95,5cm cada) terá ocorrido no século XIX. Sobre as pinturas, intituladas na coleção como *View of the Rua Nova dos Mercadores: Rua Nova dos Ferros with a corner view of the Largo do Pelourinho Velho*, inv. n.º KKM 186.1 e *View of the Rua Nova dos Mercadores, from the Arco dos Barretes to the Arco dos Pregos*, inv. n.º KKM 186.2, veja-se GSCHWEND, LOWE, 2015 e GSCHWEND, LOWE, CARDOSO, 2017.

A PINTURA DA RUA NOVA: O DETALHE INÉDITO

Dividida em duas partes de dimensões idênticas, mas constituindo originalmente uma tela única com cerca de 2 metros de comprido, representa grande parte do alçado sul da Rua Nova dos Mercadores[14], entre o Largo do Pelourinho Velho e o Arco dos Pregos. Trata-se de uma vista frontal, ao nível dos olhos, como se o pintor e, por conseguinte, o observador, posicionado no lado contrário da rua, olhasse para as fachadas dos edifícios que, à sua frente e a uns metros de distância, formavam uma fileira cerrada, permitindo uma proximidade e visibilidade inéditas sobre o casario. Aspeto tanto mais importante quanto o propósito parece ser claramente descritivo, com uma atenção especial ao detalhe, individualizando o cenário e a ação que nele decorre. Não se trata de uma qualquer rua, mas especificamente da Rua Nova dos Mercadores, sendo vários os elementos concretos que a distinguem das outras artérias da cidade, até das mais próximas onde o movimento seria idêntico, com destaque para o gradeamento de ferro que demarcava a parte da rua dedicada à banca e à finança ou o Arco dos Barretes. Todo o teor da representação aponta para uma pintura «fecit ad vivum» ou «tirado naturall»[15], como se dizia à época, ou seja, realizada à vista do próprio objeto e não por interposta representação ou descrição. Do vestuário à ocupação dos figurantes, do pormenor das lojas e sobrelojas às janelas, tudo revela um pormenor e coerência difíceis de compaginar com algo que não fosse o conhecimento pessoal da Rua Nova quinhentista[16]. Tudo indicia, por isso, que também os edifícios sejam um retrato, muito mais do que uma idealização ou mesmo produto de memória.

Para conseguir captar esta extensão da rua o pintor teve de socorrer-se de alguns estratagemas como, por exemplo, proceder a um levantamento dos alçados por etapas, só depois compondo toda a frente. Com efeito, numa rua de 9 a 14 metros de largura[17] como era a Rua Nova dos Mercadores, mesmo que o valor mais alto se verificasse neste segmento oriental, como o comprovam as plantas seis e setecentistas[18] e referem explicitamente diversas testemunhas[19], o pintor não teria distanciamento

[14] Conhecida desde finais do século XIII como Rua Nova, a partir do momento em que se abre a Rua Nova d'El-Rei (a primeira menção é de 1481, embora só a partir de 1502 o topónimo se vulgarize), e por forma a distingui-las, a mais antiga passa a ser designado por Rua Nova dos Mercadores. Uma e outra desapareceram na sequência do terramoto de 1755 e da reconstrução da Baixa.

[15] Expressão utilizada em muitos outros idiomas na mesma época: *au vif*, *al vivo*, *vere figure*.

[16] Annemarie Jordan Gschwend e Kate J.P. Lowe colocam a hipótese de o pintor estar em Lisboa ao serviço de algum grande mercador, flamengo ou de outra nacionalidade estrangeira, com o objetivo de pintar «this portrait as a memorie of a life spent on this street». GSCHWEND, LOWE, *eds.*, 2015: 116. Da mesma opinião é Laura Fernandéz-González: «It is almost certain that this painter created his remarkable portrait after having experienced the Rua Nova dos Mercadores in person. He must have worked both from memory and from sketches made on site», FERNANDÉZ-GONZÁLEZ, 2017: 78.

[17] GONÇALVES, 1996a: 124.

[18] BNP. *Planta da cidade de L[isbo]a* […], *1650*.

[19] Caso do Padre Duarte de Sande, cuja descrição pode ler-se em FREITAS, 1863: 86.

suficiente para, a partir de um só ponto de vista, abarcar todo o casario representado, pelo que terá certamente levantado frações contíguas que depois uniu. Mais, para que os cerca de trinta edifícios coubessem alterou as proporções, alongando-os verticalmente, o que contribui para uma maior visibilidade das lojas e sobrelojas que abriam para a galeria porticada. Finalmente, alargou o espaço da rua, por forma a que pudesse comportar a mais de uma centena de pessoas e animais que aí circulam e que conferem à artéria toda a componente humana cosmopolita que a individualizava.

Todos os aspetos referidos, habilitando-nos com um nível de pormenor até agora inexistente, justificam o interesse desta pintura da Rua Nova para o tema aqui em foco, por expor um conjunto de características do casario urbano que a documentação escrita tardomedieval tão frequentemente refere. Neste âmbito da correspondência entre a imagem e as fontes escritas, dos muitos exemplos possíveis, o que se segue, ainda que de data bem anterior, é particularmente elucidativo: em 1391, a câmara do Porto empraza um imóvel a Domingos Martins, tanoeiro, sob «condiçom que faça em el casas de quantos sobrados lhjs aprouuer com entençom que se quiser fazer parede que nom saya mais fora que o que ora esta o tauoado da dita casa […] E que outrosy o sobrado primeiro da dita casa nom saya fora segundo he hordinaçom da villa»[20]. Da condição imposta pelo concelho salientam-se três aspetos fundamentais: que os pisos múltiplos constituem a «normalidade», que a casa é em grande parte feita de tabuado e que a projeção dos andares superiores sobre a rua deve ser evitada. Todos eles, afinal, explicitamente representados nesta pintura, mesmo que, como no caso do último, «a contrario», denunciando a permanente dificuldade em fazer cumprir a lei.

A utilização desta(s) tela(s), todavia, levanta três questões: a data de execução tardia, tudo apontando para a segunda metade do século XVI, a natureza da rua, «a milhor e mais prinçipall da dicta çidade»[21] de Lisboa e, finalmente, a origem das arquiteturas pintadas, identificadas por quem já as estudou, como posteriores a 1531[22]. Ou seja, qual a legitimidade em usá-la(s) como referente no estudo de um panorama e processo mais alargado, que inclua genericamente o que aconteceu em muitos outros núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média e inícios da Época Moderna? A resposta a esta questão obriga a rever alguns dos principais dados conhecidos sobre essa tão celebrada rua.

A RUA NOVA DOS MERCADORES

A Rua Nova é já então uma rua velha, contando com três séculos de existência: com uma primeira referência em 1294, sabe-se que foi globalmente reestruturada por D. Dinis (r. 1279-1325), por ocasião da construção da muralha da Ribeira, mas

[20] *Vereaçoens*, 1937: 86.
[21] ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, liv. 8, fol. 62.
[22] Ver *supra*, nota 13.

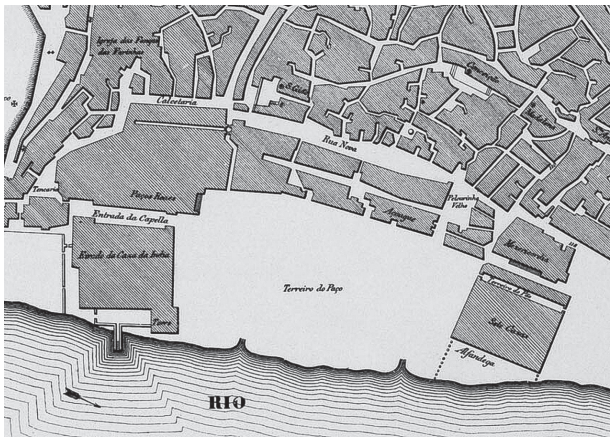


Fig. 2
Planta da cidade de Lisboa (pormenor), João Nunes Tinoco, 1650. Fac-simile
Fonte: Fotografia de Mário Novais (1899-1967). Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian

também porque nela o monarca viria a concentrar parte significativa do seu investimento imobiliário, através de um parcelamento regular e linear destinado à construção de mais de três dezenas de casas[23]. Paralela ao Rio Tejo, com cerca de 213 metros de comprido[24], a rua foi desde o início invulgarmente larga, rondando os nove metros na maior parte da sua extensão, mas ultrapassando-os em determinados pontos. Junto da ponte do Morraz, a oeste, a propósito das demolições que então decorriam, é o próprio rei que determina «que fique a rua d'oyto braças»[25].

De vocação mercantil desde a origem, chegava ao século XVI como o nervo comercial dessa Lisboa global e cosmopolita, então designada como Rua Nova dos Mercadores, que, de facto, era: aos «muito abastados e de grossíssimas fazendas, dinheiro e trato»[26] que aí residiam juntavam-se, «todos os dias, comerciantes de todas as partes e povos do mundo»[27], em torno das lojas onde se encontrava tudo o que de mais exótico se pudesse desejar, de «sedas das mais diversas sortes» a porcelana Ming ou lacas chinesas, jóias da Índia, gemas do Ceilão ou marfins africanos[28].

Como usar então a mais rica e dinâmica rua da «capital» (do Império) para analisar a evolução da casa corrente portuguesa? São vários os aspetos a ponderar. Em primeiro lugar a sua fama decorria muito mais da envergadura dos mercadores que nela residiam e da variedade das mercadorias nela transacionadas do que propriamente da qualidade das arquiteturas. Note-se como a maior parte das descrições encomiásticas da rua refletem sobretudo o espanto causado pela riqueza do comércio

[23] Sobre a Rua Nova e reordenamento ordenado por D. Dinis veja-se SILVA, 2022 [2017]: 307-328.
[24] GONÇALVES, 1996a: 124.
[25] SILVA, 2022 [2017]: 303.
[26] BRANDÃO, 1990 [1552]: 99.
[27] GÓIS, 1988 [1554]: 54.
[28] GSCHWEND, LOWE, *eds.*, 2015: 141-161.

nela sediado[29]. Na verdade, porém, a rua era muito mais do que apenas comércio de luxo: João Brandão refere igualmente livreiros, caixeiros, boticários, marceiros, tosadores, luveiros, barbeiros, sapateiros, fanqueiros, calceteiros e alfaiates, criticando, aliás, em rua tão honrada e nobre, esta diversidade que mais lhe parece «desordem»[30]. Neste âmbito específico é possível ir mais longe: a documentação recentemente compulsada por Pedro Pinto para um intervalo temporal de quase 100 anos, da década de sessenta do século XV a meados da centúria seguinte[31], permite traçar um quadro pormenorizado de quem aí possuía casas, de quem as habitava e/ou de quem nela trabalhava, nas lojas ou apenas aforando paredes (testadas) e tabuleiros[32] para exposição e venda de produtos ao longo das galerias, revelando dados como o estatuto, a profissão, as rendas que auferiam ou pagavam ou a natureza e número de compartimentos que ocupavam. E toda essa documentação, sem exceção, confirma a enorme variedade presente na rua, de Colim, amo do príncipe, ou Gomes Eanes, o Rico, a João Rodrigues, cirieiro, ou Afonso Álvares, alfaiate, para recorrer, neste exemplo, a um só documento[33].

Se do «conteúdo» da rua, afinal tão rico quanto variado, passarmos à componente estritamente formal, torna-se necessário sublinhar como quase todos os testemunhos conhecidos colocam a tónica na largura da rua e na altura dos edifícios, não necessariamente na sua beleza, modernidade ou em alguma outra especificidade que não os muitos sobrados[34].

Seriam, porventura, os edifícios da Rua Nova radicalmente diferentes dos existentes em pontos específicos de algumas outras vilas e cidades portuguesas? Conjugando as fontes escritas com a pintura em análise, é possível caracterizar — e contextualizar tipologicamente — o casario que nesses séculos XV e XVI a bordejava de ambos os lados.

Tudo indica estarmos perante um conjunto de edifícios resultantes de uma longa evolução, com origem distante no preenchimento de um primeiro loteamento ainda de finais do século XIII — respeitado no essencial até ao terramoto de 1755[35] — e sucessivamente transformado no decorrer dos séculos seguintes, segundo tempos e

[29] GSCHWEND, LOWE, *eds.*, 2015: 7.
[30] BRANDÃO, 1990 [1552]: 100.
[31] PINTO, 2017: 365-381. A análise detalhada de parte desta documentação, concretamente de dois dos róis (um de 1458, outro de 1465) em que anualmente se registavam os nomes dos foreiros e o valor das rendas devidas ao rei pelas propriedades que trazia emprazadas na cidade de Lisboa, foi realizada por Iria Gonçalves em GONÇALVES, 1980: 153-204 e republicado na coletânea de textos GONÇALVES, 1996a: 11-60.
[32] PINTO, 2017: 375.
[33] PINTO, 2017: 366.
[34] BRANDÃO, 1990 [1552]: 97. Rodrigues de Oliveira destaca os mercadores e gente do trato, a largura da via e os valores dos alugueres. OLIVEIRA 1987 [post.1554]: 101. Damião de Góis, embora referindo «belíssimos edifícios», que não descreve, salienta igualmente a largura da artéria, o bulício e as muitas nacionalidades dos mercadores. GÓIS, 1988 [1554]: 54.
[35] Sobre esta persistência, já detetada por Vieira da Silva, veja-se, com dados novos, SILVA, 2022 [2017]: 311.



Fig. 3
Rua Nova dos Mercadores, pormenor do modelo 2D *reconstruction* desenvolvido a partir da pintura por Laura Fernández-González e Harry Kirkham

ritmos diferentes, fosse em resposta ao desgaste natural das construções, fosse em função dos danos causados por ocorrências extraordinárias, caso dos frequentes incêndios. Conta Fernão Lopes que, em 1365, «huma terça feira ao seraão se alçou fogo na ferraria da parte do mar, e arderom todallas casas daquella rua e muj gram parte da rua nova»[36]. Escassos anos depois, em Setembro de 1373, cercada pelo exército castelhano, Lisboa voltava a arder, alastrando o fogo rapidamente a «toda a rua nova, e a freeguesia da Madanella, e de Som Giaão, e toda a judaria, a melhor parte da cidade»[37]. Se à ação do fogo, circunscrito[38] ou alastrado, juntarmos os danos dos muitos abalos sísmicos sentidos na cidade, com destaque para o de 1356 e o de 26 de Janeiro de 1531, este último responsável, segundo testemunhos coevos, pela queda de varandas nas casas da Rua Nova e abertura de rachas na maioria dos seus edifícios[39], teremos um quadro aproximado das transformações a que o casario da rua terá sido sujeito no decorrer do tempo longo.

Mas sempre, ao que tudo indica, num processo de ações múltiplas e delimitadas, recuperando e reconstruindo edifícios, um a um, dependendo das necessidades e possibilidades de proprietários e foreiros, num regime contínuo, mas, na essência, desarticulado. São sacadas e balcões que se acrescentam, esteios que se introduzem para estabilização destes elementos salientes, novos pisos que se erguem[40], «melhorias»

[36] LOPES, [s.d.]: 104.
[37] LOPES, [s.d.]: 204.
[38] Em 1463, na Rua Nova, arderam as casas que Diogo Fogaça e sua mulher venderam a Martim Leme, mercador. PINTO, 2017: 365.
[39] Os detalhes surgem numa carta enviada ao Marquês de Tarifa, Fradique de Ribera. DIAS, 2005: 140.
[40] Transformações explicitas, para referir apenas um exemplo, num documento que refere as «casas sobradas de alto a baixo, que trazia emprazadas desde 1480 João Correia, mercador, e lhas emprazaram com condição que nos



Fig. 4
Ofício dos Mortos, *Livro de Horas dito de D. Manuel I*, atribuído a António de Holanda, século XVI.
Museu Nacional de Arte Antiga, 14/130 Ilum
Fonte: Fotografia de José Pessoa,
Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica 00960.30 TC

frequentemente impostas a cada novo contrato. É esse quadro, de prédios de cércea desigual e recorte muito irregular[41], com sacadas projetadas e frentes desalinhadas, alguns recentemente renovados ou reabilitados, outros acusando a passagem do tempo[42], que a documentação nos dá, corroborando em todos os aspetos o retrato que aqui seguimos.

E mesmo avançando no tempo, pela centúria de quinhentos, nada demonstra ou faz supor que em qualquer momento tenha havido uma renovação global e sistemática da rua, responsável pela transformação geral e integrada do casario. Aspeto que nos remete para a terceira e última questão levantada: a da proposta, por parte de Annemarie Gschwend e Kate Lowe, autoras responsáveis pelos dois grandes estudos até agora realizados sobre a pintura, de que as arquiteturas aqui retratadas só podem ser posteriores ao terramoto de 1531. A afirmação é feita com base na análise de duas pinturas conhecidas da Rua Nova, a iluminura do *Livro de Horas dito de D. Manuel*[43] (Fig. 4) e a da Kelmscott, que, pelas suas diferenças, terão de corresponder a dois

primeiros quatro anos ele pusesse um ou dois esteios de pedra na rua, se um não bastasse para suster os sobrados, além de edificar uma casa nova em tudo acima que viesse ter sobre a dita rua como a outra nova que então ele aí fez». PINTO, 2017: 368.

[41] Em 1512, Fernão Gomes tinha «umas casas mais metidas por dentro da rua que umas outras casas […] e ele queria sair-se com a parede […] e que ficasse a cordel com as casas do Doutor Fernão Vaz de Caminha». PINTO, 2017: 375. Característica que o modelo 2D *reconstruction* da rua, realizado a partir da pintura, melhor ilustra. GSCHWEND, LOWE, *eds.*, 2015: 102, 111, 113.

[42] Em 1492, o Convento de Santo Elói obrigava João Rodrigues, tosador, a quem então aforava umas casas com «loja, sobreloja e dois sobrados em cima com seus repartimentos ordenados de câmaras e cozinhas, com suas sacadas e esteios de pedra que tinha na sacada, a corregelas de sobrados, escadas, telhados e frontais que estavam danificados, nos primeiros cinco anos, sob pena de 20 justos». Em 1502 é Silvestre Luís quem empraza umas casas com «loja, sobreloja e um sobrado acima, [com sacada], tudo muito velho e podre». PINTO, 2017: 367 e 371.

[43] Ver *supra*, nota 9. Para esta iluminura leia-se CID, 2000: 46-55.

momentos distintos: a primeira, embora algo idealizada, refletirá na regularidade e simetria dos edifícios as transformações operadas por D. Manuel nos primeiros anos do século XVI; a segunda, pelo contrário, com casas de altura irregular e fachadas desalinhadas, só poderá ser posterior ao referido terramoto, assumindo-se que a dimensão dos danos terá obrigado à reconstrução da Rua Nova dos Mercadores: «The Kelmscott scenes portray Rua Nova's architecture radically differently from Hollanda's miniature, and stylistically must date after this seismic disaster and not before».

Continuando a seguir o raciocínio das referidas autoras, a urgência em restaurar a vida e os negócios, a par da falta de supervisão real, com a corte em Évora por toda a década seguinte, terão criado um vazio legislativo e de gestão urbana de que resultou uma reconstrução rápida, de resposta aos problemas prementes, e o abandono dos planos de uniformidade manuelinos[44].

Na realidade, e apontando em sentido diferente como temos vindo a fazer, são inúmeros os testemunhos que vão garantindo uma linha de continuidade no que de melhor e pior realçam, como veremos no decorrer do texto: Zurara ou Münzer corroboram a tendência para a verticalização ao longo do século XV[45]; D. João II investiu no recalcetamento de toda a artéria, desta vez com pedra de qualidade, vinda do Porto[46]; D. Manuel mandou regularizar (e dar continuidade?) à galeria porticada, terminou o calcetamento da rua e dos passeios, mandou rever os tabuleiros onde, na galeria, se expunham as mercadorias, determinando que os fizessem «bons e pintados», sem ultrapassarem os três palmos, por forma a não impedirem a circulação[47]. Mas, se obrigou à substituição dos frontais de madeira por outros de tijolo, não foi mais longe como fez para outras ruas da cidade, determinando a destruição de todas as sacadas e balcões que desde há muito iam conquistando o «ar da via», considerando que a largura invulgar desta rua os tolerava[48]. Ou seja, pelas fontes disponíveis, tudo melhorias pontuais, nenhuma de fundo.

Terão sido essas mesmas casas que, embora abrindo brechas e perdendo varandas, sobreviveram ao sismo de 1531, apesar de toda a sua magnitude[49], para o que deverá ter contribuído a flexibilidade e capacidade de reaproveitamento dos elementos de madeira de que em grande parte eram construídas, como veremos. Mas nada, na documentação, faz supor a necessidade de uma reedificação global e de raiz. Nesse

[44] GSCHWEND, LOWE, 2015: 26 e 116 e 117. Na publicação feita dois anos depois, embora a ideia continue presente, parece, todavia, mais matizada. GSCHWEND, LOWE, CARDOSO, 2017: 17 e 19-20. Aliás, neste mesmo volume, Laura Fernandéz-González abre o seu texto defendendo exatamente a opinião contrária. FERNANDÉZ-GONZÁLEZ, 2017: 78.
[45] ZURARA, 1973 [1453]: 18. MÜNZER, 1924: 213.
[46] *Documentos do Arquivo Histórico* […], 1959: III, doc. 4, p. 178 e doc. 56, p. 233.
[47] PINTO, 2017: 376; PINTO, 2017: 369.
[48] Para as obras levadas a cabo em Lisboa no reinado de D. Manuel, veja-se CARITA, 1999: 214 e 218.
[49] «Os estragos terão sido grandes em toda a cidade, ruindo cerca de 1500 moradas de cazas, muitos Templos, Igrejas e Palácios». SOUSA, 1679: tomo 2. Trecho publicado por MARQUES, 2006: 221.

mesmo sentido parece indicar a «normalidade» dos contratos de aforamento relativos a casas na rua em 1534[50].

Em síntese, e voltando à questão da legitimidade de usar este retrato da Rua Nova como representativo de realidades mais amplas, geográfica e cronologicamente, pode argumentar-se afirmativamente com base em três considerações: o casario não é novo ou sequer recente, refletindo uma realidade progressivamente configurada no período tardomedieval; nesta sua lenta evolução não constitui um tipo formal diferenciado, exclusivo da grande capital ou devedor de toda a normativa manuelina fortemente imbuída de princípios de regularidade e uniformidade, aplicados sobretudo em empreendimentos de raiz construídos pelo monarca, como veremos; finalmente, por todas as suas características, pode integrar-se no segmento mais qualificado dessa categoria que operativamente designamos por «casa corrente». Esta é, com efeito, uma categoria abrangente em que se inscreve todo um escalão intermédio da sociedade: da casa do artífice, mesteiral ou pequeno comerciante, à daqueles que, pelas suas posses e privilégios, constituíam a camada superior do terceiro estado, corporizando as elites locais: mercadores, cavaleiros vilãos, letrados e detentores de cargos públicos. É para o estudo deste último segmento (que depois, na prática, não é exclusivo de uma elite) que a pintura em causa se revela particularmente útil. E, por isso, não apenas para Lisboa. É um tipo[51] presente nos maiores e mais dinâmicos núcleos urbanos, concentrando-se preferencialmente nas zonas de maior vocação comercial, nos eixos estruturadores da malha urbana, nas praças, ribeiras e portos. Distingue-se facilmente do grosso do casario urbano por um conjunto de traços, todos eles presentes na pintura que nos servirá de guia. São casas frequentemente armadas sobre arcos ou esteios, constituindo galerias térreas; sobressaem pelo número elevado de sobrados e, consequentemente, pela área disponível ou pela grande densidade populacional, consoante a ocupação por uma só família ou o subaluguer a várias; recorrem, nesse processo de verticalização, a técnicas e materiais que não lhes sendo específicas adquirem aí uma visibilidade muito superior que, aliás, não passará despercebida ao legislador para quem a «nobreza e honra» da vila se gere, sobretudo, a partir desta artérias centrais. A grande diferença seria naturalmente de número, e assim, de presença: enquanto em Lisboa este tipo forma alçados contínuos de várias ruas — Nova, Ferraria, Tanoarias, d'El Rey — noutras cidades, como Porto ou Coimbra, cingir-se-ia a umas quantas unidades, em locais restritos.

Independentemente do número, são as características que têm em comum que estruturam este texto, denunciando, simultaneamente, as transformações sofridas.

[50] PINTO, 2017: 377. É essa mesma «normalidade» que Gregório Lopes, pintor régio, representa em 1535 nas arquiteturas fundeiras da pintura Martírio de S. Sebastião, onde tudo indica estarmos perante uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores. TRINDADE, 2016.

[51] Tipo a que Ângela Beirante chamou «burguês de importação» e Sílvio Alves Conde classificou como 5.º grupo, o mais qualificado da casa corrente. BEIRANTE, 1995: 124-125; CONDE, 1997: 244-246.



Fig. 5
Rua Nova dos Mercadores, pormenor do modelo 2D *reconstruction* desenvolvido a partir da pintura por Laura Fernández-González e Harry Kirkham

CASAS SOBRE ESTEIOS: A GALERIA PORTICADA

Comecemos por uma das características mais evidentes: toda a frente retratada apresenta um pórtico contínuo, sobre colunas de mármore, cuja altura abrange piso e mezanino. É a componente comercial do edifício, com lojas que abrem para o corredor público, encimadas por sobrelojas para armazenamento e residência[52], de pé direito mais baixo e com janela para a galeria.

À época em que a pintura é realizada, nesta zona da cidade, este tipo de solução em pórtico ou galeria era bem mais extenso do que o trecho aqui representado, prolongando-se para ocidente na Rua dos Tanoeiros, embora aí já sobre arcos o que, aliás, justificaria o novo topónimo de Rua dos Arcos. Foi também pelo recurso a uma extensa arcada que D. Manuel reformou a Rua da Ferraria[53], paralela à Nova. Como nessas artérias, a galeria arquitravada da Rua Nova seria relativamente recente, dos anos em torno de 1502, mas não inédita pois vinha substituir e regularizar uma solução idêntica, embora já velha e certamente em mau estado, concretizando um desígnio antigo: logo em 1402, o concelho de Lisboa pedia a D. João I permissão para derrubar todos os esteios que estavam na Rua Nova e noutras ruas da cidade porque «lhes fazem perjuizo e empacham» a circulação[54]. Embora o monarca tivesse consentido, a situação não teria ficado integralmente resolvida pois em 1462, era a vez de D. Afonso V deixar bem explicita à câmara a vontade que tinha de «que as casas da

[52] Uma sobreloja em que havia casa dianteira, câmara e cozinha. PINTO, 2017: 367.
[53] CARITA, 1999: 70 e 71.
[54] *Documentos do Arquivo Histórico* […], 1958: II, doc. 8, p. 96. Em 1478, o príncipe, futuro D. João II, intercede junto da câmara de Lisboa para que o pai do seu oficial de armas possa manter os dois esteios de pedra que tinha feito nas suas casas da rua Nova, desde que não fosse prejuízo da cidade, «porquanto na dita rua eram feitos outros na dita maneira». *Documentos do Arquivo Histórico* […], 1958: II, doc. 53, p. 317.



Fig. 6
Arcadas em Évora
Fonte: Fotografia de Luísa Trindade

dita Rua Nova fossem feitas sobre arcos de cantaria»[55]. A sua concretização efetiva, não como arcada, mas como pórtico, seria uma das muitas reformas que D. Manuel empreendeu em Lisboa, perfazendo uma longa galeria de 149 colunas de mármore, suportes que o próprio monarca descreveria como «dereitos e muy bem obrados»[56].

E aqui residiria certamente a sua grande diferença relativamente às arcarias e esteios medievais, quase sempre resultantes da soma de segmentos diferentes, uns de arcos apontados, outros de volta perfeita, de maior ou menor raio, ao lado de pilares e postes, muitos certamente ainda de madeira, encimados por lintéis e definindo, no geral, galerias de perfil e profundidade irregular.

No caso da Rua Nova, o carácter global e dirigido da obra ter-lhe-á conferido uma feição distinta, senão rigorosamente linear, pelo menos com uma notável uniformidade de suportes.

A vocação comercial destas estruturas, configurando um espaço híbrido, que não é interior nem exterior, mas um «aberto-protegido» controlando o excesso de luz e calor no verão, abrigando das chuvas e ventos mais fortes, nos meses de inverno, remonta ao Mediterrâneo Antigo, à *stoa* grega depois vulgarizada nas extensas avenidas porticadas helenísticas e romanas[57]. Na essência, retomam-se na Idade Média quando o comércio reanima, tornando-se presença constante nos locais destinados

[55] ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, liv. 8, fol. 62.
[56] CARITA, 1999: 223.
[57] GARCIA Y BELLIDO, 1985: 85-100; GUIDONI, 1990. Para uma abordagem mais recente veja-se, RABABEH, AL RABADY, ABU-KHAFAJAH, 2014: 293-305.

às trocas comerciais, fosse na sua versão mais pobre, o alpendre de madeira, ou na mais qualificada, de arcadas e pórticos assentes em colunas de pedra. A partir do século XV ganham um renovado fôlego integrando até os grandes edifícios de patrocínio régio, onde igualmente se sediavam atividades mercantis, tendência de que o Hospital Real de Todos-os-Santos[58] é exemplo paradigmático.

Descontínuos ou compondo extensos corredores, detetam-se em Évora, na Rua Direita, Praça e Rua dos Mercadores[59]; em Elvas, na praça principal e nos arruamentos próximos [60]; em Beja, também na praça, subsistindo até hoje algumas das arcadas manuelinas; em Leiria, na praça da igreja de S. Martinho[61]; em Tomar na Rua dos Arcos, aberta no século XV[62]; na Guarda, no bloco de casas porticadas que delimitava a norte a praça de Santa Maria do Mercado[63]. Particularmente relevante por afirmar explicitamente a generalização e apreço das arcadas nas cidades portuguesas é o pedido que, em 1472, Gomes Afonso, vassalo do rei, dirige ao concelho de Portalegre para que lhe seja permitido construir um alpendre em arcos numa casa que tinha na praça:

> *Eu tenho uma casa na praça desta vila e parte com ho alpemdre da praça E porque Senhores saberees que na çidade de Lixboa como em outras çidades e villas El Rey nosso Senhor para nobreza dellas daa alugar a muytas pessoas que sse alleuamtem no aar e hy façom casas rresgardamdo a seruemtya de baixo ao comçelho e esto assy nos muros e torres delles como nos alpenderes. E porque senhores se vossa mercee for por tal rrespeyto eu me queria alleuantar sobre o dito alpendere quanto pertence aa minha casa soo de baixo quamto diz o alpemdere de pedra e de ladrilho dous ou três arcos quaaes comprirem e neçessarios forem aa dyta minha casa de lomguo ou como vos outros senhores hordenardes. E em çima dos ditos arcos muy bem solhado e ladrilhado em guysa que quem esteuer de baixo nom receba nenhum nojo nem quem aa dita praça vier nom rreçeba nenhum pejo alguum. Peçovos senhores que me façaees a merçee deste aar e comprirey todo muy bem* […] *com comdiçom que este gomez affonsso se nom possa em nenhum tempo chamar aa posse do defumdo dos alpenderes e arcos que assy fezerem nem sse logre delles de seu officio, se nom ficar forro ao comçelho que*

[58] Toda a fachada do Hospital voltada ao Rossio era ocupada por uma longa arcaria, com cerca de 110 metros de comprido por 5,40 metros de profundidade (respetivamente 100 por cinco varas). LEITE, 1993: 7-8.
[59] BEIRANTE, 1995: 124-125. Frei João Fernandes de Oliveira, da Ordem de Cristo, tinha umas casas na Rua dos Mercadores, com quatro arcos na fachada e três sobrados de altura. BEIRANTE, DIAS, 1995: 62.
[60] Em 1476, Fernão Garcia, escudeiro, pedia autorização para armar uns arcos nas suas casas, avançando-as, para que fossem «Jgual a direito per Regoa cair com outros arcos que dantiguidade estavam nas outras casas suas que foram de seu padre», intervenção que o concelho considerou como «proueito da Ree pruuica». CORREIA, 2013: 263-265.
[61] GOMES, 1990: 61.
[62] TRINDADE, 2013: 420.
[63] GOMES, 1987: 53.

possa delle fazer o que lhe aprouver e fazerem buticas para o comçelho. E que o deçima sera todo ladrilhado em tal guysa que nom caya poo nem augua que faça nojo aos que esteuerem de fumdo[64].

Doutros tantos exemplos preserva-se documentação de obra: em Setúbal, nos lados nascente e norte da Praça do Sapal, surge, a partir da reforma iniciada em 1526, um conjunto de edifícios contíguos subordinados a um programa arquitetónico global, onde uma extensa arcada — em 1531 estão já construídos vinte e sete arcos de pedraria[65] — funcionava como elemento unificador; em Coimbra, os açougues construídos em 1510 na Praça da cidade tinham na frontaria «arqos de pedrarya» sob os quais se encontravam as «vendedeiras de pescado, enxerqueiras e tripeiras», em carreira e deixando a entrada da porta desocupada. Nos pisos superiores, com entrada pela Rua da Calçada moravam vários mercadores[66]. No Porto, finalmente, a reconfiguração da praça da Ribeira «per cordel e linha», após a destruição causada pelo incêndio de 1491, implicou a definição de um tipo arquitetónico para os imóveis que então se reconstruiam: «cazas com esteos de pedra bem lavrada e altos todos per ordem e fossem de altura ate o primeiro sobrado das ditas cazaz porque por esta maneira a dita praça ficava muito mais enobrecida do que antes estava»[67].

«QUE FAÇA QUANTOS SOBRADOS LHE PROUVER»: O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO

Foi nestas zonas privilegiadas que em qualquer cidade a tendência para o crescimento em altura foi mais significativa. Com efeito, o número de sobrados revelou-se diretamente proporcional ao valor locativo da zona em que se inseria: a maior procura e o consequente aumento do custo do solo obrigaram a rentabilizar o lote pela sobreposição de um ou mais pisos aos já existentes, conferindo à casa sobradada uma verdadeira hegemonia. O que nos remete para o segundo traço mais marcante da pintura da Rua Nova: trinta e dois lotes adjacentes onde se erguem edifícios altos, de quatro e cinco pisos, incluída a sobreloja. Os mesmos a que João Brandão fazia referência em meados do século XVI, embora contabilizando toda a extensão da rua: «quarenta e cinco casas de moradas, todas de três e quatro sobrados, de uma e outra banda»[68]. Casas em que, segundo outras testemunhas (talvez com algum exagero que

[64] ANTT. *Leitura Nova*, *Odiana*, Liv. 6, «Aforamento do aar de hum pedaço de alpendere da praça da villa de Portalegre». fol. 45v-46, publicado por PEREIRA, 2021: 160.
[65] Informação contida no auto de medição realizado nesse mesmo ano por Diogo de Arruda. ANTT. *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 46, doc. 61. Sobre a Praça do Sapal veja-se CÂMARA, 1992.
[66] TRINDADE, 2004-2005: 121-157.
[67] AFONSO, 1998: 71. COSTA, 1996: 31-34.
[68] BRANDÃO, 1990 [1552]: 97.

o diferente quadro cultural de origem possa explicar) viveriam «tantos inquilinos, que não se conhecem uns aos outros, nem de cara nem de nome»[69].

É claro que também neste caso, Lisboa e especificamente esta zona ribeirinha, se destacou do restante panorama nacional[70]. E desde muito cedo, sobretudo nas freguesias mais ricas de S. Julião, S. Nicolau e Madalena. Logo a partir de meados de duzentos começam a multiplicar-se as referências a casas sobradadas e, em 1276, surgem as primeiras menções a imóveis de três pisos[71]. Em 1323, ao aforar as casas que possuía nas Ruas Nova e da Ferraria, D. Dinis determinava que os foreiros fizessem «benfeitoria nas ditas casas em fazer boas paredes e sobrados»[72].

O rápido crescimento da principal cidade do reino levou a que a construção em altura se tornasse cada vez mais frequente. Se as casas de dois pisos se espalhavam de forma quase uniforme por toda a extensão da área urbana e as de três pisos tinham já uma expressão bem significativa[73], a evolução registada no século XV permitiria a Gomes Eanes da Zurara escrever sobre «as grandes alturas das casas que se vão ao céu»[74], certamente as mesmas que causaram a admiração de Hieronymus Münzer, médico alemão que, em 1494, visitou Lisboa[75]. Décadas depois, em 1551, Cristovão Rodrigues de Oliveira podia já afirmar que das dez mil casas da cidade «as mais casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados»[76]. As mais altas concentravam-se, claro, na Rua Nova dos Mercadores, seguida pelas vizinhas Rua Nova d'El-Rei, Ferraria e Tanoarias.

O facto de Lisboa ser uma grande cidade, aliás a única a nível nacional e cuja distância face aos restantes centros urbanos não cessará de aumentar, justifica esta opção pelo crescimento em altura. Contudo, embora em menor escala, a tendência para a casa de pisos múltiplos é igualmente detetada em outras cidades portuguesas[77].

---

[69] A descrição é feita pelos embaixadores japoneses que, em 1582, foram enviados à Europa, com desembarque e partida por Lisboa, com o objetivo de prestar obediência ao Papa. O texto foi traduzido para latim pelo padre jesuíta Duarte de Sande, sob o título de *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam* e impresso, em 1590, em Macau. FREITAS, 1863: 85-87. Desta multiplicidade de inquilinos por prédio é exemplo o imóvel que, em 1498, o convento de Santo Elói de Lisboa tinha na Rua Nova, composto por loja, sobreloja e três sobrados: na loja e sobreloja (com casa dianteira, câmara e cozinha) residia João Rodrigues, sirgueiro, e sua mulher; o primeiro sobrado era ocupado por Fernão Feio, boticário, e sua mulher, Isabel Dias, compondo-se de casa dianteira, câmara e cozinha; no segundo sobrado, com as mesmas divisões, vivia Beatriz Vaz, mulher que foi de João da Alemanha e, no sobrado todo de cima, Beatriz Rodrigues. PINTO, 2017: 365.

[70] Importa sublinhar que, de norte a sul do país, a casa corrente continuaria a ser, na sua esmagadora maioria, composta por um ou dois pisos. Se em Évora, Palmela, Torres Novas ou Silves, a casa térrea detém a primazia, em muitas outras vilas e cidades as duas tipologias equivalem-se numericamente. Noutras, ainda, como Elvas, Guarda ou Ponte de Lima, a casa de dois pisos torna-se predominante. A situação aqui descrita restringe-se às áreas de maior dinamismo comercial das maiores cidades portuguesas. TRINDADE, 2002: 38-50.

[71] PRADALIÉ, 1975: 36.

[72] SILVA, 2022 [2017]: 313.

[73] CONDE, 1997: 247.

[74] ZURARA, 1973 [1453]: 18.

[75] MÜNZER, 1924: 213.

[76] OLIVEIRA, 1987 [post. 1554]: 101.

[77] Veja-se nota 70.



Fig. 7
Coimbra, Rua do Sargento-mor, n.os 2 e 4
Fonte: Fotografia de Luísa Trindade

Em Guimarães, casas sobradadas constituem a maioria ainda que não ultrapassem, até finais do século XIV, a altura máxima de três pisos[78], sobretudo concentradas na Rua de Santa Maria. No Porto, a tendência é ainda mais sentida «sendo a grande parte das habitações sobradada, com dois ou três pisos»[79]. Já em finais de trezentos, Domingos Martins e sua mulher Eynes Apariço, moradores na cidade, pediam à câmara que lhes emprazasse de novo em três vidas uma casa «pera poder em ella fazer e alçar casa de sobrados por que era baixa». A resposta do concelho é elucidativa: que «façom em el casas de quantos sobrados lhjs prouuer». O incentivo à construção de novos pisos parece, aliás, fazer parte da política de valorização do património camarário pois, no mesmo ano de 1391, empraza a Bernal Mateus,

[78] FERREIRA, 2010: 340.
[79] AFONSO, 1998: 51.

ourives, um terreno junto ao muro da cidade para que faça casas de um sobrado «e mais se vos prouuer»[80].

Na realidade, não se encontra na legislação portuguesa qualquer limitação à verticalização dos edifícios. Pelo contrário, nas *Ordenações Manuelinas*, o número de andares é deixado ao critério do proprietário: «Item qualquer que teuer casas, ou casa, pode nellas fazer eirado com peitoril, e janelas, e frestas, e portaes, quantos elle quiser, e alçar-se quanto quiser»[81].

Para Coimbra, o tombo das propriedades concelhias de 1532 permite reconstituir de forma muito aproximada a volumetria de muitos dos imóveis que, de forma contígua, preenchiam de um lado e doutro a Rua da Calçada, a principal da cidade. Das mais de 40 propriedades listadas, a maioria é de três pisos[82], alcançando 20% dos imóveis camarários os quatro a seis andares ou três a cinco sobrados, para usar a terminologia da época. Um tipo de que, num arruamento muito próximo, sobrevive um raro exemplar, com grandes afinidades com os representados na pintura de Lisboa.

Regressemos a ela. Os pisos múltiplos são sem dúvida um traço marcante, mas esse era já corroborado por outras representações coevas da cidade[83]. Aliás, embora em menor número, dispomos de fontes iconográficas que o atestam igualmente para outros núcleos, embora naturalmente com diferenças consideráveis na ordem de grandeza, seja no número de sobrados, seja no volume de imóveis alteados: as vistas de Duarte de Armas de Elvas e Freixo de Espada à Cinta[84] comprovam a frequência de casas de três pisos, a de Georg Braunio testemunha o mesmo para Coimbra[85], não sendo também raras em Santarém, na zona mais dinâmica da Ribeira, como se vê no pé de página da *Genealogia dos Reis de Portugal*, de cerca de 1530[86].

Outros aspetos, contudo, ganham nesta pintura uma visibilidade inédita.

---

[80] *Vereaçoens*,1937: 86 e 117.

[81] *Ordenações Manuelinas*, 1984: Livro I, 350.

[82] Já em 1451 a construção de casas de três pisos deveria ser relativamente frequente, como se depreende do aforamento de uma casa na Rua da Calçada a João Álvares sob condição de aí fazer casa de dois sobrados como as do seu vizinho João Afonso Mayo. CAMPOS, 1875: 39, doc. LXXII. Na década de 30 do século XVI, estabelecia-se que as casas da Rua da Sofia seriam de «dous sobrados dalto do amdar da dita Rua para çima e toda ha fromtarja della fara de pedra e call». ROSSA, 2001: 680, nota 800.

[83] Caso da vista de Lisboa da autoria de António d'Holanda inserta na *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, pertencente ao espólio da Casa-Museu Conde Castro Guimarães, Cascais ou da *Ulisiponae Pars*, de Simão de Miranda, realizada em 1575 e conservada no Arquivo do Estado de Turim. Vejam-se igualmente as representações referidas na nota 12 deste mesmo estudo. Para uma análise das diferentes vistas de Lisboa consulte-se PEREIRA, 2011: vol. 2, 865-944.

[84] ARMAS, 2015 [c.1509]: 25, 26 e 77.

[85] *Civitates Orbis Terrarum*, 1594: vol. V.

[86] Vista de Santarém, HOLANDA, [1530-1534b].



Fig. 8. Vista de Santarém. Fonte: HOLANDA, [1530-1534b]

«DO SOBRADO QUE SAI FORA»

É o caso dos ressaltos típicos da construção medieval em altura. A adição de um andar superior significava normalmente um avanço no plano da fachada, conferindo ao edifício um perfil recortado. Estes andares, progressivamente mais salientes e que a documentação coeva designa por vezes como «sobrado ladrom»[87], apoiavam-se no balanço das traves, em consola, e/ou sobre elementos vários como cachorros ou escoras inclinadas, aspeto que marcava a imagem das maiores cidades medievais onde o seu uso estaria mais difundido. Vantajosos para os proprietários, aumentando em alguns metros a superfície construída, eram, em contrapartida, prejudiciais para a vivência do espaço público, estreitando a via, impedindo uma boa servidão e empachando-a, «no andar e parecer dellas», como referia D. João II, em 1485, a propósito de Lisboa[88]. Para além de tornarem a rua mais escura, menos ventilada e, por conseguinte, mais húmida, os elementos projetados, tal como os seus apoios, provocavam acidentes vários[89], sobretudo em quem circulava a cavalo ou no transporte de cargas altas. Por isso, tanto o poder central como o local tentaram evitar esta prática, proibindo-a nas suas posturas e regulamentos. Já em 1391, a câmara do

[87] BARROCA, 2002: 88.
[88] Documento citado por PINTO, 2016: 157.
[89] Perigos nomeados por Enrique III de Castela, em 1403, referindo-se à cidade de Burgos: todos os que aí passavam, de noite como de dia, embatiam forçosamente com os rostos e cabeças nas vigas salientes, pelo que, para que os seus soldados pudessem passar armados com as suas lanças, ordenava o derrube das construções em causa. TORRES BALBAS, 1968: 142.



Fig. 9
Rua da Achada, Lisboa.
Fotografia de Machado & Souza, 1901
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, FAN/002703

Porto determinava que em casas da Rua da Lada «o sobrado primeiro não saia fora, segundo a ordenação da vila»[90].

Na verdade, porém, a prática decorria em grande parte do importante papel que a madeira desempenhava entre os materiais utilizados na construção urbana, pelo que uma e outra, no uso como na proibição, andaram frequentemente associadas. É isso mesmo que a disposição que obrigava a erguer «parede direita de pedra e call» expressava: a tentativa de pôr fim a edifícios de paredes em ressaltos, levantadas a partir de diferentes técnicas, mas qualquer delas à base de travejamentos de madeira.

A presença que a madeira assumia na construção urbana explica-se facilmente: a um custo relativamente baixo[91] e à facilidade de transporte associava-se um saber-fazer pouco exigente e dependente de ferramentas comuns, que pelo menos em parte colocava a obra ao alcance dos próprios moradores[92], bem como a eficácia em

[90] *Vereaçoens,* 1937: 424. No Beco da Achada, na encosta do castelo de Lisboa, subsiste um exemplo de sobrado projetado particularmente significativo pela sua dimensão.

[91] Devendo ter-se em conta as diferentes qualidades e dimensões da madeira utilizada. Sobre os vários tipos usados à época, das vigas ao tabuado, veja-se CONDE, 2011d: 114. A sua diferente utilização em obra fica bem evidente nos trabalhos registados nos inícios do século XVI no Paço da Alcáçova de Lisboa, embora neste caso em obra de prestígio. MARTINS, 2017: 84-99.

[92] A componente de «auto-construção» coexistiria naturalmente com a atividade profissional de carpinteiros (também chamados de carpinteiros de casas ou carpinteiros de terra, distinguindo-os dos carpinteiros da ribeira, dedicados à construção naval). Sobre os escassos dados existentes para uma avaliação da dimensão do grupo de mesteirais dedicados à construção vejam-se as projeções de Sílvio Alves Conde para vilas como Arruda e Torres Vedras onde, no século XIV, constituíam, respetivamente, 1,6 e 1,9 do conjunto de vizinhos, para Alenquer quatrocentista com 1,8% do total de vizinhos ou, já de forma menos precisa para localidades como Abrantes, Tomar, Torres Novas e Loulé, também no decorrer do século XV. CONDE, 2012: 80-81. Importa igualmente referir como foram vários os fatores que, a partir do século XV, levaram a uma redução da oferta de profissionais, entre eles carpinteiros, ao mesmo tempo que o crescimento das cidades aumentava a sua procura, determinando um aumento dos salários, ou seja, encarecendo a mão de obra e dificultando certamente o uso de profissionais na habitação mais económica. Sobre os vastos contingentes de mão-de-obra ligada à construção deslocados para obras em novos territórios com o Norte de África ou outras atividades como a construção naval, veja-se FERREIRA, 2011: 212-214.

erguer paredes altas, estreitas e flexíveis[93]. Algo fundamental na cidade, sobretudo nos bairros onde a construção era obrigada a subir. Não admira, por isso, que, mesmo em regiões onde a pedra era abundante, a madeira fosse escolhida[94]. Castanho, sobreiro, carvalho, pinho, faia e loureiro, foram algumas das espécies mais utilizadas na edificação, nas mais diversas situações: na construção em altura das fachadas (frontais), nos sobrados, na divisão dos espaços interiores (repartimentos de taboado), para forrar compartimentos (olivelados de), na armação da cobertura, como guarnição de portas e janelas, nas portadas ou em escadas. Pelas mesmas razões, era o material preferido para a construção de todo um conjunto de acrescentos ligeiros que, à semelhança do «sobrado ladrom», e tão ou mais prejudiciais que eles, avançavam sobre a via pública[95]: alpendres, sacadas e balcões ou passadiços lançados de um lado ao outro da rua (atrauessadoyros), permitindo a comunicação entre imóveis fronteiros, são os mais citados nas determinações régias e concelhias que, de forma cada vez mais insistente e sistemática, lhes tentaram pôr cobro[96].

Com efeito, o uso da madeira não tinha apenas vantagens, destacando-se entre os principiais inconvenientes a sua extrema facilidade de combustão e curta longevidade. Vimos já como, em menos de 10 anos, no decorrer das décadas de 1360 e 70, a Rua Nova sofreu dois grandes incêndios. Na realidade, o deflagrar de fogos e a sua rápida propagação constituiu um dos maiores flagelos da cidade medieval, fazendo desaparecer, em poucas horas, ruas e bairros, causando danos elevadíssimos. As vias estreitas e atravancadas, o carácter rudimentar dos meios de combate e a enorme quantidade de madeira incorporada nas edificações, para mais cerradas em fileiras compactas, faziam do fogo um elemento temível. Em tempo de guerra, o seu poder destrutivo tornava-o numa das armas preferidas de qualquer exército assaltante. Em tempo de paz, numa época em que o homem dependia do fogo para se aquecer, cozinhar e iluminar, os incêndios nem por isso seriam menos frequentes.

---

[93] O uso da madeira no alteamento dos imóveis é comprovado por Zurara quando afirma que as casas mais altas de Lisboa «se fizeram e fazem com a madeira vinda das ilhas atlânticas». ZURARA, 1973 [1453]: 18.

[94] Sobre o abastecimento de madeira a Lisboa na época medieval veja-se, CARVALHO, 2007: 137-160. Em meados do século XVI, segundo João Brandão, chegava a Lisboa muito tabuado corrente da Flandres «que não há ano que não venham quinze a vinte mil dúzias» para além «das duas a três mil dúzias de tábuas de marca grandes». De Leiria chegava «tavoado de corrente e de naus». BRANDÃO, 1990 [1552]: 56-57. Por seu lado, Cristóvão Rodrigues de Oliveira diz que em Lisboa, entre os 22 tipos de carpinteiros existentes (de marcenaria, carpintaria, de navios, organistas, e até de pentes), 492 são carpinteiros de casas. OLIVEIRA, 1987 [post. 1554]: 95.

[95] Quando, em 1502, D. Manuel ordena a destruição de balcões e sacadas em todas as ruas de Lisboa, justifica-o, entre outros argumentos, por «se escusarem inconvenientes dalguns fogos que às vezes se alevantam…», o que só faz sentido se fossem essencialmente construídos de madeira. CARITA, 1999: 219.

[96] Em 1463, D. Afonso V tentava pôr cobro aos «litigios e demandas que sse faziam em esta nossa muy nobre e leal cidade de Lisboa sobre os atravesssadoyros dos balcões que sam feytos e que sse fazem polas ruas e travessas e becos della», mandando destruir de imediato os que existiam desde a Porta da Cruz até à Sé, pela Rua Direita por onde seguia o Corpo de Deus. ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, liv. 4, fols. 10-11.

Já no que toca à longevidade, as grandes amplitudes higrométricas e térmicas e o sol intenso que caracterizam o clima português, dificultam a preservação da madeira, provocando o seu rápido apodrecimento e conferindo às casas um aspeto descuidado.

Na prática, são estes dois argumentos que sustentam todo o combate das autoridades às estruturas de madeira[97], procurando substitui-las por materiais mais resistentes e duráveis. D. Afonso V, ao aforar duas casas na Rua Nova ao mercador Fernam Evangelho, o Velho, identificava de forma clara o que considerava serem os melhoramentos adequados «por a dita Rua seer milhor e mais principal da dita cidade como por havermos por muito bom serviço e homra e nobreza dell»: a substituição «dos frontaes de tavoado como ora tem por paredes de pedra e cal atee o telhado»[98]. O mesmo descontentamento por os frontais das casas das ruas principais «estarem danificados e mal repairados que he couza que desfeya muito», justifica a notificação que, em 1502, D. Manuel I fez aos moradores da Rua Nova e da Sapataria, dando-lhes o prazo de um ano para substituírem todos «os frontais de suas casas que estiverem feitos de madeira» por outros feitos de alvenaria de tijolo[99].

Lisboa não era caso único. Em Braga, o cabido insiste com os seus arrendatários para utilizarem nas respetivas benfeitorias materiais mais resistentes: em 1515, com Rui Faleiro, «per quanto os frontais das ditas casas estão muito velhos e feios», devendo fazer «outros frontais novos de tijolo com sua cal argamassados e firmes de modo que fossem duráveis e bons»[100]; em 1509, com Jorge Lopes, para fazer nas casas que então aforava «um frontal de brelho» (pedra) bem correjido com suas janelas como em tal rua pertence»[101]. Também para o concelho de Coimbra a pedra é nobilitante: em 1533, autoriza Álvaro Gonçalves, saboeiro, a ocupar um pedaço do Terreiro das Tanoarias, pois as casas que pretendia construir eram «grandes e bem feitas de pedra e cal», que em vez de danificarem o terreiro, antes o enobreciam. O mesmo é permitido a João Gonçalves, almocreve, para que faça umas «casas de pedraria honradas»[102].

[97] Acrescia a estes inconvenientes a gradual dificuldade de abastecimento, pelo menos nas proximidades dos maiores núcleos urbanos. Em finais da Idade Média, a madeira não era já um material superabundante: a desflorestação para aproveitamento agrícola e a delapidação das matas pelo excesso de procura para aquecer e cozinhar, para o fabrico de uma parte muito significativa da utensilagem quotidiana, para a construção naval e civil, levou a que, pelo menos desde o século XIII, a coroa fosse obrigada a promulgar medidas protetoras. A partir do reinado de D. Duarte tornam-se frequentes as queixas dos concelhos relativamente à escassez de madeira e lenha. Sobre a degradação das matas em torno de Lisboa, veja-se OLIVEIRA, 2005-2006: 55-66.

[98] ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, liv. 8, fol. 62.

[99] CARITA, 1999: 218.

[100] MAURÍCIO, 2000: vol. 2, 47-49.

[101] MELO, RIBEIRO, 2012: 159, nota 120.

[102] CAMPOS, 1875: 67, doc. CXVII e CXVIII.



Fig. 10
Miranda do Douro:
o uso seletivo da silharia
em casas de pedra e cal
Fonte: Fotografia de Luísa Trindade

A valorização deste material justificava a inclusão de cláusulas contratuais específicas, quer estimulando o seu uso em obras de benfeitoria, quer impedindo a sua retirada, findo o contrato[103].

No geral, todavia, não se tratava de pedra bem aparelhada, de silhares ou aparelho isódomo, de junta seca, quase só utilizados em edifícios de prestígio, civis, religiosos ou militares, e casas particulares de maior aparato. Casas integralmente levantadas em silharia foram uma minoria. Uma extração morosa e cara, as dificuldades de transporte e uma mão de obra especializada[104] limitavam a sua utilização na construção corrente, mesmo no seu segmento mais qualificado, obrigando a um uso muito seletivo e racional, em cunhais e guarnições de portas e janelas.

A pedra a que a documentação se refere, de norte a sul do país, era a alvenaria, de formato e dimensões irregulares, traçada com argamassas à base de cal e areias.

Ao longo de toda a Idade Média, o seu uso foi particularmente importante ao nível dos embasamentos conferindo uma maior resistência e durabilidade, razão suficiente para que os proprietários os impusessem contratualmente: até à altura de

[103] Em Braga, em 1515, Martim Peres recebe um chão do concelho para edificar casas podendo, para o efeito, utilizar a pedra que «no dicto chão estiver […] com tal condiçam que toda a pedra que nas dictas casas poseer em nenhuum tempo a poo (sic) dali tirar posto que a traga de fora». MAURÍCIO, 2000: vol.1, 107, nota 14.
[104] Sobre as condições de trabalho da mão de obra especializada na construção, veja-se FERREIRA, 2011: 205-227. Para uma análise mais detalhada dos seus salários consulte-se FERREIRA, 2014: 243-247.



Fig. 11
Proença a Velha:
casa de pedra e cal até à altura do
sobrado e piso superior
em taipa de fasquio
Fonte: Fotografia de Luísa Trindade

um homem, até à altura da cinta de um homem, «até ho andar do sobrado», são expressões que refletem essa prática[105].

Na realidade, alguma documentação parece mesmo indicar que um piso térreo em pedra era condição necessária para que o imóvel pudesse receber outros pisos. Em Braga, por exemplo, em 1501, na «Rua que foi Judiaria», Pedro Eanes obrigava-se a reconstruir um pardieiro erguendo uma casa com mais do que um sobrado. O alteamento, todavia, ficava dependente de o proprietário, o Cabido, fornecer a pedra necessária. Não sendo esta cláusula cumprida, o foreiro teria apenas de edificar uma casa terreira[106].

Sobre estas estruturas-base, ou seja, as paredes que delimitavam a construção, frequentemente apenas as laterais e de fundo[107], levantavam-se os pisos superiores em diferentes materiais, todos eles mais leves. A documentação é por vezes pouco pormenorizada referindo apenas «casas de paredes de pedra e call e taypas madeiradas»[108], podendo o termo taipas indicar técnicas distintas, embora tendo sempre em comum o recurso à madeira no processo construtivo. Uma das mais frequentes, e especialmente usada no Norte, é a que se designa como taipa de fasquio e que

[105] Em Avis predomina a parede de pedra e barro até determinada altura e daí para cima de taipa. *Direitos, bens e propriedades* […], 1950-1953: 86-94. Situação que igualmente se regista em Mértola: «paredes sam de taipa com aleçerços altos sobre a terra de pedra e barro e cubertas de telha vãa», SANTOS, 1977: 255-264. Em Barcelos um imóvel é «repartido em três casas por paredes até o sobrado, em cima no sobrado tem casa dianteira e cozinha e camara repartidas por taipas». FERREIRA, 1991-1992: 49-50. Em Sintra, em 1415, refere-se «uma casa de pedra e cal até à altura da cinta de um homem e, daí para cima, de pedra e lodo rebocada com cal». MARQUES, 1997: 39; Em S. Martinho da Árvore, o Cabido da Sé de Coimbra ordena a construção de uma casa com paredes de pedra e cal até à altura de um homem, e daí para cima de pedra, adobe ou lodo com cobertura de madeira e telha. COELHO, 1989: 687.
[106] FERREIRA, 2001a: 386.
[107] FERREIRA, 2001b: 442.
[108] BEIRANTE, 1980: 112; FERREIRA, 2001a: 389; FERREIRA, 1991-1992: 49-50.

corresponde a uma trama de tábuas sobrepostas: um primeiro pano de tábuas verticais, a prumo, seguido de um ripado horizontal, o chamado fasquio, que dá o nome à técnica. Estes panos são depois necessariamente rebocados com uma argamassa de cal e areia[109]. Um outro tipo, não menos frequente, é o da taipa chamada de rodízio onde, de novo, a madeira cria uma trama reticular com os barrotes, horizontais e verticais, a serem unidos por diagonais ou cruzadas — as famosas cruzes de Santo André —, cujos intervalos são depois preenchidos por tijolo burro, argamassa ou barro. Esta técnica, vulgarizada em toda a Europa desde os finais da Idade Média e ativa no decorrer de toda a Época Moderna[110], conhecida por «fachwerk» (de «fach», os compartimentos entre os barrotes), foi aí muito mais visível do que em Portugal, pelo facto de ser deixada à vista explorando as qualidades estéticas do entramado geométrico do travejamento. Em Portugal, pelo contrário, preferiu-se revesti-las com reboco o que, como bem sublinhou Mário Jorge Barroca, tem levado muitos autores a «subvalorizar a sua utilização no nosso país»[111].

Embasamentos de pedra e paredes altas madeiradas e rebocadas, em taipa de fasquio ou de rodízio, são seguramente o que a pintura da Rua Nova retrata. Os primeiros, embora não sejam percetíveis, terão sido condição essencial para que os prédios atingissem dois e três sobrados, constituindo as paredes das lojas e sobrelojas. Nos pisos superiores domina a madeira, aliás, aparente em várias componentes: dos lintéis que encimam as colunas de mármore aos travejamentos que separam os sobrados, definindo à face os tradicionais ressaltos[112] e suportando os pavimentos dos pisos; nas sacadas e balcões, nas ombreiras e vergas das portas e janelas, nas portadas basculantes onde um pequeno orifício deixa passar alguma luz; de forma ainda mais notória no «frontal de tavoa» do piso superior do imóvel que ocupa o centro da tela que retrata a fileira de prédios do segmento também conhecido como Rua dos Ferros. Neste frontal ou fachada e no ático do imóvel vizinho os madeiramentos foram deixados à vista. Na generalidade, porém, as taipas madeiradas tinham de ser revestidas por uma camada de reboco, com um mínimo de 1,5 cm, fundamental para a sua estabilidade.

---

[109] TEIXEIRA, BELÉM, 1998: 62-65.

[110] Sobre a utilização no tempo longo deste tipo de técnicas veja-se GINJA, 2019: 1407-1417.

[111] BARROCA, 2002: 89. Apenas a título de exemplo, uma descrição de meados do século XVI referente a uma casa na Rua do Souto, no Porto, diz explicitamente que «da banda da rua tem portas de tavoado e todo o frontall de tavoa». AFONSO, 1998: 49. Em Setúbal, um contrato de 1487, inclui a obrigatoriedade de reconstruir os frontais do lado da rua em tabuado ou cortiça. BRAGA, 1998: 69-70.

[112] Característica que, uma vez mais, se visualiza com muito maior nitidez no modelo 2D da rua, realizado a partir da pintura. Veja-se GSCHEWND, LOWE, 2015: 102, 111 e 113. Essa prática pode ainda observar-se nos poucos vestígios materiais que se preservam, caso de Lisboa, na Rua do Benformoso, n.os 101-102 e no Largo do Chafariz de Dentro; em Coimbra, na Rua do Sargento-mor, n.os 2 e 4; no Porto, nas Escadas do Barredo, na Viela do Buraco ou na Rua da Vitória; em Guimarães, na Praça de S. Tiago; em Braga, na Rua D. Frei Caetano Brandão.



Fig. 12
Rua Nova dos Mercadores, Lisboa, autor desconhecido, segunda metade do século XVI
Fonte: KM 186.1 *Town Scene in Lisbon* © The Society of Antiquaries of London (Kelmscott Manor).
Pormenor de frontal de madeira

Estes sistemas construtivos em que a madeira desempenhava uma função estrutural importante foram, a partir de meados do século XV e no decorrer da centúria seguinte, sistematicamente postos em causa[113]. O objetivo das autoridades foi o de estender o uso da pedra à totalidade das paredes portantes, a toda a altura da casa[114]. São as casas de alvenaria ordinária de pedra irregular, sem faces aparelhadas, argamassadas com cal[115] e, por isso, chamadas de «casas de pedra e cal». Sem que constituíssem uma novidade, o seu uso ganhou um novo fôlego nesta altura, para o que se revelou fundamental o esforço normativo.

[113] Sobre estas transformações veja-se CONDE, 2011a: 179-202 e FERREIRA, 2004: 279-296. O mesmo processo de substituição da madeira por pedra ocorreu nos finais do século XV e inícios da centúria seguinte em Espanha: nas cidades novas guipuscoanas, vítimas de sucessivos incêndios que os materiais frágeis se encarregavam de propagar em grandes extensões, as construções foram compulsivamente reconstruídas por determinação régia e concelhia, substituindo radicalmente o anterior sistema construtivo em madeira por outro à base de «cal e canto e argamassa». As normativas ou Ordenanzas, vigentes em quase todos os núcleos, produziram «una rutura brusca en la arquitectura popular urbana». A título de exemplo, um decreto régio de 1499, determinava que todas as casas construídas a partir dessa data em Tolosa, fossem de pedra. Aos proprietários das casas de madeira ainda subsistentes, a lei concedia um prazo de quinze anos para a sua substituição. ARIZAGA BOLUMBURU, 1989: 63-66. Em Santiago de Compostela, a edilidade emitiu reiteradamente ao longo do século XVI um conjunto de disposições tendentes a acabar com as construções em madeira. Apesar disso, o recurso à madeira continuou arreigado como se depreende de testemunhos coevos. ALVAREZ, 1985: 151-160.

[114] Em 1502, Bartolomeu Pires diz, com evidente orgulho, que reformara as casas da Rua Nova del Rei que trazia aforadas ao Hospital dos Tanoeiros «dos alicerces até ao cimo, fazendo-lhes as paredes grossas e boas de pedra e cal, travejando-as, assoalhando-as madeirando-as, e fazendo-as de um sobrado todas de novo com seus repartimentos de câmara e cozinha e casa dianteira». PINTO, 2017: 370.

[115] A argamassa usada no assentamento das pedras normaliza a transmissão vertical de cargas e confere solidez à parede.



Fig. 13
Estremoz, Largo D. Dinis, n.º 8
Fonte: Fotografia de Luísa Trindade

D. Afonso V, D. João II e, sobretudo, D. Manuel I, em conjunto com as autoridades concelhias, promoveram alterações significativas na construção urbana: as restrições ao uso da madeira associadas à proibição de todo o conjunto de elementos que, do plano da fachada, avançavam sobre a via[116], quase sempre dependentes desse mesmo material, ficaram inequivocamente expressas na imposição que obrigava a construir parede direita de pedra e cal: «E que el rei nosso senhor [D. Manuel I] mandava que se derribasse a dita sacada como geralmente mandava que se derribassem outras […] e tiraria a dita sacada e faria parede direita de pedra e cal de maneira que fosse nobreza da dita cidade»[117] .

Nos empreendimentos urbanísticos de iniciativa régia, a pedra e cal transformou-se em opção única: da Rua Nova do Porto[118], ainda de finais do século XIV e inícios do XV, por ordem de D. João I, à Rua da Sofia, em Coimbra[119], já quase de meados do século XVI, a mando de D. João III. No período intermédio, pela insistência, alcance e viragem que viria a imprimir, destaca-se a ação de D. Manuel I nos

[116] Sobre as medidas tomadas contra a proliferação de todos estes acrescentos ligeiros veja-se CARITA, 1999: 81-87, 214 e 218; TRINDADE, 2002: 60-62 e PINTO, 2016: 156-160.
[117] O documento, de 1502, é relativo à venda de um chão junto à igreja de S. Nicolau. *Documentos para a História da cidade de Lisboa* […], 1949: doc. 28, p. 131-132.
[118] As casas da Rua Nova do Porto, de pedra e carpintaria, devem ter sido «as primeiras na cidade gótica, e de forma sistemática, a utilizar a pedra». AFONSO, 1998: 44.
[119] ROSSA, 2001: 680, nota 800.



Fig. 14
Rua da Atalaia, Lisboa
Fotografia de Machado & Souza, 1898-1908
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, FAN/001652

muitos empreendimentos que levou a cabo em Lisboa, com particular incidência naqueles que mandou erguer de raiz: na frente da Ribeira, nos quarteirões de Cata que Farás, junto ao rio, no segmento norte da Rua Nova d'El Rei, em direção ao Rossio, cujo «abrimento» o monarca tão cuidadosamente vigiava ou, de forma ainda hoje tão visível, em Vila Nova do Andrade (Bairro Alto), como salientou Helder Carita[120].

É também este autor que chama a atenção para como, neste reinado e no âmbito de uma cultura de normalização e regulação da construção urbana[121], procurando sistemas de construção mais económicos e eficazes, se constata o aperfeiçoamento das técnicas de argamassas à base de cal, referidas na documentação como «pedra e *call*» ou simplesmente por «call». A importância desta questão pode medir-se pelo peso que assumiu nas várias missivas trocadas entre mestres de obras e a coroa, denunciando o carácter experimentalista em torno deste material, cuja utilização garantia uma construção rápida e sólida, fundamental, por exemplo, nos territórios do Império, onde a questão da fortificação ganhava um destaque especial[122]. E se nas construções

[120] Para além de CARITA, 1999: 62-79, veja-se, também CARITA, 1990: 107 e CARITA, 2000: 36-45.

[121] Em 1499 são promulgadas pela Câmara de Lisboa as «Pusturas sobre os carpinteiros pedreiros e aprendizes e braçeiros e cal telha e tijolo e tojo e madeira e pregadura» onde dimensão dos materiais, preços ou algumas especificações técnicas, por exemplo sobre o funcionamento dos fornos de cal, são detalhadas. *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 229-238. Refira-se que as medidas tomadas para Lisboa serviam depois de modelo a outras cidades. É o novo Regimento da Câmara de Lisboa, datado de 30 de Agosto de 1502, que explicita como da «cidade de Lisboa por ser a cabeça deles deve sair todo bom exemplo pera todalas cidades e vilas». CARITA, 2001: 173.

[122] CARITA, 1999: 157-159. Numa carta de 1514, enviada de África, os irmãos Francisco e Diogo de Arruda informam o monarca da fraca qualidade da cal que conseguem ali fazer solicitando o envio de cal de Portugal (ao menos dois mil

de aparato os paramentos assim erguidos eram delimitados por pedra aparelhada, com especial expressão nos cunhais, conferindo-lhe maior solidez e prestígio, nas soluções mais comuns utilizava-se simplesmente a «massa de terra áspera e pedra traçada como cal», depois regularizada pelo reboco, cafelando-se e pincelando-se[123].

É com base nesta «pedra e cal» que rei e concelho promulgam todo um conjunto de normas tendentes a acabar com o peso da madeira — e práticas construtivas decorrentes — e a promover casas de «parede direita», todas «iguays e por cordel e que hua não saya mays que a outra». Uma ação cujos efeitos serão desiguais sobre o espaço urbano, bem-sucedida em obra nova, mais lenta e limitada em áreas consolidadas. A fileira de prédios representada na pintura que temos vindo a analisar pode, por isso, evidenciar os limites da ação manuelina. Nas ruas mais antigas, os desígnios do rei e dos que nestas matérias mais diretamente o assistiam, como António Carneiro e André Pires, terão tido um menor impacto. Foi o próprio monarca, afinal, a tratar como exceção a Rua Nova dos Mercadores, isentando-a da sua própria lei geral — «como geralmente mandava» —, quer em 1499, quando proibiu a construção de sacadas novas e obrigou a que as velhas, necessitando de obras, se desfizessem e substituíssem por parede direita, quer em abril de 1502, quando ordenou o derrube de todos os balcões e sacadas existentes em todas as ruas, travessas e becos de Lisboa[124].



Fig. 15. *Lisboa Velha*, GAMEIRO, 1925, respetivamente: Entrada da Rua de S. Miguel (Alfama); Casas da Rua de S. Pedro ao Chafariz de Dentro; Casa na Rua das Farinhas; Casas da Rua da Regueira

moios) para que a obra de Mazagão fosse segura e durável». CORREIA, 2008: 490-491. Sobre a produção na cidade de Lisboa ficaram vários testemunhos, entre eles o de Luís Mendes de Vasconcelos, que refere como «de cal e pedra tem esta cidade tanta abundância e tão fácil o carreto que não pode ser mais, porque a cal se faz nos arrabaldes em muita quantidade e a pedra vem de pouco mais longe». VASCONCELOS, 1990 [1608]: 134. João Brandão, por seu lado, atesta que «em Almada há aí cinco barcas que outro ofício não fazem, senão carretar pedra para a dita cidade [Lisboa] afirmaria cada uma trazer por ano trezentas viagens», acrescentando que «um moio de cal leva uma barca de pedra» BRANDÃO, 1990 [1552]: 55.

[123] «todas estas casas seram cafelladas e pinçelladas muito bem de dentro e de fora» DIAS, 1979: 128.

[124] CARITA, 1999: 214 e 218.

A largura invulgar da via, argumento usado pelo monarca, não seria certamente razão suficiente. A situação de facto, o peso dos direitos adquiridos[125], o dinamismo de uma rua que não podia parar[126], a infinidade de proprietários diferentes, são fatores que terão certamente pesado na decisão.

Mas a Rua Nova é apenas um exemplo. Na realidade, apesar de toda a ação normativa e do efeito que sem dúvida alcançou, em toda a cidade, como de resto um pouco por todo o país, casas madeiradas, andares em ressalto, balcões e sacadas, sobreviveram aos diversos prazos sucessivamente estipulados para o seu desaparecimento.

Muitas resistiram até ao terramoto de 1755, algumas mantiveram-se mesmo até finais do século XIX[127], outras ainda, em número já muito reduzido, chegaram à atualidade[128].

Em síntese, e em resposta à questão inicial, tudo aponta, de facto, para um processo de «petrificação» da construção urbana. Mas, e uma vez mais retomando as premissas iniciais, um processo longo, ainda que com momentos de evidente aceleração, com resultados que se vão progressivamente atingindo, diluindo-se o momento de chegada, na realidade nunca plenamente alcançado.

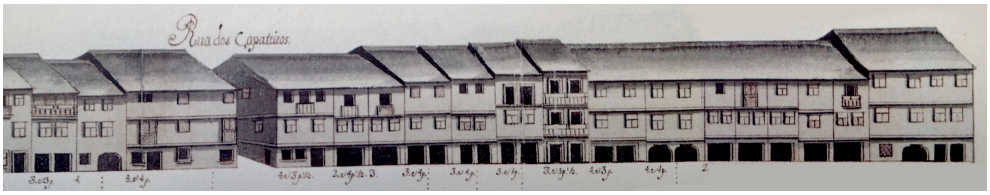


Fig. 16. *Mappa das Ruas de Braga*, 1750. Fonte: © Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga

A pintura da Rua Nova, ao expor com um detalhe até agora desconhecido o segmento mais qualificado do casario corrente tardomedieval, constitui, por isso, um elo fundamental para a reconstituição desse processo, denunciando uma paisagem urbana que progressiva e lentamente (quase) desapareceria, dando lugar a uma outra arquitetura, maioritariamente de «parede direita de pedra e call».

[125] Veja-se, a este propósito, PINTO, 2017: 375.

[126] Manuel Álvares, mercador com negócio assente na Rua Nova, pede a D. João III que o solte da cadeia do Limoeiro pois «pera hum mercador seis dias de nom pareçer na Rua noua basta para ser destruído de seu credito e fazenda», expressão que reflete bem o ritmo que aí se viveria em pleno século XVI. PINTO, 2017: 377.

[127] Amplamente retratadas por Alfredo Roque Gameiro, GAMEIRO, 1925.

[128] Para além dos exemplares já referidos *supra*, nota 112, veja-se o número de casas com sobrados em ressalto que, ainda em 1750, em Braga, foram registadas em desenho pelo Padre Ricardo da Rocha. VASCONCELOS, *coord.*, 1989/1991.

FONTES INÉDITAS

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 46, doc. 61.
ANTT. *Leitura Nova, Estremadura,* liv. 4, fls. 10-10v.
ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, liv. 8, fl. 62.
ANTT. *Leitura Nova*, *Odiana*, liv. 6.

Arquivo Municipal de Lisboa

AML. *Chancelaria Régia, Livro 3.º de D. Manuel I.*
AML. *Livro 1 de Sentenças*.

FONTES ICONOGRÁFICAS

ARMAS, Duarte de (2015 [c.1509]). *Livro das Fortalezas*. Apresentação e leituras de João José Alves Dias. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
CHAFARIZ d'el Rey em Lisboa [pintura]. Museu Coleção Berardo, Lisboa, Portugal, [c. 1570-1580].
GAMEIRO, Alfredo Roque (1925). *Lisboa Velha*. Lisboa: Emprêsa do Anuário Comercial.
HOGENBERG, Frans [1598]. *Illustris civitatis Comimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies* [*vista de Coimbra*] [gravura]. In *Civitates Orbis Terrarum*. Colónia: Georg Braun, vol. V.
HOLANDA, António de [1530-1534a]. *Lisboa,* (pé de página). In *Genealogia dos Reis de Portugal*. British Library, Londres, Inglaterra. BL Add MS 12531 – f. 7r.
HOLANDA, António de [1530-1534b]. *Santarém* (pé de página). In *Genealogia dos Reis de Portugal*. British Library, Londres, Inglaterra. BL Add MS 12531 – f. 8r.
[HOLANDA, António de] [séc. XVI]. *Livro de Horas, dito de D. Manuel*. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, Portugal. N.º de Inv. 14/129v. e 130 Ilum.
MACHADO & SOUZA, *fot*. [1898-1908]. *Rua da Atalaia*. Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal. FAN/001652.
MACHADO & SOUZA, *fot*. (1901). *Rua da Achada*. Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, Portugal. FAN/002703.
MAPPA das Ruas de Braga. Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga, 1750.
PANORÂMICA de Lisboa, (*Panorama of Lisbon*). Biblioteca da Universidade de Leiden, Leiden, Países Baixos. Special Collections Reading Room Bodel Nijenhuis COLLBN J29-15-7831-110/30a-q, [c. 1570].
RUA Nova dos Mercadores em Lisboa (Town Scene in Lisbon). The Society of Antiquaries of London (Kelmscott Manor). KM 186.1 e KM 186.2, [segunda metade do século XVI].
TINOCO, João Nunes (1650). *Planta da cidade de Lisboa* (pormenor) [desenho]. Fac-simile, Fotografia de Mário Novais (1899-1967). Biblioteca de Arte-Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal. [CFT003.62570].

FONTES PUBLICADAS

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP. *Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade* […], *de João Nunes Tinoco, 1650* (litografia de 1853). [Consult. 12 jul. 2022]. Disponível em <http://purl.pt/4503/3/>.

BRANDÃO (de Buarcos), João (1990 [1552]). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552.* Lisboa: Livros Horizonte.

CAMPOS, João Correia Aires de (1875). *Indice Chronologico dos Pergaminhos e Forais existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Litteraria.

DIREITOS, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos [1556]. Introdução e notas de José Mendes da Cunha Saraiva. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950-1953.

DOCUMENTOS do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livros de Reis. Lisboa: Câmara Municipal, 1958, II.

DOCUMENTOS do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livros de Reis. Lisboa: Câmara Municipal, 1959, III.

DOCUMENTOS para a História da cidade de Lisboa, Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando. Lisboa: Câmara municipal, 1949.

FREITAS, António Joaquim de (1863). *Lisboa em 1584*. «Archivo pittoresco: semanário illustrado». 6, 11, 85-87.

GÓIS, Damião de (1988 [1554]). *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Leitura e transcrição Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

LOPES, Fernão [s.d.]. *Crónica de D. Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Civilização.

MÜNZER, Jerónimo (1924). *Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495*. «Boletín de la Real Academia de la Historia». 84, 32-119 e 197-279.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1987 [post. 1554]). *Lisboa em 1551*. Lisboa: Livros Horizonte.

ORDENAÇÕES MANUELINAS (1984). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Livro I.

VASCONCELOS, Luís Mendes de (1990 [1608]). *Do Sítio de Lisboa – Diálogos.* Lisboa: Livros Horizonte, Livro 1.

VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de, *coord*. (1989/1991). *Mapa das Ruas de Braga*. Braga: Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho e IBM S. A. [Edição fac-similada].

VEREAÇOENS, Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo. Comentários e notas de A. Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, 1937.

ZURARA, Gomes Eanes da (1973 [1453]). *Crónica de Guiné*. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto: Livraria Civilização-Editora.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (1998). *A rua das Flores no século XVI, elementos para a história urbana do Porto quinhentista.* Porto: FAUP.

ÁLVAREZ, Clara (1985). *La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela en el ámbito del urbanismo durante el siglo XVI*. In *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*. Madrid: Universidad Complutense, tomo I, pp. 151-160.

ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (2019). *Medieval Portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic*. In MATTOSO, José, *dir.*, ROSA, Maria de Lurdes *et al., eds. The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz (1989). *La arquitectura popular en la Edad Media (Guipúzcoa).* «Revista de la Facultad de Geografia e Historia». 4, 59-74.

BARROCA, Mário Jorge, (2002). *Arquitetura gótica civil*. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge. *História da Arte em Portugal, o Gótico*. Lisboa: Presença, pp. 86-92.

BEIRANTE, Maria Ângela (1980). *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

BEIRANTE, Maria Ângela (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves (1995). *O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI*. In *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, pp. 61-79.

BRAGA, Paulo Drumond (1991). *A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média*. In *As Ordens Militares em Portugal*, *Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 143-155.

BRAGA, Paulo Drumond (1998). *Setúbal medieval (séculos XIII-XV)*. Setúbal: Câmara Municipal – Biblioteca Pública Municipal.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da (1992). *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*. Setúbal: Salpa.

CARITA, Helder (1990). *O Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal.

CARITA, Helder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

CARITA, Helder (2000). *Reforma urbanística da Lisboa Manuelina, Início da escola moderna de arquitectura.* «História». XXII: 26, 36-45.

CARITA, Helder (2001). *Legislação e administração urbana no século XVI*. In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, pp. 171-182.

CARVALHO, Ana Paula Gonçalves de (2007). *Alguns aspectos do abastecimento de matérias-primas destinadas à construção da Lisboa Medieval*. In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; HAEMERS, Jelle, *coord. La ciudad medieval y su influencia territorial: Encuentros Internacionales del Medievo.* La Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 137-160.

CHARRUADAS, Paulo; SOSNOWSKA Philippe (2021). *La «pétrification» du bâti urbain en Brabant méridional à la fin du Moyen Âge. État de la question, problématiques et perspectives*. «Ædificare Revue internationale d'histoire de la construction Pierre et dynamiques urbaines». 9: 1, 165-197.

CID, Pedro de Aboim Inglez (2000). *O Livro de Horas dito de D. Manuel. Algumas precisõe*s. «História». XXII, 26, 46-55.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1997). *Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média*. «Arqueologia Medieval» 5, 243-265.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (2011a [2007]). *Alterações estruturais e superficiais na construção corrente urbana do ocidente peninsular em finais da Idade Média*. In CONDE, Sílvio Alves. *Construir, habitar: a casa medieval*. Porto: CITCEM, pp. 179-202.

CONDE, Sílvio Alves (2011b). *As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa.* In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord*. *História da construção: os construtores*. Braga: CITCEM – LAMOP, pp. 75-98.

CONDE, Sílvio Alves (2011c). *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga: CITCEM.

CONDE, Sílvio Alves (2011d [2010]). *Tipologias, materiais e técnicas construtivas na casa comum das cidades do Vale do Tejo, em finais da Idade Média*. In CONDE, Sílvio Alves. *Construir, habitar: a casa medieval*. Porto: CITCEM, pp. 95-118.

CONDE, Sílvio Alves (2012). *Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista*. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord. História da construção: os materiais*. Braga: CITCEM – LAMOP, pp. 221-242.

CONDE, Sílvio Alves (2017). *Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre as casas no período da formação de Portugal.* In

BARROCA, Mário Jorge, *coord. No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português.* Porto: CITCEM, pp. 159-193.

CONDE, Manuel Sílvio Alves; VIEIRA, Marina Afonso (2004). *A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos*. In *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, *3.ª Secção – População, sociedade e economia*. Guimarães: Câmara Municipal, pp. 263-286.

CONDE, Manuel Sílvio Alves; VIEIRA, Marina Afonso (2005). *A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média*. In *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas, Actas das Primeiras Jornadas*. Lisboa: [s.n.], pp. 65-122.

CORREIA, Fernando Branco (2013). *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Colibri – CIDEHUS, Universidade de Évora.

CORREIA, Jorge (2008). *Implantação da cidade portuguesa no norte de África*. Porto: FAUP.

COSTA, Maria Adelaide Millan (1996). *O refazimento da Praça da Ribeira em finais de quatrocentos.* In *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o arquivo de João Martins Ferreira*. Porto: Arquivo Distrital, pp. 31-43. Catálogo da Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade.

COSTA, Miguel Reimão *et al.* (2015). *Mértola: A transformação da arquitetura da vila entre o período islâmico e o início do período moderno.* In COSTA, Miguel Reimão, *coord*. *Mértola: a arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 87-173.

DIAS, João José Alves (2005). *Principais sismos em Portugal anteriores ao de 1755*. In *1755. O Grande terramoto de Lisboa*. Lisboa: Fundação Luso Americana-Público, pp. 123-143. Vol. 1: *Descrições*.

DIAS, Pedro (1979). *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1519*, *aspectos artísticos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

DUARTE, Luís Miguel (2003). *Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*. In *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 183-192.

FERNANDÉZ-GONZÁLEZ, Laura (2017). *O Modelo Digital da Pintura Rua Nova: recreando a arquitetura quinhentista de Lisboa.* In GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate J. P., *eds*.; CARDOSO, Andrea, *coord*. *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa: INCM; Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 78-83.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1991-1992). *Barcelos, terra de condes. Uma abordagem preliminar.* «Barcelos Revista». Separata.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1999). *Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo*. «Edades». 6, 11-37.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2001a). *Habitação popular urbana, no Norte de Portugal medievo: Uma tipologia? Ou um modo de construir?* «Cadernos do Noroeste. Cadernos interdisciplinares». 15: 1-2, 381-432.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2001b). *Subsídios para o estudo da construção corrente em Barcelos de Quatrocentos*. «Cadernos do Noroeste. Cadernos interdisciplinares». 15: 1-2, 433-448.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2004). *A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)*. In *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal, pp. 279-296.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2005). *La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge et au début de l'Époque Moderne.* In *L'edilizia prima della rivoluzione industriale secc. XIII-XVIII. Atti*. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica F. Datini, pp. 587-624.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010 [1997]). *Guimarães: «duas vilas, um só povo», estudo de História Urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, Universidade do Minho.

FERREIRA, Sérgio Carlos (2011). *Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média*. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord*. *História da construção: os construtores*. Braga: CITCEM, pp. 205-227.

FERREIRA, Sérgio Carlos (2014). *Preços, salários e níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

GARCIA Y BELLIDO, A. (1985). *Urbanistica de las grandes ciudades del mundo antigo*. Madrid: CSIC.

GINJA, António (2019). *The medieval house of Coimbra: archaeology of architecture in the demystification of archetypes*. In *La casa: espacios domésticos, modos de habitar*. Granada: Universidad de Granada - Escuela Técnica Superior de Arquitectura, pp. 1407-1417.

GOFF, Jacques Le (1983). *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, vol. 1.

GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval, 1200-1500.* «Cadernos da Revista de História Económica e Social». 9-10. Lisboa: Sá da Costa.

GOMES, Saul António (1990). *A Praça de S. Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 1546*. «Mundo da Arte». II Série. 14, 57-78.

GONÇALVES, Iria (1980). *Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». 1, 153-204.

GONÇALVES, Iria (1996a). *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa. Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia.

GONÇALVES, Iria (1996b). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia.

GONÇALVES, Iria (2004). *A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média.* In Atas do *III Congresso Histórico de Guimarães: Dom Manuel e a sua época.* Guimarães: Câmara Municipal, vol. III: *População, Sociedade e Economia,* pp. 101-124.

GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate J.P., *eds*. (2015). *The global city. On the streets of the Renaissance Lisbon.* London: Paul Hoberton.

GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate J.P., *eds*.; CARDOSO, Andrea, *coord*. (2017). *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa: INCM - Museu Nacional de Arte Antiga.

GUIDONI, Enrico (1990). *I portici nella tradizione urbanistica europea*. In BOCCHI, Francesca, *a cura di*. *I Portici di Bologna e L'edilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55-63.

LEITE, Ana Cristina (1993). *O Hospital Real de Todos os Santos*. In PEREIRA, Paulo, *ed*. *Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 anos. Catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal, pp. 5-9.

MANEIRA, Rui Cunha (2006). *O sítio e a arquitectura de uma casa quinhentista Ribeira de Santarém – ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». 18, 13-36.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1964). *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

MARQUES, João Francisco (2006). *A acção da igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação*. «Lusitania Sacra». 2.ª série: 18, 219-329.

MARQUES, Maria Inês Gonçalves (1997). *A colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV. Património e gestão.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.

MARTINS, Diana Neves (2017). *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.

MAURÍCIO, Rui (2000). *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, 1505-1532. Urbanismo e arquitectura.* Leiria: Magno Edições, 2 vols.

MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (2012). *Os materiais* empregues nas *construções urbanas medievais, Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho.* In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord*. *História da construção: os materiais*. Braga: CITCEM – LAMOP, pp. 127-166.

MOURA, Ana Luísa; MOURA, Carlos Machado; CRUZ, Pedro Castro (2009). *Casas Quinhentistas de Castelo Branco*. Castelo Branco: Argumentum.

OLIVEIRA, José Augusto de (2005-2006). *Exploração das matas nos finais do século XV: aspectos da desflorestação na Outra Banda*. «Media Ætas, Revista de Estudos Medievais». II Série. 2, 55-65.

OSÓRIO, Marcos (2008). *O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII*. In *Atas do III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Vol. 4, Da Idade Média à Contemporaneidade. Ambientes e musealização.* Freixo de Numão: [s.n.], pp. 13-21.

PALMA, Maria de Fátima *et al.* (2018). *As Casas de Mértola: dois mil anos de formas de habitar.* «Arqueologia Medieval». 14, 57-69.

PEREIRA, Daniela (2021). *Os espaços de mercado nas cidades portuguesas, entre os séculos XVI e XVIII*. Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

PEREIRA, Paulo (2011). *A Fábrica Medieval – Concepção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550).* Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 3 vols.

PINTO, Pedro (2017). *Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova*. In GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, Kate J.P., *eds*.; CARDOSO, Andrea, *coord*. *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa: INCM – Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 365-381.

PINTO, Sandra M.G. (2016). *A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX).* «Revista de Estudios Histórico-Jurídicos [Sección historia del derecho europeo]». XXXVIII, 149-177.

PRADALIÉ, Gérard (1975). *Lisboa da Reconquista ao fim do séc. XIII*. Lisboa: Palas Editores.

RABABEH, S.; AL RABADY, R.; ABU-KHAFAJAH, S. (2014). *Colonnaded streets within the roman cityscape: a "spatial" perspective*. «Journal of Architecture and Urbanism». 38:4, 293-305.

RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (2012). *Os materiais empregues nas construções urbanas medievais: contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho*. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord*. *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM-LAMOP, pp. 127-166.

ROSADO, Ana; LIBERATO, Marco; COSTA, Miguel Reimão (2018). *Contributo para a história da arquitetura da habitação e da organização do espaço no interior do castelo de Estremoz*. In *Arqueologia Urbana em Centros Histórico. Actas IV FAUR*. Faro: UALg/CEAACP, pp. 286-304.

ROSSA, Walter (2001). *Divercidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

SANTOS, Vítor Pavão dos (1964), *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o XVI*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de licenciatura.

SANTOS, Vítor M. Pavão dos (1977). *As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI*. «Bracara Augusta». XXXI. 71/72, 255-264.

SILVA, Ângela Carina Areias da (2011). *Entre Propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Manuel Fialho (2022 [2017]). *Mutação urbana na Lisboa medieval: das taifas a D. Dinis.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

SOUSA, Manuel de Faria e (1679). *Europa Portuguesa.* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, tomo 2.

SOUSA, Silvana Raquel Vieira de (2017). *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relatório de Estágio.

SOUSA, Silvana Raquel Vieira de (2019). *Da Casa ao Lar: arquitecturas de habitação na cidade de Évora entre a Baixa Idade Média e o início da Modernidade. Apresentação de um Projecto de Doutoramento*

em História da Arte. In *INCIPIT 8*: *Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, pp. 153-167.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa; BELÉM, Margarida da Cunha (1998). *Diálogos de edificação, estudo de técnicas tradicionais de construção*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

TORRES BALBAS Leopoldo (1968). *La Edad Media. Resumen historico del urbanismo en España.* Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

TRINDADE, Luísa (2002). *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal.

TRINDADE, Luísa (2004-2005). *A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*. «Media Ætas: Paisagens Medievais I». Série 2: I. 121-157.

TRINDADE, Luísa (2013 [2009]). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TRINDADE, Luísa (2016). *Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábua do «martírio de S. Sebastião», de Gregório Lopes*. «Medievalista», 20. [Consult. 20 nov. 2022]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/1180>.

TRINDADE, Luísa (2021). *"Que se erga «parede direita de pedra e call»": a mudança de paradigma na construção corrente em finais da Idade Média portuguesa*. «Ædificare Revue internationale d'histoire de la construction Pierre et dynamiques urbaines». 9:1, 287-321.

A RUA DAS FLORES: UM ESPAÇO FAMILIAR (SÉCULO XVI)

ALICE BORGES GAGO*

Resumo: *Os arquivos de família constituem preciosas fontes de informação para numerosos temas de investigação, como o estudo do próprio arquivo; das famílias neles representadas e das suas práticas arquivísticas; do seu papel na construção da memória familiar e na estruturação e consolidação de famílias pré-modernas portuguesas e europeias.*
A análise da produção informacional das famílias que conservaram estes acervos ao longo dos séculos até aos nossos dias, permite-nos detetar a presença de documentos produzidos por elementos das elites do patriciado urbano portuense desde inícios do século XV — Carneiros, Valadares, Barretos, Delgados. Famílias ligadas entre si por via matrimonial, relacionamento que se proporcionava, em parte, pela própria vizinhança no que diz respeito ao local onde residiam em meados do século XVI — a Rua das Flores.

Palavras-chave: *Famílias; Elites; Rua das Flores; Porto.*

Abstract: *Family archives are important resources for research, such as the study of the archive itself; the study of the families and their archival practices; its role in the construction of family memory and in the structuring and consolidation of pre-modern Portuguese and European families.*
The analysis of the family's informational production, preserved for centuries until today, allows us to detect documents produced by elements of the elites of Porto's urban patriciate since the beginning of the 15th century — Carneiros, Valadares, Barretos, Delgados. Families related through marriage or relationships provided, in part, by the neighborhood regarding the place where they lived in the mid-16th century — Rua das Flores.

Keywords: *Families; Elites; Rua das Flores; Porto.*

INTRODUÇÃO

De entre os milhares de documentos que constituem o *Arquivo Almada e Lencastre Bastos* (ALB), depositado na Biblioteca Nacional de Portugal desde 1974, produzidos e preservados por diversos grupos familiares entre os séculos XIV e XX, destacámos para este estudo os pertencentes a três famílias tardomedievais portuenses, os quais nos permitem traçar os seus percursos sociais e a sua implantação territorial na cidade.

O fundo deve a sua denominação ao apelido do último proprietário, João de Almada de Lencastre Bastos, que o vendeu ao Estado português. Este fundo é composto

* Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (IEM-FCSH-UNL/UCP-CEHR). Email: alicegago@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3680-1195. Doutorada em História, especialidade de Arquivística Histórica.

por dois cartórios: o dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei[1] e o dos Condes da Feira, da sua segunda titulação[2].

O ALB manteve-se na família até que, em 1957, João Almada de Lencastre Bastos pretendeu vender o arquivo[3], o qual foi avaliado e finalmente adquirido em 1974, pela Biblioteca Nacional, já após a morte do proponente.

Na Biblioteca Nacional o arquivo foi recentemente organizado pelas técnicas, de forma a poder ser consultado pelos investigadores. Em 2019 foi disponibilizado um inventário realizado por nós e que pode ser consultado em linha[4].

De entre as várias famílias representadas no acervo, destacámos três pertencentes à elite portuense: as famílias Valadares Carneiro, Delgado e Nunes Barreto, todas elas residentes, em meados do século XVI, na Rua das Flores.

1. UMA RUA, TRÊS FAMÍLIAS

1.1. Os Valadares

Implantada no Porto, em meados do século XVI, a família Valadares era, como referimos acima, uma família da elite portuense. Por via de casamento estava ligada aos Machucho, aos Rua, aos Carneiro e com a família Delgado, também elas conhecidas famílias do patriciado da urbe[5].

Os primeiros elementos desta família que encontramos a residir na Rua das Flores é o casal João de Valadares[6] (flor. 1511[7]-1542[8]) — filho de Fernão de Valadares[9] e de Beatriz Eanes de França — e Ana de Azeredo (flor. 1523[10]-1585[11]) — filha de Álvaro Rodrigues de Azeredo e de Constança Soares[12]. Para além disso, traziam emprazados, em 1523[13], dois chãos na referida rua. Tendo João de Valadares falecido

[1] GAGO, 2019: vol. I, 38-39.
[2] GAGO, 2019: vol. I, 40 e bibliografia citada.
[3] ANTT. *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274; *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91.
[4] Como anexo no vol. II da nossa tese de doutoramento: GAGO, 2019.
[5] GAGO, 2020: 47-49.
[6] GAGO, 2020: 157.
[7] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58, fol. 560.
[8] Já falecido em setembro desse ano, como consta de uma carta de quitação dada à «mulher que foi de João de Valadares» pelo foro de uma casa pago ao hospital de Rocamador. BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 286-287; cx. 69, cap. 2, cota antiga: M 25 A N 1; SANTOS, 1973: 357-358.
[9] Sobre Fernão de Valadares e Beatriz Eanes de França: GAGO, 2020: 155-156.
[10] AFONSO, 2000: 267.
[11] BRITO, 1997: 76.
[12] GAGO, 2020: 286-291.
[13] AFONSO, 2000: 267.

em 1542, ficou a viúva a residir nas moradas de casas que pertenciam à Mitra[14] até pelo menos 1585, ano em que terá falecido[15]. Em 1573[16] sabemos que residia com ela a sua nora, Vitória Carneiro, viúva (desde 1553[17]) do seu filho primogénito, Luís de Valadares, feitor em Achem[18], e a neta, Ana Carneira[19].

Falecido o primogénito de João de Valadares, coube a sucessão ao secundogénito, Álvaro de Valadares[20] (flor. 1559[21]-1592[22]), casado com Antónia Carneiro (flor. 1567[23]-1592[24]), filha de Pantaleão Carneiro e Filipa Moreira. Foram pais de sete filhos[25], entre os quais João de Valadares Carneiro, o primeiro a usar o duplo apelido.

O casal fez testamento em 1592[26], e através dele sabemos que possuíam vasto património urbano — casas na Rua das Flores, Praça da Ribeira, Rua do Buraco da Lada, Rua dos Mercadores, uma loja na travessa do Colégio Velho e umas casas na Travessa do Hospital na Rua de Cimo de Vila[27].

Por sua vez, João Valadares Carneiro[28] (flor. 1580[29] - m. 1639[30]) casou por duas vezes, a primeira com Maria da Costa Soares[31] (flor. 1588[32]-1600[33]) — com quem teve três filhos[34] e a segunda com Catarina Pereira (flor. 1642[35]-1653[36]), da qual nasceram dois filhos: Luís de Valadares Carneiro, que casou com Ana do Amaral, filha de João Soares do Amaral e de Sebastiana Vieira, e bisneta de Baltasar Delgado.

---

[14] SANTOS, 1973: 357-358.
[15] BRITO, 1997: 76.
[16] AFONSO, 2000: 267.
[17] GAGO, 2020: 202.
[18] ANTT. *Chancelaria de D. João III*, liv. 55, fol. 169; GAGO, 2020: 202-203.
[19] BRITO, 1997: 76-77.
[20] GAGO, 2020: 159-161.
[21] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 82 III, cap. 7, doc. n. n.
[22] BNP. ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6.
[23] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, cap. 4, cota antiga: M 114 N 10.
[24] BNP. ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 4, cota antiga: M 5 N 6; BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 288-289.
[25] GAGO, 2020: 159.
[26] E inventário em 1597. BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 59, fol. 473-568.
[27] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 59, fol. 473-568.
[28] GAGO, 2020: 163-164.
[29] BNP. ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 5, cota antiga: M 5 N 6.
[30] BNP. ALB, *ANTT*, cx. 19, doc. 21.
[31] Filha do licenciado Francisco Soares e de Beatriz Mendes de Vasconcelos e sobrinha de Maria da Costa e de Manuel da Costa, mestre escola, o qual foi seu tutor. BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 60, fol. 344-349, 357-359; cx. 74, n.º 61, cap. 5, doc. n. n.
[32] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 60, fol. 344-349.
[33] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, cap. 4, cota antiga: M 6 N 39.
[34] Álvaro, Manuel e Beatriz de Azeredo, freira em Santa Clara. BNP. ALB, *ANTT*, cx. 19, doc. 17.
[35] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58, fol. 346-356.
[36] MELO, CARDOSO, 2017: vol. I, 714.

1.2. Os Delgado

Baltasar Delgado (flor. 1526-1592[37]), filho de João Delgado, fidalgo da Casa do Infante D. Fernando[38], era cidadão do Porto, bacharel, confrade, tesoureiro na Misericórdia do Porto em 1575-1576 e seu provedor em 1581-1582[39] e morador na Rua das Flores.

Cerca de 1526[40] casou com Isabel Eanes de Brito (flor. 1569-1576[41]), da qual teve vários filhos[42], entre os quais Ana Delgado, que casou com Roque Tavares do Amaral[43] em 1569[44].

O casal possuía propriedade rural na ilha Terceira[45] e no continente várias propriedades urbanas no Porto — nas Rua de Congostas[46], Rua das Flores[47], Rua da Reboleira[48] e Rua da Biquinha[49].

Após a morte de Baltasar Delgado, ocorrida a 22 de setembro de 1592[50], algumas destas propriedades urbanas foram transmitidas em legado testamentário ao seu filho mais velho, Baltasar Delgado de Abreu, nomeado seu herdeiro e testamenteiro, como a casa da Rua das Flores e a da Rua da Biquinha[51].

Como referimos acima, foi por via de Ana Delgado, casada com Roque Tavares do Amaral, que se originou a ligação dos Delgado aos Valadares Carneiro. O casal teve um filho, João Soares, que casou com Sebastiana Vieira[52] e foram pais de Ana do Amaral, por sua vez casada com Luís Valadares Carneiro.

1.3. Os Nunes Barreto

Por fim a terceira família. Os Nunes Barreto têm origem em João Nunes do Gafanhão, mercador em Aveiro, instituidor de dois morgadios, o do Gafanhão, cuja documentação se encontra no Arquivo Distrital do Porto (famílias Corte Real)[53]

---

[37] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 411-416; cx. 60A, fol. 685.
[38] Filho de D. Manuel I. BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58, fol. 669, 671-676.
[39] Serviu ainda o rei em Mazagão e Tânger. BNP. ALB, *ANTT*, cx. 1, doc. 1252; *Avenida de Roma*, cx. 58, fol. 671-676; BASTO, 1997: vol. I, 404, 415, 420-422.
[40] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 60, fol. 253-256.
[41] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 408-410.
[42] GAGO, 2018: 118.
[43] Escrivão da câmara do Bispo de Coimbra, D. João Soares, a quem acompanhou ao Concílio de Trento. BRITO, 1997: 209.
[44] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, doc. n. n.; cx. 83 III, cap. 2, doc. n. n.
[45] BNP. ALB, *Enc*., cx. 1, cap. 7, doc. n. n.
[46] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, cap. 3; cx. 83 III, cap. 1 e 2, doc. n. n.
[47] Em 1537 trazia «emprazado» de Diogo da Cunha e Maria Aranha, um pardieiro com portas e «eixido», cujo direto senhorio era o Bispo do Porto. Mais tarde as casas pertencerão a João de Valadares Carneiro. BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, cap. 3, doc. n. n., cota antiga: M 47 N 12.
[48] BNP. ALB, *ANTT*, cx. 19, doc. n. n.
[49] BNP. ALB, *Enc*., cx. 42, cap. 1, doc. n. n.
[50] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 411-416.
[51] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 411-416. Veja-se o mapa em GAGO, 2018: 109.
[52] BNP. ALB, *Enc.*, cx. 2, doc. n. n.
[53] A documentação encontra-se em processo de inventariação.

e o de Freiriz e Penegate, o que podemos encontrar no ALB. A este segundo ramo da família encontram-se ligados por laços familiares os Ferraz e os Brandão Sanches (estes por sua vez um ramo dos Ferraz).

Assim, os elementos da família Nunes Barreto que encontramos a residir na Rua das Flores são Gaspar Nunes Barreto[54] (flor. 1536[55]-1592[56]), filho de Fernão Nunes Barreto I e de Isabel Ferraz. Foi casado por duas vezes, a primeira, cerca de 1545[57] com Isabel Cardoso[58] (flor. 1545[59]-1547[60]) de quem teve cinco filhos[61]; em segundas núpcias, cerca de 1549[62], com Cecília de Madureira[63] (flor. 1549[64]-1593[65]), de quem teve mais três[66]. Foi na casa da Rua das Flores que Cecília de Madureira redigiu, em 1593, um codicilo ao testamento, que havia assinado com seu marido em 1591[67], onde fez alguns legados[68].

O primogénito de Gaspar Nunes Barreto, Fernão Nunes Barreto[69] (flor. 1547[70]--1597[71]), o segundo do nome, apesar de residir com a sua esposa Maria Henriques[72] (flor. 1564[73]-1644[74]) na Rua do Cais[75], possuía casas na Rua das Flores, possivelmente as que haviam sido ocupadas pelos seus pais. Terão sido essas casas que foram emprazadas em 1608 por Maria Henriques — então já viúva[76] — a Jerónimo da Ponte e a Ana Correia[77] e sobre as quais correram sentenças nos anos de 1656 a 1664 sobre dívidas de pensões em atraso[78]. Poderão ter sido estas ou outras casas da família que, entretanto, se ligara aos Valadares por via matrimonial, que D. João Manuel

[54] GAGO, 2020: 318-321 e bibliografia citada.
[55] ANTT. *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 214, doc. 17. A primeira menção num documento do ALB data de 1555. BNP. ALB, *Enc.*, cx. 14A, n.º 48, cap. 5, cota antiga: D 4 M 6 N 6.
[56] BNP. ALB, *ANTT*, cx. 5, liv. 1, fol. 4.
[57] SILVA, 2000: vol. I, 380. Já se encontravam casados em 1559: BNP. ALB, *Enc.*, cx. 44, n.º 135, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 73.
[58] GAGO, 2020: 321 e bibliografia citada.
[59] SILVA, 2000: vol. I, 380.
[60] BRITO, 1997: 358.
[61] Gonçalo Nunes Barreto, Jerónimo Barreto, Fernão Nunes Barreto II, Reimão Barreto e Guiomar Barreto. GAGO, 2020: 318 e bibliografia citada.
[62] SILVA, 2000: vol. I, 380.
[63] GAGO, 2020: 321 e bibliografia citada.
[64] SILVA, 2000: vol. I, 380.
[65] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 479-481.
[66] Tomás Barreto, Ângela de Madureira e Maria. GAGO, 2020: 318-319 e bibliografia citada.
[67] BNP. ALB, *ANTT*, cx. 8, doc. 476.
[68] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 58A, fol. 479-481.
[69] GAGO, 2020: 323-326 e bibliografia citada.
[70] Já vivo, quando a mãe institui capela no Porto e o menciona como possível sucessor. BRITO, 1997: 358.
[71] SILVA, 1988: vol. II, 1089; MELO, 2017b: 372.
[72] GAGO, 2020: 326-327 e bibliografia citada.
[73] BNP. ALB, *Enc.*, cx. 44, n.º 135, cap. 1, cota antiga: D 4 M 5 N 108.
[74] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 89, cap. 2, cota antiga: M 13 N 3.
[75] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 59, fol. 578-711.
[76] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 60, fol. 39-49.
[77] AFONSO, 2000: 261.
[78] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, n.º 48, cap. 3, doc. n. n., cotas antigas: M 3 N 16; M [3] N 17 e M 3 N 17.

de Meneses, descendente dos Valadares Carneiro, tomou posse judicial, e que eram cabeça de morgado em 1741[79].

Cerca de 1548[80] residia também na Rua das Flores Diogo Brandão Sanches[81] (flor. 1530[82]-1565[83]), primo por afinidade de Gaspar Nunes Barreto, uma vez que fora casado com a prima deste, Catarina Ferraz (já falecida em 1530[84]), filha de Jorge Ferraz e Inês Pereira[85]. Diogo Brandão Sanches foi vereador e almotacé do Porto em 1559[86] e provedor da Misericórdia em 1544-1545[87].

2. A RUA DAS FLORES: UM ESPAÇO FAMILIAR

As famílias da elite portuense constituíram um grupo restrito e fechado, com uma organização social influente que, para além de desempenharem atividades comerciais, ocuparam, todas elas, nomeadamente os elementos masculinos, variados cargos camarários, tendo constituído uma oligarquia que foi alternando e consolidando posições no poder[88], reforçadas pelas alianças matrimoniais que estabeleceram entre si[89], numa clara endogamia de grupo ou mesmo familiar[90]. Relacionamento que se proporcionava, em parte, pela própria vizinhança no que diz respeito ao local onde residiam na cidade[91], sobretudo a partir de 1521.

Cruzando a informação que recolhemos no ALB com a utilizada por José Ferrão Afonso para o trabalho sobre a propriedade da Mitra e do Cabido da Sé do Porto na Rua de Santa Catarina das Flores[92], verificamos que muitas destas famílias eram efetivamente vizinhas, como ilustra o mapa que acompanha estas linhas. As casas que traziam emprazadas de um ou outro proprietário, cerca de 1540, ou eram contíguas, ou eram fronteiras, o que explica, também em parte, a possibilidade e facilidade de haver casamentos entre as várias famílias[93], como temos vindo a exemplificar. Podemos

[79] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 70, n.º 48, cap. 3, doc. n. n.
[80] AFONSO, 2000: 348 e bibliografia aí citada.
[81] Filho de João Sanches, mercador, juiz e vereador no Porto e de Isabel Brandão, filha de João Brandão, contador da comarca do Porto. RAU, 1959: 654-684; BRITO, 2013: 3-22; MELO, 2017a: 244.
[82] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 68A, cap. 4, cota antiga N 17.
[83] AFONSO, 2000: 348-349 e bibliografia aí citada.
[84] BNP. ALB, *Avenida de Roma*, cx. 68A, cap. 4, cota antiga N 17.
[85] BRITO, 1997: 88.
[86] AFONSO, 2002: 50; BRITO, 1997: 40.
[87] MELO, 2017a: 244.
[88] VAL VALDIVIESO, 2001: 56; DUARTE, 2001: 94, 96.
[89] Algumas de carácter endogâmico. BRITO, 1997: 417-418; 2010: 205; COSTA, 1993: 99-100.
[90] No caso das famílias Machucho, Carneiro e Valadares. Veja-se as biografias de Antónia Carneiro, Álvaro de Valadares, Luís de Valadares Carneiro e Vitória Carneiro em GAGO, 2020.
[91] Geralmente em grandes casas nas principais ruas, como notaram em Castela: MARTIN CEA, BONACHIA, 1998: 18. DUARTE, 2001: 93, 104, chama a atenção que não são como os das mais ricas famílias italianas, no entanto são bons paços que se distinguem pela altura, morfologia, localização e progressivo requinte do interior.
[92] AFONSO, 2000: 91.
[93] O mesmo foi notado por AFONSO, 2000: 119-120.

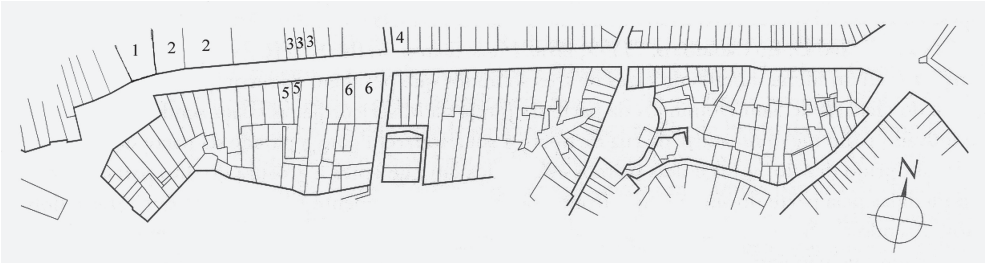


Fig. 1. Rua das Flores cerca de 1540
Fonte: Adaptado de AFONSO, 2000: 260-262, 267, 273, 342, 348
Legenda: 1 – Gaspar Nunes Barreto; 2 – Misericórdia do Porto; 3 – João de Valadares; 4 – Gaspar Ferraz; 5 – Baltasar Delgado; 6 – Diogo Brandão Sanches

assim falar de uma comunidade com comportamentos análogos aos que têm vindo a ser detetados e estudados em diversas localidades portuguesas[94] e espanholas[95].

CONCLUSÃO

Os arquivos familiares são fundamentais para a história da região e do País no Antigo Regime, trazendo novos dados sobre determinados personagens, alguns dos quais desconhecidos, outros já conhecidos, mas por via de fundos documentais mais tradicionais — os fundos ligados à vida e gestão municipal.

Os acervos que se encontravam à guarda das famílias que os preservaram durante séculos, até serem incorporados em instituições públicas, ou os que ainda nelas permanecem, permitem-nos olhar essas mesmas famílias sob um outro prisma, em que podemos compreender como geriam o seu património, mas também a sua vida quotidiana, por vezes relatada em livros de lembranças.

Permitem-nos ainda verificar que, a partir de meados do século XVI, algumas famílias começaram a abandonar a vida mercantil e a adquirir propriedade rural, o que se coadunava com o estatuto social alcançado.

Na cidade, ocupavam casas nas ruas de maior prestígio, onde se cruzavam com outras famílias de estatuto social semelhante, ou superior, com as quais, frequentemente, estabeleceram ligações, não apenas comerciais, mas também matrimoniais. Foi esse o caso dos Valadares Carneiro, dos Delgado e dos Nunes Barreto, famílias de estrato social e económico semelhante, com percursos ligados ao comércio, mas também à vereação da cidade e aos cargos exercidos na Misericórdia. Famílias que habitavam, em meados do século XVI, a Rua das Flores.

[94] Veja-se a síntese de COSTA, 2009: 67-82 e o seu trabalho de 1993; BRITO, 1997; 2010: 193-206.
[95] Veja-se GAGO, 2019: vol. I, 73-74 e bibliografia citada.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Chancelaria Régia. Chancelaria de D. João III*, liv. 55.
ANTT. *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 214, doc. 17.
ANTT. *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 - Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.
ANTT. *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274.

Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo Almada e Lencastre Bastos

BNP. ALB, *ANTT*, caixas 1, 5, 8 e 19.
BNP. ALB, *Encarnação*, caixas 1, 2, 14A, 42, 44.
BNP. ALB, *Avenida de Roma*, caixas 58, 58A, 59, 60, 60A, 68A, 69, 70, 74, 82 III, 83 III, 89.

Fontes impressas

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973). *O censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal.

SILVA, Manuel de Souza (2000). *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, II vol.

ESTUDOS

AFONSO, José Ferrão (2000). *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

AFONSO, Maria Luísa de Oliveira Lopes (2002). *O Porto segundo o livro de Vereações de 1559*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

BASTO, A. de Magalhães (1997). *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SMCP, vol. I.

BRITO, Pedro de (1997). *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal e Arquivo Histórico.

BRITO, Pedro de (2010). *As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno*. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, *org. Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS, Universidade de Évora/Universidade de Múrcia, pp. 193-216.

BRITO, Pedro de (2013). *Declínio do papel das mulheres do patriciado portuense no século XVI*. «Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica». 8, 3-18.

COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da (1993). *"Vereação" e "Vereadores". O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal.

COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da (2009). *Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world*. «Imago Temporis. Medium Aevum». 3, 67-82.

DUARTE, Luís Miguel (2001). *Os melhores da terra (um questionário para o caso português)*. In BARATA, Filipe Themudo, *coord. Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri-CIDEHUS/UÉ, pp. 91-106.

GAGO, Alice Borges (2018). *Sinais multiformes de identidade: os arquivos familiares de elites urbanas medievais*. In ANDRADE, Amélia *et al., eds. Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM, pp. 101-128.

GAGO, Alice Borges (2019). *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XIV-XVII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento, 2 vols. [Consult. 20 dez. 2023]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/91290>.

GAGO, Alice Borges (2020). *Gentes do Norte pela própria voz. Arquivos de família da região de Guimarães-Porto, séculos XV-XVII*. «Revista de Guimarães». Volume especial.

MARTÍN CEA, Juan Carlos; BONACHÍA, Juan Antonio (1998). *Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla Bajomedieval: balance y perspectivas*. «Revista d'Història Medieval». 9, 17-40.

MELO, Filomena (2017a). *Diogo Brandão Sanches*. In SOUSA, Fernando de, *coord. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Porto: Almedina, vol. I, pp. 243-246.

MELO, Filomena (2017b). *Fernão Nunes Barreto*. In SOUSA, Fernando de, *coord. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Porto: Almedina, vol. I, pp. 371-374.

MELO, Filomena (2017c). *Gaspar Nunes Barreto.* In SOUSA, Fernando de, *coord. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Porto: Almedina, vol. I, pp. 303-307.

MELO, Filomena (2017d). *João de Valadares Carneiro*. In SOUSA, Fernando de, *coord. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Porto: Almedina, vol. I, pp. 523-526.

MELO, Filomena; CARDOSO, Maria Teresa (2017). *Luís de Valadares Carneiro*. In SOUSA, Fernando de, *coord. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. 1499-2017*. Porto: Almedina, vol. I, pp. 713-719.

RAU, Virgínia (1959). *Os Brandões do Porto. Uma fortuna do século XV*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». XXII, 3-4, 654-684.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal. 2 vols.

VAL VALDIVIESO, María Isabel del (2001). *Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (oligarquía y común)*. In BARATA, Filipe Themudo, *coord. Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS/UÉ, pp. 71-89.

O CALCETAMENTO DE RUAS EM GUIMARÃES (1664-1795)

ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA*

Resumo: *Neste artigo, apresentaremos os diversos exemplos de empreitadas de calcetamento e reparação de ruas na vila e nos arrabaldes de Guimarães, no período cronológico entre 1664-1795. Muitos dos mestres pedreiros que arrematavam essas obras em hasta pública na Praça da Oliveira, são originários de Guimarães e seu termo e do Reino da Galiza.*

Palavras-chave: *Guimarães; Calcetamento; Pedreiros; Obras.*

Abstract: *In this paper, we will present the various examples of paving and street repair works in the town and on the outskirts of Guimarães, in the chronological period between 1664-1795. Many of the master masons who bought these works at public auction in Praça da Oliveira, are originally from Guimarães and its border and from the Kingdom of Galicia.*

Keywords: *Guimarães; Paving; Masons; Construction works.*

INTRODUÇÃO

O estudo do calcetamento de ruas em Guimarães ao longo dos séculos, não tem merecido, por parte da História da Arte, a atenção que a sua especificidade justifica. Distante vai já a época em que Alberto Vieira Braga difundia uma nova matéria de estudo para a história local vimaranense: o estudo das contas e da administração Seiscentista do Município Vimaranense[1]. Trabalho pioneiro associado a uma pesquisa arquivística e bibliográfica, fizeram desta monografia um marco indispensável para as gerações seguintes de estudiosos. Nesta monografia, Alberto Vieira Braga refere sumariamente algumas intervenções municipais de calcetamento de artérias vimaranenses. Com efeito, na nossa tese de doutoramento, dedicamos algumas considerações sobre as obras de iniciativa camarária, e entrevendo a importância do calcetamento de ruas em Guimarães, nos séculos XVII e XVIII[2]. Importa, por esse motivo, avançar com outras reflexões que esclareçam melhor a importância desta tipologia de obras de encomenda camarária, no contexto construtivo de Guimarães.

* Investigador do CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Doutor em História de Arte Portuguesa (FLUP). Email: antjoseoli@gmail.com.

[1] BRAGA, 1953.

[2] OLIVEIRA, 2011.

Em 1995, Iria Gonçalves alargava a visão da historiografia nacional sobre o calcetamento de ruas, com um estudo sobre inovador sobre a rua Nova de Lisboa[3]. Mais tarde, outros autores alargavam a visão sobre o tema[4].

O objetivo principal deste artigo é dar a conhecer a documentação conservada no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, relativa às obras de pavimentação e recalcetamento das ruas de Guimarães e dos seus arrabaldes, e dos mestres pedreiros que as arrematataram, ao longo do período considerado. Denote-se que o calcetamento de uma artéria urbana, era um empreendimento caro e demorado[5], que onerava as finanças locais e que requeria uma mão de obra especializada. Tal como sucedia nas restantes vilas e cidades do reino, as obras de pavimentação de ruas da vila de Guimarães, seriam poucas em data tão precoce, ao período considerado. Segundo Conceição Falcão, as notícias de calcetamento viário na então vila de Guimarães, surgem nos finais da Idade Média e nas «ruas de maior prestígio»[6], admitindo a mesma autora que a maioria seria de terra batida, no período estudado. A mesma investigadora afirma que as obras de calcetamento, seriam apenas uma prática corrente para o século XVI.

1. A ENCOMENDA CAMARÁRIA

Ao conjunto de encomendantes em Guimarães nos séculos XVII e XVIII, queremos adicionar o universo municipal. Um olhar mais atento permite-nos verificar que a dinâmica artística municipal se relacionava com a Casa da Câmara e o Paço do Concelho[7] (símbolos materiais do poder concelhio e da sua capacidade empreendedora), bem como com as infraestruturas urbanas (ruas, pontes, casa da Alfândega, cadeia e açougue), e o abastecimento de água. Estas intervenções de construção, reconstrução e de manutenção fomentaram a encomenda municipal quer no burgo, quer no termo de Guimarães. Através dos livros de notas do fundo notarial, do livro de notas do escrivão da Câmara e nos diversos livros de vereações reencontramos a evolução urbana de Guimarães. Muitas destas obras exigiam o recurso a uma mão de obra especializada e a consideráveis encargos que se expressavam nas contas municipais[8].

Relativamente aos encargos municipais com o conserto e reedificação das calçadas das artérias das entradas e saídas da vila de Guimarães, temos notícia que o rei D. João V, por provisão régia, permitia que a quantia de 3000 cruzados que se

[3] GONÇALVES, 1995, 1996.
[4] Citamos, a título de exemplo: AFONSO, 2000; TRINDADE, 2004-2005.
[5] Veja-se o caso da rua Nova, da cidade do Porto (AMARAL, DUARTE, 1985).
[6] FERREIRA, 2010: 351.
[7] Sobre a Casa da Câmara e Paço do Concelho de Guimarães, veja-se: OLIVEIRA, 2011.
[8] Sobre as contas municipais veja-se: BRAGA, 1953.



Fig. 1
Casa da Câmara de Guimarães: 1908
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

encontrava no depósito das Sisas, fosse usado para esse efeito. A 17 de abril de 1720, com este propósito, o juiz, vereadores e procurador do concelho procedem à eleição de um tesoureiro para lhe entregarem a referida quantia, da qual era depositário André de Abreu, mercador, da vila de Guimarães[9]. Deste modo, é eleito Francisco de Araújo, mercador de pano de linho, morador na rua do Sabugal (vila de Guimarães), por o acharem «abonado pera o dito efeito e este se achar sempre na billa e ser inteligente pera fazer pagamentos aos pedreiros quando lhes forem passados bilhetes pello Doutor Provedor desta Comarca»[10]. Imediatamente, a 6 de maio, André de Abreu faz um termo de removimento de depósito dos 3000 cruzados para a mão do recém-eleito Francisco de Araújo[11]. Noutra situação relacionada com uma obra de pedraria do castelo arrematada pelo pedreiro João Carvalho, a 19 de janeiro de 1726, é dito que a quantia de 43$000 réis ajustada, seria paga pela Câmara através do dinheiro proveniente da portagem[12]. No mesmo ato da vereação, é mencionado que os 120$000 réis devidos ao carpinteiro João da Costa pela obra de carpintaria na casa do casteleiro do castelo seriam igualmente providos do dinheiro que estava em depósito da renda da portagem[13].

No caso de empreitadas de pedraria, de carpintaria e de serralharia no castelo de Guimarães, que foi adaptado, na Idade Moderna, a cadeia, encontramos vários ajustes de obras a realizar na casa do carcereiro, casa do casteleiro, muros do castelo

[9] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35, 10-9-7-19.
[10] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35, 10-9-7-19.
[11] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 36-36v, 10-9-7-19.
[12] AMAP. *Livro Vereação*, fol. 63v-64v, 10-9-7-20.
[13] AMAP. *Livro Vereação*, fol. 63v-64v, 10-9-7-20.

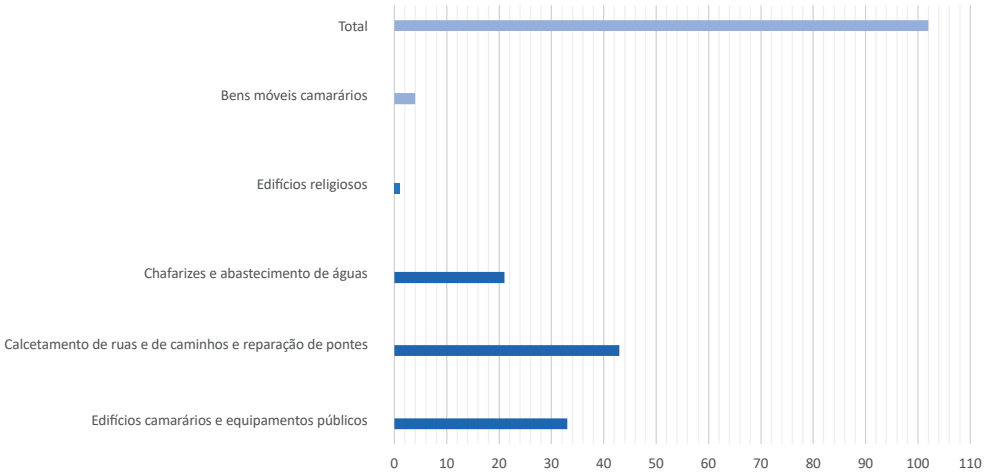


Fig. 2. Tipos de encomendas camarárias (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 421

e cadeia, torre dos presos, porta da laje, palheiro, capela de São João e grade do castelo[14]. No que concerne à reparação de chafarizes e à canalização da água, o Senado, além de colocar a lanços estas empreitadas, em certas alturas, concessionava a sua manutenção, ou seja, arrematava em hasta pública o seu arrendamento.

No que diz respeito ao calcetamento das ruas, temos conhecimento de que, além da arrematação em hasta pública do calcetamento de ruas, foi posto a lanços a «cobradura» de cada carro de pedra para a calçada da rua da Fonte Nova. Este caso, único que temos documentado até ao momento, foi arrematado por Custódio José, da freguesia de Fermentões, pelo lanço de $120 réis cada carro «sendo cobrada a cunha»[15].

Através dos livros de notas encontramos apenas dois documentos referentes a obras públicas. O grosso das encomendas encontramos nas atas das Vereações. Se analisarmos as arrematações de empreitadas, concluímos que no período entre 1664 e 1795, a Câmara coloca a lanços um total de 102 empreitadas[16]. Essas encomendas camarárias subdividem-se por cinco tipologias como podemos ver no gráfico acima. Dentro destas cinco tipologias, são as das infraestruturas urbanas da alçada camarária, como sejam o calcetamento de ruas e de caminhos e de pontes, logo

[14] Sobre as obras realizadas no Castelo de Guimarães, apresentamos as seguintes comunicações: *Obras de pedraria, de carpintaria e de serralharia, de iniciativa camarária, no Castelo de Guimarães (sécs. XVII-XVIII)*, no *I Encontro: O Quotidiano no Paço: passos no conhecimento*, que decorreu no Paço dos Duques de Bragança (Guimarães), organizada pela Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães, em colaboração com o Paço dos Duques de Bragança, no dia 10 de outubro de 2014; e *O Castelo de Guimarães nos séculos XVII e XVIII*, integrada no Congresso Internacional *Genius Loci*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 20 a 22 de abril de 2016, organizado pela mesma Faculdade.

[15] AMAP. *Livro Vereação*, fol. 2v, de 16 de abril de 1788, 10-9-8-3.

[16] Veja-se OLIVEIRA, 2011.

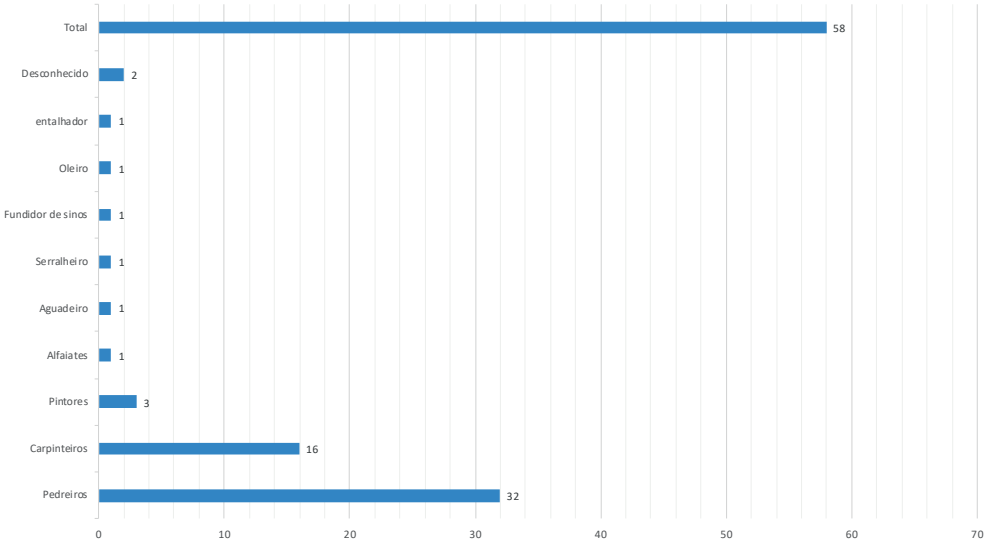


Fig. 3. O estatuto profissional dos artistas (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 422

seguidas de perto pela reparação de edifícios camarários e equipamentos públicos, e pelo abastecimento de água à vila, que concentram o grosso das empreitadas. Em número muito residual encontramos a feitura e reparação de bens móveis camarários e a singular intervenção num edifício de cariz religioso.

Neste período, podemos concluir que o Senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias, que ligavam a vila aos arrabaldes e às existentes no espaço intramuros[17].

Do universo de 59 artistas que arrematataram obras para a Câmara de Guimarães, mais de metade são pedreiros (32), seguidos pelos carpinteiros (16), o que perfaz um total de 48 indivíduos, o que nos permite concluir que são as empreitadas ligadas à pedraria e carpintaria que representam o grosso das empreitadas camarárias. Situação esta, que vai ao encontro do tipo de empreitadas patrocinadas pelo Senado. No que concerne a obras relacionadas com chafarizes e abastecimento de águas encontramos um caso singular de um mestre oleiro e de um aguadeiro que arrematam uma empreitada. Quanto à proveniência geográfica dos artistas, a maior parte é residente na vila e no termo de Guimarães, com exceção de um fundidor de sinos morador na cidade Braga, um mestre pedreiro de Moreira da Maia e de cinco mestres pedreiros naturais do reino da Galiza[18].

[17] Dum total de 102 empreitadas, a Câmara lança em hasta pública 43 obras relacionadas com o calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes.

[18] Trata-se dos seguintes mestres pedreiros: Vicente José de Carvalho, Domingos de Passos, Sebastião de Vilaverde, Pedro António Lourenço e de Francisco Gonçalves.

Em certos períodos, denota-se uma certa prevalência na preferência de artistas, por parte da Câmara, que arrematam várias obras, podemos citar os exemplos mais significativos (Tabela 1):

Tabela 1. Artistas que arrematataram maior número de obras camarárias (1664-1795)

Nome	Profissão	Número de arrematações	Período cronológico
João da Costa	Pedreiro	4	1667-1668
Manuel Soares	Pedreiro	4	1763-1764
Francisco Nunes	Pedreiro	5	1664
Gonçalo Vaz	Pedreiro	5	1664-1669
Domingos de Passos	Pedreiro	7	1755-1768
Pedro António Lourenço	Pedreiro	8	1768-1792
Vicente José de Carvalho	Pedreiro	9	1760-1795

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

Do grupo destes seis pedreiros que arrematam quatro ou mais empreitas, metade são pedreiros galegos. Somente estes três pedreiros naturais da Galiza[19] arrematam um total de 23 obras, o que denota um elevado número de obras camarárias arrematadas por estes pedreiros originários da Galiza.

2. O CALCETAMENTO DE RUAS, REPARAÇÃO DE CAMINHOS E DE PONTES

Dado que os acessos à vila de Guimarães estavam em mau estado, compreende-se que, neste período, o Senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias que ligavam a vila aos arrabaldes. Igualmente, as artérias e as praças do espaço intramuros foram uma constante preocupação municipal.

Ao longo do período considerado, e consultando as atas da vereação, deparámo-nos com a arrematação pública de 43 empreitadas relativas ao calcetamento de ruas e reparação de caminhos e pontes. Essas 43 empreitadas foram arrematadas por 22 pedreiros. Através da documentação, podemos constatar, a existência de um grupo de mestres pedreiros, que arrematavam pelo lanço mais baixo, uma série de arrematações. Temos um caso documentado de Pedro António Lourenço que arremata seis obras.

[19] Referimo-nos a Domingos de Passos, Pedro António Lourenço e Vicente José de Carvalho.

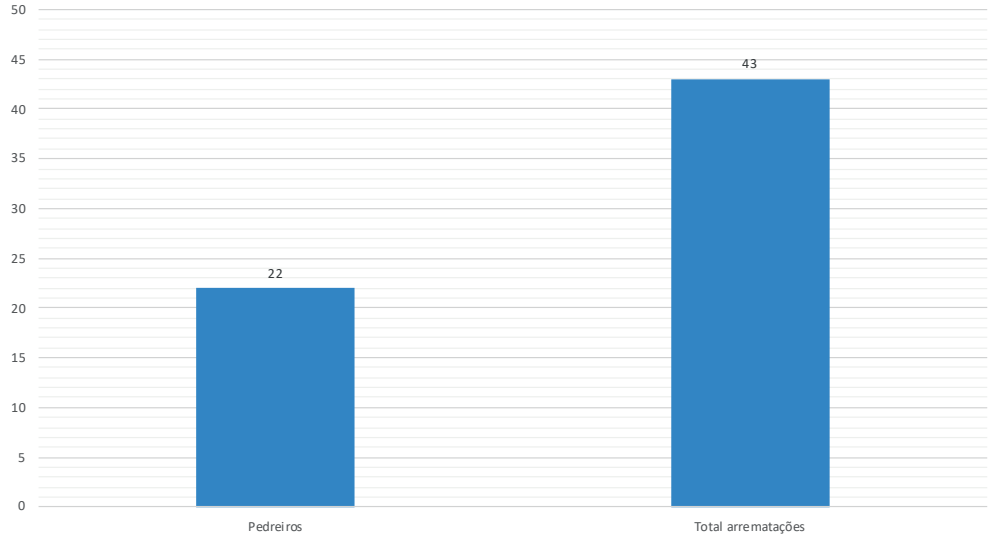


Fig. 4. Total de pedreiros e de arrematações de calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

Tabela 2. Pedreiros que arrematataram maior número de obras de calcetamento de ruas (1664-1795)

Nome	Profissão	Número de arrematações	Período cronológico
João da Costa	Pedreiro	4	1667-1668
Gonçalo Vaz	Pedreiro	5	1664-1669
Domingos de Passos	Pedreiro	5	1757-1768
Francisco Nunes	Pedreiro	5	1664-1665
Vicente José de Carvalho	Pedreiro	5	1760-1795
Pedro António Lourenço	Pedreiro	6	1768-1792

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

A maioria dos mestres pedreiros que arrematavam na Praça da Oliveira, as empreitadas de calcetamento de ruas e reparação de ruas e pontes na vila e arrabaldes de Guimarães, no período cronológico de 1664-1795, é originária de Guimarães e seu termo e do Reino da Galiza. Tal como era usual, na época algumas das arrematações eram feitas em parceria com outros mestres pedreiros. Surgem-nos seis casos de arrematações feitas em parceira com dois ou três artistas. Essas parcerias, seriam feitas devido à grandeza da empreitada, que muitas vezes correspondia ao calcetamento de várias ruas da vila de Guimarães ou a artérias de maior dimensão, possibilitando deste modo o cumprimento dos prazos de conclusão das obras.

Tabela 3. Pedreiros que arrematataram calcetamento de ruas em parceria (1664-1795)

Ano	Pedreiros arrematantes	Obra
1664	Francisco Pereira e Gonçalo Francisco	Calcetamento da rua Nova
1757	Manuel de Freitas / Inácio Ribeiro	Conserto das calçadas desta vila
1764	Manuel Soares / Domingos de Passos	Calcetamento rua de Santa Luzia, por se encontrar incapaz
1767	Vicente Carvalho / Domingos de Passos	Conserto das calçadas das ruas da vila de Guimarães que se encontravam «encapazes de por ella se andar»
1768	Vicente Carvalho / Domingos de Passos / Pedro António Lourenço	Conserto das ruas da vila de Guimarães
1773	João Nogueira / Pedro António Lourenço	Calcetamento da rua Caldeiroa

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423



Fig. 5
Rua Caldeiroa: década 20, do séc. XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

Nas 43 arrematações não encontramos a menção à abertura de novas ruas. Efetivamente, essas ruas tinham sido abertas em séculos anteriores ao período estudado. As arrematações que encontramos tratam-se de obras de conservação de ruas, caminhos e pontes. Através da leitura das atas das reuniões da vereação constatamos, que a rede viária se encontrava em muito mau estado, impossibilitando a circulação de carros, dos cavalos e a pé. Vejamos alguns exemplos.

Na vereação de 14 de junho 1670, os vereadores:

condenaram os moradores da freguesia de São Pedro de Azurem em quinhentos reis cada hum por coanto sendo notificados pera que a esta nam hindo virem ao Canno consertar o caminho […] *da rua de Baixo que he no distrito da sua freguesia por estare tão arruinado que andando antes carros por elle hoje nem carros nem a pee nem de cavalo andão por elle*[20].

Na vereação de 1 março de 1697, o Procurador do Concelho:

requereo que as calçadas desta viila e suas saídas arruinadas de sorte que por ellas se não pode andar nem virem os seus mantimentos pera esta villa que nella sam necessários queda parte do próprio requeria a eles oficiais da Camara lhas mandassem concertar como […] *hera sua obrigação*[21].

Na vereação de 9 de novembro de 1697, o Procurador do Número requereu à Câmara:

que os cannos que bem Torre Velha pera ho Pelourinho estava danificado que se hande concertar como tambem as calçadas publicas e entradas e saídas desta villa por estar tudo muito arruinado[22].

Na sessão de 26 de janeiro de 1737, António da Silva, morador na vila de Guimarães, requereu que a vereação fizesse vistoria da «estrada chamada a Barroca da Veiga na freguesia de Matama[23] se achava incapaz de por elle passar gente tanto de pé como de carro sendo estrada publica» dado que era dever da freguesia consertar a dita estrada. Dado que a freguesia não a consertava, requereu que os senadores realizassem uma vistoria à mesma[24].

Na reunião de 24 de novembro de 1764, aquando da arrematação da rua de Gatos, é dito que a mesma se encontrava «incapaz», podemos inferir do mau estado de conservação desta importante artéria de acesso à vila de Guimarães, para aqueles que vinham do Porto[25].

Igualmente nos capítulos da Correição, a questão do mau estado das calçadas e caminhos públicos era tema de discussão. Na audiência dos capítulos, realizada na

[20] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 6v, 10-9-7-13.
[21] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 28-28v, 10-9-7-15.
[22] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 55v-56, 10-9-7-15.
[23] Atualmente integrada na freguesia de Vila Nova de Infantas.
[24] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 24, 10-9-7-23.
[25] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 195v-196, 10-9-7-27.



Fig. 6
Capela e rua de Santa Luzia: inícios do século XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

Casa da Câmara a 6 de julho de 1782, o Corregedor Dr. Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos apresentava necessidade do conserto das fontes, calçadas e caminhos públicos, vejamos o teor deste capítulo:

> *Por ser informado ele Dr. Corregedor que as fontes desta vila se acham bastantemente danificadas, por cuja rasão se experimenta a mais grande falta de aguas necessárias para o uso dos moradores desta vila, determinou que a câmara da mesma cuidasse logo no concerto das ditas fontes e juntamente das calçadas e caminhos publicos, por se acharem igualmente arruinados e danificados*[26].

Além da necessidade de se proceder à reparação e conservação das calçadas, o Senado vimaranense procedeu regularmente à limpeza das mesmas. Por exemplo, na sessão de 8 de outubro de 1732, acordam e mandaram que o pregoeiro lançasse um pregão nas ruas de Santa Luzia e de Gatos e Molianas para que os moradores limpassem cada um deles as suas testadas, espaço fronteiro às suas portas, sob pena de 1000 réis[27].

Através da documentação podemos aferir de que os lavradores do termo de Guimarães, tinham responsabilidade, no que diz respeito ao carreto de pedras até ao local de calcetamento das ruas do burgo vimaranense[28]. No entanto, no ano de 1788, temos notícia de que os lavradores seriam isentos na tarefa do transporte da pedra,

[26] CAPELA, 1993.
[27] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 48v, 10-9-7-21.
[28] Por exemplo, num lanço dado por Cristóvão Lopes, pedreiro, de São João de Penselo, datada de 14 de março de 1665, a Câmara comprometia-se a que os lavradores colocariam a pedra no local da empreitada (caminho de Azurém) (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 79-79v, 10-9-7-12).

por estarem ocupados nas colheitas. O documento especifica de que essa exceção decorria entre o dia 17 de setembro e o dia de Todos os Santos[29].

Na reunião de 29 de julho de 1758, é apresentado um requerimento por particulares que queriam fazer à sua custa a calçada da Rua Nova do Muro, da freguesia de São Sebastião. Nesse sentido, solicitaram ao Senado que lhes mandasse conduzir a pedra necessária para a dita obra pelas freguesias «deste termo mais vizinhas». Neste requerimento, é justificada a necessidade desta empreitada «por esta ser rua pública e de utilidade grande o conserto della e ter a conveniência de ser fazer à sua custa»[30]. O Senado delibera aceder a este pedido mandado que se passasse a ordem para nas freguesias mais vizinhas trazerem a pedra sob pena de $900 réis e 30 dias de cadeia aos que se recusassem a trazer a pedra necessária à obra.

Relativamente à proveniência da pedra, no calcetamento das ruas da urbe vimaranense, a maioria das arrematações refere a possibilidade de ser reaproveitada a pedra «velha». No que diz respeito à pedra nova a ser empregada, apenas numa arrematação é dito a sua proveniência. Trata-se da arrematação do calcetamento das ruas da vila de Guimarães, posta a pregão a 16 de fevereiro de 1788, e arrematada pelo conceituado mestre pedreiro Vicente José de Carvalho, morador na freguesia de Santa Eulália de Fermentões, natural do Reino da Galiza. Observemos o próprio documento da arrematação, constante no livro de atas da vereação:

> *A pedra nam será cortada e labrada senam nos montes das freguezias de Santa Eulalia de Fermentões São Lourenço de Sima de Selho e Santo Estevão de Urzeges e Sam Miguel de Creixomil, em que dos pagamentos se lhe nam faram sem primeiro rever e examinar a obra que estiver feita e somente se lhe dara o dinheiro precizo pera haver de mandar cobrar a pedra por polvura e ferros*[31].

Como afirmamos acima, o arrematante também podia reutilizar a pedra da calçada velha. Este mestre arrematou cada braça, pelo seguinte preço: 1$600 réis, cada braça de calçada de pedra nova e da calçada velha, a $600 réis.

Numa arrematação do calcetamento desde «a Porta da Torre de Santa Luzia da banda de dentro que vai da rua de Val de Donas pera a rua do Gado no fim da dita rua ao boeiro junto a Torre de Gonçallo Lopes de Carvalho»[32], é dito que toda

[29] Observemos essa postura camarária, de 17 de setembro de 1788: «Atendendo a ser o tempo da colheita, e se acharem os labradores ocupados nelle e não deverem ser uxados pera carretos de pedra que por hora athe dia de todos os Santos, se suspenda na fatura das obras das calssadas pagando se o que se estiver sobrado aos pedreiros medida e examinada a obra que tiverem feito e consumindo somente a pedra que tiverem nas ruas, fechando uzo della as ditas calssadas de sorte que por ellas se possa andar» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 15-15v, 10-9-8-3).

[30] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 171v-172v, 10-9-7-26.

[31] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 197-197v, 10-9-8-2.

[32] Trata-se da Torre da Casa Brasonada dos Carvalho, ainda hoje existente, situada no Largo da Misericórdia. Esta casa brasonada possui na fachada principal o brasão da família dos Carvalho. Na primeira metade do século XVIII,



Fig. 7
Casa Brasonada dos Carvalho: década de 40, século XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

a pedra velha que se levantasse das calçadas velhas reverteria para o juiz, vereadores e Procurador da Câmara fazerem outras obras, onde lhes aprouvesse[33].

No que concerne à qualidade da pedra a utilizar no calcetamento das ruas, temos, a título de exemplo, documentado a seguinte condição:

> *com a condisão de que as calsadas novas serão feitas todas de junta sem meter rebos em junta nenhuma mas sim junta toda direita* […] *nem que sejam pedras brandas mas sim duras nas calsadas que for rebolida sera tambem bem junta e feita com pedras capazes e grandes* […] *a calsada de que se fizesse nova não thera menos de pamo e meyo de grossura*[34].

Ainda sobre este assunto, devemos referir que na feitura da calçada arrematada por Gonçalo Vaz, que os vereadores pretendiam fazer «hindo da cadea des o canto da rua sapateura athe junto ao canto da torre», seria utilizada pedra nova e de «alvernaria dereita»[35].

O facto de Guimarães e seu termo se inserirem em solos graníticos, a pedra que naturalmente se utilizava na pavimentação das ruas e praças era o granito. No período

foi a residência de Tadeu Camões, Senhor dos Coutos de Abadim e Negrelos, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e Académico da Real Academia de História. O arcebispo D. José de Bragança hospedou-se nesta casa durante a sua estada em Guimarães entre 1746 e 1748, anteriormente à compra da Casa dos Coutos. Nesta casa pertença de Tadeu Camões, este prelado bracarense concedeu variadas audiências. Sobre este imóvel, veja-se: PONTES, 2013. Esta Casa Brasonada está atualmente inserida no itinerário turístico-cultural temático designado de *Uma Casa, Um Arcebispo*, que integra a Rota das Casas Brasonadas de Guimarães, proposta e posta em prática por Célia Pontes (PONTES, 2013).

[33] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 79-79v, 10-9-7-12, 14 de março de 1665.

[34] Empreitada arrematada por Domingos de Passos em 17 de setembro de 1757 (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 151, 10-9-7-26).

[35] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 228, 10-9-7-12, 29 de janeiro de 1668. Por esta obra, Gonçalo Vaz lançou a quantia de 7$000 réis.

analisado, em diversos contratos de obra de arquitetura religiosa e civil, constatamos uma preferência pela extração de rocha granítica na freguesia de Gonça, local onde ainda hoje se pode observar a laboração desta atividade[36].

No que concerne a procedimentos técnicos de calcetamento das ruas, numa arrematação de reparação das calçadas da vila de Guimarães, arrematada em parceria pelos pedreiros Manuel de Freitas, da freguesia de São Romão de Arões e Inácio Ribeiro, morador à Porta dos Capuchos, podemos aferir o seguinte:

> *serão as pedras bem unidas nas juntas e sem rebos e as que pedras que não serão folheiras de sorte que não tenhão menos de altura de um palmo se intenderá alguma pedra que tenha falha e que não será pedra molle e antes bastantemente dura e que lhe não votarão entre as juntas terra*[37].

Para maior segurança do encomendador, nesta empreitada é contratualizada a vistoria da obra, após o seu termo, nos termos seguintes:

> *cujas calsadas depois de feitas antes de se lhe pagar meter se há um louvado por parte deste Conselho eles mestres outro pera ver se estão feitas na forma acima e medir se e achando se os ditos louvados que não estão feitas na forma deste contrato se lhe não pagarão e serão obrigados a reforma llos à sua custa*[38].

Apenas temos documentado uma situação em que o arrematante apresenta um fiador e principal pagador e depositário. Trata-se do pedreiro Inácio da Silva que arrematara a calçada que se pretendia fazer da parte do Selho até a São Lázaro. Este pedreiro apresentava como seu fiador e principal pagador e depositário Jacinto Gonçalves, moleiro, morador no rio de Selho, da freguesia de São Miguel de Creixomil[39].

A grande maioria das arrematações era paga à braça. Existem algumas arrematações, que são arrematadas segundo um prévio valor estabelecido pela arrematação, ou que seriam avaliadas no final da empreitada. A generalidade das arrematações era posta a pregão pelo pregoeiro da Câmara, sendo arrematada pelo pedreiro que lançasse o lanço mais baixo.

Embora encontremos na documentação várias soluções empreendidas pelo Senado Vimaranenses, para o abastecimento de água, as questões referentes ao seu

---

[36] OLIVEIRA, 2011. Pelo menos desde o século XVI, para o abastecimento da vila de Guimarães, a pedreira de Gonça era a mais importante (FERREIRA, 2000-2001: 20, nota 24). No que se refere à extração de saibro, nomeadamente na edificação de dependências conventuais vimaranenses, este era extraído pelos mestres pedreiros e seus oficiais nas cercas conventuais (OLIVEIRA, 2011).

[37] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 12 de janeiro de 1757, 10-9-7-26.

[38] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 12 de janeiro de 1757, 10-9-7-26.

[39] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 72v-73, 24 de outubro de 1702, 10-9-7-16.



Fig. 8
Rua dos Trigais (atual Av. Alberto Sampaio): inícios do século XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

escoamento nas praças e ruas são extremamente insuficientes. Do pouco que conseguimos deduzir encontrámo-lo no que concerne à arrematação da calçada da rua de Trás-o-Muro, por Gonçalo Vaz. Nesta empreitada, o pedreiro utilizaria «toda a pedra nova que for necessaria he pondo mais huma padieira sobre ho reguo com que fique a calsada mais larga»[40]. Nesta solução, a vereação pretendia evitar o escoamento da água na rua e simultaneamente alargar o perímetro de circulação. Na arrematação da calçada até ao Souto dos Mortes e Barroca (arrabaldes de Guimarães), o pedreiro João da Costa comprometia-se a «fazer lhe huma calsada […] sobre o dito entulho com guoardas de sinquo palmos de alto fortes, he boas com hum vazadouro para a agoa»[41]. Nesta empreitada, vemos a preocupação com o escoamento das águas pluviais.

Ainda sobre o escoamento da água nas ruas, conta-se um caso singular, que pudemos apurar, relacionado com a existência de latrinas. Em 1612, temos referência à existência da casa que servia de privada pública da vila, no Campo da Feira, arrabaldes de Guimarães[42]. Na única descrição que possuímos, até ao momento, desta estrutura sanitária, sabemos que era uma casa de pedra e telhada, constituída por um sobrado. Por debaixo da privada, passava a água que sobejava do tanque da praça de Santa Maria da Oliveira, que permitia a lavagem da mesma.

[40] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 227v, 10-9-7-12, 29 de janeiro de 1668.
[41] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 192v-193, 10-9-7-12, 9 de julho de 1667.
[42] AMAP. *Tombo dos bens do concelho*, fol. 62-62v, B -23 -2- 4. Este item está referenciado com o seguinte título: *Titollo da casa que serve de privada publica da villa.* Sabemos que confrontava do Norte, com o rocio público da vila; do Sul, com o quintal de Brás de Meira Peixoto; do Nascente com os palheiros de Damião de Miranda; e do Poente com casas que tinham pertencido a Maria Gonçalves, defunta. Esta estrutura sanitária tinha as seguintes dimensões: «do nascente ao poente onze varas e mea e do norte ao sul duas varas e mea parte do Norte».

Além do calcetamento de ruas no espaço intramuros e de acesso/saída da vila de Guimarães, encontramos duas empreitadas referentes ao calcetamento da praça mais importante da urbe vimaranense. Referimo-nos, à praça denominada de Santa Maria, que juntamente com a sua igreja polarizavam os interesses da população urbana. Essa praça era um espaço privilegiado da sociabilidade onde conviviam, lado a lado, o sagrado e o profano. A praça de Santa Maria era palco de cerimónias religiosas, local onde se efetuavam transações comerciais e se apregoavam as obras camarárias e que, ao mesmo tempo, se apresentava como um centro de decisão política[43]. Nesse recinto convergiam as principais ruas de Guimarães, transformando-se num pólo de interação de variados eixos viários e organizador do espaço urbano. O padre Torquato Peixoto de Azevedo, nos finais do século XVII, apercebeu-se desse facto quando escreve: «Para tratar das ruas que tem esta villa dentro dos seus muros, farey de sua praça mayor um tronco de onde nascem os ramos de que todas procedem»[44]. Referindo-se à igreja, à praça e à rua de Santa Maria, Maria da Conceição Falcão Ferreira afirma: «Desde os primórdios da vila, distinguiu-se um espaço de "elite", ordenador do quotidiano, da paisagem, da vida e da morte — a igreja de Santa Maria, a sua praça e a sua rua»[45]. Num espaço de «elite», dominava uma instituição de «elite»: a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Nessa praça, além da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, erguia-se um imóvel do orgulho e do esforço cívico concelhio: o Paço do Concelho e a Casa da Câmara.

Na sessão de 9 de abril de 1669, os vereadores decidiram pôr em pregão a obra da calçada da Praça de Santa Maria da Oliveira «de escoadria gastando-se nella a pedra que de prezente está na mesma prasa e ponde se lhe a mais que for necessaria»[46]. Os vereadores justificavam esta obra por ser «publica e necessária». Nesta arrematação, o pedreiro obrigava-se a fazer «hum degrao sendo necessario junto ao alpendre pera ficar ao nível». Trata-se do alpendre, ainda hoje existente, constituinte do Padrão da Oliveira. Na vereação seguinte de 16 do mesmo mês, após o pregoeiro João Ribeiro, ter posto a pregão a mencionada obra em «dias costumados»[47], esta é arrematada pelo lanço mais baixo por Gonçalo Vaz[48]. A obra foi arrematada a $440 réis a braça. No auto de arrematação temos conhecimento de que a Câmara se obrigava a dar toda a pedra velha que estava na praça. A pedra nova seria transportada à custa do encomen-

[43] O paço do concelho localizava-se nessa praça.
[44] AZEVEDO, 1845: 312.
[45] FERREIRA, 1989: 29.
[46] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 221v, 10-9-7-12.
[47] Temos a menção que uma arrematação dos concertos das calçadas da vila de Guimarães foi precedida pela afixação de editais «pera todo o pedreiro que quizer lansar na rematação dos concertos das calsadas desta villa que se achase no dia de hoje na caza da Camara e com efeito se acharão bastantes pedreiros e andando a lansos pello pregoeiro Miguel Gomes não houve quem menos as tomasse que o pedreiro Manoel de Freitas da freguezia de São Romão de Arões e Ignacio Ribeiro morador a Porta dos Capuchos» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 10-9-7-26, 12 janeiro de 1758).
[48] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 247-247v, 10-9-7-12.

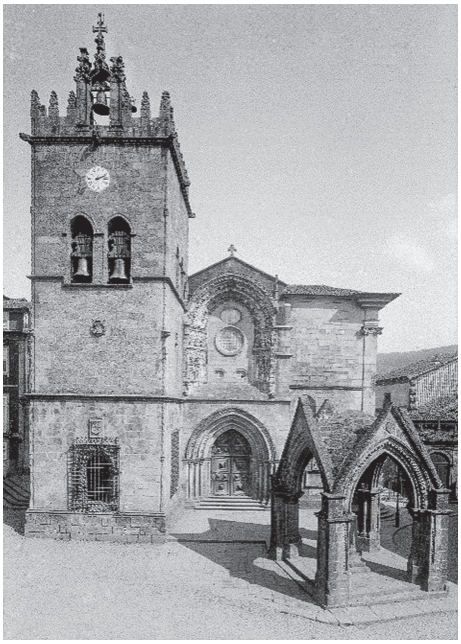


Fig. 9
Igreja da Colegiada e Padrão da Oliveira: década 20, século XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

dante, enquanto o seu corte por conta do pedreiro. Esta empreitada seria finalizada para a Festa do *Corpus Christi*. O encomendador recomendava que o artista fizesse o calcetamento de uma «escoadria muito direita» e toda a obra deveria ser executada com toda a perfeição. Nos apontamentos da obra recomendava-se de que a pedra nova deveria ser utilizada «no lugar de maior serventia» e que o arrematante colocasse nesta empreitada todos os seus obreiros. Neste auto de arrematação, na qual, foi dado o ramo a Gonçalo Vaz, é feita novamente menção ao alpendre existente na praça, vejamos: «fazendo degrão pera a parte do alpendre na altura em que for necessario»[49].

A 10 de junho de 1671, Manuel de Barros arremata a calçada da Praça da Oliveira, $650 réis a braça, dando-lhe a Câmara a pedra posta no sítio «he não achando a pedra quebrada elle» receberia $700 réis[50]. O artista comprometia-se a dar a obra de esquadria muito direita.

A Praça do Peixe[51] (atual Praça de Santiago), situada nas proximidades da Praça de Santa Maria da Oliveira, seria igualmente alvo da intervenção do pedreiro Gonçalo Vaz. Esta empreitada seria arrematada a 29 de dezembro de 1668, por 1$000 réis, a braça[52].

Além desta praça e dos acessos à vila de Guimarães, o Senado preocupa-se com o calcetamento e o acesso às instituições monásticas vimaranenses. A 5 de julho de

[49] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 247-247v, 10-9-7-12.
[50] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 31, 10-9-7-13.
[51] Acerca das dimensões desta praça, em 1612, veja-se: OLIVEIRA, 2019: 23.
[52] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 227v, 10-9-7-12.



Fig. 10
Convento do Carmo: década 20, século XX
Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

1760, Vicente Carvalho, pedreiro, arremata a empreitada da conclusão da calçada «que se acha por acabar junto ao convento do Carmo», em preço cada braça nova de 10 tostões e a velha por cinco tostões[53]. O Convento de Santa Marinha da Costa, situado na encosta da Penha, foi igualmente preocupação da vereação. Francisco Nunes, pedreiro, morador na rua de Santa Luzia, arremata em 1665[54], o calcetamento da estrada de Fato, arrabalde de Guimarães, até ao convento da Costa.

Além do calcetamento de ruas, a vereação também tinha preocupações com o calcetamento, ladrilhamento e guardas de pontes dos arrabaldes de Guimarães. Trata-se de quatro pontes de importância estratégica para a entrada e saída de Guimarães: ponte de Santa Luzia, ponte do rio Selho, a ponte de São Lázaro e a ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo. Observemos em pormenor estas empreitadas:

- 31 julho de 1734, João de Lamas arrematou a obra do ladrilho de calçada da Ponte de Santa Luzia, pelo preço de 10 tostões cada braça de «fiada e esquadria», sendo «a pedra dura tuchada por baixo e fiadas juntas»[55].
- 9 de julho de 1768, Manuel Fernandes, pedreiro, da freguesia de Creixomil, procedeu à arrematação da calçada e guardas da ponte do Rio Selho, arrabaldes de Guimarães, pelo preço de 10 tostões cada braça de calçada nova[56].
- 16 de fevereiro de 1788, António Cardoso de Meneses arrematou, pelo menor lanço, a obra do pontilhão da rua de São Lázaro «que passa Tras Gaia Fornos»

[53] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35v, 10-9-7-27.
[54] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 81-81v, 24 de março de 1665, 10-9-7-12.
[55] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 126-126v, 10-9-7-22.
[56] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 122, 10-9-7-28.

pela quantia de 28$800 réis. Os apontamentos desta empreitada constam de uma folha avulsa que está encadernada junto a este ato de arrematação[57].

– 16 de abril de 1788, é novamente posta a pregão a obra da calçada da Ponte de Selho, em que lançou João Pereira, pedreiro, da freguesia de Silvares, por 1$600 réis a braça da calçada nova e a $600 réis a velha[58].
– 18 de junho de 1790, Manuel José Francisco, da freguesia de São Lourenço de Cima de Selho, arrematou a reedificação da Ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo, pelo lanço de 33$600 réis. O mestre pedreiro obrigava-se a fazer esta empreitada segundo os apontamentos que lhe seriam dados, e depois de finalizada seria revista e examinada para se verificar se estava feita na forma determinada[59].

CONCLUSÃO

Em suma, as redes viárias da urbe vimaranense, dos seus arrabaldes e do seu termo, constituem, no período estudado, o principal foco da encomenda municipal, visando o desenvolvimento da vida urbana e económica, onde à situação estratégica de atravessamento dessas vias se juntou, desde cedo, um conteúdo igualmente fundamental ao nível das mais diversas necessidades quotidianas.

Centralidade que as diversas Vereações, consolidaram aí erguendo símbolos e equipamentos essenciais, como Casa da Câmara e Paço do Concelho, chafarizes, Casa da Alfândega, açougue e cadeia. Séculos decorridos, e apesar das alterações registadas na urbe, o espaço é ainda reconhecível, tanto na forma, como no uso.

Nas 43 arrematações não encontramos a menção à abertura de novas ruas. Efetivamente, essas ruas tinham sido abertas em séculos anteriores ao período estudado. As arrematações que encontrámos tratam-se de obras de calcetamento viário, de conservação de ruas, caminhos e pontes. De uma forma genérica, só bem adiantado o século XVII, as ruas da vila de Guimarães são alvo de um tratamento mais cuidado e, mesmo assim, quase sempre limitado às vias mais qualificadas, sem que a medida lograsse estender-se a todo o espaço urbano.

Denote-se que o calcetamento de uma artéria urbana, era um empreendimento caro e demorado, que onerava as finanças locais e que requeria uma mão de obra especializada. Simultaneamente, as ruas, quando eram calcetadas, deterioravam-se

[57] Pela sua singularidade, transcrevemos esses apontamentos: «Apontamentos pera o pontilhão que se pretende e fas precizo fazer se no rio de São Lazaro. Tera de comprido oitenta palmos e no principio da parte do norte tera pera entrada do mesmo pontilhão três braças de calçada e meia e no fim pera a parte do sul terá quatro braças a bestir com a rua que vai pera Tras Gaia; sera de larguara de 15 palmos os dous pontilhoens da parte do norte terão de altura seis palmos e os que ficão pera a parte do sul terão os mesmos seis fica sendo de quatro olhaes por serem percizos pois que o rio forma dous braços. O que tudo se fara percizo pera a obra ficar bonna ao publico» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 196-196v, 10-9-8-2).

[58] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 2, 10-9-8-3.

[59] AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 60v-61, 10-9-8-3.

rapidamente, tornando necessário a repetição de obras de conservação, o que reforçava os custos iniciais. Na arrematação destas empreitadas de calcetamento viário, encontrámos mestres pedreiros de nomeada, que são um paradigma a acrescentar a este grande e relevante grupo de homens do mesmo ofício, naturais da Galiza, a quem a arquitetura vimaranense de Setecentos muito deve, citamos, a título de exemplo: Vicente José de Carvalho[60] e Pedro António Lourenço[61].

APÊNDICE

Tabela 4. Resumo arrematações calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1795)[62]

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1664 fev. 16	Calcetamento da Rua Nova	$850 réis a braça	Francisco Pereira e Gonçalo Francisco	Pedreiros	Campo da Feira (de Guimarães)	10-9-7-12, fol.10v
1664 dez. 31	Calcetamento da Rua Nova	21 braças de 10 palmos cada uma, feita a $850 réis a braça, o que totalizou 17$850 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento da Viela do Anjo e Rua Sapateira	12 braças cada uma, feita a $850 réis a braça, o que totalizou 10$200 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento da Rua de Gatos	«assim de calssada de alvenaria rebolida quarenta e sete brassas de pedra nova quinze brassas a qual calssada nova e rebotida importa» totalizou 21$600 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58

(*continua na página seguinte*)

[60] Vicente José de Carvalho permanece ativo entre 1754-1797. A sua oficina localizada em Santa Eulália de Fermentões era uma das mais importantes da região do Vale do Ave. Vicente Carvalho é um mestre com atividade conhecida em Guimarães (Casas dos Lobos Machado, Convento do Carmo, Convento Santo António dos Capuchos, Convento de São Domingos, Igreja Santos Passos, Igreja de São Paio, Igreja de São João de Brito, Igreja São Salvador de Briteiros, Casa do Cabido da Colegiada), e uma levada no termo de Arcos de Valdevez (OLIVEIRA, 2018).

[61] Pedro António Lourenço exerce a sua atividade em Guimarães, nos seguintes imóveis: Igreja da Misericórdia, Igreja da Colegiada (OLIVEIRA, 2011) e da Ordem Terceira de São Domingos (ROCHA,1993).

[62] Esta tabela baseou-se em OLIVEIRA, 2011: vol. I, 96-102.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1664 dez. 31	Calcetamento da rua «que vai pêra a caza de Dioguo Leite da mesma rua Nova que he de alvenaria de pedra velha que sahio da calssada velha da Rua Nova a qual tem desesete brassas e a via que vai da dita rua de Donais da mesma qualidade que tem sete brassas e meia que juntas fossem em quantia de vinte brassas»	A $150 réis por braça, importa 3$000, totalizou 17$450 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento do caminho que «vai pera Sam Roque»	29 braças, a $300 réis, totaliza 8$700 réis. Mais de um socalco recebeu $300 réis. Tudo soma 9$000 réis	Gonçalo Vaz	Pedreiro	São Paio, da vila de Guimarães	10-9-7-12, fol. 57-58
1665 mar. 14	Calcetamento desde «a Porta da Torre de Santa Luzia da banda de dentro que vai da rua de Val de Donas pera a rua do Gado no fim da dita rua ao boeiro junto a Torre de Gonçallo Lopes de Carvalho»	$900 a braça de esquadria e de $800 a rebolida[63]	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalhal, freguesia de São João de Penselo	10-9-7-12, fol. 79-79v
1665 mar. 14	De alvenaria no caminho que vai pela estrada das Berzarias? para São Pedro de Azurém	$300 réis a braça[64]	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalhal, freguesia de São João de Penselo	10-9-7-12, fol. 79-79v
1665 mar. 24	Calcetamento da estrada de Fato, arrabalde de Guimarães até ao mosteiro da Costa	Posteriormente seria avaliada a obra[65]	Francisco Nunes	Pedreiro	Rua de Santa Luzia	10-9-7-12, fol. 81-81v

(*continua na página seguinte*)

[63] A pedra velha que se levantasse das calçadas velhas seria para o juiz, vereadores e Procurador da Câmara mandarem fazer outras obras dela, onde lhes aprouvesse.
[64] No Caminho de São Pedro de Azurém os lavradores comprometiam-se a chegar-lhe a pedra.
[65] O encomendador obrigava-se a «acarretar e chegar a pedra».

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1667 fev. 16 / 1667 mar. 15	Calcetamento da estrada da freguesia de São Romão de Arões	À braça	João Francisco	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 178, 181
1667 jun. 18	Calcetamento da «estrada que vai desta villa pera o Miradouro, e isto de São Lázaro athe o Souto dos Mortos»	A braça	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 190v-191
1667 jul. 9	Calcetamento da calçada que vai de São Lázaro até o miradouro	A braça a alvenaria a $300 reis/ braça a rebolida a $120 réis[66]	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 192v-193
1667 jul. 9	Obra de pedraria na barroca do Souto dos Mortos[67]	12$000 réis[68]	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 192v-193
1668 ago. 8	Quebrar o penedo «hindo pera a Fonte Santa, he fazer a calsada he entulhos que fez e por dar hum tiro em outro penedo que fiqua mais asima, e consertar a fonte de rua de Couros he consertar a pasagem de junto a Crus da rua de Couros, e robolir a calsada de dentro da Torre Velha des a porta do Antonio da Costa athe a da villa»	5$000 réis	Manuel de Barros	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v
1668 dez. 18	Calçada de alvenaria «junto da Madalena, he a mais necesaria vindo athe o Santo Amaro»	$300 réis a braça[69]	João da Costa	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227

(*continua na página seguinte*)

[66] O pedreiro quebraria a pedra, enquanto a Câmara transportaria a matéria-prima.
[67] Feitura de um paredão de seis palmos de largo «que há de correr na dereitura do canto da parede do Campo athe o […] do carvalho, he na altura da mesma barroqua a coal há de a Camera encher hentulho por sua hordem athe a altura da estrada he despois de chea há o dito João da Costa de fazer lhe huma calsada […] sobre o dito entulho com guoardas de sinquo palmos de alto fortes, he boas com hum vazadouro para a agoa».
[68] Para a feitura da obra o artista recebeu antecipadamente 10$000 réis.
[69] O corte da pedra era por conta do arrematante enquanto o seu transporte era da responsabilidade do encomendador.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1668 dez. 29	Calçada na rua de Trás o Muro	7$000 réis	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227v
1668 dez. 29	Calçada na Praça do Peixe	1$000 réis a braça	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227v
1668 dez. 29	Calçada «vindo para a cadea des o canto da rua Sapateira athe junto ao canto da torre»		Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 228
1669 abr. 16	Calçada da Praça (da Oliveira) de esquadria «gastando se nella a pedra que de prezente está na mesma prasa e ponde se lhe a mais que for necessaria por ser obra publica e necessária, e que se fara hum degrao, sendo necessário junto do alpendre pera ficar ao nível»	$440 réis a braça[70]	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, fol. 247-247v
1671 jun. 10	Calçada da Praça	$650 réis a braça, dando-lhe a Câmara a pedra posta no sítio «he não achando a pedra quebrada elle» receberia $700 réis	Manuel de Barros			10-9-7-13, fol. 31
1702 out. 24	Calçada da parte do Selho até São Lázaro[71]		Inácio da Silva	Pedreiro	Rio Selho, freguesia de São Miguel de Creixomil	10-9-7-16, fol. 72v-73
1734 jul. 31	Calçada ou ladrilhamento da ponte de Santa Luzia	10 tostões a braça de fiada e esquadria[72]	João de Lamas			10-9-7-22, fol. 126-126v

(*continua na página seguinte*)

[70] A Câmara daria toda a pedra velha que estava na praça. A pedra nova seria transportada à custa do encomendante, enquanto o seu corte por conta do pedreiro. Esta empreitada teria que estar finalizada para a Festa do *Corpus Christi*.
[71] O pedreiro apresentava como seu fiador e principal pagador e depositário Jacinto Gonçalves, moleiro, morador no rio de Selho, da freguesia de São Miguel de Creixomil.
[72] Com a obrigação que fossem de pedra dura «tuchada» por baixo e fiadas juntas.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1757 jan. 12	Conserto das calçadas desta vila[73]	Cada braça de calçada nova a $920 réis. Cada calçada velha, rebolida, a 18,5 vinténs	Manuel de Freitas / Inácio Ribeiro	Pedreiros	Manuel de Freitas: Freguesia de São Romão de Arões / Inácio Ribeiro: à Porta dos Capuchos	10-9-7-26, fol. 129-129v
1757 set. 17	Conserto das calçadas desta vila[74]	Cada braça de calçada nova a 11 tostões e a velha, rebolida, a $500 réis	Domingos de Passos	Pedreiro assistente na vila de Guimarães	Galego	10-9-7-26, fol. 151
1760 jul. 5	Acabamento da calçada «que se acha por acabar junto ao Convento do Carmo»	Cada braça nova a 10 tostões e velha a 5 tostões	Vicente Carvalho	Pedreiro	Guimarães[75]	10-9-7-27, fol. 35v
1763 ago. 27	Calcetamento da rua do Cano	Cada braça de calçada velha a $300 réis e a $800 réis cada braça de calçada nova[76]	Manuel Soares	Pedreiro	Guimarães	10-9-7-27, fol. 128-128v
1764 ago. 25	Calcetamento da rua de Santa Luzia por se encontra incapaz	Cada braça de pedra em $750 réis e cada braça de pedra velha a $400 réis	Manuel Soares / Domingos de Passos[77]	Pedreiros	Guimarães	10-9-7-27, fol. 181-181v
1764 nov. 24	Calcetamento da rua de São Lázaro, por estar incapaz, e rua de Gatos. A obra teria de estar concluída no termo de 20 dias	Cada braça de pedra nova a 10 tostões[78]. Cada braça de pedra velha a $400 réis	Sebastião de Vilaverde	Pedreiro	Galego e assistente em São Torcato	10-9-7-27, fol. 195v-196

(*continua na página seguinte*)

[73] No auto de rematação declarava-se que fossem «as pedras bem unidas nas juntas e sem rebos e as pedras que não serão folheiras de sorte que não tenhão menos altura de um palmo se intenderá alguma pedra que tenha falha e que não será pedra molle e antes bastantemente dura e que não votarão entre as juntas pedra».

[74] O artista natural da Galiza comprometia-se nas seguintes condições construtivas: «as calçadas novas serão bem feitas todas de junta sem meter rebos em junta alguma […] nem que sejam pedras brandas mas sim duras e nas calçadas que for rebolida sera tambem bem junta e feita com pedras capazes e grandes […] as dara o dito pedreiro feitas athe vinte do mes de Dezembro que vem do prezente anno».

[75] Trata-se do mestre pedreiro, natural da Galiza, que na altura trabalhava no Convento do Carmo.

[76] O carreto da pedra nova era por conta do Senado.

[77] O pedreiro Domingos de Passos apenas faria trinta braças (15 de pedra nova e 15 da velha). Este artista iniciaria o calcetamento da rua de Santa Luzia.

[78] Tudo com «pedra grande e grossa e boa e nova».

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1766 fev. 15	Calcetamento e conserto da Porta da Vila «da parte de fora que vai pera a Fonte Nova que he rebolida e baixada com a pedra velha que se lhe ha de dar pera o dito concerto»	Cada braça a $240 réis	Domingos de Passos	Pedreiro	Às Lagens do Toural	10-9-7-28, fol. 62v-63
1767 abr. 4	Conserto das calçadas das ruas da vila de Guimarães que se encontravam «*encapazes de por ella se andar*»	Cada braça de calçada a 10 tostões e da velha $400 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos	Pedreiros		10-9-7-28, fol. 90
1768 jun. 18	Conserto das ruas da vila de Guimarães	Cada braça calçada nova a $900 réis e cada da velha a $300 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos / Pedro António Lourenço	Pedreiros		10-9-7-28, fol. 116v
1768 jul. 9	Calcetamento e guardas da Ponte do rio Selho (arrabalde da vila de Guimarães)	Cada braça de calçada nova a 10 tostões	Manuel Fernandes	Pedreiro	Freguesia de Creixomil	10-9-7-28, fol. 122
1770 ago. 25	Levantamento do muro à Porta de Santo António	17$000 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		10-9-7-28, fol. 180
1770 set. 1	Obra do conserto da Calçada do Rebentão	Cada braça de calçada nova a $700 réis e de velha a $340 réis	João Nogueira	Pedreiro	Freguesia de São Romão de Arões	10-9-7-28, fol. 182
1773 jan. 10	Calcetamento da Rua Caldeiroa	Cada braça calçada nova a $960 réis e cada de velha a $400 réis[79]	João Nogueira / Pedro António Lourenço	Pedreiros		10-9-8-1, fol. 48-48v
1784 fev. 18	Continuação das obras do calcetamento das ruas da vila de Guimarães	Cada braça de calçada nova a $960 réis e a rebolida a $450réis	Pedro Lourenço	Pedreiro		10-9-8-2, fol. 83v

(*continua na página seguinte*)

[79] É estipulado que a pedra seria cobrada nos montes da parte «donde ham de vir as freguezias com cumunidade pera aquelles que costumam carriar pella dita rua».

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (*Livro Vereação*)
1788 fev. 16	Obra do pontilhão de São Lázaro que «passa Tras Gaia Fornos»[80]	28$800 réis	António Cardoso de Meneses	Pedreiro?		10-9-8-2, fol. 196-196v
1788 fev. 16	Calcetamento das ruas da vila de Guimarães[81]	1$600 réis cada braça de calçada de pedra nova e da calçada velha a $600 réis	Vicente Carvalho	Mestre pedreiro	Guimarães	10-9-8-2, fol. 197-197v
1788 abr. 16	Calcetamento da calçada da ponte do rio de Selho	Cada braça de pedra nova a 1$600 réis e a velha a $600 réis	João Pereira	Pedreiro	Freguesia de Silvares (termo de Guimarães)	10-9-8-3, fol. 2
1790 jan. 16	Conserto das calçadas das ruas de Guimarães	Cada braça de calçada nova a 1$200 réis e a velha a $450 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		10-9-8-3, fol. 46v
1790 jun. 18	Reedificação da ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo[82]	33$600 réis	Manuel José Francisco	Mestre Pedreiro	Freguesia de São Lourenço de Cima de Selho	10-9-8-3, fol. 60v-61
1792 ago. 4	De obras públicas e Calçadas «desta villa»	400$000 réis	Pedro António Lourenço	Mestre pedreiro		10-9-8-3, fol.127v-128
1795 nov. 21	Obra das «fiadas de pedra que se quer fazer no caminho da estrada da ponte de San Luzia em diretura a Nossa Senhora da Conceissão»	$800 réis a braça	Vicente José de Carvalho	Mestre pedreiro		10-9-8-3, fol. 62

[80] Os apontamentos desta empreitada constam de uma folha avulsa que está encadernada junto a este ato de arrematação.
[81] Era estipulado que toda a pedra seria «de fogo de cunha sendo bem liza e nam terá no menos delgada menos de palmo e meio de grossura […] e a pedra nam será cortada e labrada senam nos montes das freguezias de Santa Eulalia de Fermentões São Lourenço de Sima de Selho e Santo Estevão de Urzeges e Sam Miguel de Creixomil, em que dos pagamentos se lhe nam faram sem primeiro rever e examinar a obra que estiver feita e somente se lhe dara o dinheiro precizo pera haver de mandar cobrar a pedra por polvura e ferrros e como esta obra he grande havendo algumas pessoas que tambem queiram fazer parte das ditas calssadas pellos referidos preços esta rematação não servirá de embarasso a todo aquelles que querer continuar nas ditas calssadas».
[82] Os apontamentos seriam posteriormente fornecidos ao mestre pedreiro. A empreitada seria revista e examinada para se verificar se estava feita na forma determinada.

FONTES

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-12.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-13.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-15.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-16.
AMAP, Livro da Vereação. 10-9-7-19.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-20.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-21.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-22.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-23.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-26.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-27.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-28.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-1.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-2.
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-3.
AMAP. *Tombo dos bens do concelho* (1612). B-23-2-4.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Século XVI: Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)*. «Revista de História». Vol. VI, 7-96.

AZEVEDO, Torquato Peixoto de (1845). *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães (1692)*. Porto: Tip. da Revista.

BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

CAPELA, José Viriato (1993). *O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos séc. XVIII-XIX*. «Revista de Guimarães». Vol. 103, 225-296.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1989). *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2000-2001). *Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo.* «Media Aetas: Revista de Estudos Medievais Paisagens: Morar: tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval». Vol. 3/4, 13-47.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães, duas vilas, um só povo: estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Barbosa & Xavier.

GONÇALVES, Iria (1995). *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa*. In *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Editorial Vega, pp. 102-113.

GONÇALVES, Iria (1996). *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa*. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais: Patrimonia.

OLIVEIRA, António José de (2011). *Clientelas e artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento, 3 vols.

OLIVEIRA, António José de (2018). *A construção da torre sineira da Igreja de São Salvador de Briteiros (1797)*. «Boletim de Trabalhos Históricos». Série III. Vol. 7, 137-160.

OLIVEIRA, António José de (2019). *A Casa da Câmara e o Paço do Concelho de Guimarães (séculos XVII-XVIII)*. In ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, *coord. História da Arquitetura: perspetivas temáticas.* Porto: CITCEM, pp. 15-40.

PONTES, Célia Maria Vilela (2013). *Casas Brasonadas de Guimarães: um itinerário turístico-cultural*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado, 2 vols.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1993). *Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII*. In *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros. Atas*. Cáceres/Olivença: [s.n.], pp. 143-155.

TRINDADE, Luísa (2004-2005). *A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*. «Media Aetas: Revista de Estudos Medievais: Paisagens». Vol. 1 (2.ª série), 121-157.

A RUA DO ATERRO DA BOA VISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO URBANÍSTICO DO RECIFE NO OITOCENTOS

BRUNO VITORINO SILVA AGUIAR*

Resumo: *O Recife nasce «Povo» no extremo sul do istmo que partia de Olinda. A expansão de sua malha urbana em direção ao continente é um processo que se desdobra por quase três séculos, iniciando-se com a ocupação holandesa (1630-1654) e o desencadeamento de sua urbanização embalada pelo comércio açucareiro. Após a reconquista de Pernambuco, o Recife segue em busca do continente pressionado pelo crescimento econômico e demográfico. O grande aterro realizado na zona da Boa Vista em meados do Setecentos possibilita a construção da nova ponte que permite o efetivo adentramento do núcleo expandido na zona continental e o surgimento da rua do Aterro da Boa Vista. A Abertura dos Portos, em 1808, intensifica o desenvolvimento do Recife, consolida o predomínio da rua do Aterro no espaço urbano e define o eixo urbanístico que marca a cidade oitocentista.*

Palavras-chave: *Urbanismo; História da arquitetura; Recife.*

Abstract: *Recife arise «Povo» in the extreme south of the isthmus that started from Olinda. The expansion of its urban mesh towards the continent is a process that unfolds for nearly three centuries, starting with the Dutch occupation (1630-1654) and the unleashing of its urbanization driven by the sugar trade. After the reconquest of Pernambuco, Recife continues in search of the continent pressured by economic and demographic growth. The large landfill made in the Boa Vista area in the mid-18th century enables the construction of a new bridge that allows the effective entry of the expanded nucleus into the continent and the emergence of Rua do Aterro da Boa Vista. The Opening of the Ports, in 1808, intensified the development of Recife, consolidated the predominance of Rua do Aterro in the urban space and defined the urban axis that marks the 19th century city.*

Keywords: *Urbanism; History of architecture; Recife.*

1. O POVO DOS ARRECIFES: OS PRIMÓRDIOS URBANÍSTICOS DA CAPITAL PERNAMBUCANA

O «Povo». Assim era conhecido na segunda metade do século XVI o diminuto povoado situado no extremo sul da península ligada à vila de Olinda, sede da empresa colonial lusitana na capitania de Pernambuco. Geograficamente localizado entre o mar e a confluência dos rios Beberibe e Capibaribe, protegido por um banco de recifes areníticos e com uma barra de águas tranquilas e profundidade suficiente para o

* Universidade do Porto. Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual pela Universidade do Porto (U.Porto). É doutorando em Estudos do Patrimônio e História da Arte na U.Porto e investigador do CITCEM-FLUP (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: bvaguiar@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-5968-9207.



Fig. 1
Vila de Olinda e Porto do Recife, c. 1582-1585, [Luís de Teixeira]. Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda (Portugal)
Fonte: *Wikipédia* [*online*]. [Consult. 12 fev. 2021]. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vila_de_Olinda_e_Porto_do_Recife_-_Mapa_de_Lu%C3%ADs_Teixeira_-_c_1582-1585.jpg>

funcionamento de um ancoradouro[1], o «Povo dos Arrecifes» ou «Porto dos Navios»[2] figurou durante toda a primeira fase da colonização portuguesa como porto natural para, principalmente, o escoamento da produção açucareira de Olinda e dos engenhos situados nas áreas continental e interiorana da capitania.

No fim do istmo, de onde partiam as cargas de açúcar e, em menor quantidade, as toras de pau-brasil para a metrópole e chegavam víveres e produtos de luxo para a aristocracia olindense[3], a população trabalhava no carregamento e descarregamento das embarcações, habitando uma embrionária estrutura urbana[4] erigida sem um plano predefinido[5] ante a disponibilidade de terra seca.

As limitações impostas à construção pela escassez de solo eram superadas com a realização de aterros[6], gerando uma expansão, embora não planeada, regida tanto

[1] MELO, 2012: 49.
[2] SETTE, 2018: 44.
[3] SETTE, 2018: 44-46.
[4] REINALDO, ALVES, 2013: 2.
[5] CAVALCANTI, 1977: 63.
[6] COSTA, 1983a: 114.

pela experiência construtiva angariada desde os primórdios da povoação quanto por certo senso de racionalidade na organização dessa incipiente trama urbana[7].

2. O PERÍODO HOLANDÊS: O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO E A EXPANSÃO TERRITORIAL DO RECIFE

A dominação holandesa do outrora Povo dos Arrecifes suscita a efetiva ocupação do istmo, o início de seu processo de urbanização[8] e igualmente o princípio de sua marcha territorial enquanto cidade em direção ao continente[9].

O afluxo de pessoas aumentou a demanda por habitações na povoação peninsular. Assim, a Companhia das Índias Ocidentais, para viabilizar a exploração comercial da produção açucareira pernambucana e assegurar os lucros dela advindos o quanto antes, precisava dar solução à questão premente dos alojamentos. O espaço peninsular era limitado e, apesar da manutenção dos esquemas construtivos sobre lotes estreitos, insuficiente para o adequado funcionamento das engrenagens mercantis do açúcar. Esta foi uma das razões pela qual, desde os primórdios da ocupação, os neerlandeses riscaram plantas e planos urbanísticos que abarcavam não apenas o istmo, mas a pouco construída Ilha de Antônio Vaz[10].

O crescimento da povoação, o surgimento de ruas paralelas e a verticalização das arquiteturas desorganizaram a paisagem urbana do Recife[11]. Ademais, a questão das moradias e arrendamentos atingiu o paroxismo do insustentável pela falta de alojamentos e pelos preços elevados dos aluguéis cobrados pela Companhia. Não havia outra opção senão a expansão do tecido urbano do istmo em direção à Ilha de Antônio Vaz[12], o que foi levado a cabo por Maurício de Nassau. Desta forma, a ocupação ordenada da mencionada ilha, denominada Cidade Maurícia, território onde efetivamente o urbanismo holandês atuou[13], dá-se segundo traça do arquiteto Pieter Post[14], datada de 1639.

Com o aumento populacional e o desenvolvimento de dois núcleos urbanos, era necessário comunicar o Recife à Cidade Maurícia. O sistema de travessia por meio de pequenos barcos mostrava-se precário para a circulação das gentes e do açúcar[15] que vinha para expedição no porto. Assim, por ordem de Nassau, uma ponte foi construída no período de 1641 a 1644, partindo da Ilha de Antônio Vaz em direção ao istmo.

---

[7] MENEZES, 2015: 20.
[8] REINALDO, ALVES, 2013: 2.
[9] JUREMA, 1971: 28-29.
[10] CAVALCANTI, 1977: 61.
[11] MENEZES, 2015: 20.
[12] BARRETO, 1994: 31.
[13] MENEZES, 2015: 21.
[14] BARRETO, 1994: 33; GALVÃO, 2006a: 20-21; MENEZES, 2015: 40; SETTE, 2018: 50.
[15] BARLÉU, 2018: 215-216.

Neste ínterim, Nassau mandou construir outra ponte com o propósito de viabilizar o trânsito de pessoas do continente à Ilha de Antônio Vaz e ao Recife. Esta ponte foi construída no terreno comprado por Nassau à Companhia, ao lado de sua casa de campo, o palácio da Boa Vista. Edificado no extremo oeste da Ilha de Antônio Vaz, fronteiro ao continente, o palácio foi concebido para o descanso do conde[16], contudo guardava outrossim serventia defensiva, funcionando como uma espécie de posto avançado de proteção da ilha das eventuais incursões da resistência luso-brasileira, o que justifica a construção da ponte à sua sombra[17]. Partindo à esquerda do edifício, a ponte em madeira seguia em linha reta sobre o Capibaribe até defletir, à altura do talvegue do rio[18], para a esquerda seguindo até uma fortificação situada nas imediações da entrada da atual rua Velha[19].

Do ponto de vista urbanístico, este equipamento representa o primeiro contato do Recife com a zona continental, sintoma de uma expansão territorial por vir cujo resultado será o afloramento do bairro da Boa Vista. Mais ainda, olhadas em conjunto sob a lente do planeamento urbano, as duas pontes construídas no período holandês constituem um primitivo eixo urbanístico, pois, além de transformarem a «região portuária em ponto axial do desenvolvimento da cidade»[20], tais equipamentos definiram a direção da expansão urbana do Recife, mesmo após a reconquista portuguesa[21].

Toda a configuração do espaço urbano do Recife e da Ilha de Antônio Vaz após a gestão nassoviana está fixada no mapa traçado por Cornelis Golijath em 1648. Nele é possível ver o desenvolvimento dos dois pólos. O Recife, zona portuária, acha-se mais construído, numa trama não planeada, porém racional, que se adensou concentrando as residências burguesas, armazéns e demais atividades portuárias. Em contraponto, a Ilha de Antônio Vaz, notadamente residencial, comercial e administrativa, exibe a regularidade de um tecido urbano planificado, plano que ordena e hierarquiza o território: ao extremo norte, apartada do restante, a seção nobre com o palácio de Friburgo e seus equipamentos integrados; ao centro, o grande mercado; ao sul, a área residencial. Comunicando os núcleos urbanos entre si e estes com o continente, as pontes, uma integração embrionária das partes da futura cidade do Recife. O continente permanecia predominantemente rural e pouco construído, marcado pelos engenhos, suas povoações envolventes e a produção açucareira.

[16] BARLÉU, 2018: 218.
[17] GALVÃO, 2006a: 22
[18] SILVA, 2021: 94.
[19] GALVÃO, 2006b: 29 e MENEZES, 2015: 49.
[20] ALMEIDA, MARINHO *apud* REZENDE, 2002: 153.
[21] ALMEIDA, MARINHO *apud* REZENDE, 2002: 154.



Fig. 2. Detalhe da carta *Perfect Caerte der Gelegen theyt van Olinda de Pharnambuco Mauritsstadt ende t'Reciffo gecartaert door Cornelis Golyath*, 1648, de Cornelis Golijath. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [*online*]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=14>

3. O RECIFE PÓS-HOLANDÊS: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM E A BUSCA PELO CONTINENTE

A derrocada holandesa e a reconquista lusitana dos territórios brasileiros propiciam novo impulso urbanístico da trama expandida do Recife. O rastro de destruição deixado pelos conflitos demandou um grande esforço construtivo, em especial na Ilha de Antônio Vaz[22].

Com a expulsão dos neerlandeses, o fluxo de portugueses a Pernambuco é retomado, predominando mercadores e mestres de ofício os quais se apresentavam para ocupar os espaços deixados pelos holandeses[23]. Por sua vez, a normalização do

[22] GALVÃO, 2006b: 29.
[23] MOURA FILHA, 2010: 361.

comércio entre a capitania e o reino põe novamente as engrenagens da economia a se mover, gerando condições propícias para outra onda de desenvolvimento urbano.

Assim, emerge no Recife uma nova classe comerciante financeiramente bem-sucedida que precisa de espaços de afirmação do prestígio social, o que suscita, a partir da segunda metade do século XVII, a ação das irmandades religiosas e o levantamento de várias igrejas que transformam a paisagem urbana e contribuem para a expansão da malha construtiva recifense, num processo que se espraia pelo século XVIII[24].

No tocante à arquitetura civil, a pujança construtiva não foi diferente, alimentada pelo aquecimento da economia e pelo aumento populacional dela decorrido[25]. Apesar dos problemas com a falta de terreno, o Recife não parou de crescer. Novos aterramentos ao mar e ao rio permitiram a ampliação de seu perímetro urbano e o levantamento de sobrados de dois, três e quatro andares, tumultuando ainda mais a paisagem da freguesia. Do outro lado do rio, os mesmos fatores econômico-populacionais transformam a agora Ilha de Santo Antônio. A norte, a povoação (e futura freguesia) homônima à ilha consolidava-se enquanto zona comercial, local onde se multiplicam inúmeros sobrados com o percurso do tempo. Já a sul, no lugar onde surgirá o bairro de São José, o prédio ao rés do chão domina o espaço construído, imputando à zona um caráter notadamente residencial.

4. O SURGIMENTO DA RUA DO ATERRO DA BOA VISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO EIXO URBANÍSTICO DA CIDADE OITOCENTISTA

O contato com o continente é reafirmado pela substituição da velha ponte da Boa Vista do tempo dos holandeses por outra também em madeira, mas levantada um pouco mais ao norte, no final da rua Nova, durante o governo de Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)[26]. Sua construção demandou a realização de dois aterros: um menor no lado de Santo Antônio, aumentando a rua Nova a oeste; o outro, vultoso, na Boa Vista[27]. É este aterro que viabiliza o desígnio comunicativo da nova ponte da Boa Vista e permite o efetivo adentramento da malha urbanística iniciada no istmo na zona continental após séculos de gradual expansão. Segundo Mário Sette:

> *O Recife crescera. Da península à ilha e desta ao continente eram três florescentes. O comércio abrangera todos. No da Boa Vista uma larga faixa de mangues posta em enxuto tomara o nome de Aterro e por ali se alinhara casario de uma bonita rua de moradas e de boticas*[28].

[24] MAIA, MENEZES, 2019: 15 e SILVA, 2021: 18.
[25] GALVÃO, 2006a: 30.
[26] CAVALCANTI, 1977: 135 e COSTA, 1983b: 148.
[27] CAVALVANTI, 2018: 100.
[28] SETTE, 2018: 57.

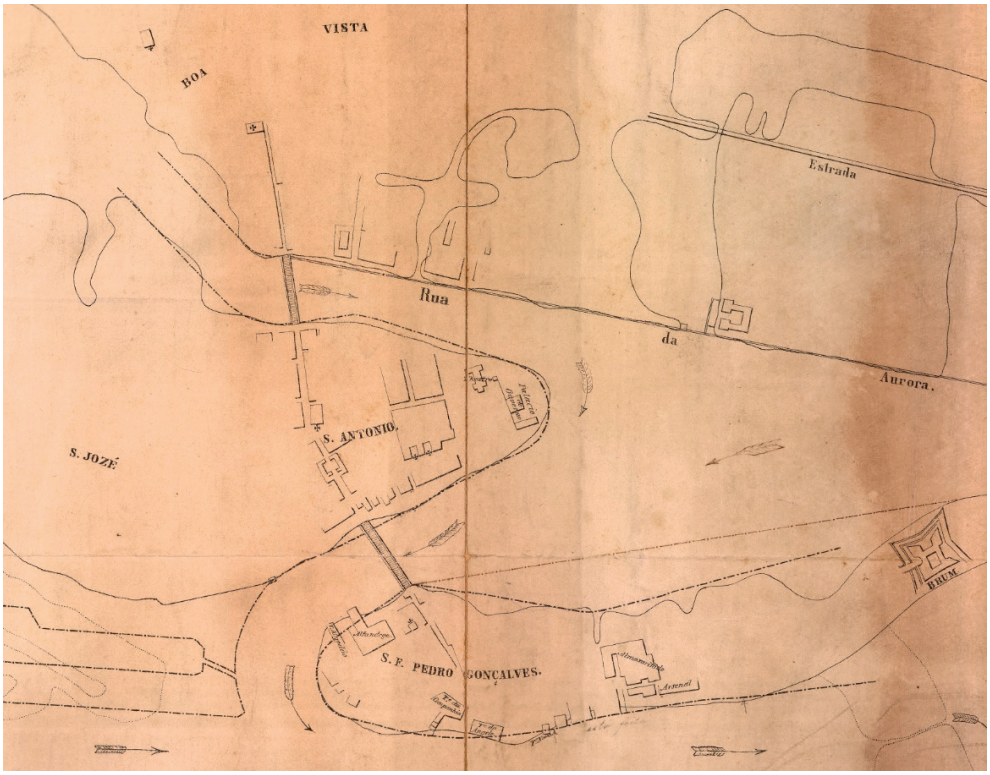


Fig. 3. Pormenor do *Plano topo-hidrographico do porto e cidade de Pernambuco*, 1848, de Elisiario Antonio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [*online*]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64225>

O escritor recifense refere-se ao surgimento do Aterro da Boa Vista e do arruamento homônimo, local de onde irradia, na zona continental, em toda a sua força, a desenvolução urbanística trazida pela expansão territorial do núcleo primitivo da cidade. E assim o entendemos, pois, se por um lado, na Boa Vista *circa* 1750 «os grandes sítios da povoação já estavam retalhados, e bastante desenvolvida a construção de prédios urbanos»[29]; por outro, a nova ponte modifica o sentido da ocupação territorial do povoado: da zona sul, onde terminava a velha ponte holandesa, desembocando nas construções e arruados situados nos entornos da primeva rua de São Gonçalo[30], para a zona oriental, mais a norte, tornada disponível pelo mencionado terrapleno e «ainda sem nenhuma construção»[31].

[29] COSTA, 1983b: 432.
[30] SILVA, 2021: 96.
[31] CAVALCANTI, 1977: 254.



Fig. 4. Detalhe da *Planta das cidades de Recife, Olinda e seus arrabaldes* copiada por Ildefonso Idílio de Souza Lobo, [1850-1862]. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil [*online*]. [Consult. 2 dez. 2021]. Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22651>

Mais ainda, a nova estrutura comunicativa desloca o primitivo eixo urbanístico outrora balizado pelas pontes erigidas pelos holandeses e termina por estabelecer a rua surgida com a construção de prédios nos terrenos laterais do aterro[32], isto é, a mencionada rua do Aterro, como a principal[33], logo, novo e definitivo centro da expansão urbanística da Boa Vista na viragem do século XVIII para o XIX.

Rua do Aterro logo tornada pelo frenesi econômico e urbanístico do Oitocentos decorrente da Abertura dos Portos, em 1808, numa das principais e mais valorizadas do Recife, seção final de um novo eixo urbanístico, uma espécie de espinha dorsal da cidade oitocentista constituída na travessia de suas temporalidades. Em outros termos, um «eixo central de circulação da cidade»[34] realinhado pela rua do Aterro da Boa Vista que se firma importante sistema de comunicação, mantendo a zona portuária como ponto focal, integrando os demais núcleos urbanos do Recife e possibilitando o

[32] CAVALCANTI, 1977: 255 e COSTA, 1984: 99.
[33] KOSTER, 1816: 7.
[34] SILVA, 2021: 98.

seu contato com as áreas produtivas do interior. Eixo este iniciado na rua da Cadeia, freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (bairro do Recife), que cruza a ponte do Recife, adentra o bairro de Santo Antônio pela rua do Crespo, passa o Largo da Independência e a rua do Cabugá até chegar à rua Nova, atravessar a ponte da Boa Vista e finalmente alcançar a dita rua do Aterro. Não sem razão, os engenheiros membros da «Commissão do Melhoramento do Porto [de Pernambuco]», Elisiário Antônio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira, diagnosticam a centralidade desse cordão urbanístico para o sistema viário da cidade e o registram no plano topo-hidrográfico que traçam em 1848 no âmbito da dita comissão (*vide* Fig. 3).

Assim, a rua do Aterro da Boa Vista chega à metade do século XIX profundamente atrelada à vida da cidade. Seu pavimento macadamizado, seu adensamento construtivo[35], a atenção que lhe dispensava a edilidade recifense na cronologia[36] e até mesmo a remodelação monumental ao gosto neoclássico da fachada da igreja matriz situada no fim da rua constituem elementos factuais da proeminência assumida pela via num Recife de intensos frêmitos modernizadores. Neste sentido, promover o enquadramento da rua do Aterro em seu tempo possibilita-nos, mais do que uma reconstituição inferida das fontes e da bibliografia, desvelar uma rua impregnada do sentido de progresso de uma época.

FONTES IMPRESSAS

BARLÉU, Gaspar (2018). *História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1634-1644*. Recife: CEPE.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006a). *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco.* 2.ª ed. Recife: CEPE, vol. III (Q-R).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006b). *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco.* 2.ª ed. Recife: CEPE, vol. IV (S-Z).

KOSTER, Henry (1816). *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <https://archive.org/details/travelsinbrazil00inkost/page/n7/mode/2up>.

KRATIF, Abdallah-el (pseudônimo) (1857). *A Carteira.* […] *O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação de uma correspondencia predial nesta cidade*. «Diario de Pernambuco». N.º 245 (26 de outubro de 1857) 1. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9436>.

MELLO JUNIOR, Luiz de França e (1843). *Camara Municipal da Cidade do Recife. Sessaõ [sic] extraordinaria em 14 de junho de 1843.* «O DIÁRIO NOVO». N.º 133 (21 de junho de 1843), 2. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/709867/1045>.

[35] KRATIF, 1857: 1. Trecho: «A [rua] do Aterro que he uma das mais vastas, regulares e das mais bellas, he macadamisada, a primeira por onde se entra para o bairro [freguesia da Boa Vista]; tem oitenta e seis edificios, em geral mui elegantes: dez de um andar, vinte e sete de dous, dezesete de tres, e trinta e duas terreas».

[36] MELLO JUNIOR, 1843: 2. Excerto: «Outro [ofício] do arrematante da obra da rua do atterro, João Ignacio Avila, participando ter concluido a mesma obra, a fim de q'a camara, em conformidade com do contracto, a mandasse inspecionar: inteirada, e deliberou que fosse remettido aos Srs. vereadores Costa Monteiro, por empedimento dos Srs. vereadores Oliveira, e Carneiro Monteiro, para conjunctamente com o engenheiro cordeador, examinarem se a referida obra está de accordo com as condições do supracitado contracto».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ângela Maria Maranhão (1994). *O Recife através dos tempos: formação de sua paisagem*. Recife: FUNDARPE.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra (2018). *Enciclopédia Urbana do Recife*. Recife: Poço Cultural.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra (1977). *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Cultura.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983a). *Anais Pernambucanos*. 2.ª ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 2 (1591-1634).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983b). *Anais Pernambucanos*. 2.ª ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 3 (1635-1665).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984). *Anais Pernambucanos*. 2.ª ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, vol. 6 (1740-1794).

JUREMA, Aderbal (1971). *O sobrado na paisagem recifense*. 2.ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

MAIA, Gustavo (fotos); MENEZES, José Luiz Mota (textos) (2019). *Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares no Recife: a arte da imagem*. Recife: Bureau de Cultura.

MELO, Mário Lacerda de (2012). *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. 2.ª ed. revista. Recife: CEPE.

MENEZES, José Luiz Mota (2015). *Ruas sobre as águas: as pontes do Recife*. Recife: CEPE Editora.

MOURA FILHA, Maria Berthilde (2010). *Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX*. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *coord. A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE, pp. 359-378.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo Maia (2013). *Origem da Expansão Urbana do Recife: Divisão do solo e configuração da trama urbana*. In *V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona e Buenos Aires, junho/2013*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. [Consult. 3 dez. 2021]. Disponível em <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14495>.

REZENDE, Antônio Paulo (2002). *Recife. Histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

SETTE, Mário (2018). *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: CEPE Editora.

SILVA, Leonardo Dantas (2021). *Arruando pelo Recife*. 2.ª ed. Recife: CEPE Editora.

STREETS AS CONTESTED SPACES IN ANCIENT MILETUS

CHRISTOF BERNS*
ANN LAUREN OSTHOF**

Abstract: *The contribution presents current research on the streets of the ancient metropolis of Miletus. Here we focus on the micro perspective of the residents. Through limited excavations and observations of marginal traces in public space, we have succeeded in gaining an idea of the diversity of urban streets and their use during the Hellenistic and Roman Imperial periods.*

Keywords: *Miletus; Grid plan; Contested spaces; Classical Antiquity.*

Resumo: *Este artigo apresenta pesquisas atuais sobre as ruas da antiga metrópole de Mileto. Aqui, concentramo-nos na perspetiva micro dos residentes. Através de escavações limitadas e observações de vestígios marginais no espaço público, conseguimos obter uma ideia da diversidade das ruas urbanas e seu uso durante os períodos helenístico e do Império Romano.*

Palavras-chave: *Mileto; Plano de grade; Espaços contestados; Antiguidade Clássica.*

INTRODUCTION

In contrast to modern observers of urban spaces, archaeologists face the problem that they encounter their object of study in an abandoned state. Apart from very specific cases like Pompeii, covered by the ashes of Vesuvius in 79 CE in its heyday, most cities of the past have been given up at some point or they are so thoroughly transformed that direct traces of ancient daily life are no longer preserved. Therefore, studies on ancient streets often focus on rather general aspects such as their contribution to the layout of urban space. Changing to the micro-perspective however reveals a surprising diversity of street designs and forms of usage, and unfading marginal traces like scratchings, markings, and scribblings are reflections of at least some practices of daily life[1]. A close reading of their position, form, and execution unfolds how different agents adapted and improved the built environment to their daily needs.

* Prof. Dr. Christof Berns, FB Kulturwissenschaften, Universität Hamburg, Edmund-Siemers-Allee 1 / West, 20146 Hamburg / Germany. Email: christof.berns@uni-hamburg.de.
**Ann Lauren Osthof MA, Cluster of Excellence, *Understanding Written Artefacts*, Universität Hamburg, Warburgstraße 28, 20354 Hamburg / Germany. Email: ann.lauren.osthof@uni-hamburg.de.
[1] Cp. HAUG, MERTEN, 2020: 6-7.

In the following, we will discuss this in more detail using the case study of Miletus, a long-term excavation of the University of Hamburg[2].

Miletus, located on the west coast of Asia Minor or modern Turkey, was a big city in many periods of antiquity. The oldest remains of the settlement date from the late fourth millennium BCE, and from that time onwards, we can trace an almost continuous development until the 15th century CE[3]. Urbanists mainly know Miletus because it was the hometown of the ancient city planner Hippodamos, who lived in the 5th century BCE. Handbooks sometimes attribute him as the inventor of the grid plan, which is not true, but he still seems to have played an important role in the development of the planned orthogonal city. It is not surprising that generations of researchers have therefore searched for traces of Hippodamian urban planning in Miletus itself[4].

Even the first excavator, Theodor Wiegand, began his work at Miletus by uncovering fortification walls and streets rather than searching for monumental buildings. Understanding both as crucial elements of the urban layout, he started to reconstruct the general plan of the city with its characteristic grid system as soon as he had uncovered the first sections of paved roads[5]. In the following decades, archaeologists repeatedly addressed the question of the Milesian street system and reconstructed several ideal plans. All of them inevitably grounded on relatively few clues; due to the size of the city area, it was only possible to uncover a small selection of streets[6]. This situation changed in 1993 when large-scale geophysical surveys allowed exploring a great part of the city surface in a comparatively short time. Measurements with magnetometer as well as ground-penetrating radar produced rather clear images of rectangular streets. For the first time, a reliable picture of the whole city plan was drawn[7]. The plan depicts a network of streets that extends over the entire 150-hectare city area with few variations.

This idea of homogeneous Milesian streets, however, is also a reflection of the geophysical survey method, which only measures anomalies in comparison to the

[2] The Turkish Directorate of Antiquities and Museums has generously permitted our research at Miletus (E-94949537-160.01.02-1483127). We gratefully acknowledge funding by the *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (DFG) and the *French Agence Nationale de la Recherche* (ANR) (Joint programme for the Humanities, BE 3219/4-1) as well as by the DFG under Germany's Excellence Strategy – EXC 2176 *Understanding Written Artefacts: Material, Interaction and Transmission in Manuscript Cultures*, project no. 390893796. The research was conducted within the scope of the Centre for the Study of Manuscript Cultures (CSMC) at Universität Hamburg. We also thank our project partners Ch. Özgan (Mimar Sinan Üniversitesi Istanbul) and Julien Zurbach (Ecole Normale Supérieure Paris) as well as Kaja Harter-Uibopuu and Frank Steinicke (both Universität Hamburg).

[3] KÄPPEL *et al.*, 2006; DALLY *et al.*, 2009; NIEWÖHNER, 2016: 17-28.

[4] VON GERKAN, 1924: 28-61; CASTAGNOLI, 1971: 65-72; HOEPFNER, SCHWANDNER, 1994: 17-22; HÖCKER, 2006; WEBER, 2007: 327-347.

[5] WIEGAND, 1901: fig. 2; WIEGAND, 1911: pl. 1. For the history of research at Miletus: BERNS, 2015.

[6] Cp. the general overview of the history of research regarding the Milesian city plan by WEBER, 2007.

[7] RABBEL, STÜMPEL, WOELZ, 2006; WEBER, 2007: 354-360.

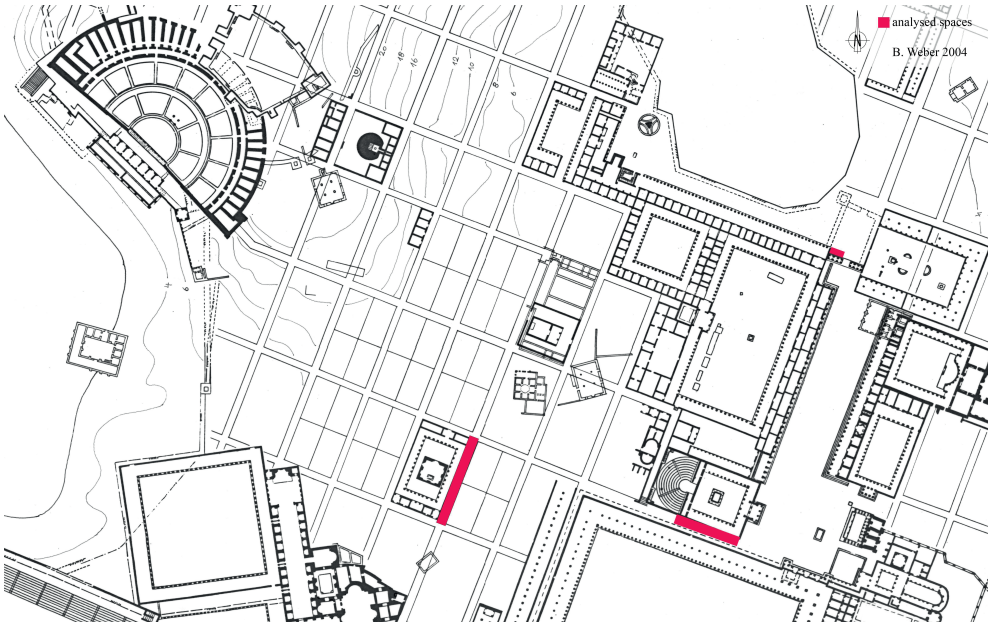


Fig. 1. Overview of the analysed areas in the city centre of Miletus. Source: Plan of Miletus by WEBER, 2004 with alterations by L. OSTHOF

surrounding ground. Neither does it provide us with clues to reconstruct the historical development of the streets, nor does it display their surface. In other words, with the geophysical images, we detect a road system, but not the street space.

Our aim in the current research programme at Miletus is therefore, to examine the streets from the micro-perspective of their users. To achieve this goal, we are conducting a number of very limited excavations in different parts of the city. At the same time, we produce detailed documentation of permanent marginal traces of usage in sections of streets excavated in past decades. In the process, a surprising diversity of street designs and forms of usage became apparent — a diversity that seems to have emerged from the limits of urban planning coupled with the conflicting interests of the residents. For both cases, we will now give a number of examples from the Hellenistic and Roman imperial periods, i.e. the 300 years before and after our era.

One of the results is the understanding that the grid plan that supposedly shaped the cityscape over long periods was often characterised by considerable instability. An *insula* and its surrounding streets in the Hellenistic-Roman city centre may exemplify this observation[8].

[8] KLEINER, MÜLLER-WIENER, 1972: 47-54 and Beil. 1.

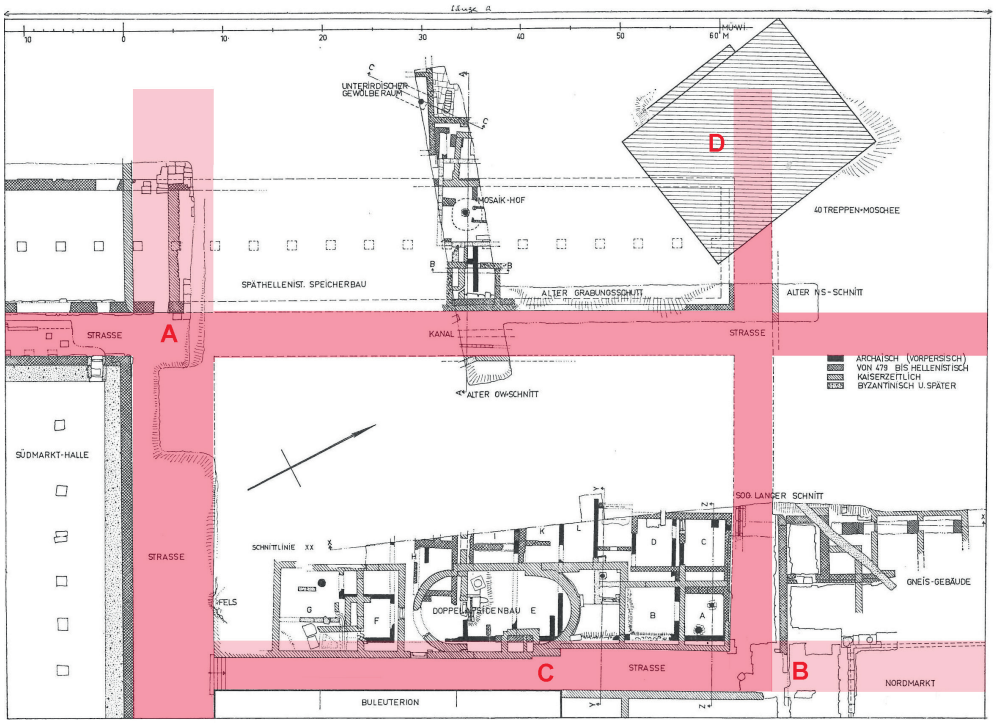


Fig. 2. Insula west of the Bouleuterion. Source: KLEINER, MÜLLER-WIENER, 1972 with alterations by Ch. BERNS

At (A) a huge magazine was built over an important connecting road in the IInd century BCE[9]. From then on, it was no longer passable, and the inhabitants had to take long detours. Later, the northern part of the hall was dismantled, and the street reopened. Another street, however, remained closed, after the Milesians had created a court-like sanctuary in the IInd century BCE, framed by halls, one of which extended over the road (B)[10]. In the Roman imperial period, a private homeowner extended his house into the street space through continual alterations at (C)[11]. As a result, the street became considerably narrower in its southern section. Finally, much later, in the Middle Ages, a mosque was built at (D) above another street in the area[12]. All of these interventions brought about a fundamental change in the use of the street space for the inhabitants of Miletus. We cannot assume that they always had collectively negotiated the conditions of these alterations. While the magazine had hardly been erected and demolished again without public consent, and the expansion of the sanctuary certainly followed a public decision, the extension of the private house

[9] KNACKFUSS, 1924: 156-180; NIEWÖHNER, 2016: 100-105.
[10] EMME, 2013: 53-59.
[11] KLEINER, MÜLLER-WIENER, 1972: 64-65.
[12] Mosque of the 40 steps: WULZINGER, WITTEK, SARRE, 1935: 38; NIEWÖHNER, 2016: 49-50.



Fig. 3
Section of the so-called *plateia* with rock
Source: Photo by L. Steinmann

area onto the adjacent street seems more like the arbitrary action of a house owner who shifted his walls as part of a reconstruction project.

Another result of our investigations is the variety of road surfaces we encountered. In several areas, the excavations yielded the expected cobblestone streets. Some of them were paved with large, more or less regular, and densely laid slabs (Fig. 6)[13], while on other streets the paving is very irregular. At several places rocks have been left standing, protruding into the street[14].

Sometimes, we could not observe a solid pavement at all. According to our recent excavations, even in the central part of the city simple tamped clay could form the road surface[15]. These observations point to the fact that the street space of Miletus was quite diverse, while the extent of central planning penetration seems to have been rather low. As in other cases, neighbours may have been responsible for the construction of the roads[16].

Marginal traces on the pavement underline the impression of a strong imprint of the street space by individual agents or smaller groups that appropriated it in competition to each other. In the following we will argue that on the one hand, these marginal traces prove gradual individual adaptation of public space, on the other,

[13] Cp. VON GERKAN, 1922: pl. 12; WEBER, 2004: Beil. 2.
[14] DIETRICH, 2016 has first observed this phenomenon. Detailed documentation of such rocks in the street space of Miletus is currently prepared.
[15] Results from 2021 are unpublished yet, cp. however WEBER, 2007: 354.
[16] HEINZELMANN, 2003.

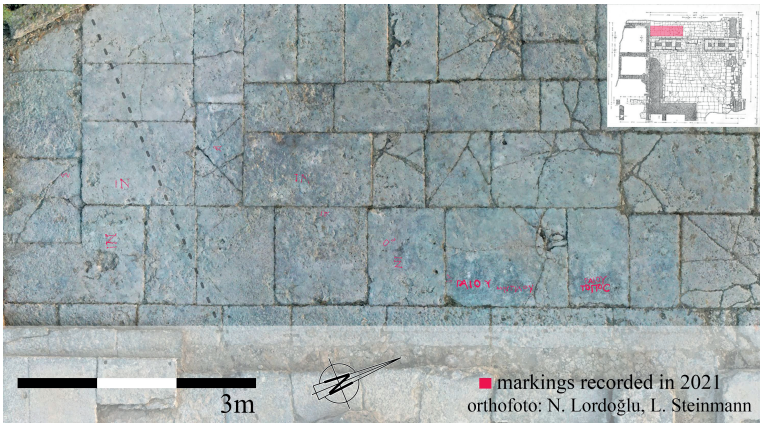


Fig. 4
Harbour Gate with inscriptions
Source: Orthophoto by L. Steinmann, N. Lordoğlu

they reveal collectively planned changes. Both are based on communal practices. The streets of our case studies (as marked in Fig. 1) were framed with walls and porticos from which only the basis or walls endured. Many other inscriptions, such as building or honorary inscriptions, which point to various actors, have not been preserved in situ. Therefore, we focus on the evidence on the ground level[17].

The first case study is the pavement of the Harbour gate, which exemplifies how public space was inscribed and thus occupied by individuals. The Harbour Gate forms the architectural frame of the transition of the main harbour to the so-called *plateia*, a wide street in the city centre[18]. Its pavement dates to the 1st century CE[19]. Already in the first stone plan, the excavators integrated roughly the inscriptions and incisions on the pavement[20]. In the north-western corner of the gate, three inscriptions are preserved, so-called *topos* (gr. place) inscriptions[21].

The inscriptions were placed on two slabs next to the gateway facing towards the gate. Gaius inscribed his name on two slabs, Myrtilos inbetween the two[22]. They were carried out with different techniques or tools. Therefore, the inscriptions were applied subsequently and by divergent agents — Gaius and Myrtilos — probably with the same intent[23]. Both inscriptions visually occupy the spot on the paving next to the gate. One does not overwrite the other. Their orientation implies that the producers

[17] A detailed study of the public spaces in Miletus will be submitted in the doctoral thesis of Ann Lauren Osthof.
[18] VON GERKAN, 1922: 45-47, 54-55.
[19] VON GERKAN, 1922: 47, 54. Armin von Gerkan considers it to be younger than the Harbour Gate, which he dates to the first half of the first century CE.
[20] VON GERKAN, 1922: plate XVIII.
[21] I. Milet 192 c-e. The letter combinations on the pavement do not react or interact with the urban environment. They can be interpreted as architectural markers. Topos-Inscriptions in other ancient cities e.g. LAVAN, 2015: 333.
[22] I. Milet VI 4: 151, 464; I. Milet 355, I. Milet 394. The name Myrtilos is only attested in this instance in Miletus. In Roman times the name Gaius is attested with two additional topos-inscriptions in Miletus and on several other instances.
[23] VON GERKAN, 1922: 47. Armin von Gerkan proposes that they marked market stalls.



Fig. 5
Southern basis of the *Bouleuterion*
Source: Photo: A. L. OSTHOF

were in the same position when executing it. Furthermore, communication with recipients seems not to have been the primary aim of the producers, as passers-by would have seen the inscriptions upside down. So, we interpret these *topos*-inscriptions as individual acts that should be understood as «Gaius was here» rather than «place of Gaius». Their *topos* inscriptions display that Gaius and Myrtilos stayed at the front of the Harbour Gate, where they could see and be seen well. Sitting down on the steps of the gate, they seem to have self-interestedly inscribed their names. The individual occupation of the space is further supported by a graffito of two heart-shaped signs. Our own experiments showed that such simple inscriptions can be made quickly, easily, and without training. Additionally, dirt would have easily made these shallow inscriptions disappear. Altogether, we should understand these inscriptions not as durable memorials, but rather as traces of ephemeral actions.

Public space was also inscribed individually with non-textual markers, as the second case study, street 19/T-V at the *Bouleuterion*, demonstrates.

The abrasion on the sidewalk of the street documents its frequent use. The basis of the *Bouleuterion* (the town hall) was partly incised with geometric forms and gameboards. They prove that the inhabitants or visitors of Miletus utilized this step-like structure for sitting, chatting, doodling, and gaming as it was a perfect



Fig. 6
Street Q with two geometric forms
Source: Photo A. L. OSTHOF

spot to observe who was entering the city centre from the west. The preserved signs are geometric forms, some can be identified as squares with four spokes; others are just lines or circles. The lines that form a square with four spokes (S.3) were used to play Three Men's Morris, today better known as Tic-Tac-Toe[24]. Some incisions were made on the back part of the lower step after the upper step had been destroyed. These are deeper preserved than the ones on the surfaces of steps. Accordingly, the inscriptions and incisions were applied consecutively as individual acts. In general, one could argue that the spot kept its attractiveness over a long time. This is also supported by the evidence of overwriting. Even after the partial destruction of the building, the habitus of incising the spot did not change.

The third case study exemplifies how the public space was inscribed in a planned way, thereby adding a further function. At street Q/19-20 seven geometric signs have been chiselled on the slabs in the middle of the street[25].

It appears that in almost regular intervals circular signs were incised on the pavement[26]. Understanding them as game boards seems rather implausible, as not only their execution but also playing on them would have occupied the street, but being geometric in shape, they could have been ambiguous or better multifunctional[27]. Probably, they have served also as illiterate markers for rituals[28]. In favour of a collective and systematic execution speak the intervals as well as the choice of seven different

[24] BELL, 1979: 91-92.
[25] WEBER, 2004: plate 2. Due to a trajanic inscription, we can date the paving: I. Milet 401; WEBER, 2004: 101; NIEWÖHNER, 2016: 36.
[26] These thoughts are preliminary since the campaign of 2021 is not fully evaluated.
[27] First working typology for game-boards in antiquity: BELL, ROUECHÉ, 2007: 106-109. Yet, they are frequently attested in Asia Minor e.g. Ephesos, Aphrodisias, and Sagalassos. cf.: BELL, 2007: 98-99; ROUECHÉ, 2007: 102; LAVAN, 2008: 207.
[28] ROUECHÉ, 2007: 103 no. 9 Fig. 12.3. For textual procession markers on pavement cf. HAMMERSCHMIED, 2019.

designs. Since they are incised in a section of the street that runs parallel to a Heroon, i.e. a public place of veneration of a hero, we can perhaps understand them as small remains of public practices that took place on the spot[29]. Even if the visibility of the signs might have been reduced due to dust and dirt, we have to assume a collective insider knowledge of the practices. In comparison to the inscriptions at the Harbour Gate, we can deduce that the producers used the same tools but adapted the street space with a different intent. This is made clear by the divergent placement and an apparent collective plan.

Our case studies presented how divergent intents have been carried out with the same tools and in the same type of space (ground level). The inscriptions at the harbour gate and the geometric forms on the sidewalk of street 19/T-V refer and react to the function of the space in the cityscape. They use existing structures and enhance their character, e.g. improving resting spots with game boards. These inscriptions can hardly be connected to specific groups of agents, as the streets were publicly accessible. Their technical execution did not require any special knowledge, nor were they difficult to read. In contrast, the geometric forms on street Q/19-20 next to the Heroon prove a collective, planned adaption with a larger extent.

To conclude, the markings on ground level have a low authoritative quality and reflect bottom-up adaptions of the urban space. They convey insider knowledge of individuals or possibly of collective instructions that are not necessary for the general functioning of the infrastructure. Seen together with the structural diversity of the streets, described in the beginning of our contribution, the inscriptions support the image of an appropriation that is at least in part decentralized and uncontrolled, and leads to a continuous change of the street space.

BIBLIOGRAPHY

BELL, Robert C. (1979). *Board and Table Games form many civilizations.* New York: Dover Publications.

BELL, Robert C. (2007). *Notes on the Pavement Games of Greece and Rome*. In FINKEL, Irving L. *Ancient Board Games in perspective*. London: The British Museum Press, pp. 98-99.

BELL, Robert; ROUECHÉ, Charlotte (2007). *Graeco-Roman Pavement Signs and Game Boards: A British Museum Working Typology*. In FINKEL, Irving L. *Ancient Board Games in perspective*. London: The British Museum Press, pp. 106-109.

BERNS, Christof (2015). *Forschungen in Milet: Rückblick und Perspektive*, In YALCIN, Ünsal; BIENERT, Hans-Dieter. *Anatolien – Brücke der Kulturen*. Bochum: Deutsches Bergbaumuseum, pp. 311-324.

CALANDRA, Elena; GORRINI, Maria Elena (2008). *Cult practice of a pompé in the imperial age: SEG XI.923.* «Sparta». 4, 3-22.

CASTAGNOLI, Ferdinando (1971). *Orthogonal Town Planning in Antiquity*. Cambridge: Cambridge Mass., MIT Press.

[29] WEBER, 2004:154 on the architectural features designed for activities. HERDA, 2013: 76 on indications for cultic activities in Heroon III. For intramural burials in imperial times see also: SCHÖRNER, 2007; CALANDRA, GORRINI, 2008.

DALLY, Ortwin *et al.* (2009). *ZeitRäume. Milet in der Kaiserzeit und Spätantike*. Regensburg: Schnell + Steiner.

DIETRICH, Nikolaus (2016). *Exposed bedrock in Miletus and Priene: an overlooked aspect of Hellenistic and Imperial-era Urbanism*. «Revue Archeologique». 2. 62, 303-328.

EMME, Burkhard (2013). *«Das Märchen von den drei Märkten», Bauten merkantiler Funktion und die städtebauliche Entwicklung des hellenistischen Milet*. «Istanbuler Mitteilungen». 63, 51-74.

VON GERKAN, Armin (1922). *Der Nordmarkt und der Hafen an der Löwenbucht (Milet I, 6)*. Berlin and Leipzig: De Gruyter.

VON GERKAN, Armin (1924). *Griechische Städteanlagen. Untersuchungen zur Entwicklung des Städtebaus im Altertum*. Berlin: De Gruyter.

GÜNTHER, Wolfgang (2017). *Eine Prosopographie (Milet VI, 4)*. Berlin: De Gruyter.

HALLOF, Klaus (2009). *Inscriptiones Graecae. Editio altera*. Berlin: De Gruyter.

HAMMERSCHMIED, Johann Kristoph (2019). *Das Fest der Artemis Leukophyrene in Magnesia am Mäander: Topographie, Semantik und Handlungskontexte eines panhellenischen Festkomplexes im Hellenismus und in der römischen Kaiserzeit. Mit einem Exkurs zu den Asklepieia auf Kos*. Berlin: [s.n.].

HAUG, Anette; MERTEN, Stephanie (2020). *Urban Practices. Repopulating the City (Studies in Classical Archaeology 8)*. Turnhout: Brepols.

HEINZELMANN, Michael (2003): *Städtekonkurrenz und kommunaler Bürgersinn. Die Säulenstraße von Perge als Beispiel monumentaler Stadtgestaltung durch kollektiven Euergetismus*. «Archäologischer Anzeiger». 2, 197-220.

HERDA, Alexander (2013). *Burying a Sage. The Heroon of Thales in the Agora of Miletos. With remarks on some other excavated Heroa and on cults and graves of the mythical founders of the city*. In HENRY, Olivier. *Le Mort dans la ville. Pratiques, contextes et impacts des inhumations intra-muros en Anatolie, du début du Bronze à l'époque romaine*. Istanbul: Institut français d'études anatoliennes, pp. 67-122.

HERRMANN, Peter (1998). *Inschriften n. 407-1019 (Milet VI, 1)*. Berlin: De Gruyter.

HÖCKER, Christoph (2006). *Hippodamos*. In CANCIK, H.; SCHNEIDER, H., *eds. Der Neue Pauly, Online-Edition*. Leiden: Brill.

HOEPFNER, Wolfgang; SCHWANDNER, Ernst-Ludwig (1994). *Haus und Stadt im klassischen Griechenland*. München: Deutscher Kunstverlag.

KÄPPEL, Lutz *et al.* (2006), *Miletus*. In CANCIK, H.; SCHNEIDER, H., *eds. Der Neue Pauly, Online-Edition*. Leiden: Brill.

KLEINER, Gerhard; MÜLLER-WIENER, Wolfgang (1972), *Die Grabungen in Milet im Herbst 1959*. «Istanbuler Mitteilungen». 22, 45-92.

KNACKFUSS, Hubert (1924). *Der Südmarkt und die benachbarten Bauanlagen (Milet I, 7)*. Berlin: De Gruyter.

LAVAN, Luke (2008). *The monumental streets of Sagalassos in Late Antiquity. An interpretative study*. In BALLET, Pascale; DIEUDONNÉ-GLAD, Nadine; SALIOU, Catherine, *La rue dans l'Antiquité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 201-214.

LAVAN, Luke (2015). *The Agorai of Sagalassos. An interpretative study*. In LAVAN, Luke; MULRAYN, Michael. *Fields and post-excavation techniques in late antique archaeology*. Leiden: Brill, pp. 289-353.

NIEWÖHNER, Philipp (2016). *Milet/Balat. Städtebau und Monumente von archaischer bis in türkische Zeit. Ein Führer*. Istanbul: Ege Yayınları.

RABBEL, Wolfgang; STÜMPEL, Harald; WOELZ, Susanne (2006). *Milet als Musterfall geophysikalischer Prospektion in der Archäologie*. In BIERING, Ralf *et al.*, *eds. Maiandros. Festschrift für Volkmar von Graeve*. München: Biering & Brinkmann, pp. 205-212.

ROUECHÉ, Charlotte (2007). *Late Roman and Byzantine Game Boards at Aphrodisias*. In FINKEL, Irving L. *Ancient Board Games in perspective*. London: The British Museum Press, pp. 100-105.

SCHÖRNER, Hadwiga (2007). *Sepulturae graecae intra urbem. Untersuchungen zum Phänomen der intraurbanen Bestattungen bei den Griechen.* Möhnesee: Bibliopolis.

TRIEBEL-SCHUBERT, Charlotte; MUSS, Ulrike (1983/84). *Hippodamos von Milet: Staatstheoretiker oder Stadtplaner?* «Hephaistos». 5/6, 37-59.

WEBER, Berthold (2004). *Die römischen Heroa von Milet (Milet I, 10).* Berlin: De Gruyter.

WEBER, Berthold (2007). *Der Stadtplan von Milet. Einhundert Jahre Stadtforschung*. In COBET, Justus *et al.*, *eds. Frühes Ionien: Eine Bestandsaufnahme*. Mainz: Philipp von Zabern, pp. 327-362.

WIEGAND, Theodor (1901). *Ausgrabungen zu Milet.* «Archäologischer Anzeiger». 191-199.

WIEGAND, Theodor (1911). *Siebenter vorläufiger Bericht über die von den königlichen Museen in Milet und Didyma unternommenen Ausgrabungen.* Berlin: Verlag der königlichen Akademie der Wissenschaften.

WULZINGER, Karl; WITTEK, Paul; SARRE, Friedrich (1935). *Das islamische Milet (Milet III, 4).* Berlin: De Gruyter.

A RUA ENQUANTO ESPAÇO COMERCIAL: TIPOLOGIAS E TOPOGRAFIAS (SÉCULOS XV-XVIII)

DANIELA NUNES PEREIRA*

Resumo: *Este texto explora a evolução das ruas como espaços comerciais nos séculos XV a XVIII, destacando a interseção entre arquitetura e a sua localização no tecido urbano. Nesse período de notável crescimento económico, os poderes dominantes demonstraram um interesse crescente nos espaços urbanos destinados ao comércio, deixando uma marca distintiva na arquitetura das ruas. Muitas vezes caraterizadas pela presença de arcos ou alpendres, essas estruturas, embora funcionalmente práticas, tornaram-se marcas visíveis da atividade comercial na paisagem urbana.*

O objetivo deste estudo é analisar as ruas não apenas como vias de passagem e conexão na cidade, mas como núcleos vitais para as transações comerciais. A análise centra-se em três exemplos de ruas comerciais portuguesas, organizadas cronologicamente: a rua Nova dos Mercadores em Lisboa, a rua Nova ou do Souto em Braga e a rua Ancha em Évora. A intenção principal é averiguar o papel da arquitetura na delimitação e controlo dos espaços comerciais urbanos. Ao mesmo tempo, discutiremos e compararemos as configurações formais e funcionais dessas ruas, proporcionando uma compreensão de como a arquitetura e a economia se entrelaçaram para moldar as caraterísticas únicas de cada rua.

Palavras-chave: *Rua; Arquitetura Comercial; História Económica; Época Moderna.*

Abstract: The Street as a Commercial Space: Typologies and Topographies (15th-18th Centuries). *This text explores the evolution of streets as commercial spaces in the 15th to 18th centuries, highlighting the intersection between architecture and location. In this period of remarkable economic growth, the dominant powers demonstrated an increasing interest in urban spaces dedicated to commerce, leaving a distinctive mark on street architecture. Often characterized by the presence of arches or covered walkways, these structures, while functionally practical, became visible marks of commercial activity in the urban landscape.*

The purpose of this study is to analyze streets not only as passages and connections in the city but as vital hubs for commercial transactions. The analysis focuses on three examples of Portuguese commercial streets, organized chronologically: Rua Nova dos Mercadores in Lisbon, Rua Nova or do Souto in Braga, and Rua Ancha in Évora. The primary intention is to investigate the role of architecture in delineating and controlling urban commercial spaces. At the same time, we will discuss and compare the formal and functional configurations of these streets, providing an understanding of how architecture and the economy intertwined to shape the unique characteristics of each street.

Keywords: *Street; Commercial Architecture; Economic History; Early Modern Age.*

* Universidad Complutense de Madrid. Post Doctoral Research Juan de la Cierva (Ref. FJC2021-046573-I; MCIN; AEI;10.13039/5011000110). Grupo HISEURAM: Historia de las Ciudades Hispanas y Europeas, y su Proyección a América (1250-1600). Email: dani_sofia@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9223-2906.

ALPENDRES E ARCADAS: UMA IDENTIDADE DOS ESPAÇOS COMERCIAIS[1]

Nos finais do século XV, a rua não era apenas um lugar de passagem, mas um espaço multifuncional com significados e usos diversos, que iam além do seu papel de conexão entre os espaços urbanos e edifícios. Nesse período, a rua passou a ser reconhecida como um espaço autónomo, ou seja, um local que tinha a sua própria importância e função dentro da estrutura urbana. Essa hierarquia podia-se manifestar de várias maneiras, fosse pela concentração de diferentes ofícios ou como lugar de reunião e troca[2].

Ampliando a perspetiva, ao examinarmos a historiografia europeia sobre as ruas com vocação comercial, encontramos exemplos da evolução dessas artérias ao longo do tempo. Um exemplo desse processo ocorreu em Friburg, na Suíça. Nesta cidade, presenciamos a transição das rudimentares barracas de madeira para robustos arcos de pedra, a partir da segunda metade do século XIII. Conforme documentado por Christiane Roussel, os burgueses desfrutavam do privilégio de estabelecer arcos de pedra à frente das suas residências. A influência dessa prática pioneira alastrou-se ao longo dos séculos XV e XVI, propagando-se por outras ruas comerciais, que passaram a apresentar grandes secções de arcadas[3].

Além do exemplo friburguês, vale a pena mencionar o modelo das casas de mercadores da região da Lazio (Itália) no século XIV. Sobre este modelo, Enrico Guidone apresenta uma esclarecedora perspectiva sobre a génese das ruas alpendradas. Deste modo, a casa com um ou dois arcos de volta representou a evolução de um modelo mercantil com lojas, facilmente encadeado em sequência para formar ruas com arcadas. Note-se, ainda, que o uso do pórtico (alpendre, arcada ou balcões) requeria uma ampliação considerável da largura da rua, podendo, em alguns casos, converter-se numa verdadeira rua-praça, destinada ao mercado. Simultaneamente, esse arranjo permitiu a sobreposição de andares superiores, resultando num significativo aproveitamento do espaço urbano[4].

A discussão em torno da inclusão de arcos ou pórticos como elementos arquitetónicos fundamentais também se manifestou no âmbito dos tratados de arquitetura renascentistas, como os escritos teóricos de Alberti, Filarete e Palladio. Nesses tratados, emergiu a prescrição de que a principal via da urbe deveria apresentar-se dotada de duas fileiras paralelas de pórticos. Este ideal arquitetónico, embora baseado em razões estéticas, não descurou a sua relevância funcional no contexto do tecido

[1] Este artigo inclui passagens, metodologias, ideias e conclusões que foram originalmente elaboradas na minha tese de doutoramento. PEREIRA, 2021.
[2] CALABI, 2001: 32.
[3] ROUSSEL, 2010: 249-250.
[4] GUIDONE, 1990: 55-64.

urbano. A estrutura arquitetónica em questão, além de salvaguardar os transeuntes das intempéries, promovia-se, consequentemente, como uma delimitação de perímetro em que a vida quotidiana e o comércio poderiam coexistir harmoniosamente[5].

Essa abordagem arquitetónica também encontrou eco na primeira metade do século XVI, quando a coroa espanhola implementou uma série de diretrizes urbanísticas nos territórios recém-conquistados do Novo Mundo. O objetivo era regular os espaços comerciais que se definiriam, culminando na formulação das *Ordenanzas de Población* ou *Ley de Indias*. Destaca-se, em especial, o artigo 115, relativo à emblemática Praça Real, espaço a partir do qual se delineariam as ruas e quadras da cidade, estabelecendo uma imposição de tipologia formal e arquitetura especializada. As ruas que irradiavam a partir dos quatro lados da Praça Real tinham, por determinação régia, de incorporar a característica de serem inteiramente providas de *portales* ou *soportales*. Nesse contexto, as arcadas, alpendres ou balcões manifestaram-se como componentes primordiais dessa estética regulamentada. Tais estruturas, situadas predominantemente no piso inferior dos edifícios, serviam como espaços para lojas e oficinas, e posteriormente seriam arrendadas pela coroa, pelas autoridades municipais ou por entidades religiosas. A indicação de dotar todas as praças e as quatro ruas circundantes de arcadas representava, segundo o rei Filipe II, uma medida de grande conveniência para os comerciantes que frequentavam aqueles espaços[6].

Os exemplos aqui aludidos mostram como determinadas estruturas arquitetónicas foram projetadas e adaptadas para atender às necessidades comerciais. Destacando as diferenças entre as cidades, podemos apontar as seguintes observações: as atividades económicas influenciaram a evolução das vias com vocação comercial; os alpendres ou arcadas presentes na correnteza de uma rua são peças cruciais na demarcação das atividades comerciais; são igualmente um elemento arquitetónico que traz consigo rendimentos associados.

TRÊS CASOS DE RUAS COMERCIAIS: LISBOA, BRAGA E ÉVORA

Para investigar a evolução das ruas comerciais em Portugal selecionámos, como estudo de caso, três ruas de cidades distintas. Concentramos a análise nos exemplos mais significativos de cada localidade, com o objetivo de examinar e contrastar as características formais e funcionais, com especial ênfase na arquitetura das fachadas ao longo das ruas e da sua relação com o comércio; bem como as regulamentações que subjazem aos espaços comerciais.

[5] MERLO, 2016: 120.
[6] *Transcripción de las Ordenanzas* […], 1973: 88.

RUA NOVA DOS MERCADORES – LISBOA

No contexto da construção da muralha ribeirinha de Lisboa em 1294, durante o reinado de D. Dinis, presenciamos um empreendimento que abrangia não apenas a proteção e defesa da cidade, mas também uma notável reorganização do seu tecido urbano margeado pelo rio Tejo. Como resultado desse empreendimento, uma nova artéria surgiu[7].

Antes do devastador terremoto de 1 de novembro de 1755, a rua Nova dos Mercadores apresentava uma configuração arquitetónica caraterizada pela presença de alpendres, que se formou a partir das arcadas que D. Afonso V (1438-1481) mandou edificar, num contexto de renovação da rua. Este rei emitiu um decreto a alguns arrendatários das casas da rua Nova, instruindo-os a substituir as antigas estruturas de madeira por alvenaria, construídas sobre arcadas, com paredes de pedra e cal até ao telhado, eliminando as fachadas de madeira. Ao mesmo tempo, este rei tinha decidido privilegiar na rua Nova a venda de artigos de luxo, em detrimento das atividades consideradas inadequadas[8]. Na mais importante rua do império português, esses elementos conferiam à rua Nova uma identidade e função específicas no contexto urbano de Lisboa. A evidência dessa arquitetura é capturada de forma intrigante numa pintura a óleo do século XVI, cuja autoria permanece anónima, pertencente à Society of Antiquaries of London (Fig. 1). Nesta enigmática representação, a fachada da rua Nova dos Mercadores é meticulosamente detalhada, revelando um sistema de arquitraves de madeira que se apoiam em colunas ou esteios de diversas dimensões. Essa complexidade estrutural sugere uma adaptabilidade do espaço, adequando-se às variadas necessidades comerciais da época. Notavelmente, o espaço destinado às atividades comerciais fica situado sob esses esteios, destacando a importância desses elementos arquitetónicos na organização do comércio.

Examinar a arquitetura dos edifícios ao longo da Rua Nova permite apresentar uma relação entre arquitetura, demarcação do espaço, propriedade e função. A documentação do reinado de D. Manuel (1495-1521) relacionada com a rua Nova dos Mercadores lança luz sobre questões cruciais relativas à gestão dos edifícios que têm uma vocação comercial, mais especificamente a complexa relação entre os proprietários e as autoridades concelhias. Em 1498, D. Manuel ordenou o levantamento das pessoas que alugavam as paredes diante das suas casas nesta rua. Um exemplo notável é o caso de Álvaro Nogueira, um fidalgo da Casa Real, que permitiu que merceeiros utilizassem as paredes das suas casas para expor mercadorias[9]. No entanto, o problema surgiu quando esses comerciantes também começaram a colocar assentos, bancos ou cadeiras sob essas mercadorias, onde eles próprios se sentavam enquanto exibiam

[7] CARITA, 1999: 27-29.
[8] ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, Liv. 8, fol. 62-63v e GONÇALVES, 1980: 169.
[9] PINTO, 2017: 369.

seus produtos para os compradores. Esta situação levou Álvaro Nogueira a tomar uma medida. Ele procurou a câmara da cidade para solicitar o aforamento de um côvado de chão da rua em frente à sua casa[10]. Ou seja, pretendia obter uma licença que permitisse ocupar um pedaço do espaço público da rua para uso privado. Porém, este pedido deve ter suscitado um interesse particular do concelho que olhou para a exploração das paredes das casas do piso térreo da rua nova como oportunidade de criação de pequenos nichos de mercado, iniciando-se uma disputa entre proprietário da casa e as autoridades concelhias sobre o uso desses espaços. Além disso, o concelho deve ter encarado a ocupação das paredes como uma oportunidade de cobrar taxas pela utilização. Deste modo, o controlo ordenado pelo monarca pode ser visto como um esforço para garantir que o foro por aquele espaço fosse pago ao concelho, uma vez que o solo sob os arcos ou alpendres era propriedade da cidade. Além disso, a fiscalização e a cobrança de foros pelo município eram um reflexo da perceção do potencial económico da rua. Com a exploração das paredes para exposição de produtos, começou a surgir uma concentração de «lojas de parede».

Na segunda metade do século XVI, durante os reinados de D. João III (1521-1557) e D. Sebastião (1557-1578), observa-se um cenário de transformação nesta rua. Um aspecto notável desse período foi a ascensão dos ricos mercadores como protagonistas do comércio de produtos luxuosos que chegavam ao porto da cidade[11]. Esse fenómeno desencadeou um crescente interesse pela Rua Nova dos Mercadores, que se tornava progressivamente num epicentro de atração. O relato do cronista Damião de Góis, datado de 1554, oferece um vislumbre dessa época. Ele descreve a rua Nova dos Mercadores como um ponto de encontro diário de comerciantes de diversas partes do mundo, que competiam intensamente por oportunidades de negócios[12]. Contudo, nesse ambiente de crescente prosperidade, também emergiam tensões. A relação complexa entre os proprietários dos estabelecimentos comerciais e as autoridades concelhias destacavam-se, principalmente devido às disputas relacionadas com as receitas provenientes dos aforamentos dos tabuleiros, bancos e banquetas — estruturas de comércio temporárias que ocupavam o espaço público.

Durante esse período, a rua Nova dos Mercadores revelava-se como um ambiente singularmente extraordinário, marcado pela abundância de bancos e tabuleiros, que dificultavam a livre circulação[13]. A profusão de estruturas comerciais temporárias levou o concelho a contestar essa situação, refletindo as complexas questões que envolviam o uso do espaço público e o equilíbrio entre interesses comerciais e urbanísticos. Diante desta situação, as autoridades concelhias de Lisboa apresentaram

[10] PINTO, 2017: 369.
[11] GSCHWEND, 2017: 134-189.
[12] GÓIS, 2001: 54.
[13] PINTO, 2017: 380-381.



Fig. 1. Lisboa. Pintura da rua Nova dos Mercadores de Lisboa, século XVI. Fonte: Society of Antiquaries of London

uma queixa ao rei, argumentando que a rua deveria servir os interesses coletivos, em vez de ser dominada por interesses comerciais individuais. Embora a contestação evoque o «uso comum» e o «bem público» da rua, evidenciam-se ambições financeiras. Mais do que defender os interesses coletivos, o motivo da queixa parece ser a preservação do valor das rendas geradas pela ocupação da rua. Por esse motivo, o concelho recorreu ao rei a solicitar a sua intervenção para garantir que os artesãos em questão pagassem um foro à cidade. O concelho alegou que o número desses artesãos era significativo e continuava a crescer, ocupando, cada vez mais, a maior parte da rua, sem contribuir financeiramente. No final, a coroa tomou a decisão de permitir que os sirgueiros continuassem a usar os seus tabuleiros sob os pórticos. No entanto, essa autorização estava condicionada ao pagamento de uma parte do foro ao concelho e outra parte aos proprietários das casas[14].

RUA DO SOUTO E RUA NOVA DO SOUSA – BRAGA

Durante o período em que D. Diogo de Sousa ocupou o arcebispado de Braga, compreendido entre os anos de 1505 a 1532, a cidade passou por um processo de renovação urbana. Nesse contexto de revitalização, uma parcela significativa dos recursos disponíveis foi direcionada para a construção de novas infraestruturas destinadas às atividades mercantis. Um empreendimento que merece atenção foi a abertura de uma nova via, projetada para criar uma ligação fluída entre duas entradas importantes da antiga muralha: a porta do Souto, situada a leste, e a porta Nova, erguida a oeste[15].

Apesar de ter dois nomes diferentes — Rua do Souto e Rua Nova do Sousa — trata-se, na verdade, de uma única via. Isso é evidenciado no *Mappa da Cidade de Braga Primas*, desenhado por André Ribeiro Soares, por volta de 1756 (Fig. 2). Este novo eixo, que atravessava o tecido urbano mais antigo, estabelecia uma conexão

[14] PINTO, 2017: 380-381.
[15] MAURÍCIO, 2000: vol. I, II, 295-303.

vital entre o centro da cidade e as áreas periféricas. Ele emergia como uma extensão das reformas concebidas para os espaços comerciais, formando um *continuum* com as estruturas comerciais preexistentes. Nas proximidades dessas áreas, D. Diogo de Sousa encomendou a construção de alpendres para abrigar mercadores de outras regiões que traziam diversos produtos e suprimentos para a cidade. O alpendre da porta do Souto, por exemplo, era destinado a receber e tributar mercadores. Dentro das muralhas, a praça do pão era o local onde o senado exercia o controlo sobre a compra e venda de pão. Próximo à porta Nova, num alpendre, realizava-se a venda do peixe[16] (Fig. 3). Nesse contexto, a edificação de casas ao longo desta artéria evidencia uma estratégia para adaptar a rua às atividades comerciais, seguindo uma tipologia arquitetónica estabelecida. As construções resultantes, expandiam-se ao longo de três «varas» de largura por quatro «varas» de comprimento, tendo, geralmente no piso térreo, dois largos portais que abriam para a rua pública[17]. É interessante notar que, em grande parte, esta configuração estava associada aos artesãos locais de Braga. A ligação desta tipologia aos artesãos realça uma relação entre a forma arquitetónica e as exigências particulares das atividades profissionais. A maioria das residências era composta por dois portais, sendo um mais largo que o outro para permitir a entrada de um carro de bois[18].

As casas da rua Nova de Braga manifestavam uma configuração arquitetónica distintamente definida, que evocava uma forma derivada da estrutura do alpendre:

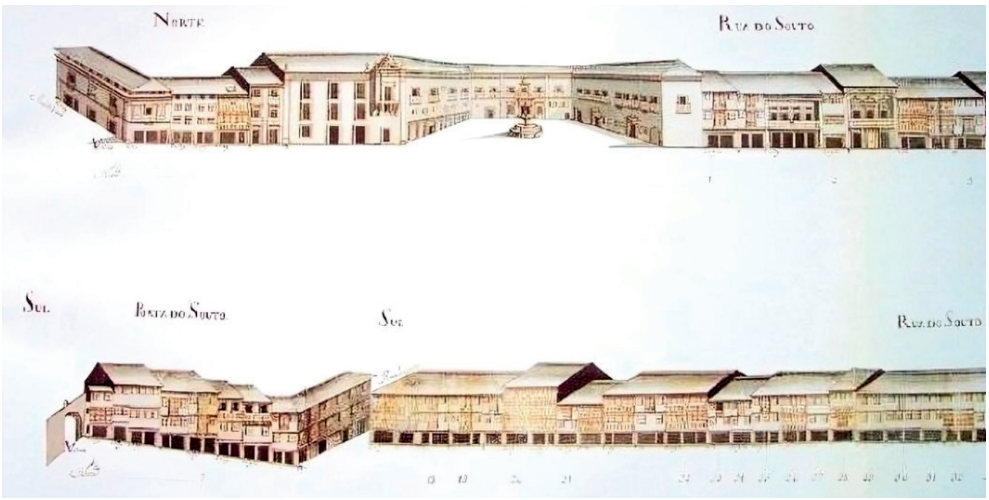


Fig. 2. Braga. Rua do Souto no *Mapa das Ruas de Braga*, ca. 1750. Fonte: ROCHA, 1989 [1750]

[16] PEREIRA, 2019: 222-223.
[17] PEREIRA, 2000: 168-169.
[18] PEREIRA, 2000: 65.

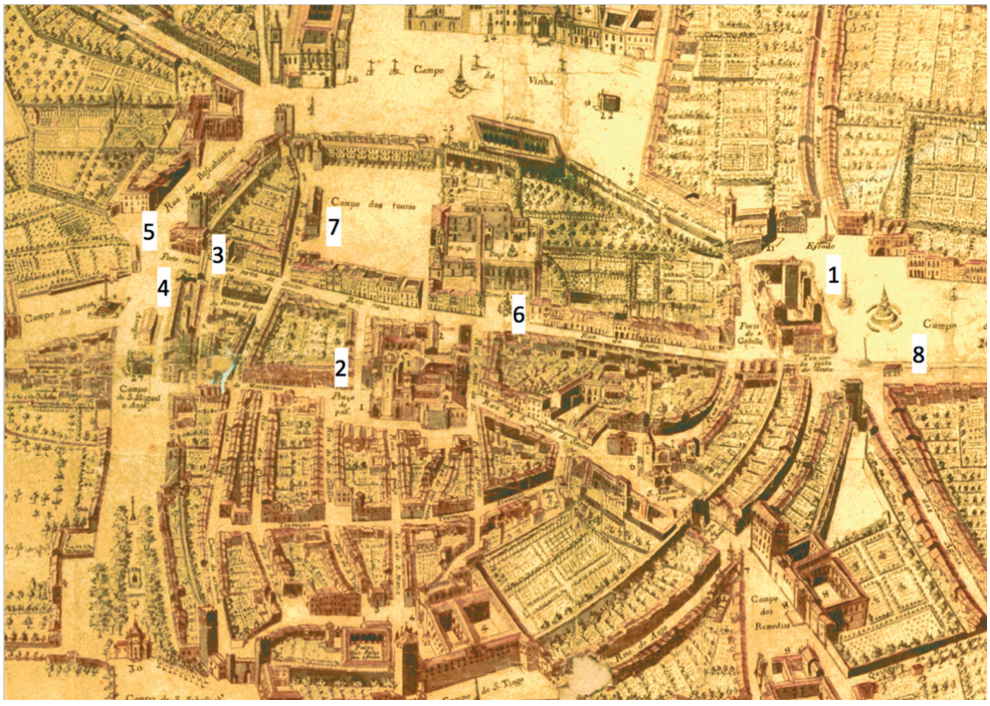


Fig. 3. Braga – Localização da rua Nova do Sousa ou do Souto e da sua relação com os espaços de mercado no durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa. Legenda: 1 – alpendre da porta do Souto; 2 – praça do pão; 3 – alpendre do peixe; 4 – alpendre do açougue da carne; 5 – alpendre do açougue do peixe; 6- rua Nova do Sousa e ou do Souto; 7 – Campo dos Touros; 8- alpendre do pão. Fonte: *Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas*. Andre Ribeiro S[oares da] Sylva, ca. 1756. BA – Col. cartografia Ms.

portais amplos, sem subdivisões internas, dispostos separadamente por pilastras, pilares ou colunas, que sustentavam uma arquitrave ou dintel de porta. Essa conceção manifesta-se em descrições de cartas de aforamento de habitações como esta: «uma só loja sem divisão alguma, com três portas grandes, de serventia da mesma loja»[19]. Na sua composição, as fachadas parecem evocar o modelo do alpendre, simulando a existência de uma rua coberta, como se pode inferir ao examinar o referido *Mappa das Ruas de Braga*. No entanto, essa simulação não viabilizava uma circulação ininterrupta entre as habitações, lançando uma interrogação sobre os motivos subjacentes a esta escolha formal[20]. Não obstante, pode-se presumir que esta solução foi deliberadamente adotada para criar uma via com proporções mais amplas. Deve-se, neste âmbito, recordar as observações de Enrico Guidoni, ao sinalizar que «a introdução de arcadas pressupõe uma largura acrescida para a rua»[21].

[19] AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades*. 1737, fol. 179.
[20] PEREIRA, 2019: 224-225.
[21] GUIDONI, 1990: 56.

RUA ANCHA – ÉVORA

A rua Ancha, hoje denominada João de Deus, teve origem junto à igreja de Santo Antão, localizada no topo norte da praça do Giraldo, alongando-se em direção à porta Nova. Seguindo o contorno da muralha medieval, esta rua acompanhava o seu traçado exterior desde a praça, delineando parte de seu percurso em direção a norte. A natureza comercial desta via reflete a sua estreita relação com a praça que, desde o século XIV, era o principal espaço comercial da cidade. Esta ligação funcional comprova-se pela extensão das arcadas do lado leste da praça, que se prolongavam ao longo da rua Ancha e também da rua do Paço, atualmente conhecida como rua da República.

As fontes medievais fornecem dados sobre a evolução do ambiente urbano e arquitetónico da rua Ancha, influenciado pelas dinâmicas comerciais que aqui tiveram lugar ao longo dos séculos. No início do século XIV, próximo à porta de Alconchel, eram frequentemente instalados alpendres de madeira, que funcionavam como estruturas comerciais temporárias. Conforme documentado por Ângela Beirante, o rei D. Dinis (1279-1325) concedia aforamentos de tendas e poiais a vendedores que quisessem vender junto àquela entrada[22]. Em meados do século XV, durante o reinado de D. João I (1385-1433), o concelho de Évora empreendeu a construção de uma nova parede junto a esta porta da muralha. A iniciativa do concelho desencadeou um conflito com as regateiras e fruteiras que ali tinham estabelecido os seus pontos de venda. Elas acusaram o concelho de atrapalhar os seus negócios, evidenciando uma disputa pela ocupação deste espaço[23]. Este ato de apropriação por parte do concelho destaca a importância e o crescimento da atividade comercial à porta do Alconchel. No entanto, também reflete a necessidade de o concelho manter a ordem para exercer o controlo sobre a arrecadação das receitas fiscais provenientes dos postos de venda.

Em termos arquitetónicos, a rua Ancha caracteriza-se pela presença de arcos que se apresentam de forma desarticulada e assimétrica. Essa composição arquitetónica sugere a existência de várias fases construtivas ao longo da história da rua, indicando uma evolução gradual, porém constante (Fig. 4). De acordo com as observações de Fabrizio Pensabenne, a presença de desalinhamentos nos arcos ou alpendres das fachadas das ruas, evidentes nos recuos, avanços, variações de largura, altura, profundidade e distintos formatos, mostra diferentes momentos na formação da rua. Não obstante, uma sequência de arcos uniformes, pode apontar para uma única propriedade[24].

[22] BEIRANTE, 1988: 100-103.
[23] PEREIRA, 1998: 112.
[24] PENSABENE, 2008: 67-93.



Fig. 4
Évora.
Conjunto das arcadas da praça do Giraldo
Fonte: Fotografia da autora, 2016

De facto, no ano de 1707 e 1709, testemunhamos o estabelecimento de comerciantes ao longo da rua Ancha, um caso que estimulou uma série de reformas nas edificações já existentes, marcadas pela introdução de elementos arquitetónicos distintos, em especial o uso do arco. Os registos notariais da cidade de Évora revelam uma série de requerimentos apresentados pelos mercadores à câmara, a solicitar a permissão para erigir arcos nas fachadas das suas residências. Essa iniciativa visava não apenas a expansão dos seus espaços comerciais, mas também a ampliação do andar superior das casas, ao mesmo tempo que protegia as suas lojas das condições climáticas adversas que poderiam prejudicar os negócios. Essas transformações arquitetónicas encontram expressão tangível nos casos dos mercadores de mercearia João Martins Coelho e Manoel Mendes Espada.

Em conformidade com as instruções do concelho, antes de qualquer intervenção arquitetónica, era realizada uma vistoria ao lote. Dois funcionários do concelho mediam o espaço a ser modificado, a fim de determinar as dimensões dos arcos que eram, então, incluídas no contrato para garantir que fossem respeitadas. Após uma inspeção rigorosa, a autorização para a construção definitiva do arco era concedida, com a condição de que o arco permanecesse sempre aberto para uso público, que fosse semelhante aos arcos das casas vizinhas, e que, sobre o arco, pudesse ser construída uma dependência[25]. Este tratamento também se aplicou ao mercador de mercearia Manuel Mendes Espada, cuja licença e arrendamento revelaram que a construção de um novo arco representava uma fonte adicional de receita para o concelho. Os impostos resultantes da venda do terreno e da renda anual contribuíam para as arcas municipais, desde que a passagem sob o arco não fosse obstruída. Esta disposição

[25] ADE. *Escritura de aforamento de hum cham.…* [1707], fol. 235-239.



Fig. 5
Évora, Rua Ancha (atual rua João de Deus)
Fonte: Fotografia da autora, 2016

indicava que o comércio ocorreria na parte frontal da casa, onde uma mesa ou bancada poderia ser instalada para a exposição de produtos[26] (Fig. 5).

No decorrer da primeira metade do século XVIII, a rua Ancha consolidava-se como um núcleo comercial em franca expansão. Adicionalmente, aqueles contratos lançam luz sobre o significado funcional das arcadas à frente das casas. O concelho eborense assumia o seu papel regulador na gestão dos lotes urbanos, estabelecendo as diretrizes para as expansões arquitetónicas. Além disso, é evidente que todas as partes envolvidas podiam colher benefícios e lucros através das transações comerciais. A coroa beneficiava da tributação sobre os produtos; o concelho lucrava com a venda de terrenos e o arrendamento das arcadas e os mercadores tiravam vantagens proporcionadas pela localização estratégica das suas lojas[27].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das ruas com vocação comercial, é fundamental destacar as características comuns que as definem. Normalmente, estas ruas estão estrategicamente localizadas próximas às praças com funções comerciais, o que resultou no desenvolvimento de vias onde inúmeros comerciantes se estabeleceram. No que diz respeito à dimensão arquitetónica dessas ruas, a documentação histórica aponta para um traço distintivo que denota a sua natureza comercial: a presença de alpendres ou arcadas no piso inferior.

A análise das semelhanças e diferenças entre as três ruas sugere que a evolução do espaço urbano é profundamente influenciada pelas necessidades específicas de

[26] ADE. *Aforamento em fatiozim de hum arco…* [1709], fol. 245-246.
[27] PEREIRA, 2021: 125-131.

cada cidade. Em Lisboa, a rua Nova dos Mercadores representava uma ligação entre o comércio de luxo e as dinâmicas comerciais do império português. As arcadas e alpendres foram resultado da intervenção régia, que não ofereciam apenas um ambiente comercial protegido, mas também demonstravam o desejo de ordenar o espaço público de acordo com as aspirações estéticas e económicas. Em Braga, durante o período do arcebispado de D. Diogo de Sousa, a rua do Souto ou rua Nova do Sousa surgiu como uma resposta ao dinamismo do comércio local. A construção de novos alpendres e a criação de uma via que conectava duas importantes entradas da muralha mostram a atenção dada ao cenário mercantil. A prevalência de portais amplos das casas, especialmente adaptados para os artesãos locais, ressalta a interligação entre a tipologia arquitetónica e as atividades económicas específicas da cidade. Em Évora, a rua Ancha estava intrinsecamente ligada à praça do Giraldo. A sucessão de arcos, desarticulados entre si, indica uma formação à medida que o comércio evoluía.

Das três ruas, as de Lisboa e Évora são as que apresentam preocupações relacionadas com o uso, propriedade e tributação. Durante a análise da arquitetura dos edifícios ao longo dessas três ruas somos conduzidos a uma exploração das implicações que cercam a presença de arcadas e alpendres no piso térreo. Estes elementos arquitetónicos emergem como testemunhos materiais das dificuldades inerentes à administração de tais espaços, envolvendo questões de propriedade, funcionalidade, comércio e tributação. Na rua do Sousa ou rua Nova do Souto, os edifícios eram caracterizados por portas largas, ladeadas por pilastras, pilares ou colunas que sustentavam uma arquitrave. Embora essa estrutura representasse uma variação da tipologia do alpendre, a ausência de uma rua coberta não parecia causar problemas no contexto do uso comum. No entanto, em Lisboa, essa questão gerou conflitos significativos, com o município pedindo à coroa que os comerciantes da rua Nova dos Mercadores fossem obrigados a pagar um foro à câmara. Isso levou o rei a tomar a decisão de compartilhar os lucros entre os proprietários das casas e a câmara. Apesar da falta de referências diretas em relação ao caso de Évora, os contratos de construção das casas com arcos na rua Ancha sugerem normas que visavam proteger os interesses do concelho. Deste modo, era estipulado no contrato que o chão coberto — o «ar» como aparece na documentação — era propriedade da câmara, da qual recebia um montante anual.

Nesta análise das ruas enquanto espaços comerciais, observámos o impacto das trocas comerciais na morfologia urbana. O comércio, que desempenhou um papel central, não apenas definiu a estética do ambiente arquitetónico que abrigava as atividades mercantis, como também desempenhou um papel fundamental na configuração das regulamentações e práticas tributárias.

FONTES

Arquivo Distrital de Évora

ADE. *Escritura de aforamento de hum cham para fazer um arco que o senado da Camara de evora aforou a João Martins Coelho, mercador*. Cota 224, fol. 235-239, [9 de fevereiro de 1707].

ADE. *Aforamento em fatiozim de hum arco que fez Manoel Mendes Espada ao Senado da Câmara*. Cota 224, fol. 245-246. [8 de agosto de 1709].

Arquivo Municipal de Braga

AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades, Foros e Pensoins Pertencentes ao Senado da Camera Secular desta Cidade de Braga* [fevereiro a julho de 1737], fol. 179.

Arquivo Municipal-Arquivo Histórico de Lisboa

AM-AHL. *Chancelaria Régia, Livro 1.º de D. Manuel I*, doc. 25 (antigo 26). *D. Manuel responde a um conjunto de questões colocadas pela Câmara de Lisboa* [8 ago.1498].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Leitura Nova*, *Estremadura*, Liv. 8.

Biblioteca da Ajuda

BA. *Col. cartografia Ms. no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[oares da] Sylva*, ca. 1756.

TRANSCRIPCIÓN DE LAS ORDENANZAS de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II, en 1573, en el Bosque de Segovia, según el original que se conserva en el Archivo General de Indias de Sevilla. Madrid: Ministerio de la Vivienda, Servicio Central de Publicaciones, 1973.

BIBLIOGRAFIA

BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CALABI, Donatella (2001). *La città del primo Rinascimento*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa.

CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

GÓIS, Damião (2001). *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

GONÇALVES, Iria (1980). *Aspectos económicos e sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». 1, 153-204.

GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). *Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores*. In *A Cidade Global*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 132-189.

GUIDONI, Enrico (1990). *I portici nella tradizione urbanística europea*. In BOCCHI, Francesca, *a cura di. I Portici di Bologna e L'edilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55-63.

MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e Arquitectura*. Leiria: Edições Magno, 2 vol.

MERLO, Alessandro (2016). *Logge italiane. Genesi e processo di trasformazioni*. Firenze: Dipartimento di Architettura Università degli Studi di Firenze.

PENSABENE, Patrizio (2008). *I portici nelle case medievali di Roma*. In *Il reimpiego in architettura*. Roma: École Française de Rome, Sapienza Università di Roma, Dipartimento di storia dell'architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici, pp. 67-93.

PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. Braga: Edições APPACDM de Braga.

PEREIRA, Daniela Nunes (2019). *A organização do Mercado no tecido urbano de Braga, durante a Época Moderna*. In *II Congresso Internacional: as cidades na História: sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 205-235.

PEREIRA, Daniela Nunes (2021). *Os espaços de Mercado nas cidades portuguesas entre os séculos XVI-XVIII*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento em História.

PEREIRA, Gabriel (1998) [1885-1891]. *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: INCM, 1.ª, 2.ª, 3.ª partes.

PINTO, Pedro (2017). *Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova*. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento/ The Global City. Lisbon in the Renaissance*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 365-381.

ROCHA, Ricardo (1989 [1750]). *Mapa das ruas de Braga*. Introd. de Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos. Braga: Arquivo Distrital de Braga; Universidade do Minho.

ROUSSEL, Christiane (2010). *Les infrastructures marchandes dans la Franche-Comté et ses marges du XVe au XVIIIE siècle*. In OTTENHEYM, Konrad A.; DE JONGE, Krista; CHATENET, Monique, *eds. Public buildings in early modern Europe*. Bélgica: Brepols, pp. 240-260.

LIQUID STREETS: EARLY MODERN WATERWAYS IN URBAN SPACES

DAVIDE MARTINO*

Abstract: *The image of urban canals is readily associated today with specific cities, such as Venice, Amsterdam, or Recife; in the early modern period, however, waterways were a commonplace feature of most urban landscapes. Focusing on Augsburg, Florence, and the Dutch Republic as examples, this article will compare urban highways and waterways. Similarities will be identified between their function, their location, and their administration. These similarities, together with a brief discussion of etymology, make «liquid streets» an interesting label with which to think about urban rivers and canals. This article will also show, however, that there was more than similarities to the comparison of highways and waterways: in early modern cities, rivers and canals often went beyond streets and roads in function, location, and administration.*

Keywords: *Waterways; Highways; Festivals; Transport; Administration.*

Resumo: *A imagem de canais urbanos é prontamente associada na atualidade a cidades específicas, como Veneza, Amsterdão ou Recife; no entanto, no período moderno inicial, vias navegáveis eram uma característica comum na maioria das paisagens urbanas. Ao se concentrar em Augsburgo, Florença e na República Holandesa como exemplos, este artigo comparará rodovias e vias navegáveis urbanas. Similaridades serão identificadas entre a sua função, localização e administração. Essas semelhanças, juntamente com uma breve discussão etimológica, tornam «ruas líquidas» um rótulo interessante para pensar sobre rios e canais urbanos. Este artigo também mostrará, no entanto, que havia mais do que semelhanças na comparação entre rodovias e vias navegáveis: em cidades do início da era moderna, rios e canais muitas vezes ultrapassavam ruas e estradas em função, localização e administração.*

Palavras-chave: *Vias navegáveis; Rodovias; Festivais; Transporte; Administração.*

INTRODUCTION

The opening ceremony of the 2024 Olympic Games, hosted in Paris, France, is due to take place in an unusual setting. Rather than parading through a stadium, athletes from around the world will cross the breadth of the city centre on boats, navigating the waters of the river Seine. The audience will be accommodated on the embankments, which will hold many more spectators than a normal arena, and the official tribune will be on the steps of the Trocadéro, facing the Tour Eiffel[1]. The organisers will, in

* Postdoc, Architectural History and Preservation, Institute of Art History, Universität Bern, Switzerland. Email: davide.martino@unibe.ch. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4578-7500. Research for this article was financed by a Gates Cambridge Scholarship, with additional funding from the British Society for the History of Science, the German History Society, and St John's College, University of Cambridge.

[1] LEPELTIER, 2021.

other words, use the Seine and its riverfronts as life-size stages on which to celebrate the beginning of the Olympic Games. Billed as an innovation, their plan can also be seen as the heir of a centuries-old tradition.

In early modern Europe, waterborne festivals were not uncommon. In Pisa in 1589, for example, a mock naval «Battle of the Galleon» between Christians and Moors was organised on the river Arno to celebrate the wedding of Grand Duke Ferdinando I de' Medici with Christine de Lorraine. The show took place at nightfall and included fireworks, with spectators gathered on the bridges, banks, and balconies of adjacent buildings to marvel at the sight. Days later, a more exclusive waterborne spectacle was held within the confines of the grand-ducal Palazzo Pitti, in Florence. The palace courtyard was flooded in order to host a *Naumachia*, a naval battle after the Roman tradition. Christians and Moors were again the opposing factions, with the predictable triumph of the former echoing the victory of the allied Christian forces at Lepanto eighteen years earlier, in 1571[2]. In London in 1613, it was the storming of Tunis by Charles V nearly a century earlier which was re-enacted with a mock naval battle on the river Thames. Along with fireworks, and the rescuing of a princess from a floating tower, the naval battle celebrated the wedding of Elizabeth Stuart, daughter of King James VI & I, and the Elector Palatine Frederick V[3].

Early modern festivals did not, of course, take place on water only. For the very same 1589 wedding, for example, the French bride was welcomed into Florence in a triumphal procession which wound its way through the streets, squares, and bridges of several of the city's neighbourhoods[4]. The 1589 festivities were thus terraqueous, taking place partly on dry land and partly on the waters of the Arno. Both types of public space, the highway, and the waterway, were deemed appropriate sites to celebrate such a momentous occasion.

Starting from this similarity in function, this article will explore other parallels between urban highways and waterways. This will be done through a systematic comparison of streets and roads on the one hand, rivers, and canals on the other[5]. This comparative analysis will focus on three characteristics — one of which, function, has already received some consideration in this brief introduction. The next section will also consider highways' and waterways' function in transporting goods and people; it will then go on to discuss the similarities between their locations within urban space, as well as between the institutions and structures set up for their administration. As the third section will show, waterways did not merely share similarities with highways in early modern cities: they also went beyond them in function, location,

[2] ELSE, 2018: 152-156, 163-179.
[3] PAGNINI, 2006: 246-256.
[4] ELSE, 2018: 156-163.
[5] In comparison, as a historical methodology, see CANFORA, 1983; KROM, GUYATT, 2021.

and administration. Turning to questions of etymology and terminology, this article will conclude that «liquid streets» might be a helpful way to conceive of urban waterways in early modern Europe.

1. SIMILARITIES

Urban stretches of rivers, like streets and roads, could be the setting of elaborate festivals, as we have seen. Outside of these extraordinary events, the principal function of both waterways and highways was one and the same: to serve as conduits for the transport of people, animals, and goods. The primacy of overland transport in the last two centuries, by rail first and then by car, has erased a lot of physical and architectural traces of the waterborne past of transport, and today the image of urban canals is only associated with specific cities, such as Venice, Amsterdam, or Recife. In the early modern period, however, even cities as dry as Milan or Brussels, which are neither on the coast nor on a major river, dug networks of artificial waterways to supplement their streets and roads[6]. In both Florence and Augsburg, urban growth in the 14th and 15th centuries was made possible by the shipping of building materials, chief among them timber, along the rivers Arno and Lech respectively[7]. The marble blocks sculpted by the likes of Michelangelo in both Florence and Rome were also waterborne, shipped on the Tyrrhenian Sea from their quarries and then towed up the Arno or the Tiber[8].

This similarity in the function of waterways and highways as conduits of transport included a certain degree of interoperability between them. The herds of oxen which were brought to Augsburg every year to be slaughtered in large numbers, for example, travelled overland from modern-day Slovakia and Hungary — but cattle merchants had embarked on rafts which descended the Lech and the Danube to Vienna and beyond to go purchase them[9]. As Jan de Vries has famously showed, in the 17th century the northern Netherlands developed waterborne transport to a high degree of sophistication: all major cities were linked by means of purpose-built canals plied by regular, timetabled ferries — not unlike modern railway services. In the east of the Dutch Republic, however, the topography did not lend itself to canal-digging on a large scale, so funds were invested instead in the improvement of roads and the setting up of postal coaches[10]. Both waterways and highways thus fulfilled important transport functions in early modern Europe.

[6] BELTRAME, CELONA, 1982; DELIGNE, 2003.
[7] GABRIELLI, SETTESOLDI, 1977; KLUGER, 2015: 56-109.
[8] FERRETTI, TURRINI, 2010: 86-100.
[9] HÄBERLEIN, 2020: 113-115.
[10] DE VRIES, 1981.



Fig. 1. KILIAN, Wolfgang (1626). *Großer Vogelschauplan von Augsburg*
Source: Wikimedia Commons

Similarities between waterways and highways extended beyond their common function as settings for festivals and conduits for transport. The location of canals and streets within early modern cities was often comparable, as can be shown in the case of Augsburg. Like many other urban centres, Augsburg was surrounded by moated walls, and the eastern half of these moats was filled with water. In addition, although the rivers Lech and Wertach remained outside the urban area, a multitude of canals crossed the city, running along several streets of the artisanal neighbourhood, where they turned a large number of waterwheels. Besides, a separate network of canals brought drinking water from woodland springs several kilometres to the south all the way to the municipal pumping works, which supplied underground wooden pipes distributing the water throughout the city[11]. Water could thus be found around, next to, and under the city's streets. Early modern Augsburg was, in other words, a terraqueous site, where land and water mingled[12]. This terraqueous character is captured in a detailed map of the city, engraved by Wolfgang Kilian in 1626 (Fig. 1).

If the example of Augsburg allows us to illustrate similarities in location between waterways and highways, we can turn to Florence to consider similarities in administration. In the Grand Duchy of Tuscany, indeed, responsibility for both

[11] RUCKDESCHEL, 2000; RAJKAY, 2018.
[12] BASHFORD, 2017.

roads and rivers, within and outside cities, was entrusted to the *Capitani di Parte Guelfa* (Captains of the Guelph Party). This office, whose origins and name dated back to the late medieval Florentine Republic, was reformed by Grand Duke Cosimo I into a sort of Ministry of Public Works for his princely state in 1549. In addition to roads and rivers, the ten *Capitani* were also responsible for the erection and upkeep of fortifications, as well as for the approval of any private building works impinging in any way whatsoever over public properties[13]. This arrangement was not exclusively Florentine: magistrates responsible for both «acque e strade» (waters and roads) also existed in early modern Modena, Pisa, Pistoia, and Naples[14]. Similarly in the northern Netherlands, the agreements between two cities known as *beurtveren* (literally turn-ferries), which established regular transport links between the two urban centres, regulated fares, and entrusted the management of the system to specific individuals, could cover either overland or waterborne transport: usually, the fastest mode of travel in each specific case was chosen[15]. Whether governed by *beurtveren* in the Dutch Republic or magistrates for «acque e strade» in the Italian peninsula, thus, highways and waterways were similar in their administration as well as in their function and location.

2. DIFFERENCES

When comparing early modern waterways and highways, similarities are only one part of the story. In the case of transport, particularly of heavy goods and/or over long distances, rafts, barges, and boats were cheaper, faster, and more comfortable than overland carts and coaches[16]. Canals and rivers also had the added advantage of moving naturally, as a result of gravity. If highways were stairs, waterways would be escalators. This made it easier to transport people, animals, and goods in one direction — though admittedly it also made it harder to transport them in the other. Even more importantly, water flow in rivers and canals was one of the foremost sources of energy in pre-modern times. Citizens harnessed this by means of waterwheels, which could power anything from saws to fulling hammers, bellows to millstones. In Augsburg there were at least twenty-six waterwheels and mills in 1635, when they were listed on a map of the city's fortifications by the municipal building-master Elias Holl[17]. In Florence, artificial canals were dug either side of the Arno already in the late middle ages, for the sole purpose of installing mills along their course[18]. One of these artificial canals was prolonged in the mid 16th century all the way to the

[13] TOCCAFONDI, VIVOLI, 1987.
[14] For Naples, see GENTILCORE, 2019.
[15] DE VRIES, 1981: 17-21.
[16] MAıCZAK, 1995: 11-14.
[17] StadtAAu. *Karten- und Plansammlung (KPS),* 01361.
[18] TROTTA, 1988.



Fig. 2. BUONSIGNORI, Stefano (1584–94). *Nova pulcherrimae civitatis Florentiae topographia accuratissime delineata*. Firenze: Girolamo Franceschi
Source: Wikimedia Commons

river Bisenzio, 15 km west of Florence. Grand Duke Cosimo I and his son Francesco hoped to use this new waterway for navigation; when this proved impossible, they built three milling complexes along its course instead. To this day, the watercourse is thus known as «fosso macinante» (milling ditch)[19].

As for location, streets and waterways were not always coterminous in the urban structure. To this day in Florence there is no access to the south bank of the Arno between Ponte Vecchio and Ponte a Santa Trinita: the buildings lining Borgo San Jacopo jut directly on the water, without any embankment. Whereas today this arrangement is the exception in Florence, in medieval and early modern times it would

[19] MARTINO, 2023: 179-194.

have been the norm: several of the urban stretches of the Arno, on either side of the river, were devoid of embankments, as is visible on the map of the city engraved by Stefano Buonsignori in 1584 (Fig. 2). That was the case elsewhere, too: in London, embankments were only constructed along the Thames in the 19th century, from 1864 to 1874; before then, the gardens of noble houses had landings on the river bank, while small alleys ended in pontoons[20]. Without embankments, there was no street running next to a waterway, and thus the river or canal fulfilled all the functions of a waterway as well as all the functions of a street.

Earlier, this article pointed to examples of cities where waterways and highways were administered by the same magistrates or the same institution. However, waterways also presented unique challenges, and the systems developed by cities in response to these challenges required large investments of time, money, and skills. In Augsburg, there was a dedicated municipal official to oversee the city's moats, the Grabenmeister; another for its rivers and canals, the Lechmeister; and a different one still for its drinking water network, the Brunnenmeister. Each of these three specialised officials headed a team of municipal employees who intervened on the hydraulic infrastructure of the city. Streets were, by contrast, under the oversight of a single official and his adjutants, whose chief job was to look after the paving stones[21].

Waterways could indeed give rise to complex forms of administrative organisation in a way that streets did not. Perhaps the most famous example of this are Dutch «waterschappen» (water boards). The earliest «waterschappen» were of medieval foundation and functioned on a local scale. In 1248 the first «hoogheemraadschap» (regional water board) was established for the lower course of the Rhine, an area known as Rijnland. New local and regional water boards continued to be set up throughout the early modern period, particularly in connection with land reclamation projects[22]. These boards brokered compromises between landowners, city dwellers, fishers, skippers, and other stakeholders in and around the reclaimed areas, known as «polders»[23]. To this day, the verb «polderen» is used in Dutch as a synonym for compromise-seeking and consensual decision-making. The administration of waterways could thus be strikingly different from that of highways — just like in location and function rivers and canals often went beyond what streets and roads could offer.

[20] STUART, 2000.
[21] VOIGT, 2018.
[22] KAIJSER, 2002; VAN DAM, VAN TIELHOF, 2006.
[23] VAN TIELHOF, 2021.

3. LIQUID STREETS

In his *Vocabulario portuguez e latino*, the 18th century Theatine Rafael Bluteau defined «rua» (street, in Portuguese) as:

> *O espaço, que ha entre as casas de huna Cidade, para a passagem da gente. Deriva-se do Francez* Rue*, que significa o mesmo; & os Francezes derivão o seu* Rue*, do verbo Grego* Ruo*, ou* Reo*, que val o mesmo que* Fluo *em Latim, & em Portuguez* Corro*, (fallando em cousas liquidas) porque pelas ruas corre a agua da chuva, que cahe dos telhados, como tambem a dos poços, & das fontes, que se derrama nas ruas. Tambem corre a gente as ruas, & cada huna dellas he huna corrente do povo, que vay ao seu negocio*[24].

Although this Greek etymology for the French «rue» is no longer accepted by linguists today[25], Bluteau's entry is relevant here because it presents «rua», the street, as intrinsically terraqueous, as amphibious by definition. Described as a space between houses, a «rua» is filled with the flow of people, water, or both.

Similarly, the first part of this article has stressed similarities between highways and waterways: both could function as sites of festivals and conduits for transport; both were found in the same locations in the urban structure; and both were often administered by the same magistrates or the same institutions. Significant differences, however, have been identified in the second part of this article. In terms of function, waterways were more efficient conduits of transport than highways; their flow also represented a key source of energy in pre-modern times. Early modern urban rivers did not have embankments, and thus fulfilled in their location both the functions of a highway as well as those of a waterway. Finally, administering waterways was comparatively more complex than managing highways, leading to sophisticated forms of social and political organisation, such as «waterschappen».

The title of this article suggests that we ought to think of urban waterways as «liquid streets», given their similarities with highways[26]. However, this article has shown that there was more than similarities to the comparison between waterways and highways in early modern cities. While liquid streets might still be an apt metaphor, maybe we could (or should) go even further, and talk of «solid rivers» when thinking about streets?

---

[24] «The space, which is between the houses of a city, for the passage of people. It derives from the French *Rue*, which means the same; & the French derive their *Rue*, from the Greek verb *Ruo*, or *Reo*, which means the same as *Fluo* in Latin, & in Portuguese *Corro* (speaking of liquid things) because in the streets flows rainwater, which falls from the roofs, as well as the water of wells, & of fountains, which is shed on the streets. Similarly people flow in the streets, and each one of them has a stream of people, who go about their business.» BLUTEAU, 1712-1728: vol. 7, 390.

[25] *Rue,* [s.d.].

[26] The idea of «A Rua Líquida» was also present in the *Museu da Misericórdia do Porto* (MMIPO) exhibition *Rua das Flores: Passagem e Permanência*, with reference to Zygmunt Bauman's concept of «liquid modernity». See GANE, 2001.

SOURCES

BLUTEAU, Rafael (1712-1728). *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero […] autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos […]*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 10 vols. [Consult. 18 Dec. 2021]. Available at <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>.

Stadtarchiv Augsburg

StadtAAu. *Karten- und Plansammlung (KPS),* 01361.

BIBLIOGRAPHY

BASHFORD, Alison (2017). *Terraqueous Histories*. «The Historical Journal». 60. 2, 253-272.

BELTRAME, Gianni; CELONA, Toti (1982). *I navigli milanesi. Storia e prospettive.* Milano: Provincia di Milano.

CANFORA, Luciano (1983). *Analogie et Histoire*. «History and Theory». 22. 1, 22-42.

VAN DAM, Petra; VAN TIELHOF, Milja (2006). *Waterstaat in stedenland. Het hoogheemraadschap van Rijnland voor 1857*. Utrecht: Matrijs.

DELIGNE, Chloé (2003). *Bruxelles et sa rivière. Genèse d'un territoire urbain (12e-18e siècle)*. Turnhout: Brepols.

ELSE, Felicia M. (2018). *The Politics of Water in the Art and Festivals of Medici Florence. From Neptune Fountain to Naumachia*. London: Routledge.

FERRETTI, Emanuela; TURRINI, Davide (2010). *Navigare in Arno: Acque, uomini e marmi tra Firenze e il mare in età moderna*. Firenze: EdiFir.

GABRIELLI, Antonio; SETTESOLDI, Enzo (1977). *La storia della foresta casentinese nelle carte degli archivi dell'Opera del Duomo di Firenze dal secolo XIV al XIX*. Roma: Ministero dell'Agricoltura e delle Foreste.

GANE, Nicholas (2001). *Review essay: Zygmunt Bauman: Liquid Modernity and Beyond*. «Acta Sociologica». 44. 3, 267-275.

GENTILCORE, David (2019). *«Cool and tasty waters»: managing Naples's water supply, c. 1500–c. 1750*. «Water History» 11. 3-4, 125-151.

HÄBERLEIN, Mark (2020). *Production, Trade, and Finance*. In TLUSTY, B. Ann; HÄBERLEIN, Mark, *eds*. *A Companion to Late Medieval and Early Modern Augsburg*. Boston, Leiden: Brill, pp. 101-122.

KAIJSER, Arne (2002). *System Building from Below: Institutional Change in Dutch Water Control Systems*. «Technology and Culture». 43. 3, 521-548.

KLUGER, Martin (2015). *Augsburgs historische Wasserwirtschaft: der Weg zum UNESCO-Welterbe: Wasserbau und Wasserkraft, Trinkwasser und Brunnenkunst in Augsburg (um 1400-1921)*. Augsburg: Context-Verlag.

KROM, Michael; GUYATT, Elizabeth, *transl.* (2021). *An Introduction to Historical Comparison*. London: Bloomsbury.

LEPELTIER, Nicolas (2021). *JO Paris 2024: la Seine sera le théâtre de la cérémonie d'ouverture des Jeux, devant 600 000 personnes*. «le Monde». (13 December 2021) [Consult. 18 Dec. 2021]. Available at <https://www.lemonde.fr/sport/article/2021/12/13/jo-paris-2024-la-seine-sera-le-theatre-de-la-ceremonie-d-ouverture-des-jeux-devant-600-000-personnes_6105905_3242.html>.

MAıCZAK, Antoni (1995). *Travel in early modern Europe*. Cambridge: Polity Press.

MARTINO, Davide (2023). *Hydraulic philosophy in early modern European cities*. Cambridge: History Faculty of the University of Cambridge. PhD dissertation.

PAGNINI, Caterina (2006). *Costantino de' Servi. Architetto-scenografo fiorentino alla corte d'Inghilterra*. Firenze: Società Editrice Fiorentina.

RAJKAY, Barbara (2018). *Die Kunst des Machbaren. Die reichsstädtische Wasserwirtschaft*. In EMMENDÖRFFER, Christoph; TREPESCH, Christof, *eds. Wasser Kunst Augsburg: die Reichsstadt in ihrem Element*. Regensburg: Verlag Schnell & Steiner, pp. 68-87.

RUCKDESCHEL, Wilhelm (2000). *Wasser für die schönen, publique Springbrunnen*. In KOMMER, Björn R. *et al.*, *eds. Adriaen de Vries 1556–1626. Augsburgs Glanz – Europas Ruhm*. Augsburg, Heidelberg: Städtische Kunstsammlungen, Umschau Braus Verlag, pp. 113-120.

RUE [s.d.]. In *Dictionnaire Littré*. [Consult. 18 Dec. 2021]. Available at <https://www.littre.org/definition/rue>.

STUART, Oliver (2000). *The Thames Embankment and the Disciplining Nature of Modernity*. «The Geographical Journal». 166. 3, 227-238.

VAN TIELHOF, Milja (2021). *Consensus en conflict: waterbeheer in de Nederlanden 1200–1800*. Hilversum: Verloren.

TOCCAFONDI, Diana; VIVOLI, Carlo (1987). *Cartografia e istituzioni nella Toscana del Seicento: Gli ingegneri al servizio dei Capitani di Parte e dello Scrittoio delle Possessioni*. In *Cartografia e istituzioni in età moderna*. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, pp. 167-202.

TROTTA, Giampaolo (1988). *Il prato d'Ognissanti a Firenze: genesi e trasformazione di uno spazio urbano.* Firenze: Comune di Firenze & Alinea Editrice.

VOIGT, Dieter (2018). *Die Augsburger Wasserwirtschaft des 14. und 15. Jahrhunderten im Spiegel der Baumeisterbücher der Reichsstadt*. In EMMENDÖRFFER, Christoph; TREPESCH, Christof, *eds. Wasser Kunst Augsburg: die Reichsstadt in ihrem Element*. Regensburg: Verlag Schnell & Steiner, pp. 46-57.

DE VRIES, Jan (1981). *Barges and Capitalism: Passenger Transportation in the Dutch Economy, 1632–1839*. Utrecht: Hes Publishers.

FROM ARCHAEOLOGICAL STATEMENTS TO SCIENTIFIC ILLUSTRATIONS

DOMINIK LENGYEL*
CATHERINE TOULOUSE**

Abstract: *Like many other cities, the city of Cologne is a former Roman garrison. Densely populated without interruption, Cologne was one of the largest cities in northern Europe in the Middle Ages. Its location on the Rhine as a Hanseatic city and its strategic position on the border of the two empires as a result of the division of Charlemagne's inheritance have shaped Cologne's importance to this day. Despite an eventful history and many destructions, the* Cardo *and* Decumanus *have been preserved to this day, even though their function and shape have been subject to constant change. Their appearance, especially during the Migration Period, is largely unknown. Sparse finds nevertheless allow archaeology to make a statement about the city structure that gives an approximate idea. This paper illustrates a method to translate such statements into scientific architectural visualisations. This makes it possible to compare states of varying degrees of certainty.*

Keywords: *Visualisation; Translation; Uncertainty; Knowledge; Scientificity.*

Resumo: *Assim como muitas outras cidades, a cidade de Colónia é um antigo território romano. Densamente povoada sem interrupções, Colónia foi uma das maiores cidades do Norte da Europa na Idade Média. A sua localização no Reno como cidade hanseática e a sua posição estratégica na fronteira dos dois impérios resultante da divisão da herança de Carlos Magno moldaram a importância de Colónia até aos dias de hoje. Apesar de uma história movimentada e muitas destruições, o Cardo e o Decumanus foram preservados até à atualidade, embora a sua função e forma tenham sido sujeitas a constantes mudanças. O seu aparecimento, especialmente durante o Período das Migrações, é em grande parte desconhecido. Achados escassos permitem, no entanto, que a arqueologia faça afirmações sobre a estrutura da cidade que fornecem uma ideia aproximada. Este artigo ilustra um método para traduzir tais afirmações em visualizações arquitetónicas científicas. Isso torna possível comparar estados de diferentes graus de certeza.*

Palavras-chave: *Visualização; Tradução; Incerteza; Conhecimento; Cientificidade.*

1. THE CITY OF COLOGNE FROM ROMAN TIMES UNTIL TODAY

The history of the city of Cologne dates back to Roman times. Its eventful history and its unbroken importance as a regional metropolis — in the Middle Ages Cologne was one of the largest cities north of the Alps — are responsible for an enormous stratigraphy with countless overlapping layers. Every measure that touches the subsoil is accompanied by archaeological investigations. The uncovering, however, is one thing;

* Chairholder and full professor, Chair for Architecture and Visualisation, BTU Brandenburg University of Technology Cottbus-Senftenberg, Lengyel Toulouse Architects. Email: lengyel@b-tu.de, lengyel@lengyeltoulouse.com.
** Assistant professor, Chair for Architecture and Visualisation, BTU Brandenburg University of Technology Cottbus-Senftenberg, Lengyel Toulouse Architects. Email: toulouse@b-tu.de, toulouse@lengyeltoulouse.com.

it becomes more difficult when the space is subsequently to be used, for example by underground car parks, which makes it imperative to carefully register and, if necessary, relocate the finds. Thus, for the uninitiated visitor, strange phenomena arise, such as a section of a man-sized Roman sewer that appears like a sculpture on the pavement. On the other hand, it is precisely such excavations carried out in the course of the underground car park around Cologne Cathedral that have made possible a great wealth of documented finds and thus a largely secured urban structure and the street in the city structure over the centuries.

Historical testimonies

Since the great city view by Anton Woensam from 1531 at the latest, a contemporary representation of the city has been available, which, even if this representation is only an elevation, already allows conclusions about the contextualisation of some existing buildings. Finally, Arnold Mercator's city plan from 1571 makes it possible to assign such an extensive number of medieval finds and also preserved buildings and building structures that the gap between the Roman and the medieval city seems bridgeable. The stability of the most important streets in the city structure seems particularly clear.

Visible testimonies

Buildings from the Middle Ages that have survived to the present day, some labelled with dates on the façade, with presumably even older cellar structures, allow a precise location and thus precise geometric adjustment of some of the buildings recorded by Arnold Mercator's drawing. This provides at least a sufficiently informative picture of the medieval city. The Roman finds left in situ, although some of them are far below today's walking level, through underground museums such as the *Praetorium*, multi-storey halls with a view from the public space such as the large *Dionysus* mosaic in the Roman-Germanic Museum, or the very well preserved gateway in today's entrance to the underground car park at Cologne Cathedral, make it possible to experience the spatial allocation of parts of the Roman city even today.

2. ABSTRACTION FOR SCIENTIFIC VISUALISATIONS

But how can such an eventful history with such variously comprehensible conditions be presented in a chronological series? Above all, how can the scientific content of the hypotheses be visualised without giving the impression that we know what the church, the city and the streets looked like? One of the central problems in the visualisation of architectural hypotheses lies in their suggestiveness. If visualised too speculatively, they could appear as if all the interrelationships were assured, and a re-construction was possible without any problems. But what the city actually looked like will remain uncertain forever. The buildings themselves are largely destroyed. What

is recognisable, however, is the type of building, such as the peristyle house. From this, a visualisation can be created that does not represent the individual building, but only and exclusively its type. This is achieved primarily through the degree of abstraction of the three-dimensional model, and this in turn depends on the degree of uncertainty. This ranges from findings to such completions that are assumed solely by comparison with better-preserved buildings of the same type, whose design, however, can turn out completely different and even contradictory depending on the selection of those comparative buildings. The challenge is to do justice to both archaeological scientificity and vividness in the sense of architecture. At the highest level of abstraction, for example, the statement that it is a simple house can be rendered by a simple box with a shed or saddle roof. In the linguistic description, such uncertainty is not noticeable. It is entirely common to name building typologies without specifying them further. Sketches in the form of line drawings are likewise fairly common. A three-dimensional reconstruction, on the other hand, requires a solid body, since the spatial presence determines its appearance. The completely different method of visualising unknown historical conditions as if they were contemporary photographs or even film footage from antiquity does not do justice neither to the communication of the state of science nor to the scientific nature of the disciplines of archaeology. The challenge of visualisation lies in the combination of both demands, i.e. not only to adequately translate the hypotheses of archaeology as science, but also to convey an image of architecture that in itself allows an architectural interpretation, i.e. also an emotional evaluation of the spatial composition, without being pure speculation.

The present method of visualisation[1] aims to convey this dialectic associated with the uncertainty in the knowledge of archaeology and building research[2] visually, but certainly also architecturally. This also means, that the communication cannot take place in the form of diagrams overloaded with all kinds of information, i.e. graphic coding that visualise every fact, no matter how complex, from dating to find context and fragmentation to every conceivable metadata in a way that completely reproduces the linguistic description. For in such a case of graphic overload, diagrams can no longer convey an architecturally effective spatial impression. Graphic diagrams are not to be confused of course with diagrammatic architecture, i.e. the sculptural design of abstract geometry taking into account the principles of semiotics[3].

On the other side of the abstraction are the findings, which as undisputed witnesses of the ancient building form the basis for the scientific work. This is not possible through the faithful reproduction of the findings, even if they are preserved in their original state, free from the effects of weathering. For the fragment itself,

[1] LENGYEL, TOULOUSE, 2019: 218-230.
[2] LENGYEL, TOULOUSE, 2011: 163-175.
[3] LENGYEL, TOULOUSE, 2013a: 327-352.

with all its historical randomness, has no significance for the communication of the architectural vision. The architectural design intention does not contain the decay; rather, it stands for the idea behind the building.

Abstract modelling

For this reason, two traditional methods of representation from the creative discipline of architecture are combined, namely the abstract design model — as a three-dimensional visualisation of an architectural idea - and documentary architectural photography — as a projection of the architectural idea that guides the viewer and allows the viewer to visually perceive this idea as if it had been built. For this reason, it is not possible in most cases to create a multicoloured visualisation based on only a few preserved colour fragments without again proceeding largely speculatively. The uncertainty in the polychromy would obscure the relatively high degree of certainty in the geometry. In other cases, where the majority of the objects are still preserved or their colourfulness attested by equally preserved design drawings, it is perfectly possible to create polychrome visualisations under the same principles of representing uncertainty[4].

However, modelling and projection do not merely follow one another, but rather intertwine. The modelling already takes into account the later projections. Thus, it can contain different versions of the same object for different views, which come into play in different ways depending on the visual context. At the same time, the model limits the possibilities of the virtual photographs by allowing certain viewpoints and excluding others. Often, it is neither intended nor subsequently possible to change the viewing direction, as the then visible environment was not part of the scientific hypothesis. The design of the abstract spatial model pursues the goal of developing such forms that are intuitively recognised as idealization[5].

Virtual Photography

The design method complementary to modelling, which we call Virtual Photography, pursues the goal of photographing the three-dimensional model as if it were built architecture, so that a spatial model is created in the viewer's imagination that comes as close as possible to the architectural statement. The two decisive components here are the dimension and orientation of the building structures. The difficulties arise above all from the abstraction of the three-dimensional model, which often offers too few points of reference to ensure a reliable perception and assessment of the architecture, as is usually possible with photographs of built architecture, be it through functional elements such as door handles, furniture, fittings, and everyday objects or even people, animals and plants.

[4] LENGYEL, TOULOUSE, 2013b: 150-154.
[5] LENGYEL, TOULOUSE, 2017: 127-129.

It is precisely the immobility of the still image that makes these clues important, because the still image is the real challenge. The perception of built architecture usually takes place in a long sequence of different visual projections. The movement of the body as it approaches and passes through, that of the head as it looks around and, last but not least, the movement of the eyes as they scan the space create a multitude of projections on the retina, which is then also ellipsoidal, so that subsequently perception and imagination permanently and successively construct and constantly refine a mental spatial model. A still single image must be able to compensate for this entire process if it is to claim to enable the perception of architecture. And the fact that, similar to axonometry, a perspective projection also becomes surreal as soon as the viewer's eye no longer fixes on the main point — often the centre of the perspective — makes interpretation even more difficult. The aim of virtual photography is therefore to make as clear a statement as possible.

3. THE STREET IN THE CITY STRUCTURE OF COLOGNE OVER THE CENTURIES

The grid of streets in today's Cologne city centre, which covers the Roman city, can be traced back to the Roman street grid; the two main axes *Cardo* and *Decumanus* are still used as important axes today, even if they are no longer completely straight and in their full width. Until well beyond the Middle Ages, the entrances to the city, the city gates, remained responsible for maintaining the function of the ancient main streets. The city views[6] created in the course of the visualisation of the Building Phases of Cologne Cathedral and its Predecessors show the respective state of science with its changing uncertainty, which was particularly pronounced in the period between the Roman city and the first contemporary representation from the 16th century.

1st to 4th century AD

Roman Cologne was already a densely built-up city. The section shown here is of the north-east corner, where there was, among other things, a garden with a water basin that would later be the baptismal font of the predecessor churches of Cologne Cathedral. On the left is the north gate of the city's main axis running north-south. The street parallel to it runs towards the next tower of the city wall further east. In the area between these two streets stood an almost ideal insula. The bounding streets form a rectangle, and the building structures within it align their ground plan completely with this right angle. Only the slight inclination of the street to the east towards the Rhine represents a deviation from the ideal. The certainty regarding the compositional principle of this insula is based on the extensive excavations in the

[6] LENGYEL, SCHOCK-WERNER, TOULOUSE, 2011.

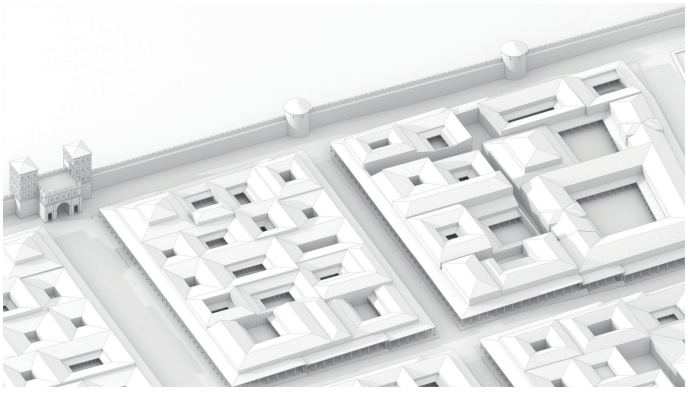


Fig. 1
Cologne around 1st to 4th century AD. Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin

course of the construction of the present underground car park around Cologne Cathedral and leaves no doubt as to the structure, even though not every single house could be completely documented. In addition, some storey-high wall segments allowed conclusions to be drawn regarding the high quality of the building. Taken together, one assumes a rather affluent quarter within the city.

6th to 7th century AD

After Cologne was occupied by the Franks and reconquered by the Romans, not all of the destroyed buildings were rebuilt, but from the 6th century onwards the city was in Frankish hands and Roman architecture was mixed with local styles. Nevertheless, some of the smaller half-timbered houses were still to some extent subordinate to the recognisable streets. The Roman streets are still partly recognisable, especially the main street is still perceived by the surrounding houses at least as orientation and is probably still used. It is assumed that the timber-framed houses were surrounded by cultivated gardens. In this phase, the street is less a built structure than a recognisable spatial structure, formed by the row of loosely flanking but discrete individual buildings.

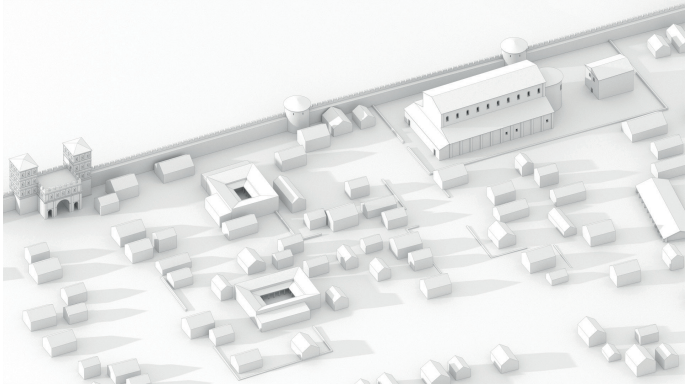


Fig. 2
Cologne around 6th to 7th century AD. Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin

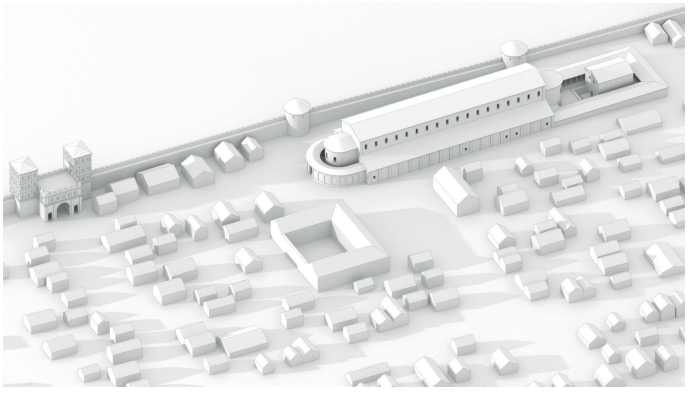


Fig. 3
Cologne around 7th to 8th century AD. Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin

7th to 8th century AD

Also in the 7th century, the building forms change, the half-timbered houses are now closer together, the first stone houses are built. The densification also increased the contrast between the built-up area and the open space, the street became clearer, although still not as a constructed structure, but as a space structure, and the subsequent medieval density can already be guessed at. Presumably, one or the other Roman house was still standing even now, but no longer dominating the townscape and also no longer as the backbone of the streets. Rather, it is still the loose juxtaposition here, which, however, now makes the streets somewhat clearer as a deliberately kept open space in between.

9th to 10th century AD

At the beginning of the 11th century, the streets returned as an organising structure, and the buildings made better use of the space available to them by clearly demarcating the street space from the cultivated garden, resulting in the familiar dense alignment of buildings in the medieval city. Verifiable remains of this structure can be reconciled with contemporary representations from the 16th century. And here, too, the building

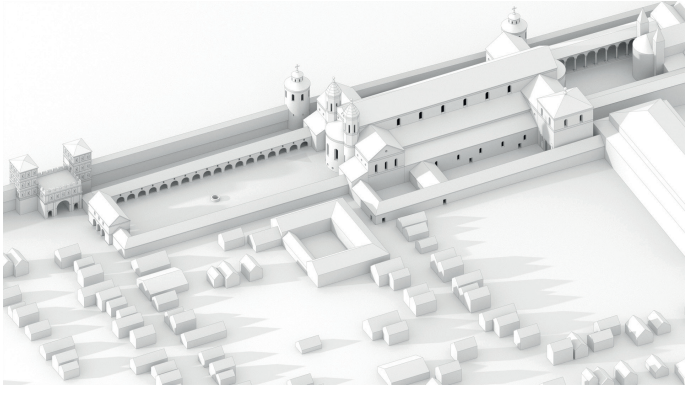


Fig. 4
Cologne around 9th to 10th century AD. Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin

forms change once again, but above all they are more varied. The streets form the face of the city. And even if these representations are primarily about the visualisation of the current state of scientific knowledge about the building phases of the predecessor churches of Cologne Cathedral, it becomes clear how significant the urban context is for the architectural interpretation of the church. The fact that a morphology of the street has emerged quite incidentally is a fortunate circumstance, which is mainly due to the relatively dense findings.

1520 until 1842

For the design and thus also emotional evaluation of the architecture, it is not the analytical reproduction of the structure in the form of axonometric aerial photographs, but the perspective projection from natural eye level that has a much greater expressiveness. In this perspective, the street recedes into the background, because the viewpoint from which the church is seen is outside the city wall. What becomes clear in this representation instead is the effect of different levels of abstraction in one and the same picture. The juxtaposition of differently finely resolved geometry with an overall lack of materiality and colour conveys both a clearly perceptible composition of volumes and a staggering of scientific uncertainty. On the one hand, the Gothic choir, which has practically been preserved to this day, is in the centre of the depiction, and on the other hand, following the east choir, a church of which the successor building is already only incompletely documented. Little more is known of this church, shown here on the left, than what can be seen here. And yet the visual conveyance of the idea of a Romanesque church works. The same applies to the other buildings in the context of the church, and so a vision emerges from the natural eye level which, although it does not correspond to the actual appearance of the church and its context of the time, does correspond to the idea of it, or, as one would like to put it, its idea, its design intention. At its centre, it shows Cologne Cathedral in the state



Fig. 5
Cologne around 1520
Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin



Fig. 6
Cologne Cathedral around 1520. Source: © Lengyel Toulouse Architects Berlin

it was in around 1520, before the construction site with its emblematic building crane came to a standstill until 1842. This view is the idealised counterpart, corresponding to the current state of science, to a multitude of contemporary illustrations from the 16th to the 19th century, which in turn provided insightful support in the development and weighing of the various hypotheses by the archaeologists and scientists involved in the project about the appearance of that time.

CONCLUSION

By reverting to the two traditional methods of representation, the visualisations make use of our traditional visual habits and thus allow us to visually experience archaeological findings and architectural qualities at the same time. In this way, they not only provide the general audience with insights into archaeology and architecture, but also provide architecture with inspiration for current design processes and archaeology with starting points for further research. The entire visualisation process takes place in close cooperation in a cycle of hypothesis, modelling, visualisation, questions developed from this and thus to new hypotheses. The visualisation of hypotheses about streets in a city structure is thus a process of knowledge for both disciplines and the visualisation acts as a catalyst.

BIBLIOGRAPHY

LENGYEL, Dominik; SCHOCK-WERNER, Barbara; TOULOUSE, Catherine (2011). *Die Bauphasen des Kölner Domes und seiner Vorgängerbauten. Cologne Cathedral and preceding buildings.* Köln: Verlag Kölner Dom.

LENGYEL, Dominik; TOULOUSE, Catherine (2011). *Die Gestaltung der Vision Naga. Designing Naga's Vision.* In KROEPER, Karla; SCHOSKE, Sylvia; WILDUNG, Dietrich, *coord. Königsstadt Naga. Naga – Royal City* [on the occasion of the special exhibition: München, Staatliches Museum Ägyptischer Kunst, 15. April – 31. July 2011; Berlin, Kunstforum der Berliner Volksbank, 31. August – 18. December 2011]. München: Staatliches Museum Ägyptischer Kunst, pp. 163-175.

LENGYEL, Dominik; TOULOUSE, Catherine (2013a). *Die Bauphasen des Kölner Domes und seiner Vorgängerbauten. Gestaltung zwischen Architektur und Diagrammatik*. In BOSCHUNG, Dietrich; JACHMAN, Julian, *coord. Diagrammatik der Architektur*. Paderborn: Fink, pp. 327-352. (Morphomata, 6).

LENGYEL, Dominik; TOULOUSE, Catherine (2013b). *Digitales Modell Domchorinnenraum 1856*. In KLÖSGES, Stefan; METTERNICH, Eberhard, *coord. In aeternum cantabo. Zeugnisse aus 1300 Jahren kölnischer DomMusikGeschichte*. Köln: Kölner Dommusik, pp. 150-154.

LENGYEL, Dominik; TOULOUSE, Catherine (2017). *Die Echtersche Idealkirche. Eine interaktive Annäherung.* In DOMBROWSKI, Damian; MAIER, Markus Josef; MÜLLER, Fabian, *coord. Julius Echter. Patron der Künste: Konturen eines Fürsten und Bischofs der Renaissance*. Berlin: Deutscher Kunstverlag, pp. 127-129.

LENGYEL, Dominik; TOULOUSE, Catherine (2019). *Zum Erscheinungsbild der Visualisierungen des Berner Münsters*. In NICOLAI, Bernd; SCHWEIZER, Jürg, *coord. Das Berner Münster. Das erste Jahrhundert: Von der Grundsteinlegung bis zur Chorvollendung und Reformation (1421–1517/1528).* Regensburg: Verlag Schnell & Steiner GmbH, pp. 218-230.

VIA MEZZOCANNONE: THE STREET OF NEAPOLITAN UNIVERSITY, A CASE OF TRANSFORMATIONS FOR THE BOURGEOIS CITY

FRANCESCA CAPANO*

Abstract: *Today Via Mezzocannone stands on the western boundary of the Greek city; this limit was soon exceeded by the expansion of Neapolis. The limit became a path and various religious orders settled on the east. Among these, the Jesuit convent was transformed into the Royal University in the second half of the 18th century. The growing functional needs of the Neapolitan university led to the acquisition of the other neighbouring convents as well. From the 1880s onwards, there were many proposals from Neapolitan architects and engineers, all of which redesigned Via Mezzocannone. The design of a new university was led by Pier Paolo Quaglia and Guglielmo Melisugo. A new building was built, and a street's eastern wing was created: a long neo-Renaissance façade provided the university double access. The university became a permeable structure to the bourgeois city, recounting the memory of Naples on its historicist façade. But it is also an exemplary case of the Neapolitan city's layered palimpsest. In fact, it is a case study called* Naples Digital Archive Moving Through Time and Space, *operated in cooperation between the Bibliotheca Hertziana – Max Planck Institute for Art History in Rome and Interdepartmental Research Centre on the Iconography of the European City of the University of Naples Federico II*[1]*. Through the creation of a Historical GIS, the research connects cartographic sources with guides to Naples, creating a virtual narrative of the city in the modern age.*

Keywords: *Urban history of Naples during the 19th century; Pier Paolo Quaglia; Guglielmo Melisugo; University buildings; HGIS for urban overlay.*

Resumo: *Atualmente, a Via Mezzocannone marca a fronteira oeste da cidade Grega; no entanto, essa fronteira foi logo ultrapassada pela expansão de Neápolis. A linha limite transformou-se num caminho e várias ordens religiosas se estabeleceram no lado leste. Entre elas, o convento jesuíta foi transformado na Real Universidade na segunda metade do século XVIII. As crescentes necessidades funcionais da universidade napolitana levaram à aquisição de outros conventos vizinhos. A partir da década de 1880 surgiram várias propostas de arquitetos e engenheiros napolitanos, todos procurando redesenhar a Via Mezzocannone. O projeto de uma nova universidade foi liderado por Pier Paolo Quaglia e Guglielmo Melisugo. O novo edifício foi construído e uma ala leste da rua foi criada: uma longa fachada neorrenascentista proporcionou à universidade acesso duplo. A universidade tornou-se uma estrutura permeável à cidade burguesa, contando a memória de Nápoles em sua fachada historicista. No entanto, também serve como um caso exemplar do palimpsesto camadas da cidade napolitana. Na verdade, é um estudo de caso no âmbito do* Naples Digital Archive Moving Through Time and Space, *uma colaboração*

* Dipartimento di Architettura (DiARC), Università degli Studi di Napoli Federico II. Centro Interdipartimentale di Ricerca sull'iconografia della città Europea (CIRICE), l'Università degli Studi di Napoli Federico II. Email: francesca.capano@unina.it ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6809-0901.

[1] The research is directed by Alfredo Buccaro and Tanja Michalsky, with Raffaele Amore, Francesca Capano, Vincenzo Cirillo, Luigi Coiro, Ferdinando Di Martino, Stefano D'Ovidio, Gianluca Forgione, Ilaria Garofalo, Davide Mastroianni, Maria Ines Pascariello, Martin Raspe, Lia Romano, Valentina Russo, Elisabetta Scirocco, Antonio Tranchina, Alessandra Veropalumbo, Massimo Visone [Consult. 18 oct. 2023]. Available at <https://www.biblhertz.it/it/dept-michalsky/naples-digital> and <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive-2/>.

entre a Bibliotheca Hertziana – Instituto Max Planck de História da Arte em Roma e o Centro de Pesquisa Interdepartamental sobre a Iconografia da Cidade Europeia na Universidade de Nápoles Federico II. Através da criação de um Sistema de Informação Geográfica Histórico (HGIS), a pesquisa conecta fontes cartográficas com guias de Nápoles, criando uma narrativa virtual da cidade na era moderna.

Palavras-chave: *História urbana de Nápoles durante o século XIX; Pier Paolo Quaglia; Guglielmo Melisugo; Edifícios universitários; HGIS para sobreposição urbana.*

> [Via Mezzocannone è] *Un lungo scenario di tela su cui un abile scenografo abbia dipinto, a grandi tratti, una serie di edifici maestosi*[2].

1. ORIGINS OF VIA MEZZOCANNONE: A VALLEY WEST OF NEAPOLIS

The current Via Mezzocannone follows the south-western contour, but at a higher level, of the Neapolitan walls of the Greek era. The founding of the so-called *Nova Polis* (New City), respective to archaic Parthenope, has traditionally been attributed to the late-5th century arrival of the Cumaeans, victorious over the Etruscans with the support of Hiero II, tyrant of Syracuse (470 BC)[3]. Recent studies have advanced a second hypothesis, bringing the founding of Neapolis forward to the early-6th century BC. This would imply a different cultural context, in which the grid-like urban pattern of Neapolis, with its *strigas*, would have been influenced by Samian populations close to the teachings of Pythagoras, native son of their home island[4]. These two theses, as is often the case, need not conflict, but instead respond to different events contributing to the cultural formation of the Greek city, whose ancient layout persists and is the key motive for the listing of Naples as a UNESCO World Heritage Site[5].

To the south-west, the Neapolitan limit was a small valley descending from the hills to the beach and the sea. This marker, however, was soon overtaken by urban expansion, which has always preferred the western side for growth, whether spontaneous or planned. Many studies have attempted to chart the so-called «Greco-Roman city», among which the much-respected ones of Julius Beloch and Bartolommeo Capasso[6]. In *Napoli Ducale,* a further essential work reconstructing the city in the 11th century,

[2] Matilde SERAO, 1906. The second edition was published in 1906, the first in 1884. The English translation is: «[Via Mezzocannone is] a long canvas on which a skilful stage designer has painted a series of majestic buildings in broad strokes».
[3] For the sake of brevity, I only mention MELE, 1985: 104.
[4] BUCCARO, TAURO, 2020: 567-568; GRECO, 2009: 11; LOMBARDO, 2004: 354; LONGO, TAURO, 2017.
[5] UNESCO, [2023].
[6] BELOCH, 1890: PI.II; CAPASSO, 1905.

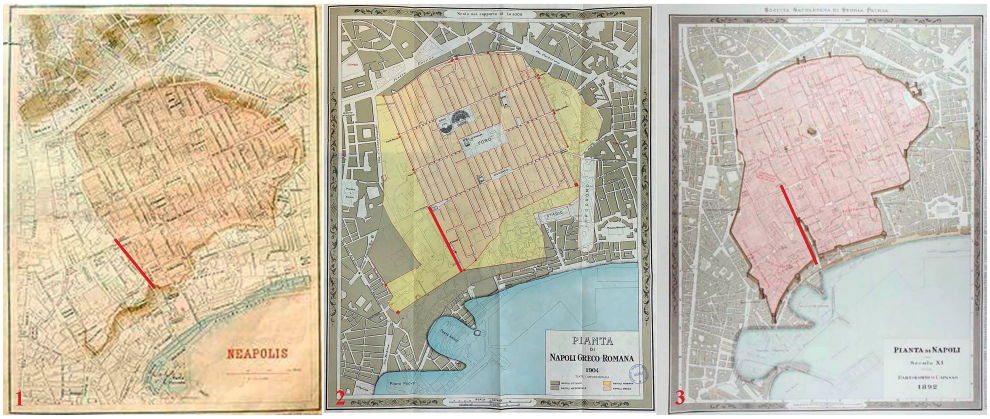


Fig. 1. The Beloch and Capasso reconstructions of Greco-Roman and medieval Naples, showing the current Via Mezzocannone in red. 1. Karl Julius Beloch, *Neapolis*, 1890; 2. Bartolommeo Capasso, *Pianta di Napoli Greco-Romana*, 1904; 3. Bartolommeo Capasso, *Pianta di Napoli. Secolo XI*, 1892 (author's elaboration)

Capasso hypotheses that Via Mezzocannone was still a valley, but by now enclosed within the early medieval walls[7].

On the east side of the nascent street rose the hill of Monterone, site of the Praetorian Palace, seat of civil power in Ducal Naples, known only from written sources[8]. This same hill, however, was also the seat of the first religious settlements, and from this time remained a favoured locality for monasteries and convents.

The name of Via Mezzocannone derives from the positioning here of an ancient fountain, which early on led to its reference as *Fontarola*. Subsequently the naming came to refer to the *cannello*, or spout of the fountain, dialectically known as a *cannone*, with the further modifier *mezzo* (half). This was because the fountain, built by the Duke of Calabria, Alfonso of Aragon, and then rebuilt in the 17th century, was adorned with a statue of Alfonso's father, King Ferrante, or perhaps of Alfonso himself. The sculpture, however, was clumsy, and so the people began to use *mezzo-cannone* as a mocking label for a person of unpleasant or half-pipe build, a name that then extended to the place[9].

2. FIRST POSITIONING OF THE NEAPOLITAN UNIVERSITY

Having identified the need of a secular institution capable of forming the ruling class, Frederick of Hohenstaufen, King of Sicily and Holy Roman Emperor, chose Naples as the site for a new state *athenaeum,* founded in 1224. The first seat may have been near the *Seggio di Nido*, a gathering place of governing nobles, and the Church of

[7] CAPASSO, 1895.
[8] GALANTE, 1872: 10.
[9] DORIA, 1943: 303.

Sant'Andrea Apostolo. Through the later 13th century and first half of the 14th, the monastic order of San Domenico Maggiore housed the university in their complex at the north end of Via Mezzocannone. The university returned here for the long term in the early 16th century, however in intervening periods Naples was sometimes punished with temporary closure or relocation of the institution. For example from 1250 and 1258, when the Neapolitans had shown excessively Guelph sympathies, the royal authorities obliged the university to shift to Salerno[10].

In 1616 the university received its first purpose-built seat, with the inauguration of the Palazzo dei Regi Studi, commissioned by the Viceroy Pedro Fernández de Castro, Count of Lemos, and engineered by Giulio Cesare Fontana[11]. The chosen location was just outside the northwest corner of the walls of the Toledan period, effectively meaning in a suburban position. The new palazzo rose on the site of works originally intended for *Cavallerizza Reale* (Royal Equestrian Barracks), commissioned by Viceroy Don Pedro Giron, Duke of Ossuna, and begun in 1584-1586 to designs of Giovanni Vincenzo Casale, but never completed. These probably contributed to the foundations of the new Royal University building, but construction then proceeded intermittently and again in this case were never completed[12]. Over the course of the next 250 years the unfinished building would occasionally be assigned to the military, for use as a barracks, at which times the university would return once more to the San Domenico Maggiore complex, thereby experiencing an alternation of locations.

3. CONVERSIONS OF ANCIENT RELIGIOUS BUILDINGS

Well into the 18th century, the Monterone maintained its monastic vocation, still hosting the convents of San Marcellino, Santa Maria di Monteverginella and Santa Maria di Donnaromita, as well as the Jesuit college. In fact the buildings of these last two complexes almost completely filled a long block of land extending from upper Via Mezzocannone across to the westernmost *cardo* of the Greek city, by this time known as Via San Marco de Tavernari.

In fact the first conversions of these institutions did not occur until 1767, when Ferdinand IV of Bourbon expelled the Jesuits from the kingdom and assigned their complex to the then Regia Università Napoletana (1777), at the same time converting the Palazzo dei Regi Studi as a museum. Reading these transformations on an urban scale, one can make out the likeness of a plan, seemingly designating a large share of the west of the city centre, north-south from museum to university, to the functions of education, science and culture. Within this, the urban fulcrum was the Ospedale degli Incurabili (Hospital of the Incurables), founded in the early 16th century and by

[10] FRATTA, 2004: 6-12.
[11] GIUSTINIANI, 1818: 197.
[12] STRAZZULLO, 1969: 68.



Fig. 2. Detail of Alessandro Baratta's view, *Fidelissimae Urbis Neapolitanae cum Omnibus Viis Accurata et Nova Delineatio*, 1629, showing: 1. Via Mezzocannone, 2. Chiesa di Sant'Andrea Apostolo; 3. Convento di San Domenico Maggiore; 4. Palazzo dei Regi Studi; 5. Convento di Santa Maria di Donnaromita; 6. Complesso dei Gesuiti (author's elaboration)

this time the Kingdom's largest hospital. Around the hub of the Ospedale, a number of neighbouring monasteries evolved as smaller hospitals or university clinics, and then amalgamated with the larger institution.

Similarly, the Royal University, still based in the former Jesuit complex of Salvatore, also began to serve as a nexus of attraction. In particular, the so-called French decade (1806-1815) saw the suppression of several nearby monasteries, among which the Donnaromita complex was soon (1808) converted for military purposes. In 1863 however, following the addition of the dominions of the Two Sicilies, the Kingdom Italy, newly unified, chose the Naples as the seat of its Royal School of Engineering. The year following, Federico Travaglini, of the Royal Corps of Engineers, began restructuring the Donnaromita complex for these new purposes[13]. Two decades later (1884), director Ambrogio Mendia directed further upgrading of the ex-monastery to the latest teaching requirements[14].

[13] BUCCARO, 2019a: 48.
[14] MENDIA, 1884.

4. PROJECTS FOR A NEW UNIVERSITY

In the 1880s, the state administration, observing the exponential growth of the student population, and the consequent inadequacies of the adapted ancient buildings, identified the need of a modern university for the bourgeois city. In 1886, Michele Coppino, Minister of Education, called on the engineer Mariano Ernesto Cannizzaro for the design of new institutes of chemistry and physics, on a site obtained by demolishing the disused Sapienza and Croce di Lucca complexes, thereby maintaining the concentration of educational functions at the centre of the city, extending from the Ospedale degli Incurabili in the north to the cluster of university-converted monasteries at the south. Coppino had at first proposed a radical departure, calling on Cannizzaro to design an entirely new university, for which the engineer had in fact identified a suburban area. This would have been in the east, along the crest of Miradois Hill between the Astronomical Observatory and Botanical Garden, two scientific centres commissioned during the French decade, promoted by respectively from Stefano Gasse and Giuliano de Fazio.

Cannizzaro's proposal would have gathered the polyclinic with the clinics, the polytechnic with the institutes of chemistry, physics and mathematics, and finally the faculties of literature and law. All was to be grouped within a building in pavilion, this type originally applied by engineers and architects in hospital design, but by this time developed in many institutional buildings throughout the bourgeois cities of Europe[15]. The ministry approved the project, but for a mix of logistical, economic and administrative reasons, not least the perplexity of the doctors, who had no desire to leave the Incurabili and the city proper, the great suburban plan was never executed. Ultimately, the solution came in response to an emergency: with the cholera outbreak of a cholera epidemic in 1884, both municipal and national authorities were forced to recognise the essentiality of sanitizing the poorest districts, which branched upwards from the port as far as the lower reaches of Via Mezzocannone and the former Jesuit complex. This led to the creation of the Società pel Risanimento di Napoli (Company for the Requalification of Naples), tasked with razing and redeveloping the city's unhealthy neighbourhoods[16]. Given that the company detained major holdings in the city centre, there was now little interest in relocating the university, given the risks of depressing market values through the resulting entry of the grand convent complexes on the free market.

As happened at the time in unified Italy some Neapolitan architects and engineers saw this juncture as an opportunity for their own proposal of a university. Giuseppe Cassitto, Gustavo Friozzi and Fortunato Savino presented the *Project for the Concentration*

[15] CANNIZZARO, 1897; MANGONE, SAVORRA, 2018: 19-30.
[16] ALISIO, 1980.

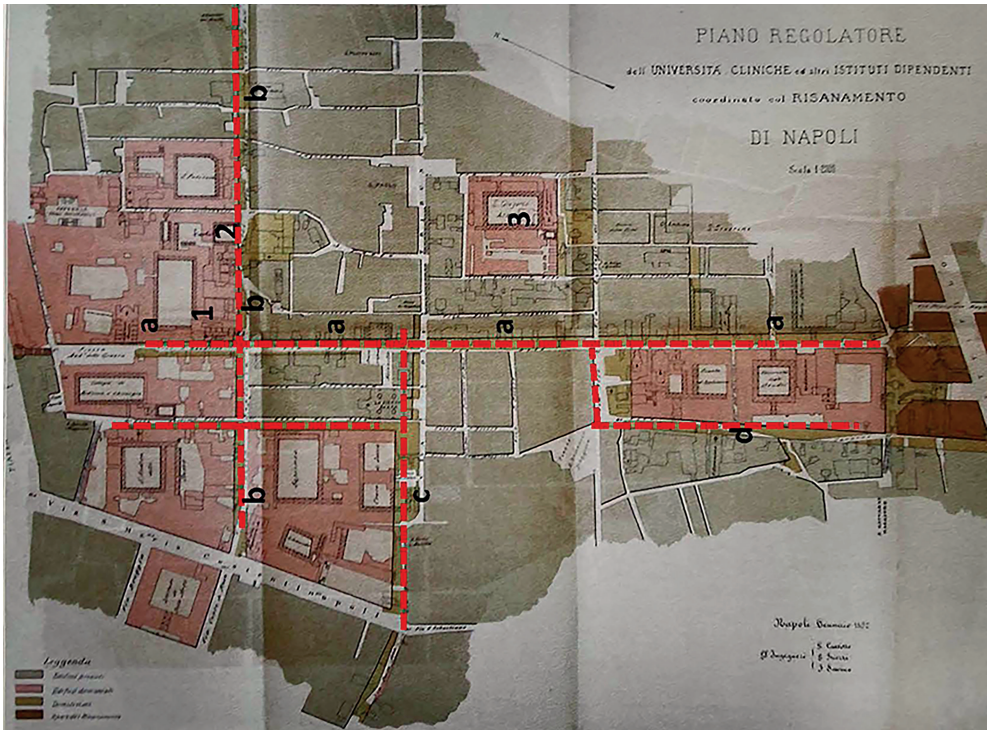
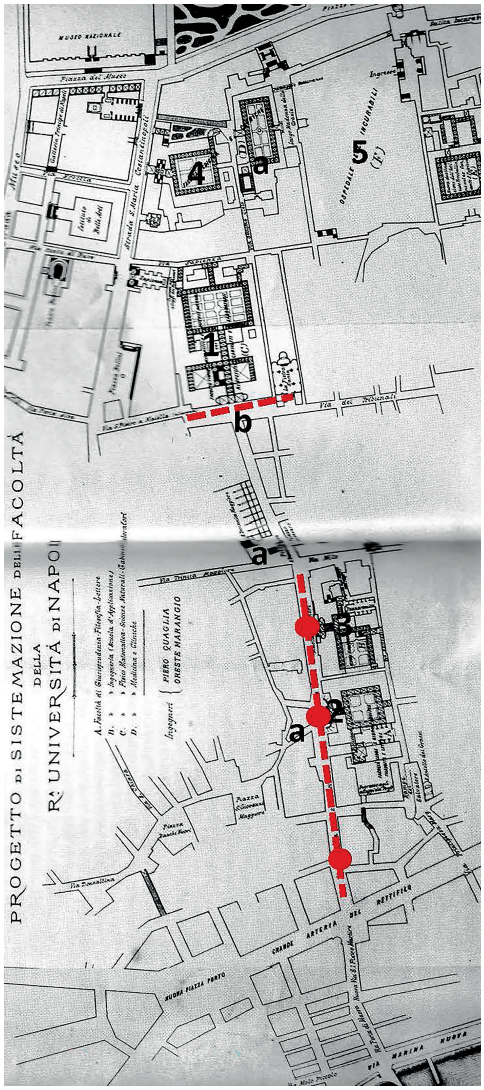


Fig. 3. Detail of the project by Giuseppe Cassitto, Gustavo Friozzi e Fortunato Savino, *Piano regolatore dell'Università Cliniche ed altri Istituti dipendenti coordinato col Risanamento di Napoli*, 1892, showing: 1. Monastery of Santa Maria Regina Coeli; 2. Monastery of Santa Maria di Gerusalemme; 3. Monastery of San Gregorio Armeno; a. Via Paladino-Nilo-Atri-San Gaudioso; b. Decumano *superior*; c. Decumano *mayor* from piazza Bellini to vico del Purgatorio; d. Via Mezzocannone. The plan has been oriented with north at the top to make it easier to read (author's elaboration)

of the Present University Clinics and Other Dependent Institutes, coordinated with the Requalification of Naples[17] which, in addition to providing for the conversions of almost all the remaining convents (expropriating Santa Maria Regina Coeli, Santa Maria di Gerusalemme and San Gregorio Armeno), advanced the proposal of gutting a large part of the Greco-Roman street network for the sake of easing connections between the various educational institutes. Included in this would have been the widening of the *plateia* and *stenopos*, and also the straightening of Via Mezzocannone.

In this same period, Oreste Marangio, esteemed freelance engineer, and Pier Paolo Quaglia, director of the Requalification Company Office of the Arts, presented *A concept for the reorganisation and increase of the spaces necessary for the university faculties of the city of Naples: a memorandum to His Excellence the Minister of Public*

[17] G. Cassitto, G. Friozzi, F. Savino, *Progetto di riduzione dell'attuale Università cliniche ed altri Istituti dipendenti coordinati col Risanamento di Napoli* in CASSITTO, FRIOZZI, SAVINO, 1892; MANGONE, 2010: 151-152.


PROGETTO DI SISTEMAZIONE DELLE FACOLTÀ
DELLA
R.A UNIVERSITÀ DI NAPOLI
MUSEO NAZIONALE
Piazza del Museo
Museo
Biblioteca
Piazza Nolana
Via Duomo
Via Nuova Capodimonte
Via Foria
Via Cesare Rosaroll
Via Mezzocannone
Via Tribunali
Via Giovanni Paladino
Via Tarsia
Via Settembrini
Via Marina
Piazza Giovanni Bovio
Piazza Nicola Amore
Piazza Cavour
Piazza Mercato
Piazza Principe Umberto
Piazza Garibaldi
Piazza Nicola Amore
Piazza Giovanni Bovio

Instruction [18]. Although this proposal was certainly less invasive in terms of the urban layout, it showed no qualms concerning the reuse of ecclesiastical properties, calling for the demolition of both the convents of Croce di Lucca and Sapienza in favour of construction of a faculty of mathematics. The New Via Mezzocannone would be wider and straightened, with construction of «Largo dell'Università» (University Square), and as well as a second square named «Largo Scuola Ingegneri» (Square of the School of Engineering), still housed in the ex-Donnaromita, with both of these providing for monumental entrances fronted by imposing exterior staircases. The most significant feature of this proposal would be to make the monasteries already serving as the university permeable to the city, open to crossings the new openings created along Nuova Via Mezzocannone. In this way, for all intents and purposes, Via Mezzocannone would become the 'street of the university', which would itself be extended downhill to Corso d'Italia (later Corso Umberto I), the artery at the core of the Neapolitan requalification.

The task of reconfiguring the university was finally entrusted to Quaglia, but with Guglielmo Melisurgo, engineer of Requalification Company, taking the place of Marangio. The Melisurgo-Quaglia project retained the themes of extending Via Mezzocannone and ensuring two fronts for the older buildings, new ones on Via Mezzocannone, but also retaining the ancient ones on Via Giovanni Paladino. Not only, but this would now take place with the added expropriation of various urban buildings at the foot of Mezzocannone for construction of a new university seat, with entries on three fronts, of which the main one on Corso d'Italia. The designers of this new structure would also provide, conveniently, for absorption of the fairly steep slope rising from the new Corso to the higher level of the convents. The Corso would be run through a part of the former Quartieri bassi (Lower quarters), extending from here downwards to the sea: ancient, unhygienic, occupied by the very poor, and unavoidably programmed for «degutting».

In the preliminary project the streets above the Corso remained unchanged, apart from the revisions to Via Mezzocannone and the placement of a square in front of a new pavilioned polyclinic, which would itself replace the convents of Croce di Lucca and Sapienza. Both the polyclinic, however, and the new university, were ultimately built according to revised plans.

5. THE VERY LONG FAÇADE OF THE UNIVERSITY ON VIA MEZZOCANNONE

The works of the Requalification Company in Via Mezzocannone were interrupted by the First Great War and then slowed again by economic crises. The large new

[18] O. Marangio, P.P. Quaglia, *Progetto di massima pel riordinamento ed ampliamento dei locali necessarii alle facoltà universitarie della città di Napoli: memoria a S.E. il ministro della pubblica istruzione* in MARANGIO, QUAGLIA, 1892; AMODIO, 2008: 142-152.

university building, still incomplete, was inaugurated in November 1913, already with distinct spaces for the faculty of the humanities, the departments of law, philosophy, mathematics and physics, as well as a rectorate, council rooms and administrative offices.

The new university clearly held a symbolic role within the bourgeois city, referenced in its iconographic programme. On the façade of the Corso side, the pediment above the grand portal contains a bronze sculptural group centred on the university founder, Federico II, flanked by illustrious contemporaries, one for all Pier delle Vigne. The side gable on Via Mezzocannone presents Giambattista Vico teaching the *Scienza Nuova*, while on the Via Tari side, Giordano Bruno is subject to interrogation by the Inquisition[19].

Proceeding up Via Mezzocannone, after the opening to the courtyards, the structure takes of a noble palazzo in historicist style, as had been common in late medieval or modern period in Campania. The line of the basement gradually disappears uphill, resolving the steep progression of the street. The second portal on the street, is central within the section, just as for a palazzo, and marked by two half-columns supporting a continuous entablature, decorated only with triglyphs. Continuing uphill to the close of this section of façade, we arrive at a brief recessed span of three levels: entrance at the ground floor, ample balconied windows with rounded arches at the second and third floor. This insertion was conceived as a link, hinging the Mezzocannone façade of the new university building with another equally new façade, constructed between 1893 and 1896 on the Mezzocannone side of the old Jesuit complex, as part of the reorganisation of the older university buildings. For this particularly long façade, extending all the way to Vico Giuseppe Origlia, Quaglia and Melisurgo conceived of diversity through division in parts. The first of the three resulting schemas presents, again, as a three-storey building. The base, clad in grey stone with seven simple rectangular windows, is marked above by a fascia and string-course in cream colour. This is followed by the two upper floors, similar in height and finish, where the windows, resting on stringcourses, end with arched tympani on the second level and triangular ones on the third. The completion, topmost, is a classical corbelled cornice.

The second structural section is the most interesting: a small three-storey mock palace in near-identical flat ashlar for all the three levels. At the ground floor is a white marble portal in the *durazzesco* style typical to pre-renaissance Campania, followed at second and third levels by a mullioned and then a rectangular-framed window. The façade is brought to a close by a course of triple-lobed hanging arches, replicating a late Gothic style. The portal, which serves as the entrance to the University Museum, is original. Quaglia and Melisurgo had directed its salvage from the 15th century Palazzo Pappacoda, owned later by Fabrizio Colonna, but now fallen to

[19] BUCCARO, 2019b: 39.



Fig. 6. The façade of the university buildings on the eastern side of via Mezzocannone. 1. The new Univerity; 2. The façades of the new University and the and the southern part of the former Jesuit convent; 3. The entrance to the University Museum by the portal of Palazzo Pappacoda-Colonna; 4. The façade of the Regia Scuola d'Ingegneria. Aerial view from Google showing photo frames (author's elaboration)

the requalification. The overall image for this small building is that of a typical *palazzo* of the early 15th century, perhaps even that of Palazzo Penne, the most characteristic of all Neapolitan examples. This is an exercise in style, well expressing the training of an architect or engineer of the second half of the 19th century, but also full knowledge of pre-renaissance Neapolitan architecture. The architects — but also the rector of the urban university — left their clear statement of civic intentions, on a plaque to the right of the portal:

> *Tolta al palazzo dei Pappacoda degli Orsini di Fabrizio Colonna nell'opera di Risanamento demolito quasi dirimpetto tra il sedile di Porto e le grade di S. Giovanni Maggiore questa porta fu conservata e qui ricostruita a perpetrare cittadine memorie a maggior decoro d'ingresso per la R. Università l'anno MCMXX rettore Pasquale del Pezzo Duca di Cajanello*[20].

[20] The English traslate is: «Taken from the palazzo of the Pappacoda degli Orsini di Fabrizio Colonna during the Requalification work. Demolished near opposite the Sedile di Porto and the rise to San Giovanni Maggiore, this door was preserved and here rebuilt to perpetuate the city's memories and for the greater décor of the entrance to the Royal University, in the year MCMXXXX, rector Pasquale del Pezzo, Duke of Cajanello».

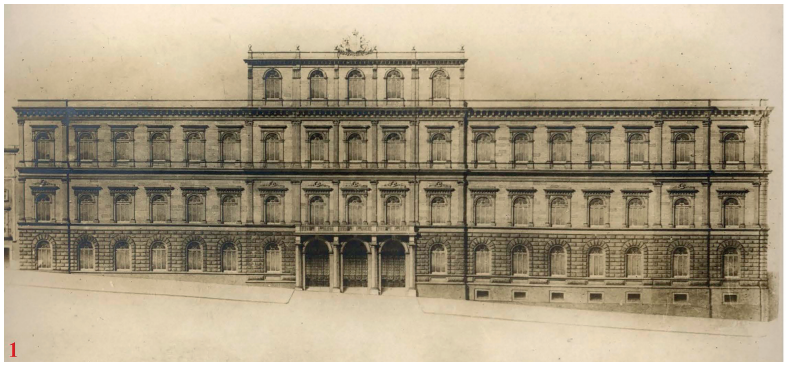




Fig. 7. Ambrogio Mendia, *The façade of the Regia Scuola d'Ingegneria*, in Ambrogio Mendia, *Relazione sulla R. Scuola d'applicazione per gl'ingegneri in Napoli*. Napoli: Tip. Dell'Accademia R. delle Scienze (1884). Source: Vintage photo of the completed façade by Renovation Company from R. Istituto Superiore di Ingegneria. Napoli, 1934

The last and longest part of the building is again based on the urban palazzo, and again with the first level absorbing the slope of the road, in this way with three levels at the south arriving at two in the north. The portal in classical style is placed asymmetrically, towards the north of the facade. Minor variations in the layout of the elevations create a discrete variety, reminiscent of Mannerism: the visible stone basement remains, with the series of window openings reappearing in glazed forms in the upper levels; the main floor shows rectangular frames, those of the second level, resting on the stringcourse, are alternately gabled or arched.

Proceeding still upwards along Via Mezzocannone, we arrive at the opening to Vico Origlia, and following this the Royal School of Engineering. In this case the façade was completed subsequent to that of the university seat: after the late-19th century renovations of the ex-Donnaromita complex by Travaglini and Mendia, work on the Mezzocannone elevations was again taken up in 1913, returning in fact to the 1880s proposals of the Mendia project. As with the main building, the works were interrupted by the Great War and economic crises, finally closing in 1934[21].

Taken together, the result of these various works is one great long front formed of parts, establishing almost the entire east side of Via Mezzocannone. Through this device, the structure of the Frederician university seems to recall the many individual buildings sacrificed over the centuries to the needs of the growing city, evolving within itself. At the same time, however, it provided representation for the bourgeois city. The portals, resembling those of aristocratic palaces, are more than entrances, there are connections between Via Mezzocannone and Via Paladino, street of the original entrances to the convents and monasteries, and Via Antonio Tari, a new street created

[21] R. ISTITUTO SUPERIORE DI INGEGNERIA. NAPOLI, 1934; BUCCARO, 2019a: 49.

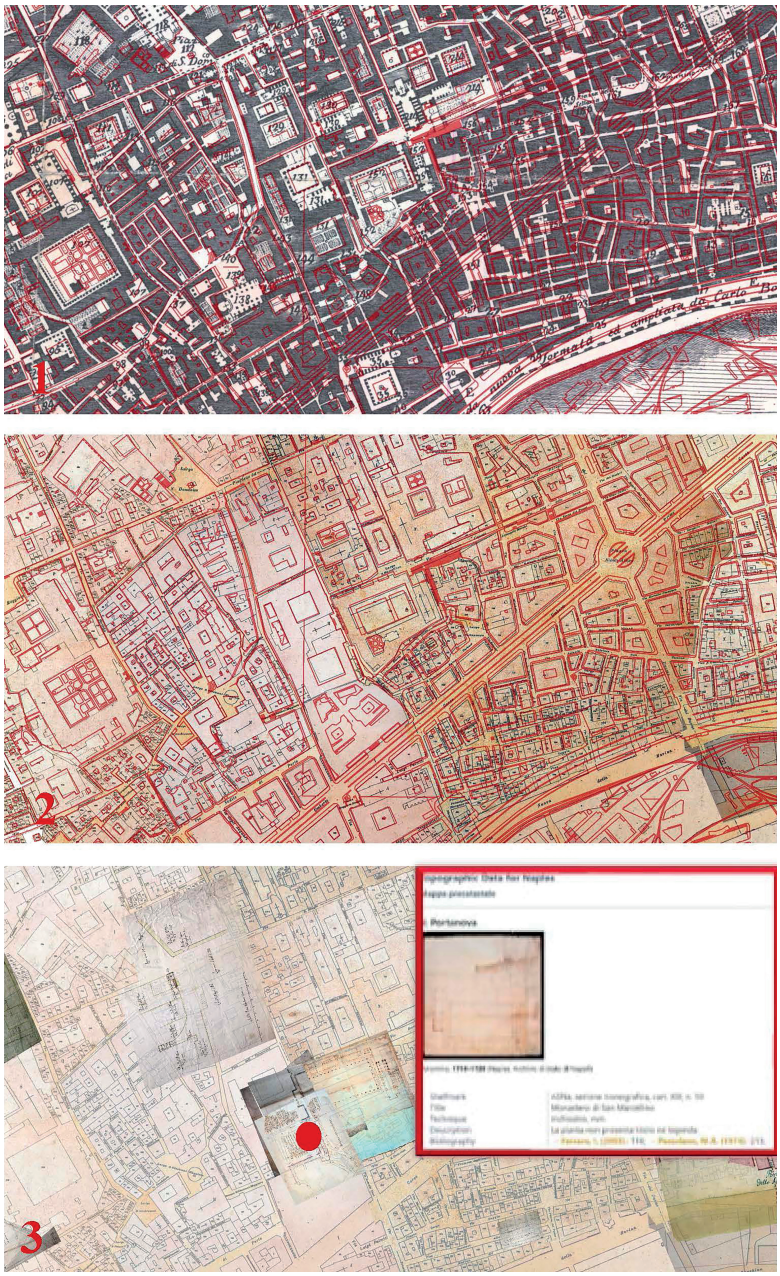


Fig. 8. Plans of the university area from the research *Naples Digital Archive Moving Through Time and Space*. 1. Superimposition of the current plan of Naples and the *Topographical Map* of duca di Noja (1750-1775), 2. Superimposition of the current plan of Naples and the land cadastre (1895-1905), 3. Superimposition of the pre-cadastral (16th-18th centuries) and land cadastre (1895-1905) with a database card (elaboration by Bibliotheca Hertziana – Istituto Max Planck Institut Für Kunstgeschichte, Rom and Centro Interdipartimentale di Ricerca sull'Iconografia della Città Europea (CIRICE) of Università degli Studi di Napoli Federico II)

by the Requalification. The overall result is accessibility, even more so, permeability of the university to its city.

The study of these two long blocks is part of the research *Naples Digital Archive Moving Through Time and Space*. Applying a historical GIS that relates cartographic sources with historic guides, the project creates a detailed virtual representation of the city in the modern era. The information system first geolinks the contemporary plan of Naples with the well-known *Topographic Map of the Duke of Noja* (1750-1775) and then with the pre-cadastral plans of the 16th-18th centuries, which censused the religious and noble private properties within large urban blocks. The resulting georeferencing of modern and historic cities can then be compared with Federico Schiavoni's *Plan of Naples* (1872-1880) and the cadastre of properties censused around the turn of the 19th-20th centuries. The overlays are very useful as the resulting drawings clearly demonstrate the consistency of the pre-existing monastic properties and the permanence of these in the large university complex on an urban scale (Fig. 8).

BIBLIOGRAPHY

ALISIO, Giancarlo (1980). *Napoli e il Risanamento: recupero di una struttura urbana*. Napoli: Edizioni Banco di Napoli.

AMODIO, Gaetano (2008). *Pier Paolo Quaglia: l'architetto del Risanamento napoletano*, Pisa: Pacini.

BELOCH, Karl Julius (1890). *Campanien, Geschichte und Topographie des antiken Neapel und seiner Umgebung*. Breslau: Morgenstern.

BUCCARO, Alfredo (2019a). *Complesso di Santa Maria di Donnaromita*. In CASTAGNARO, Alessandro, *a cura di*. *Passeggiando per Federico II*. Napoli: FedOA - Federico II University Press, pp. 47-49.

BUCCARO, Alfredo (2019b). *Sede Centrale*. In CASTAGNARO, Alessandro, *a cura di*. *Passeggiando per Federico II*. Napoli: FedOA – Federico II University Press, pp. 35-41.

BUCCARO, Alfredo; TAURO, Teresa (2020). *Forma Urbis Neapolis. Genesi e struttura della Città Antica nelle fonti storiche e nella cartografia moderna attraverso il Naples Digital Archive*. In CAPANO, Francesca; VISONE, Massimo, *a cura di*. *La Città Palinsesto. Tracce, sguardi e narrazioni sulla complessità dei contesti urbani storici*, atti del convegno internazionale di studi *CIRICE 2020_21 (Napoli 10-12 giugno 2021)*. Napoli: FedOA – Federico II University Press, pp. 565-576.

CANNIZZARO, Mariano Ernesto (1897). *La nuova Università di Napoli*. Milano: Tipografia Bernardon.

CAPASSO, Bartolommeo (1894). *Il palazzo di Fabrizio Colonna a Mezzocannone: pagine della storia di Napoli studiata nelle sue vie e nei suoi monumenti*. Trani: V. Vecchi.

CAPASSO, Bartolommeo (1895). *Topografia della città di Napoli nell'XI secolo*. Napoli: [s.n.].

CAPASSO, Bartolommeo (1905). *Napoli greco-romana esposta nella topografia e nella vita*. Napoli: Società Napoletana di Storia Patria.

CASSITTO, Giuseppe; FRIOZZI, Gustavo; SAVINO, Fortunato (1892). *Memoria illustrativa del Progetto di riduzione dell'attuale Università cliniche ed altri Istituti dipendenti coordinati col Risanamento di Napoli*. Napoli: Tip. Angelo Trani.

DORIA, Gino (1943). *Le strade di Napoli. Saggio di toponomastica storica*. Napoli: R. Ricciardi.

DE FRANCISCIS, Alfonso (1963). *Il Museo Nazionale di Napoli*. Cava dei Tirreni: Di Mauro.

FRATTA, Arturo (2004). *Le sedi dell'Università di Napoli dalla fondazione a oggi*. In FRATTA Arturo, *a cura di*. *Il patrimonio architettonico dell'Ateneo Fridericiano*. Napoli: Arte Tipografica Editrice, pp. 3-31.

GALANTE, Gennaro Aspreno (1872). *Guida Sacra della città di Napoli*. Napoli: Stamperia del Fibreno.

GIUSTINIANI, Lorenzo (1818). *Memorie storiche-critiche della Real Biblioteca Borbonica*. Napoli: De Bonis.

GRECO, Emanuele (2009). *Le esperienze coloniali greche: modelli e revisioni. Introduzione ai lavori*. In LOMBARDO, Mario; FRISONE, Flavia*, a cura di. Colonie di Colonie. Le fondazioni sub-coloniali greche tra colonizzazione e colonialismo. Atti del convegno internazionale, Lecce (22-24 giugno 2006)*. Taranto: Congedo, pp. 9-16.

LOMBARDO, Mario (2004). *Poleis e politeiai nel mondo coloniale*. In CATALDI, Silvio*, a cura di. Poleis e politeiai. Atti del convegno, Torino (29-31 maggio 2002)*. Torino: Edizioni dell'Orso, pp. 351-367.

LONGO, F., TAURO, T. (2017). *Alle Origini dell'Urbanistica di Napoli*. Paestum: Pandemos.

MANGONE, Fabio (2004). *L'architetto del Risanamento: Pier Paolo Quaglia*. In PESSOLANO, Maria Raffaela; BUCCARO, Alfredo, *a cura di. Architetture e territorio nell'Italia meridionale tra XVI e XX secolo. Scritti in onore di Giancarlo Alisio*. Napoli: Electa Napoli, pp. 306-313.

MANGONE, Fabio (2010). *Centro storico, Marina e Quartieri spagnoli. Progetti e ipotesi di ristrutturazione della Napoli storica: 1860-1937*. Napoli: Grimaldi & C.

MANGONE, Fabio; SAVORRA, Massimiliano (2018). *Prima della Città degli Studi di Roma. Le strategie per l'edilizia universitaria nell'Italia liberale e un progetto esemplare*. «Quaderni dell'Istituto di Storia dell'architettura». [S.n.], 5-38.

MARANGIO, Oreste; QUAGLIA, Pier Paolo (1892). *Progetto di massima pel riordinamento ed ampliamento dei locali necessarii alle facoltà universitarie della città di Napoli: memoria a S.E. il ministro della pubblica istruzione*. Napoli: R. tipografia De Angelis-Bellisario.

MELE, Alfonso (1985). *La città greca*. In *Napoli Antica*. Napoli: Macchiaroli editore, pp. 103-108.

MENDIA, Ambrogio (1884). *Relazione sulla R. Scuola d'applicazione per gl'ingegneri in Napoli*. Napoli: Tip. Dell'Accademia R. delle scienze.

PINTO, Aldo (1998). *Un secolo di storia e trasformazioni*. In FRATTA, Arturo, *a cura di. L'Aula Magna della Federico II. Storia e Restauro*. Napoli: Fridericiana, pp. 59-86.

R. ISTITUTO SUPERIORE DI INGEGNERIA. NAPOLI, *a cura di* (1934). *Gabinetti e Laboratori Scientifici*. [S.l.: s.n.].

SERAO, Matilde (1906). *Il Ventre di Napoli*. Napoli: F. Perrella.

STRAZZULLO, Franco (1969). *Architetti ed Ingegneri napoletani dal '500 al '700*. Napoli: Gabriele e Mariateresa Benincasa.

UNESCO. Commissione Nazionale Italiana [2023]. *Siti Patrimonio Mondiale. Centro storico di Napoli*. Italia: UNESCO [Consult. Oct. 18, 2023]. Available at <https://www.unesco.it/it/patrimoni-unesco/siti-patrimonio-mondiale/centro-storico-di-napoli/>.

RI-CONVERSIONI PER EX STRADE FERRATE. POSSIBILI IN-FRA-STRUTTURE ECOLOGICHE TRA ARCHITETTURE, CITTÀ E TERRITORI*

ANGELA D'AGOSTINO**
GIUSEPPE D'ASCOLI***

Abstract: *Systematically characterized by rapid and inevitable processes of obsolescence, the railways of the last century are increasingly finding themselves as disused lines that emerge like thick filaments of a «third landscape» among the architecture of 20th century cities and the urban agglomerations of contemporary territories. Among the disused «in-between-structures», the former railways seem to be a singular field of investigation, apparently prepared to accept the demands of the current ecological emergency. The disused urban railway systems, and the abandoned green micro-systems connected to them, are recognized as having transformative potential which, if interpreted, seem to favour their re-conversion into possible eco-logical public spaces for cities and communities to come. Starting from the re-reading of projects and processes of reuse of disused railways — identified between West and East — the contribution intends to investigate and put in tension logics and approaches for the reuse of these obsolescences of the present time, highlighting local specificities in response to global issues.*

Keywords: *Railroads; Infrastructure; Ecology; 20th century; Transformation.*

Resumo: *Caracterizadas sistematicamente por processos rápidos e inevitáveis de obsolescência, as ferrovias do último século estão cada vez mais tornando-se linhas abandonadas que emergem como filamentos densos de uma «terceira paisagem» entre a arquitetura das cidades do século XX e as aglomerações urbanas dos territórios contemporâneos. Entre as estruturas abandonadas, as antigas ferrovias parecem ser um campo singular de investigação, aparentemente prontas para atender às demandas da atual emergência ecológica. Os sistemas urbanos de ferrovias desativadas e os microssistemas verdes abandonados conectados a eles são reconhecidos como tendo potencial transformador que, se interpretado, parece favorecer a sua reconversão em possíveis espaços públicos ecológicos para cidades e comunidades futuras. Partindo da releitura de projetos e processos de reutilização de ferrovias desativadas — identificadas entre o Ocidente e o Oriente — este artigo pretende investigar e tensionar lógicas e abordagens para a reutilização dessas obsolescências do presente, destacando especificidades locais em resposta a questões globais.*

Palavras-chave: *Ferrovias; Infraestrutura; Ecologia; Século XX; Transformação.*

---

* The authors contributed jointly to the writing of this article, however, paragraphs 1-2 were developed by Angela D'Agostino and Giuseppe d'Ascoli respectively, paragraph 3 is written by four hands.

** DiARC, Università degli Studi di Napoli Federico II. Email: angdagos@unina.it.
*** DiARC, Università degli Studi di Napoli Federico II. Email: giuseppedascoli1991@gmail.com.

1. RE-CYCLES FOR CONTEMPORARY IN-FRA-STRUCTURES: FORMER RAILWAY ROADS

The extensive road and rail development carried out during the last century had shortened the space-time distances between places, cultures, societies, and economies, creating a network of links and opportunities for relations. Today, conditions have changed. Infrastructures are being rewritten, parks are being built underneath, on top of or alongside them, slow mobility systems are being added, devices are being built to cross or bypass them, and infrastructures are being recycled.

The «rewriting» of the term in-fra-structures refers to the contemporary condition of disused transport infrastructures which, from being mobility services, find themselves as thick lines of «third landscape»[1] between other structures. These structures belong to cities and territories where physical, social, and economic changes have often led to their decommissioning, followed by different developments, from abandonment to recycling, from regeneration to reuse in other forms.

Compared to other mobility systems, the 20th century railways, which were the filaments of railway roads that fostered development and transformation of our territories, being strongly linked to the process of technological advancement, had a short life. In fact, in the face of the development of high-speed transport, the railway networks have undergone a considerable process of decommissioning which began at the end of the last century. Overall, in recent years, a huge heritage of remains, tracks, lines, architecture, bridges, viaducts, pylons, and lampposts has been opened up to new interpretations, reinterpretations and reconversions. This complex legacy that the former railways «retain» is often supplemented and overwritten by an «other» system: the system of residual greenery that attacks the disused railway tracks and their components without control.

In the changing landscape of contemporary infrastructures, architects and landscape architects have increasingly been confronted with the complex legacy of former railways. In Italy, unlike other contexts, it is difficult to see how reconversion and reuse processes have affected former railways. A large part of our country is innervated by disused railway lines, about 7000 km of abandoned tracks that often cross some of the most significant areas of the Italian landscape[2]. In recent years there has been renewed interest in the historical railway heritage, which, in the wake of what is happening in many European countries, from Spain to the United Kingdom, in America and the East, is to be recovered in various ways, ranging from the reactivation of some tracks for tourism to the creation of greenways and the possible transformation into soft mobility. Since the early 2000s, a «deviation» on the theme of

[1] CLEMENT, 2004.
[2] MARCARINI, ROVELLI, 2017.

railway track recycling has been visible in Italy. In 2003, the exhibition *L'Architettura del Mondo. Infrastrutture, mobilità, paesaggi* — curated by Alberto Ferlenga for the *Triennale di Milano* — investigates the role, status, potential and possible destiny of today's infrastructures, focusing on Italy. In addition to its undoubted and considerable cultural value, the research group's experience at the beginning of the century, which has been brought together in a dedicated volume[3], tells of the need for a dialogue between Design and Research in Italy and the world of infrastructure. A complex dialogue, which has often clashed with economic, bureaucratic, and urban planning limits, and which until now has given rise to sporadic reconnaissance[4] rather than to the creation of networks of structured and shared interests and investments.

Today's infrastructural systems are required to be the bearers of values not exclusively linked to their primary functional roles, to offer diversified possibilities of use, to be permeable to the territory and to constitute an opportunity for recognizable and shared redevelopment. In particular, the former disused railway lines and the abandoned green micro-systems connected to them are recognized as having transformative potential which, if interpreted, seem to favor their re-conversion into possible eco-logical public spaces for cities and communities to come. A possible response to the complex ecological crisis we are experiencing, which would see in the reuse of these abandoned systems the possibility of converting them into unprecedented linear green architectures, sustainable connection devices between cities, landscapes, and communities more or less distant from each other.

2. INVERT YOUR VISION, THE RAIL-TO-TRAIL BETWEEN EAST AND WEST

The paper investigates several projects and conversion processes that are emblematic of diversified approaches to the question of reuse/recycling of disused former railways. The cases selected from among the numerous others under investigation represent projects that seem to *comprehendere* (in the Latin sense of «hold together») the complex values that these systems have preserved over the years of abandonment, which in some cases become generative devices for projects, if not for the conversion processes themselves.

In addition to the greenways mentioned above (which are often only green by name), which often entail the complete dismantling of the tracks on the ground to allow pedestrians or cyclists to cross them, there have been selected projects and processes of reuse that treat the pre-existing structures as a presence, that consider

[3] FERLENGA, 2012.

[4] This refers to research and studies of national importance over the last twenty years that have investigated and questioned the system of the former Italian railways, in between them: *Ferrovie delle meraviglie. L'Italia dei binari dimenticati*, curated by Albano Marcarini and Massimo Bottini.

their position and physical consistency, and that sometimes also look at the condition of the residual greenery that has invaded the line and its architecture during the time of abandonment.

Intense research carried out between East and West has questioned processes and projects which, starting from the recycling of infrastructural waste spaces, have returned abandoned and rejected places to the city, otherwise destined to the oblivion of demolition. What can be called the *rail-to-trail* phenomenon has, as mentioned above, involved abandoned railway infrastructures at different latitudes. In 1993, Paris created the first elevated walkway on an abandoned railway, the *Promenade Planteè*. Already at the end of the 19th century, Paris, and France as a whole, had an extensive network of rail infrastructure, much of which has survived the technological advances of contemporary infrastructure. However, some sections, those dedicated to freight transport such as the *Petit Ceinture*[5], underwent a progressive and inexorable process of dismantling at the end of the 20th century. In 1969, the *Vincennes* railway became one of those abandoned after less than 100 years of operation. Today, absent from the main tourist routes, hidden away in the 16th *arrondisement* is the *Promenade Planteè*: a linear park designed along the route of the former *Vincennes* railway since 1988 by landscape architect Jacques Vergely and architect Philippe Mathieux. Since 1993, the year of its inauguration, the *flowery promenade* has encouraged processes of reconversion and reuse in the entire surrounding urban area, confirming itself as a virtuous and paradigmatic process for the reuse of obsolete structures and infrastructures in «rejected» parts of the city. It also recognizes the innovative value of some of the founding strategies of the *Promenade Planteè* reconversion process: the designers chose to interpret the pre-existence and to consider the remains of the former railway as primary project materials. The most monumental and technologically daring parts of the structure will thus be integrated into the new park project, as well as the tree species that grew and flourished during the time of abandonment. The infrastructural promenade, which can now be accessed by means of different systems of stairs and gently sloping ramps, offers new views of the Parisian landscape of the 16th *arrondisement*. The reversal of the point of view is perhaps the main theme of the reconversion process that years later will affect New York City's *West Side Line*, today globally known as *The High Line*. Abandoned in the 1980s, the railway line, which served industries and warehouses on Manhattan's west side, survived its demolition thanks to the interests and initiatives of various local associations. The project by architects Diller

[5] The *Petit Ceinture*, a 32-kilometre-long railway line that runs around Paris, was built between 1852 and 1869 and used for freight and passenger traffic. With the arrival of the metro in 1900, this line was gradually forgotten and closed in 1985. In recent years, nature has taken over, transforming the route into a kind of green corridor with hundreds of plant species.

Scofidio+Renfro and landscape architect James Corner Field Operation dates to 2002. *The High Line* project, starting with the original route but demolishing the existing structures, succeeded in imagining a completely new public space made up of climbs, stops and descents in an urban landscape which, when the park was completed, still showed strong signs of decay and abandonment. In addition to the recognition the project has received over the years[6] and the fertile processes of gentrification that have now invested the surrounding urban context, it is worth emphasizing how the *High Line*, which is more recent and less attentive to the pre-existence of the Parisian promenade, has succeeded in defining a global craze[7] on a global scale regarding reflections and urban projects on the theme of the post-industrial landscape. The *High Line* phenomenon has, on the other hand, triggered a global mania in which this rail-to-trail process is being increasingly imitated and studied. Processes and logics that seem to have *learnt* from the high line can also be seen in conversion projects for some abandoned elevated roads. Three years ago, one of the most recent «High Lines» opened in Seoul, *The Seoullo 7017 Skygarden*, designed by the Rotterdam-based group MVRDV. The 900-metre-plus route through the ever-changing heart of Seoul connects the Central Station with Namdaemun market and beyond. The *plant village* designed by the Dutch group contains over 50 families of plants, for a total of 24 000 trees, plants, and flowers: in accordance with the Korean alphabet, the gardens in the park change with the seasons, offering different experiences to users and tourists. Bridges and stairs connect the viaduct with the shops, parks, and attractions of the city below.

In this case the greenery, rather than being *found* and *interpreted*, is thought out and designed to fit the project into the contemporary architectural landscape and meet the needs of the client. The conversion of the Seoul viaduct comes two years after 2015, a particularly fertile year for such rail-to-trail projects, which saw the opening of the Daikanyama Log Road in Tokyo; the Bloomingdale Trail in Chicago; and the Goods Line in Sydney.

3. THE FORMER NAPOLI-PIEDIMONTE D'ALIFE RAILWAY LINE, FROM FORGOTTEN TRACK TO ECOLOGICAL METRO-PARK

In 1888, the municipality of Caiazzo, in the province of Caserta, expressed the need to build a railway to connect the area at the foot of the Matese with the city of Naples; an infrastructure that would serve the rural villages that were forming at the end of the 19th century in the Neapolitan countryside. The request was supported by several municipalities, including Marano di Napoli, Miano and Secondigliano.

[6] The *High Line* project has been called a «monument of community activism», from: *City Major Statistics*, 2010. [Consult. 1 dec. 2023]. Available at: <http://www. citymayors.com>.
[7] Taken from E. Smallman, 2017, *The New York High Line: a global craze explained*, in CNN Style.



Fig. 1. D'ASCOLI, 2019

In 1898 a project was presented to extend the Naples-Aversa tramway as far as Piedimonte Matese, then called Piedimonte d'Alife, but it was only in 1900 that a royal decree granted a French company the construction and management of the Naples-Piedimonte d'Alife railway. Inaugurated in 1913, the railway was closed for the opposite reasons, one might say, to those that have generally led to the closure of Italy's *minor* railways. In the case of the Neapolitan line, it was the conspicuous urbanization of the areas through which it passed, especially in the vicinity of Naples, that made the type of transport inadequate and obsolete. In fact, the line had already been built with two different sections, the lower Alifana, from Naples to Santa Maria Capua Vetere, and the upper Alifana, which then reached Piedimonte Matese. The upper Alifana is still in operation. Of the lower part, tracks, streetlights, subways, tunnels and bridges remain as isolated traces, disconnected and dispersed in the densely heterogeneous urban fabric of the Campania suburbs (Fig. 1). It is possible, however, to retrace and redesign the old route of the lower Alifana, recognising and tracing the structures and infrastructures that over time clustered along the line when it was in operation (Fig. 2). A succession of large 20th century enclosures: industries, total institutions, cemeteries, isolated establishments of various kinds. The state of these structures is as heterogeneous as their contextual condition, but all of them, whether abandoned or in operation, are structures that have been rejected and/or

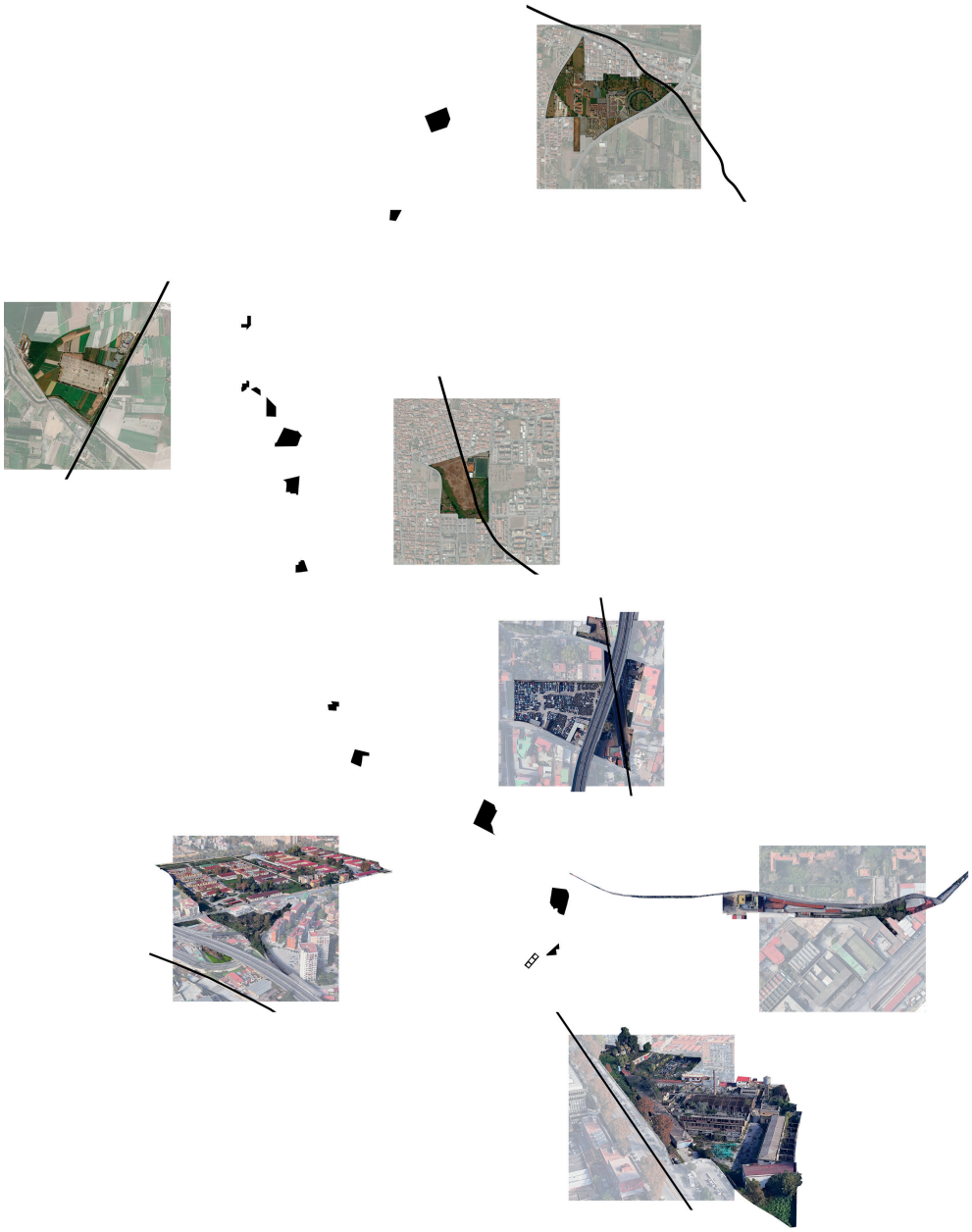


Fig. 2. D'ASCOLI, 2019



Fig. 3. D'ASCOLI, 2019

forgotten by communities, discards of our time. These fenced-in and inaccessible systems appear as contemporary refuges[8], abandoned islands characterized by the large presence of residual greenery and which have preserved and developed values and memories in the time of abandonment (Fig. 3). This «constellation» of waste is made up of large and small architectures and systems of architectures which are clearly different from each other and which in different ways relate to the abandoned spaces of the Alifana route. Some fenced systems ignore its passage, such as the abandoned cemetery in Aversa, while others already partially reuse the residual areas; this is the case of the green areas equipped with sports fields on the edge of the historic centre of Lusciano. Approaching the edge of the consolidated urban centre, in East Naples, along the route of the former Alifana railway, in particular along the initial stretch that climbed from Carlo III towards Secondigliano, skirting the western edge of Capodichino, one recognises a continuous, uninterrupted, and basically flat layer; a complex system of enclosures close to each other, more or less thick fragments of a third landscape. A layer characterised by the presence of residual greenery in a state of partial or total abandonment, «refuges for diversity» as Gilles Clement writes[9]; a geography of abandonment that stretches, jumps, stops, places of waste and discard. Fragments in continuous succession that insinuate themselves like a gap in the weave of the urban fabric. The layer of residual greenery is flanked and, in some cases, overlapped, interrupted by sudden jumps in height and light fences, by a system of small and large-scale waste. This is the city of the wastescape «landscape of waste», a rejected city, the city of car cemeteries and pottery dealers, the city of fences and elevated infrastructures. Within this network of waste and green areas are set three abandoned in-fra-structures, inaccessible but surrounded by greenery, potential new centralities for East Naples: the *Boscariello* military barracks in Secondigliano, the *Leonardo Bianchi* former psychiatric hospital and downstream, near the old Neapolitan terminus of the Alifana in Piazza Carlo III, the *Redaelli* industrial plant.

Today, along the tracks of the former Alifana railway, the closing ring of Line 1 is being built underground. At the four above-ground stations of Scampia (the last inaugurated), Regina Margherita, Secondigliano and Di Vittorio, the trackbed is almost perfectly aligned with the former railway. Four new stations on a stretch of the line just over 2 km long will serve the densely populated outskirts of Secondigliano. The

[8] The word *refugium* is of biological origin and literally means an area of an isolated population (HAFFER, 1978), what remains of a previously larger species, thus a *waste*, a ruin. The character of isolation could be defined as both the foundation and the guarantor of the existence of *refugia*. Thus, protecting *refugia*, according to Tsing and Haraway's (TSING, HARAWAY, 2019) understanding of it, means acknowledging in isolated systems the capacity to retain and conserve «identity material» and memories: this is possible starting from the understanding and reinterpretation of the role of the limen that defines and protects their isolation. In fact, extending the meaning of the term refugia, and intersecting some definitions, it becomes clear that we are dealing with isolated systems, capable of «holding» organisms, forms of life, memories.

[9] This refers to C.'s definition of the third landscape in CLEMENT, 2004.

section of the loop, owned by Metro Campania Nord-Est, will not be affected by the investments that have characterised the work on the stations in the historic centre. For some years now, Line 1 of the Metro has been undergoing an unprecedented architectural, urban, and artistic revolution. Since 1976, what has been called the «3 A's» (Art, Architecture and Archaeology) metro has established itself as a place of experimentation for large-scale projects that have modified and are shaping «the visual and functional perception of typical metro sites, the transformation of which 'in some cases' has given rise to an overall intervention of widespread urban redevelopment, on which a virtuous cultural process of transformation of the city can be grafted»[10]. The above-mentioned metro stations, however — Scampia, Regina Margherita, Secondigliano and Di Vittorio — will be artless metro stations, probably because they are in a peripheral part of the city that is often the victim of political and social imbalances. For each of these stations there are plans to redesign the surface layouts, independently of each other. However, the proposed solutions seem to ignore the intrinsic potential and patrimonial value of the former Alifana railway waste spaces that Line 1 encounters along its route.

With respect to the conditions described, for the 2019 thesis work[11] the possibility of a reorganization of the waste spaces related to the former railway was identified, starting from a redesign that holds together the surface arrangements of the Regina Margherita, Secondigliano and Di Vittorio stations. The heterogeneity and diverse nature of the waste spaces examined led to a design of a park in parts that, starting from the «piece of the city» in which they are inserted, modifies and changes according to the contextual conditions. This is how the idea of METROnaPOLIPARK was born, a green infrastructure from and for the city, which leads from the Capodichino hill for 12 km to Santa Maria Capua Vetere. Structure and cohesion to the project are given by a cycle path that partially occupies the «buffer zone» of the former railway, a continuous and fenced layer of waste. It was decided to carry out in-depth study and investigation in the area from the Secondigliano barracks to the former Leonardo Bianchi psychiatric hospital, where the starting point of the park is identified. On the scale of the master plan (Fig. 4), different types of public spaces crossing the periphery of East Naples are represented, conceived, and designed starting from the current vocations of the green spaces under study. Design insights, at a close scale, for some of the pieces of this park tell about their fundamental forms and variations. The area near the Regina Margherita station, crossed by the median axis elevated railway, is strongly characterized by the presence of agricultural fields, which come alongside

[10] In 2019, at DiARC University of Naples Federico II, Giuseppe D'Ascoli completed a thesis entitled *DEVIAZIONI URBANE. Intersezioni infrastrutturali a Napoli Est*, with tutor Professor Angela D'Agostino as supervisor. Part of this work is included in chapter 3 of this contribution (D'ASCOLI, 2019).
[11] D'ASCOLI, 2019.



Fig. 4. METROnaPOLIPARK. Source: D'ASCOLI, 2019

and sometimes overlap with the residual greenery that occupies the track bed; for this part of the park, possible solutions are designed to give new life first of all to the spaces «under» the infrastructure. In addition, to encourage osmotic participatory processes between the park and the city, light structures and partitions are planned which, by hybridizing with the infrastructure pylons, enter into the design of the green areas and define their spaces, perspectives and relations. In order to implement the agricultural vocation of the site, the design of the park is completed with urban gardens and urban farms serving the city.

The route of the Alifana, which is almost always flat, is occasionally interrupted and broken up due to urban expansion over the last thirty years and a series of demolitions that have affected the bridges of the former railway over time, the most recent of which was the destruction of the reinforced concrete bridge over the Capodichino cove. For these and other points of connection, bridges, slow and fast ascents, stairs and ramps have been designed to bring the elevated spaces of the park closer to the city. The pivot and focal point of the park project is the design of the new Di Vittorio station, of which one of the three exits towards the city has been redesigned: the one that rises to the surface on the trackbed, near the *Leonardo Bianchi* enclosure wall.

BIBLIOGRAPHY

ABRAMSON, Daniel (2016), *Obsolescence: An Architectural History*. Chicago: The University of Chicago Press.

BAUMAN, Zygmunt (2005). *Vite di scarto*. Roma: Laterza.

CLEMENT, Gilles (2004). *Manifeste du tiers paysage*. Macerata: Quodlibet Studio.

D'AGOSTINO, Angela; D'ASCOLI, Giuseppe (2018). *Lineare in trasversle. In-fra-strutture tra Napoli e New York*. «Urbanistica informazioni». 278, 86-90.

D'ASCOLI, Giuseppe (2019). *DEVIAZIONI URBANE. Intersezioni infrastrutturali a Napoli Est*. Naples: DiARC University of Naples Federico II. PHD thesis.

FERLENGA, Alberto (2012). *L'Architettura del mondo. Infrastrutture, mobilità, nuovi paesaggi*. Milano: Compositori.

FOUCAULT, Michel (2001). *Spazi altri. I luoghi delle eterotopie*. Milano: Mimesis.

HARAWAY, Donna (2016). *Staying with the Trouble:Making Kin in the Chthulucene*, Duhram: Duke University Press.

JULLIEN, François (2020). *L'apparizione dell'altro. Lo scarto e l'incontro*. Milano: Feltrinelli.

KOOLHAAS, Rem (2006). *Junkspace, per un ripensamento radicale dello spazio urbano.* Macerata: Quodlibet.

MARCARINI, Albano; ROVELLI, Roberto (2017) *Atlante italiano delle ferrovie in disuso*. Firenze: IGM.

MARINI, Sara; CORBELLINI, Giovanni (2016). *Recycled Theory: Dizionario Illustrato*. Macerata: Quodlibet.

RI-ABITARE IL SOTTO-SOPRAELEVATA. RIUSI INEDITI E RIAPPROPRIAZIONI SPONTANEE PER SPAZI 'ALTRI' DI CONNESSIONE*

GIUSEPPE D'ASCOLI**
MARIA FIERRO***

Riepilogo: *A partire dalla fine del XIX secolo, le reti infrastrutturali hanno favorito lo sviluppo, la connessione, e spesso anche la modificazione delle città. Tra le innumerevoli reti materiali e immateriali che attraversano città e territori, si riconosce nel sistema delle strade sopraelevate un fertile campo di ricerca. Le complesse relazioni che intercorrono tra le strade sopraelevate e la città contemporanea, in alcuni casi hanno generato singolari spazi «del sotto»: spazi «scartati» che spesso rivelano caratteri comuni al variare delle parti di città che incontrano. Rispetto alle trasformazioni di questo status di scarto, si presenteranno alcuni casi studio esplicativi e di approcci di riuso* top down *e di pratiche di riappropriazione spontanea. La messa in tensione di studi e ricerche svolti tra l'Italia e l'America apre ad inedite prospettive per alcuni spazi in attesa di ripensamento relativi a particolari strade sopraelevate napoletane.*

Parole chiave: *Riuso; Infrastrutture; Scarto; informale; Trasformazione.*

Abstract: *Since the end of the 19th century, infrastructural networks have favored the development, connection and often the modification of cities. Among the countless material and immaterial networks that cross cities and territories, the system of elevated roads is a fertile field of research. The complex relationships between elevated roads and the contemporary city have in some cases generated singular spaces «below»: «rejected» spaces that often reveal common features as the parts of the city they meet vary. In relation to the transformations of this discarded condition, some exploratory case studies will be presented, as well as top-down re-use approaches and spontaneous re-appropriation practices. The combining of studies and research carried out between Italy and America opens up new perspectives for some spaces awaiting rethinking related to particular Neapolitan elevated streets.*

Keywords: *Reuse; Infrastructure; Waste; Informality; Transformation.*

---

* Contributo degli autori: Gli autori hanno contribuito unitariamente alla scrittura di questo articolo, tuttavia, i paragrafi 1-2 sono stati sviluppati da Giuseppe d'Ascoli, i paragrafi 3-4 sono stati sviluppati da Maria Fierro.

** DiARC, Università degli Studi di Napoli Federico II. Email: giuseppedascoli1991@gmail.com.
*** DiARC, Università degli Studi di Napoli Federico II. Email: m.92fierro@gmail.com.

1. RI-ABITARE SPAZI SCARTATI

> *Le infrastrutture, e in particolar modo quelle legate al movimento di persone o merci, hanno fortemente connotato il corso del Novecento diventando un simbolo di modernità, uno degli indicatori più importanti per valutare il grado di sviluppo di un paese.* […] *Alle infrastrutture odierne si richiede di farsi portatrici di valori non legati esclusivamente ai ruoli funzionali primari, di offrire possibilità d'uso diversificate, di essere permeabili nei confronti del territorio e di costituirne un'occasione di riqualificazione, riconoscibile e condivisa*[1].

«Ri-abitare il sotto-sopraelevata» vuole indagare limiti e possibilità di cambiamento circa specifici spazi della città contemporanea, luoghi residuali generati da alcune specifiche infrastrutture della mobilità: ci si riferisce alle strade sopraelevate della mobilità e agli spazi del sotto da queste generate. A partire dalla fine del XIX secolo le reti infrastrutturali hanno promosso sviluppo e modificazione delle città che abitiamo; di contro, pur favorendo la connessione di specifici territori, hanno spesso determinato cesure e discontinuità, favorendo condizioni urbane complesse e contraddittorie.

Il recente processo di infrastrutturazione a scala planetaria sembra aver reso il mondo un'unica città concretizzando l'*Ecumenopolis* di Doxiadis di fine anni'60. Nell'ultimo ventennio sembra che alla «deriva» della forma della Città Moderna — oggi riconoscibile nelle configurazioni di «città-mondo» e «mondo-città» — stia corrispondendo una proliferazione di spazi urbani residuali e non-luoghi, *spazi altri* dalla complessa definizione e «lettura», difficili da considerare o reintrodurre nelle dinamiche urbane contemporanee. Tra questi, gli spazi di scarto afferenti alle infrastrutture sopraelevate, irrompono spesso prepotentemente nei paesaggi urbani, definendo l'immagine e il carattere e di alcune parti delle metropoli che abitiamo.

Ri-abitare gli spazi generati dalle infrastrutture necessita di una inversione del punto di vista sulle condizioni di «marginalità» che contraddistinguono questi luoghi; progettare la «marginalità» significa accogliere sguardi trasversali e mettere a punto strumenti inediti di progetto ed interpretazione[2].

Osservando la Città Metropolitana di Napoli[3] e il complesso sistema infrastrutturale che ne attraversa, serve e definisce alcune sue parti, questo contributo indaga stato e possibilità di cambiamento per un particolare spazio di scarto infrastrutturale individuato nella periferia tra Casoria e Afragola, scelto tra gli altri per i riusi *spontanei* che nel tempo ne hanno occupato gli spazi del sotto. Riconoscendone contestualmente

[1] FERLENGA, 2012.
[2] MARINI, 2010.
[3] La città metropolitana di Napoli è un ente territoriale di area vasta nato il 1.º gennaio 2015; il suo territorio corrisponde a quello della precedente provincia di Napoli.

vocazioni e potenzialità, il contributo propone una *vision* di riconversione che parte da lettura ed intersezione di due caratteri che conformano il non-luogo oggetto d'indagine, entrambi legati al suo stato di abbandono: si presenta un nuovo sguardo che considera e mette in tensione una riappropriazione duplice dello spazio da parte della natura e di insediamenti spontanei. Una visione che vuole *comprehendere* (nel senso latino di *tenere insieme*) i significati complessi del luogo indagato al fine di presentarne una versione possibile e futuribile, che vede questo spazio ri-abitato da comunità umane e non-umane[4].

2. INVERTIRE LO SGUARDO, FONDAMENTI DI UN DISCORSO SUL *WASTE*

Lo sguardo proposto muove dall'intersezione di interessi e teorie degli ultimi decenni che aprono a nuove letture per gli spazi di scarto oggetto di studio, comunemente considerati con accezioni negative. In realtà negli ultimi trent'anni «i vocaboli che hanno raccontato lo scarto si sono spesso alternati […] "friches", "junkspace", "non luoghi", "reste", "ruines", "terrain vagues", "terzo paesaggio" sono solo alcune delle voci utilizzate»[5]. Il numero elevato di definizioni, oltre a misurare la difficoltà nel «fermare» e «governare» questi spazi, racconta della necessità di un dialogo di Progetto e Ricerca con queste singolari realtà che caratterizzano le città contemporanee.

Oggi, infatti, «la città dei fatti urbani» si ri-configura, parafrasando Koolhaas, come imprevista, generica, multiculturale e multirazziale, disperdendosi su tutto il territorio producendo un paesaggio urbano dominato dallo *junkspace*[6]. Le teorizzazioni di Koolhaas si inseriscono in un complesso sistema di studi, ricerche e sperimentazioni sugli spazi del *waste* rintracciabile come particolarmente fervido a partire dagli ultimi anni del secolo scorso. Sull'onda di ricerche ed interessi che attraverserà tutti gli anni Novanta, nel 1996 Ignasi Di Solà-Morales conia, da architetto, un'espressione che è entrata nella cultura progettuale europea e nelle menti di architetti, paesaggisti e urbanisti in tutto l'Occidente. Morales, sceglie per il nuovo binomio la lingua francese per rendere esplicita la *vaghezza* di forma, di contenuti, di dimensioni e funzioni tipica di questi luoghi: il *terrain vague*, spazio in attesa, tanto *vagus* quanto *vacuum*[7]. Sono questi anni in cui gli studiosi, ma anche artisti e fotografi iniziano ad interessarsi a questi spazi attraverso sopralluoghi, battute fotografiche, raccolte di dati e materiali. Luoghi e contesti urbani comunemente *rifiutati* iniziano ad essere interrogati, indagati, mappati e rappresentati. Una fondamentale inversione di sguardo sugli spazi di scarto è certamente rappresentata dagli studi e dalle riflessioni

[4] HARRAWAY, 2016.
[5] MARINI, 2010.
[6] KOOLHAAS, 2006.
[7] GABBINELLI, 2017.

del paesaggista e scrittore francese Gilles Clément, che cambieranno fortemente le sperimentazioni e le ricerche sul tema appartenenti ai primi anni 2000. Del 2004 è il suo *Manifeste du tiers paysage* che interroga e analizza il ruolo della vegetazione, la quale sempre invade questi frammenti *scartati* di città. Stressando fortemente il ruolo che processi naturali ed ecologici hanno nella caratterizzazione di questi spazi, Clement definisce Il Terzo Paesaggio come il paesaggio che rifugge dal controllo della pianificazione e dell'agricoltura, un sistema di spazi che si insediano lungo gli argini delle strade, un paesaggio di mezzo tra l'oscurità del bosco e la luce del prato. Di fatto, una grande metafora politico-sociale, un arcipelago di luoghi in cui trovano rifugio le specie pioniere, infestanti, invasive che altrove soffrono la presenza e il continuo passaggio dell'uomo.

Oltreoceano studiosi come Alan Bergen si sono soffermati sulle relazioni tra i processi produttivi della città del 900 e la formazione di questi spazi. Gli spazi del *dross* delineati da Berger sono spazi inevitabilmente legati a trasformazioni ed espansioni urbane. La città che Berger descrive in libri come *Drosscape* è un organismo vivente, che cresce, si trasforma e genera scarto. Le interpretazioni di Berger sono tutt'altro che negative, attraverso mappature, catalogazioni ne studia e mette in luce il valore economico. In anni recenti, inoltre, esperienze e ricerche italiane di interesse nazionale ed internazionale hanno affrontato con sguardi altri i temi e le questioni dei sistemi infrastrutturali, degli spazi verdi e dei luoghi del riciclo nella città contemporanea. Oggi si continua a dedicare al tema del *waste*, e alle relazioni tra Architettura, Infrastrutture e Riciclo un numero cospicuo di seminari, workshop, pubblicazioni scientifiche e intere riviste.

> *La crescita esponenziale della civiltà ha distorto il rapporto tra mondo artificiale e naturale. Cosa si può dire, allora, del legame tra architettura e natura quando l'atto stesso di costruire è responsabile della distruzione dell'ambiente?* […] *In questo contesto, l'architettura alimenta un dialogo incessante con il battito cardiaco della natura e lo esprime nello spazio costruito, illustrando così il suo esplicito ruolo di veicolo per comunicare con l'ambiente*[8].

Oggi un ingente sistema di spazi urbani, che si trova in condizioni di abbandono e/o di attesa, e che ha accolto nel tempo scarti naturali, ma spesso anche sociali e fisici[9], compone un paesaggio da ripensare e ri-abitare, e quindi da progettare. Si tratta di un paesaggio interstiziale che sembra offrire oggi una inedita possibilità culturale al progetto di riuso che vuole riconvertire questi spazi: accettare la diversità, la differenza e le variazioni tipiche della «città post globale».

[8] ANDO, 2021: 2-5.
[9] AMIN, THRIFT, 2005.

3. PROGETTARE SPAZI ALTRI: IL SOTTO-STRADA, UN DISPOSITIVO DI TRASFORMAZIONE URBANA

Rispetto alle possibilità di cambiamento e trasformazione per queste *specie di spazi*, la ricerca e la selezione di casi studio, dal panorama di progettualità contemporanee tra l'America e l'Europa, permette un «ragionamento» che tiene insieme possibilità diverse e logiche variabili.

I progetti selezionati — Fort Tryon Park, East River Esplanade Park, il ponte di Capodichino, sotto il viadotto dei Presidenti, Praha Fontenova, il Ponte di Chiaiano, la Lavender Lane, il Pop-up Monument e le due visioni a concludere — sono classificati e raggruppati secondo i processi che ne hanno determinato la progettazione e la realizzazione, dai più fortemente top down alle azioni spontanee, intercettando il panorama degli approcci integrati.

Quello che emerge è una linea di ricerca che, nonostante le differenti logiche progettuali, conferisce una possibilità a spazi che altrimenti, in particolar modo in Italia, risulterebbero in attesa, resterebbero bianchi sulle mappe e, assumerebbero i caratteri di quelle che Settis definisce zone grigie urbane[10]. I progetti sono quindi presentati mescolando contesti e comunità di riferimento e le letture proposte tengono conto di un approccio eclettico all'analisi del caso studio, che considera il contesto nei suoi aspetti materiali e immateriali.

In America, in particolare New York, negli ultimi anni è stata interessata da numerosi interventi di riuso, al fine di risignificare e ri-abitare gli spazi del sotto delle strade sopraelevate. Sull'isola di Manhattan, Il Fort Tryon Park — parco naturale che comprendere i MET cloisters — e l'East Rivier Esplanade Park — che offre programmi comunitari, svago e viste impareggiabili — ridefiniscono il limite ovest della città. I due progetti collaborano nella configurazione di un sistema più ampio di parchi pubblici nell'Upper Side — fortemente voluto dalla municipalità di New York all'inizio degli anni 2000 — che serve diversi brani di città restituendo alle comunità numerosi spazi scartati, attraverso molteplici dispositivi architettonici. In particolar modo il progetto dell'East Rivier Esplanade Park ha dotato il pezzo di città interessato di elementi di design sostenibili, di aree sportive e una pista ciclabile continua con illuminazione anche notturna. L'interessante sistema quindi ri-definisce oggi il limite della città, rendendolo riconoscibile, attrattivo e catalizzatore di nuovi processi virtuosi.

Tra l'Italia e il resto dell'Europa, invece, si rintracciano progetti che propongono modi per ri-abitare gli spazi del sotto sopraelevata, che si pongono a metà tra le pratiche top down e quelle bottom up, in particolare il progetto del sottoponte di Capodichino a Napoli, il sotto Viadotto dei Presidenti a Roma, il progetto di Praha Fontenova a Lisbona e il Pop-up Monument a Berlino.

[10] Ci si riferisce al saggio *Confini difficili* in SETTIS, 2017.

L'intervento che interessa il sottoponte di Capodichino — nel tratto dell'asse di collegamento tra lo svincolo Napoli-Est della tangenziale, il quartiere 167 di Secondigliano, la rampa di collegamento con Viale Maddalena — realizzato dal gruppo Vulcanica nel 2012, propone un'idea di spazio pubblico e si presenta oggi come uno skatepark che segue le contemporanee logiche di progetto urbano. Pochi elementi inglobano i piloni dell'asse e la modellazione di suolo definisce uno spazio fluido, aperto agli usi possibili da parte delle comunità.

Ancora in ambito italiano, il progetto «sotto il viadotto» riferito al Viadotto dei Presidenti, che rientra nelle politiche rigenerative del più ampio programma G124, coordinato dall'architetto R. Piano, è un esempio di riappropriazione e trasformazione di un non-luogo, solitamente nascosto al traffico quotidiano. L'area abbandonata e in stato di forte degrado, è stata oggetto di studi che prevedevano un ampio intervento di rigenerazione urbana per collegare la parte orientale della città con quella meridionale. La collaborazione con gli attori locali ha reso interessante un embrionale avvio di riappropriazione che ha configurato una piazza temporanea, mostrandone i possibili scenari (ri)generativi.

Praha Fontenova, a Lisbona, progetto dell'architetto J. Adriao, rilegge lo spazio sotto la sopraelevata invertendone il senso. Uno spazio adibito a parcheggio per più di 50 anni, attraverso il progetto riscopre inedite vocazioni ed usi. Con elementi di arredo urbano e con l'implemento della vegetazione, la piazza oggi si inserisce pienamente tra gli spazi pubblici della Lisbona contemporanea.

Il PopUp Monument di Berlino, del collettivo *Raumlabor*, vede protagonista una struttura pneumatica che prova a rendere esplicito l'alto livello di adattività degli spazi del sotto infrastruttura. Un tema contemporaneo di progetto che si pone come anello intermedio per la lettura degli ultimi due casi, di nuovo tra l'America e l'Europa, che vedono nell'utilizzo dell'elemento colore, un punto di partenza per la riappropriazione degli spazi del sotto. In America la Lavender lane — FDR drive — è un elemento lineare che definisce il limite a sud di Manhattan con l'East River, dal 2016 i suoi spazi del sotto sono oggetto di un processo trasformativo in continua evoluzione che vede intersecarsi proposte della comunità residente e interessi delle associazioni di quartiere. Il colore è stato l'elemento apparentemente effimero che ha innescato una serie di interventi puntuali volti a ri-abitare questi eccezionali spazi del sotto. Un processo analogo, con logiche e risultati estremamente differenti, ha investito il ponte di Chiaiano a Napoli. A partire dagli anni 2000 la linea 1 della metropolitana di Napoli è stata interessata da numerosi progetti *art-based*. In realtà i fondi per la metro «delle tre A» (Arte, Architettura, Archeologia) hanno tagliato fuori le stazioni metropolitane in periferia. In risposta a questa forte contraddizione l'associazione *Un ponte oltre i muri*, nel 2014 ha dipinto il sotto del ponte di Chiaiano; gli spazi, per quanto esteticamente più gradevoli, sono però ancora oggi in attesa di un processo reale di trasformazione.

La ricerca e la sistematizzazione dei casi studio elencati, tende ad esplicitare e rendere evidente la volontà di risignificare e ri-abitare questi spazi, frammenti di quel «discorso amoroso» interrotto del progetto delle infrastrutture con la città contemporanea.

4. POSSIBILITÀ ALTRE, VISIONI POSSIBILI E APERTURE DI RICERCA

Abitare i complessi paesaggi campani, in particolare della Città Metropolitana di Napoli, abitua a singolari condizioni e a possibilità di lettura e sperimentazioni di *strane bellezze*, spazi altri che ospitano condizioni e uomini *altri*. Nella periferia Nord di Napoli, tra i Comuni di Casoria e Afragola, la strada a scorrimento veloce SP527 (Fig. 1), si sopraeleva e individua un frammento che, non progettato e soggetto ad abbandono e incuria, è oggetto di riappropriazioni spontanee naturali e antropiche.

Nonostante gli ingenti processi di espansione edilizia, molte aree a Nord di Napoli conservano una vocazione fortemente agricola; i tessuti delle aree periurbane napoletane, brandelli di città diffusa, esse stesse zone di confine che, secondo il modello della *post-metropoli* si ri-articolano continuamente, configurano sistemi insediativi frammentati e compenetrati da pezzi di campagna e natura, in un'agglomerazione



Fig. 1. Foto aerea di un tratto della SP527. Fonte: © Google

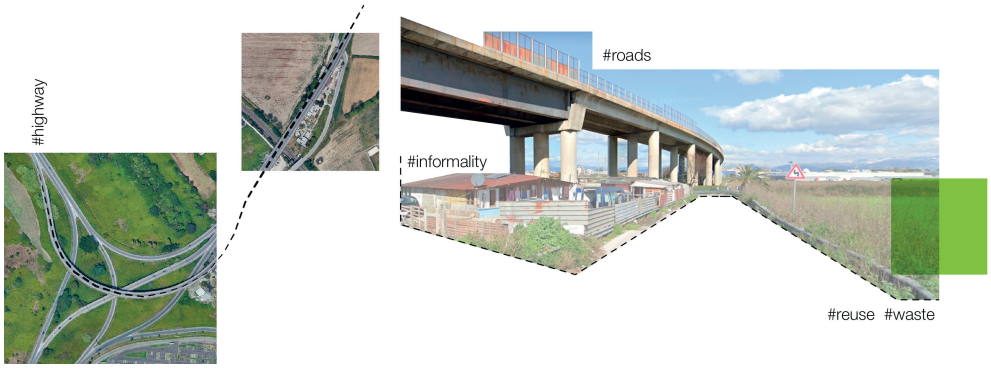


Fig. 2. Rielaborazione grafica a cura degli autori che restituisce le condizioni del frammento urbano oggetto di studio. Fonte: © Google

in cui l'urbanizzazione assume la scala regionale. Quando una strada sopraelevata intercetta questi territori e configura i paesaggi contemporanei, si possono generare condizioni spaziali singolari, evidenti nella foto (Fig. 3) che rendono esplicite le possibilità creative degli spazi del sotto sopraelevata. Ad un rigoglioso sistema di verde residuale, nel frammento di strada individuata, si affianca un micro-favelas; convivono in un equilibrio dinamico e spontaneo elementi naturali tipici dei paesaggi dell'abbandono e dello scarto con un sistema abitativo informale, un campo spontaneo e autocostruito da una comunità Rom, socialmente a margine. È un frammento di città che si configura come quegli «angoli di mondo in cui possiamo osservare



Fig. 3. Immagini da *Google Maps* della strada SP527



Fig. 4. Composizione evocativa a cura degli autori

pratiche abitative informali, di resistenza e di ricodificazione dell'umano abitare»[11]; laboratorio di strategie di resistenza.

Una condizione singolare che spinge il pensiero progettante ad immaginare usi inediti per questo spazio del sotto. La coesistenza di scarto e marginalità materiali e immateriali sembra suggerire una vocazione altra per questo luogo altro. Si immagina un futuro capace di considerare tanto le questioni legate al tipo di comunità che si è riappropriata dello spazio in disuso, quanto al tipo di vegetazione che, a differenza dei terreni agricoli fortemente gestiti dall'uomo, ha sviluppato e si conserva, in questo sotto, come eccezionale scrigno di diversità biologica. Promuovendo un potenziale di sviluppo creativo, la visione per la SP 527 tiene insieme logiche dell'abitare informale e approcci ecologici. La composizione evocativa (Fig. 4) prova a fermare in un'immagine un approccio progettuale, per questo particolare spazio del sotto, che parte dalle scomode condizioni contingenti, rendendole materiale primo di progetto. Così il collage tiene insieme variazioni compositive di spazi abitativi che interpretano la sopraelevata e una varietà di elementi verdi scelti tra quelli tipici degli spazi abbandonati.

Più che a conclusioni, il contributo apre a due ricerche profondamente diverse ma che hanno in comune l'intento di guardare a condizioni, luoghi e comunità a margine, scartate e rifiutate, con uno sguardo altro. Da un lato una ricerca[12] che si interroga sulla possibilità di re-introdurre all'interno delle dinamiche urbane contemporanee specifici sistemi isolati del '900, obsoleti e quindi abbandonati, oggi caratterizzati da un ingente presenza di verde infestante e residuale. Dall'altro una ricerca[13] che si interroga sulla possibilità del progetto, come dispositivo, di apprendere da configurazioni informali per intervenire su precisi spazi urbani contemporanei della città Europea in cui osserviamo pratiche abitative illegali e informali.

---

[11] STAID, 2017.

[12] Ci si riferisce alla ricerca di dottorato in architettura (in corso) – Dipartimento di Architettura, Università degli studi di Napoli Federico II — dal titolo (provvisorio) *RE-cognizable boundaries. IN-between possibilities for contemporary junkle spaces.* Dottorando: Giuseppe D'Ascoli, Tutor: Prof.ssa Angela D'Agostino.

[13] Ci si riferisce alla ricerca di dottorato in architettura (in corso) – Dipartimento di Architettura, Università degli studi di Napoli Federico II — dal titolo (provvisorio) C*ittà (in)tra/visibili. Dispositivi architettonici in-forma-li per la città del dissenso.* Dottoranda: Maria Fierro, Tutor: Prof.ssa Paola Scala.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel (2005). *Città. Ripensare la dimensione urbana*. Bologna: Il Mulino.

ANDO, Tadao (2021). *Confrontarsi con la natura*. «Domus». 1056, 2-5.

BAUMAN, Zygmunt (2005). *Vite di scarto*. Roma: Laterza.

BERGER, Alan (2006). *Drossscape. Wasting Land in Urban America*. Princeton: Princeton Architectural Press.

D'AGOSTINO, Angela; D'ASCOLI, Giuseppe (2018). *Lineare in trasversle. In-fra-strutture tra Napoli e New York*. «Urbanistica informazioni». Special Issue. 278, 86-90.

FERLENGA, Alberto (2012). *L'Architettura del mondo. Infrastrutture, mobilità, nuovi paesaggi*. Milano: Compositori.

FOUCAULT, Michel (2001). *Spazi altri. I luoghi delle eterotopie*. Milano: Mimesis.

GABBINELLI, Alessandro (2017). *Spazi residuali. La vegetazione nei processi di rigenerazione urbana*. Roma: GOtoECO.

HARRAWAY, Donna (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Dhuram: Duke University Press.

KOOLHAAS, Rem (2006). *Junkspace, per un ripensamento radicale dello spazio urbano.* Macerata: Quodlibet.

MARINI, Sara (2010). *Nuove Terre. Architetture e paesaggi dello scarto*. Macerata: Quodlibet Studio.

SETTIS, Salvatore (2017). *Architettura e democrazia*. Torino: Einaudi Editore.

STAID, Andrea (2017). *Abitare illegale. Etnografia del vivere ai margini in Occidente*. Milano: Milieu.

SITOGRAFIA

DIVISARE (2018). *Praça Fonte Nova*. [Consult. 12 Dic. 2023]. Disponibile in <https://divisare.com/projects/384854-fernando-guerra-fg-sg-hugo-santos-silva-praca-fonte-nova>.

G124 (2014). *Viadotto Gronchi, Roma*. [Consult. 12 Dic. 2023]. Disponibile in <https://www.renzopianog124.com/progetti/roma/>.

RAUMLABOR (2006). *Das Küchenmonument*. [Consult. 12 Dic. 2023]. Disponibile in <https://raumlabor.net/kuchenmonument>.

VULCANICA ARCHITETTURA (2012). *Ponte di Capodichino*. [Consult. 12 Dic. 2023]. Disponibile in <https://www.vulcanicaarchitettura.com/ponte-ok>.

PAISAJE URBANO Y FACHADISMO EN LA TURISTIFICACIÓN DEL CENTRO: EL CASO MALAGUEÑO DE CALLE GRANADA

HÉCTOR VÁZQUEZ DE LA ROSA*

Resumen: *La calle Granada del Centro Histórico de Málaga destaca por ser una de las vías con más recorrido histórico del callejero malacitano. El origen de su trazado remonta a la urbe medieval andalusí y su nombre aún recuerda sus funciones como principal salida hacia la Granada nazarí. En las últimas décadas la calle ha experimentado un fuerte proceso de hiperespecialización del espacio debido a una zonificación excluyente que ejerce un rol clave en los flujos comerciales y los circuitos turísticos del Centro.*

Esta investigación se propone examinar dicha turistificación a través del análisis del paisaje urbano de calle Granada como reclamo turístico, estableciendo analogías con el efecto Las Vegas y las lógicas del Strip. Para ello, se analizarán las prácticas de fachadismo en inmuebles patrimoniales como herramientas de producción de espacios ambientados, tomando como ejemplo el vaciado perpetrado en el Palacio de la Sonora para su conversión en hotel boutique.

Palabras clave: *Calle Granada; Málaga; Turistificación; Paisaje urbano; Fachadismo.*

Abstract: *Granada Street in Malaga's Historic Centre stands out for being one of the roads with the longest historical trajectory on the city's street map. Its origin dates back to the medieval Andalusian city and its name recalls its old functions as the exit to the city of Granada. Nowadays, the street has undergone a process of hyperspecialization of public space due to an exclusive zoning that plays a key role in the commercial flows and tourist circuits of the Centre.*

The research examines this touristification through the analysis of the urban landscape of Granada Street as a tourist attraction, establishing analogies with the Las Vegas effect and the logic of The Strip. For this, the façadism practices in heritage buildings will be analyzed as tools for the production of themed spaces, taking as example the emptying perpetrated in the Palacio de la Sonora for its conversion into a boutique hotel.

Keywords: *Granada Street; Malaga; Touristification; Urban landscape; Façadism.*

INTRODUCCIÓN

La ciudad de Málaga atestigua en su fisionomía físico-social una serie de transformaciones, producto de la turistificación que experimenta el territorio. Este proceso es propio de las dinámicas competitivas en las que se ven inmersas las ciudades turísticas a nivel global. Dicho fenómeno se puede apreciar de manera más acentuada en el barrio histórico del Centro, lugar en el que se sitúa la calle Granada, donde las demandas turísticas y los nuevos modelos de hospedaje han dado origen a una saturación

* Doctorando de la Universidad de Málaga. E-mail: hectorvdelarosa@gmail.com.

turística del núcleo urbano. De esta manera, el Centro Histórico, con un paisaje urbano marcado por su centralidad histórica y su patrimonio arquitectónico, deviene destino, posicionándose como un atractivo de consumo, es decir, como un espacio de oportunidad lucrativa para el capital en detrimento de sus valores sociales y simbólicos y de la calidad de la vida cotidiana de sus residentes.

Por tanto, el presente estudio tiene por objetivo analizar las imbricaciones entre la turistificación —así como la zonificación terciaria y la hiperespecialización que esta ejerce en el territorio—, y el uso del fachadismo y la instrumentalización del paisaje urbano histórico del Centro de Málaga. El área de estudio, la calle Granada, nos permitirá, además, determinar puntos en común con las lógicas del Strip y el efecto Las Vegas, de manera que se diluciden los patrones por los cuales se intervienen las ciudades desde la óptica de la iconosfera turística, en perjuicio de una ciudad para ser habitada.

1. UNA APROXIMACIÓN AL PAISAJE URBANO DEL CENTRO HISTÓRICO DE MÁLAGA

El término centro histórico viene a definir aquellas áreas de las ciudades actuales que resaltan por encarnar a través de su fisionomía y su estructura urbana la antigua ciudad preindustrial. En otras palabras, son aquellos núcleos históricos que se caracterizan por ser áreas urbanas compactas de una marcada centralidad social, física, simbólica y, en ocasiones, también económica, cuyo paisaje es producto de la superposición de construcciones y reformas ejecutadas durante el devenir del tiempo y que nos puede retrotraer hasta los mismos orígenes de la ciudad.

En cuanto al paisaje urbano, este refleja la evolución de las múltiples sociedades que habitan un territorio, quedando su configuración estética impregnada tanto de las relaciones sociales y culturales como de las dinámicas políticas y económicas. Constituido principalmente por la trama viaria, la fábrica edilicia y sus fachadas, el mobiliario y el arbolado público, el clima y la pavimentación, el paisaje urbano conforma una de las mayores riquezas del imaginario colectivo e identitario de los residentes de un lugar, y su estructura ayuda a la construcción de la imagen de ciudad y a los procesos de identidad urbana y pertenencia por parte de los residentes. El paisaje urbano alberga, por tanto, múltiples niveles semánticos[1], de ahí que suponga un contenedor cultural de información y experiencias sobre la historia local, la idiosincrasia popular y sus modelos relacionales socioeconómicos.

El plano de fachadas del centro se caracteriza por sus edificaciones barrocas y por aquellas producidas durante su etapa decimonónica. Del barroco encontramos inmuebles de escasa altura, algunos palacios de importancia (como el Palacio de

[1] POPA, ENACHE, 2019.

la Sonora o el Episcopal) y numerosas iglesias (Santo Cristo de la Salud, San Felip Neri, etc.), cuyas fachadas destacan por el uso de una ornamentación que afiligrana muros y paramentos, en un primer momento con elementos decorativos geométricos —herencia andalusí—, para dar lugar posteriormente a composiciones pictóricas que simulan diseños arquitectónicos y murales devocionales y mitológicos[2]. En cuanto a las edificaciones eclécticas, estas crecen en altura y son de uso plurifamiliar, adquiriendo protagonismo en las fachadas los ventanales y los miradores acristalados y perdiéndose las pinturas murales.

Sin embargo, la gestión local del patrimonio ha venido a cambiar considerablemente este escenario paisajístico, en gran parte para dar respuesta a las demandas turísticas del Centro; desde 1957 el 44,5% de los inmuebles del centro ha sido demolido[3]. Esta destrucción ha venido a empeorarse durante las últimas décadas, pues desde el 2000 uno de cada cuatro edificios históricos ha desaparecido; de los 800 inmuebles bien de interés cultural, 205 eran previos a 1900[4]. Si bien en todo el ámbito europeo se aprecian, desde la década de los 80 y de los 90, dinámicas de rehabilitación y remodelación de los centros históricos —muy vinculadas a la terciarización y la turistificación de estos—, en el ámbito español además se le ha de sumar una fuerte presión debido a procesos de gentrificación tras la degradación física que habían experimentado los centros durante el desarrollismo franquista.

2. FACHADISMO, INSTRUMENTALIZACIÓN DEL PAISAJE URBANO Y TURISTIFICACIÓN DEL CENTRO.

Una de las herramientas más prolíficas en la instrumentalización del paisaje urbano y la turistificación del Centro de Málaga es el fachadismo. Con este término se describen aquellas intervenciones en edificaciones históricas que por medio de la destrucción parcial del inmueble vacían la totalidad del espacio interior, manteniendo exclusivamente las fachadas. Con ello se consigue una nueva edificación interna, pero que a pie de calle simula ser histórica debido a la conservación de la imagen externa. En el caso malagueño se ha llegado a hacer un uso sistemático, con un total de 117 inmuebles vaciados por fachadismo en el área de la almendra histórica[5].

Esta estrategia de simulación histórica es trascendental para poder mantener un destino turístico auténtico y atractivo, ya que las ciudades se promocionan principalmente a través de imágenes culturales[6], es decir, de fragmentos visuales de su paisaje urbano y su vida social, haciendo que estos mismos se transformen

[2] CAMACHO, 1996.
[3] OZOMEK, 2016.
[4] FERRARY, 2016.
[5] VÁZQUEZ DE LA ROSA, 2019.
[6] DALY, DIAS, PATULEIA, 2021.

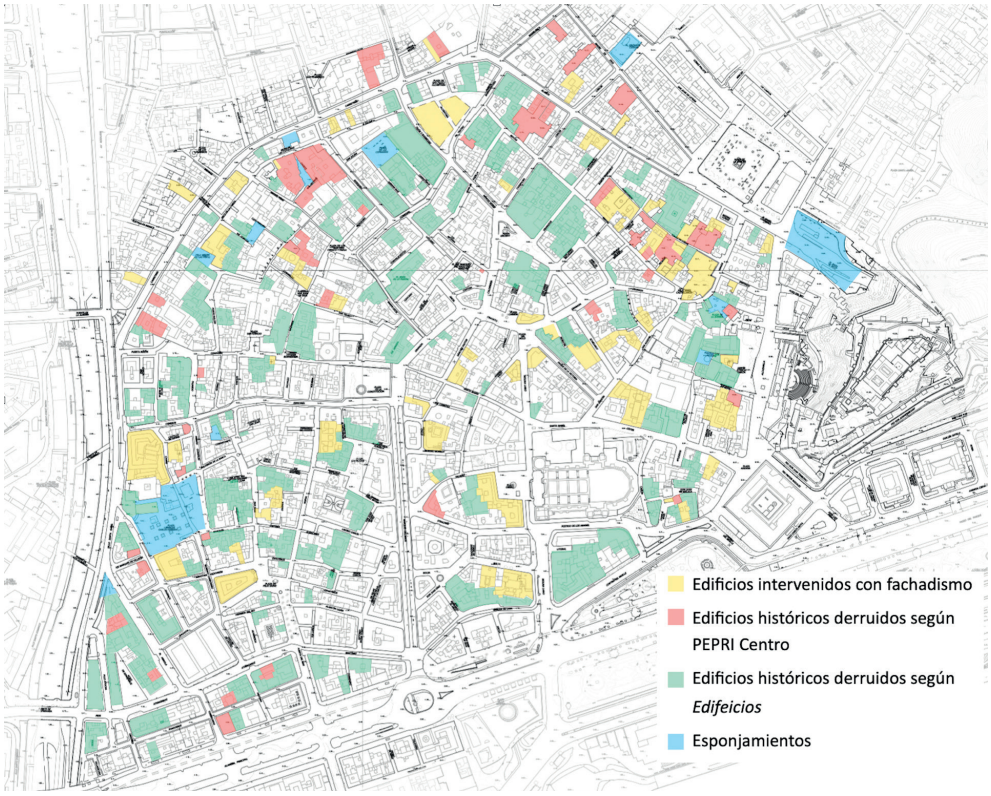


Fig. 1. Inmuebles afectados en el Centro Histórico de Málaga
Fuente: Gráfico del autor a partir de los datos del GIS del PEPRI Centro Málaga; OZOMEK, 2016; y trabajo de campo del autor

en objetos de consumo, de deseo y de experiencia. El fachadismo participa del embellecimiento y la estetización capitalista de los centros históricos al facilitar esa enmascarada imagen de autenticidad e historicismo. Con ello, favorece la producción mercantilista de una experiencia urbana basada en la espectacularidad de emociones consumibles, principalmente a través del turismo de la experiencia o cultural. Así, el paisaje urbano deviene reclamo turístico, en lo que se reconoce como «Efecto Las Vegas», un espacio urbano turistificado que pierde:

> *detalles hasta hacer irreconocible su contenido original, que se reduce tan solo a su valor icónico. Los monumentos, los edificios emblemáticos o las calles más frecuentadas son reducidos a un signo, a un icono que reemplaza eficazmente a su referente*[7].

[7] BENACH ROVIRA, 2016: 95.

Con esta aproximación cosmética, que rompe las coherencias entre continente y contenido arquitectónico y que niega la condición histórica de los inmuebles patrimoniales como bienes íntegros, se estimula la fomentación de una ciudad decorado, de entornos afectados por la tematización para estimular el rendimiento turístico, en los que la identidad urbana queda reducida a «un vulgar simulacro de consumo rápido»[8]. A ello se le suma que las edificaciones intervenidas, tras la construcción de la nueva fábrica, alteran los usos previos, principalmente mediante la conversión de las edificaciones históricas a usos terciarios y hoteleros, y generan procesos de gentrificación, expulsando y desplazando a los residentes tradicionales debido a la subida del precio de la vivienda, como ponen de manifiesto los inmuebles del Plaza del Teatro o los Almacenes Félix Sáenz. En otras palabras, el fachadismo favorece las dinámicas de turistificación al fomentar la «desposesión simbólica de los edificios y espacios de sociabilidad de los residentes tradicionales»[9].

De esta manera, se aprecia una turistificación que se caracteriza por ser multidimensional, entrecruzándose diversos procesos como la gentrificación y la rehabilitación urbana, la tematización del paisaje urbano, la trendificación de los comercios tradicionales, la financiarización y la airbnbización del parque residencial a uso turístico y la mercantilización del espacio público, entre otros[10]. Todo ello ocasiona que los centros históricos se conviertan en barrios saturados ante un incremento exponencial de flujos turísticos, entornos zonificados, terciarizados e hiperespecializados en detrimento de la calidad de vida de los residentes, en lo que De la Calle Vaquero define como «una transformación funcional del espacio, con proliferación de las actividades vinculadas […] al consumo de los visitantes»[11].

2. EL CASO DE LA CALLE GRANADA Y EL FACHADISMO DEL PALACIO DEL MARQUÉS DE LA SONORA

Calle Granada destaca por su recorrido sinuoso, propio de las tramas urbanas de las ciudades andalusíes, cuya morfología es resultado del antiguo caudal del arroyo del Calvario sobre la que fue erigida. El paso de los siglos ha ido modificando los usos de los inmuebles que la flanquean; desde agrupaciones de gremios en el siglo XVI, pasando por la instalación de conventos y palacios durante los siglos XVII y XVIII —como los conventos de Santa Clara y Capuchinas y de San Bernardo—, para dar paso tras las desamortizaciones del siglo XIX a negocios y establecimientos burgueses propios del quehacer decimonónico[12]. Con unos 460 metros de longitud, su trazado

[8] BRANDAO, 2011: 36.
[9] CRESPI-VALLBONA, DOMÍNGUEZ-PÉREZ, 2021: 72.
[10] CRESPI-VALLBONA, DOMÍNGUEZ-PÉREZ, 2021; DALY, DIAS, PATULEIA, 2021; GIL GARCÍA, 2021.
[11] DE LA CALLE VAQUERO, 2019: 3.
[12] CAMPO TEJEDOR, 2009: 32-34.



Fig. 2. Recorrido de calle Granada en la trama urbana
Fuente: Gráfico del autor a partir de imágenes de satélite de *Google Earth*

quebrado se articula en torno a tres plazas de pequeñas dimensiones: la Plaza del Carbón, la Plaza del Siglo y la Plazuela Jesús Castellanos.

En la actualidad, esta calle —uno de los principales ejes del centro— ejerce un rol importante dentro de los flujos turísticos, destacando una ausencia considerable de mixtificación de usos en el tejido comercial. El análisis de los usos comerciales nos permite dilucidar cómo prácticamente la totalidad de sus establecimientos están destinados a captar el capital turístico, destacando el uso comercial, la hostelería y el uso hotelero. En el tramo comprendido entre la Plaza de la Merced y la intersección con calle Niño de Guevara destaca la concentración de diferentes establecimientos comerciales destinados a la venta de recuerdos y otros productos asociados con la ciudad de Málaga, lo andaluz, los suvenires y la pseudo-artesanía, hallándose tan solo una farmacia y una pequeña tienda de ultramarinos de productos *gourmet* como establecimientos no orientados exclusivamente al sector turístico. Por otra parte, desde la calle Niño de Guevara a la Plaza de la Constitución se aprecia una mayor aglutinación de restaurantes, en parte debido a que el aumento del ancho de la calle permite la ocupación y privatización del espacio público por parte de terrazas de establecimientos. Además, se encuentran numerosas viviendas turísticas, como demuestra la plataforma *Airbnb*, y en ella también encontramos el caso de un fachadismo, el inmueble histórico n.º 34, perpetrado con el objetivo de, como bien detallan los promotores en el dosier comercial, invertir en un valor de mercado estratégico a través de su conversión en apartamentos turísticos.

De esta forma, calle Granada sobresale como una área altamente zonificada para el sector terciario, funcionando a su vez como una vía que interconecta distintos

equipamientos y espacios de gran afluencia turística, muchos de los cuales se encuentran en la propia calzada o en sus inmediaciones: entre ellos, el centro cultural sefardí, el centro de recepción de visitantes Ben Gabirol, el Museo Picasso, la Iglesia de Santiago, las bodegas El Pimpi, la Alcazaba, el Teatro Romano, el Teatro Echegaray o el Cine Albéniz. De hecho, la vía se encuentra inmersa dentro del entorno de interés turístico del Museo Picasso y del entorno del Bien de Interés Cultural de la Iglesia de Santiago, áreas en las que se ha producido una pérdida considerable del patrimonio local. En el caso del entorno del BIC de Santiago, en el que se encuentra el Palacio de la Sonora, la fábrica histórica ha sufrido una drástica transformación: solo 9 de las 29 edificaciones históricas se preservan hoy día, con 8 inmuebles intervenidos por fachadismo y 12 totalmente demolidos, dando lugar a unas alteraciones que afectan directamente al valor y a la apreciación del BIC[13].



Fig. 3. Solar de inmuebles derruidos en el BIC Santiago
Fuente: Fotografía del autor



Fig. 4. El Palacio de la Sonora actualmente
Fuente: Fotografía del autor

Sin embargo, la mayor pérdida recae en el fachadismo del Palacio de la Sonora, perpetrado en 2003 (Fig. 4). El inmueble, situado en el n.º 61 de calle Granada, suponía una de las obras más importantes de la arquitectura civil de finales del Setecientos, de una importancia tal que estaba tutelado por el PEPRI Centro bajo un ámbito de Protección Integral —misma protección que la de la Catedral de Málaga—, siendo este el grado más alto de preservación, el cual exige una conservación íntegra. Tras un primer proyecto de hotel fallido en 2006 y la falta de nuevos promotores debido al estallido de la burbuja inmobiliaria, en 2016 una sentencia judicial confirmaría

[13] VÁZQUEZ DE LA ROSA, 2019: 91-92.



Fig. 5
Elementos del paisaje urbano del Strip de Las Vegas
Fuente: VENTURI, IZENOUR, SCOTT BROWN, 2013

que la destrucción del inmueble fue negligente, demostrándose el evidente ejercicio especulativo. En este mismo año el solar sería adquirido por el fondo de inversiones alemán *Activium SG* para edificar en él un hotel boutique de cuatro estrellas, un concepto hotelero que cobra fuerza en el turismo experiencial y que se basa en la ubicación de los hospedajes en residencias pequeñas ubicadas en emplazamientos históricos, únicos, con una carga histórica y simbólica autóctona. Si entendemos el consumo turístico como un «acto social y semiótico»[14], la manutención de la fachada histórica por medio del fachadismo pretende transmitir la pervivencia de un pasado histórico a través de la conformación de una imagen mercadotécnica, convirtiendo el inmueble en un signo despojado de su significado original y transformándolo en anuncio publicitario.

Es por medio de estas prácticas publicitarias arquitectónicas, significativamente antiespaciales, por las que podemos establecer analogías entre la calle Granada y el

[14] ILLOUZ, 2009: 26.



Fig. 6
Elementos del paisaje urbano turistificado de calle Granada
Fuente: Fotografía del autor

Strip de Las Vegas, un paisaje urbano caracterizado por el uso de la arquitectura como medio icónico de comunicación para el reclamo publicitario. De esta manera, al igual que las arquitecturas del Strip se orientaban hacia la vía, haciéndose énfasis en las fachadas-anuncios, «pues todo está volcado en la parte delantera y nadie ve lo de atrás»[15], el fachadismo, dentro de su papel en la instrumentalización del paisaje urbano, mantiene esta lógica de la superficie en la que el edificio, en su función de contenido, pero sin continente, destaca como un elemento principal en el devenir de la calle en escenografía del discurrir turístico. Con ello, la calle y la experiencia urbana mediatizadas se desarrollan y contribuyen al desarrollo de una iconosfera turística, a la par que originan un paisaje urbano publicitario de elementos que buscan atraer la mirada turística y la acumulación del capital de dicha industria.

[15] VENTURI, IZENOUR, SCOTT BROWN, 2013: 73.

CONCLUSIONES

Las dinámicas de turistificación de la ciudad de Málaga se caracterizan como un proceso de acumulación por desposesión que afecta considerablemente al entorno sociofísico de los barrios, tanto a nivel habitacional y económico, como vivencial, patrimonial y ciudadano. Entre mayo y junio de 2018 hasta el 25% del cupo habitacional de la almendra del Centro registrado en el censo había sido transformado en alojamiento turístico, anunciado en *Airbnb*[16]. La sobreexplotación turística a la que se ve sometida el Centro Histórico destaca por una lógica de mercantilización del espacio público y de los barrios, propiciada por parte de las administraciones locales a través del desarrollo de una economía enfocada en explotar la oferta turística de la ciudad. Para ello, el mantenimiento, la reestructuración y la (re)construcción de un centro cuyo paisaje urbano sobresalga por su ambiente histórico y su aspecto de autenticidad torna crucial para resaltar la singularidad del destino y fomentar con ello la atracción de turistas, como hemos visto con el caso de calle Granada. Finalmente, con el objeto de frenar este proceso de dualización ocasionado por la turistificación y los modelos de hacer ciudad que priorizan las esferas productivas, frente a otros más sostenibles que ponen la vida de los residentes en el centro y priorizan los cuidados, se propone como alternativa la articulación de nuevas estrategias socioeconómicas que partan del decrecimiento turístico, de manera que se mejore la calidad de vida de los residentes afectados por la saturación turística.

REFERENCIAS

BENACH ROVIRA, Núria (2016). *¿Ciudades en el mapa o en la guía turística? Venta de la ciudad y sentido del lugar.* «Revista CIDOB d'Afers Internacionals». 113, 89-105. DOI: https://doi.org/10.24241/rcai.2016.113.2.89.

BRANDAO, Pedro (2011). *La imagen de la ciudad. Estrategias de identidad y comunicación*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la U. de Barcelona.

DE LA CALLE VAQUERO, Manuel (2019). *Turistificación de centros urbanos: clarificando el debate*. «Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles». 83, 1-40. DOI: https://doi.org/10.21138/bage.2829.

CAMACHO, Rosario (1996). *Málaga pintada. La arquitectura barroca como soporte de una nueva imagen*. Atrio. «Revista de Historia del Arte». 8:9, 19-36.

CAMPO TEJEDOR, Alberto (2009). *Proceso de peatonalización y nueva sociabilidad. Los casos de Sevilla y Málaga*. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces.

CRESPI-VALLBONA, Montserrat; DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta (2021). *Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades: el caso de Madrid y Barcelona*. «Ciudad y territorio: Estudios territoriales». 53: M, 61-82. DOI: https://doi.org/10.37230/CyTET.2021.M21.04.

DALY, Pauline; DIAS, Álvaro; PATULEIA, Mafalda (2021). *The impacts of tourism on cultural identity on Lisbon historic neighbourhoods.* «Journal of Ethnic and Cultural Studies». 8:1, 1-25. DOI: https://doi.org/10.29333/ejecs/516.

[16] SÁNCHEZ, ORDAZ, 2018.

FERRARY, Miguel (2016). *El Centro ha perdido uno de cada cuatro edificios históricos en quince años*. «La Opinión de Málaga». (24 ene. 2016). [Consult. 3 Oct. 2021]. Disponible en <https://www.laopiniondemalaga.es/malaga/2016/01/24/centro-perdido-cuatro-edificios-historicos-28462357.html>.

GIL GARCÍA, Javier (2021). *Turistificación, rentas inmobiliarias y acumulación de capital a través de Airbnb. El caso de Valencia*. «Cuadernos Geográficos». 60:1, 95-117. DOI: https://doi.org/10.30827/cuadgeo.v60i1.13916.

ILLOUZ, Eva (comp.) (2009). *Capitalismo, consumo y autenticidad. Las emociones como mercancía*. Buenos Aires: Katz Editores.

OZOMEK, Antón (2016). *Cronomapa del Expolio en el BIC Centro Histórico de Málaga 1957-2016*. «Edifeicios: Paisaje Urbano Patrimonio BIC Centro Histórico de Málaga». (10 jun. 2016). [Consult. 3 Oct. 2021]. Disponible en <https://bodrios-arquitectonicos-centro-malaga.blogspot.com>.

POPA, Andreea; ENACHE, Cristina (2019). *Decoding the Urban Landscape*. «Postmodern Openings». 10: 1, 272-2179. DOI: https://doi.org/10.18662/po/66.

SÁNCHEZ, Raúl; ORDAZ, Ana (2018). *¿Cuántas viviendas de tu barrio están en Airbnb?* «elDiario.es». (2 sept. 2018). [Consult. 3 Oct. 2021]. Disponible en <https://www.eldiario.es/economia/concentracion-airbnb-manzana-viviendas-vacacional_1_1961096.html>.

VÁZQUEZ DE LA ROSA, Héctor (2019). *Fachadismo expandido. Instrumentalización del patrimonio local del Centro Histórico de Málaga*. Barcelona: Universitat de Barcelona. Trabajo de Fin de Máster. [Consult. 3 Oct. 2021]. Disponible en <http://hdl.handle.net/2445/139276>.

VENTURI, Robert; IZENOUR, Steven; SCOTT BROWN, Denise (2013). *Aprendiendo de Las Vegas. El simbolismo olvidado de la forma arquitectónica.* Barcelona: Ed. Gustavo Gili.

ARQUEOLOGIA NA RUA DAS FLORES, PORTO (2000-2021)

MANUELA RIBEIRO*
LAURA SOUSA**
CARLA STOCKLER***
SÉRGIO GOMES****

Resumo: *Nas últimas décadas, em pleno Centro Histórico do Porto, a Rua das Flores tem sido alvo de trabalhos de arqueologia preventiva no âmbito de diversos projetos de reabilitação urbana. As intervenções desenvolveram-se tanto em edifícios como no espaço público, permitindo a identificação de vários vestígios, que revelam uma complexa e persistente ocupação desta zona da cidade. Neste texto, apresentamos um inventário dessas intervenções arqueológicas, destacando os principais contributos da arqueologia para o conhecimento das transformações urbanas.*

Palavras-chave: *Arqueologia urbana; Inventário de trabalhos arqueológicos.*

Abstract: *In recent decades, at the heart of the Historic Centre of Porto, Rua das Flores has been the object of preventive archaeological works due to the impact of urban rehabilitation projects. The works were developed both in buildings and in the public space, allowing the identification of several traces, revealing a complex and persistent occupation in this area of the city. In this text, we present an inventory of these archaeological interventions, highlighting the main contributions of archeology to the knowledge of the urban transformations.*

Keywords: *Urban archaeology; Inventory of archaeological interventions.*

INTRODUÇÃO

A Rua das Flores expressa um dos valores essenciais que subjaz à dimensão patrimonial do Centro Histórico do Porto — «conjunto resultante de um processo histórico de construções, destruições e reconstruções, com milhares de anos e ainda em curso»[1] —, tendo a particularidade de apresentar um traçado que reconfigurou profundamente a dinâmica espacial do burgo medieval. A sua abertura, em 1521,

* Câmara Municipal do Porto, Departamento Municipal de Gestão Cultural, Divisão Municipal de Património Cultural. Email: manuelaribeiro@cm-porto.pt.
** Câmara Municipal do Porto, Departamento Municipal de Gestão Cultural, Divisão Municipal de Património Cultural. Email: laurasousa@cm-porto.pt. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1336-9109.
*** Câmara Municipal do Porto, Departamento Municipal de Gestão Cultural, Divisão Municipal de Património Cultural. Email: carlalima@cm-porto.pt.
**** Câmara Municipal do Porto, Departamento Municipal de Gestão Cultural, Divisão Municipal de Património Cultural. Email: sergiogomes@cm-porto.pt. CEAACP – UC. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7990-9246.
[1] LOZA, MOURA, 1996: 40.

deu resposta aos diferentes desafios que se colocavam à cidade nos inícios da época Moderna[2], mantendo-se a sua (re)construção nas centúrias seguintes.

Nas últimas duas décadas, este contínuo processo construtivo tem vindo a ser acompanhado por equipas de arqueologia que visam recuperar os vestígios de antigas vivências. Neste texto, apresentamos o levantamento dos dados arqueológicos obtidos até à data com o objetivo de salientar o papel da arqueologia na compreensão das múltiplas e sucessivas ocupações do espaço que é hoje a Rua das Flores. Não sendo nosso propósito substituirmo-nos às equipas que realizaram os trabalhos, a quem pertence o direito e o dever de estudo dos dados obtidos, fazemos a sua divulgação na expectativa de fomentar o diálogo com estas equipas e, assim, potenciar a relevância científica e patrimonial dos vestígios arqueológicos.

LEVANTAMENTO DAS INTERVENÇÕES E SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A localização da Rua das Flores na zona classificada do Centro Histórico do Porto[3] proporcionou a implementação de medidas de salvaguarda arqueológica, inicialmente preconizadas pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e pelo Gabinete de Arqueologia Urbana (GAU) da Câmara Municipal do Porto (CMP). As primeiras intervenções espelham o desenvolvimento da arqueologia na cidade, no que respeita à criação de instrumentos de gestão patrimonial do território e à evolução das políticas, do enquadramento legal e da regulação do património cultural e da atividade arqueológica.

Relativamente ao papel do serviço municipal de arqueologia, antes da publicação do *Plano Diretor Municipal* (PDM) de 2006, a sua atuação fundamentava-se na *Lei do Património Cultural Português* de 1985[4] e, posteriormente, na *Lei de Bases do Património Cultural* de 2001[5], permitindo condicionar as operações urbanísticas situadas em áreas de sensibilidade arqueológica à realização de trabalhos arqueológicos.

A publicação do PDM de 2006[6] representou um marco na definição e fundamentação da atividade do GAU, potenciando o papel da CMP na salvaguarda do património arqueológico, através da introdução de áreas de potencial valor arqueológico na Carta de Património da Planta de Ordenamento, formalmente condicionadas a consulta prévia ao serviço municipal no respetivo Regulamento (artigo 46.º). Tal permitiu uma avaliação sistemática dos processos de licenciamento situados nestas

[2] REAL, TAVARES, 1987: 399; AFONSO, 2000.
[3] PORTUGAL. Ministério da Cultura, 1997.
[4] PORTUGAL. Assembleia da República, 1985.
[5] PORTUGAL. Assembleia da República, 2001.
[6] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2006.

áreas e, deste modo, um equacionamento mais efetivo de medidas de minimização de impacte arqueológico, fomentando a chamada arqueologia preventiva. A atuação do serviço municipal não se limitava à emissão de pareceres de pré-avaliação de impacte arqueológico, onde se informava da necessidade de realização de trabalhos arqueológicos; incluía, também, a definição das condições de execução desses mesmos trabalhos, através da elaboração de Cadernos de Encargos de Arqueologia, com o objetivo de habilitar o requerente a promover consulta a profissionais e/ou empresas da especialidade e regular a atividade arqueológica na cidade. A execução e o bom cumprimento dos trabalhos arqueológicos preconizados passavam a ser uma condição para a aprovação do licenciamento.

Pese embora a mudança significativa operada pelo PDM de 2006, o *boom* de trabalhos arqueológicos efetuados na Rua das Flores ocorre a partir de 2012, como podemos observar no gráfico (Fig. 1) que ilustra as intervenções aqui realizadas entre 2000 e 2021[7]. Este crescimento coincide com as obras de requalificação do espaço público (Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores), as quais, enquadradas num cenário de retoma económica, atração de investimento e afirmação do Porto como destino turístico, potenciaram a realização de numerosos projetos imobiliários, no âmbito dos quais a arqueologia preventiva teve um papel fundamental na mitigação de impactes sobre o património cultural. A este propósito, atente-se no mapa (Fig. 2) no qual é possível constatar o elevado número de lotes que foi objeto de intervenção arqueológica. Com efeito, verifica-se que boa parte da Rua das Flores foi já alvo de trabalhos arqueológicos, a maioria dos quais realizados nos últimos anos,

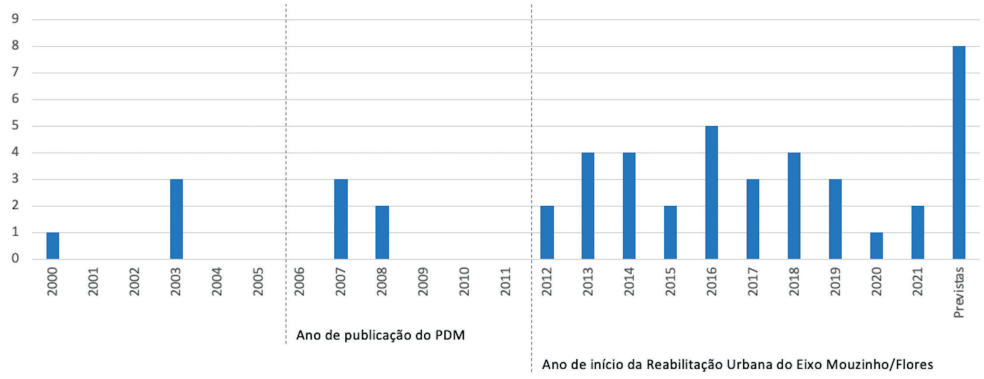


Fig. 1. Gráfico das intervenções arqueológicas realizadas na Rua das Flores entre 2000 e 2021
Fonte: Ver Tabela 1 em anexo

[7] Excluíram-se desta contagem as intervenções na via pública relativas à colocação de infraestruturas, que contabilizam cerca de duas dezenas, considerando-se apenas, pela sua relevância, a do Eixo Mouzinho/Flores.



Fig. 2. Lotes ou conjunto de lotes objeto de condicionantes arqueológicas na Rua das Flores entre 2000 e 2021
Fonte: Base cartográfica da CMP, desenho de António Manuel Silva e Rui Oliveira

correspondendo ao momento de afirmação desta artéria na estrutura e dinâmica urbana do Porto no século XXI. Esses trabalhos incidiram em 32 lotes ou conjuntos de lotes[8], estando previstos em mais oito locais, a realizar num futuro próximo. Infelizmente, registam-se dois incumprimentos de condicionantes arqueológicas, em que as intervenções não foram executadas (n.os 66 e 186-190).

A Tabela 1, em anexo, identifica os lotes que foram objeto de condicionantes arqueológicas, apresenta os responsáveis científicos pelos trabalhos e sistematiza um conjunto de dados relevantes para a caracterização sumária das intervenções, constituindo uma síntese do trabalho de inventário que subjaz a este texto. Na sua elaboração tivemos em consideração a consulta de relatórios e informações complementares obtidas através do contacto direto com os arqueólogos e os técnicos da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). As referências bibliográficas dos relatórios encontram-se mencionadas na mesma tabela.

Da leitura dos relatórios produzidos até à data, sobressai, de um modo geral, o caráter preliminar dos dados apresentados. Salvo algumas exceções, verifica-se que

[8] As parcelas n.os 253 a 267 e 277 a 295, embora não contíguas, fazem parte da mesma intervenção (cf. Tabela 1 em anexo).

da maioria dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos não foram ainda produzidos relatórios finais nem estudos que deem continuidade e aprofundem a pesquisa encetada no campo. Regra geral, são poucos os casos em que foi dado cumprimento ao disposto no *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*[9] quer sobre os relatórios (artigo 14.º) e o seu conteúdo (artigo 15.º) — designadamente quanto ao inventário, descrição e estudo preliminar dos bens móveis recolhidos (alínea h) do artigo 15.º) — quer no que concerne ao depósito de espólio (artigo 18.º). Não obstante estas limitações, pensamos que a presente síntese pode servir de ponto de partida para conhecer e valorizar a arqueologia da Rua das Flores.

A primeira intervenção arqueológica na Rua das Flores ocorreu no ano 2000, nos n.os 150-160 (antiga «Papelaria Reis»), aquando da remodelação de edifícios para criação de Habitações Sociais no Centro Histórico do Porto ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, tendo o GAU solicitado a elaboração de um programa de intervenção de avaliação histórica e arqueológica prévia à obra. Os trabalhos contemplaram a abertura de quatro valas de sondagens e foram dirigidos por Miguel Serra e João Perpétuo, da empresa Arqueohoje. Apesar dos resultados não terem sido relevantes, dado que as sondagens foram executadas na subcave do prédio, onde o afloramento rochoso se achava à superfície, estes trabalhos marcam o início da arqueologia na rua.

Em 2003, a reabilitação de três prédios foi condicionada à execução de trabalhos arqueológicos, invocando-se a legislação em vigor, atrás referida, e o novo Regulamento do PDM que estava a ser preparado. Nos n.os 65-81 (então Fundação da Juventude) detetaram-se materiais cerâmicos de época Romana e Medieval, bem como um relevante conjunto de vestígios — estruturas e materiais — datáveis entre o século XVI e a atualidade. Estes trabalhos foram dirigidos por Pedro Brochado de Almeida, da empresa Mola Olivarum. Na intervenção levada a cabo no n.º 228, dirigida por António Manuel Silva (GAU), encontrou-se, na parte exterior do imóvel, um lajeado granítico que poderá relacionar-se com o pavimento da antiga Praça de São Roque, edificada em 1776 e destruída em 1877 pela abertura da Rua de Mouzinho da Silveira (Fig. 3). Nos n.os 171-177, os trabalhos dirigidos por Marina Pinto e Teresa Alves de Freitas, da empresa Era, identificaram vestígios do antigo Hospital de D. Lopo de Almeida que remontam aos inícios da sua construção e a momentos relacionados com obras de remodelação, efetuadas durante o período em que o hospital esteve ativo. Também se registaram outras estruturas provavelmente de casas pré-existentes da Rua das Flores, e que a Misericórdia começou a comprar em dezembro de 1604 para ampliação do hospital.

A publicação do PDM, em 2006, e respetiva Carta de Património com delimitação de áreas de potencial valor arqueológico, como já aludimos, tornou sistemática a

[9] PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 2014.



Fig. 3. Acompanhamento arqueológico no n.º 228, observando-se o lajeado identificado e alguns dos materiais cerâmicos recolhidos de cronologia medieval, moderna e contemporânea
Fonte: CMP/GAU/Fernando Noronha; imagens extraídas do Relatório, ver Tabela 1 – n.º 228

consulta ao serviço municipal, estando a Rua das Flores inserida na Zona Automática de Proteção (ZAP) 01 – Conjunto classificado da Zona Histórica do Porto. Em 2007 e 2008, são intervencionados mais quatro prédios. Nestes destacam-se os resultados obtidos nos n.os 326-332 (e Rua de Mouzinho da Silveira, n.os 335-341) e n.os 25-33 (e Rua da Vitória, n.os 149-157). No primeiro, foram detetadas cerâmicas de importação francesa dos séculos XIII-XIV e uma canalização e materiais de época Romana, através de sondagens realizadas pela empresa J. Menéndez e da responsabilidade dos arqueólogos Jorge Argüello e Mafalda Capela. No segundo, a escavação, dirigida por João Rebuge e Marina Pinto, da empresa Era, incidiu no edifício da antiga casa da família Ferraz Bravo, também conhecida por Palácio dos Ferrazes. Os membros desta família foram dos primeiros proprietários de chãos localizados na Rua das Flores.

A partir de 2008/2009 e até meados de 2018 (isto é, durante cerca de dez anos), o serviço municipal de arqueologia deixou de ser regularmente consultado no âmbito dos licenciamentos em curso na Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, sendo apenas solicitado parecer à DRCN e Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Consequentemente, a maioria das obras no Centro Histórico e em outros quarteirões estratégicos não foi objeto de pré-avaliação por parte do município, que foi tendo conhecimento dos trabalhos arqueológicos aqui desenvolvidos de modo mais ou menos aleatório, através dos arqueólogos que executavam as intervenções e dos técnicos representantes da entidade da tutela. Todavia, o serviço municipal fez sempre um esforço para inventariar as intervenções que estavam em curso e coligir informação/documentação sobre os respetivos resultados, nomeadamente atribuindo acrónimos para as intervenções, solicitando cópia de relatórios e acolhendo registos e espólios.



Fig. 4. Escavação arqueológica do cemitério do antigo Hospital de D. Lopo, ilustrando-se alguns dos enterramentos identificados e respetivo espólio funerário: contas em azeviche na região das mãos do Indivíduo 6 e em laboratório; moeda intencionalmente colocada aos pés do Indivíduo 8; botão, pulseira, fragmento de fivela e anel pertencentes a vários indivíduos sepultados
Fonte: Gabriel Rocha Pereira e Marta Borges; imagens extraídas dos Relatórios, ver Tabela 1 – n.os 135-145

Decorrentes de operações urbanísticas desenvolvidas neste período, registam-se mais de duas dezenas de trabalhos arqueológicos (cf. Tabela 1 em anexo), alguns recentemente concluídos. Destes destacam-se os que elencamos de seguida.

Em 2012 e 2013, a requalificação do Eixo Mouzinho/Flores permitiu a identificação e o registo de vários contextos arqueológicos relevantes[10]. Os trabalhos foram dirigidos por Gabriel Pereira, André Nascimento e José Miguel Oliveira, da empresa Empatia. Junto à Igreja da Misericórdia identificou-se um depósito com cerca de 50 m de extensão e 0,5 a 1 m de espessura com cerâmicas datáveis dos séculos XIV-XV que, segundo os arqueólogos responsáveis, pode ser interpretado como um contexto anterior à abertura da rua[11].

Os trabalhos desenvolvidos em 2012 e 2015 nos n.os 135-145, sob direção de Gabriel Pereira, puseram a descoberto o cemitério do antigo Hospital de D. Lopo, no logradouro, estando algum do espólio em exposição no Museu da Misericórdia do Porto. Para além da necrópole, reconheceram-se estruturas e materiais de época Moderna e alguns artefactos medievais, romanos e da Idade do Ferro (Fig. 4)[12].

[10] EMPATIA, 2014.
[11] Agradecemos aos arqueólogos responsáveis por esta informação, que não consta no relatório preliminar, nem se encontra publicada.
[12] PEREIRA, 2020, e Relatórios dos trabalhos arqueológicos citados na Tabela 1.



Fig. 5. Levantamento e registo do edificado com identificação das várias fases construtivas do imóvel n.os 95-97
Fonte: Ricardo Erasun Cortés (Arqueoges); imagem extraída do Relatório, ver Tabela 1 – n.os 95-97

Em 2013-2014 e 2017-2018, nos n.os 304-306 (e Rua de Mouzinho da Silveira, n.os 311-315) e 301-305 (e Praça de Almeida Garrett, n.os 7-10), identificaram-se materiais cerâmicos de cronologia romana e medieval em sedimentos da antiga margem do Rio da Vila, trabalhos dirigidos por João Paulo Barbosa (Logiark) e Ricardo Erasun Cortés (Arqueoges), respetivamente.

Neste largo número de intervenções é importante realçar os dados obtidos através da designada «arqueologia da arquitetura», com recurso ao levantamento e registo do edificado e à análise de fontes históricas, em fase prévia e durante o acompanhamento de obras de demolição de estruturas e picagens parietais. Destas salientam-se as seguintes: n.os 95-97, realizados por Ricardo Erasun Cortés (Arqueoges), em 2014-2015 (Fig. 5); 2.ª fase de trabalhos na Casa dos Ferraz Bravo, executados por Francisco Raimundo (Era), entre 2016 e 2018[13]; n.os 56-64, realizados por Nuno Gomes e Roger Prieto de la Torre (Barqueno), entre 2017 e 2019 (Fig. 6); n.os 84-102 (e Rua da Ponte Nova, n.os 49-71), sob direção de Sofia Soares e Edite Martins de Sá (Empatia), em 2018-2019 (Fig. 7). Em todos os exemplos citados, a realização do levantamento e registo do edificado como medida de minimização de impacte arqueológico permitiu identificar sequências construtivas datáveis entre os séculos XVI e XX, possibilitando a recolha de informação

[13] RAIMUNDO, 2020; RAIMUNDO, GIL, 2020.



Fig. 6. Perspetiva do interior do edifício n.os 56-64 durante o acompanhamento arqueológico da obra
Fonte: CMP/DMPC/Manuela Ribeiro



Fig. 7. Pormenor do interior do edifício n.os 84-102 durante o acompanhamento arqueológico da obra
Fonte: CMP/DMPC/Manuela Ribeiro

para melhor conhecimento do desenvolvimento arquitetónico e urbanístico nas épocas Moderna e Contemporânea. Embora nem sempre validada pela entidade da tutela (DGPC) como medida de minimização de impacte, a realização de estudo e registo do edificado e acompanhamento de demolições e picagens parietais pelos arqueólogos tem vindo a revelar-se fundamental na recuperação de informação histórico-arqueológica. Medida ainda mais urgente e pertinente no caso dos centros históricos — verdadeiros palimpsestos materiais —, sobretudo, quando a maior parte das operações previstas implica a demolição total (ou quase total) do edificado preexistente.

Em síntese, as intervenções realizadas possibilitaram a recolha de importantes testemunhos materiais, que permitem compreender melhor a emergência deste espaço Quinhentista e as transformações da rua e do seu edificado até aos dias de hoje. Estes dados apresentam naturezas distintas: são sequências estratigráficas e construtivas que remetem para as várias dinâmicas do espaço urbano; e são extensos conjuntos artefactuais que revelam diferentes facetas da vida na cidade. A par desta leitura, registam-se também indícios de períodos anteriores à abertura da rua, revelando, assim, a longa diacronia de ocupação do espaço.

Considerando que em todos os trabalhos arqueológicos encontraram-se vestígios modernos e contemporâneos, cartografamos apenas os de datação mais antiga, anteriores à abertura da rua (Fig. 8). Os pontos assinalados correspondem às intervenções onde os materiais foram identificados e não ao número total de objetos recolhidos. A identificação destes achados fez-se através da consulta dos relatórios.

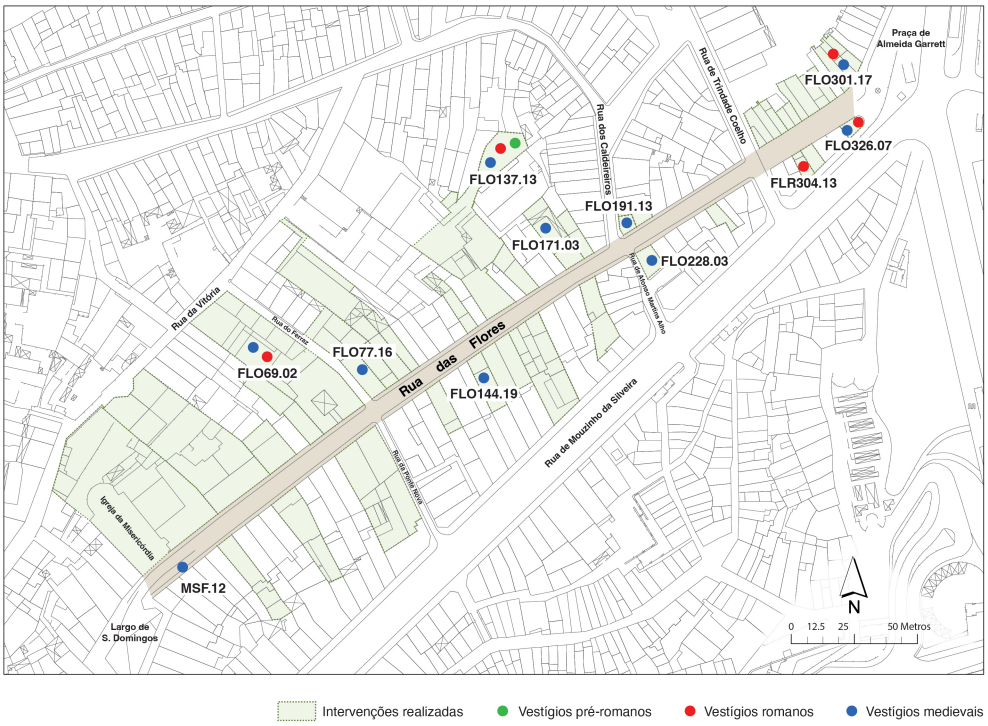


Fig. 8. Localização dos vestígios arqueológicos mais antigos identificados na Rua das Flores
Fonte: Base cartográfica da CMP, desenho de António Manuel Silva e Rui Oliveira

Todavia, a referência sumária aos espólios e a ausência de relatórios finais dificultaram a tarefa. Ainda assim, trata-se de um primeiro esforço de sistematização que esperamos venha a ser complementado no futuro.

De época Pré-Romana regista-se uma ocorrência, concretamente três fragmentos cerâmicos de fabrico manual datados da Idade do Ferro (FLO137.13). De época Romana cinco, relativas a vários materiais, predominantemente cerâmicos, incluindo material de construção, cerâmica comum, *sigillata*, ânfora e outros (FLO69.02, FLO137.13, FLO301.17, FLR304.13 e FLO326.07). A maior parte destas ocorrências são residuais e, de momento, de difícil interpretação. Contudo, atendendo à implantação da Rua das Flores entre o Morro da Vitória e o Rio da Vila, é consensual que os vestígios pré-romanos e romanos encontrados na encosta daquele morro (FLO69.02 e FLO137.13) estão descontextualizados e sugerem ocupação destes períodos na envolvente, muito provavelmente nas plataformas superiores do monte. Junto à margem do rio e a considerável profundidade, em contextos aluvionares, registam-se depósitos com materiais romanos (FLO301.17 e FLR304.13); apenas numa intervenção identificaram-se uma estrutura e níveis de ocupação do mesmo período (FLO326.07), a mais de 2 m de profundidade.

Os vestígios medievais, datáveis entre a Reconquista e a Baixa Idade Média, em maior número de ocorrências, respeitam a fragmentos cerâmicos e um ceitil de D. Afonso V[14] e encontram-se dispersos nas duas frentes de rua, destacando-se o extenso contexto identificado junto à Igreja da Misericórdia aquando da requalificação do Eixo Mouzinho/Flores (MSF.12), com cerâmicas datáveis dos séculos XIV-XV e, provavelmente, anterior à abertura da via.

Da época Moderna há a destacar o reconhecimento de vários elementos arquitetónicos do antigo Hospital de D. Lopo e respetiva necrópole, hoje fragmentados em diversos lotes das ruas das Flores e dos Caldeireiros[15], e de algumas das casas documentadas no estudo de Ferrão Afonso[16]. Da época Contemporânea sobressaem os testemunhos dos derradeiros usos dos espaços, habitações familiares, lojas, oficinas, que vão desaparecendo e dando lugar a novas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até à data contabiliza-se mais de meia centena de trabalhos de arqueologia preventiva na Rua das Flores desenvolvidos em imóveis e na via pública. Os resultados obtidos, através de sondagens e acompanhamentos de obra, permitiram documentar e expandir a compreensão da contínua ocupação e transformação da rua desde o século XVI, revelando também indícios de períodos anteriores.

Este inventário de intervenções e breve síntese dos resultados tiveram como objetivo partilhar o potencial científico e patrimonial dos vestígios arqueológicos – identificados e recuperados graças ao trabalho diário de equipas de arqueologia, mas também decorrente da iniciativa de promotores de obra e gabinetes de arquitetura e engenharia e da atuação de instituições públicas.

Perante os dados coligidos, cujo valor patrimonial é indubitável, resta-nos concluir que é necessário continuar o seu estudo, procurando ultrapassar os vários constrangimentos que, por vezes, surgem no dia a dia e assegurar a sua condição de bem comum para usufruto de todos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos arqueólogos que executaram as intervenções citadas e a Leonor Sousa Pereira (DRCN), o esclarecimento e a cedência de dados; a António Manuel Silva, Fernando Noronha, Isabel Osório, Paula Espírito Santo (CMP) e Rui Oliveira, os vários contributos para este trabalho; a Alexandra Cerveira Lima, Chefe de Divisão da DMPC, o apoio e incentivo constantes.

[14] Este numisma é proveniente de FLO171.03.
[15] PEREIRA, 2020.
[16] AFONSO, 2000.

LEGISLAÇÃO

PORTUGAL. Assembleia da República (1985). *Lei 13/85*. «Diário da República Série I». 153 (1985-07-06).

PORTUGAL. Assembleia da República (2001). *Lei 107/2001*. «Diário da República Série I-A». 209 (2001-09-08).

PORTUGAL. Ministério da Cultura (1997). *Decreto 67/97*. «Diário da República Série I-B». 301 (1997-12-31), 6892-6903.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (2006). Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2006, «Diário da República Série I-B» (03-02-2006), 792-833. (Alterado por PORTUGAL. Autarquias locais. Município do Porto (2012). *Aviso n.º 14332/2012*. «Diário da República Série II». (25-10-2012), 35254-35309.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (2014). *Decreto-lei 164/2014*. «Diário da República Série I». (04-11-2014), 5633-5640.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[17]

AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: FAUP.

EMPATIA Arqueologia, Lda. (2014). *De onde se partiu – a leitura histórica através da arqueologia. O Porto debaixo deste porto*. In VALENÇA, Paulo de Queiroz, *coord. Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico*. Porto: SRU, Porto Vivo, pp. 25-53.

LOZA, Rui Ramos; MOURA, António (1996). *Proposta de Candidatura*. In CRUARB, *coord. Porto a Património Mundial*. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto, pp. 27-40.

PEREIRA, Gabriel (2020). *A arqueologia e o estudo do Hospital de D. Lopo de Almeida (Porto). Um contributo*. In SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *coord. Pessoa(s). Arte. Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, pp. 537-555.

RAIMUNDO, Francisco (2020). *O Palácio dos Ferrazes (Rua das Flores / Rua da Vitória, Porto): a Cocheira de Domingos Oliveira Maia*. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, *coord. Arqueologia em Portugal. 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: AAP e CITCEM, pp. 2007-2019.

RAIMUNDO, Francisco; GIL, Tiago (2020). *Palácio dos Ferrazes (Rua das Flores/Rua da Vitória, Porto). Síntese dos resultados da intervenção arqueológica*. «Apontamentos de Arqueologia e Património». 14, 83-100.

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987). *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto*. «Povos e Culturas». 2, 389-417.

[17] Constituem também referências bibliográficas do presente texto todos os relatórios citados na tabela em Anexo, que, dado o limite de carateres nesta publicação, não nos foi possível mencionar aqui.

ANEXO

Tabela 1. Levantamento das intervenções arqueológicas na Rua das Flores (2000-2021)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
5-15 (Museu da Misericórdia do Porto – MMIPO)	FLO5.14	Acompanhamento de obra	Empatia	André Nascimento; Sofia Soares	Contemporânea	NASCIMENTO, André; SOARES, Sofia Pinho (2015). *Acompanhamento arqueológico na Rua das Flores, 5-15. Vitória, Porto. Relatório Final. Setembro 2014*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda.
	FLO5.19	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Era	Francisco Raimundo; Sérgio Amorim	Moderna; Contemporânea	AMORIM, Sérgio; RAIMUNDO, Francisco (2019). *Nota Técnica dos Trabalhos Arqueológicos. Alteração e ampliação do atual museu da SCM do Porto sito na Rua das Flores, n.º 5 a 15, Porto*. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA Arqueologia, S.A. Obs.: O acompanhamento de obra ainda não foi efetuado.
25-27-29-33 (Palácio dos Ferrazes) / Rua da Vitória, 149-153 e 155-157	FLO25.08	Estudo histórico-espacial e sondagens prévias	Era	João Rebuge; Marina Pinto	Moderna; Contemporânea	AFONSO, José Ferrão (2007). *A Casa dos Ferraz Bravo na Rua das Flores do Porto. Estudo histórico e espacial*. Porto: ed. Autor. REBUGE, João; PINTO, Marina (2008). *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos. Sondagens de diagnóstico arqueológico na Rua das Flores, n.º 25-33 ("Casa Ferraz - Bravo, Casa dos Maias"); Rua da Vitória, n.º 149-157 – FLO25.08.* [Cruz Quebrada-Dafundo]: ERA Arqueologia, S.A.
	FLO25.16	Acompanhamento de obra	Era	Francisco Raimundo	Moderna; Contemporânea	RAIMUNDO, Francisco (2019). *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Empreitada de Reconstrução e Ampliação do Palácio dos Ferrazes. Rua das Flores 25 a 33 e Rua da Vitória 149 a 157, Porto*. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA Arqueologia, S.A.
32-36	FLO32.12	Acompanhamento de obra	n/a	Cláudia Manuel Silva	Moderna; Contemporânea	SILVA, Cláudia Manuel Martins da [s.d.]. *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico. FLO. 32-13.* [S.l.]: ed. Autora.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
38-40-42	FLO42. —	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	—	—	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
41-51	FLO41.14	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Carlos Alberto Loureiro; Filipe Soares Pinto	Contemporânea	PINTO, Filipe Soares; LOUREIRO, Carlos Alberto (2014). *Sondagens arqueológicas na Rua das Flores, 41-51. Vitória, Porto. Relatório de Progresso. Outubro 2014*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda.
56-64	FLO56.17	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Barqueno	Nuno Gomes; Roger Prieto de la Torre	Moderna; Contemporânea	GOMES, Nuno; PRIETO, Roger; PAZ, Alexandra (2017). *Nota Técnica. FLO56.17 – Rua das Flores 56-64. União das Freguesias do Cento Histórico, Porto*. Porto: Barqueno.
59-63	FLO59.15	Acompanhamento de obra	Empatia	Carlos Alberto Loureiro	Contemporânea	LOUREIRO, Carlos Alberto (2016). *Acompanhamento arqueológico na Rua das Flores, 59-63. Vitória, Porto. Relatório Final. Novembro 2015*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda.
65-69-81 / Rua do Ferraz, 25-49 / Rua da Vitória, 107 (Casa da Companhia/ Fundação da Juventude)	FLO69.02	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Mola Olivarum	Pedro Brochado de Almeida	Romana; Medieval; Moderna; Contemporânea	ALMEIDA, Pedro Brochado de (2003). *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas. Rua das Flores, n.º 69 – Porto – 2002. FLO69.02*. Vila do Conde: Mola Olivarum – Património e Cultura. ALMEIDA, Pedro Brochado de (2003). *Relatório preliminar da 2.ª fase das sondagens arqueológicas. Rua das Flores, n.º 69 – Porto – 2003. FLO69.03*. Vila do Conde: Mola Olivarum – Património e Cultura. ALMEIDA, Pedro Brochado de (2005). *Relatório final da intervenção arqueológica. Rua das Flores, n.º 69 – Porto – 2002*. Vila do Conde: Mola Olivarum – Património e Cultura.
	FLO69.17	Acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Mário Gonçalves	—	—
66	—	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Perennia Monumenta	Francisco Queiroga	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos não foram efetuados por incumprimento do Requerente.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
77-81 / Rua do Ferraz, 2-14	FLO77.16	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Edite Sá; Sofia Soares	Medieval; Moderna; Contemporânea	SÁ, Edite Martins de; SOARES, Sofia Pinho (2016). *Sondagens arqueológicas na Rua das Flores, 77-81 e Rua do Ferraz, 2-14, Vitória, Porto. Relatório Preliminar. Novembro 2016.* Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda.
83-87	FLO83.17	Acompanhamento de obra	Húmus	Sílvia Mendes	Moderna; Contemporânea	MENDES, Sílvia Loureiro (2018). *Relatório Final. Rua das Flores, n.º 83-87, Porto. Intervenção de Arqueologia Preventiva.* Viana do Castelo: Húmus – Plataforma de Arqueologia e Valorização do Património Cultural.
84-102 / Rua da Ponte Nova, 49-71	FLO84.18	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Edite Sá	—	—
89-93 / Rua da Vitória, 61	FLO89.18	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Edite Sá	—	—
95-97	RF95.14	Acompanhamento de obra	Arqueoges	Ricardo Erasun Cortés	Moderna; Contemporânea	ERASUN CORTÉS, Ricardo (2016). *Relatório de acompanhamento arqueológico. Rua das Flores, 95-97, Porto*. Guimarães: Arqueoges.
121-125	RFL125.20	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Império	Marcos Couto Oliveira	Moderna; Contemporânea	*NOTA TÉCNICA*. […] *Trabalhos Arqueológicos no Âmbito da Reabilitação de Edifício Sito na Rua das Flores 121 a 125 – Porto* [s.d.]. Porto: Império Arqueologia.
124-128	FLO124.19	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Edite Sá	—	Obs.: O acompanhamento de obra está em curso.
130-134	FLO134. —	Acompanhamento de obra	—	—	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
135-145	FLO137.12	Acompanhamento de obra	n/a	Gabriel Rocha Pereira	Moderna; Contemporânea	PEREIRA, Gabriel Rocha (2013). *Acompanhamento Arqueológico. Reabilitação de um Edifício sito na Rua das Flores, n.º 135-145 (Porto)*. Esmoriz: ed. Autor.
	FLO137.13 FLO137.14	Sondagens prévias (logradouro)	n/a	Gabriel Rocha Pereira	Pré-Romana; Romana; Medieval; Moderna; Contemporânea	PEREIRA, Gabriel Rocha (2015). *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico. Rua das Flores, n.º 135-145 (Porto)*. Esmoriz: ed. Autor. BORGES, Marta (2015). *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico. Rua das Flores, n.º 135-145 (Porto). Relatório de Antropologia*. Lousada: ed. Autora.
136-138	FLO136. —	Acompanhamento de obra	—	—	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
140-142	FLO140. —	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Era/ Omniknos	Tapício de Nóbrega e Francisco Raimundo	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
144-148	FLO144.19	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Mário Gonçalves	Medieval; Moderna; Contemporânea	SOARES, Sofia Pinho; GONÇALVES, Mário (2021). *Sondagens e acompanhamento arqueológico na Rua das Flores, 144-148. Sé, Porto. Relatório Final. Abril – Outubro 2019*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda.
150-160	FLO150.00	Sondagens prévias	Arqueohoje	Miguel Serra; João Perpétuo	Contemporânea	GOMES, Luís Filipe Coutinho Lopes (2000). *Centro Histórico do Porto. Rua das Flores, 150-160, Sé, Porto. Relatório Final*. Viseu: Arqueohoje – Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.
153-155-157	FLO153.16	Acompanhamento de obra	Era	João Hipólito Silva; José Filipe Carvalho; Francisco Raimundo	Moderna; Contemporânea	CARVALHO, José; RAIMUNDO, Francisco; HIPÓLITO, João (2018). *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Acompanhamento arqueológico da Empreitada de Recuperação e Remodelação de edifício sito na Rua das Flores, n.º 153-157, Porto*. [S.l.]: ERA Arqueologia, S.A. Obs.: Em janeiro de 2019 foi entregue na DRCN um aditamento a este relatório, que aguarda aprovação.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
159-165	FLO159. —	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	—	—	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
164-178 / Rua de Mouzinho da Silveira, 207-213	MZF.16	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	n/a	João André Faria e Leitão	—	—
171-177 (Hospital de D. Lopo)	FLO171.03	Estudo histórico-espacial e sondagens prévias	Era	Marina Pinto; Teresa Freitas	Medieval; Moderna; Contemporânea	FREITAS, Teresa Alves de; PINTO, Marina Paiva; AFONSO, José Ferrão [s.d]. *Escavação Arqueológica. Porto. Rua das Flores, 171/177.* [S.l.]: ERA Arqueologia, S.A. FREITAS, Teresa Alves de; PINTO, Marina Paiva; AFONSO, José Ferrão [s.d]. *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Porto. Rua das Flores, 171/177.* [S.l.]: ERA Arqueologia, S.A.
	FLO171.07	Acompanhamento de obra	Era	Marcos Couto Oliveira	Moderna; Contemporânea	COUTO, Marcos (2008). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico. Rua das Flores n.º 171 a 177, Porto.* [S.l.]: ERA Arqueologia, S.A.
179	FLR179.14	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Barqueno	Roger Prieto de la Torre; Cláudia Manuel Silva	Moderna; Contemporânea	MANUEL, Cláudia; PRIETO, Roger; PAZ, Alexandra (2017). *Sondagens e acompanhamento arqueológico. Relatório final. Rua das Flores, 179, Porto / FLR179.14.* Porto: Barqueno.
186-190	—	Acompanhamento de obra	Arqueologia e Património	Rui Pinheiro; Maria da Graça Pereira	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos não foram efetuados por incumprimento do Requerente.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
191-199 / Rua dos Caldeireiros, 2-4	FLO191.13	Sondagens prévias	n/a	Óscar Teixeira; Ana Lopes; Paulo Lemos	Medieval; Moderna; Contemporânea	TEIXEIRA, Óscar Fernando Ferreira de; LOPES, Ana Margarida Escoval; LEMOS, Paulo André Pinho (2014). *Reabilitação de Prédio – Rua das Flores, n.º 191-195 com a rua dos Caldeireiros n.º 2 e 4 (Porto). Sondagens de avaliação arqueológica. FLO191.13. Relatório Preliminar*. Arouca: ed. Autores. TEIXEIRA, Óscar Fernando Ferreira de (2019). *Reabilitação de Prédio – Rua das Flores n.º 191 – 199 / Rua dos Caldeireiros n.º 2 – 4. Porto. FLO191.18. Relatório Final.* Arouca: ed. Autor.
	FLO191.18	Acompanhamento de obra	n/a	Óscar Teixeira	Moderna; Contemporânea	
192	FLO192. —	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Nexo	Gabriel Rocha Pereira, Gustavo Santos; Mauro Correia	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
200-206	FLO200.21	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Sofia Soares; Mário Gonçalves	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos estão em curso.
201-203 / Rua dos Caldeireiros, 6-8	FLO201.18	Acompanhamento de obra	n/a	Óscar Teixeira; Francisco Raimundo; Nuno Gomes	Moderna; Contemporânea	TEIXEIRA, Óscar Fernando Ferreira de; RAIMUNDO, Francisco José Mateus; GOMES, Nuno André Coelho (2020). *Recuperação/Alteração de fachada, cobertura e interiores de prédio – Rua das Flores n.º 201 – 203 / Rua dos Caldeireiros n.º 6 – 8 Porto. FLO201.19. Acompanhamento arqueológico. Relatório Final*. Arouca: ed. Autores.
208-210 / Rua de Afonso Martins Alho, 117-119	FLO210. —	Acompanhamento de obra	Empatia	Mário Gonçalves	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
228 / Rua de Afonso Martins Alho	FLO228.03	Acompanhamento de obra	CMP/GAU	António Manuel Silva	Medieval; Moderna; Contemporânea	SILVA, António Manuel S. P. (2004). *Rua das Flores, 228. Porto. Relatório Final dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico. FLO228.03.* Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Arqueologia Urbana.
253-255, 257-259, 261-263, 265-267, 277-279, 281-285, 287-291 e 293-295 (Quarteirão das Cardosas)	CAR.08 CAR.11	Sondagens prévias (?) e acompanhamento de obra	Logiark	João Paulo Barbosa	—	BARBOSA, João Paulo (2010). *"Quarteirão das Cardosas". Acompanhamento Arqueológico da Demolição do Interior do Quarteirão das Cardosas. Sé – Porto. (CAR08). Relatório Final.* Matosinhos: Logiark, Serviços Arqueológicos, Unipessoal Lda. BARBOSA, João Paulo; PRIETO, Roger (2012). *"Quarteirão das Cardosas". Edificado – Sondagens arqueológicas. Sé – Porto. (CAR11). Relatório Preliminar*. Matosinhos: Logiark, Serviços Arqueológicos, Unipessoal Lda. Obs.: Estes edifícios terão sido intervencionados no âmbito da requalificação do Quarteirão das Cardosas, correspondendo aos lotes 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09 e 10. Os relatórios da intervenção, embora assinalem estas parcelas como espaços intervencionados, não especificam os trabalhos arqueológicos aí desenvolvidos.
262-266	RF262.21	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Arqueoges	Ricardo Erasun Cortés	Moderna; Contemporânea	ERASUN CORTÉS, Ricardo (2021). *Rua das Flores, n.º 262, Porto. Nota Técnica.* Guimarães: Arqueoges.
268-270	FLO270. —	Acompanhamento de obra	Arqueologia e Património	Maria de Lurdes Oliveira; Maria da Graça Pereira	—	Obs.: Os trabalhos arqueológicos previstos no âmbito do licenciamento ainda não foram iniciados.
269-275	FLO269.15	Acompanhamento de obra	n/a	Gabriel Rocha Pereira	Moderna; Contemporânea	PEREIRA, Gabriel Rocha (2016). *Relatório Final dos trabalhos Acompanhamento Arqueológico – Rua de Flores, n.º 269-271 (Porto).* Esmoriz: ed. Autor.

(*continua na página seguinte*)

N.º de polícia	Acrónimo	Trabalhos	Entidade enquadrante	Arqueólogos responsáveis	Épocas dos vestígios	Relatórios / Observações
301-305 / Praça de Almeida Garrett, 7-10	FLO301.17 FLO301.18	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Arqueoges	Ricardo Erasun Cortés	Romana; Medieval; Moderna; Contemporânea	ERASUN, Ricardo (2017). *Rua das Flores, n.º 301, Porto. Nota Técnica.* Guimarães: [Arqueoges]. ERASUN CORTÉS, Ricardo; SOUSA, Ana Maria dos Santos (2018). *Escavação e acompanhamento arqueológico. Rua das Flores, n.º 301-305 e Praça de Almeida Garrett, n.º 7-10, Porto. Relatório Final.* Guimarães: Arqueoges.
304-306 / Rua de Mouzinho da Silveira, 311-315	FLR304.13	Acompanhamento de obra	Logiark	João Paulo Barbosa	Romana; Moderna; Contemporânea	BARBOSA, João Paulo (2014). *Acompanhamento arqueológico de obra. Rua de Mouzinho da Silveira, 311/315. Rua das Flores, 304/306. Sé – Porto. (FLR304.13). Relatório Final.* Matosinhos: Logiark – Serviços Arqueológicos, Unipessoal Lda.
308-312 / Rua de Mouzinho da Silveira, 317-321	MDS317.07	Acompanhamento de obra	Empatia	Joana Alves Ferreira	Contemporânea	FERREIRA, Joana Isabel Alves (2008). *Relatório Preliminar de Acompanhamento Arqueológico. Rua de Mouzinho da Silveira n.º 317-321. Rua das Flores n.º 308-312*. Freguesia da Sé, Porto. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda.
326-332 / Rua de Mouzinho da Silveira, 335-341	FLO326.07	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	J. Menéndez	Jorge Argüello Menéndez; Mafalda Capela	Romana; Medieval; Moderna; Contemporânea	CAPELA, Mafalda Castel-Branco Borges; ARGÜELLO MENÉNDEZ, José Jorge; REIS, António Augusto de Oliveira (2007). *Relatório dos trabalhos de sondagens arqueológicas de avaliação. Mouzinho da Silveira 335-341 / Rua das Flores 326-332 (Porto). FLO326.07*. Porto: ed. Autores. ARGÜELLO MENÉNDEZ, José Jorge; CAPELA, Mafalda Castel-Branco Borges; TEIXEIRA, Sofia (2010). *Relatório Final dos trabalhos de sondagens arqueológicas de avaliação. Rua das Flores 326-332 / Mouzinho da Silveira 335-341 / (Porto). FLO326.07*. Porto: ed. Autores.
Eixo Mouzinho/ Flores	MSF.12	Sondagens prévias e acompanhamento de obra	Empatia	Gabriel Rocha Pereira; André Nascimento; José Miguel Oliveira	Medieval; Moderna; Contemporânea	*O ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO da requalificação urbana do Eixo de Mouzinho/Flores. Nota Técnica* [s.d.]. [Vila Nova de Gaia]: Empatia Arqueologia.

Obs.: Os dados apresentados reportam à data de 31-12-2021.

LE STRADE DELL'ADDIZIONE ERCULEA A FERRARA

MARIA TERESA SAMBIN DE NORCEN

Astratto: *Edificata a partire dal 1492 per volere del duca, l'Addizione erculea di Ferrara è imperniata sulla preesistente strada degli Angeli, viale suburbano su cui affacciavano complessi prestigiosi fondati dagli Estensi nel corso di un secolo. A partire dal gennaio 1493, Ercole I incentiva la costruzione di nuovi palazzi sulla via e realizza assi trasversali, costituiti dalle vie di Santa Caterina e dei Prioni, oltre a un reticolo di strade minori nel settore occidentale dell'Addizione; lungo le demolite mura medievali, il duca crea la via della Giovecca, che congiunge il castello con il margine orientale della città. Le nuove strade si vanno ad aggiungere al tracciato preesistente nel borgo, un tempo suburbano, di San Guglielmo, documentato da fonti grafiche e scritte. L'incremento demografico previsto da Ercole per la città non si verifica, lasciando inedificati ampi lotti dell'Addizione; le strade deserte e silenziose ispireranno poeti e scrittori fino ai nostri giorni.*

Parole chiave: *Strade dell'Addizione erculea; Addizione erculea di Ferrara; Ampliamenti urbani rinascimentali; Committenza di Ercole I d'Este; Strade nel rinascimento italiano.*

Abstract: *Built starting in 1492 at the behest of the duke, the Herculean Addition of Ferrara is centred on the pre-existing Strada degli Angeli, a suburban road overlooked by prestigious buildings founded by the Este family over the course of a century. Starting from January 1493, Ercole I encouraged the construction of new palaces on the street and created transverse axes, consisting of the streets di Santa Caterina and dei Prioni, as well as a network of minor streets in the western sector of the Addition; along the demolished medieval walls, the duke creates the via della Giovecca, which connects the castle with the eastern border of the city. The new streets are added to the existing road network in the once suburban Borgo di San Guglielmo, documented by graphic and written sources. The population increase predicted by Hercules for the city does not occur, leaving large lots of the Addition unbuilt; the deserted and silent streets will inspire poets and writers to this day.*

Keywords: *Streets of the Herculean Addition; Herculean Addition of Ferrara; Renaissance Urban Expansions; Patronage of Ercole I d'Este; Italian Renaissance Streets.*

INTRODUZIONE

Tra il 1497 e il '99, il panegirista di corte - ma anche attento osservatore dell'architettura contemporanea — Giovanni Sabbadino degli Arienti descrive l'Addizione erculea di Ferrara, l'ambizioso ampliamento urbano intrapreso sul finire dell'agosto 1492 per volere del duca che stava triplicando l'estensione della città[1]. Esso si presenta al finire del secolo come un cantiere in pieno svolgimento; l'autore, tuttavia, può leggere chiaramente la configurazione complessiva, essendone già scavate le fosse, in

[1] Sulla cronologia del *De triumphis religionis*, cfr. FARINELLA, 2007: 115, nota 3.



Fig. 1
Via degli Angeli, ora corso Ercole I d'Este, vista aerea da nord
Fonte: Foto di Marco Ravenna, MARCIANÒ, 1991

costruzione le mura e tracciati gli assi principali. Sabbadino apre la sua descrizione cominciando proprio dalle «strate magnifice et ample», fra cui spicca «precipuamente la longa e amplissima strata degli Angeli col pavimento de cotte pietre», selciata in mattoni[2]. Si tratta della via principale dell'Addizione (Fig. 1): un lungo rettifilo creato verosimilmente dopo il 1390 circa, quando Alberto V d'Este costruisce la perduta villa suburbana di Belfiore[3]. Tra il 1403 e il 1440 il suo successore Nicolò III innalza la chiesa e il convento e di Santa Maria degli Angeli, che danno il nome alla strada: anch'essi non esistono più[4]. Poco dopo la metà del Quattrocento Borso d'Este fonda, sull'altro lato della via, molto arretrato rispetto al filo stradale, il cenobio dei Certosini, in cui include un palazzo ad esclusivo uso dei signori (Fig. 2)[5]. La nascita del complesso stimola presto l'apertura di una nuova via, pressoché parallela a quella degli Angeli, ricordata nei documenti come la «via che va alla Certosa» (attuali via Palestro-via Borso)[6].

La strada degli Angeli corrisponde a parte dell'attuale corso Ercole I d'Este, ma non giungeva fino al Castello come oggi, trovandosi interposte originariamente alcune casette e un'area prativa adibita a mercato, trasformata nel 1477 nel giardino

[2] GUNDERSHEIMER, 1972: 72.
[3] SAMBIN DE NORCEN, 2012: 117-123.
[4] TUOHY, 1996: 379-382; SAMBIN DE NORCEN, 2017: 148 e la bibliografia ivi citata.
[5] FABBRI, LOPRESTI, MARCOLINI, 2018.
[6] «Via per quam itur ad ecclesiam Kertusie». Vedi BOCCHI, 1976: 33; ROSENBERG, 1978: 58; BOCCHI, 1982: 180; FOLIN, 2006a: 79-80.



Fig. 2. Giovan Battista Aleotti, Ferrara, *incisione*, 1605
Fonte: Collezione privata

estense del Padiglione, circondato da mura che si aprivano con un portale sulla via[7]; a nord la strada si concludeva in corrispondenza della porta del cosiddetto Barchetto, la riserva di caccia annessa alla villa di Belfiore[8].

Nel 1457, Borso ordina la selciatura della strada e la piantumazione di due filari di pioppi per rendere più confortevole il cammino, ma anche maggiormente decorosa la via[9]. L'andamento rettilineo, la presenza della pavimentazione, il prestigio degli edifici che vi si affacciavano e la posizione strategica rispetto all'antico centro cittadino, giustificano la scelta come asse principale dell'Addizione. Ercole abbatte i pioppi piantati dal suo predecessore e incentiva la costruzione di imponenti palazzi: quello del cortigiano Francesco Castelli fondato nel gennaio 1493, e — a seguire immediatamente — la nuova residenza di Bonifacio Bevilacqua, arretrata rispetto al filo stradale e pesantemente modificata nel corso dei secoli, e il palazzo del proprio fratello Sigismondo, famoso per le facciate a diamanti: i tre imponenti edifici — cui si aggiungerà nel 1498 palazzo Turchi — affacciano su quello che diventerà il «Quadrivio»,

[7] FRIZZI, 1848: 89; SAVINO, 1992; DI FRANCESCO, MINGOZZI, 1992: 193; ROSENBERG, 1997: 212.
[8] FARINELLI TOSELLI, 1992b.
[9] PARDI, 1933: 38.



Fig. 3
Il «Quadrivio»
Fonte: Foto di Lucio Rossi Studio RCR Parma, CECCARELLI, MARCHESI, SAMBIN DE NORCEN, 2019

l'incrocio tra gli assi principali dell'Addizione (Fig. 3)[10]. Più a sud, sempre sulla via degli Angeli, viene innalzato un palazzo per il figlio illegittimo del duca, don Giulio[11]: la strada — aperta fra due parchi ducali — assumeva connotati dichiaratamente trionfali, soprattutto agli occhi degli ospiti che giungevano in città da nord.

Perpendicolarmente alla via degli Angeli, Ercole in persona — un carteggio tra il segretario Sivieri e la duchessa Eleonora è esplicito in proposito — realizza altri percorsi, incurante degli orti che monasteri e privati possedevano in quel denso suburbio: la prima ad essere tracciata — il 31 gennaio 1493 — è la via chiamata in seguito di Santa Caterina, dal nuovo monastero che Ercole vi innalzerà (detta poi Guarina, e oggi Guarini-Arianuova)[12], congiungente la Certosa con la perduta chiesa di San Barnaba. Alla metà di settembre il duca è intento a far «fare vie assai per longo e per traverso, tute large pedi vinticinque l'una» (più di 10 metri)[13]. Le fonti non ci consentono di identificare, una per una, queste strade, che vanno a definire l'impaginato occidentale dell'Addizione, ancor oggi conservato. Tra tutte spicca il lungo asse della via dei Prioni — questa sì documentata con precisione — che congiunge i limiti est ed ovest della città, definendo la posizione delle nuove porte urbiche, che

[10] Sui palazzi vedi SAMBIN DE NORCEN, 2019a; SAMBIN DE NORCEN, 2019b; SAMBIN DE NORCEN, 2019d.
[11] SAMBIN DE NORCEN, 2019d.
[12] BOCCHI, 1982: 174-175; TUOHY, 1996: 371; FRANCESCHINI, 1997: 44, doc. 24.
[13] ROSENBERG, 1978: 65-66; BOCCHI, 1982: 175; MARCIANÒ, 1991: 299; FRANCESCHINI, 1997: 71, doc. 67.



Fig. 4
La via dei Prioni con il «Quadrivio» in primo piano, vista aerea da ovest
Fonte: Foto di Marco Ravenna, MARCIANÒ, 1991

verranno costruite fra l'ottobre 1493 e il dicembre 1497 (Fig. 4)[14]. Il tracciato della via è condizionato dagli edifici già in corso di costruzione all'incrocio con la via degli Angeli, in particolare dal citato palazzo di Francesco Castelli, che sembra determinare la variazione di alcuni gradi nell'inclinazione della strada rispetto al piano primitivo che la prevedeva probabilmente parallela alla via di Santa Caterina[15].

Le strade ricordate nei documenti sono disegnate in una famosa ben nota mappa, redatta attorno al 1495 da Pellegrino Prisciani, archivista di corte, dotto umanista, erudito in geografia, cartografia e architettura antica (Fig. 5): probabilmente Pellegrino faceva parte della vasta squadra deputata a progettare insieme al duca l'Addizione; all'équipe appartenevano l'ingegnere ducale Biagio Rossetti e altri «architectori» i cui nomi non sono specificati nei documenti[16].

La mappa di Prisciani (orientata con il nord in basso) delinea la città vecchia e quella nuova con le tre grandi vie che abbiamo ricordato finora. Sino a un maldestro restauro degli anni Trenta, vi era disegnata anche la nuova grande piazza dell'Addizione, realizzata anch'essa a partire dal settembre 1493, in concomitanza con l'apertura della

[14] ROSENBERG, 1978: 66-67; BOCCHI, 1982: 174-175; MARCIANÒ, 1991: 299; FRANCESCHINI, 1997: 71, doc. 67.
[15] ROSENBERG, 1978: 66-67; BOCCHI, 1982: 174-175; MARCIANÒ, 1991: 299; FRANCESCHINI, 1997: 71, doc. 67.
[16] ROSENBERG, 1997: 261. Vedi anche MARCHESI, 2019: 30; CECCARELLI, 2019: 102. Sulla mappa resta fondamentale l'analisi di BORGATTI, 1895; da ultimo si veda FOLIN, 2006b. Non è più accetabile l'ipotesi di ZEVI, 1960 secondo la quale Rossetti sarebbe stato l'unico «autore» del disegno dell'Addizione.



Fig. 5. Pellegrino Prisciani, *Proportionabilis et commensurata designatio urbis Ferrariae*, 1495 ca., dal libro IV delle *Historiae Ferrarienses*, Modena. Fonte: Archivio di Stato, Manoscritti della Biblioteca, n. 130, cc. 20*v*-21*r* (su concessione del Ministero per i Beni e delle Attività Culturali – Archivio di Stato di Modena)

via dei Prioni su cui affaccia; la sua presenza è confermata da una serie di copie e rielaborazioni della mappa che si sono susseguite nei secoli[17].

Oltre alle nuove strade, Prisciani ne disegna alcune che facevano parte del precedente borgo San Guglielmo, come le attuali via Armari e via Borgo dei Leoni al di fuori dell'omonima porta medievale, ora incluse nell'Addizione[18]. Altre strade antecedenti, non sono invece rappresentate, ma la loro esistenza è testimoniata dalle fonti scritte.

Nella mappa, il reticolo viario si interrompe a est della Certosa, probabilmente perché in quell'area le intenzioni di Ercole non sono ancora ben definite; scrive infatti Sivieri: «forsi ch'el nostro Illustrissimo Signore Duca la drizarà [la via di Santa Caterina] più oltra verso Sancta Lucia et farala passare a drito filo per suso quelle poche terre che li ha li frati de la Certosa tra el monastero suo e la via de Sancta

[17] ROSENBERG, 1997: 140-142. Si vedano le elaborazioni grafiche in SARDI, 1571: cc. 259-260; BORGATTI, 1895.
[18] ROSENBERG, 1997: 134-140.

Lucia»[19] che si trova appunto a oriente del cenobio. Più a meridione compare solo l'asse trasversale della via dei Prioni.

Non sono disegnate alcune strade ricordate dall' «Estimo dei borghi»: un prezioso catasto parcellare ordinato nel 1491 e concluso nel 1494[20]: sono assenti la «via Spedochia Mantile» (attuale via Mascheraio e la «via Kertusie per quam itur Francolinum», che non è identificabile con la già citata «via per quam itur ad ecclesiam Kertusie», come è stato supposto, ma sembra corrispondere con la strada che in altri documenti è indicata come via di Santa Lucia, attualmente via delle Vigne, che tangeva posteriormente gli orti del monastero, per allontanarsi dalla città, proseguendo, appunto, verso Francolino[21]. Venne troncata verosimilmente nel 1529 per far posto alla Montagnola di Alfonso I, una collina artificiale innalzata a scopo difensivo, allestita a giardino di delizia da Ercole II nel 1550[22]: nella mappa di Ferrara redatta da Giambattista Aleotti del 1605 è evidente la brusca interruzione subita dal percorso, mentre nell'Atlante di Alberto Penna (1658) vedremo una «strada di Francolino» spuntare dalle praterie a nord della cinta fortificata dell'Addizione, collegata al reticolo viario extraurbano tramite un'artificiosa «via nuova»[23].

Proprio il suburbio — quella città a maglie larghe che si era sviluppata esternamente alle mura di Ferrara, come degli altri centri medievali italiani — gioca un ruolo fondamentale nel definire il tracciato delle porzioni meridionale e orientale dell'Addizione: nella zona est, troviamo già esistenti le attuali vie Mentana e della Resistenza che delineano un asse parallelo alle mura medievali, ovvero alla direttrice principale della Ferrara vecchia, che segue l'alveo del Po, stabilendo il direzionamento di questa porzione di città.[24] L'attuale via Mortara sembra invece realizzata negli anni dell'Addizione (Fig. 6)[25].

Ma Prisciani disegna anche una strada che, giusta le fonti, sembra non essere mai esistita: uscente da un presunto portale meridionale di Belfiore, raggiunge all'altra estremità l'asse est-ovest di via dei Prioni; né esistono altre fonti scritte o materiali a serbare il ricordo dalla strada disegnata dall'umanista cartografo. L'ipotesi maggiormente plausibile sembra quella che si tratti di un progetto, o una semplice idea, rimasti irrealizzati.

[19] BOCCHI, 1982: 174-175; FRANCESCHINI, 1997: 44, doc. 24.
[20] BOCCHI, 1976; BOCCHI, 1982.
[21] BOCCHI, 1976: 33, a FOLIN, 2006a: 79-80.
[22] MARCHESI, 2008: 101-107; MARCHESI, 2009: 239-249.
[23] PENNA 1991: 15; vedi anche 11 per il reticolo viario interno alla città.
[24] ROSENBERG, 1978: 65.
[25] ROSENBERG, 1978: 59.

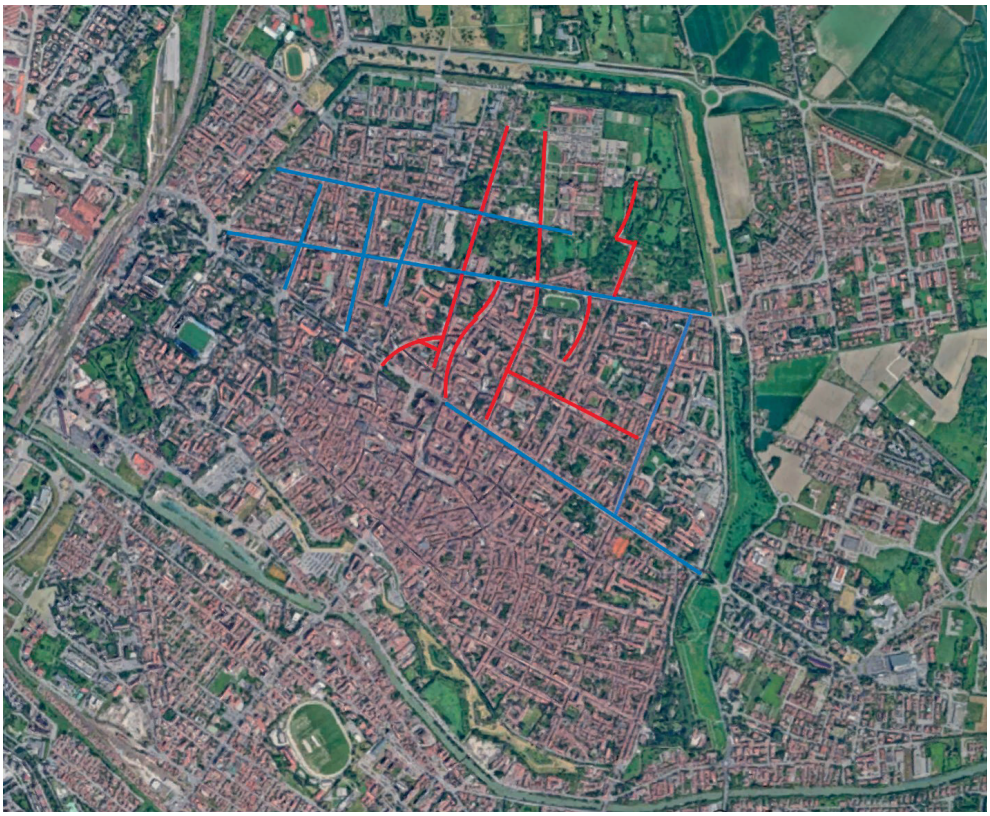


Fig. 6. Vista dall'alto di Ferrara, con in evidenza le strade dell'Addizione erculea ricordate dalle fonti: in blu le strade realizzate da Ercole, in rosso le strade preesistenti. Fonte: Rielaborazione dell'autrice su schermata di *Google maps*

Nell'agosto 1499, con l'abbattimento delle mura nord della città medievale è compiuta anche la via della Giovecca, la meno studiata fra le strade dell'Addizione, che corre dal castello fino al limite orientale della città. Il duca vi presta le sue attenzioni già da qualche anno, se nel dicembre 1496 sappiamo aver acquistato un edificio che vi si affacciava, espressamente per farlo demolire: «per agrandare la via» come recita il relativo mandato di pagamento[26]. Il fronte stradale si andrà definendo lentamente: nello stesso l 1496 Ercole dona ai Cistercensi dell'abbazia di San Bartolo, a sud di Ferrara, un appezzamento sulla via per costruire un monastero *intra moenia*, ma i frati, pur avendo avviato un grande cantiere sono riluttanti a spostarsi. Sarà Lucrezia Borgia, moglie di Alfonso I d'Este, ad acquisire il complesso per insediarvi le Clarisse di San Bernardino e a concludere i lavori nel 1510, in tono più dimesso rispetto all'idea originaria. Accanto al convento la duchessa costruirà anche un palazzo a

[26] FRANCESCHINI, 1997: 197, doc. 232d.

proprio uso personale[27]. Nel frattempo, in un tratto più centrale della stessa strada, nei pressi del castello, Girolamo Magnanini aveva costruito la sua grande residenza (1496-1509), maldestramente attribuita in passato a Biagio Rossetti: l'edificio è oggi noto con il nome dei più tardi proprietari, i Roverella[28].

La storia successiva dell'Addizione non andrà come aveva previsto Ercole I: già nel XVI secolo si assisterà in Ferrara a un decremento demografico, che peggiorerà con la Devoluzione alla Santa Sede nel 1598, lasciando vaste aree dell'Addizione inedificate[29]. Le vie non si popoleranno come il duca aveva sperato e alcuni degli edifici principali (come Belfiore e Santa Maria degli Angeli) andranno perduti nel corso dei secoli. Eppure, l'eccezionalità di quelle strade - accresciuta dal loro rimanere inabitate - sarà colta nei secoli da scrittori e poeti. Canta Gabriele D'Annunzio nel 1899, invocando la città personificata:

O deserta bellezza di Ferrara, […]
Loderò le tue vie piane,
grandi come fiumane,
che conducono all'infinito chi va solo
col suo pensiero ardente,
e quel lor[o] silenzio, ove stanno in ascolto
tutte le porte[30].

Anche Giosuè Carducci, pochi anni prima, aveva aperto la sua ode dedicata «Alla città di Ferrara» ricordando le strade inondate di sole e di «solitaria pace»[31].

Le vie, ampie e diritte, dell'Addizione erculea, contrapposte al serrato intreccio della Ferrara medievale, assumono un ruolo fondamentale nella percezione contemporanea della città, «bella non solo per i suoi famosi palazzi, ma anche per i suoi vuoti, le sue strade romite ed alberate, e il suo silenzio», come la definisce a metà del secolo scorso Guido Piovene[32]: un'aura di stasi metafisica che ancor oggi permea quei quartieri, nonostante la perdita di molti degli edifici che originariamente la popolavano, sostituiti nei decenni recenti con prove edilizie troppo spesso infelici.

[27] SAMBIN DE NORCEN, 2021: 134-139 e la bibliografia ivi citata.
[28] SAMBIN DE NORCEN, 2019c.
[29] CECCARELLI, 2006.
[30] D'ANNUNZIO, 1899.
[31] CARDUCCI, 1895.
[32] PIOVENE, 1961: 228.

BIBLIOGRAFIA

D'ANNUNZIO, Gabriele (1899). *Le città del silenzio. Ferrara, Pisa, Ravenna*. «Nuova antologia». (16 Nov. 1899).

BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed.* (1992). *Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo.

BOCCHI, Francesca (1976). *Uomini e terra nei borghi ferraresi. Il catasto parcellare del 1494*. Ferrara: Deputazione ferrarese di storia patria.

BOCCHI, Francesca (1982). *La "Terranova" da campagna a città*. In PAPAGNO, Giuseppe; QUONDAM, Amedeo, *ed*. *La corte e lo spazio. Ferrara estense*. Roma: Bulzoni, vol. 1, pp. 167-192.

BORGATTI, Filippo (1895). *La pianta di Ferrara nel 1597*. «Atti e Memorie della Deputazione Ferrarese di Storia Patria». S. I. VII, fasc. 1, 3-73.

CARDUCCI, Giosuè (1895). *Alla città di Ferrara.* Bologna: Zanichelli.

CECCARELLI, Francesco (2006). *Contrazione urbana e crisi insediamentale: Ferrara nel XVII secolo, un excursus*. In FOLIN, Marco, *ed. Sistole/diastole. Episodi di trasformazione urbana nell'Italia delle città*. Venezia: Istituto veneto di scienze, lettere e arti, pp. 175-205.

CECCARELLI, Francesco (2019). *L'Addizione erculea*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 101-105.

CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2019). *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press.

FABBRI, Rita; LOPRESTI, Elisabetta; MARCOLINI, Giuliana (2018). *La certosa di San Cristoforo testimone di arte e architettura cartusiana in terra estense*. Imola: Manfredi.

FARINELLA, Vincenzo (2007). *I pittori, gli umanisti, il committente: problemi di ruolo a Schifanoia*. In SETTIS, Salvatore; CUPPERI, Walter, *ed. Il Palazzo Schifanoia a Ferrara*. Modena: Panini, pp. 83-138.

FARINELLI TOSELLI Alessandra (1992a). *Dai Piopponi a Belfiore: "luogo delicioso da spasso"*. In BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed. Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo, pp. 244-255.

FARINELLI TOSELLI Alessandra (1992b). *Fra città e campagna: la porta degli Angeli fra storia e tradizione storiografica*. In BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed. Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo, pp. 225-243.

FOLIN, Marco (2006a). *Un ampliamento urbano della prima età moderna. l'Addizione erculea di Ferrara*. In FOLIN, Marco, *ed.. Sistole/diastole. Episodi di trasformazione urbana nell'Italia delle città*. Venezia: Istituto veneto di scienze, lettere e arti, pp. 51-174.

FOLIN, Marco (2006b). *Leon Battista Alberti e Pellegrino Prisciani*. «Schifanoia. Notizie dell'Istituto di studi rinascimentali di Ferrara». 30/31, 295-316.

FOLIN, Marco, *ed.* (2006c). *Sistole/diastole. Episodi di trasformazione urbana nell'Italia delle città*. Venezia: Istituto veneto di scienze, lettere e arti.

DI FRANCESCO, Carla; MINGOZZI, Paola (1992). *La salita al castello*. In BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed. Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo, pp. 193-199.

FRANCESCHINI, Adriano (1997). *Artisti a Ferrara in età umanistica e rinascimentale: dal 1493 al 1516*. Ferrara: Corbo, parte II, tomo II.

FRIZZI, Antonio (1848). *Memorie per la storia di Ferrara*, a cura di C. Laderchi. Ferrara: Abram Servadio, vol. 5.

GUNDERSHEIMER, W. L. (1972). *Art and Life at the Court of Ercole I d'Este: the «De triumphis religionis» of Giovanni Sabadino degli Arienti.* Genève: Librairie Droz.

MARCHESI, Andrea (2008). *Grotte, montagne e fontane estensi. Natura artificiata nella Ferrara del Cinquecento*. In CECCARELLI, Francesco; VENTURI, Gianni, *ed. Delizie in villa. Il giardino rinascimentale e i suoi committenti*. Firenze: Olschky, pp. 91-113.

MARCHESI, Andrea (2009). *Originalità architettoniche e nuove figurazioni decorative nelle residenze ferraresi di Ercole II d'Este. Il "real palagio" di Copparo e la "vaga" Rotonda*. In CECCARELLI, Francesco; FOLIN, Marco, *ed. Delizie estensi. Architetture di villa nel Rinascimento italiano ed europeo*. Firenze: Olschky, pp. 207-249.

MARCHESI, Andrea (2019). *Biagio Rossetti nei documenti*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 25-39.

MARCIANÒ, Ada Francesca (1991). *L'età di Biagio Rossetti. Rinascimenti di casa d'Este*. Ferrara-Roma: Corbo.

PARDI, Giuseppe, *ed*. (1933). *Diario ferrarese dall'anno 1409 sino al 1502*. In *Rerum Italicarum Scriptores*. Bologna: Zanichelli, vol. XXIV, 7.

PENNA, Alberto; ROSSI Massimo, *ed*. (1991). *Atlante del Ferrarese. Una raccolta cartografica del Seicento*, Modena: Panini.

PIOVENE, Guido (1961). *Viaggio in Italia*, Milano: Mondadori.

ROSENBERG, Charles M. (1978). *The Erculean Addition to Ferrara: Contemporary Reactions and Pragmatic Considerations*. «The Early Renaissance.Acta». V, 49-67.

ROSENBERG, Charles M. (1997). *The Este Monuments and Urban Development in Renaissance Ferrara*. Cambridge: Cambridge University Press.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2012). *Le ville di Leonello d'Este. Ferrara e le sue campagne agli albori dell'età moderna*. Venezia: Marsilio.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2017). *Belfiore da villa* extra moenia *a lacuna urbana*. In DALLA NEGRA, Riccardo, IPPOLITI, Alessandro, *ed. Le lacune urbane. Giornate di studio tra Ferrara e Pescara*, Roma: Ginevra Bentivoglio.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2019a). *Palazzo Castelli, poi Prosperi Sacrati*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 72-75.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2019b). *Palazzo dei Diamanti*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 77-81.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2019c). *Palazzo Magnanini, poi Roverella*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 96-99.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2019d). *Palazzo Turchi, poi Di Bagno – Palazzo di Don Giulio d'Este*. In CECCARELLI, Francesco; MARCHESI, Andrea; SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa. *Biagio Rossetti 1444-1516. Architettura e documenti*. Bologna: Bononia University Press, pp. 82-85.

SAMBIN DE NORCEN, Maria Teresa (2021). *Lucrezia Borgia committente d'architettura nella Ferrara del primo Cinquecento*. «Schifanoia». 60, 129-139.

SARDI, Alessandro (1571). *Annotazioni storiche dal MDLVI al MDLXXI*. Modena: Biblioteca Estense Universitaria, Ms. It. 408 = alfa.F.3.17.

SAVINO, Simonetta (1992). *Il giardino del Padiglione*. In BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed. Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo, pp. 183-192.

SCAFURI, Francesco (1992). *Le pavimentazioni nella storia della strada degli Angeli e della città*. In BASSI, Carlo; PERON, Marica; SAVIOLI, Giacomo, *ed. Ferrara 1492-1992: la strada degli Angeli e il suo quadrivio. Utopia disegno e storia urbana*. Ferrara: Corbo, pp. 48-57.

TUOHY, Thomas (1996). *Herculean Ferrara. Ercole d'Este (1471-1505) and the Invention of a Ducal Capital*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZEVI, Bruno (1960). *Biagio Rossetti architetto ferrarese. Il primo urbanista moderno*. Torino: Einaudi.

READING STREET SPACE: NOTES ON VIA TRIBUNALI AND ST JOHN STREET

MARIANNA ASCOLESE*

Abstract: *Via Tribunali and St John Street — two streets from distant cities but with unexpectedly common features — synthesize the physical, social, and cultural transformations of the urban fragments they belong to, which are only apparently very different: the ancient centre of Napoli and the Clerkenwell area in London. The urban analysis starts from the description[1] — a practice necessary to understand the singular elements of the system — which, through an empirical and experiential approach[2], illustrates the consistencies of the spaces. This proposed methodology of reading[3] is structured in seven themes to investigate different levels of architectural intensity: from objective and easily comparable data describing historical evolution, typological modifications, geometries, and proportions, to more interpretive aspects, regarding the inhabitants, uses and atmospheric conditions. The analysis, supported by drawings and photographs, becomes a useful interpretive tool to capture the coexistence of material and immaterial qualities[4], inherent to the urban environment[5].*

Keywords: *Space of the Street; Permanence and Variations; Urban Reading; Re-drawing.*

Resumo: *A Via Tribunali e a Rua St John — duas ruas de cidades distantes, mas com características comuns inesperadas — sintetizam as transformações físicas, sociais e culturais dos fragmentos urbanos a que pertencem, que são aparentemente muito diferentes: o antigo centro de Nápoles e a área de Clerkenwell em Londres. A análise urbana começa com a descrição[6] — uma prática necessária para compreender os elementos singulares do sistema — que, por meio de uma abordagem empírica e experiencial[7], ilustra as consistências dos espaços. A metodologia proposta de leitura[8] está estruturada em sete temas para investigar diferentes níveis de intensidade arquitetónica: desde dados objetivos e facilmente comparáveis que descrevem a evolução histórica, modificações tipológicas, geometrias e proporções, até aspetos mais interpretativos, relacionados aos habitantes, usos e condições atmosféricas. A análise, apoiada por desenhos e fotografias, torna-se uma ferramenta interpretativa útil para captar a coexistência de qualidades materiais e imateriais[9], inerentes ao ambiente urbano[10].*

Palavras-chave: *Espaço urbano; Permanência e Variações; Leitura urbana; Redesenho.*

* Department of Architecture. University of Naples Federico II. Via Toledo, 402 – 80134 Napoli. Email: marianna.ascolese@unina.it. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9082-565X.

[1] HAVIK, 2014.
[2] BAILLY, 2016.
[3] JACOBS, 1995.
[4] ÇELIK, FAVRO, INGERSOLL, *ed.*, 1994.
[5] SENNETT, 2018.
[6] HAVIK, 2014.
[7] BAILLY, 2016.
[8] JACOBS, 1995.
[9] ÇELIK, FAVRO, INGERSOLL, *ed.*, 1994.
[10] SENNETT, 2018.

INTRODUCTION

A considerable part of the urban footprint (from 1/3 to half) is street space[11]. It is the primary infrastructure for movement, access, and connectivity of people and trade. The street shapes our daily experience more than the other urban elements. It is a principal element of the urban structure; it also represents the most widespread type of public space which supports cultural, economic, political, and social activity. Through a structured reading of urban space focused on two different streets in Napoli and London, the paper intends to investigate the physical and the immaterial components of the space of the streets and compare how they interact and relate to each other.

In the last decade, the theoretical discussion about the space of the street and its role in urban design focused on connectivity and movement. In some suburbs and new parts of contemporary cities, the new public spaces become inappropriate places for collective and public life. New models for thinking street spaces are required to meet the demands of our evolving cities. These models should comprehend «diversity as a biological necessity and otherness as the unique condition imparted by the urban process»[12].

The paper investigates how it is relevant to consider both the material features of form and the complex immaterial relationships between the physical space and the observer. An interesting interpretation of the physical component of the street is the urban canyon proposed by Rudolf Arnheim, where streets are «an extended channel, formed by buildings and ground. […] The street canyon hole carries out something that I will define as the primary quality of the inner spaces, and so it operates as an exciting extension of the man in the surrounding space»[13]. In *Great Streets,* Allan Jacobs argues that «streets moderate the form and structure and comfort of urban communities»[14]. One of the aims of his study was to describe the composition of streets and capture their physical quality. The author recognizes two ways to define streets: the vertical and the horizontal limit: «Vertically, which has to do with the height of buildings or walls or trees along a street; and horizontally, which has most to do with the length of and spacing between whatever is doing the defining»[15]. The relationship between the street planes consists of the physical and material components. The physical features of the vertical plane include quantifiable objective data: buildings typology, elevation height, window and entrance type, sidewalk dimension and cross-section of the street, lighting, trees, street furniture, and porches. These elements define the atmosphere of the street and express the essence of the space in which people live.

[11] MEHTA, 2014.
[12] ÇELIK, FAVRO, INGERSOLL, *ed.*, 1994.
[13] ARNHEIM, 1977.
[14] JACOBS, 1995.
[15] JACOBS, 1995.

The horizontal plane as «human action field»[16] is the second component necessary to define the form of the street. The ground material and its surface features directly influence the city's form. It also encourages relationships, creating a sense of proximity and a space for movement and interaction. The formal characteristic of a street has a significant influence on the quality and the urbanity of the city as a whole.

The street space holds together human activity and «represents a social artifact of specific impulse, energy, and commitment. That is its meaning, and this meaning resides in its physical form»[17]. Therefore, the buildings, despite their modifications, represent the structure of the urban space that serves human movement, and contribute significantly to quality of the street.

1. AN URBAN READING METHODOLOGY

The observation of cities is the first exercise to understanding urban space[18]. Based on Allan Jacobs' analysis of a number of streets, the methodology proposes an urban reading of the places to identify the characteristics that make a great street. Jacobs argues that «streets moderate the form and structure and comfort of urban communities»[19]. He suggests exploring some urban streets in different cultural and geographical contexts to understand their physical consistencies and transformations. His aim is to provide comparable information on the physical qualities of the streets.

Drawing serves as a valuable instrument for comprehending and exploring reality. The re-drawing of specific urban areas and the meticulous examination of each street, achieved through a series of architectural plans and cross-sections, prove to be invaluable aids in apprehending the physical attributes that delineate a greet street. Jacobs undertakes a meticulous analyzes of select streets chosen for their urban and spatial quality. Through a series of drawings, he compares the physical dimensions, elucidating the recurring elements, and the unchanging characteristics that confer unique identities upon each city, denoted as invariants. Jacobs further a comprehensive taxonomy based on the physical and dimensional attributes, categorizing streets as boulevards, historic streets, tree-lined streets, streets with central walkways. For each category, he identifies a sequence of parameters, including the size and the origin of present streets, the height and length of buildings, the scale and quantity of commercial buildings, the frequency of entrances, and pedestrian foot traffic. These

[16] ARNHEIM, 1977.
[17] KOSTOF, 1985.
[18] In *Urban Literacy. Reading and Writing Architecture*, Klaske Havik (HAVIK, 2014) proposes a literary approach based on the experience, use, and imagination of place. In her research, the analysis of urban space starts from the description of the place as a necessary practice for understanding the elements that constitute architecture. These concepts influence the way we look at architecture and the city. Since the 60s of the 20th century, architects and academic researchers have used a descriptive method to knowledge the city; this approach has become a necessary practice for the study, analysis, and design of new parts of the city.
[19] JACOBS, 1995.

insights, complemented by drawings, provide a comprehensive understanding of urban streets[20].

The paper presents a methodology for the examination and the analysis of urban space by integrating both the physical attributes of street space and the social dimension. This approach is delineated through seven distinct components: roots, measurements, textures, surfaces, objects, interactions, and sensations. Each of these components delves into various aspects of street space, encompassing historical context, as well as tangible and intangible elements. These thematic categories explore varying degrees of depth, spanning from empirical and comparable data that describe the historical evolution and formal and typological modifications, geometric dimensions, and material composition to more subjective interpretive facets, which are shaped by the inhabitants, uses, and the atmospheric conditions of these places.

1. Roots: The roots component delves into the origin of urban structure that is providing essential insights for comprehending the evolution of various city elements. The stratifications, whether in the form of alterations or enduring elements, within the physical structure of the street are discernible in the context of physical, social, and cultural transformations that shape the space. The history of a place represents the physical context transformation and urban life evolution. These aspects exert a profound influence on the city's distinctive character, constructed from the amalgamation of intricate details, significant events, and time-honored rituals, collectively constituting the memory of each place.

2. Measurements: Geometry serves as a means of imposing structure on the intricate fabric of physical matter. The dimensions of the elements play a key role in determining the spatial relationships that connect the various components to each other and to their immediate surroundings. In particular, the composition of the horizontal and vertical planes that make up the street is crucial to understanding the spatial foundation. Factors such as the height of facades, the width of roadway, the dimensions of sidewalks and the length of passages are essential information for understanding the spatial and relational nature of the street. Measurement, in terms of how elements relate to each other, significantly influences the perception of space and how people engage with it.

3. Consistencies: The street is an assemblage of multiple components that coexist, introducing diversity and shaping the physical texture of the space. The juxtaposition of different buildings determines both the material composition and the typological uniformity of the street, with emerging features taking on different roles. These features contribute to the street's individuality, serving as focal points for diversity, attraction, meeting and gathering, sacredness, quite or leisure. These

[20] JACOBS, 1995: 134.

textures relate to the built elements and the space they create. The interplay between solid and void elements defines the character of the street and represents what can be considered «the most inclusive property of any place»[21].

4. Surfaces: The observation of the street space focuses on its surfaces, which are made up of layers of different entities that manifest their material qualities. Matter serves as the fundamental building block of these surfaces, encompassing natural and artificial elements, porous and compact textures, dense and transparent qualities, as well as reflective, cold, warm and colourful attributes. Materiality fundamentally defines the appearance of a place and contributes to its distinctiveness. The variety of materials used in different aspects of the street, such as street level, pavements and facades, connects to the human experience, involving tactile sensations and the dynamics of movement.

5. Objects: The street is inhabited by a series of elements such as trees, lighting, vehicles such as cars, bicycles, mopeds, benches, curbs, and walls. Many of these elements are often introduced spontaneously, occupying, and contributing to the space, enriching it and giving it a human touch. The geometric realm of the street transcends its inherent geometry and transforms into a space of everyday life. In doing so, it changes both the perception and the physical configuration of the space itself, introducing a more humanised and dynamic environment.

6. Interactions: «Arteriality, a property identified by the cartographer Alastair Morrison whereby "the pattern of arterial roads is the only one which forms a complete network." […] It is a pervasive propriety — but an almost invisible one, intuitively built into road systems without conscious prescription»[22]. Through this interpretation, Marshall explores the intricate relationships between major and minor streets, encompassing the capacity for branching, absorption, and exchange. Different levels of interactions, such as mobility, proximity of the built spaces, and the intersection of open and closed spaces, coexist within the street space. These interactions materialize between the physical aspects of the environment and its inhabitants, as well as between buildings and open space. Each of these interactions plays a key role in shaping the balance and connections between the public and the private spheres, culminating in a space characterized by «a high degree of intensity, of communications, exchanges»[23].

7. Emotions: The final aspect is closely linked to the experiential aspect of a place. The essence of a city's quality is deeply connected to the combination of tangible and intangible interactions. These interactions evoke emotions that are intertwined with sounds, noises, smells and emotions, ultimately leading to a sense of unfamiliarity,

[21] NORBERG-SCHULZ, 1980: 6.
[22] MARSHALL, 2005: 61.
[23] WOLF, 1978: 205.

engagement, belonging or exclusion. The perception of street space is inextricably related to the degree of human engagement with the urban environment.

2. NAPOLI AND LONDON: READING AND RE-DRAWING THE STREETSPACE

The cities of Napoli and London have significant differences, both in terms of spatial and material aspects affecting the construction of open spaces and buildings, and in their social composition. While in the ancient centre of Napoli, despite the increasing process of touristification, it is still possible to find the combination of locals and students, London is taking shape as a complex city where coexistence is manifested through a fusion of cultures, often resulting in social enclaves that are reflected in the construction of space, particularly in public spaces. The comparison between two physically and socially different places allows for the experimentation and verification of the urban reading mode proposed and articulated through different categories.

The seven different categories outlined above have served as the framework for the urban reading of the two case study streets: Via Tribunali in Napoli and St John Street in London (Fig. 1). The examination of Via Tribunali and St John Street starts with a comprehensive urban assessment, elucidating their historical development and



Fig. 1. The plan of Naples and London. Source: Drawings by the author

transformations they have undergone. This evaluation is further supplemented by a series of drawings that explicitly depict the categories detailed above. Napoli and London, despite their distinct identities, share a complex layering of historical time. Within these cities, one can discern the evolution that has left an indelible mark on the physical and perceptual fabric of urban landscape.

The ancient city of Napoli has a regular and orthogonal urban layout, consisting of main streets, known as *decumani*, and the smaller orthogonally intersecting streets, known as *cardini*. However, a closer examination of the physical city reveals a complex interplay of spatial rooms that together create a unique atmosphere within the ancient city. Tipically, the transition from the street to the entrance, leading to the court of the main historical *palazzi,* gives rise to different urban rooms. The spatial configuration is a constant state of flux, creating extraordinary urban compositions in the ancient city. The three main *decumani*, Via Tribunali, Via San Biagio dei Librai and Via dell'Anticaglia, are made up of a sequence of spaces that include small squares, external staircases, and arcades. The walls of the monasteries, the porticos and the entrance of the small shops define the boundaries of the streets. This varied arrangement contributes to the image of the city and represents its identity. The ancient part of Napoli follows an invisible order that comes from the interaction between the elements, the buildings, and their effect on the inhabitants. Via Tribunali is the central street within the ancient urban structure. Its spatial diversity, changes and unique exceptions maintain its role as scenographic and theatrical space that remains inhabited. This street serves as a window on the essence of ancient city, where every aspect contributes to the composition of the city. It represents a holistic form of architecture that goes beyond mere churches and palazzi and embodies a strong sense of order, scale, proportion, and rhythm. Within this sequence of spaces, «each element that shapes this ancient urban area — in its tangible presence — to a collective moment and meaning, telling — as a formal fact — the remarkable history of its continuous reinterpretation and incessant transformation»[24].

Describing London as a single city is a complex endeavor, given its vast size and the incredibly diverse facets it encompasses. London functions as an amalgamation of distinct cities that engage in a constant dialogue, each offering an array of changing forms and languages. Clerkenwell, situated in the northern part of the City, epitomizes this complexity. It adopted its present-day morphological structure at the dawn of the 20th century, with a historical monastic influence. Throughout the 18th and 19th centuries, Clerkenwell witnessed the emergence of its initial industrial activities, including breweries and distilleries. These echoes of the past continue to characterize streets like Cow Street and St John Street, albeit for different purposes.

[24] SAVARESE, 1991: 13.

St John Street, which extends from Angel Station to Smithfield Market, is notably diverse in character. In its northern segment, it maintains a predominantly residential atmosphere, with new structures punctuating the Georgian and Victorian façades. In contrast, the southern part is characterized by historical industrial edifices that now house co-working spaces, offices, apartments, and smaller residential properties. The architectural diversity is a prominent feature of this area, with structures constructed in brick, buildings reminiscent of medieval styles, and industrial factories from the 19th century. This diversity contributes to an exceptionally mixed urban landscape. Presently, the borough hosts an array of bars, breweries, art, design, and craft spaces, attracting numerous artists. It is in the interplay between the people and the place that this area derives its uniqueness.

Re-drawing proves to be an invaluable tool for understanding the various aspects of both material and immaterial relationship within the street space. In this research, a series of drawings is employed to investigate the structure of the form, covering the initial two categories, roots and dimensions. Additionally, it delves into the characteristics of the edges, delving into consistencies and interaction, as well as the essence of the visible layers, encompassing surfaces, objects, and sensations.

Structure of the Form: The composition of the block defines the structure of the street space, emphasizing the relationship between void and built space. The urban blocks, often characterized by a consistent, excavated mass, delineate the boundaries of Via Tribunali. The interplay between solidity and emptiness is readily observable in the cross-sectional sequences, which give rise to diverse urban rooms defined by variable boundaries that shape the urban void (Fig. 2). In the case of St John Street, the blocks display a spectrum of architectural style from Georgian buildings to more articulated blocks that often challenge the boundary of the street. Re-drawing of the void space in the sections highlights how the sequence of voids, in contrast to the solids, is articulated with greater thickness to the north, gradually transitioning into subtle branches to the south (Fig. 3).



Fig. 2
The urban blocks in Via Tribunali and St John Street
Source: Drawings by the author



Fig. 3
A sequence of cross-sections that explains the different urban rooms of Via Tribunali and St John Street. Source: Drawings by the author

The consistency of the Edges: The ground floors reveals the nuanced consistency of the street space, which houses a network of contradictions and variations. Via Tribunali unfolds along a roughly one-kilometer stretch, characterized by a complex sequence of spaces. The layout rarely adheres to a continuous straight line, and the facades frequently exhibit shifts backward and forward, resulting in diverse architectural expressions. Widened sections and squares serve to alter the street's configuration, accommodating churches, monuments, social gathering spots, and meeting places. In the case of St John Street, the plan highlights the presence of a great variety of buildings. This drawing explicitly delineates the various segments of the street, which spans approximately one and half kilometers. It contains buildings

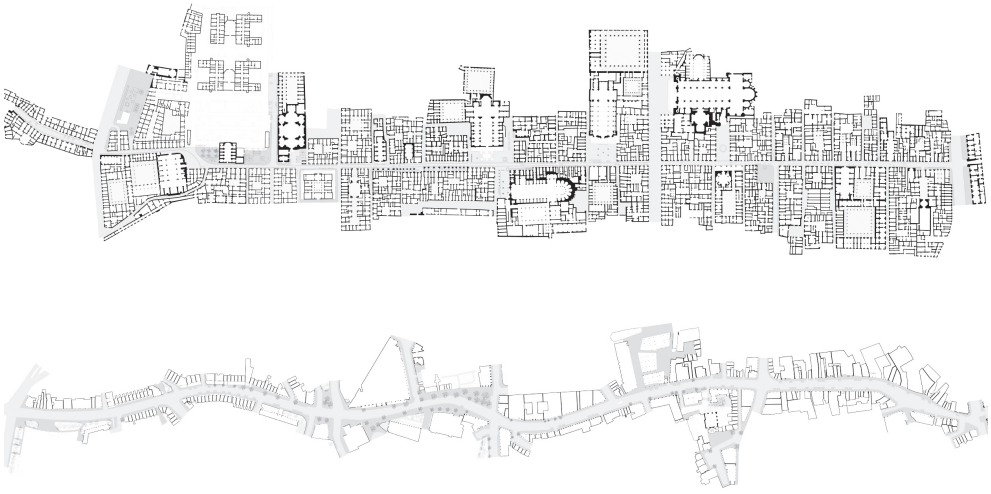


Fig. 4. The re-drawing of the ground floor of Via Tribunali and St John Street. Source: Drawings by the author

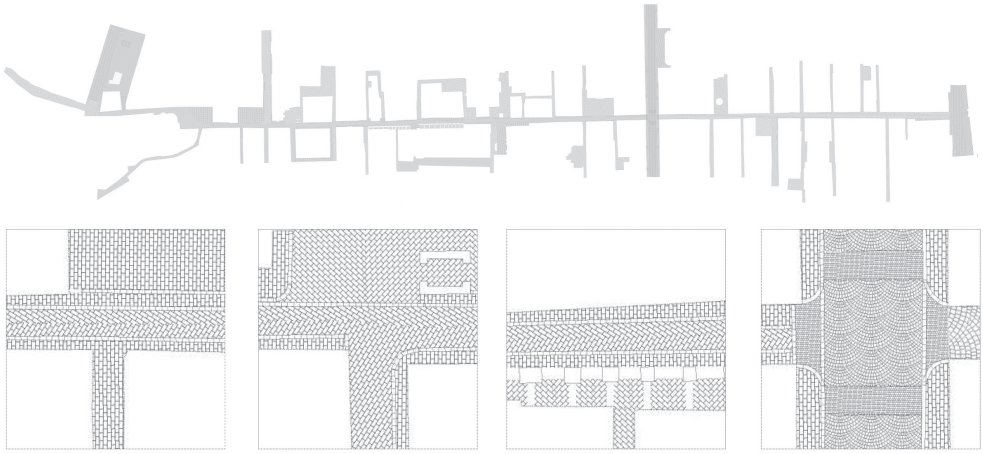


Fig. 5. The horizontal plane of Via Tribunali. Source: Drawings by the author



Fig. 6. The vertical plane of St John Street. Source: Drawings by the author

of fragmented consistency, some of which follow the street façade, while others, such as a terraced urban block, are set back from the street by a gap and connected to the house entrance by a staircase (Fig. 4).

The essence of Visible Layers. The pattern of both horizontal and vertical surfaces specifies the character and perception of the street space. In the case of Via Tribunali, the drawing of the paving accentuates the horizontal consistency of the street, comprising multiple layers. The lava stone pavement, with its distinct shapes and positions, underlines the spatial variation. The diverse arrangement of the stones serves as a visual marker, signaling the presence of the roadway, a widening, or a passage (Fig. 5). In St John Street, the representation of the vertical surfaces underlines the multitude of materials that contribute to its identity. Brick is displayed in various forms and colors, contingent on the age and architectural style of the buildings.

It represents a porous, warm material that frequently contrasts with the gray asphalt, light marble stones, and white moldings (Fig. 6). These material variations collectively shape the street's visual and tactile character.

3. THE DIFFERENT RELATIONSHIP WITHIN THE STREETSPACE

The reading and re-drawing of Via Tribunali and St John Street underline how the street space exemplifies a nuanced order that is characteristic of collective cities. This order becomes evident in the morphology of the urban elements and in the intricate interactions that weave together formal, social, and cultural aspects. The street acts as a synthesis of various relationships that combine each layer, both material and immaterial, within the urban space. The physical composition of the street engenders relationships that can take on different forms: continuous, discontinuous, interrupted, and overlapped. These variations arise from the multifaced urbanity within the city space, generating mutable conditions visible in the volume of the street space; the connection with the vertical plane; the conformation of the ground floor (e.g., porches, entrance halls, passages, arcades); the sequence of urban rooms.

The figural structure of the street defines the framework of the city, holding together its components and activating interactions between them, including, the street planes, the edges that delineate the horizontal plane, the interplay of void and solid, and the integration of interior and exterior spaces.

The street's image encapsulates the relationships between the physical and immaterial elements of the space. These relationships are changeable and closely tied to the sensory world. They emerge from the interaction of people, the presence of different buildings, the transitory and ephemeral elements, and unexpected events. The street's image encompasses all of these relationships, capturing the hidden world within the visible one and encompassing the myriad aspects that each individual can perceive in their unique way.

BIBLIOGRAPHY

ALEXANDER, Christopher (1977). *A Pattern Language. Towns – Buildings – Constructions*. New York: Oxford University Press.

ANDERSON, Stanford, *ed.* (1978). *On Streets.* Cambridge Mass: MIT Press.

ARNHEIM, Rudolf (1977). *The Dynamics of Architectural Form*. Berkeley: University of California Press.

BAILLY, Jean-Christophe (2016). *La frase urbana*. Torino: Bollati Boringhieri.

ÇELIK, Zeynep; FAVRO, Diane; INGERSOLL, Richard, *ed.* (1994). *Streets. Critical Perspectives on Public Space.* Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

FOCILLON, Henri (1934/1989). *The Life of Forms in Arts.* New York: Zone Books.

FORTY, Adrian (2000). *Words and Buildings. A Vocabulary o/ Modern Architecture*. London: Thames & Hudson Ltd.

HAVIK, Klaske (2014). *Urban Literacy. Reading and Writing Architecture.* Rotterdam: nai010 publishers.

HILLIER, Bill (1998). *Space is the machine: A Configurational Theory of Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press.
JACOBS, Allan. B. (1995). *Great Streets*. Cambridge: MIT Press.
JACOBS, Jane (1961). *The death and the life of great American cities.* New York: Random House.
KOSTOF, Spiro (1985), *A History of Architecture: Settings and Rituals*. New York: Oxford University Press.
LYNCH, Kevin (1960). *The image of the city*. Cambridge: MIT Press.
MARSHALL, Stephen (2005). *Streets & Patterns*. Abingdon: Spon Press.
MEHTA, Vikas (2014). *The Street. A quintessential Social Public Space*. London: Routledge.
NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture.* New York: Rizzoli.
PALLASMAA, Juhani (2011). *The Embodied Image: Imagination and Imagery in Architecture*. Hoboken: John Wiley & Sons.
PINOTTI, Andrea; SOMAINI, Antonio (2009). *Teorie dell'immagine. Il dibattito contemporaneo*. Milano: Raffaello Cortina Editore.
POËTE, Marcel (1929). *Introduction à l'Urbanisme*. Paris: Ancienne Librairie Furne Boivin.
ROSSI, Aldo (1966/1982). *The Architecture of the City.* Cambridge: MIT Press.
ROWE, Colin; KOETTER, Fred (1978). *Collage city*. Cambridge: MIT Press.
SALINGAROS, Nikos A. (1995). *Principles of Urban Structure*. Amsterdam: Techne Press.
SAVARESE, Lidia (1991). *Il centro antico di Napoli, analisi delle trasformazioni urbane*. Napoli: Electa Napoli.
SENNETT, Richard (1990). *The conscience of the eye*. London: W. W. Norton & Company.
SENNETT, Richard (2018). *Building and Dwelling: Ethics for the City.* London: Allen Lane.
SMITHSON, Peter; SMITHSON Alison (2005). *The Charged void*. New York: Monacelli Press.
WOLF, Peter (1978), *Streets as channels: Toward an evaluation of transportation potentials for the urban street*. In ANDERSON, Stanford, *ed. On Streets.* Cambridge Mass: MIT Press, p. 205.
ZEVI, Bruno (1948/1957). *Architecture as Space: How to Look at Architecture*. London: Horizon Press.

DALLA MARINELLA AL SITO REALE DI PORTICI: STORIA DELL'ANTICA STRADA DELLE CALABRIE, TRA NATURA ED ARTIFICIO

RAFFAELE AMORE*

Resumo: *A antiga Strada delle Calabrie partia do ramo leste da cidade de Neápolis e seguia, paralela à costa, para o sul. Desde tempos antigos, tem sido a espinha dorsal do desenvolvimento territorial de toda a área costeira ao pé do Vesúvio, definindo um enredo urbano e territorial que ainda é reconhecível. A seguinte contribuição analisa as transformações urbanas e territoriais que ocorreram desde o século XVIII ao longo do trajeto desta estrada, desde a área de Marinella até ao Real Sítio de Portici, com o objetivo de destacar as marcas de um palimpsesto urbano centenário ainda claramente visível, mesmo que fortemente alterado pelas transformações dos séculos XIX e XX.*

Palavras-chave: *Nápoles; Portici; Costa Vesuviana; Regeneração urbana.*

Abstract: *The ancient Strada delle Calabrie started from the eastern offshoot of the city of Neapolis, and headed, parallel to the coast, to the south. Since ancient times, it has been the backbone of the territorial development of the entire coastal area at the foot of Vesuvius, defining an urban and territorial plot that is still recognizable today. The following contribution analyzes the urban and territorial transformations that have occurred since the 18th century along the route of this road from the Marinella area to the Royal Site of Portici, with the aim of highlight the traces of a centenary urban palimpsest still clearly visible, even if strongly altered by the 19th-20th centuries transformations.*

Keywords*: Naples; Portici; Vesuvian coast; Urban regeneration.*

PREMESSA

L'antica Strada delle Calabrie — che partiva dalla propaggine orientale della città di Neapolis, e si dirigeva, parallela alla costa, verso sud — ha costituito sin dall'antichità la direttrice dello sviluppo territoriale dell'intera area costiera alla falde del Vesuvio, definendo una trama urbana e territoriale ancora oggi riconoscibile. Il contributo che segue analizza le trasformazioni urbane e territoriali che si sono verificate a partire dal XVIII secolo lungo il percorso di tale strada, dall'area della Marinella fino al Sito reale di Portici, per mettere in luce le tracce di un palinsesto urbano pluricentenario ancora riconoscibile, anche se fortemente alterato dalle trasformazioni novecentesche.

* Dipartimento Di Architettura Dell'università Di Napoli Federico II. Email: raffaele.amore@unina.it. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7766-4660.

1. DALL'ANTICHITÀ ALLA FINE DEL XVIII SECOLO

Il territorio costiero compreso tra il Vesuvio ed il mare è stato abitato con continuità sin dai tempi più remoti, nonostante le distruzioni verificatesi a seguito delle eruzioni del vulcano e le conseguenti modificazioni geomrfologiche[1]. La fertilità dei terreni, la salubrità e la bellezza dei luoghi, la presenza del mare, infatti, hanno indotto le popolazioni locali a non spostarsi altrove, ma a ri-abitare i territori costieri alle falde del vulcano[2], anche dopo i noti distruttivi eventi causati dall'eruzione del 79 d.C., secondo modelli insediativi più o meno ricorrenti.

La via litoranea — che esisteva già prima del periodo romano[3] e che fu prontamente riattivata dopo l'eruzione pliniana — partiva dal margine meridionale di *Neapolis* e si dirigeva verso sud. Essa ha avuto un ruolo determinante nel processo di antropizzazione e di sviluppo di tutto il territorio ai piedi del Vesuvio verso il mare. In particolare, l'area compresa tra la Marinella e il settecentesco Sito Reale di Portici[4] si è nei secoli sviluppata proprio lungo tale via di comunicazione, con l'addensarsi di piccoli casali e masserie agricole. Strade poderali e interpoderali, sentieri che discendevano dal Vesuvio e che seguivano l'articolato impianto di irreggimentazione e di canalizzazione delle acque di superficie provenienti dalle pendici del vulcano, si attestavano lungo l'antica via che collegava la capitale alle regioni meridionali, determinando un reticolo stradale entro i cui limiti, in modo unitario per quanto discontinuo, si sono insediati — nel corso dei secoli — le ville rustiche romane, le masserie isolate cinque-seicentesche[5] ed i nuclei abitati di Barra-Ponticelli, di San Giovanni a Teduccio, di San Giorgio a Cremano e di Portici.

A partire dall'inizio del Settecento, il clima mite, le bellezze naturali e, successivamente, la realizzazione del Real sito di Portici e la concessione di esenzioni fiscali e di altri incentivi, favorirono la realizzazione di importanti residenze estive, meglio conosciute con l'appellativo di «ville vesuviane»[6]. Diverse strutture preesistenti furono ampliate, molte altre furono costruite ex novo con il contributo dei più importanti architetti operanti nella capitale borbonica (Luigi Vanvitelli, Ferdinando Fuga, Mario Gioffredo, Michelangelo Giustiniani, Giovan Battista Nauclerio, Giuseppe

[1] Le eruzioni del 79 d.C. e le successive del 202 e del 472 trasformarono profondamente l'assetto geomorfologico dell'intera area in esame. DE SIMONE, PERROTTA, SCARPATI, 2013: 61-71.
[2] SORICELLI, 2001: 455-472; GASPARRINI, 2008: 206-220.
[3] Il primo documento che descrive la Strada Consolare che collegava *Neapolis* con Capo Minerva, dopo esser passata per Ercolano, Oplonti, Pompei e Stabia è la *Tabula Peutingeriana* elaborata e stampata nel 1591 ad Anversa da Konrad Peutinger sulla base di una antica mappa romana delle strade militari occidentali.
[4] Vedasi al riguardo: NOCERINO, 1787; DE FUSCO, 1971; ALISIO, 1974; ALISIO, 1998; MARGIOTTA, 2008.
[5] Bernardino Martirano, segretario del Regno di Napoli intorno al 1520 fece costruire una sontuosa villa lungo l'Antica via delle Calabrie, chiamata 'Leucopetra', dove fu ospite l'imperatore Carlo V, di ritorno dalla spedizione del 1535 a Tunisi, prima del suo ingresso trionfante nella città di Napoli. TROYLI, 1753: 260.
[6] Vedasi al riguardo, tra la ricca bibliografia esistente: PANE *et al.*, 1959; DE SETA, DI MAURO, PERONE, 1980; AMODIO, 2002.



Fig. 1. *Mappa topografica della città di Napoli e de' suoi contorni* (1750-75) di Giovanni Carafa Duca di Noja e Niccolò Carletti Napoli, Museo Nazionale di San Martino. Particolare dell'area compresa tra la Marinella e il Real Sito di Portici con annotazioni dell'autore

Astarita, Pompeo Schiattarelli, tra gli altri) per essere adeguate al gusto e alle esigenze di una classe colta che vi si trasferiva per buona parte dell'anno per vivere in un paesaggio di «colline verdeggianti, dolci pascoli, campagne feconde, giardini di delizie»[7] e per controllare l'andamento della produzione dei loro possedimenti agricoli.

Pur nella loro diversità e specificità stilistico-decorativa, la maggior parte di tali ville fu realizzata lungo la Strada delle Calabrie, seguendo uno schema ricorrente[8]. La loro articolazione planimetrica, infatti, si fondava sulla regolarità della divisione dei preesistenti lotti, che si presentavano, in genere di forma allungata, accostati tra loro secondo il lato lungo e attestati perpendicolarmente alla strada delle Calabrie. Lotti che, a seconda della loro posizione rispetto alla strada, consentivano una prospettiva privilegiata verso il mare o verso il vulcano.

Tale organizzazione planimetrica rappresenta un elemento caratterizzante dello sviluppo urbano lungo la Strada regia. Lo stesso edificio della Reggia del Sito Reale di Portici, pur nella sua singolarità ed eccezionalità, non sfugge a tale logica. Come

[7] GOETHE, 1955: 248.
[8] PEZZA, 2002: 15.

ha acutamente osservato Giancarlo Alisio[9], il corpo centrale dell'edificio è realizzato a *cavallo* della Strada delle Calabrie, accorpando e trasformando preesistenti residenze acquistate dalla corona[10], con la volontà di conservare sia la vista verso il Vesuvio che quella verso il mare. Il cortile-piazza[11], al centro del quale si incrociano i due assi compositivi della fabbrica, quello costituito dalla Strada Regia e quello costituito dalla successione Vesuvio, cortile-piazza, mare, assume un ruolo centrale nella composizione, proponendo una successione dinamica di punti di vista con visuali panoramiche continuamente diverse verso il mare ed il vulcano.

La Mappa topografica della città di Napoli e de' suoi contorni, (1750-75) di Giovanni Carafa Duca di Noja e Niccolò Carletti — oggi conservata presso il Museo Nazionale di San Martino — ben evidenzia il ruolo urbano e territoriale dell'antica strada delle Calabrie nella definizione degli assetti dell'intera area vesuviana fino alla fine del XVIII secolo.

2. DALLE TRASFORMAZIONI OTTO-NOVECENTESCHE ALL'ATTUALITÀ

Nel corso del XIX secolo, la costruzione della prima strada ferrata italiana — progettata dall'ingegnere Armando Bayard de la Vingtrie ed inaugurata per il primo tratto da Napoli fino a Portici il 3 ottobre 1839[12] — e l'impianto delle Officine siderurgiche di Pietrarsa[13] — volute da re Ferdinando II di Borbone e destinate all'assemblaggio di locomotive e la produzione di rotaie — determinarono nel medio lungo periodo le condizioni per una radicale trasformazione di tutta l'area orientale costiera in esame.

Il successivo spostamento della collezione dei reperti scavati ad Ercolano e Pompei — conservati presso il Museo Ercolanese[14] nei locali della Reggia porticese — nel palazzo degli Studi, oggi Museo Archeologico di Napoli, nel 1822[15], l'Unità di Italia e la successiva trasformazione del Real sito Portici in Scuola Superiore di Agricoltura[16], contribuirono, altresì, a ridefinire le gerarchie urbane nella ormai ex capitale e, di conseguenza, il ruolo della Regia strada delle Calabrie, che nel corso del Novecento ha via via perso quel fascino che aveva ammaliato i viaggiatori del Gran Tour[17].

Sin dalla fine dell'Ottocento, i binari della storica ferrovia borbonica divennero un elemento di divisione e di separazione tra la linea di costa e l'area urbanizzata

[9] ALISIO, 1974: 262-267.
[10] A partire dal maggio 1738 Carlo di Borbone acquistò le ville Caramanico, Palena e del principe di Santobono ed i loro giardini e pertinenze; dopo il 1740 i palazzi ed i giardini dei D'Aquino di Caramanico e dei Mascabruno.
[11] ALISIO, 1998: 12.
[12] BAYARD DE LA VINGTRIE, 1838. PAGNINI, 2019.
[13] MANGONE, 1997.
[14] ALLROGGEN-BEDEL, KAMMERER-GROTHAUS, 1983: 83-90; CANTILENA, PORZIO, 2007.
[15] ALLROGGEN-BEDEL, KAMMERER-GROTHAUS, 1983: 91-92.
[16] BORDIGIA, 1906¸ AMORE 2016: 376-384.
[17] MANGONE, 2021: 21-31.

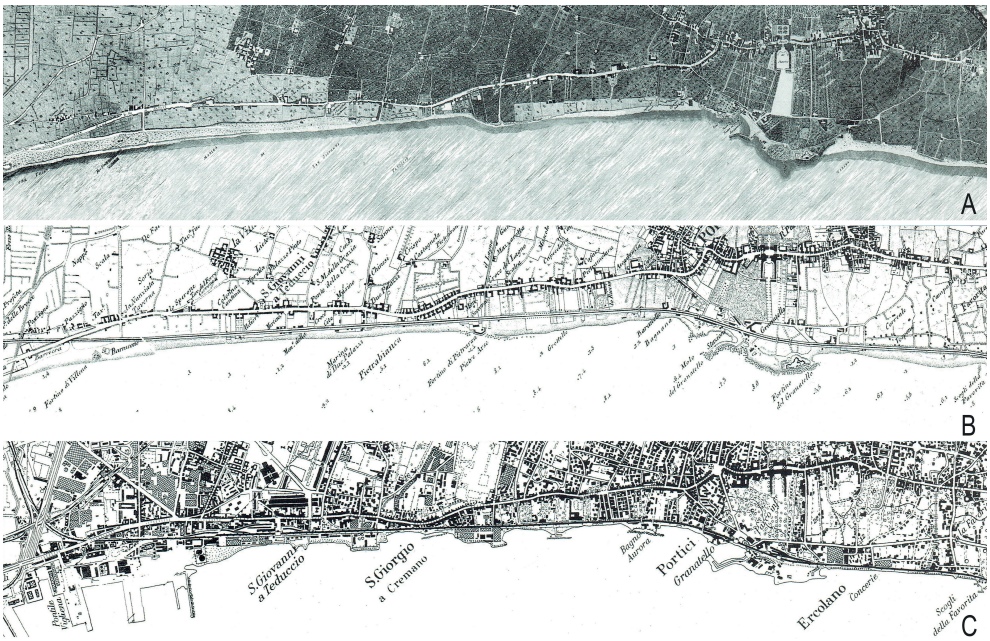


Fig. 2. L'area costiera tra la Marinella e Portici. Confronto tra la *Mappa topografica della città di Napoli e de' suoi contorni* (1750-75) di Giovanni Carafa Duca di Noja e Niccolò Carletti Napoli, Museo Nazionale di San Martino: (A), la Planimetria del Reale Officio Topografico in scala 1/25.000, 1815-40 (B) e la Planimetria dell'Istituto Geografico Militare in scala 1/25.000 del 1995. Si notino le modifiche della linea di costa dovute all'insediamento di complessi industriali e la progressiva alterazione dei tracciati viari antichi a destra e sinistra della Regia Strada delle Calabrie

più interna, contribuendo ad alterare le relazioni esistenti tra il tessuto urbano il territorio circostante ed il mare. Ciò comportò l'innesco di una serie di processi di trasformazione del costruito che hanno avuto effetti devastanti nei decenni successivi. I palazzi e le ville esistenti lungo l'antica strada lato costa hanno progressivamente perso ogni legame fisico e percettivo con il mare, riducendosi a mera cortina edilizia; le corti, i viali, i giardini, una volta interrotto l'accesso al mare sono divenuti terreno di risulta, poco pregiato, disponibile ad un 'riempimento' con costruzioni prive di qualità e di complessi industriali di piccole e medie dimensioni, favorite dalle politiche di industrializzazione della città di inizio XX secolo.

In particolare, nell'area compresa tra la Regia strada delle Calabrie ed il mare, all'altezza dell'antico casale di San Giovanni a Teduccio, nel 1872 fu costruito lo stabilimento metallurgico Deluy-Garnier, poi, acquisito dall'imprenditore svizzero Giacomo Corradini, che lo ampliò e che arrivò ad occupare oltre 7.500 lavoratori negli anni Venti del Novecento[18]. Qualche anno dopo si insediarono nella zona anche

[18] Nel 1949 la fabbrica cessò la produzione e fu abbandonata. Il 27 febbraio 1990 il complesso industriale fu vincolato con Decreto del Ministero dei Beni Culturali e successivamente acquistato dal Comune di Napoli. [Consult. 30 Dic. 2021]. Disponibile in <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/25678>.



Fig. 3. Il litorale di Vigliena oggi. Fonte: Foto dell'autore, 2020

altre realtà manifatturiere come la Cirio, Società Generale delle Conserve Alimentari, che realizzò uno stabilimento industriale di grandi dimensioni nella zona del Forte di Vigliena, in prossimità del Porto, che occupò fino a 5.000 dipendenti. Sempre in prossimità del citato Forte, su di un'area ricavata con una colmata a mare, fu realizzata dalla Società Meridionale di Elettricità (Sme) — fondata nel 1899 per iniziativa di una finanziaria ginevrina a lungo guidata dall'ingegnere Maurizio Capuano — un impianto di produzione di energia elettrica tra i più innovativi dell'epoca[19].

Nel giro di pochi decenni, dunque, tra la fine del XIX secolo e l'inizio del XX il primo tratto della costa compreso tra la Marinella e Pietrarsa si trasformò irrimediabilmente. L'arenile sabbioso stretto tra il vulcano ed il mare, rappresentato nella *Mappa topografica della città di Napoli* del Duca di Noja fu trasformato in una delle aree industriali della città di Napoli più significative ed estese.

È, però, a partire dagli anni Cinquanta del Novecento che si assiste alla definitiva marginalizzazione ed all'inesorabile degrado di tutta l'area costiera in esame con la progressiva perdita di identità della Regia Strada delle Calabrie.

La pubblicazione nel 1959 del volume *Ville Vesuviane del Settecento*[20] a firma di Pane, Alisio, Di Monda e Santoro, se da un lato rappresenta il riconoscimento dal punto di vista storiografico dei valori architettonici delle Ville vesuviane e del ruolo della Regia Strada per le Calabrie per lo sviluppo dell'area costiera vesuviana, dall'altro rappresenta un atto di accusa contro le dinamiche urbane che si stavano in quegli anni affermando, evidenziando che le trasformazioni in atto avrebbero — come poi è accaduto — potuto stravolgere quei valori paesistico ambientali che sono stati per secoli alla base dello sviluppo di quest'area. Roberto Pane, infatti, profeticamente evidenziava che il volume si prefiggeva il compito di

[19] AMORE, 2018: 1413-1424.
[20] PANE *et al.*, 1959.

documentare un vasto insieme di opere, in gran parte inedite, ed il cui contrasto con le attuali condizioni di vita contribuisce a rendere più sorprendenti e curiose. D'altra parte, la scomparsa di queste forme si va attuando così rapidamente e con tanta noncuranza delle condizioni di paesaggio e d'ambiente, da far sentire ancor più urgente la responsabilità di conservarne almeno il ricordo a chi le considera come significative testimonianze del passato ed importante patrimonio del presente. Né credo di essere troppo pessimista se prevedo che questo libro rappresenterà, nel volgere di pochi anni, la sola superstite immagine di un prezioso mondo scomparso[21].

Nei successivi venti anni, le ville di San Giovanni a Teduccio, Barra, Portici, San Giorgio a Cremano, Ercolano, quando non sono state abbattute, sono state private dei giardini e dei terreni di pertinenza; le aree agricole a servizio delle masserie sono state trasformate in aree residenziali intensive; borghi che fino alla Seconda Guerra mondiale contavano poche migliaia di abitanti hanno visto decuplicare la loro popolazione residente; edifici spesso privi di qualsivoglia qualità architettonica hanno occupato ogni area libera, senza che le amministrazioni comunali ponessero limiti, in mancanza di idonei strumenti urbanistici di governo del territorio.

Nel corso degli anni Settanta del Novecento, vieppiù, molte delle piccole e grandi realtà industriali che si erano concentrate a Vigliena hanno chiuso i battenti o, nel migliore dei casi, sono state delocalizzate fuori del perimetro urbano. Ciò ha innescato forti tensioni sociali, con l'aumento del tasso di disoccupazione tra la popolazione della zona, e un progressivo degrado fisico dell'intera area: gli stabilimenti industriali dismessi sono stati abbandonati e mai riconvertiti (emblematico è il caso della ex Corradini); i suoli risultano inquinati dagli scarti delle lavorazioni industriali in attesa da decenni di essere bonificati. Una consistente quota dell'area oggetto del presente studio è parte di «Sito di Interesse Nazionale» (SIN) denominato «Napoli orientale», di cui agli esiti del *Decreto Legislativo n. 152 del 3 aprile 2006*[22]. Sebbene, come precisa la legge, si tratti di un'area strategica per il suo valore storico-paesaggistico nella quale la quantità e la qualità di inquinanti presenti (nel caso specifico legato alle preesistenti attività industriali ed alla presenza nelle vicinanze di raffinerie in via di dismissione), oltre a rappresentare un rischio per l'ambiente e per la vita umana, finora poco o nulla è stato fatto per bonificarla, bloccando ogni qualsivoglia altro intervento di riqualificazione urbana e territoriale.

In generale, negli ultimi settant'anni la mancanza di una corretta politica di 'governo' delle trasformazioni dell'intera area ha favorito, la nascita di un «continuo» urbano che si estende dalla Marinella a Portici, ottenuto per «saldature» lineari di

[21] PANE, 1959: 1.

[22] ITALIA. Presidente della Repubblica, 2006. Vedasi al riguardo: ARPA Campania [s.d.]. *Siti contaminati*. [Consult. 30 Dic. 2021]. Disponible in <https://www.arpacampania.it/siti-contaminati>.



Fig. 4
Vista degli edifici realizzati alle spalle dell'edilizia storica prospiciente la Strada Regia per le Calabrie
Fonte: Foto dell'autore, 2020

parti, senza organici prolungamenti verso il mare, caratterizzato dall'assemblamento di sistemi urbani diversi[23], che oggi si caratterizza per l'alternarsi di aree industriali più o meno dismesse, zone residenziali, antichi casali, quartieri di edilizia sovvenzionata post-terremoto, aree abbandonate e aree agricole con serre, depositi, discariche, e finanche nuovi parchi urbani realizzati nell'ambito degli interventi eseguiti dopo il terremoto del 1980, purtroppo in pessimo stato di conservazione[24]. Non si può non sottolineare che gli interventi pubblici eseguiti lungo il percorso della Regia Strada delle Calabrie, tanto negli anni Cinquanta del Novecento che dopo, sono stati progettati secondo programmi parziali che hanno generato nuove parti di città tra loro semplicemente accostate, senza mai completare un assetto integrato, e una figura urbana equilibrata che facesse i conti con la storia di quel territorio[25].

La vicinanza, delle strutture portuali, ancora, hanno determinato che nell'area di Vigliena si concentrassero sin dall'inizio del XX secolo tracciati ferroviari, viabilità autostradale, oleodotti, sovrappassi, che hanno ulteriormente segnato il territorio, con la formazione di aree residuali ed interstiziali, prive di relazioni, soprattutto nella zona compresa tra la Marinella e Vigliena, relegando alcuni tratti dell'antica via delle Calabrie ad un ruolo sempre più marginale di mero collegamento stradale.

[23] FORMATO, 2012: 164-179.
[24] CORSI, FRANCO, 1991: 110-131.
[25] LUCCI, 2012: 13-40.



Fig. 5. L'Antica Strada delle Calabrie oggi, dalla Marinella a Sito reale di Portici. Fonte: Elaborazione grafiche su viste satellitari da *Googlemap*, 2021

CONCLUSIONI

Le considerazioni sin qui svolte evidenziano che nel corso del Novecento il ruolo ed il valore urbano della Strada delle Calabrie è stato fortemente indebolito da una serie di scelte architettoniche e urbanistiche. Lungo il percorso della antica strada, dalla Marinella a Portici sono stati realizzati insediamenti industriali, infrastrutture, nuovi quartieri, edilizia residenziale privata secondo trame e giaciture autonome che si sono sovrapposte in modo frammentario e disorganico al tessuto storico mortificandone i valori, le tracce e le memorie. Il risultato è un paesaggio urbano disomogeneo, disordinato, caratterizzato da forti contrasti, privo di relazioni e di qualità urbana,

degradato, congestionato e con ampie aree abbandonate i cui suoli sono fortemente inquinati. L'unico segno ancora riconoscibile lungo la fascia costiera vesuviana tra Napoli e la cittadina di Portici è, nonostante tutto, proprio quello della antica Strada per le Calabrie.

Non sono mancati in questi anni studi e iniziative da parte di Enti di ricerca e della Pubblica amministrazione[26], così come esempi virtuosi di riconversione di elementi puntuali, uno su tutti la rifunzionalizzazione di uno dei complessi industriali ex Cirio in una sede di eccellenza dell'Università di Napoli a Ponticelli, ma, purtroppo, molte delle questioni più spinose che sono state sin qui evidenziate non sono state affrontate, tantomeno risolte, con la conseguenza che le condizioni generali dell'area nel suo complesso peggiorano sempre più.

Da troppi decenni la zona orientale di Napoli appare sospesa tra la bellezza ed i fasti di un tempo e il degrado di oggi, senza una prospettiva di cambiamento, eppure, molte delle sorti del capoluogo campano e dell'intera Città Metropolitana di Napoli dipendono da quanto le Pubbliche amministrazioni, gli investitori privati e la cittadinanza nel suo complesso saranno in grado di fare per riqualificare l'area costiera vesuviana tra la Marinella e Portici lungo l'antico asse della Regia Strada delle Calabrie.

Un serio ed efficace piano di rigenerazione di tale area non può che partire dal riconoscimento del valore e del ruolo che tale antica strada ha avuto nei secoli nel definire il tessuto edilizio fino agli albori del XX secolo e dalla volontà di ricucire il rapporto tra il costruito ed il mare. Ciò inevitabilmente necessita di un dialogo costruttivo tra le diverse amministrazioni comunali coinvolte (Comune di Napoli, Comune di San Giorgio a Cremano, Comune di Ercolano e Comune di Portici), l'Autorità di sistema portuale del mar Tirreno centrale e la Città Metropolitana di Napoli, e non potrà che partire da opere di disinquinamento e bonifica delle aree interessate.

BIBLIOGRAFIA

ALISIO, Giancarlo (1974). *Una rilettura su inediti del Palazzo Reale di Portici*. «L'Architettura – Cronache e storia». XX:4 (agosto), 262-267.

ALISIO, Giancarlo (1998). *Una residenza tra mare e Vulcano*. In *La Reggia di Portici nelle collezioni tra Sette e Ottocento*. Napoli: Elio de Rosa Editore, pp. 9-13.

ALLROGGEN-BEDEL, Agnes; KAMMERER-GROTHAUS, Helke (1983). *Il Museo Ercolanese di Portici*. In *La Villa dei Papiri, Cronache Ercolanesi.* Itália: Macchiaroli, Sup. 2, pp. 83-128.

AMODIO, Gaetano (2002). *Ville vesuviane tra Ottocento e Novecento*. Napoli: Edizioni scientifiche italiane.

[26] Vedasi a tal proposito ORFEO, 2002; LUCCI, RUSSO, 2012, solo per citare alcuni studi proposti in ambito di ricerche universitarie, nonché le iniziative del Comune di Napoli nell'ambito della Variante: COMUNE DI NAPOLI, 2009. *Napoli,* 1995.

AMORE, Raffaele (2016). *Il Real sito di Portici, tra tutela e valorizzazione*. In AVETA, Aldo; MARINO, Bianca Gioia; AMORE, Raffaele, *ed. La Baia di Napoli. Strategie integrate per la conservazione*. Napoli: Artstudiopaparo, pp. 376-384.

AMORE, Raffaele (2018). *L'area orientale di Napoli: rigenerazione della linea di costa tra Vigliena e Portici*. In *La Città Altra. Storia e immagine della diversità urbana: luoghi e paesaggi dei privilegi e del benessere, dell'isolamento, del disagio, della multiculturalità*. Napoli: Federico II University Press – CIRICE, pp. 1413-1424.

BAYARD DE LA VINGTRIE, Armand (1838). *Considerazioni sulla strada di ferro da Napoli a Nocera e Castellammare*. Napoli: Stamperia dell'Iride.

BORDIGIA, O. (1906). *Il Palazzo della R. Scuola Superiore di Agricoltura in Portici e la sua storia. Le vicende della Scuola. I locali ed i terreni annessi*. Portici: Stab. Vesuviano di E. Della Torre.

CANTILENA, Renata; PORZIO, Annalisa, ed. (2007). *Herculanense Museum*. Napoli: Electa Napoli.

COMUNE DI NAPOLI (2009). *Relazione del preliminare di piano del P.U.A. di San Giovanni a Teduccio, approvato con deliberazione Giunta Comunale n. 65/2009*. Napoli: Dipartimento Planificazione Urbanística.

CORSI, Ermanno; FRANCO, Carlo, *ed.* (1991). *Dal Terremoto al Futuro, la ricostruzione a Napoli il Titolo VII della Legge 219/81*. Napoli: Electa Napoli.

DE FUSCO, Renato (1971). *L'architettura della seconda metà del Settecento*. In *Storia di Napoli*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, vol. VIII, pp. 368-449.

DE SETA, Cesare, DI MAURO, Leonardo, PERONE, Maria (1980). *Ville vesuviane*. Milano: Rusconi.

DE SIMONE, Girolamo Ferdinando; PERROTTA, Annamaria; SCARPATI, Claudio (2013). *L'eruzione del 472 d.C. ed il suo impatto su alcuni siti alle Falde del Vesuvio*. «Rivista di Studi pompeiani». XXII: 2011 (Roma «L'Erma» di Bretshneider), 61-71.

FORMATO, Enrico. (2012). *Napoli Est: un campo di norme senza progetto*. In LUCCI, Reiana; RUSSO Michelangelo, *ed. Napoli verso oriente*. Napoli: Edizioni CLEAN, pp. 164-179.

GASPARRINI, Carlo (2008). *Il Somma-Vesuvio: immagini ed interpretazioni del doppio vulcano*. In DE SETA, Cesare, MARIN, Brigitte. *Le città dei cartografi. Studi e ricerche di storia urbana*. Napoli: Electa Napoli, pp. 206-220.

GOETHE, Johann Wolfgang (1955). *Viaggio in Italia*. Traduzione di A. Oberdorfer. Firenze: Vallecchi.

ITALIA. Presidente della Repubblica, 2006. *Decreto Legislativo n. 152 del 3 aprile 2006.* «Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana». N. 88 (14-04-2006). Suppl. Ordinario n. 96.

LUCCI, Rejana (2012). *L'area orientale e il 'paesaggio assemblato'*. In LUCCI, R.; RUSSO, M., *a cura di.* Napoli verso oriente. Napoli: Edizioni CLEAN, pp. 13-40.

LUCCI, Rejana; RUSSO Michelangelo, *ed.* (2012). *Napoli verso oriente*. Napoli: Edizioni CLEAN.

MANGONE, Fabio (1997). *Cavalli di ferro. Pietrarsa da opificio a museo*. Napoli: Altrastampa Edizioni.

MANGONE, Fabio (2021). *La scoperta dell'antico in Campania tra Settecento e Ottocento*. Roma: «L'Erma» di Bretschneirder.

MARGIOTTA, Maria Luisa, *ed.* (2008). *Il Real sito di Portici*. Napoli: Paparoedizioni.

NAPOLI: dal centro a oriente. Proposta di modifica al PG: centro storico e zona orientale. Napoli: Edizioni Graffiti, 1995.

NOCERINO, Nicola (1787). *La Real Villa di Portici illustrata*. Napoli: Raimondi.

ORFEO, Camillo, *ed.* (2002). *La costa orientale di Napoli. Il progetto e la costruzione del disegno urbano*. Napoli: Electa Napoli.

PAGNINI, Valeria (2019). *La ferrovia da Napoli per Nocera e Castellamare.* Napoli: FedOA – Federico II University Press.

PANE, Roberto (1959). *Le ville e la strada*. In PANE, Roberto *et al. Ville Vesuviane del Settecento.* Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 1-52.

PANE, Roberto *et al.* (1959). *Ville Vesuviane del Settecento.* Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

PEZZA, V. (2002). *La costruzione del disegno urbano. 'Riconoscenza' dei luoghi e misura della costruzione*. In ORFEO, Camillo, *ed. La costa orientale di Napoli. Il progetto e la costruzione del disegno urbano*. Napoli: Electa Napoli, pp. 15-22.

SORICELLI, Gianluca (2001). *La regione vesuviana tra secondo e sesto secolo d.C.* In LO CASCIO, Elio; MARINO, Alfredina Storchi, *a cura di. Modalità insediative e strutture agrarie nell'Italia meridionale in età romana*. Bari: Edipuglia, pp. 455-472.

TROYLI, Placido (1753). *Istoria generale del Reame di Napoli*. Napoli: [s.n.], tomo V, parte II.

LA CIUDAD AMURALLADA DE PALMA: AVANCES E INGENIERÍA QUE PERMITIRÍAN EL NACIMIENTO DE LA RAMBLA Y EL PASSEIG DEL BORN

TARA TRANCÓN PUJOL*

Resumo: *Ao longo da história, a cidade de Palma experimentou grandes períodos de crescimento intramuros e, durante a sua evolução, contou com cinco recintos fortificados para a sua defesa. A muralha renascentista, o último bastião da cidade, foi projetada com base nos avanços técnicos da engenharia militar da época. As suas obras de construção iniciaram-se por volta de 1560 e o esquema compositivo manteve-se inalterado até finais do século XIX, o que ajudou na conservação do traçado urbano da antiga cidade. Junto com o projeto da nova fortificação, e fazendo parte do mesmo, planteou-se desviar o curso da Torrente Sa Riera em princípios do século XVII. Assim, o antigo canal que cruzava a cidade, deu origem a uma das mais importantes artérias de Palma e que, hoje em dia, conhecemos como La Rambla y el Passeig del Born.*

Palavras-chave: *Urbanismo século XVI; Muralha renascentista de Palma; Sa Riera, Las Ramblas; Passeig del Born.*

Abstract: *Along years and years of history, city of Palma has experienced big growing periods within the walls, and during its evolution, it has counted with five walled enclosures, for its own defense purposes. The renaissance wall, the last bastion of the city, was designed following the latest military engineering technics at that time. Its building works started about 1560 and its compound scheme remained without a change till the end of the 19th Century, what helped to the maintenance of the old city scheme. With the design of the new fortification and as a part of it, a new way for the Torrent* Sa Riera *was projected at the beginning of the 17th Century. In that way, the old channel that went through the city, became one the most important arteries of Palma, what we know today as* La Rambla *or* Passeig del Born.

Keywords: *16th century urbanism; Renaissance Wall of Palma; Sa Riera, Las Ramblas; Passeig del Born.*

1. LA MURALLA RENACENTISTA DE PALMA: UNA FORTIFICACIÓN CON AIRES DE RENOVACIÓN

El Renacimiento en la Ciudad de Palma estuvo marcado por la nueva fortificación. El nuevo sistema defensivo disponía de los avances, en arquitectura militar, impuesto por el desarrollo técnico del «arte de guerra» y el uso generalizado de artillería.

* FLUP: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, CITCEM: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: up201801663@edu.letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5992-4193.

A inicios del siglo XVI los muros de la obsoleta muralla medieval (Fig. 2) se hallaban en un lamentable estado de ruina y los avances en artillería dejaban en evidencia la necesidad de reformar sustancialmente las defensas de la ciudad. Entre 1525 y 1540 no se realizaron obras de gran envergadura en el antiguo recinto amurallado, aun así, se prosiguió con la construcción de baluartes para hacer frente a posibles ataques[1]. Según el médico militar Fernando Weyler y Laviña:

> *Exigió la modificación de los muros cambiando la línea recta de los lienzos, combinada con los pequeños cuadrados y curvas de las torres, en una serie de ángulos y rectas que mutuamente geométricos de las cortinas y baluartes.* […], *principiando por los grandes torreones abaluartados, plataformas, y otras obras, hasta llegar al verdadero baluarte angular*[2].

La nueva muralla iniciada durante el siglo XVI se prolongó en el tiempo hasta 1801, y en su diseño participaron distintos ingenieros militares vinculados a la corona[3]. En 1543 fue contratado Joanot Ros, un año más tarde, el artillero e ingeniero Luis de Montemayor. Este último, coincidió con Ros hasta 1551, año en que llegó a la isla Hug de Courtray por orden del emperador Carlos V. El cual, fue sustituido en 1554 por Juan Bautista Calvi. Finalmente, en enero de 1575, llegó a la *Ciudad de Mallorca* el ingeniero Jacobo Paleazzo (conocido como Fratin)[4]. Probablemente a petición de *Universitat*, por la necesidad de «un Ingeniero que arreglara las fortificaciones de la Ciudad "a los progresos del siglo"»[5].

Los nuevos muros incluyeron «los progresos del siglo»: un complejo sistema de baluartes, puertas, puentes, valles y hornabeques. Para ello, Fratin realizó un meticuloso estudio sobre el estado de las obras, incluyendo las necesidades técnicas carentes en los proyectos anteriores[6].

El tramo mejor conservado era la fachada marítima, motivo por el cual los trabajos comenzaron por occidente con el bastión de *San Pere* en el arrabal de Santa Catalina.

Durante el siglo XVII se concluyeron: «la Porta del Moll, Porta de Jesús, Porta Pintada, la Porta de Santa Catalina, el Fortí» (hornabeques) y «el Revellí de la Porta del Camp». A lo largo del siglo XVIII se intervinieron los muros y baluartes orientados

[1] ZAFORTEZA I MUSOLES, 1987: 46.
[2] WEYLER Y LAVIÑA, 1968: 209.
[3] En las políticas mediterráneas de Felipe II las obras de fortificación de las ciudades y zonas costeras ocuparon un puesto preferente para luchar contra la posesión corsaria norafricana y los intentos de expansión del Imperio Turco. Las alianzas entre el Imperio Turco y Francia, junto a los ataques a Menorca y Malta, fueron decisivos para iniciar nuevos planteamientos (BERNAT I ROCA, SERRA I BARCELÓ, 2002: 37, 39).
[4] BERNAT I ROCA, SERRA I BARCELÓ, 2002: 43-47.
[5] ESTABÉN RUIZ, 1971: 581.
[6] Los planos e informes realizados en el estudio para las murallas de la *Ciudad de Mallorca*, se conservan en el Archivo General de Simancas (plano de 1618M.P y D. XXIII-48).

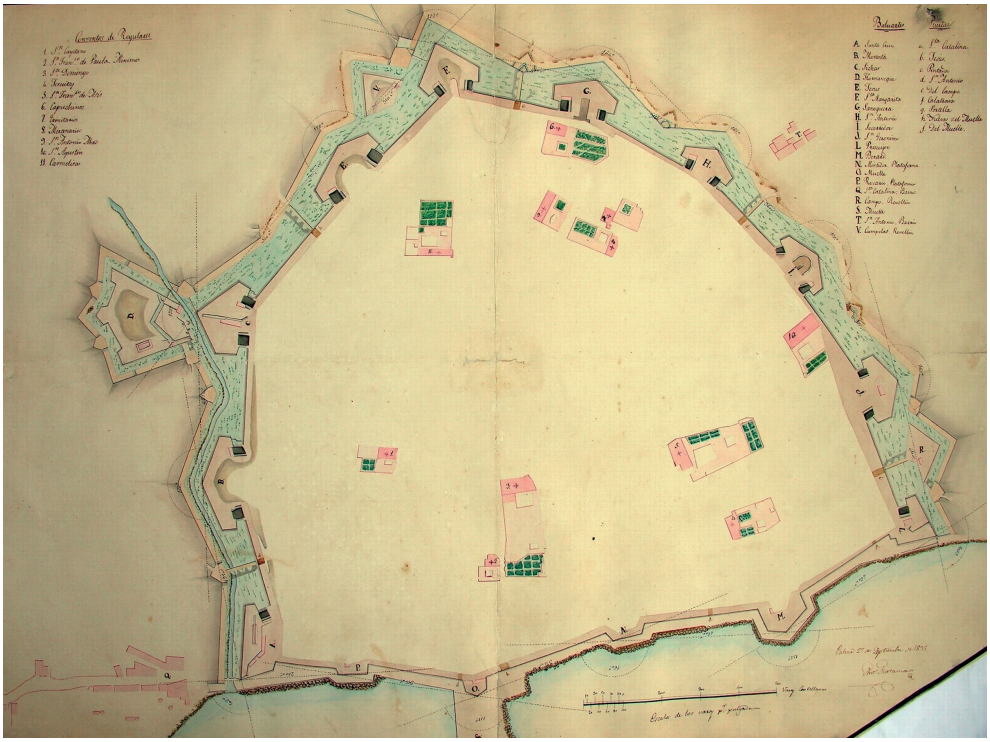


Fig. 1. *Plano de la fortificación de Palma, tal y como se hallan el día en que ha sido levantado*. Fuente: Archivo del Centro de Historia y Cultura Militar de Baleares. Ref. 1.8.1

al mar, desde «el Baluard del Moll hasta la Porta del Mar». El recinto contó con dos baluartes principales flanqueando la fachada marítima, «el Baluard de la Santa Creu y el Baluard del Princep», junto a «la Porta del Mar, Porta Portella, Porta del Moll y Porta Drassana. El resto, repartidos por el perímetro amurallado, eran el Baluard de San Jeroni, del Socorredor, de Sant Antoni, de Zanoguera, de Santa Margalida, de Jesús, del Sitjar y de Moranta». Y finalmente 5 puertas de acceso: «la Porta del Camp, de Sant Antoni, Porta Pintada, de Jesús y la Porta de Santa Catalina»[7] (Fig.1). La monumental fortificación no se concluyó hasta 1801[8].

Formando parte del proyecto de Fratin se efectuó una obra de vital importancia para la ciudad, a mediados del siglo XVI fue desviado el Torrente *Sa Riera* por el foso occidental[9].

[7] LLAUGER, 1992: 13-16.
[8] En 1879 se inició su derribo por el lienzo que iba desde *la Porta del Moll* hasta las Atarazanas (ALOMAR ESTEVE, VAQUER, 2000: 26).
[9] ALOMAR ESTEVE, VAQUER, 2000: 26, 27.



Fig. 2. *Comprende los varios recintos que ha tenido la Ciudad de Palma y el escaso caserío que tenía a principios del siglo XIX.* Fuente: Archivo del Centro de Historia y Cultura Militar de Baleares. Ref. 1.2.1

2. TORRENTE *SA RIERA*

El antiguo cauce de *Sa Riera* entraba a través de un arco abierto en el muro para recorrer el centro de la ciudad hasta desembocar al mar (Fig.2), lo que hoy día conocemos como «La Rambla, La Plaça del Mercat y El Passeig del Born». Su paso originaba periódicamente inundaciones que anegaban la parte baja de la ciudad, destruyendo sus muros y causando miles de víctimas.

El *Arxiduc* Lluís Salvador, en su obra, informa que «Entre otras, han recogido los historiadores la que tuvo lugar durante la noche de l4 de octubre de 1403, que destruyó 1.500 casas, pereciendo ahogadas unas 5.000 personas». Efectivamente, la peor inundación tuvo lugar durante la noche cuando llegó a Palma una avalancha de agua y árboles derribando la muralla. Paborde Terrassa, en sus crónicas explica que «Vino la Riera tan crecida, trayendo muchas ramas, árboles y escombros, que no pudiendo pasar por el puente del muro de la ciudad se subió tan alto el agua que destruyó y rompió el muro». El historiador Josep Maria Quadrado calculó que el número de casas destruidas se elevaba a 1.500 y el número de fallecidos entre 5.000 y 5.500.

El cronista Vicenç Mut escribió que apareció «el mar de la bahía cubierto de cadáveres; y como el viento que movió la lluvia fue un recio levante, corrieron muchos cuerpos muertos llevados hacia Illetes, donde por entonces se les dio sepultura»[10].

[10] SALVADOR, 1981: 4. RIERA, 2011.



Fig. 3. *La ciutat de Mallorca, copia del grabado del Presbítero Antonio Garau de 1644.* Fuente: Archivo Cartógrafico de Estudios Geográficos del Centro Geográfico del Ejercito [Ar.G bis-T.3-C.1-36]. [Consult. 20 nov. 2023]. Disponible en <https://bibliotecavirtual.defensa.gob.es/BVMDefensa/es/consulta/resultados_ocr.do>

Al iniciarse la construcción de la nueva fortificación se planteó desviar su lecho natural por el que actualmente sigue pasando, a los pies de la muralla, para desembocar cerca del arrabal de Santa Catalina (Fig.2). Lo que hoy vemos, es el *Passeig Mallorca* diseñado por el arquitecto Bernat Calvet. Se trata de un paseo de 80 metros de amplitud formado por dos calzadas a ambos lados del foso que aún se conserva, por el cual fluye *Sa Riera* hasta su desembocadura[11] (Fig.1).

3. TRAMADO URBANO: LA RAMBLA Y PASSEIG DEL BORN

«La ciudad está completamente rodeada de murallas de una longitud […], de 21.495 Pies castellanos»[12]. Palma hasta mediados del siglo XIX permaneció encerrada en el monumental anillo de sus muros y bastiones, conservando su fisionomía (Fig.3). De este modo, el tramado urbano de la ciudad del siglo XVI perduró en lo esencial[13].

[11] LLAUGER, 1992: 38.
[12] SALVADOR, 1981: 4.
[13] ALOMAR ESTEVE, VAQUER, 2000: 29.

3.1. Siglo XVIII: Tramado Urbano Medieval

A finales del siglo XVIII, ofrecía un angosto trazado medieval de calles estrechas, angulosas y prácticamente laberínticas. En muchos casos, calles sin salida que durante la noche se cerraban, en otros, calles porticadas o de acusada pendiente[14]. En su mayoría eran calles de terrisco, como el *Passeig del Born* o *La Rambla*. Según André Grasset de Saint-Sauveur[15]:

> *En general, muy estrechas, y están mal pavimentadas. No hay una sola plaza que este conforme* […]. *El Born no es efectivamente más que una pequeña extensión de terreno de forma irregular, no pavimentado y rodeado de casas de un aspecto tristísimo. Durante el verano, en este paseo uno se abrasa y se sofoca con el polvo del suelo; y en invierno se hunde en el fango. La Rambla no puede considerarse como paseo público. Es una sencilla alameda de gruesos arboles y que tiene a lo más 200 pasos de largo*[16].

3.2. Transformaciones Urbanas del Siglo XIX: Desamortización, Reformas Arquitectónicas y Nuevas Vías

El siglo XIX se caracterizó por la remodelación de conventos y aparición de núcleos exteriores que descongestionaban el cumulo de población en el interior. Un acontecimiento previo al derribo de las murallas es la desamortización, que en 1836 puso a la venta los bienes de las órdenes religiosas, un año más tarde, los bienes de las comunidades femeninas, y entre 1841 y 1845 los del clero secular. Propiciando la desaparición de edificios que hasta el momento habían sido puntos de referencia urbanística para dar cabida a nuevos espacios públicos, o edificios rehabilitados para distintos usos. Muestra de ello, es la desaparición del Convento de Mínimos, en cuya ubicación se crearon los *Jardins de la Reina* al final del *Passeig del Born*[17].

Bajo estas premisas, encontramos al arquitecto militar Pere d'Alcàntara Penya que realizó numerosas obras y reformas, destacando su intervención en el Cuartel del Carmen en 1885[18]. Dos años antes, el Arxiduc Lluís Salvador informaba que en «La Rambla, […] poco más abajo, existió la iglesia y el convento del Carmen, cuyo solar ocupa hoy, en parte, el cuartel»[19]. En 1968, confirmando el cambio de usos:

---

[14] FRONTERA, ROSSELLÓ-BORDOY, SOLER, 1988: 108.
[15] Se ha manejado la segunda edición de Luis Ripoll, titulada *Historia Militar de Mallorca (Siglos XIII al XVIII)*, de 1968. La obra original se titula *Voyage dans les îles Baleares et Pithiuses fait dans les annés 1801, 1802, 1803, 1804 et 1805,* fue publicada en París en 1807.
[16] SAINT SAUVEUR, 1807 *apud* SALVADOR, 1981.
[17] JANER, 1988: 117-119.
[18] SERRA, PUJALS, 2000: 10, 15, 16.
[19] SALVADOR, 1981: 125.

«Se adscribe al Patronato de Casas Militares del Ejército ochocientos veinte metros cuadrados segregados del inmueble denominado "Cuartel del Carmen"»[20].

El 24 de febrero de 1875 se inauguró la línea ferrea Palma-Inca, y pocos años más tarde se puso en funcionamiento el tranvía que cubría el tramo entre la estación de ferrocarril y el puerto. No sería significativo, si no fuese porque la nueva línea entraba en Palma desde el puerto por la *Porta de Jesús* y pasaba por *La Rambla* y *Passeig del Born*[21]. El nuevo transporte posiblemente no pasó desapercibido, hasta el momento ambas calles mantenían un aspecto primitivo, lo que lleva a pensar que modificó significativamente el paisaje.

En 1882, el Arxiduc Lluís Salvador[22] describió e ilustró en su obra, las calles, plazas y puertas de esta ciudad (Fig.3). Narra como sus calles son un entramado de callejones desiertos, en muchos casos sin empedrar, rodeados de viejas tapias y casas pobres, calles con gran desnivel, etc. Queda perfectamente reflejado cuando dice:

> *la Plaza de la Puerta Pintada* […]. *Se levantan en ella casitas de planta baja y los viejos muros de los conventos. En esta plaza arranca una ancha y larga calle, llamada los Olmos, que baja hasta el mismo final de la Rambla, cerrando todo un distrito que termina en las proximidades del Teatro y de la Plaza de Abastos. Como esta zona esta situada mucho más baja* […], *todas las calles* […] *tiene pronunciada pendiente*[23].

De la *Plaça de Santa Catalina*, dice que «Los callejones que existen entre esta plaza y la de Atarazanas, casi siempre sin empedrar, solo tienen casas pobres de balcones». Lo mismo de «la de San Pedro, empinada cuesta que termina en el cuartel del mismo nombre». De una forma más idílica describe:

> *En las tardes de los domingos, durante el verano, se pasea en coche dando vueltas al Borne, al paseo, Las damas,* […] *sentadas en ómnibus o galeritas tiradas por troncos de mulas o caballos y, a veces, en calesas.* […]. *El paseo suele durar una hora, hasta que se anima el paseo a pie, especialmente si toca la música, que lo hace desde un catafalco de madera.* […]. *Indudablemente más hermoso que el Borne, aunque más descuidado, es el paseo de la Rambla, que no es un paseo aristocrático, pero concurrido todas las tardes por gente humilde*[24].

[20] AIMB. *Fondo Almudaina.* caja 1006, exp. Cuartel del Carmen.
[21] LLAUGER, 1992: 18, 19.
[22] Se ha manejado la segunda ed. Facsímil de la primera en castellano (1954) en homenaje al autor. El titulo de la edición original *Die Stadt Palma*, vio la luz en Leipzig en 1882. Se trata del tomo IV de los nueve volúmenes que conforman el *Die Balearen*, en el que aparece fielmente retratada la ciudad con sus costumbres y modo de ser, su historia, la ciudad pétrea y sus murallas, sus calles y monumentos.
[23] SALVADOR, 1981: 105, 106.
[24] SALVADOR, 1981: 125, 188, 274.

Entre sus muros transcurría y se desarrollaba toda la vida cotidiana de la ciudad, que únicamente tenía contacto con el exterior a través del conjunto de puertas[25]. Pero, debido al crecimiento demográfico, la necesidad de adaptarse al progreso y nuevos hábitos de la población, se cuestionó la funcionalidad del recinto durante estas primeras décadas[26]. Con estos titulares quedaba reflejado en prensa[27]: *La cuestión del Hornabeque* o *Derribo de las Murallas* (El Isleño 28 de junio de 1893).

El Archivo Intermedio Militar de Baleares conserva documentación de finales del siglo XIX y primera década del XX relacionada con la muralla. Hallamos una recopilación de antiguos expedientes de 1893, 1895 y 1897 sobre la demolición de la muralla, estos confirman que:

> *le sea entregada la parte del reciento amurallado de esta ciudad comprendido desde el baluarte de San Pedro al del Príncipe por el lado de tierra, para proceder a su demolición* […]. *En el terreno que ocupan las murallas, con sus fosos y anexos del recinto fortificado de esa Plaza, y del que según el artículo 3º. De la Ley de 7 de Mayo de 1895, se cede gratuitamente al ayuntamiento de dicha Ciudad, el necesario para calles, paseos y plazas públicas, vendiéndose por aquella Corporación en pública subasta, el resto que no sea indispensable al Ramo de Guerra*[28].

3.3. Transformación Urbana en Palma del Siglo XX: Demolición de las Murallas y *Plan Alomar*

El siglo XX representó la entrada de una nueva fase de su historia urbana marcada por la modernización. El crecimiento demográfico y el cambio de estructura social son algunas de las causas que obligaron a la ciudad a transformar su espacio. Se produjeron cambios, reformas, ampliaciones y un conglomerado de políticas urbanas —formalidades que buscaban adecuar el espacio físico a las necesidades de una población en aumento. En 1902 la muralla simbolizaba todo aquello que les impedía expandirse, y el «municipio y vecindario de Palma, […] aspiran al derribo de las murallas para embellecer y urbanizar la ciudad.»[29].

Se conserva información de 1900 a 1910, sobre la demolición. Si bien es cierto, fue un largo proceso de negociación, tal es así, que conforme a la *Ley de derribo de murallas y real órdenes de 31 de enero de 1902* y de *18 de junio de 1904* continuaban las negociaciones entre el Ministerio de Guerra y el Ayuntamiento de Palma. El problema residía en la ubicación de los nuevos edificios destinados al *Ramo de*

[25] Véase páginas 284, 285.
[26] SERRA, PUJALS, 2000: 10.
[27] Recortes de prensa conservados en el Archivo Intermedio Militar de Baleares. *Fondo Almudaina*.
[28] AIMB. *Fondo Almudaina*. caja 682.
[29] AIMB. *Fondo Almudaina*. caja 682.

Guerra, que hasta el momento permanecían instalados en la muralla y baluartes. Es más, un documento con data de 1 de julio de 1907 explica que «al hacer entrega de las murallas para su derribo, subsisten hoy con igual fuerza, dada la falta absoluta de locales de Guerra de que disponer»[30].

Durante la centuria se introdujo en Mallorca el Arte Modernista con magníficos ejemplos, como el Gran Hotel del arquitecto Lluís Domènech i Montaner en el centro histórico de Palma, que hasta el momento había permanecido casi inalterado. Las políticas de remodelación del siglo XX prácticamente no se habían llevado a termino, y la Guerra Civil y primeros años de posguerra supusieron una pausa en las políticas urbanísticas, que pretendían remodelar la antigua ciudad con soluciones prácticas a problemas colectivos de infraestructuras y acceso La Plaza Mayor[31].

En 1940 el Ayuntamiento de Palma convocó un concurso para un plan de orientación de la ciudad, y en 1941 se apostó por el *Plan general de Alineaciones y Reformas* de Gabriel Alomar i Esteve, aprobado en 1943. El *Plan Alomar*[32] contemplaba la *Reforma n.º 3: Prolongación del Born*, cuya idea era unir la plazoleta de la Fuentes de las Tortugas con el final de *La Rambla*, enlazando con la calle Oms —corresponde al anteproyecto que presentaron los arquitectos de Madrid los Sres. Fonseca, Cabanyes y Subirana—, cuya misión era enlazar el puerto con Plaza España por el *Born* y la calle Oms; la *Reforma n.º 4: Rampa Circular y ensanche parcial de la calle San Miquel*, el objetivo era comunicar la ciudad alta con la ciudad baja en pleno centro urbano. El pronunciado desnivel formado en el *Teatre Principal* junto a la evolución de los medios de transporte, provocó que el problema de salvar este desnivel hacia un criterio central fuera una tarea complicada. La *Plaça Major* (inacabada), el *Teatre Principal* y la Iglesia de *San Miquel* debían ser conservados, obligando a soluciones tan artificiosas como una curva de 70 metros de radio; la *Reforma n.º 5; Terminación de la Plaça Major y Escalinatas de La Rambla*, según el proyecto ciertos arcos de mayores dimensiones se abrirían hacia la calle Colon, calle *San Miquel*, la Plaza Circular, escalinatas de *La Rambla* y otro hacia la llamada «cuesta del Teatro». Las escalinatas tenían como objetivo comunicar la *Plaça Major* con *La Rambla*, situadas según el eje del mismo, presentando un gran aspecto monumental hasta llegar a constituir uno de los puntos más característicos de la ciudad; la *Reforma n.º 12: Terminación de la llamada Gran Vía Cort-Born*, es significativo que con esta intervención se mantuviera el *Born* con toda su integridad y carácter —en pleno romanticismo se construyó en su actual ubicación[33].

[30] AIMB. *Fondo Almudaina*. caja 682.
[31] RUIZ VIÑALS, 2000: 108, 109.
[32] Contemplaba 12 grandes reformas interiores, de las cuales, únicamente se llegaron a realizar 3 y una de forma parcial.
[33] ALOMAR ESTEVE, VAQUER, 2000: 51-53, 58.

Finalmente, una obra de vital importancia relacionada con la demolición de la muralla fue la construcción del primer anillo de circunvalación. *Les Avingudes* con una anchura de 40 metros, hoy día, permiten que el tráfico continúe fluyendo entre el *Baluard del Princep* y *La Riera,* ajustándose sensiblemente al antiguo trazado del foso de las murallas, adoptando una silueta serpenteante o en zigzag muy característica[34].

CONCLUSIONES

Gracias a los avances del siglo XVI en ingeniería militar, durante la construcción del último bastión se pudo materializar el desvió del Torrente *Sa Riera*, dando como resultado el nacimiento de una de las arterias más importantes del centro histórico de Palma. De igual modo, que la ciudad mantuviera sus muros intactos hasta prácticamente el siglo XX ayudó a conservar el antiguo tramado urbano, prácticamente inalterado. En definitiva, todo lo que no evolucionó en siglos, gracias a la ultima muralla, lo cambio en pocos años el turismo. Actualmente sus calles manifiestan una clara vinculación al turismo, invitando a miles de turistas todos los años a pasear por sus antiguas calles.

FUENTES

Archivo Intermedio Militar de Baleares

AIMB. *Comandancia General de Baleares Fondo Almudaina*. Caja 1736.
AIMB. *Fondo Almudaina*. Caja 817. exp. Pabellones Cuartel del Carmen. 817.3.
AIMB. *Fondo Almudaina*. Caja 1.006. Cuartel de Carmen.
AIMB. *Fondo Almudaina*. Caja 682.

BIBLIOGRAFÍA

ALOMAR ESTEVE, Gabriel.; VAQUER, Pedro Pablo (2000). *La reforma de Palma*. Mallorca: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Balears.

BERNAT I ROCA, Margalida; SERRA I BARCELÓ, Jaume (2002). *El darrer recinte: els inicis de la quinta murada*. «Revista del Instituto de Estudios Baleàrics». Núm. 70/71: Les murades de Palma Miscellania, 37-60.

ESTABÉN RUIZ, Francisco (1971). *De lo bélico mallorquín*. Palma: [s.n.].

FRONTERA, Guillem; ROSSELLÓ-BORDOY, Guillem; SOLER, Guillem (1988). *Palma*. [Palma]: Ajuntament de Palma.

FUENTE, Pablo (1998). *Les fortificacions reials al golf de Roses en època moderna*. Roses: Brau Edicions S. L.

JANER MANILA, Gabriel; MATAS, Vicenç. (1988). *Palma, La Ciutat i les Ombres*. Palma (Illes Balears): La Caixa.

LLAUGER LLULL, Miquel Àngel (1992). *Les rondes de Ciutat. Govern Balear*. [S.l.]: Conselleria d'Obres Públiques i Ordenació del Territori.

[34] LLAUGER, 1992: 38.

RIERA, J. (2011). *Las 5.000 víctimas del torrente de Sa Riera*. «Diario de Mallorca». (21 nov. 2011). [Consult. 3 jun. 2021]. Disponible en <https://www.diariodemallorca.es/palma/2011/10/21/5-000-victimas-torrente-sa-4020188.html>.

RUIZ VIÑALS, Carme (2000). *L'urbanisme de la ciutat de Palma de Mallorca*. Palma (Illes Balears): El Far de les Crestes.

SALVADOR, Lluís (1981). *La Ciudad de Palma*. 2.ª ed. Palma de Mallorca: Ajuntament de Palma.

SERRA BUSQUETS, Sebastià; PUJALS I MAS, Margarida (2000). *L'obra de Pere d'Alcàntara Penya i Nicolau*. Palma: Cort.

WEYLER Y LAVIÑA, Fernando (1968). *Historia militar de Mallorca (siglos XIII al XVIII)*. 2.ª ed. Palma de Mallorca: Mossèn Alcover.

ZAFORTEZA I MUSOLES, Diego (1987). *La Ciudad de Mallorca*. Palma de Mallorca: Ajuntament de Palma.

II

O EDIFICADO DA RUA: FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

A RUA DAS FLORES: REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO*

JOAQUIM TEIXEIRA**
RUI FERNANDES PÓVOAS***

Resumo: *A recente dinâmica de regeneração urbana do Centro Histórico do Porto, com particular destaque para a Rua das Flores, apoiada na indústria do turismo de massas, tem causado perdas irreparáveis de valores patrimoniais do seu edificado, além de ser responsável pela expulsão dos seus habitantes e comerciantes, esvaziando esta via do seu sentido primordial e transformando-a num parque de diversões. A subjacente intervenção no edificado não é mais que construção nova, disfarçada por detrás das fachadas, sendo a nova população fundamentalmente constituída por turistas. Tomando por base registos fotográficos de trabalhos académicos incidindo sobre alguns edifícios desta rua, a que se acrescentam as impressões pessoais dos autores, apresenta-se um balanço do que tem representado a sua recente reabilitação e requalificação.*

Palavras-chave: *Porto; Património; Edificado histórico; Fachadismo; Gentrificação.*

Abstract: *The recent dynamics of urban regeneration of the Historic Centre of Porto, with particular emphasis on Rua das Flores, supported by the mass tourism industry, has caused irreparable loss of heritage values of its buildings, besides being responsible for the expulsion of its inhabitants and traders, emptying this street of its primary meaning and turning it into a kind of playground. The underlying intervention in the buildings is nothing more than new construction, disguised behind façades, and the new population is mainly composed by tourists. Based on photographic records of academic works on some buildings of this street, to which the personal impressions of the authors are added, a balance of its recent rehabilitation and requalification is presented.*

Keywords: *Porto; Heritage; Historic buildings; Facadism; Gentrification.*

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua existência de quinhentos anos, a Rua das Flores foi sofrendo várias modificações decorrentes das dinâmicas impostas pelo natural desenvolvimento urbano da cidade, com evidentes reflexos na imagem da sua arquitectura, o que faz com que o aspecto que os seus edifícios apresentam hoje não corresponda necessariamente aos seus antecessores, devido a estes utilizarem predominantemente a madeira na sua construção, material tradicionalmente perecível. As paredes de pedra e cal que foram substituindo a madeira, são, pois, os elementos históricos de maior

* Os autores não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** FAUP. Email: jteixeira@arq.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9644-3345.
*** FAUP. Email: rpovoas@arq.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2913-3002.

antiguidade que chegaram até aos nossos dias, ainda assim, com muitas transformações ao longo destes cinco séculos, o que, aliás, está bem visível na quantidade de fachadas do século XIX.

Mesmo o pavimento daquela que foi a primeira rua integralmente calcetada da cidade do Porto encontra-se totalmente perdido na poeira do tempo, talvez soterrado algures ou empregado na construção das paredes de alguma das suas casas.

Ocorre que até ao final do século XIX essas transformações eram lentas e consistentes usando sensivelmente os mesmos materiais e técnicas construtivas, que se traduziam numa grande coerência e continuidade ao longo do tempo. A introdução de materiais e técnicas construtivas industriais, ao longo do século XX, com destaque para o cimento e o betão armado, associada às facilidades dos novos meios de produção, quando aplicada aos edifícios antigos, tem resultado em danos e perdas irreversíveis para o edificado histórico.

O que mudou no presente, é a nossa consciência sobre o legado deixado pelos nossos antepassados, o qual está intrinsecamente associado à nossa identidade, sendo necessária a sua rigorosa protecção para o poder legar às gerações futuras na sua máxima autenticidade. Concomitantemente, num tempo de emergência climática, em que urge gerir racionalmente os nossos recursos, a manutenção do património edificado, assente no reaproveitamento dos respectivos elementos estruturais e construtivos, constitui a forma por excelência da prática de uma arquitectura ambientalmente sustentável.

1. ANTECEDENTES

A arquitectura doméstica da cidade do Porto, seja a horizontal casa nobre ou, principalmente, a vertical casa burguesa, das quais a Rua das Flores é uma das mais representativas, apresentou sempre uma certo aspecto austero exterior, que se acentuou nos edifícios do século XIX. Com efeito, as suas qualidades arquitectónicas e espaciais estão maioritariamente presentes nos seus interiores, reveladas nas singularidades tipológicas de cada casa, mas também nas qualidades dos materiais e da execução dos vários elementos que compõem os seus espaços:

> *Uma casa de aparência modesta pertence a uma família de burgueses ricos e de projecção na vida social, e é interiormente opulenta: na sua simplicidade utilitária, as madeiras são muitas vezes preciosas, de pau-brasil, pau-rosa ou pau-cetim; os tectos de caixotões barrocos, de castanho, geralmente decorados com pinturas ornamentais, ou de finos estuques no mais puro gosto Adam ou Wedgewood, testemunhando influências inglesas, quando não nos motivos da época vitoriana, que têm uma versão muito corrente na província minhota; as portas são de belas almofadas entalhadas, pintadas a branco e ouro, com «espelhos» de*

madrepérola ou marfim; as vidraças, com bandeiras de desenhos pós-georgeanos; fogões de mármores famosos[1].

O declínio da Rua das Flores, iniciado nos finais do século XIX e prolongado por todo o seguinte, remeteu esta via a um certo esquecimento, mantendo-a incólume aos vários estudos e planos propostos para o centro da cidade histórica, assim como às demolições em massa, perpetradas com propósitos higienistas ou em resultado de grandes operações urbanas.

Com o fim do regime ditatorial e após a adesão à Comunidade Económica Europeia, algum investimento nos centros históricos não foi suficiente para a fixação da sua população nem para a captação de novos habitantes, ambos seduzidos pelas políticas expansionistas de aquisição de alojamentos suburbanos.

Na sequência de um mundo globalizado, a recente dinâmica sem precedentes que a indústria do turismo tem imprimido no Centro Histórico do Porto (CHP), tem sido responsável por uma intervenção em massa no seu edificado, caracterizada maioritariamente por acções de fachadismo, toleradas pelas entidades responsáveis pela tutela desta área urbana, repartida entre a Autarquia e o Estado. O duvidoso sucesso destas transformações, além de por em causa a autenticidade do património do CHP, não tem permitido estancar o esvaziamento dos seus habitantes, iniciado na década de 80, antes promovendo uma gentrificação desta área como alavanca da sua regeneração urbana.

2. AS INTERVENÇÕES PROMOVIDAS PELO COMISSARIADO PARA A RENOVAÇÃO URBANA DA ÁREA RIBEIRA/BARREDO (CRUARB)

Criado em Setembro de 1974, o CRUARB tinha como principal objectivo intervir numa zona histórica profundamente degradada, de modo a proporcionar condições dignas de habitação à população residente. Com a passagem para a tutela da autarquia, esta entidade foi alargando a sua área de actuação, até ao final da sua actividade, em 2003, embora com um número de intervenções relativamente reduzido. Tal é o caso dos dois edifícios localizados na Rua das Flores: a Casa n.º 69, antiga Casa da Companhia, intervencionada em 1980 (Fig. 1), tendo em vista convertê-la na sede da Fundação da Juventude (actualmente reconvertida em hotel de luxo); e a Casa n.os 2-12, antiga casa dos Pimentel, intervencionada em 1985 (Fig. 2), de acordo com o inventário publicado pelo CRUARB[2]. Em ambos os casos, as actuações não diferem daquela que foi a prática recorrente do CRUARB

[1] OLIVEIRA, GALHANO, 1992: 300.
[2] LOZA *et al.*, 2001: 52.



Fig. 1. Casa n.º 69, antiga Casa da Companhia, foto de 2014, ainda sede da Fundação da Juventude
Fonte: *Google Maps*



Fig. 2. Casa n.º 2-12, antiga Casa dos Pimentel, em 2014
Fonte: *Google Maps*

ao longo da sua actividade: demolição integral dos interiores (ou o que restava da sua existência) e reconstrução em betão armado entre outros materiais e técnicas industriais. No caso do edifício da sede da Fundação da Juventude, observe-se ainda o impacto negativo causado pela alteração da geometria da nova caixilharia exterior (Fig. 1).

Sendo provável que muitos dos edifícios intervencionados poderiam encontra-se em mau estado de conservação, será que houve uma avaliação rigorosa destes dois casos? Ou preferiu-se optar pela solução mais fácil. Apesar da controvérsia que envolveu a actuação desta entidade, o seu papel foi decisivo para a apresentação e sucesso da candidatura do CHP à lista do Património Mundial da UNESCO, em 1991. Tendo invertido o processo de degradação e decadência das áreas mais problemáticas, melhorado as condições de algumas habitações e espaços públicos e promovido várias actividades sociais junto das populações, ainda assim, o CRUARB não foi capaz de estancar o processo de esvaziamento e abandono do CHP iniciado nos anos 80 do século passado.

3. AS INTERVENÇÕES TUTELADAS PELA SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA (SRU) PORTO VIVO

Criada em 2004, a SRU Porto Vivo apresenta o Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial em 2008, onde assinala os principais objectivos da sua acção: i) Re-habitação da Baixa do Porto; ii) Desenvolvimento e promoção



Fig. 3
Conjunto de parcelas com frente para a Rua das Flores e integradas no quarteirão das Cardosas, em 2011
Fonte: Foto dos autores

do negócio na baixa do Porto; iii) Revitalização do comércio; iv) Dinamização do turismo, cultura e lazer; v) Qualificação do domínio público. Mais tarde, em 2012, desenvolve um documento de enquadramento e orientação do processo de reabilitação — *Masterplan* —, onde se definem os objectivos, as metas a atingir, a estratégia e os instrumentos operativos; mas também de comunicação com a opinião pública, com as populações envolvidas, as instituições e os investidores[3].

A intervenção promovida pela SRU Porto Vivo com mais impacto na Rua das Flores abrangeu vários edifícios, integrando-se numa actuação alargada à escala do quarteirão das Cardosas (Fig. 3), o que constituiu, desde início, uma das suas estratégias de actuação. Esta intervenção contemplou: a alteração da matriz cadastral dos lotes e das suas tipologias, com consequente modificação da estrutura morfotipológica da cidade existente; a destruição de uma parte substantiva do património, através da demolição integral dos interiores dos edifícios; a reconstrução dos interiores utilizando sistemas construtivos industrializados, sem avaliar a sua compatibilidade com as escassas preexistências; a promoção da gentrificação, com a opção por habitação de standard elevado, num contexto que tem evidenciado não possuír vocação para este segmento de mercado[4].

O recente fenómeno de terciarização do CHP, essencialmente baseado nas actividades ligadas ao turismo, trouxe um dinamismo sem precedentes a esta área urbana, com particular destaque para a Rua das Flores (integrada na operação

[3] LOZA, GUIMARÃES e MOURA, 2008: 60-62.
[4] TEIXEIRA, 2014: 132.



Fig. 4. Demolição integral de todo o interior da casa n.º 56-64, em 2017. Fonte: Foto dos autores



Fig. 5. Reconstrução do interior da Casa n.º 21 (Casa dos Maias) em [20??]. Fonte: Foto dos autores



Fig. 6. Intervenção na cobertura da casa n.º 62, em 2014, seguindo as regras das boas práticas. Fonte: Foto dos autores



Fig. 7. Intervenção actual nas casas n.os 60-62 e n.os 63-65, baseada numa actuação fachadista. Fonte: Foto dos autores



Fig. 8. Destruição da base de uma pilastra com a instalação de caixas de redes. Fonte: Foto dos autores



Fig. 9. Substituição dos caixilhos originais em madeira por novos em alumínio, com alteração do tipo de funcionamento. Fonte: Foto dos autores

Mouzinho-Flores), conduzindo a intervenções em vários dos seus mais importantes edifícios (Figs. 4 e 5).

Um caso paradigmático, que traduz o elevado nível de especulação imobiliária praticado no CHP, é o da Casa n.os 60-62, situada no Largo de S. Domingos. Reabilitada em 2014, ao que tudo indiciava, de acordo com as boas práticas (Fig. 6), encontra-se actualmente, em intervenção, agora associada à parcela contigua (Fig. 7), ambas totalmente esvaziadas dos seus interiores, em mais uma actuação de fachadismo.

Embora de carácter pontual, os danos provocados pelas pequenas intervenções, quando replicadas, tendem a criar dissonâncias e rupturas significativas que comprometem a integridade patrimonial dos conjuntos. Tal é o caso da destruição de elementos de cantaria para a instalação de infraestruturas (Fig. 8), ou a substituição de caixilhos existentes em madeira pintada por novos em alumínio ou pvc, com geometria e funcionamento diferentes dos originais (Fig. 9), neste caso aplicado aos caixilhos centrais de correr ou, mais frequentemente, relativo aos sistemas de abertura oscilobatente.

Atropelos desta natureza poderiam ser evitados se as entidades de gestão divulgassem manuais de boas práticas e adoptassem uma postura de maior proximidade no apoio aos proprietários e técnicos.



Fig. 10
Reparação das pinturas de um tecto da Casa n.º 139
Fonte: Foto dos autores



Fig. 11. Adaptação das redes ao existente e reconstrução da claraboia usando madeira, na Casa n.º 139
Fonte: Foto dos autores



Fig. 12. Manutenção das estruturas existentes, em alvenaria e madeira, de um compartimento sob a cobertura da Casa n.º 139. Fonte: Foto dos autores

Em oposição aos exemplos anteriores, é possível identificar intervenções representativas de boas práticas, como é o caso da Casa n.º 139 (antiga casa dos Constantinos), em cuja reabilitação se mantiveram e recuperaram as preexistências com valor (Fig. 10), tendo-se adoptado soluções de reparação ou até de substituição usando técnicas e materiais iguais ou compatíveis com os existentes (Figs. 11 e 12).

Independentemente do tipo de intervenção, assiste-se à conversão generalizada dos edifícios a actividades ligadas ao negócio do turismo e do lazer, transformando progressivamente a Rua das Flores e o resto do CHP num parque de diversões, longe da nossa noção de cidade, longe do Porto que conhecíamos de antanho. É o que acontece com as lojas tradicionais desta rua, nos últimos anos convertidas em negócios afectos à actividade turística, restaurantes, cafés, bares, lojas de recordações, substituindo o comércio local.

O próprio edifício da sede da Misericórdia do Porto, construído em meados do século XVI, também cedeu à dinâmica urbana sustentada pelo turismo de massas, tendo sido recentemente convertido em museu.

No que se refere ao espaço público, pode afirmar-se que a Rua das Flores beneficiou da sua reabilitação, pois aquela que era uma via de passeios estreitos e faixa de rodagem destinada a estacionamento e circulação automóvel, passou a ser exclusivamente destinada às pessoas. A opção por revesti-la com lajeado de granito (pedra autóctone) em toda a sua extensão confere unidade ao espaço público da rua e o tipo de aplicação e acabamento deste revestimento possibilita uma circulação confortável e acessível a qualquer cidadão, o que é de enaltecer. Em termos de opções menos conseguidas, era dispensável a marcação de uma faixa ziguezagueante de circulação mecânica; as caixas de infraestruturas deveriam ter sido objecto de um tratamento mais condigno, por exemplo, integrando-as no desenho de mobiliário urbano, que faz falta, ou dissimulando-as no pavimento.

Por último, mas não menos importante, os dados preliminares do Censos 2020 revelam a manutenção da tendência decrescente de perda de população, o que significa que a gestão da SRU Porto Vivo não conseguiu fixar população no CHP, invertendo o seu processo de esvaziamento, o qual ocorre desde o início da década de 80. A propalada reabitação do CHP, que constitui um dos primeiros objectivos da SRU Porto Vivo, tem resultado numa dinâmica artificial proporcionada pelo recente fenómeno, sem precedentes, de uma multiplicidade de actividades associadas ao turismo de massas que, como é sabido, é de uma enorme fragilidade, não só por se alimentar de tendências de moda, mas também por depender de fluxos massivos de pessoas à escala global, o que, além de nocivo para o ambiente, pode fazer colapsar um sistema económico, como aconteceu recentemente com o impacto da pandemia COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal causa na origem da decadência do CHP foi o seu abandono, que se arrastou por demasiado tempo, perante a incapacidade de tomada de decisões políticas capazes de inverter esse processo, não obstante algumas tentativas meritórias, ainda que resumidas a acções pontuais. Foi o prolongado estado de abandono do CHP que conduziu à generalizada degradação do seu edificado, bem como ao esvaziamento da sua população, processo que se arrasta até à actualidade.

No que se refere ao edificado, o seu abandono e incúria, muitas vezes intencional, têm conduzido à sua degradação irreversível, o que significa a perda de valores arquitectónicos, históricos, culturais e de identidade, comprometendo a viabilidade e autenticidade deste legado patrimonial, que constitui um recurso insubstituível.

O fenómeno de submissão de importantes centros históricos à indústria do turismo de massas, iniciado há várias décadas atrás, agravou-se e generalizou-se com a globalização, pondo em risco a saúde dos seus centros históricos, congestionados e desgastados por grandes fluxos de turistas.

Por outro lado, se as figuras de protecção tiveram uma boa intenção inicial, foram pervertidas pelos efeitos da normalização imposta pela mundialização da sociedade, da qual resulta uma fetichização do património, conduzindo a dois tipos de actuação: à sua *museificação*, sob a capa de uma equívoca autenticidade; e à sua comercialização sob os efeitos da indústria do turismo de massas, tudo convertendo a uma espécie de *dysneylandificação*[5], sendo certo, que ambas as actuações conduzem à perda de identidade e do sentido primordial da cidade.

Embora muitos dos edifícios se encontrem protegidos sob a figura dos conjuntos urbanos, como é o caso da Rua das Flores, estes tendem a ser entendidos na sua dimensão e morfologia exterior, reduzidos à manutenção do cenário urbano onde se inserem, secundarizando a importância dos seus interiores que constituem uma parte relevante da sua identidade.

Atendendo a que a indústria da construção é uma das actividades com maior consumo de recursos e, consequentemente, com maior impacto ambiental, faz todo o sentido investir na conservação dos centros históricos, opção ambientalmente sustentável, permitindo reduzir o consumo de recursos naturais e de energia, diminuir a produção de resíduos de construção e gerir a ocupação do solo. Num tempo em que a sociedade vai ganhando maior consciência sobre o estado de emergência climática em que nos encontramos, urge desmascarar as acções de construção nova disfarçadas de reabilitação que são prática corrente na cidade histórica, optando pelo prolongamento do tempo de vida útil dos edifícios, através da sua manutenção e de uma reabilitação capaz de manter este legado histórico como recurso insubstituível.

[5] CHOAY, 2011: 44-50.

Não se trata aqui de defender uma *museificação* da cidade histórica, mas antes permitir que esta seja usufruída pelos seus habitantes, respondendo às suas legítimas necessidades e pretensões contemporâneas, no respeito pelas heranças materiais e imateriais dos nossos antepassados, mantendo-a viva e retomando a continuidade perdida.

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, Francoise (2011). *As Questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

LOZA, Rui, *et al.* (2001). *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

LOZA, Rui, GUIMARÃES, Filomena, MOURA, António, [*coord.*] (2008). *Centro Histórico do Porto Património Mundial. Plano de Gestão*. Porto: Câmara Municipal do Porto. 3 vols.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

TEIXEIRA, Joaquim (2014). *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto.* Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

EQUIPAMENTOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA NO BAIRRO DA RUA DAS FLORES NA ÉPOCA MODERNA. PRIMEIROS CONTRIBUTOS PARA UMA CARTOGRAFIA

DIOGO EMANUEL PACHECO TEIXEIRA*

Resumo: *O abastecimento de água à Rua das Flores, no Porto, teve várias etapas ao longo da Época Moderna. Numa fase inicial era provisionada por fontes com nascentes próprias e pelo aqueduto do Convento de São Domingos. Posteriormente, deixou de ser provida pelos frades dominicanos, passando a receber água do manancial de Paranhos. A empreitada para a exploração deste manancial iniciou-se em 1604 e em 1606 a água já chegava aos chafarizes do Largo de São Domingos e da rua Nova. Este ramal, que seguia da Porta do Olival até à zona da Ribeira, passando pela Rua das Flores, no seu percurso abastecia várias fontes públicas. Neste trabalho procuramos demonstrar as respostas que o poder local deu à problemática do abastecimento de água nesta rua, apontando a localização dos vários equipamentos de provimento existentes na sua envolvência.*

Palavras-chave: *Água; Aqueduto; Fontenário; Mapeamento; Rua.*

Abstract: *The water supply to Rua das Flores, in Porto, went through several stages throughout the Early Modern Period. In an initial phase, it was supplied by fountains with their own springs and by the aqueduct of the Convento of São Domingos. Subsequently, it was no longer supplied by the Dominican friars, but began to receive water from the Paranhos spring. The project to exploit this Spring began in 1604 and in 1606 the water was already reaching the fountains in Largo de São Domingos and Rua Nova. This branch, which ran from Porta do Olival to the Ribeira area, passing through Rua das Flores, supplied several public fountains along its route. In this work we seek to demonstrate the answers that the local government gave to the problems of water supply on this street, pointing out the location of the various supply equipment in its surroundings.*

Keywords: *Aqueduct; Fountain; Mapping; Street; Water.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho, elaborado no âmbito da tese de doutoramento em História da Arte que estamos a desenvolver, constitui uma pequena contribuição para o conhecimento dos desafios para a captação e distribuição de água às populações, tratando-se nada mais do que um ponto de situação sobre a localização dos equipamentos públicos de fornecimento de água na área geográfica da Rua das Flores e sua envolvência, entre os séculos XV e XIX. Para fundamentação deste trabalho, socorremo-nos de

* Doutorando em Estudos do Património, variante História da Arte na FLUP e investigador do CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: diogo.ep.teixeira@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0046-908X.

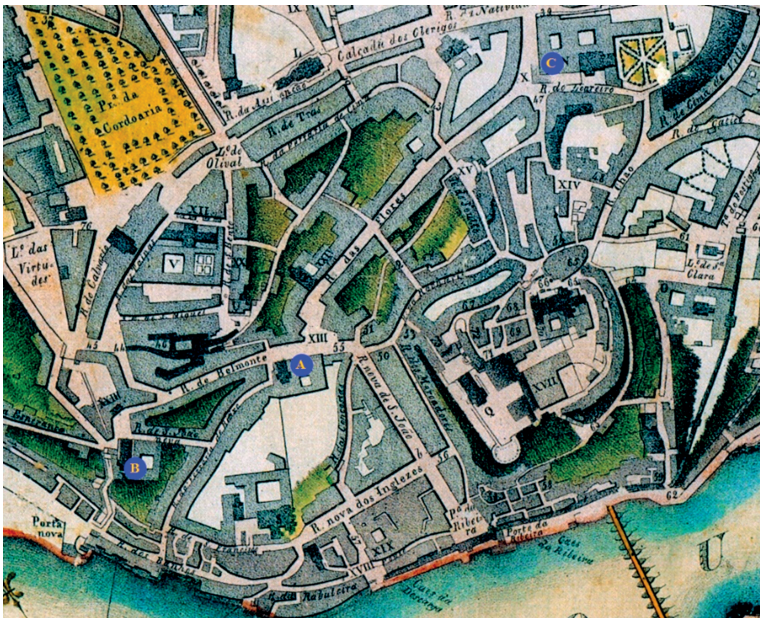


Fig. 1
Pormenor da *Planta Redonda* de George BLACK, 1813. Conventos que circunscreviam a Rua das Flores: A – Convento de São Domingos; B – Convento de São Francisco; C – Mosteiro de São Bento de Avé Maria

bibliografia dispersa e de fontes impressas, quer individualmente, quer compiladas em obras académicas.

A zona em estudo é a área compreendida entre o Mosteiro de São Bento de Avé Maria a norte da Rua das Flores, a Rua Nova dos Ingleses a sul, o rio de Vila a este e a Porta do Olival a oeste. Para uma melhor compreensão da distribuição dos equipamentos no espaço urbano, socorremo-nos da *Planta Redonda* de George Black, de 1813[1].

Devido à dimensão deste trabalho, excluímos abordar diretamente o fornecimento de água feita às habitações particulares, e também não aprofundaremos as questões de foro privado no que respeita ao provimento dos edifícios das ordens religiosas, como problemas com a captação e contendas com particulares e/ou com instituições, quer governativas, quer religiosas. Apenas nos centramos nos equipamentos de aprovisionamento público de água. No entanto, é muito importante salientar que a água fornecida pelos conventos mendicantes foi um dos elementos fundamentais na «urbanização do vale do rio de Vila», e a evolução urbana desta zona teve uma preocupação notória com os pontos de passagem das condutas de água dos conventos de São Domingos e de São Francisco[2].

[1] BLACK, 1813.
[2] AMORIM, OSSWALD, 1982: 10-32; MORENO, 1985: 5-10; AFONSO, 2000: 32-35 e 96-102.

O Convento de São Domingos foi o que teve o papel mais relevante no que toca ao fornecimento público de água. O Convento de São Francisco também desempenhou um papel importante, mas de menor relevo. Ambos tinham exploração própria e chegaram a fornecer água para abastecer equipamentos públicos. Exemplo disso é o Chafariz do Largo de São Domingos, o qual falaremos mais à frente, que recebeu água dos frades Dominicanos.

Apesar de não fazermos uma abordagem direta por não se tratar de equipamentos públicos no período em análise, não poderíamos deixar de mencionar o chafariz do claustro Mosteiro de São Bento de Avé Maria, que está preservado no jardim das Águas do Porto, EM[3], o chafariz do claustro do Convento de São Francisco, que ornamenta o jardim do Passeio Alegre[4] e o lavatório da sacristia do Convento de São Domingos, que adorna o jardim de São Lázaro[5].

1. SÉCULO XV

No século XV, antes da abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, em 1521, para além da água fornecida pelos conventos acima mencionados, já existiam naquela zona alguns equipamentos públicos de fornecimento de água.

A fonte dos Canos da Cividade, muitas vezes referenciada como fonte dos Canos ou fonte da Cividade, já existia em 1446[6], não se sabendo quando foi construída nem quando foi demolida. Estava localizada a norte da Rua das Flores, próximo da Porta de Carros, «no sopé da colina da Cividade, onde depois será o início da Calçada dos Canos ou da Relação»[7]. Manuel Pereira de Novais menciona-a, dizendo que se localizava no Terreiro de São Bento[8]. Segundo Baltasar Guedes, nas suas *Memórias* de 1669, o nome deste equipamento derivava da «bizarria de dous formosos canos por onde saie, juntamente pelos muitos canos que por aquellas ruas vaõ, d'agoa»[9]. António Carvalho da Costa, em 1706, destaca a fonte dos Canos e faz referência a uma outra fonte junto da Porta de Carros, a qual não presta mais nenhum esclarecimento[10]. É relevante referir que, em 1759, foi construída uma fonte dos Canos, a mando de um particular, José de Sá Carvalho, segundo uma planta do arquiteto Manuel Álvares Martins[11], da qual mais nenhuma informação temos. A fonte era abobadada e estava numa cota inferior ao pavimento. Foi alterada em 1835, por se tratar de um lugar sujo, desadequado e escuro, apropriado para devassidões. Em

[3] GARRETT, 1961: 201; PINHO, 2000: 85.
[4] GARRETT, 1961: 201; AGUIAR, 1980: 206.
[5] GARRETT, 1961: 201; REIS, 1984: 185.
[6] AFONSO, 2000: 149.
[7] AFONSO, 2000: 38-39.
[8] NOVAIS, 1913: 40.
[9] AFONSO, 2000: 39; TEIXEIRA, 2011: 77 e 213-214.
[10] COSTA, 1706: 355.
[11] ALVES, 1988-1990: 201.

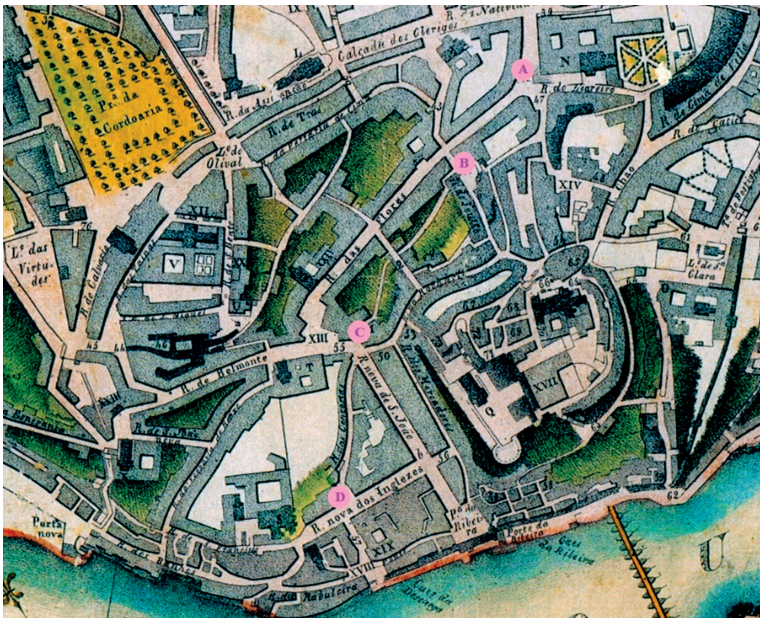


Fig. 2
Pormenor da *Planta Redonda* de George BLACK, 1813. A – Fonte dos Canos da Cividade; B – Fonte do Souto; C – Fonte da Biquinha; D – Chafariz da Rua Nova

1844 já estava demolida, aquando da construção da nova fonte do Largo das Freiras de São Bento[12], durante a regularização daquele espaço[13].

A fonte do Souto já existia em 1498. Situava-se junto ao Rio de Vila e à Rua do Souto. Sabe-se que tinha um arco e, em 1534, situava-se debaixo de uma casa. Era abastecida por uma nascente próxima[14]. Apesar de não haver informação esclarecedora tanto da sua construção, como da sua demolição, sabe-se que na segunda metade do século XVIII vai surgir uma outra fonte nesta localização, a qual falaremos mais adiante.

O primeiro chafariz de São Domingos já existia em 1403 e era um dos mais importantes da cidade. Mais tarde passará a chamar-se de fonte da Biquinha, dando o nome à rua onde se localizava[15]. Baltasar Guedes, na sua *Memória* de 1669 diz-nos que se tratava de uma fonte antiga, localizada debaixo de um arco de pedra, no local da sua nascente[16]. Sousa Reis apenas refere que a água era péssima e as suas vertentes se encaminhavam para o Rio de Vila junto à Capela de São Crispim e São Crispiniano[17].

[12] PINHO, 2000: 124.
[13] REIS, 1984: 184.
[14] AFONSO, 2000: 39.
[15] AFONSO, 2000: 39.
[16] AFONSO, 2000: 39; TEIXEIRA, 2011: 81, 212.
[17] REIS, 1984: 187.

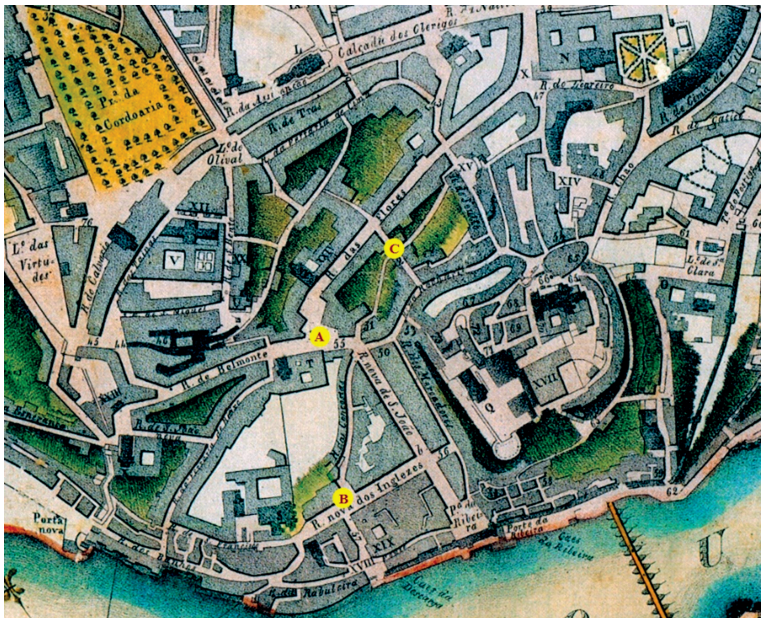


Fig. 3
Pormenor da *Planta Redonda* de George BLACK, 1813. A – Chafariz do Largo de São Domingos; B – Chafariz da Rua Nova; C – Fonte dos Ferreiros

O chafariz da Rua Nova já existia em 1405[18] e tinha nascente própria, mas a água era de má qualidade, tendo sido substituída pelas águas do manancial de Paranhos e de Salgueiros[19]. Também era conhecido como chafariz das Congostas. Localizava-se na confluência da Rua das Congostas com a Rua Nova. Foi demolida entre 1882 e 1883, aquando da abertura da rua de Mouzinho da Silveira[20]. Apesar de não se saber o ano da construção deste equipamento, Magalhães Basto refere que o ourives Manuel Mendes fez dois desenhos em 1594[21]. Baltasar Guedes, na sua *Memória* de 1669, descreve-a como sendo formosa, com três taças. Reforça a ideia de ser bastante necessária e as suas vertentes serviam a Casa da Moeda[22]. Contudo, é relevante referir que, apesar da parca informação, em 1501, existiam dois chafarizes da Rua Nova, o de baixo e o de cima[23].

2. SÉCULO XVI

No século XVI, as principais alterações no fornecimento de água vão acontecer a partir da abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, em 1521. Muitas das habitações desta rua, principalmente as de cariz mais ilustre, tinham poços e chafarizes nos

[18] AFONSO, 2000: 39.
[19] REIS, 1984: 182.
[20] VITORINO, 1930-1931: 102-103.
[21] BASTO, 1964: 421.
[22] TEIXEIRA, 2011: 69 e 212.
[23] AFONSO, 2000: 39.



Fig. 4
Chafariz de São Domingos, também conhecido como Chafariz da Trindade e/ou Chafariz do Laranjal. Encontra-se na Praça da Trindade
Fonte: Fotografia do autor

seus logradouros. Muitos destes eram providos com água das vertentes do chafariz do Olival, pelo menos desde inícios do século XVII[24].

A fonte dos Ferreiros, apesar de não termos encontrado datação específica, sabemos que existia antes da abertura da rua da Ponte Nova, em meados do século XVI[25]. Após a construção da Ponte Nova que atravessava o Rio de Vila, ligando a Rua das Flores à rua da Bainharia, passou a estar localizada debaixo desta[26]. Baltasar Guedes faz uma detalhada descrição desta fonte, dizendo que se tratava de uma obra muito antiga de cantaria, a arca tinha quinze palmos e no meio tinha outro repartimento com quatro palmos de altura. A arca era constituída por um arco e era decorada com relevos de rosas e serafins. Situava-se no subsolo e o acesso era feito por degraus de pedra muito bem construídos[27].

Existiram várias estruturas denominadas de fonte ou chafariz de São Domingos. Como vimos anteriormente, em 1403 já existia um chafariz assim designado. Em 1544 foi edificado um outro, cuja autoria é de João Lopes-o-Velho, passando a receber água do Convento de São Domingos[28]. Em 1605 deixou de receber água dos frades dominicanos e passou a ser provido pelo aqueduto de Paranhos. Um dado interessante é que as armas de São Domingos presentes neste chafariz foram mandadas retirar quando deixou de receber água do convento, levando a um decréscimo do protagonismo urbano desta instituição[29]. Foi demolido em 1845, sendo substituído por outra fonte[30].

[24] AFONSO, 2000: 129.
[25] AFONSO, 2000: 109-110 e 215.
[26] REIS, 1984: 190; AFONSO, 2000: 39.
[27] AFONSO, 2000: 39; TEIXEIRA, 2011: 81 e 213.
[28] REIS, 1986: 97-98, 154; AFONSO, 2000: 89.
[29] AFONSO, 2000: 98-99.
[30] MARÇAL, 1968: 304.



Fig. 5
Medalhão da última fonte do Largo de São Domingos. Representa as armas da cidade do Porto. Está preservado no Jardim das Águas do Porto, EM
Fonte: Fotografia do autor

A fonte que o veio substituir tinha uma abóbada de cantaria e um depósito que servia para auxiliar no combate aos incêndios[31]. Foi desmontada em 1922[32], sendo que o imponente medalhão com as armas da cidade e que se encontra exposto no jardim das Águas do Porto.

Quanto ao chafariz quinhentista, Baltasar Guedes diz-nos que se tratava de uma «obra taõ perfeita como as desta Cidade: tem duas bases com quatro bicas»[33]. Já Manuel Pereira de Novais compara este equipamento ao chafariz da Porta do Olival, dizendo que, apesar de não ser tão grande, iguala-o na copiosidade da água[34].

Em março de 1854, o chafariz de São Domingos foi inaugurado no Largo do Laranjal, hoje Praça da Trindade, onde ainda se encontra[35]. Segundo Sousa Reis, apresenta algumas modificações em relação ao traçado original, passando a receber água do manancial de Camões[36].

3. SÉCULO XVII

No século XVII, no que toca a equipamentos de fornecimento de água na zona em estudo, a grande obra foi a construção do aqueduto de Paranhos. Esta será a principal fonte de provimento de água à cidade até finais do século XIX. A existência de nascentes em Paranhos já é reportada desde 1120[37], mas o seu potencial só começou a ser explorado a partir do início do século XVII.

[31] REIS, 1984: 182.
[32] Segundo informação apresentada numa placa descritiva junto ao medalhão nos jardins das Águas do Porto.
[33] TEIXEIRA, 2011: 68 e 213.
[34] NOVAIS, 1913: 40.
[35] COUTINHO, 1969: 440.
[36] REIS, 1984: 184.
[37] MARÇAL, 1967: 296.

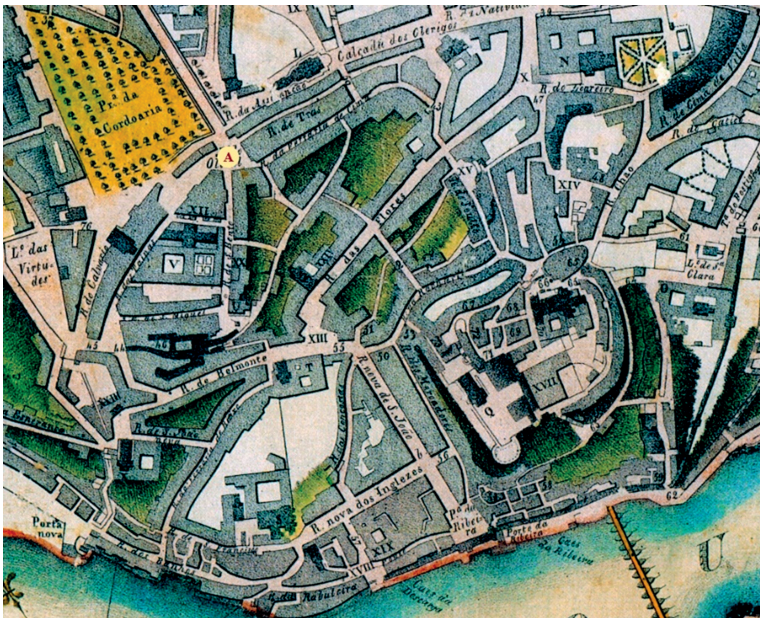


Fig. 6
Pormenor da *Planta Redonda* de George BLACK, 1813. A – Chafariz da Porta do Olival

Apesar da existência de vários equipamentos de fornecimento de água na cidade, a qualidade das suas águas era questionável e o aumento populacional também revelou que estes eram insuficientes. Este problema levou a que, em 1594, a cidade fizesse uma petição ao rei D. Sebastião, solicitando uma autorização para explorar a água das nascentes de Paranhos, disponibilizando 1000 cruzados para contribuir nas custas. A petição foi aceite, mas nada se fez no resto do seu reinado. O alvará foi emitido, a 20 de novembro de 1597, pelo rei D. Filipe I, tendo decidido que a obra seria paga com os rendimentos da Imposição do Vinho e Sal, dos excedentes do crescimento das sisas e os 1000 cruzados doados pelo povo[38].

A obra foi arrematada em 1603, por 3295$700 réis, pelos mestres pedreiros Manuel Gonçalves e Pantaleão Brás, juntamente com os pedreiros António João, Gaspar Gonçalves e Gonçalo Vaz. Nesta quantia estava incluída a condução da água até à Porta do Olival e daí até ao chafariz de São Domingos. A primeira pedra foi lançada neste mesmo ano, mas as obras só começaram a 12 de março de 1604. Em meados de 1606 a água já chegava aos chafarizes de São Domingos e da Rua Nova, mas a vistoria só foi realizada no início de 1607 e o último pagamento só foi feito nos finais de 1608. No decorrer da empreitada foi necessário indemnizar os proprietários dos terrenos por onde passavam os canos, levando a uma derrapagem de 9000 cruzados[39].

[38] SILVA, 1985: 902.
[39] SILVA, 1985: 1038-1039; AFONSO, 2000: 98-99.

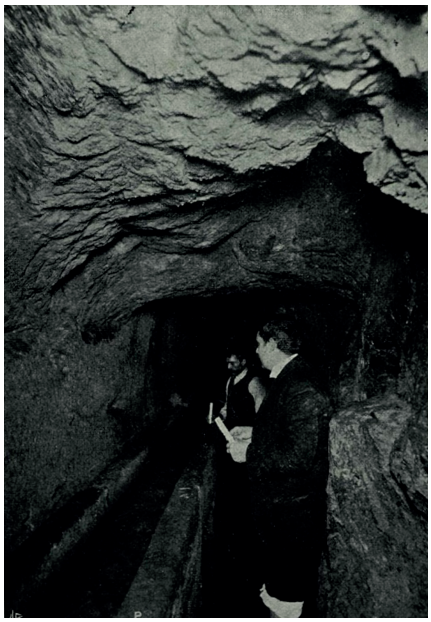


Fig. 7
«Troço do 1.º aqueduto de Paranhos aberto em granito. Alem da caleira (P) há no túnel um espaço por onde se caminha e onde se acumula a agua que nasce da rocha e a que na abundancia trasborda da caleira»
Fonte: FONTES, 1908: 51

A água jorrava do solo, a partir de várias nascentes existentes no local, e seguia por um aqueduto de pedra em galeria, sendo que parte da canalização era em canos de pedra e outra parte era em canos de barro ou de grés[40].

O aqueduto de Paranhos foi alvo de várias descrições, críticas e elogios ao longo dos anos. Quer pela sua importância, quer pela qualidade das suas águas. Baltasar Guedes, na sua *Memória* de 1669, faz uma exposição pormenorizada sobre a qualidade e o percurso da água[41]. Nos finais do século XVII, Manuel Pereira de Novais também faz uma menção à água deste manancial, destacando a chegada desta até à Porta do Olival, seguindo dali até à rua Nova, passando pelo Largo de São Domingos[42]. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o padre João Carneiro da Silva apenas faz uma pequena referência à arca de água de Paranhos, informando-nos que esta se encontrava fechada à chave[43]. Agostinho Rebelo da Costa, em 1788, traça uma dura crítica à Câmara devido ao mau estado do aqueduto[44]. Sousa Reis, em meados do século XIX, refere que o manancial de Paranhos é o melhor da cidade, fazendo uma apresentação dos chafarizes por ele fornecidos[45]. Tito Bourbon e Noronha, em 1885, fala da excelente qualidade da água de Paranhos[46].

[40] MARÇAL, 1967: 295-297.
[41] TEIXEIRA, 2011: 49-50 e 204-206; TEIXEIRA, 2018: 252.
[42] NOVAIS, 1913: 39.
[43] CAPELA, 2009: 601.
[44] COSTA, 2001: 54.
[45] REIS, 1984: 178 e 181-183.
[46] NORONHA, 1885: 14.

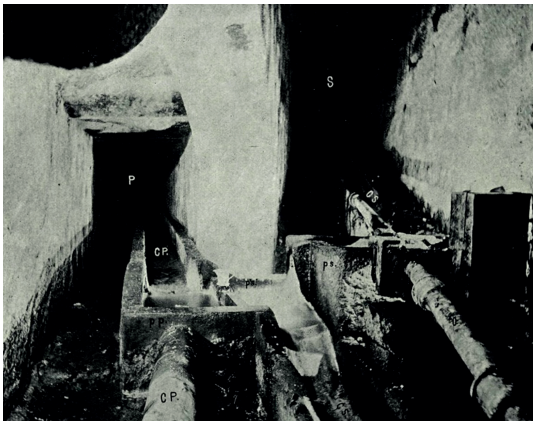


Fig. 8
«Ponto de encontro dos aquedutos de Paranhos (P) e de Salgueiros (S) […]»
Fonte: FONTES, 1908: 57



Fig. 9. Arca do Anjo. Encontra-se exposta nos jardins das Águas do Porto, EM. Fonte: Fotografia do autor



Fig. 10. Interior da arca do Anjo. Pode-se ver as várias bicas, o tanque central e os tanques laterais, dos quais a água seguia para outros destinos. Fonte: Fotografia do autor

A crítica de Rebelo da Costa seria bem fundamentada, visto que vistorias eram feitas com regularidade. Muitas dessas inspeções deram conta do mau estado em que o aqueduto se encontrava em vários pontos. A Junta das Obras Públicas, em 1789, contratou o sargento-mor Francisco Rodrigues Mendes para examinar o aqueduto de Paranhos[47].

Em 16 de setembro de 1825 foi autorizada a integração do aqueduto de Salgueiros, que já se encontrava em construção desde 1789[48]. Este manancial tinha origem na atual Rua Antero de Quental, local onde existiam várias nascentes. A mistura das águas dos dois aquedutos na arca do Anjo, no Mercado do Anjo, culminou num reforço do caudal[49].

[47] ALVES, 1988-1990: 257.
[48] ALVES, 1988-1990: 240.
[49] AMORIM, PINTO, 2001: 45.

4. SÉCULO XVIII

Na segunda metade do século XVIII vamos ver algumas alterações e/ou construções de equipamentos de fornecimento de água, convergindo com a reestruturação da cidade levada a cabo pelos Almadas.

O novo chafariz da Porta do Olival, também conhecido como chafariz da Cadeia foi construído aquando da edificação da Cadeia da Relação, entre 1765 e 1796[50], projeto idealizado pelo arquiteto-engenheiro Eugénio dos Santos e Carvalho[51]. Tal como o seu antecessor, está aqui referenciado por se manter como ponto de ligação do aqueduto de Paranhos à Rua das Flores. É de notar que o chafariz seiscentista da Porta do Olival, do qual pouca informação existe, é referenciado por Manuel Pereira de Novais[52] e pelo abade Francisco António, nas *Memórias Paroquiais* de 1758[53], como sendo de grandes dimensões.

O chafariz da Praça Nova, também conhecido como chafariz da Natividade, foi construído entre 1794 e 1797. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves atribui o seu risco ao arquiteto Teodoro de Sousa Maldonado[54]. Não se sabe quando terá sido *descartada* pela autarquia, mas sabemos que em meados do século XIX já tinha sido derrubado

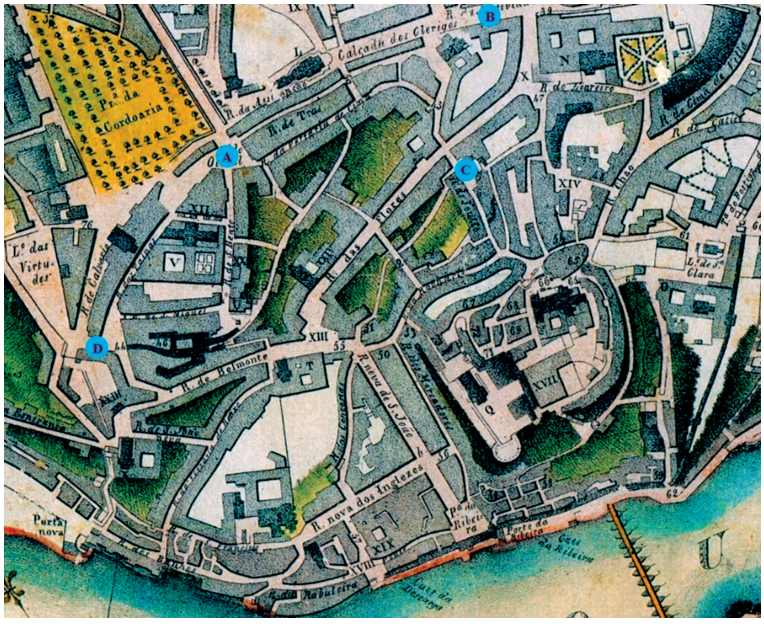


Fig. 11
Pormenor da *Planta Redond*a de George BLACK, 1813. A – Chafariz da Porta do Olival; B – Chafariz da Praça Nova; C – Fonte da Praça de Santa Ana; D - Chafariz das Taipas

[50] ALVES, 1988-1990: 218-223.
[51] ALVES, 1997b: 693.
[52] NOVAIS, 1913: 39.
[53] CAPELA, 2009: 631.
[54] ALVES, 1997a: 60.



Fig. 12. Chafariz da Porta do Olival. Encontra-se na sua localização original, junto à Cadeia da Relação Fonte: Fotografia do autor



Fig. 13. Escavações da fonte da Natividade, na Praça da Liberdade. Fonte: Fotografia do autor



Fig. 14
Chafariz das Taipas. Encontra-se na sua localização original, na rua das Taipas
Fonte: Fotografia do autor

parte do espaldar e os habitantes queriam-no demolido[55]. Em março de 2022, o «Jornal de Notícias» noticiou a descoberta dos restos desta fonte, durante as escavações para a construção da nova linha do Metro do Porto, na Praça da Liberdade[56]. Em julho desse ano, o mesmo jornal indica que a fonte irá ser reconstruída na estação de metro que está a ser construída na Praça da Galiza[57].

A fonte da Praça de Santa Ana, também conhecida como fonte do Souto e/ou fonte de São Roque, veio substituir a anterior fonte do Souto. Foi construída entre

[55] REIS, 1984: 190-191.
[56] AMORIM, 2022.
[57] TEIXEIRA, 2022.

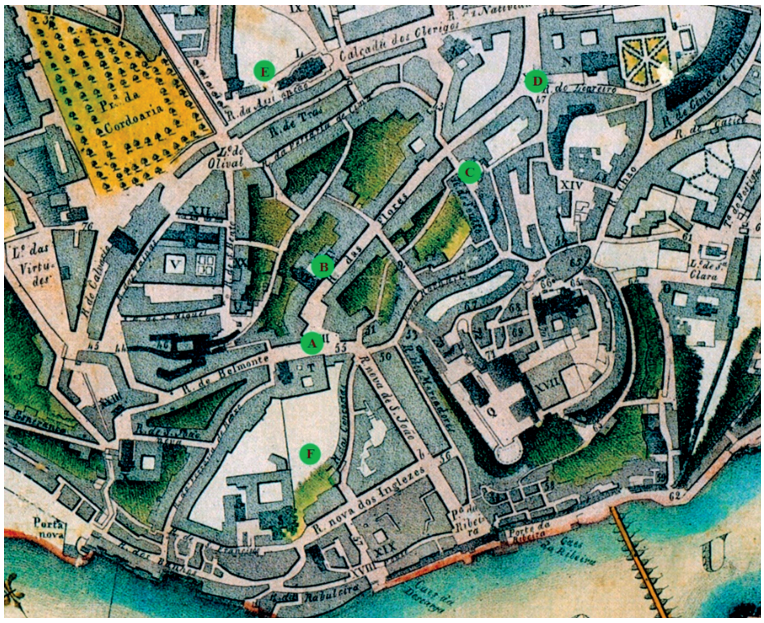


Fig. 15
Pormenor da *Planta Redonda* de George BLACK, 1813. A – Fonte de São Domingos; B – Fonte da Misericórdia; C – Chafariz da Rua Mouzinho da Silveira; D – Fonte do Largo de São Bento de Avé Maria; E – Arca do Anjo; F – Chafariz do Mercado Ferreira Borges

1767 e 1775, aquando da construção desta Praça, inserindo-se num nicho aberto na parede da escadaria que dava acesso à Capela de São Roque. Nesse nicho, havia uma escultura de um génio montando um golfinho, da autoria de José de Sousa, um mestre-escultor de Braga, que vertia a água num tanque em forma de concha. Mais tarde, o tanque foi alterado para um de maiores dimensões e com uma estrutura quadrangular[58]. Foi demolida em 1875 aquando da abertura da Rua Mouzinho da Silveira[59].

Assinalamos o chafariz das Taipas por ser abastecido pelo aqueduto de Paranhos e por se encontrar nas vizinhanças da área em estudo. Sabe-se muito pouco sobre a sua construção. Apenas sabemos que se trata de um equipamento setecentista, pago pelos moradores[60] e que substituiu a fonte do Postigo das Virtudes[61], a qual ainda existia em 1758[62].

5. SÉCULO XIX

Tal no século XVIII, no século XIX também assistimos a algumas alterações urbanas nesta zona, neste caso mais intensas, com o encanamento do Rio de Vila e a abertura da Rua de Mouzinho da Silveira[63].

[58] ALVES, 1997a: 60.
[59] MARÇAL, 1968: 303.
[60] REIS, 1984: 182.
[61] COUTINHO, 1967: 427.
[62] CAPELA, 2009: 631.
[63] AMORIM, OSSWALD, 1982: 9.



Fig. 16. «Fonte de S. Domingos, situada defronte da Caixa filial do Banco de Portugal. A letra E marca a entrada para o recinto onde se acha o reservatório» Fonte: FONTES, 1908: 114

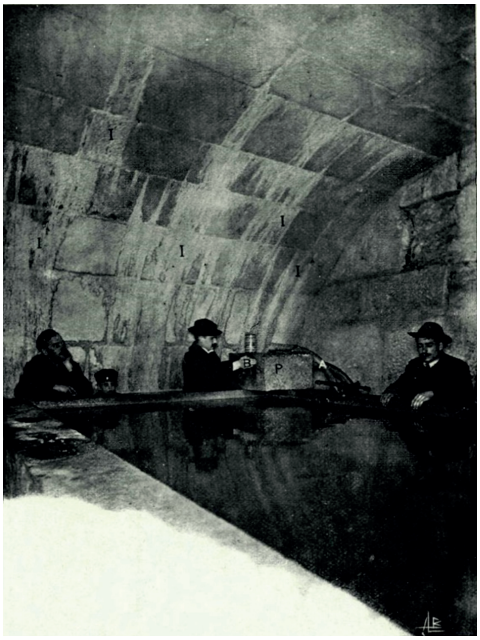


Fig. 17. «Tanque situado n'um tunnel por traz do frontespicio da Fonte de S. Domingos. P pia onde descarrega o cano aferente A e d'onde parte outro cano para as fontes de Ferreira Borges e da Ribeira; a mão marcada com a letra B tapa (') a bica de lançamento no tanque; 11111 são infiltrações no tecto do tunnel» Fonte: FONTES, 1908: 115



Fig. 18
Fonte da Misericórdia. Encontra-se na sua localização original, dentro do Museu desta instituição
Fonte: Fotografia do autor



Fig. 19
Chafariz da Rua de Mouzinho da Silveira. Encontra-se na sua localização original, na rua de Mouzinho da Silveira
Fonte: Fotografia do autor

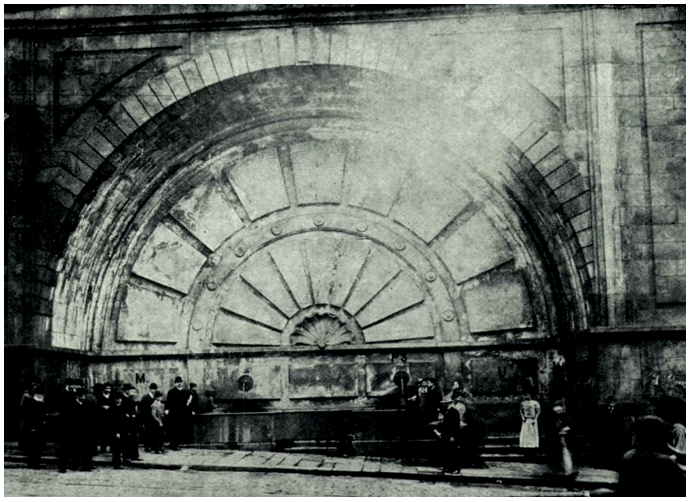


Fig. 20
«Fonte da rua do Mousinho da Silveira; a bica alimentada pela mistura da agua de Paranhos com a de Salgueiros está marcada com as letras P S. do lado de M há um mictório público; do lado de U encarrega-se o público de fazer urinatorio e latrina»
Fonte: FONTES, 1908: 113

Não nos prolongaremos em relação à fonte de São Domingos, por ter sido mencionada e descrita anteriormente.Apenas expomos as imagens abaixo, para um melhor entendimento da sua estrutura.

A fonte da Misericórdia já exista em 1835[64]. Apesar de ser pertença da Santa Casa da Misericórdia do Porto, estava a uso público durante o dia, sendo encerrada à noite[65].

O chafariz da Rua Mouzinho da Silveira, ainda existente, foi construído no último quartel do século XIX, provavelmente aquando da abertura da rua. Substituiu a fonte da Praça de Santa Ana. Uma particularidade deste equipamento é que uma

[64] TEIXEIRA, 2011: 220.
[65] REIS, 1984: 199; TEIXEIRA, 2011: 220.



Fig. 21. «Aspecto da fachada e do Chafariz do antigo convento, actual Estação de São Bento», c. 1850 Fonte: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. [Consult. 28 out 2021]. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/309875/?>

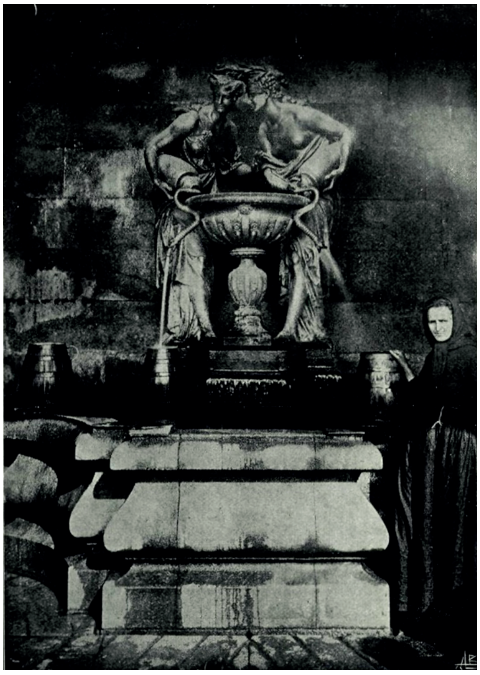


Fig. 22. «Fonte do Mercado Ferreira Borges, situada num alpendre por baixo d'elle e em frente á estatua do Infante D. Henrique». Fonte: FONTES, 1908: 116

bica era abastecida pela arca das Hortas, sita na Rua do Almada e a outra recebia água da arca do Anjo[66].

A fonte do Convento de São Bento de Avé Maria já existia entre 1843-45 e terá sido construída aquando de uma reformulação da praça que aconteceu por essa altura. Era abastecida pelo manancial de Camões, juntamente com o chafariz do Laranjal e uma outra fonte que existia na Rua Sá da Bandeira[67].

A fonte do Mercado Ferreira Borges, possivelmente construída na altura da edificação do Mercado, inaugurado em 1888, veio substituir o chafariz da Rua Nova[68]. Atualmente encontra-se a adornar o jardim do Palácio de Cristal[69].

[66] FONTES, 1908: 34-35.
[67] MARÇAL, 1968: 308; REIS, 1984: 184; PINHO, 2000: 124.
[68] FONTES, 1908: 35-36.
[69] MARÇAL, 1967: 300.

CONCLUSÃO

A arquitetura da água trata-se de um património importante, intrinsecamente ligado à história e desenvolvimento das populações, pelo que é urgente a sua inventariação e salvaguarda, independentemente da estética dos objetos. No caso do Porto, o fornecimento de água sempre esteve nas preocupações do poder administrativo, quer explorando nascentes próprias quer fazendo acordos com outras instituições para garantir que a população tivesse acesso a este bem. O dinamismo que analisamos na Rua das Flores é um bom exemplo da sua importância.

Este exercício revelou-se bastante frutífero no que toca à perceção da dinâmica da distribuição das fontes e chafarizes no espaço público. Ao olharmos para os equipamentos que mapeamos, de acordo com as épocas, é notório que foram muitos os que desapareceram, muitos os que foram construídos e reconstruídos e poucos são os que chegaram aos nossos dias. É neste sentido que este trabalho pretende servir de alavanca para alertar para a necessidade de compreender e de preservar este património.

Apesar de muitos equipamentos se terem perdido, felizmente o poder local tem vindo a preservar alguns destes objetos, quer pela sua importância, quer pelo seu aparato, quer fossem públicos, quer fossem privados. Ao longo dos anos, muitos foram deslocalizados para ornamentação de outros locais e/ou praças, outros foram preservados no jardim das Águas do Porto, em Nova Sintra.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

AGUIAR, Manuel Marques de (1980). *Notas sobre o enquadramento urbano do Jardim do Passeio Alegre*. «Revista História». Vol. III, 203-207.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988-1990). *O Porto na época dos Almadas: arquitectura, obras públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2 vols.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1997a). *A arquitetura da água: chafarizes e fontes do Porto dos séculos XVII e XVIII*. «Revista Poligrafia». 6, 45-62.

ALVES, Joaquim Jaime B. (1997b). *Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros*. «Revista da Faculdade de Letras: História». II série. Vol. 14, 685-700.

AMORIM, Alexandra Agra; PINTO, João Neves (2001). *Porto d'agoa: o abastecimento de água na cidade do Porto através dos tempos*. Porto: Serviço Municipalizado de Águas e Saneamento do Porto.

AMORIM, Maria Inês; OSSWALD, Maria Helena (1982). *A água do convento de S. Francisco do Porto: organização, conflitos e decisões régias*. «Boletim do Arquivo Distrital do Porto». Vol. I, 5-31.

AMORIM, Miguel (2022). *Metro do Porto viaja à cidade do século XVII*. «Jornal de Notícias». (26 março 2022). [Consult. 28 março 2022]. Disponível em <https://www.jn.pt/pais/noticias/porto/porto/metro-do-porto-viaja-a-cidade-do-seculo-xvii-14715606.html/>.

BASTO, Artur de Magalhães (1964). *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BLACK, George (1813). *Planta Redonda da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico (Identificador: 535310).

CAPELA, José Viriato (2009). *As freguesias do Distrito do Porto nas "Memórias Paroquiais" de 1758*. Braga: Memórias, História e Património.

COSTA, Agostinho Rebelo da (2001). *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. Lisboa: Frenesi.

COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia potugueza, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões ilustres, geneologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, tomo I.

COUTINHO, Bernardo Xavier (1967). *Fontes e chafarizes do Porto: a propósito de um problema de toponímia*. «Boletim Cultural». Vol. XXXII, 397-471.

FONTES, Adriano (1908). *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel. I – estudo dos manaciaes de Paranhos e Salgueiros*. Porto: Escola Medico-Cirurgica do Porto.

GARRETT, Antão de Almeida (1961). *Aquedutos, fontes e chafarizes do velho Porto*. «Boletim Cultural». Vol. XXIV, 197-203.

MARÇAL, Horácio (1967). *O manancial de Paranhos e as fontes por ele abastecidas*. «O Tripeiro». Série VI. Ano VII, 295-300.

MARÇAL, Horácio (1968). *O abastecimento de água à Cidade do Porto e à Vila de Matosinhos*. 3 partes. «O Tripeiro». Série VI. Ano VIII, 301-310; 339-248; 365-373.

MORENO, Humberto Baquero (1985). *O fornecimento de água ao convento de S. Domingos do Porto nos séculos XIV e XV*. «Boletim do Arquivo Distrital do Porto». Vol. II, 3-16.

NORONHA, Tito Bourbon e (1885). *As águas do Porto*. Porto: Typographia Occidental.

NOVAIS, Manuel Pereira de (1913). *Anacrisis Historial*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, parte I, vol. 2.

PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2000). *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, 1518/1899: uma arquitetura do século VIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, 2 vols.

REIS, António Matos (1986). *Lopes: uma família de artistas em Portugal e na Galiza*. «Revista de Guimarães». 96, 151-180.

REIS, Henrique Duarte e Sousa (1984). *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. I.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1985). *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento, 2 vols.

TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco (2011). *O abastecimento de água à cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII. Aquedutos, fontes e chafarizes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado, 2 vols.

TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco (2018). *Equipamentos de abastecimento de água na cidade do Porto: alguns exemplos de mananciais, fontes e chafarizes*. In *História da Arquitetura: perspetivas temáticas*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 243-262.

TEIXEIRA, Alfredo (2022). *Fonte do século XVII encontrada nas escavações para o metro remontada na Praça da Galiza*. «Jornal de Notícias». (6 jul. 2022). [Consult. 23 out. 2023]. Disponível em <https://www.jn.pt/pais/noticias/porto/porto/fonte-do-seculo-xvii-encontrada-nas-escavacoes-para-o-metro-remontada-na-praca-da-galiza-14998253.html/>.

VITORINO, Pedro (1930-1931). *A fonte das Congostas*. 2 partes. «O Tripeiro». Série VI. Vol. VII, 98-99; 102-103.

A RUA DAS FLORES (1521 – SANTA CATARINA DAS FLORES NO SÉCULO XVI) E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA (1518/1899). O INÍCIO DA REQUALIFICAÇÃO MODERNA DO PORTO

ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO*

Resumo: *O Porto para além da estrutura medieval tinha, e tem, uma topografia difícil e acidentada. A verdadeira revolução urbana havia de ter início no século XVI com a abertura da rua das Flores e da construção do mosteiro de Avé Maria. É então que se dá início ao planeamento com a intenção do bem colectivo.*

A área escolhida, próxima da Sé, mas em cota desnivelada, foi a que restava utilizada ainda para fins agrícolas. Há muito que se procurava extinguir estas práticas dentro da muralha, para o total aproveitamento do espaço urbano. Deste modo foi possível a implementação de um novo conceito de planeamento. O traçado da nova rua, de Santa Catarina das Flores, fez-se segundo os parâmetros renascentistas: recta, larga, calcetada e com um regimento fixo na construção das habitações. Para além disso preencheu a necessidade de ligar a zona baixa, comercial e mercantil, com a saída terrestre, para norte. As praças que lhe ficaram adjacentes, igualmente princípios teorizados, foram do mesmo modo elementos fundamentais para expansão urbana.

Foram companheiros de jornada durante três séculos, a rua das Flores e o mosteiro de Avé Maria. Ambos cresceram geradores de importância social e económica. Mas no século XIX a pressão urbanística que os vira nascer, condenou um à extinção, o mosteiro, devido à mudança do ideário político e voltou as costas à rua das Flores quando o centro nevrálgico do Porto se mudou para a praça da Câmara, fora da muralha, entretanto derrubada. A rua não morreu, estagnou durante décadas, num pequeno e obscuro comércio, renascendo das cinzas, no século XXI, acompanhando uma nova revolução das ideias.

Palavras-chave: *Rua; Mosteiro; Urbanismo.*

Abstract: *Porto on top of a medieval structure had, and has, a difficult and bumpy topography. The unevenness, along with the medieval conception hindered the economic expansion. The real urban planning will only be initiated with the Flores Street opening and the Avé Maria monastery construction, in the 16th century.*

The chosen area, near the cathedral but on an uneven quota, was the remaining from the one used for agriculture. Long was the wish of extinguishing these practices, within the city walls, for a total urbanistic space usage. With the planning finished a new artery emerged, according to the renaissance parameters: straight, wide, cobbled and a fixed regiment in terms of house construction.

For three centuries, the Flores Street and Avé Maria monastery, walked side by side. Taking advantage of each other´s proximity both grew, sparking a socio-economic center of great importance. In the 19th century the urbanistic pressure that saw the birth of both condemned one to extinction, the monastery, due to a change of political ideas and turned its back on the other, when the city interest center moved to the Chamber square, outside the wall. The street did not die, stagnated during decades, in a small and obscure commerce, rising from the ashes, in the 21st century, alongside a new revolution of ideas.

Keywords: *Street; Monastery; Urbanism.*

* Email: pinhofirst@gmail.com. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

1. O LOCAL DO MOSTEIRO E DA RUA NA MALHA URBANA

O local da edificação do mosteiro é aquele que hoje ocupa a estação de S. Bento. O perímetro abrangia uma área um pouco mais extensa para poente, sensivelmente até meio da actual Praça de Almeida Garrett, outrora o largo das Freiras de S. Bento. Para leste o penhasco de Cimo de Vila, sob o qual foi aberto o túnel por onde segue a linha para Campanhã, limitava as aspirações de expansão, assim como a norte, a muralha por onde, na face externa, corria a rua da Madeira. A sul e a poente os espaços públicos eram igualmente obstáculos intransponíveis. As confrontações da estação de S. Bento são exactamente as mesmas com excepção da muralha, desaparecida no século XVIII. A rua das Flores permanece onde nasceu, naquela época aos pés do mosteiro, hoje da estação ferroviária que herdou parte do seu nome. Sofreu poucas alterações estruturais. Apenas a fisionomia terá mudado ao longo dos séculos.

Em 1518 iniciou-se do lado interior da muralha e praticamente adossada a ela o mosteiro feminino beneditino de S. Bento ou da Encarnação. Entre a muralha e a testeira norte da construção, praticamente enterrada devido ao desnível para sul, ficou um estreito corredor de circulação, a partir do leste, da cerca, permitindo cargas e descargas. Este espaço vazio protegia ainda a vida monacal de vistas indesejadas. Adjacente a esta servidão, vedada por um portão, ficava uma das mais importantes portas da muralha da cidade, a Porta de Carros, deslocada alguns metros para poente a fim de permitir encaixar o cenóbio.

Na referida Porta de Carros começava, intramuros, um dos acessos à cidade, partilhado com o rio de Vila que corria a céu aberto alagando a área circundante. Foi necessário por isso fechar este córrego, encanando o curso de água. O caudal, agora regularizado, continuou a alimentar, com a sua força motriz, as incipientes indústrias situadas no declive do que é actualmente a rua de Mouzinho da Silveira, então as traseiras da rua das Flores. A partir da porta de Carros a via descia de norte para sul, alargando-se para poente defronte do mosteiro de Avé Maria, formando um amplo terreiro, enviesado, devido à topografia da cerca dos Padres Lóios. Estreitava depois, curvando para ocidente, dando origem ao primeiro troço da nóvel rua das Flores que se chamou a rua dos Canos por ser o trajecto das canalizações que levavam, daqui, a água para os conventos mendicantes de S. Francisco e S. Domingos construídos numa cota muito mais baixa, beneficiando da gravidade para poderem ser abastecidos.

Este local seria então, praticamente, a última parcela livre dentro da muralha, mantendo-se desaproveitada e não rentabilizada enquanto chão urbano. Agora que a noção de cidade mudava, não havia lugar a áreas agrícolas dentro dela. O projecto da rua das Flores trouxe uma perspectiva totalmente nova a este espaço, atribuindo-lhe o valor de marco da modernidade renascentista por excelência. Este pólo criou as condições para, não só, desenvolver a massa económica da cidade, deslocando-a da zona ribeirinha, como lhe deu uma nova roupagem social. O próximo passo

revolucionário seria dado no século XVIII com o derrube da muralha que espartilhou, durante séculos, a Invicta.

2. O MOSTEIRO DE S. BENTO DE AVÉ MARIA OU DA ENCARNAÇÃO DO PORTO

A sua construção veio no seguimento da política reformadora de D. Manuel I. Se em termos arquitectónicos o período parece aparentemente estagnado pela prossecução no gótico, chamado entre nós de Manuelino, todo o ideário subjacente à acção deste monarca demonstra uma clara modernidade. Não é por isso verdade que a linha de desenvolvimento cultural, vinda do reinado anterior, tenha sofrido abrupto corte. D. João II gorvernara o reino com mão de ferro na sequência da desagregação do poder durante o reinado de D. Afonso V, seu pai. No entanto, a par ou na sequência dessa centralização procurou atrair o que de melhor se inovava na Europa, sobretudo da Itália. D. Manuel contactou então e naturalmente com as correntes artísticas italianizantes e seus intervenientes que íam circulando no reino, apadrinhadas por seu cunhado e rei D. João II. Mantendo-se igualmente centralizador apostou mais no sentido da modernização administrativa e da reorganização do reino. São disso exemplo a reforma dos forais e as *Ordenações Manuelinas*. A redacção do formulário foraleiro passou a ser uma sucessão de direitos, obrigações e regulamentos que substituíram, de forma objectiva e eficaz, o conceito medieval de normas avulsas. Nas *Ordenações* compilam-se directivas de comportamento social e público, assim como enquadramentos jurídicos para o planeamento urbano.

Em 1517 o Porto recebeu o Foral Novo e agora preparava-se para, observando princípios contidos nas *Ordenações*, gerar uma nova perspectiva urbanística. A rua das Flores condensou em si pensamentos e práticas renascentistas. Também o mosteiro seria disso exemplo, já que a sua existência derivava de uma outra necessidade há muito sentida: a reforma das comunidades religiosas que, em deterioração moral e material, resvalavam a caminho da anarquia e do total descontrolo. Como corolário deste plano reformador a todos os níveis, os executores dele foram homens de largo rasgo, todos de alguma forma ligados ao renascimento.

Para que a rua das Flores abrisse em 1521, ano do falecimento de D. Manuel, já a sua construção estaria em marcha quando se lança a primeira pedra do mosteiro em 1518. De resto, muita da terra dali retirada para rasgar a larga artéria, a partir de uma simples serventia, assim como a das fundações das respectivas habitações terá sido oportunamente aplicada para regularizar o terreno onde se levantou a igreja do mosteiro. Esta área situada do lado sul do perímetro do cenóbio tinha e ainda tem um acentuado desnível nos sentidos sul e poente. O pendente de ambos afunda-se para a rua das flores. Foi necessário criar uma plataforma regular encaixada no penhasco de Cimo de Vila, actualmente a Praça da Batalha, que tinha e continua a ter uma

cota muito acima do local da construção do mosteiro e agora da estação ferroviária, ficando mesmo assim elevado relativamente à rua das Flores.

Escolhido o local, a direcção e a execução da obra foram entregues a João Lopes o Velho. Na prossecução do pensamento renascentista a escolha revelou-se consentânea. Pertencente a uma família de grandes mestres, com provas dadas em inúmeras obras por todo o norte, de parceria com outros importantes nomes do talhe da pedra, como os irmãos Castilho. João Lopes era versado nas várias fases do gótico e iniciara-se já num hibridismo com o proto-renascimento (Sé de Lamego). Não podemos esquecer que se viviam tempos de experimentação estilística devido às influências que o país vinha sofrendo numa pujança económica. Talvez por isso o manuelino prosperou larga e longamente, abafando quaisquer tentativas de consolidação renascentista tornada fugaz, pouco evidente por entre a exuberância do gótico flamejante tornado naturalismo manuelino.

A fisionomia do mosteiro de Avé Maria chegou-nos pela escrita e não por qualquer tipo de risco ou esquisso. O caderno de encargos, pouco minucioso, proporciona mesmo assim indicadores capazes de consubstanciar uma forma, ainda que sintética. Toda a construção seria executada na pedra da região e da melhor (seria a das pedreiras de Azurara – Vila do Conde), segundo o *Livro da Fundação do Mosteiro*[1].Temos então a noção de uma massa pesada e sólida a ocupar um quadrilátero voltado a poente, rodeado de um imponente e desafiador muro de alguns metros de altura e outros tantos de espessura. Um robusto românico. No entanto, o mosteiro em si não se aninhou por detrás daquela protecção pétrea. Desenvolveu-se em altura, talvez pela necessidade de espaço que não tinha, ou, porque a conceptualização do gótico estaria subjacente, elevando-o para as alturas em busca da luz. Na realidade as frestas românicas não tiveram aqui lugar, substituídas por janelas rasgadas em número razoável, colocadas a níveis onde serviam somente para a iluminação natural.

A espacialidade era toda funcional. Desde os primórdios o mosteiro teve todos os cómodos, não necessitando ao longo dos tempos de fazer obras nesse sentido ou adaptações, como sucedeu noutros cenóbios. Desde os básicos dedicados ao quotidiano como cozinha, refeitório, dormitórios (chegou a ter cinco, sobrelevando a construção a alturas incomuns), passando pelas áreas habituais destinadas ao serviço do culto ou aperfeiçoamento espiritual: igreja com dois coros sobrepostos (inovação no século XVI) sacristias (a de dentro e a de fora) e casa capitular expressamente construída (que poucos teriam já). O mosteiro tinha casa do lavor, identificada como tal, enfermaria, botica e necessárias nos dois pisos. Além destas dependências havia outras destinadas à arrecadação de provisões, lenha, casa do despacho, padaria e

[1] ADP. *Fundo Monástico. Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto. Livro da Fundação do Mosteiro de S. Bento de Ave-Maria,* fol. 152; PINHO, 2000: I, 84.

adega. Em algum tempo teve instalações para refinar açúcar. Não nos chegou informação se disso fariam negócio. Das fundamentais, em todos os institutos religiosos, tinha uma portaria com acomodações para a irmã porteira e um claustro totalmente fechado. Um outro foi iniciado do lado da cerca, ficando em aberto. No decorrer dos séculos acabou vedado pelas sucessivas construções que se foram amontoando, transformando, nos últimos anos, o mosteiro num condomínio fechado.

Nada terá mudado substancialmente. A localização das diversas dependências manteve-se porque eram as canónicas e canonicamente situadas. Apenas foram mudando de fisionomia, dependendo dos gostos e modas decorativas.

O claustro era um quadrado, tendo em cada uma das engras um arco botante com a respectiva gárgula para escoamento das águas pluviais. Em cada face dois pisos sobrepostos com dez arcos cada. Todos assentavam em colunas de fuste prismático com capitéis e embasamentos de lavor vegetalista. As colunas do piso térreo apoiavam-se num pequeno murete (que já se não usava nas construções a sul do país). Entre as do piso sobrelevado painéis de alvenaria compunham varandas. O soalho do primeiro andar que servia de forro ao rez-do-chão era de simples madeiramento. O lavrado do granito era grosseiro sem a leveza do calcário. Duas escadarias colocadas nas extremidades de uma das diagonais serviam de forma funcional o coro de cima e os dormitórios mais afastados. Pensamos que as paredes do piso inferior do claustro poderão ter tido revestimento cerâmico. Uma imagem de finais do século XIX regista um fragmento de tapete azulejar, em torno de uma porta ogival que dava acesso do claustro poente ao ante- coro térreo. A imagem é muito pouco esclarecedora, mas pelo feitio do desenho pode ter pertencido ao período em questão. No centro, uma fonte de que não há notícia. A que lá foi resgatada aquando da demolição pertence aos princípios do século XVIII[2]. Nos primórdios o mosteiro lutou com falta de água, apesar da abundância dela no local. No entanto, a existente pertencia aos mendicantes que ali tinham nascentes privativas, ou estava poluída pelas actividades profissionais que se exerciam perto e usavam as águas correntes para o lançamento de todo o tipo de dejectos além dos domésticos. Logo no primeiro quarto de Seiscentos a roupagem do claustro actualizou-se, substituindo-se colunas por pilares, como aconteceu noutras casas monásticas. Os vãos diminuíram de dez para nove pelo maior volume ocupado e os do piso superior deixaram de ser de volta inteira, ficando abatidos. Esta circunstância, a única a referenciar na obra, terá sido causada pela altura insuficiente do pé direito do claustro. A construção do arco abatido requer menor distância que o raio de um arco de volta perfeita. Parece ter sido, esta, a única modificação conhecida durante a vida do mosteiro.

[2] PINHO, 2004: 348.

Em 1528 a igreja ainda não estava concluída e muito atrasada. A rua das Flores recebia calcetamento, sucessivamente retardado, ao ponto de terem de ser os proprietários a encarregarem-se das obras defronte das suas moradias[3].

Talvez o atraso na conclusão do templo se tivesse devido à mudança na direcção das obras. É aqui que reside o maior problema de reconstituição do aspecto que teria tido. Naquela data Diogo de Castilho encarrega-se da obra como arquitecto régio. O monarca era D. João III e apesar dos constantes gastos com os Jerónimos nomeou para o Porto um dos maiores artistas do reino, com o conhecimento da gramática renascentista que aprendera no melhor centro do país, Coimbra. Castilho poderá ter modificado totalmente o projecto inicial traçado por D. Manuel e que João Lopes iria realizar: cobertura de madeira de asnaria com ou sem olivel. Apesar das alterações nos séculos subsequentes, a estrutura do telhado foi sempre em madeira. Talvez o espaço assim o obrigasse. Não recebeu por isso qualquer tipo de cobertura de ogivas por mais simples que fosse. A cabeceira totalmente românica: pequena, diferenciada da nave em altura e com uma simples fresta a leste por onde entrava a luz da manhã. Este apontamento indica inclusivamente a ausência de um retábulo. O espaço disponível, sobrelevado relativamente à nave, era ocupado pelo altar mór, uma pedra rectangular rematada com um qualquer relevo. Entre os espaços sacros um elevado arco cruzeiro, em pedra, de volta inteira e lavrado, talvez ostentando as armas régias. Um luxo adornava o pequeno templo: um par de órgãos trazidos de um dos mosteiros extintos. Mas é o portal que mais dúvidas deixa. Castilho trabalhara no mosteiro de Monchique, no Porto, e embora não tenhamos qualquer registo da sua obra lá, podemos avaliar o seu génio por outros locais conhecidos. Terá sido este portal da igreja de Avé Maria um hibridismo para agradar a gregos e troianos, ou o seu nervo de artista terá executado obra de sua inteira responsabilidade?

Outra inovação teve este cenóbio: uma hospedaria. Alguns anos após o povoamento do mosteiro (1547)[4], a comunidade requeria à Câmara autorização para erguer uma casa, defronte do mosteiro, para ali acomodar os seus capelães, visitas e sobretudo instalar, provisoriamente, as candidatas à clausura.

Em Seiscentos a igreja tomou o aspecto das demais do seu tempo; paredes revestidas de tapete de azulejo com alguns painéis historiados (pelo menos um na cabeceira) e o forro, de duas águas, recebeu 3 ou 5 fiadas de caixotões lavrados e pintados com iconografia mariana e o arco cruzeiro feito de novo. Não sabemos como seria, apenas que ficou mais largo porque toda a empena norte da igreja recuou para dentro da clausura à custa das celas ali adossadas. Os coros permaneceram sobrepostos, agora decorados ao estilo Barroco. A remodelação arrastou-se por todo o século XVII,

[3] AFONSO, 2000: 93.

[4] ADP. *Fundo Monástico. Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto. Livro da Fundação do Mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fol. 342-343; PINHO, 2000: I, 123.

incluindo a face exterior do lado sul para onde foi deslocado um dos órgãos, colocado sobre o portal. Esta modificação arquitectónica foi estrutural, implicando a utilização de alvenaria e telha. A capela mór feita de novo recebeu uma estrutura retabular de estilo nacional executada por Filipe Silva no dealbar de Setecentos (1707)[5].

Ainda esta obra não estaria consolidada e de novo a igreja entra em alterações significativas. As vicissitudes da vida dos humanos e das instituições traçam destinos inesperados. Em finais de Setecentos um incêndio começado próximo da cabeceira, no lado norte, reduziu tudo a cinzas, incluindo o retábulo setecentista que servira de modelo para outros, noutras igrejas, assim como toda a talha, cadeirais e revestimentos cerâmicos. As paredes terão ficado de pé, sendo incorporadas, depois, na nova construção. Deste modo estabeleceram-se corredores de circulação entre as paredes antigas e as novas. A fachada exterior, de estilo rococó, perfilou-se num ritmo regular e simétrico na distribuição das aberturas. O portal, cópia em granito do novo retábulo mór, ficou assim evidenciado e em destaque. O extravagante das suas formas curvas, desenhando variações de claro e escuro contrastava, elegantemente, com a serenidade dos panos parietais laterais, idênticos e caiados, cortados por janelas a lembrar uma sucessão de espelhos emoldurados. O interior era palaciano. Grinaldas de fino talhe estendiam-se pelas paredes ou desciam pelas pilastras numa sinfonia de dourados e lacados. O coro superior era um misto de frisos e medalhões de sabor clássico convivendo com ovais e pintura ilusionista. A profusão decorativa era de tal forma que o cadeiral de madeira exótica não tinha espaldas para permitir abarcar todo o espectáculo. Apenas o lugar abacial tinha um encosto subido, incómodo devido à curvatura e como um trono ostentava uma espécie de baldaquino. É curioso notar que quando no século XVI se construiu gótico num tempo de renascimento, agora aplica-se o rococó num tempo de neoclássico.

Dos elementos mais notáveis do mosteiro de Avé Maria e aqueles que ainda hoje o recordam nos registos fotográficos do século XIX, um era a igreja e o outro a portaria. O primeiro fruto de um acontecimento fortuito, mas habitual, nas instituições religiosas, devido ao elevado número de velas permanentemente acesas, o outro, da necessidade de exibir poder. A competição entre as comunidades monásticas foi sempre uma constante. No Antigo Regime as comunidades religiosas promoviam-se no sentido de atrair candidatas, fortalecendo deste modo a sua posição. Pretendiam, no entanto, que elas fossem dos melhores estratos sociofinanceiros. A importância demonstrava-se com maiores e melhores obras executadas por mestres reputados. No século XVIII, o século de ouro e do ouro houve uma crescente afluência às instituições religiosas acompanhada de grande capacidade económica social. Estes factores robusteceram as finanças dos mosteiros, permitindo altos voos arquitectónicos e decorativos.

[5] FERREIRA-ALVES, 1989: 446; PINHO, 2000: II, 153.

A portaria, o outro elemento, que melhor descreveu o mosteiro de Avé Maria era constituído por dois corpos em ângulo recto (como se passara a fazer então) de alturas diferentes e de concepção arquitectónica completamente diversa. Este facto levou a que durante muito tempo fossem considerados de fábricas diferentes. No entanto e apesar disso formam, de forma subtil, um conjunto coerente pelo enquadramento decorativo envolvente. A fachada voltada a poente tinha a marca setecentista da arquitectura quase militar. Longos panos estucados em contraste com travejamentos pétreos rematados por frisos e cornijas. Janelas, em ritmos regulares, emolduradas de lintéis e padieiras lavrados a destacar-se na alvura das paredes. No centro da fachada um nicho com uma composição escultórica de grandes dimensões em vulto redondo, representando a invocação do mosteiro: a Encarnação[6]. De autor até agora desconhecido era lavrada em pedra d'ançã.

A fachada voltada a sul, a segunda portaria, tinha uma estrutura de traçado aparentemente anterior e de inspiração flamenga num conjunto intrigante. A explicação estaria numa casa da rua Chã, ali muito próxima, que por qualquer razão serviu de modelo.

3. A RUA DE SANTA CATARINA DAS FLORES

A rua das Flores, parceira de jornada deste mosteiro, proporcionou além da companhia física, razões para que a simbiose entre ambos fosse profícua. Se o mosteiro deu à rua importância acrescida pela posição social que assumiu na cidade, dela retirou dividendos em termos materiais no sentido literal do termo. Muitos dos artistas, artesãos e doadores eram oriundos da nóvel estirpe burguesa instalada na rua das Flores ou que ali se foram instalando à medida que a rua se revestia de importância económica e consequente poder social.

Nascida com um cunho de modernidade na totalidade da sua concepção; direita, arejada, sem obstáculos físicos que impedissem a ampla circulação, calcetada, com casas de alvenaria de construção e área regulamentadas. Tornou-se a interface entre a zona baixa e ribeirinha onde tudo acontecia e o mundo que se abria para norte, para fora dos muros da urbe.

O mosteiro robusto e pesado na sua construção granítica, fisionomicamente retrógrado, preso ainda a estruturas medievais, trazia, no entanto, uma mentalidade renascentista no seu ideário, traduzida em conceitos arquitectónicos de última geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comemora-se no presente ano de 2021 os quinhentos anos da abertura da rua das Flores, no Porto. A importância que este aniversário confere tem a ver com o momento

[6] PINHO, 2004: 345.

de viragem urbanística que a cidade sofreu. No ano de 1521 quando a rua de Santa Catarina das Flores foi rasgada iniciou-se a modernidade na administração urbana. Depois, no século XVIII, já com a muralha parcialmente derrubada, foram-se concretizando outros projectos no mesmo sentido do serviço público.

A rua, hoje conhecida simplesmente como a das Flores, remeteu-se ao esquecimento durante décadas, depois de nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII ter sido o centro nevrálgico da cidade do Porto. A zona onde está inserida, na parte velha da cidade, perdeu importância pelos novos pólos culturais e sociais que, entretanto, se foram abrindo e estendendo para norte e poente, com rasgadas ruas e avenidas bordejadas de edifícios de concepção moderna e estilos eclécticos.

Naquele século XVI, quando Portugal brilhava no firmamento internacional, foi o centro de toda a vida urbana. O Porto debatia-se ainda com as dificuldades inerentes a uma comunidade medieval, apertada e já sem condições de habitabilidade. Na partilha do espaço urbano incluíam-se também áreas de armazenamento e administração pública, para além das já referidas instituições religiosas que retinham grande parte do solo útil. A morfologia e a geologia completavam as dificuldades.

A abertura da rua das Flores foi, não só, um eixo viário de importância vital, interno e externo, mas o primeiro assente em princípios de utilidade pública. Também a arquitectura civil, sem concessões construtivas a privados, conferiu-lhe a linha identitária que ainda hoje a caracteriza. Inicialmente habitada por mercadores e artífices, gente endinheirada, com posses para obedecer às novas directivas foi sendo pretendida por letrados, juristas e clérigos, que a par dos grandes mercadores, enobrecidos, formaram como que uma corte burguesa. A existência do mosteiro de Avé Maria contribuiu e beneficiou desta proximidade. Por outro lado, toda a área envolvente acabou igualmente afectada. A praça de S. Domingos, centro comercial e cívico, no extremo poente da rua das Flores, mercê das numerosas acessibilidades entretanto abertas, tornou-se o ponto de distribuição do tráfego que se escoava pela nova artéria, no sentido leste/norte. Precisamente esta extremidade leste abria-se, agora, num imenso rossio onde se implantara o mosteiro beneditino de Avé Maria. A feira ou mercado diário que ali se passou a fazer acrescentou valor para além da importância que o espaço adquirira.

Também para esta artéria, tornada vital, se transferiu a Misericórdia (1559) que já detinha a jurisdição do hospital Rocamador (1521) localizado nas imediações. Às oficinas de artífices sucederam armazéns sobradados das respectivas residências, onde se instalara a nata da sociedade. Depois vieram os ourives, douradores e afins paredes meias com o mosteiro de Santo Elói, padroeiro daquela corporação. Assistindo a toda esta metamorfose o pequeno mosteiro de Avé Maria, edificado sob o mesmo princípio inovador de distribuição de espaços e equipamentos foi progredindo no mesmo sentido material e social, transformando-se no século XVIII num formidável edifício, parceiro em grandeza e qualidade com a rua das Flores. Ambos presidiram durante séculos a

procissões (uma das mais importante a do Corpo de Deus), festas profanas, funerais de dignitários e homenagens a entidades nacionais e estrangeiras. Todos os acontecimentos religiosos e civis tiveram como cenário a rua das Flores e o mosteiro de Avé Maria.

Os tempos avançam, mudam-se as ideias e as vontades. Muito fica para trás destruído ou esquecido. O cenóbio pereceu por falta de utilidade na nova Ordem e a rua das Flores permaneceu, por necessidades viárias, à espera de nova oportunidade que chegou, agora, quando faz cinco séculos de existência. Escondida sob um manto de cicatrizes e abandono resistiu com a sua identidade praticamente incólume.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Fundo Monástico. Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*. PT/ADPRT/MON/CVSBVTR.
ADP. *Notariais*. PO3, 2.ª série: 16, fol. 20v, 27v.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP. *Vistorias, plantas de casas, expropriações, material cartográfico*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *AHMF, Fundo dos Mosteiros extintos, mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*, cxs: 2033 a 2039.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

BPMP. *Mns.* 1232, 1272, 1295, 1322.

Fontes Impressas

COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da (1945). *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*. 2.ª ed. Porto: Livraria Progredior.

TOMÁS, Frei Leão de São (1651). *Do Mosteiro de São Bento do Porto*. Coimbra: Benedictina Lusitana, tomo II, parte VI.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A rua das Flores no século XVI*. Porto: FAUP.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (1989). *Filipe Silva, Dicionário da Arte Barroca*. Lisboa: Presença.

OLIVEIRA, José Pereira de (1973). *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: [s.n.], 2 vols.

PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2000). *O Mosteiro de S. Bento de Avé Maria do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2004). *Domingos Pires mestre de obras no Mosteiro de S. Bento de Avé Maria do Porto*. «Revista da Faculdade de Letras – DCTP». Vol. III, 339-359.

RAMOS, Luis A. de Oliveira, *dir.* (1994). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

FACHADA URBANA, LOGRADOURO RURAL: A DUPLICIDADE DAS HABITAÇÕES DA CIDADE DE VISEU NO SÉCULO XVI

LILIANA ANDRADE DE MATOS E CASTILHO*

Resumo: *A cidade de Viseu no século XVI apresenta, à semelhança de outras urbes portuguesas de génese medieval, um carácter dúplice: urbano à face da rua e rural no interior dos quarteirões.*
As ruas principais e secundárias, de desenvolvimento orgânico, são definidas por um edificado contínuo, maioritariamente de carácter habitacional, organizando-se em torno a eixos definidos pelos principais edifícios religiosos e civis.
No entanto, no interior dos quarteirões encontramos logradouros de proporções generosas dedicados à produção agrícola e pecuária, maioritariamente para autoconsumo, povoados de variadas estruturas de apoio, como palheiros, poços e fornos.
Através da análise dos Livros de Prazos do Cabido de Viseu *é possível perceber que as fachadas dianteiras eram de construção mais cuidada, quer ao nível da traça quer ao nível dos materiais, em comparação com os restantes alçados, o que reforçava igualmente a intencionalidade e a efetivação dessa dupla imagem.*

Palavras-chave: *Habitação; Século XVI; Viseu; Ruas; Logradouros.*

Abstract: *The city of Viseu, in the 16th century and like other Portuguese cities with a medieval origin, has a dual character: urban when facing the street, rural at the inner, secluded, part of the blocks.*
The main and secondary streets, of organic development, are defined by a continuous building fabric, mostly residential, organized around axes defined by the main religious and civil buildings.
However, in the interior of the blocks we can find courtyards of generous proportions dedicated to agricultural and livestock production, mostly for self-consumption, populated with varied support structures, such as haylofts, wells, and ovens.
Through the analysis of the Livros dos Prazos do Cabido de Viseu *it is possible to see that the front facades were more carefully constructed, both in terms of design and materials, in comparison with the remaining elevations, which reinforced the intent and the effectiveness of this double image.*

Keywords: *Dwelling; 16th century; Viseu; Streets; Backyards.*

A cidade de Viseu no século XVI apresenta, à semelhança de outras urbes portuguesas de génese medieval, uma dupla imagem e identidade, urbana à face da rua e rural no interior dos lotes. Do ponto de vista espacial e morfológico consideramos como cidade, para efeitos deste estudo, a delimitação expressa no Numeramento de 1527: o núcleo intramuros e os arrabaldes de Cimo de Vila, da Rigueira e do Arco[1].

* IPV/CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: lcastilho@esev.ipv.pt; Licastilho@sapo.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7724-8002.

[1] CASTILHO, 2009: 17.

No espaço em análise, grande parte da propriedade era pertença do Cabido e gerida através de emprazamentos que, no caso da documentação estudada, *Livros de Prazos do Cabido*, entre 1501 e 1599, existentes no Arquivo Distrital de Viseu, eram sempre de carácter temporário e com a duração de três vidas. Ao foreiro cabia a manutenção da propriedade que poderia ser melhorada e nunca piorada. Qualquer melhoramento que nela fizesse, aumento de pisos, construção de novos edifícios ou consolidação dos existentes, revertia sempre para o detentor da propriedade: «e acabadas as tres vidas o cabido por propria autoridade livremente e sem contradição de pesoa alguma posa tomar pose do dito prazo com todas e qoaisquer benfeitorias de qoalqer qalidade que forem […] sem por ellas dar ou paguar cousa alguã»[2].

A renovação do emprazamento na terceira vida, ou por vezes na segunda para prolongar a permanência do bem na família, apresentava normalmente, como condição, ou justificação, a realização desses melhoramentos, principalmente ao nível da fachada principal. Exemplar disso é o contrato de emprazamento feito de novo em primeira vida a Francisco Álvares, almocreve, e sua mulher, de umas casas na Rua do Arco, em 1550, «as quais elle fizera de sobrado porque dantes eram tereiras e fizera nellas outras benfeitorias […] nos pedia fizessemos novo prazo»[3].

Tratando-se de documentação de gestão de propriedade, os contratos de emprazamento obedeciam a objetivos precisos e invariáveis: exercer o domínio da propriedade, identificar o bem, identificar o detentor do prazo (na primeira vida e nas seguintes) e suas obrigações de manutenção do imóvel, e estipular o pagamento e as datas da sua entrega. Estes dados correspondem a uma espécie de formulário pré-definido, que todos os prazos tinham de preencher, e as restantes informações que os documentos nos fornecem são de algum modo circunstanciais e variam segundo a época e o critério dos vedores que inspecionam a casa, condicionando assim os diversos níveis de análise.

Um dos elementos mais importantes para a aferição do foro a pagar, e por isso presente em todos os documentos analisados, é a dimensão do lote emprazado. Ao nível da largura, o espaço do lote corresponde geralmente ao da casa, procurando rentabilizar o espaço urbano, mais apetecível à face da via de circulação, e contribuindo para o carácter compacto e urbano das ruas da cidade. No entanto, o mesmo não acontece em relação ao comprimento que, projetando-se para o interior do quarteirão, varia em função do tipo de habitação ou da zona onde se insere.

Na área mais central da cidade, Arvoredo, entorno da Praça e zona da antiga Judiaria, os lotes tinham dimensões mais reduzidas, e uma proporção maior de edificação face ao espaço disponível. Nos arrabaldes, o espaço livre era maior, mas isso

[2] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 432/9, fol. 172.
[3] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 425/3, fol. 127v.

não significava um proporcional aumento das dimensões das casas, mas antes lotes de maiores dimensões e mais espaço destinado à produção agrícola.

A leitura da cidade, à face da rua, de carácter urbano e edificação compacta, era assim semelhante em toda a sua extensão, podendo apenas apresentar um maior prolongamento em altura nas zonas centrais já referidas e na Rua Direita, artéria mais importante da cidade, onde a média era de três pisos (piso térreo e dois sobrados) face à média de dois pisos (piso térreo e um sobrado) da restante cidade.

Se em relação à ocupação da área que confronta com a via pública, vamos encontrar uma utilização semelhante do espaço, o mesmo não sucede no que concerne ao miolo dos quarteirões onde as tipologias presentes são profundamente diversas.

No Arvoredo, lote atualmente inexistente que ladeava a igreja da Misericórdia e permitia o acesso da Porta do Soar ao Adro da Sé, as habitações não possuíam quintal e a dimensão média do lote, que aqui correspondia também à área de implantação da habitação, rondava os 41 m^2. Na Praça também nenhuma das habitações analisadas possuía quintal e a implantação média, do lote e da habitação, era de 48,24 m^2, alternando entre os dois e os três pisos.

A inexistência de quintais era verificada igualmente no conjunto de ruas que compunham a antiga judiaria, Rua Nova, Rua da Torre do Relógio, Rua da Triparia e um conjunto de pequenas quelhas que as ligavam entre si e cuja morfologia e localização são difíceis de recuperar. A única exceção encontrada é o emprazamento de uma casa, na rua que vai para a Torre do Relógio, feito a Simão Gomes e sua mulher Maria Cardosa em 1550. Esta habitação com 70,7 m^2 de implantação, desenvolvidos por três pisos (lojas e dois sobrados), possuía um quintal de 28,8 m^2 com uma videira.

Acompanhando o lote em que se insere, a casa tende a ser alongada, projetando em profundidade a reduzida largura da fachada. Em todos os exemplares analisados o comprimento é sempre superior à largura quando a habitação tem apenas uma fachada à face da rua. A largura média da fachada principal é, para a cidade de Viseu, de quatro metros e meio.

No entanto, a proporção entre a largura e o comprimento, ou profundidade, da habitação variava muito. O exemplar mais estreito encontrado é a casa com duas frentes, situada na Praça da cidade, na quina da rua da Triparia que vai para a rua Nova, emprazada em 1564 a Alonso Reinoso, mercador, e em cujo piso térreo se situava a sua botica: «E no primeiro sobrado tem ao longuo da Praça seis varas e meya de comprido e de larguo vara e meia […] tem a sacada vara e meia que esta a largura da parede»[4].

[4] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 427/5, fol. 104v.

Neste caso, a face mais extensa da habitação acompanhava a Praça, rentabilizando a vertente comercial, e a largura reduzida da implantação do imóvel era ampliada nos sobrados pelo avanço de uma sacada de vara e meia.

A análise destes espaços nem sempre é fácil, uma vez que a documentação fornece, na maior parte dos casos, não as dimensões globais da habitação, mas as dimensões de cada uma das suas divisões, tornando difícil a leitura do todo.

A implantação da unidade habitacional numa aglomeração de lotes, pertença de diferentes personalidades jurídicas, contribui também para a dificuldade de análise da informação obtida, nesses casos apenas parcelar. Exemplo disso é o emprazamento feito a António de Lemos, Cavaleiro Fidalgo, de umas casas que partem «pelo pateo com outra metade do dito pateo que é dizimo a Deus e com as casas quintal e pomar do próprio António de Lemos»[5] sendo a propriedade composta ainda por algumas hortas, uma das quais prazo da cidade.

Em média, na cidade de Viseu, a casa abrange uma área de setenta e três metros quadrados, ao nível da ocupação do solo, diminuindo ligeiramente nas áreas mais centrais e aumentando nas periféricas. Essa superfície era, no entanto, aumentada pelo recurso à sobreposição de pisos, uma vez que as casas terreiras à face da rua são praticamente inexistentes, resultando numa área habitacional efetiva duas, três, ou até quatro vezes superior.

O acrescento de um andar superior significava normalmente uma projeção sobre a rua através de sacadas e balcões apoiados em estruturas de madeira fixas à parede do edifício ou em esteios. Quando o imóvel fronteiro era pertença do mesmo proprietário era ainda possível lançar passadiços, muitas vezes transformados em divisões, entre uma habitação e outra.

No século XVI surgem várias tentativas para tornar as ruas mais alinhadas. Em 1502 D. Manuel ordena a demolição de todos os balcões e sacadas de Lisboa[6] e as *Ordenações Manuelinas* reconheciam ao Concelho autoridade para mandar derrubar estes acrescentos, uma vez que os senhorios das casas não se tornavam detentores do ar, possessão do Concelho.

Ao longo do século XVI assistimos, na cidade de Viseu, ao derrube de alguns dos balcões que ligavam duas casas, como por exemplo o de Diogo Mendes, em 1599: «esta casa tinha hum balcam que atravessava a rua e pareceu bem ao Cabido que se tirasse o dito balcam e que se abatese por isso cem reis do foro que pagavam»[7], mas outros sobreviveram até hoje. Em relação às sacadas não há referência a qualquer derrube ou restrição à sua edificação.

---

[5] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 428/6, fol. 119.
[6] CARITA, 1999: 149.
[7] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 346/785, fol. 40.

No século XVI a porta é comummente a única abertura do andar inferior, surgindo, no entanto por vezes a solução de existir uma outra, de acesso direto ao espaço habitacional, quando na loja dianteira é exercida uma atividade profissional. Nas casas nobres é usual a existência de uma porta mais larga, dando para um pátio ou, noutros casos, uma segunda porta de acesso ao quintal ou à estrebaria.

As janelas são reservadas, tal como em todo o país[8], quase exclusivamente, para os pisos superiores e limitadas ao mínimo indispensável, quer para controlar a temperatura, quer por questões de segurança. As janelas existentes no piso térreo eram normalmente designadas por janelas de botica e encontravam-se associadas à exploração comercial do espaço.

Os logradouros, situados usualmente na parte posterior dos lotes, e apresentando por vezes dimensões generosas, eram maioritariamente destinados à produção alimentar e frequentemente ocupados por diversas construções de apoio que retiravam do interior da habitação um sem número de tarefas do quotidiano.

Dentro desta categoria genérica, as denominações quintal, horta, chão, cortinhal e pomar são usadas para designar espaços substancialmente diversos, não tanto pelas suas dimensões ou localização, mas sobretudo pela sua especificidade funcional e produtiva.

Segundo Bluteau, horta é o lugar onde se cria a hortaliça[9], quintal «he na cidade, ou villa hum pedaço de chão, com árvores fructíferas, e cercado de muros, chama-se quintal por servir como de quinta no povoado. […] quintal não he jardim, nem horta, nem pomar»[10], chão é a terra que pisamos[11] e pomar é o «lugar plantado de árvores de fruto»[12].

O termo cortinhal, abundante na documentação, não surge em Bluteau, mas significaria presumivelmente um terreno vedado, atrás da habitação, de maiores dimensões que um quintal.

As diferentes designações surgem inclusive no mesmo documento, como no caso do emprazamento de 1561 feito a Isabel Borges de umas casas com seu cortinhal, chão e pomar, sitos na Rua da Vela[13], reforçando a distinta identidade dos espaços.

Estas áreas eram frequentemente muradas, podendo essa delimitação ser apenas funcional ou apresentar preocupações estéticas. Exemplo do tratamento arquitetónico de que por vezes se revestiam estas demarcações é o emprazamento feito a Antónia de Gouveia, em 1585, de uma casa na Rua da Rigueira que apresenta no muro do

[8] TRINDADE, 2002: 51.
[9] BLUTEAU, 1712-1728: vol. 4, 62.
[10] BLUTEAU, 1712-1728: vol. 7, 66.
[11] BLUTEAU, 1712-1728: vol. 2, 272.
[12] BLUTEAU,1712-1728: vol. 6, 586.
[13] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 345/784, fol. 20.

quintal uma porta e uma janela de cantaria, provavelmente dando para o rossio de Mincoutes, com o qual confrontava[14].

Na documentação compilada os quintais surgem sempre remetidos para a parte posterior do lote, com exceção de dois exemplos. Um situa-se na rua das Olarias e trata-se de um emprazamento feito, em 1542, a Amadis Tavares, meirinho da correição, de umas casas que apresentavam um quintal dianteiro e um quintal traseiro: «E tem dous quintais hum que parte pola rua […] e tem outro para tras»[15].

O outro exemplo situa-se na Rua de Gaspar Varela e trata-se de umas casas emprazadas ao Licenciado André Gonçalves Barroso, arcipreste na Sé, em 1578, e que apresentam um quintal dianteiro, através do qual se acede à habitação, e um traseiro[16].

Estes espaços produtivos assumiam uma importância crucial para o habitante da cidade permitindo um complemento da sua alimentação à base de pão e carne, ou de peixe nos sessenta e oito dias do ano em que esta era interdita, com recurso a produtos frescos, e uma importante reserva alimentar em caso de peste ou guerra.

Nas hortas seriam produzidos os legumes que a maior parte da população ingeria regularmente, como couves, favas, lentilhas, grão-de-bico, feijões, brócolos, alfaces, pepinos, rabanetes, cenouras, nabos entre outros[17].

No interior da cidade, em espaços designados por chãos ou quintais, eram também produzidos cereais, nomeadamente trigo, cevada e centeio, e azeite.

A fruta, outro contributo importante para a alimentação da população, quer fosse consumida fresca, quer seca ou em conservas, era igualmente produzida no interior da cidade, quer em espaços mais amplos designados por pomares, quer através de uma ou duas árvores cultivadas em quintais de dimensões mais reduzidas.

Surgem referência às seguintes fruteiras: laranjeiras, limoeiros, limeiras, romeiras, ameixieiras, amoreiras, figueiras, macieiras, videiras (ou parreiras), pereiras, nogueiras, marmeleiros. São ainda frequentes os loureiros e os ciprestes.

Para além das produções já elencadas surgem ainda referências a outras como linhaça e melão.

Essencial à capacidade produtiva destes espaços era a presença de água e vamos encontrar os logradouros mais produtivos em zonas da cidade ricas neste recurso, principalmente na parte baixa da cidade, ou nas proximidades do rio Pavia.

A solução encontrada para o fornecimento de água varia bastante sendo a mais comum a abertura de um poço. Encontramos catorze referências a poços privados na cidade de Viseu no século XVI.

---

[14] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 431/8, fol. 122.
[15] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 424/2, fol. 44v.
[16] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 430/7, fol. 79.
[17] MARQUES, 1981: 11.

Igualmente comum é a existência de fontes no interior das propriedades, não sendo possível perceber muitas vezes se se trata de simples nascentes de água, como no caso do prazo de Álvaro Pais de um chão na rua das Olarias que tem «em cyma hua fonte e poça com que se regua»[18] ou de estruturas mais elaboradas. Surgem referência a seis fontes, no período em análise.

Uma solução mais original é o aproveitamento feito por Joana do Amaral da água que sai da fonte da Rigueira[19] e que atravessa por um rego o seu quintal.

Na rua do Arco situava-se uma zona de hortas, várias delas com prazos do Cabido. Zona particularmente fértil pela proximidade do rio Pavia e de alguns ribeiros seus afluentes, foi furtada à pressão construtiva e vai manter esta sua vocação agrícola até à construção do Mosteiro de Jesus em finais do século XVI, uma vez que várias destas hortas vão ser doadas ao bispo para a construção do referido mosteiro[20].

Os logradouros eram também ocupados por diversas construções de apoio de funções mais ou menos específicas. As referências mais comuns são: aos cortelhos de porcos, às estrebarias, designação que poderia descrever o espaço onde se recolhiam os cavalos, mas também a corte de toda a espécie de gado, e aos palheiros.

Os cortelhos de porcos são normalmente remetidos para zonas mais afastadas da habitação, surgindo apenas um único exemplo em que o cortelho se situa sob o espaço habitacional no emprazamento feito em 1586, a Joana Dias, de umas casas na rua do Arco: «com hum repartimento de cortelha de porcos na primeyra logea»[21].

No que concerne às estrebarias e palheiros, podem surgir isentos e remetidos para o logradouro, ou integrar a casa e ocupar parte do piso térreo, sendo sobrepujadas por áreas residenciais. Exemplar disso é o emprazamento feito a Barbosa de Almeida, em 1567, de umas casas sitas abaixo da pedra de Gonçalvilho, que têm «uma estrebaria pola banda da rua […] tem mais uma adegua […]. Detras destas lógias hum pedaço de logia que serve de palheiro e tem entrada polo quintall»[22].

Os fornos vão surgir com diferentes tipologias, apresentando-se totalmente isentos ou com boca para o interior da habitação.

A existência de adega revelava já uma condição económica e social mais elevada e não são muito frequentes as referências na cidade de Viseu. Normalmente localizava-se no piso térreo, sob o espaço habitacional, mas outras soluções eram igualmente possíveis. Exemplo disso é o emprazamento feito a António do Soural, cónego, de

[18] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 431/8, fol. 87v.
[19] «detrás destas casas esta hum quintal todo cercado de parede polo qual vay hum reguo de agoa que sai da fonte da Rigueira». ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 432/9, fol. 82.
[20] «Todas estas quatro verbas acima deo o ditto Belchior Lourenço ao Bispo Dom Jorge pera se fazer este mosteiro». ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 344/783, fol. 63v.
[21] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 431/8, fol. 2.
[22] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 430/7, fol. 107v.

uma casa na Rua Direita em 1557 «tem mais uma casa terrea no cabo das camaras contra as casas de António Ferrão que se chama adega»[23].

Estas construções surgem na maioria das vezes apenas elencadas e não descritas pelo que não nos é possível saber as suas dimensões ou os materiais em que eram construídas. Exceção é o emprazamento feito a Luísa de Amaral, na Rua das Olarias, em 1586, de umas casas com seu quintal, em que conseguimos apurar que casa tem uma área de 62,4 m^2, o quintal de 59 m^2, a corte de porcos 20,74 m^2 e a estrebaria 25,2 m^2.

Se no caso das construções referidas anteriormente nos é possível perceber, com maior ou menor detalhe, as suas funções, o mesmo já não sucede em relação aos espaços genericamente descritos como pardieiros e que poderiam designar construções em mau estado ou espaços de armazenagem e transformação não especificados.

Nas casas nobres os logradouros eram furtados à sua função produtiva e transformados em zona de lazer, mas nem por isso era quebrada a dupla imagem da cidade: urbanidade à face da rua e «ruralidade» no interior do quarteirão.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu

ADV. *Fundo do Cabido. Prazo*s, liv. 434/11, liv. 435/12, liv. 436/13, liv. 437/14, liv. 438/15, liv. 439/16, liv. 440/17, liv. 441/47, liv. 442/18, liv. 446/703, liv. 443/19, liv. 449/722, liv. 448/708, liv. 447/704, liv. 445/702, liv. 444/700, liv. 452/714, liv. 451/705, liv. 450/701, liv. 453/706, liv. 461/20, liv. 460/718, liv. 459/716, liv. 458/712, liv. 457/71, liv. 456/710, liv. 455/709, liv. 454/707, liv. 463/715, liv. 462/713, liv. 464/717, liv. 465/21, liv. 466/727, liv. 467/22, liv. 468/23, liv. 469/24, liv. 470/25, liv. 471/26, liv. 472/27, liv. 473/28, liv. 474/29, liv. 475/30, liv. 476/31, liv. 477/48, liv. 478/32, liv. 479/49, liv. 480/33, liv. 481/34, liv. 482/35, liv. 483/36, liv. 484/37, liv. 485/38, liv. 486/39, liv. 487/40, liv. 488/41, liv. 489/42, liv. 490/43, liv. 492/68, liv. 491/50.

BIBLIOGRAFIA

BLUTEAU, Rafael (1712-1728). *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 8 vols.

CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e (2009). *Geografia do quotidiano: a cidade de Viseu no século XVI*. Viseu: Projecto Património/Arqueohoje.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1981). *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

TRINDADE, Luísa (2002). *A casa corrente em Coimbra: dos finais da idade média aos inícios da época moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

[23] ADV. *Fundo do Cabido*, liv. 426/4, fol. 3v.

A RUA NOVA DE LISBOA: DA GÉNESE MEDIEVAL AO FINAL INESPERADO

MANUEL FIALHO SILVA*

Resumo: *No Verão de 1294, D. Dinis celebrou um contrato com o concelho de Lisboa para a construção de uma muralha na Ribeira, onde foi imposto como condição fundamental o direito régio à construção de casas junto à estrutura defensiva. Poucos anos depois, um inventário régio registaria quarenta e sete lotes de propriedades urbanas situadas na Rua Nova, ligados entre si, junto à muralha. Quatro séculos e meio depois da construção por D. Dinis do referido conjunto de casas, o terramoto de 1755 levaria à contabilização e medição de boa parte do cadastro de Lisboa. Nessa contabilização, realizada logo após o Terramoto, foram identificados na fachada sul da Rua Nova exactamente quarenta e sete lotes, ou seja, exatamente o mesmo número de lotes erguidos a mando de D. Dinis, no lado interior da muralha da Ribeira, nos finais do século XIII. Isto significa que a Rua Nova de Lisboa, principal artéria da cidade, foi uma criação medieval cuja génese e perenidade serão os temas fulcrais que nos propomos aqui analisar.*

Palavras-chave: *Lisboa; História Medieval; Urbanismo; Rua Nova; D. Dinis.*

Abstract: *In the summer of 1294, King Dinis signed a contract with the municipality of Lisbon for the construction of a wall in Ribeira, where the royal right to build houses next to the defensive structure was imposed as a fundamental condition. A few years later, a royal inventory recorded forty-seven lots of urban properties located on Rua Nova, connected to each other, next to the wall. Four and a half centuries after the construction by King Dinis of the aforementioned houses, the 1755 earthquake led to the accounting and measurement of a large part of Lisbon's cadastre. In this count, carried out shortly after the Earthquake, exactly forty-seven lots were identified on the south facade of Rua Nova, that is, exactly the same number of lots built by King Dinis, at the end from the 13th century. This means that Rua Nova de Lisboa, the city's main artery, was a medieval creation whose genesis and perpetuity will be the central themes that we propose to analyze here.*

Keywords: *Lisbon; Medieval History; Urbanism; Rua Nova; King Dinis.*

O topónimo «Rua Nova» não é uma designação original nem exclusiva de Lisboa. Em algumas outras cidades do reino, como em Coimbra ou no Porto, existiram outras vias com a mesma denominação. Em todos os casos, estas artérias eram de grande importância para a vida urbana das respectivas cidades, constituindo-se como núcleos comerciais da maior relevância, distinguindo-se pelo seu traçado linear e por uma largura superior às ruas mais comuns[1]. Não é conhecido o momento exacto em que a Rua Nova foi aberta em Lisboa. A sua primeira referência documental encontra-se no contrato entre o rei D. Dinis e o concelho da cidade sobre a construção de

* CML-GEO | CH-FLUL. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

[1] TRINDADE, 2013: 592.

uma muralha na Ribeira, realizado em 1294, onde se menciona esta artéria como já existente[2].

Na actual planta de Lisboa, devemos situar a desaparecida artéria medieval num traçado diagonal sobre o quarteirão delimitado pelas ruas do Ouro, Comércio, de S. Julião e dos Fanqueiros. O traçado da Rua Nova percorria o antigo limite ribeirinho do arrabalde ocidental da cidade, espaço privilegiado para a entrada e saída de pessoas e bens, quer por via fluvial, quer por via terrestre, através do caminho que percorria a praia. A existência de uma via marginal que acompanhava a margem ribeirinha, anterior à abertura da Rua Nova, pode ser inferida através da presença de uma ponte cuja posição só se explica com a existência desse caminho. A Ponte da Galonha, cuja função era ultrapassar o caudal de um esteiro, situava-se no extremo ocidental do vale da Baixa, encontrando-se documentalmente atestada entre 1240 e 1448[3]. Perante estas evidências é possível supor que o traçado norte da Rua Nova tenha tido origem não quando a artéria foi aberta, mas num momento anterior, em que, aproximadamente no mesmo local, existiria uma via marginal ao longo do Tejo (Fig. 1). Relativamente ao lado sul da Rua Nova conhecemos melhor a sua génese.

Em 1294, D. Dinis acordou com o concelho da cidade a construção de uma muralha na Ribeira, colocando como condição a apropriação dos espaços contíguos para aí erguer casas para rendimento da Coroa. Esta condição não podia ser menos inocente. O acordo permitiu ao monarca apossar-se de um valioso espaço urbano que até então pertencia ao concelho: a Ribeira de Lisboa. O pretexto da construção da muralha foi o móbil perfeito para que D. Dinis efectuasse uma profunda remodelação urbana na Ribeira de Lisboa, local onde seriam colectadas as mais altas rendas urbanas do reino, durante vários séculos[4]. A restruturação do espaço ribeirinho causada pela construção da muralha e da fachada sul da Rua Nova implicou a criação de um aterro que conquistou novo espaço urbano ao Tejo.

Em 1300, apenas seis anos após o contrato que deu início à construção da muralha, a Coroa possuía quarenta e sete lotes na Rua Nova[5] (Fig. 2). Nas chancelarias dos reinados posteriores multiplicam-se as referências aos aforamentos desses lotes. O elevado número e o alto valor patentes nesses documentos comprovam a relevância que as casas da Rua Nova detinham nos rendimentos da Coroa.

No reinado de D. Dinis, as casas da Coroa situadas na Rua Nova eram aforadas a mercadores, factor que advém da intensa actividade comercial já então existente na cidade. Nesta época, Lisboa era um porto europeu com uma inegável vocação comercial marítima, o que a tornava num local especialmente atractivo para a implantação

[2] *Livro dos Pregos*, 2016: 82.
[3] SILVA, 2012: 18.
[4] GONÇALVES, 1996: 11-60; SILVA, 2017: 310-355.
[5] *Cabido da Sé,* 1954: 352.

das bases comerciais de mercadores de grosso e médio trato, tanto portugueses como estrangeiros. A presença de mercadores não foi, portanto, uma novidade dos finais do século XV, momento em que a documentação atesta a denominação Rua Nova dos Mercadores pela primeira vez[6].

A remodelação da Ribeira efectuada por D. Dinis no final do século XIII marcou a imagem urbana da cidade até ao terramoto de 1755, pois esta fulcral parte da cidade apenas desapareceria com a posterior restruturação urbana do vale da Baixa lisboeta. No dia um de Novembro de 1755, estavam ainda praticamente intactos os lotes desenhados na última década do século XIII, por meio da prática do cordeamento, ou seja, através da demarcação precisa por intermédio de cordas esticadas. Foi possível chegar a esta conclusão comparando o número de lotes existentes no *Livro dos Bens Próprios*[7], um inventário produzido em 1299 ou 1300, com o número de lotes existentes na pintura da Rua Nova realizada no século XVI[8], e analisando a reconstituição concebida por Augusto Vieira da Silva relativa a esses mesmos lotes em 1755[9]. Estas três fontes revelaram precisamente o mesmo número de lotes, facto que demonstra que estes se mantiveram praticamente inalterados durante quatro séculos e meio. Note-se que nos referimos aos lotes e não ao edificado, pois este último sofreu com certeza renovações consideráveis durante este largo período de tempo[10].

A muralha de D. Dinis na Ribeira era rasgada por duas portas que estabeleciam o acesso entre a praia fluvial e a Rua Nova. Augusto Vieira da Silva na sua reconstituição da morfologia deste local, indica os Arcos dos Pregos e o dos Barretes como estruturas que sucederam a duas prováveis portas na muralha original. Consideramos que estas portas devem realmente ter feito parte do plano urbanístico realizado no final do século XIII, dada a perenidade do cadastro desta área, anteriormente demonstrada e também porque foi possível ao olisipógrafo recuperar a história da toponímia destes locais, estabelecendo ligações documentais entre os séculos XIV e XVIII. O posterior Arco dos Pregos seria denominado nas primeiras décadas do século XIV como «Porta da Rua Nova» e posteriormente, desde os meados do século XIV até aos meados da centúria seguinte, como «Porta da Herva». Desde aproximadamente meados do século XV até ao terramoto de 1755, esta porta foi conhecida como Arco dos Pregos, devido ao facto de aí se localizarem vendedores de pregos. Por cima desta entrada existiam, muito possivelmente até 1755, visto que o número de lotes se manteve estável, umas casas registadas na documentação desde 1402. O Arco dos Barretes terá obtido este nome apenas no princípio do século XVI[11].

[6] SILVA, 1987: I, 94.
[7] *Cabido da Sé*, 1954: 333-353.
[8] JORDAN GSCHWEND, LOWE, 2015: 101-119.
[9] SILVA, 1987: 251.
[10] SILVA, 2017: 317-333.
[11] SILVA, 1987: I, 65-69.

Espaço urbano especialmente atraente para mercadores e mesteirais, a Rua Nova foi o principal pólo comercial da cidade desde o final do século XIII. As disputas sobre um lugar na mais importante artéria de Lisboa começaram cedo e prolongaram-se durante toda a idade média. Em 1366, D. Pedro isentou os alfaiates de panos de cor que ocupavam tendas na Rua Nova de se mudarem para a Rua da Madalena conforme lhes tinha sido ordenado pelo rendeiro[12]. No documento que refere esta isenção régia é possível perceber que o concelho da cidade pretendia que estes alfaiates abandonassem as tendas da Rua Nova para se concentrarem em determinado local da freguesia da Madalena. Contudo, o monarca não permitiu que os referidos mesteirais fossem constrangidos a tal mudança, concedendo que estes permanecessem nas tendas da Coroa situadas na Rua Nova. Numa postura concelhia realizada possivelmente no início do século XV, observa-se a proibição de alguns mestres de ofícios possuírem tendas na Rua Nova, nomeadamente, sapateiros, alfagemes e outros mesteirais exceptuando alfaiates, tosadores e jubiteiros «porque ssom mesteres que convem aos mercadores»[13]. Nessa mesma postura é referido que a interdição abrange apenas os locais de trabalho desses mesteirais, e não possíveis casas de habitação que aí tivessem, o que protege as rendas que o concelho e a Coroa aí obtinham. Uma outra postura concelhia, também do século XV, estabelecia as normas para o comércio na via pública, neste caso, na Rua Nova, regulando a largura máxima das bancadas e tabuleiros aí existentes[14]. Algumas actividades estavam excluídas da artéria que aqui estudamos, nomeadamente, era proibido aí reparar toneis e pipas, talhar ferro, fazer salga de pescado e couros, e ainda vender ou revender sardinha, recaindo pesadas coimas sobre os transgressores[15]. A elitização progressiva do espaço urbano da Rua Nova iria culminar na instalação de grades de ferro que delimitaram uma parte da zona oriental da artéria, adjacente à fachada sul, para separar os altos negociantes do povo, realizada no século XVI[16].

A Rua Nova não era apenas um espaço de comércio ou de habitação dos altos funcionários e mercadores, pois aí se desenrolavam outras actividades sociais de relevo para a cidade. Em 1402, D. João I autorizou o concelho a retirar os esteios da Rua Nova para que aí se circulasse mais facilmente e também para que essa artéria pudesse ser utilizada para a realização de justas[17]. As justas eram jogos marciais onde se realizavam combates individuais entre cavaleiros ou peões, usando várias armas. A ocorrência destes jogos marciais na Rua Nova é também confirmada por Fernão Lopes, que nos informa que «era costume quando os Reys vinhão às Cidades, que

[12] *Livro dos Pregos*, 2016: 142.
[13] *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 68.
[14] *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 61.
[15] *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 60.
[16] SILVA, 1987: I, 95.
[17] MARTINS, 2010: 160.

os Mercadores, e Cidadaãos justavão com os da Corte por festa (em aplauso da sua vinda) estando ElRey presente»[18].

Além das justas, a Rua Nova era também palco para a leitura de pregões, possivelmente num local especialmente construído para esse efeito. O *tavolado* estava instalado na Rua Nova, perto do cruzamento com a artéria que seguia para Norte, na direcção do Poço da Fótea. Segundo Augusto Vieira da Silva este *tavolado* seria um «estrado, palanque ou varanda, certamente de madeira, de cima do qual se faziam os pregões públicos sobre leilões, posturas e outros avisos»[19]. Outra importante actividade que ocorria na mais relevante artéria da cidade era a recolha de água no Chafariz de Santa Maria da Oliveira, situado junto à ermida com o mesmo nome, aproximadamente a meio da fachada Norte da Rua Nova, não muito longe da Igreja de S. Julião. Esta fonte pública está atestada documentalmente desde 1339, numa confrontação de casas na Rua Nova[20]. Em 1430, o concelho de Lisboa publicou uma ordenação tentando impedir a lavagem de roupa e de escudelas neste chafariz, o qual continuou em funcionamento até ao terramoto de 1755 momento em que ficou destruído[21].

Relativamente ao edificado que constituía a Rua Nova, é possível afirmar que as duas fachadas, norte e sul, seriam substancialmente diferentes.

A fachada norte integrava edifícios de várias épocas, de diversos tipos construtivos e de tipologias variadas. É possível que alguns edifícios existentes nos finais do século XIII, na fachada norte, tivessem origem num momento anterior à conquista de 1147, e que os seus lotes tenham resistido durante séculos. Os edifícios desta fachada foram sendo erguidos, renovados e reconstruídos ao longo do tempo sem qualquer organização estruturada até à renovação pombalina.

No caso da fachada sul, verificava-se um conjunto de edifícios homogéneos erguidos praticamente num mesmo momento, entre 1294 e 1299, momento em que D. Dinis realizou a construção da muralha e a restruturação da Ribeira. A fachada sul era inicialmente constituída por edifícios com dois pisos que terão sido alteados posteriormente, apresentando três ou quatro pisos em meados do século XVI, tal como se pode observar na pintura da Rua Nova pertencente à *Kelmscott Manor Collection*[22]. Apesar de não conhecermos os edifícios medievais, foi possível apurar as medidas de largura e de comprimento dos lotes: vinte palmos de largura e sessenta de comprimento[23]. Tratavam-se, portanto, de lotes compridos e estreitos, erguidos dessa forma para maximizar a rentabilidade do local, onde se situava o metro quadrado mais valioso do reino. Sessenta palmos de comprimento é igualmente a medida

[18] LOPES, 1966: 123.
[19] SILVA, 1987: I, 110.
[20] MARQUES, RODRIGUES, *eds.*, 1990: 302-303.
[21] *Livro das Posturas Antigas*, 1974: 3.
[22] JORDAN GSCHWEND, LOWE, 2015: 101-119.
[23] Ou seja, treze metros e vinte centímetros de comprimento e quatro metros e quarenta centímetros de largura.

que existia entre a parede da muralha e o limite norte dos lotes da Judiaria Nova, construídos também no mesmo momento. No caso da Judiaria Nova, a existência de uma rua de acesso às casas entre a muralha e os lotes levou a que o comprimento destes fosse menor do que o dos da Rua Nova[24].

Os limites da Rua Nova foram estabelecidos pela olisipografia, com a Rua da Calcetaria, ou seja, a medieval Rua do Morraz, a ocidente, e o Largo do Pelourinho, a oriente[25]. Estes limites estão correctos para o final da Idade Média e também para épocas posteriores, mas merecem a nossa atenção relativamente ao século XIV. No que respeita aos limites ocidentais, a documentação indicia que a Rua Nova se estendia para além na Ponte da Galonha, e que a zona abrangida pelo topónimo Morraz, só se iniciaria pouco depois dessa ponte, tal como se pode observar no inventário dos bens da Coroa realizado entre 1299 e 1300[26]. Relativamente aos limites orientais, o Largo do Pelourinho apresenta um problema relevante, para o qual propomos uma nova solução. A primeira referência documental ao Pelourinho data apenas de 1392, ou seja, quase um século depois de D. Dinis e o concelho terem assinado o acordo de construção da muralha que permitiu a restruturação da fachada sul da Rua Nova[27]. Esta menção muito tardia, aliada a outros factores, leva-nos a crer que o Largo do Pelourinho apenas terá sido aberto no final do século XIV. Antes desse momento, a Rua Nova estendia-se até à Portagem, ou seja, até à Torre da Escrivaninha, tal como está previsto no contrato de 1294[28]. A documentação revela que ocorreu neste local uma urbanização efectuada por Domingos de Gaya entre 1302 e 1305, num terreno situado entre a Torre da Escrivaninha e o Açougue do Pescado, doado pelo rei a este importante mercador para aí construir casas[29]. Por último, importa considerar os dois incêndios ocorridos em 1369 e 1373 que destruíram parte da Rua Nova. O primeiro destes incêndios terá tido início na Rua da Ferraria, alastrando para a Rua Nova, contudo pouco mais se sabe sobre este fogo[30]. Em 1373, durante o cerco de Henrique II de Castela a Lisboa, ocorreu, segundo Fernão Lopes, um incêndio em que «ardeo toda a rua nova, e a freguesia da Madanella, e de Som Giãoo, e toda a judiaria, a melhor parte da cidade; […] E tomarom pera levar por memoria aa hida, quamdo se forom, huumas muj fremosas portas da alfamdega dessa çidade»[31]. Note-se que a Alfândega se situava exactamente a norte do local onde foi aberto o Largo do Pelourinho em finais do século XIV. Deste modo, consideramos que a Rua Nova teve

[24] SILVA, 1987: II, 5-35; SILVA, 2013: 181-193; ROCHA, 2014: 80-87; ROCHA, SILVA, 2016.
[25] SILVA, 1987: I, 92; GONÇALVES, 1996: 65-67.
[26] *Cabido da Sé,* 1954: 352.
[27] MARQUES *et al.*, 2004: l2-fol 69.
[28] *Livro dos Pregos*, 2016: 82.
[29] SILVA, 2017: 341-353.
[30] LOPES, 1989: 104.
[31] LOPES, 1989: 204.

lotes no seu extremo oriental erguidos pelo mercador Domingos de Gaya, que terão sido afectados pelos incêndios de 1369 e 1373, tendo sido posteriormente demolidos para a abertura do Largo do Pelourinho em algum momento entre 1373, a data do último incêndio e 1392, data da primeira referência documental ao Pelourinho.

Apesar de não conhecermos qual o pavimento da Rua Nova em época medieval, tem sido sugerido que a Rua Nova de Lisboa teria sido calcetada durante o reinado de D. Dinis, no entanto não encontrámos qualquer referência documental ou arqueológica que comprove tal facto[32]. Na verdade, apenas é possível considerar sobre o pavimento da artéria que uma rua calcetada dificilmente poderia suportar a realização das justas documentadas no início do século XV[33]. Deste modo, parece-nos mais cauteloso supor que o calcetamento da Rua Nova se tenha iniciado apenas nos finais do século XV, por ordem de D. João II[34]. Numa carta deste monarca, datada de novembro de 1482, encontra-se a primeira referência ao calcetamento da Rua Nova, aparentemente por iniciativa régia. Nesse documento o monarca pede para ser executada de forma pormenorizada uma planta que lhe permita observar a rua com rigor. Infelizmente, esta planta, se realmente foi concebida, desapareceu dos arquivos. Segundo Iria Gonçalves, D. João II terá ficado bem impressionado com a calçada da Rua Nova do Porto, a qual tinha sido aberta por ordem de D. João I, tendo ordenado que a Rua Nova de Lisboa fosse calçada com pedra semelhante[35]. E assim foi, a partir de 1485 a pedra nortenha começou a chegar a Lisboa. Os carregamentos embarcados no Porto com destino à foz do Tejo duraram até 1492. No entanto, devido ao peso dos encargos destas operações, a partir desta data encontrou-se uma outra solução mais económica. A pedra para calçar a Rua Nova de Lisboa passou a vir de mais perto, de alguma pedreira situada entre Abóbada e Rio de Mouro, nos actuais concelhos de Sintra e Cascais, sendo transportada pelos pescadores de Cascais. Quando D. João II morreu em finais de Outubro de 1495 a calçada da Rua Nova ainda não havia sido terminada, tendo-se prolongado as obras até ao avançado ano de 1515, ano em que foi realizado um mandato régio para que se acabasse de calcetar a Rua Nova[36].

Desenhemos agora um rápido panorama da Rua Nova e da sua envolvente nos finais do século XIV, no sentido de compreender melhor a importância estrutural desta artéria para a vida económica e social da época. A oriente situava-se o Largo da Portagem, local de entrada e saída na cidade de todo o tipo de produtos, sendo aí feito o controlo e taxação desses bens. Um pouco a ocidente, os lotes entretanto desaparecidos da Rua Nova deram lugar ao então recente Largo do Pelourinho, local

[32] MARQUES, 1987: 479; GONÇALVES, 1996: 124.
[33] MARTINS, *ed.,* 2010: 160.
[34] GONÇALVES, 1996: 117-137.
[35] AMARAL, DUARTE, 1985.
[36] GONÇALVES, 1996: 125-131.

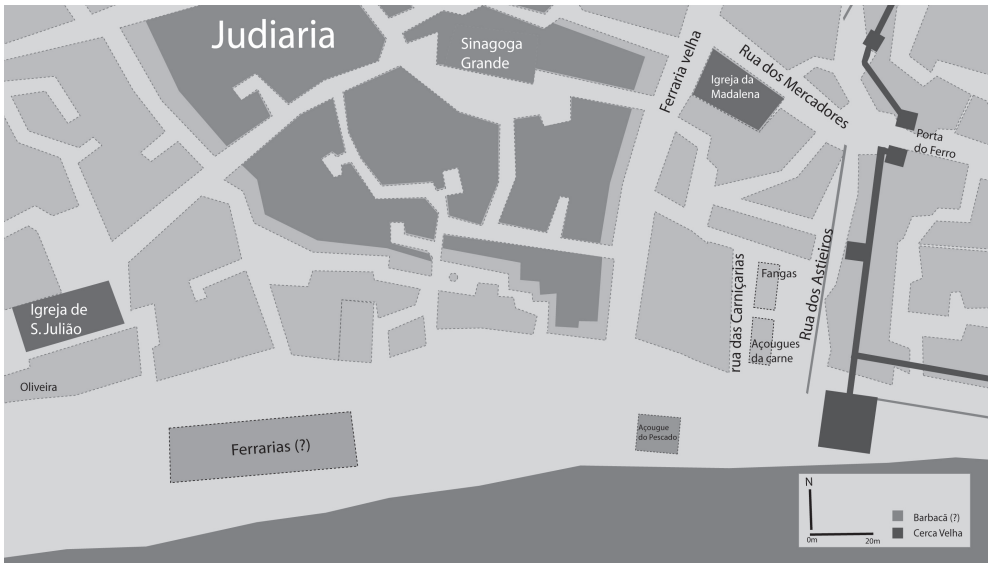


Fig. 1. A Ribeira de Lisboa c. 1260. Fonte: Elaborado pelo autor

de trocas comerciais diárias, tanto nos Açougues do Pescado como junto às portas da Alfândega com as tendeiras, situadas em pequenas tendas nesse local. No cruzamento da Rua da Ferraria com o Largo do Pelourinho encontrava-se a Casa do Haver do Peso, instituição camarária, onde se controlavam os pesos e as medidas praticadas no comércio urbano. Encostados a norte desta casa do concelho, estavam, na fachada sul da Rua Nova, desde o reinado de D. Dinis, os Cambos, local onde os cambistas processavam o câmbio, prática de grande relevância numa cidade onde mercadores de várias proveniências realizavam diariamente transacções comerciais. A norte dos Cambos situava-se a Casa dos Contos, onde se efectuava a administração dos bens da Coroa e onde se resolviam as disputas que diziam respeito a esses bens. A oriente da Casa dos Contos encontrava-se a Alfândega régia, a qual permanece ainda muito pouco conhecida, mas cujas dimensões físicas parecem indiciar uma das mais relevantes estruturas urbanas da cidade. Já na Rua Nova, perto da via que dava acesso à Judiaria Velha, estava o *tavolado*, já aqui referido, e atrás dele, a norte, o Poço da Fótea. Mais a ocidente situava-se, no lado norte da artéria, o Chafariz de Santa Maria da Oliveira também já aqui mencionado. Desde este local, em direcção a ocidente, no lado sul da Rua Nova, as casas dispostas nos compridos e estreitos lotes, entestavam agora com o muro das Tercenas reais, o qual estaria na continuação da muralha da Ribeira.

As Tercenas reais parecem já existir antes da remodelação urbana da Ribeira realizada por D. Dinis no final do século XIII, mas é possível que então tenham sido profundamente remodeladas, pois é desde esse momento que começam a

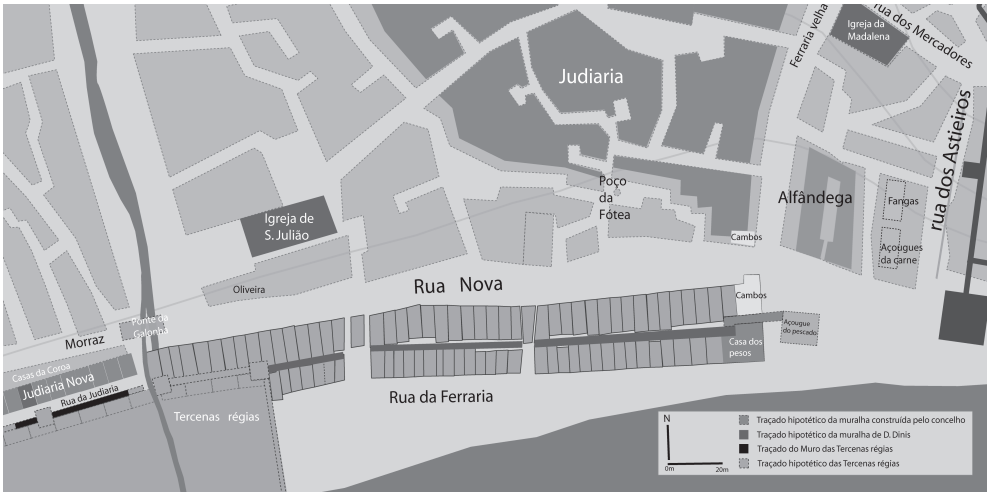


Fig. 2. A Ribeira de Lisboa c. 1300. Fonte: Elaborado pelo autor

surgir repetidamente referências na documentação. A norte das Tercenas situava-se a Judiaria Pequena, separada daquela por uma rua estreita e comprida. A norte da Judiaria Pequena situavam-se as Fangas da Farinha, importante estrutura onde se escoava o pão. No centro de todas estas estruturas urbanas, na chamada Ribeira, posicionava-se a Rua Nova[37].

A Rua Nova de Lisboa, principal eixo de desenvolvimento urbano na Lisboa de finais de duzentos, manteve-se como a mais importante artéria na vida comercial e social da cidade até ao Terramoto de 1755, momento em que terá sofrido uma destruição de monta, mas que não lhe terá colocado um ponto final, pois além de estar descrita no *Tombo da Cidade* realizado após a catástrofe natural, a Rua Nova mantinha-se quase intocada nas várias propostas de remodelação urbana da Baixa, excepto naquela que foi escolhida e realizada. Na verdade, foi a remodelação urbana posterior ao terramoto que realmente fez desaparecer esta artéria, para dar origem à Baixa pombalina.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista*. «Separata da Revista de História». 6.

CABIDO DA SÉ. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

GONÇALVES, Iria (1996). *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia histórica.

JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate (2015). *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing.

[37] SILVA, 2017: 310-355; SILVA, 1987: I, 91-155.

LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

LIVRO DOS PREGOS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

LOPES, Fernão (1966). *Crónica de D. Pedro*. Editado por Giuliano Macchi. Roma: Ateneo.

LOPES, Fernão (1989). *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes regnos*. Editado por Salvador Dias Arnaut. Biblioteca histórica. Porto: Civilização.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (1987). *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 4.

MARQUES, A. H. de Oliveira *et al.*, *eds.* (2004). *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa, *eds.* (1990). *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Miguel Gomes, *ed.* (2010). *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. (Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, 1).

ROCHA, Artur (2014). *Uma Muralha, Vários Percursos*. «Rossio: Estudos de Lisboa». 3, 80-87.

ROCHA, Artur; SILVA, Manuel Fialho (2016). *A Génese da Judiaria Pequena no século XIV*. In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 223-240. (Estudos 15).

SILVA, Augusto Vieira da (1987). *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2 vols.

SILVA, Manuel Fialho (2012). *São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294)*. «Rossio: Estudos de Lisboa». N.º 0, 8-27.

SILVA, Manuel Fialho (2013). *A população judaica da Lisboa de D. Dinis*. In *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 181-93.

SILVA, Manuel Fialho (2017). *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento. [Consult. 1 dez. 2023]. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/29987>.

TRINDADE, Luísa (2013). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RUA DAS FLORES, 150-160. SUCESSÃO TIPOLÓGICA PARA FUNÇÕES PERSISTENTES NO TEMPO, EM SEU EDIFICADO

MANUEL LESSA*

Resumo: *O artigo apresenta um caso de estudo de um lote na margem SE da Rua das Flores, centrando-se nas relações entre: tipologia e desenvolvimento urbanístico; programa, tipologia e readaptação; obsolescência e adaptabilidade da edificação. Foca a persistência das funções de Habitação e Comércio/Serviços, assim como, factores, objectivos e subjectivos, da obsolescência da edificação, face ao conceito variável de Património. A apreciação crítica, em particular à história da ocupação urbana do lote, evidencia a valoração daquelas funções persistentes na vitalidade urbana intemporal da Rua. Daqui se retira, como reflexão final, a importância deste lote edificado para a história e vitalidade da rua, bem como para a evidência de uma íntima interacção arquitectura-urbanismo e valorização do critério tipológico, em intervenções no património. Este caso de estudo serve ainda, entende-se, como exemplo das incertezas e fragilidades envolvidas nas operações de salvaguarda patrimonial.*

Palavras-chave: *Património arquitectónico; Tipologia e desenvolvimento urbanístico; Sucessão edílica; Projecto e obra.*

Abstract: *The paper presents a case study of a plot on the SE side of Rua das Flores, focusing on the relationships between: typology and urban development; program, typology, and re-adaptation; obsolescence and adaptability of the building. It focuses on the persistence of the Housing and Commerce/Services functions, as well as on the objective and subjective factors of building obsolescence, in the face of the variable concept of Heritage. The critical appreciation, in specific to the history of urban occupation of the plot, highlights the valuation of those persistent functions in the timeless urban vitality of the street. From this, as a final reflection, we draw the importance of this building lot for the history and vitality of the street, as well as for the evidence of a close architecture-urbanism interaction and valorization of the typological criterion, in heritage interventions. This case study also serves, it is believed, as an example of the uncertainties and fragilities involved in heritage safeguard operations.*

Keywords: *Architectural heritage; Typology and urban development; Building succession; Project and construction.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo, na área da Arquitectura (concretamente, de remodelação de edificado em centros históricos), é grandemente suscitado pelo actual contexto do turismo

* Arquitecto (licenciado pela ESBAP, 1973). Autor do Projecto de Arquitectura e Coordenação Projectual da Remodelação do «Edifício Papelaria Reis», Rua das Flores, 150-160, Porto. Email: lessa.arq@gmail.com. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

massivo na Cidade do Porto, associado à construção de grande número de hotéis e à «indústria» do Alojamento Local em pleno (pequeno) centro histórico. Entende-se ainda, como oportunidade para evidenciar os factores da perturbação demográfica actual, bem como, as incertezas e equívocos, muitas vezes envolvidos nas remodelações em património, por incompreensão, nos seus agentes, daquilo que está em questão.

Após décadas de terciarização do centro, a habitação começava a reocupar edifícios recuperados, respondendo a uma população jovem, nos primeiros anos do século XXI. Dinâmica interrompida, constatando-se agora a desertificação habitacional e, paradoxalmente, rios de gente em contínua correnteza, fotografando, flanando, alimentando lojas de *recuerdos*, restaurantes e bares, cujas actividades substituíram «adegas», ourivesarias, papelarias, lojas de ferragens e de artigos religiosos, drogarias, alfarrabistas, tornando-os residuais. Não obstante ser condição de vitalidade urbana a mudança, Habitação e Comércio de largo espectro, aqui comprovaram durante séculos a sua, agora ausente, mas imprescindível presença identitária na vida da Cidade.

À vitalidade da rua, está assim implícita a cíclica renovação da edificação existente, logo, sobre o património arquitectónico, já que o centro histórico é, por natureza própria, um lugar para a remodelação (e/ou restauro), muito mais que para construção de raiz. Em qualquer dos casos, na remodelação ou em construção nova em áreas consolidadas, coloca-se o foco na questão tipológica, aspecto muito mais estruturante de uma renovação respeitadora da organicidade da arquitectura (relação interior-exterior) e do tecido urbano (sua escala e ritmos), do que na imitação de «formas gramaticais» de estilos passados ou ostensivamente «contemporâneas», numa distopia de *tabula rasa.*

Como neste caso de estudo o seguinte aspecto foi relevante, trata-se também a questão dos elementos arquitectónicos exteriores, como referentes na identidade do lugar, e do papel do *design* na imagem da fachada, verdadeira interface comunicacional entre espaço privado e espaço público.

Aborda-se, pontualmente, a questão arqueológica, lançando uma discutível pista para investigação especializada sobre a notável casa quinhentista, nomeadamente, quanto à sua autoria.

1. HABITAÇÃO, RUA E CIDADE

Não há cidade sem habitação consistente, isto é, sem predominância de moradores permanentes, forjando no tempo uma relação identitária entre si e com a própria geografia. Sem esgotar nunca a sua potencialidade, a rua é peça elementar e fomentadora da estrutura urbana, articulando-se com a praça, em andamentos a diverso ritmo, numa organização funcional e simbólica hierarquizada[1].

[1] POLLIONIS, MAUFRAS, 1847.

A Rua das Flores, com os seus 9 m de largura, à escala da cidade portuária e das necessidades de 1521, fazia a ligação «direita» de bens e pessoas entre o mar e o *hinterland*, através da cidade intramuros. Fundada a meia-encosta, na pendente a NW do rio da Vila, em um sector de hortas, pomar e de lazer, a Rua de Santa Catarina das Flores teve as suas margens logo ocupadas, por uma elite heterogénea: eclesiásticos, letrados, mercadores, mestres de certos ofícios, também aristocratas, mais tarde. No caso em apreço, houve um *continuum* na função habitar, desde o início até à actualidade, embora reduzindo-se, após 1930, até à completa desocupação entre c.1985 e 1999; na actualidade, a função habitar no edifício é escassa, com 5/6=84% dos seus fogos em regime de «alojamento local»[2].

2. HERDAR E ACTUALIZAR

Ao filiar-se no acto ancestral da construção do abrigo, como um evento pleno de sentido comunitário, a Arquitectura satisfaz uma fundamental necessidade, em continuidade, variando nas formas, estilos, nas técnicas ou materiais, e criando tipologias, cujo valor funcional, carácter e significados vão ao encontro do desejo de bem-estar identitário, actualizado, do conjunto da comunidade[3]. Assim, é disfuncional subverter, do projecto para a obra ou depois, as opções que visam, coerentemente, atingir esse compromisso do arquitecto que herda «um *talento*» de cidade, para o devolver com a mais-valia da actualização necessária, encadeando-se para acções futuras, *mutatis mutandis*.

3. SUCESSÃO EDÍLICA NO LOTE: DOIS EDIFÍCIOS DE RAIZ E DUAS REMODELAÇÕES

A edificação no sítio teve duas intervenções de raiz, separadas por três séculos e meio, e correspondentes a dois desenvolvimentos urbanísticos fundamentais na «Baixa» do Porto, cidade portuária, até à criação do porto de Leixões, já no século XX: a abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, em 1521; a da Rua de Mouzinho da Silveira, em 1875-77 (ver Figs. 1 e 2).

Funcionalmente, a Casa Quinhentista (c.1524), em estilo tardogótico[4] (ver Fig. 3) terá nascido inteiramente para habitação, mas os seus pisos inferiores (r/c e cave, ao nível do quintal), na origem sendo talvez despensa e alojamento de serviçais e escravos, foram depois parcialmente ocupados para outros usos, como atelier fotográfico e livraria, no último quartel do século XIX; o Edifício Oitocentista (1897-98) destinou-se a habitação, nos altos, e a comércio, desde logo, nos baixos; no século XX

[2] Actualmente, apenas na Rua das Flores, estão registadas vinte e cinco unidades de AL, no Portal do Registo Nacional do Alojamento Local (TURISMO DE PORTUGAL, 2023).
[3] FERNANDES, 1999.
[4] PÉREZ, AZEVEDO, RODRIGUES, 1995.



Fig. 1. Ocupação do lote: em 1880, com ampliações várias sobre o quintal primitivo, em desenho da época (à esquerda); e em 1897-98, em Planta de localização do lote do edifício Papelaria Reis, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela CMP (à direita)
Fontes: CMP [s.d.]; LESSA, 2000a, colecção do autor



Fig. 2. Sucessão edílica no lote – alçados (desenho digital): (de baixo para cima) Outº de 1897; 1898; 1930-31; 2006
Fonte: LESSA, 2021a, colecção do autor



Fig. 3
Desenho digital da Casa Quinhentista
Fonte: LESSA, 2021b,
colecção do autor

(1930-31), remodelado para instalação da Papelaria Reis[5], e novamente remodelado no século XXI (1999-2006), com densificação da habitação e comércio/serviços (sem programa), ao nível da rua e em subsolo.

3.1. A Casa Quinhentista fundacional, em estilo tardogótico (c. 1524)

O que sabemos seguramente da configuração da vetusta casa (ver Fig. 3), vem do desenho de Haupt, feito em 19.09.1886[6] e de seis pedras de granito; nada, porém, sobre o interior, pouco sobre a varanda posterior e o quintal ou desde quando houve comércio no piso térreo. Materialmente, pode identificar-se as seis peças: quatro merlões[7], coroando a platibanda; um lintel de janela ornado com motivo vegetalista e capialço[8]; uma placa com São Miguel Arcanjo esculpido em *ronde-bosse*[9].

A fundação da Casa deve-se ao rev.º Martinho do Couto, capelão real; depois herdada e habitada por sua filha e marido, o dr. João de Barros; em 1571, foi vendida a Estêvão Ribeiro de Almeida, prior de Azamor; já no século XIX, nela habitou o 5.º Morgado de Mateus; foi de João de Freitas Fortuna, amigo e patrono de Camilo Castelo Branco, funcionando do n.os 150 a 156, em 1883, a Typographia de Manoel Luiz de Souza Ferreira, que imprimiu *Nostalgias*[10], do escritor. Antes desta tipografia, entre 1863 e 1865, funcionou no n.º 152 um *atelier* de fotografia de Henrique Nunes

[5] A Papelaria Reis foi criada na rua do Almada, por Manuel Alves dos Reis, em 1865. Em 1907, instalou-se na rua das Flores, 21-25, onde funcionara a Papelaria Rebello e, definitivamente, nos n.os 152-158 da mesma rua, em 1930-31. Cerca de 1985, encerrou definitivamente.
[6] HAUPT, [s.d.]; CMP, 1983; AFONSO, 2000.
[7] Actualmente, no Solar dos Condes de Resende, em Canelas.
[8] Inserido na Casa de Teixeira Lopes, Vila Nova de Gaia, em vão exterior.
[9] *Idem*, sobre padieira de vão interior, no r/chão.
[10] CASTELLO BRANCO, 1888.

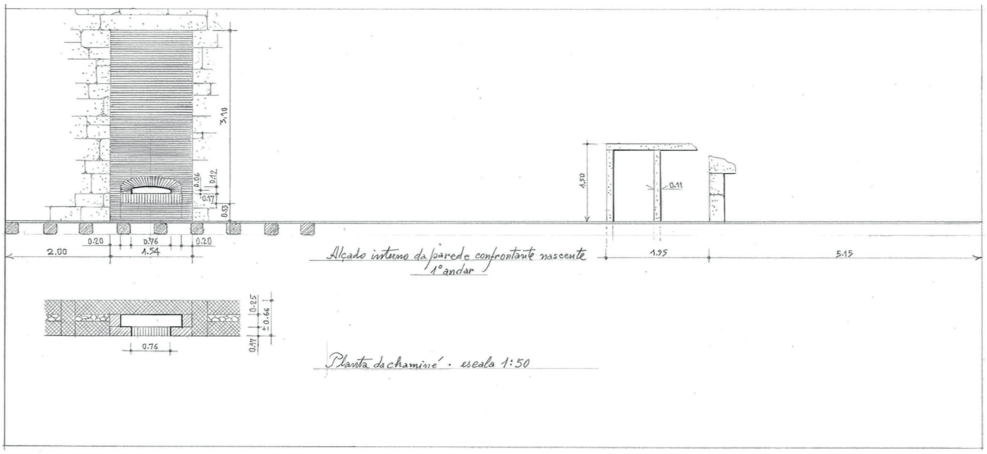


Fig. 4. Parede de meação NE (desenho de levantamento, para memória futura)
Fonte: LESSA, 2005, colecção do autor

(fotógrafo da Casa Real) e, de 1865 a 1886, a Photographia Talbot[11]. A sua demolição, em 1897, não suscitou nenhuma oposição eficaz[12].

Sobre materialidades *in loco*, o *Relatório final da Intervenção de avaliação histórica e arqueológica prévia*, da ARQUEOHOJE [13], de Novembro de 2000, expressa o seguinte: «piso de circulação da subcave contemporânea [sic] da construção do edifício»; «solo geológico de base […] revelou-se de importância arqueológico-patrimonial nula, não proporcionando […] a presença de qualquer tipo de estrutura»; o prédio «com as paredes rebocadas a argamassa inviabilizando [sic] qualquer leitura do seu aparelho»[14]. Porém, há a referir que a subcave é de 1930 e que em 2004, com a demolição de todos os rebocos, revelou-se o aparelho da parede NE (ver Fig. 4), aparentemente, do tipo *emplecton,* com três ocorrências construtivas (chaminé em baldosas de terracota, nicho e pedras de entrega), claramente de datação anterior a 1897; a parede será do século XVI, podendo algumas particularidades nela serem posteriores.

3.2. O Edifício Oitocentista, a refundação burguesa (1897-98)

Com a Rua de Mouzinho da Silveira, abre-se uma extraordinária oportunidade de valorização económica do lote, com uma dupla frente de rua. A resposta traduz-se em uma ocupação até excessiva, 91% da área do lote. O programa prevê comércio,

[11] SÉREN, 2021.
[12] RODRIGUES, 1883.
[13] A CMP (Câmara Municipal do Porto) encomendou à Empresa ARQUEOHOJE – Conservação e Restauro do Património Monumental, Ldª., um Relatório da intervenção de avaliação histórica e arqueológica prévia, no âmbito da remodelação contemporânea (1999-2006). ARQUEOHOJE, 2000.
[14] ARQUEOHOJE, 2000: 7-8.

nos pisos inferiores (rés-do-chão e cave) e, nos dois andares, grandes habitações com 245 e 255 m^2: no 1.º andar, o *piano nobile,* com salas, cozinha e sanitário externo; no 2.º, quartos e sanitário externo; no desvão da cobertura, quartos das «criadas», sanitário, arrumos. De facto, com autoria do mestre Manuel Francisco Ferreira, José Bento Pereira propõe-se, com um único projecto de quatro módulos idênticos de 6,5m de largura, edificar para ambas as frentes de rua e com encosto dos sanitários externos, nas traseiras, definindo um estreito saguão de permeio. Tal não virá a ser permitido pela Câmara Municipal, embora o afastamento autorizado ainda resultasse reduzido. A profunda alteração desta intervenção de raiz, quanto à tipologia e imagem urbana, com índice de ocupação do lote de 0,8 para 2,8, manteve, porém, em cada fogo, um padrão espacial elevado, à custa, porém, do diminuto logradouro. Aquando das demolições na intervenção recente, o edifício tinha as paredes limítrofes em bom granito de grão fino e os sobrados assentes sobre troncos de castanho; as divisórias eram estucadas, em tabique com duas ordens de tábua e fasquiado. O granito das ombreiras e padieiras dos vãos de janela e de porta, nos andares e em ambas as fachadas, tinha notável moldura lavrada, caso único na rua e raro na cidade, em edifícios do tipo «burguês». Este edifício viveu sem grandes sobressaltos construtivos até 1930, o rés-do-chão e cave ocupados com comércio que, nos anos de 1920, era de *Armazém de Miudezas.*

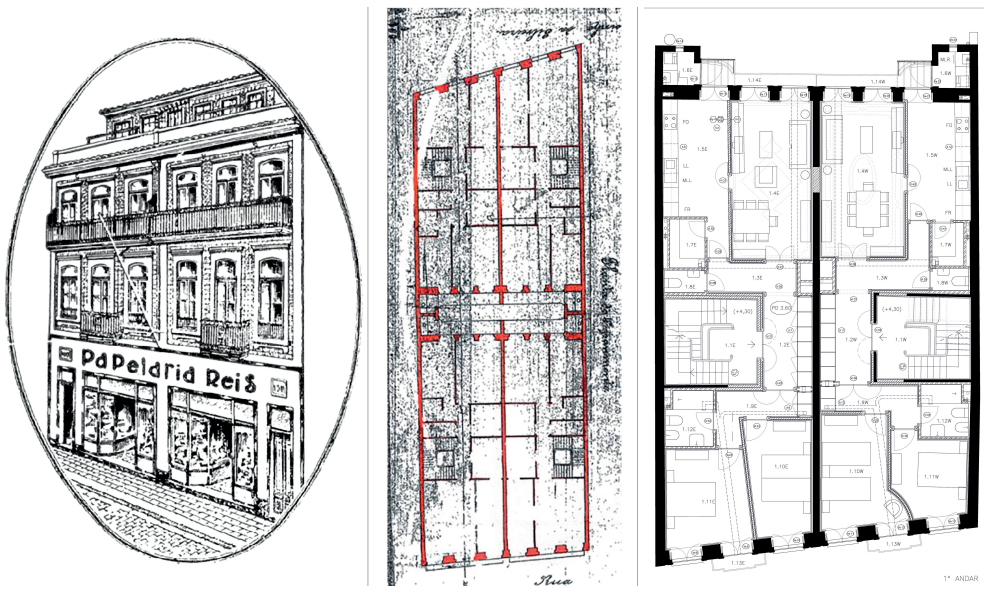


Fig. 5. Desenho a partir de carimbo da Papelaria Reis, retratando a fachada do edifício em 1930-31 (à esquerda) e organização espacial pré-existente (ao centro) e contemporânea (à direita)
Fontes: CMP, 1897; LESSA, 2000b, colecção do autor

3.3. A Remodelação «Papelaria Reis» (1930-31)

Com projecto do arquitecto José Emílio da Silva Moreira, a Papelaria Reis (ver Fig. 5) traz ao sítio o «moderno», pelos ecos de Paris 1925 (ver Fig. 5, à esquerda). Corresponde àquela estilização geométrica e arrojo gráfico que caracterizou os anos 30, no Porto: desafogadas esquinas redondas e publicidade integrada na arquitectura. Aqui, destaca-se a eficaz valorização iconográfica, projectada sobre a rua, com *lettering* publicitário (ver Fig. 5, à esquerda) legível desde longe, em prestigiante escuro bronze sobre extenso, claro e delicado mármore. No interior, ao público oferecia-se uma atraente decoração também *Art Déco*. Nos anos de 1980, apenas o primeiro espaço da loja tinha essa decoração, pois o restante piso térreo era já um desamável *back office*. É de insistir na importância do tratamento da fachada de 1930: feito com clara e inteligente intenção publicitária (ver Fig. 5, à esquerda), trouxe à rua um apelo visual moderno, nunca aqui ultrapassado. Assim, viria a ser considerado marca referencial e objecto patrimonial de primeira importância, no projecto de remodelação contemporânea (ver Fig. 6, ao centro e em baixo), o qual mereceu rápida aprovação do IPPAR (actualmente DGPC) e da CMP. Estruturalmente, a obra de remodelação de 1930 consistiu no alargamento dos vãos da fachada e, no interior, em demolição da parede de granito central, separadora dos dois módulos, substituída por alinhamento de pilares; também, na criação de uma subcave (clandestina) e consequente laje de piso da cave. De algumas destas obras resultaram sérias patologias, que foram sanadas na obra de remodelação contemporânea.

3.4. A Remodelação Contemporânea (1999-2006)

3.4.1. Programa e Arquitectura

Promovida pela Câmara Municipal do Porto (e, mais tarde, pela SRU, *Porto Vivo*), esta intervenção tinha um Programa Preliminar que previa uma função terciária para o rés/chão e caves, mas sem definir o ramo de actividade; e, para os pisos superiores, habitações no âmbito do P.E.R. (*Programa Especial de Realojamento*)[15]. Com a análise às potencialidades e limites da tipologia, às características dimensionais e outras do edifício, verificou-se a impossibilidade de o remodelar para habitações, no P.E.R., por incompatibilidade entre as suas severas restrições dimensionais, ou de custo, e a preservação dos valores tipológicos básicos do edifício. Assim, foi defendido, no Programa-Base, uma reorganização espacial da parte habitacional, segundo um critério de rentabilizar, sim, mas salvaguardando os aspectos patrimoniais inalienáveis, a começar pela tipologia do edifício na sua organicidade interna e sua relação com a rua.

[15] Criado pelo *Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio*; alterado pelo *Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de Outubro* (PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1993; PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, 2003).

3.4.2. Linhas-mestras do Projecto

Após o confronto entre o *Programa Preliminar* e as características tipológicas, construtivas, estilísticas, de autenticidade e de estado de conservação, ponderou-se o seguinte: em cada módulo, triplicar o número de fogos, um por andar, mantendo a escada central; manter em todos a organização combinada do 1.º e 2.º andares anteriores, ou seja, onde antes as funções de um único fogo se hirarquizavam entre os andares, agora organizam-se horizontalmente; reaproveitar todas as estruturas em bom estado e próprias, com substitutos afins ou réplicas; compartimentar entre os andares com laje de tecto, sob as vigas, mantendo a solução das divisórias e soalho nelas apoiados; substituir as divisórias em tabique por equivalente leve; criar réplicas dos ornatos anteriores, nos tectos; manter as fachadas quase integralmente, excepção feita para as portas da parte habitacional; manter o *lettering* «Papelaria Reis», não como peça musealizada, mas com a imprescindível *eficácia evocativa* (Brandi, 2006), com as letras de bronze substituídas por réplicas em lioz (igual à *tabula,* sem impacto visual) (ver Fig. 6, ao centro) e, aquelas, embutidas no chão empedrado da loja, como memória da ali antiga actividade tipográfica (ver Fig. 6, em baixo).

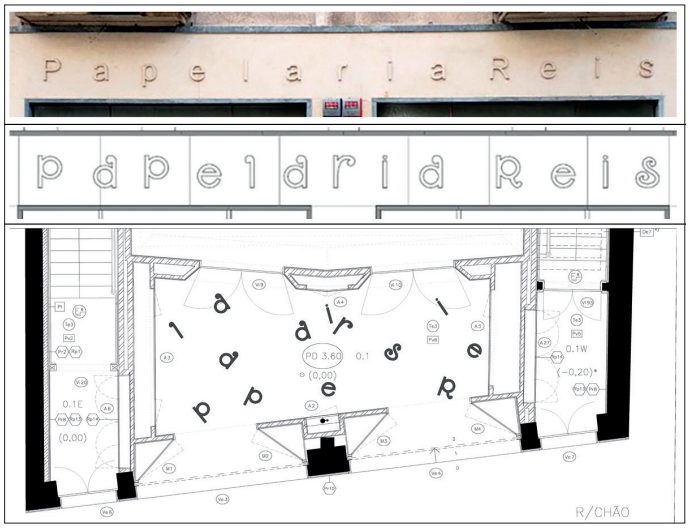


Fig. 6
O *lettering* da fachada: fotografia do *lettering* actual da autoria do dono da obra (em cima); *lettering* proposto pelo Projecto (ao centro); Átrio com letras de bronze (retiradas da fachada) inseridas no pavimento marmóreo (desenho de Projecto) (em baixo). Fonte: Fotografia, LESSA, 2021c, colecção do autor; Desenhos, LESSA, 2000b, colecção do autor

3.4.3. Vicissitudes num País «em Vias de Desenvolvimento Cultural»

Uma obra de arquitectura envolve agentes diversos e riscos inesperados, em particular, na tradução de um Projecto já aprovado, em obra: nomeadamente, há uma tendência para o Dono de Obra usar o seu património material, a obra, para manipulá-lo, sem atender ao património comunitário, que ela representa.

No caso presente, o desvirtuamento ocorreu por via da gentrificação, com trabalhos a mais em obra, mas sem acréscimo no orçamento, resultando na redução e desvirtuamento

em partes da obra fundamentais para a sua integridade arquitectónica e de salvaguarda patrimonial. Por decisão do Dono da obra (SRU)[16] e com oposição expressa do Arquitecto. Concretamente, os principais desvirtuamentos ocorreram ao nível do rés-do-chão: pela alteração da escala dos vãos exteriores, não recriação do átrio com seus ornatos *Art Déco* replicados do preexistente e, ainda, na fachada, onde o letreiro «Papelaria Reis» deveria ter novas letras em lioz, escrupulosamente replicadas das de bronze originais (ver Fig. 6, ao centro). Ao invés, o actual *lettering*, de escolha arbitrária, com letras de reduzidas dimensões e alheias à carga histórica e simbólica do desenho original (original, em duplo sentido, já que o desenho de letra era de 1930 e exclusiva), é totalmente insignificante, inviabilizando a marcação deste lugar, na rua (ver Fig. 6, em cima)[17].

REFLEXÃO FINAL

Com base nos conteúdos explanados nos pontos anteriores, considera-se que este lote, edificado desde há quase 500 anos, é significante na Rua e na Cidade porque:

- Representa, na Rua, como nenhum outro documentado, uma resposta pontual, mas imediata e significante da Arquitectura, a duas das mais importantes acções urbanísticas no Centro Histórico do Porto, com intervalo de três séculos e meio (1521 e 1875), as aberturas das ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira;
- A Casa Quinhentista, enquanto fundacional da rua, teve a mais longa vida aqui de todos os edifícios seus pares, exactamente por ser de carácter e qualidade construtiva superiores, o que, porém, não lhe evitou a demolição, dada a sua valoração patrimonial, na época, ser inferior à lógica do progresso liberal dominante;
- O Edifício Oitocentista, de matriz burguesa, formalmente derivada do tipo georgiano londrino do século XVIII, fundado no moderno conceito da standardização, comporta potencialidades de remodelação, aparentemente sem limite temporal; No entanto, esforçar uma tipologia para além dos limites da sua resiliência, para cumprir um programa incompatível, traz a incoerência e o desvirtuamento;
- Na remodelação para a Papelaria Reis, o edifício adquiriu um forte acréscimo de visibilidade e significação social, que anteriormente eram, de certo modo, assumidas pela Casa Quinhentista, pelo seu tipo tardomedieval, único na rua, já então de ambiente geral burguês; O seu valor intrínseco e raridade não puderam opor-se à dinâmica da rentabilidade do solo urbano, sentido prático e higienista do século XIX liberal;

[16] Na *Carta de Washington*, de 1987, ponto 16: «A salvaguarda exige que seja ministrada uma formação especializada a todos os profissionais que nela participem» (ICOMOS, 1987).

[17] No *Documento de Nara sobre a Autenticidade,* de 1994, no ponto 10: «A autenticidade, tal como foi considerada e afirmada na Carta de Veneza, surge como o factor qualitativo essencial quanto à qualificação dos valores patrimoniais. O entendimento da autenticidade desempenha um papel fundamental em todos os estudos científicos sobre património cultural, no planeamento da conservação e do restauro, assim como nos procedimentos utilizados para a inscrição na lista do Património Mundial e outros inventários do património cultural» (ICOMOS, 2007).

– Na remodelação contemporânea, as características tipológicas e organicidade do edifício oitocentista não puderam ser esforçadas, para responder ao programa inicial, de fogos com pequena área; A solução foi transformar duas habitações unifamiliares, de três pisos, em seis «andares», mantendo a escada, antes privada, agora comum; Deste modo, a sua tipologia foi mantida, com rentabilidade, densificando o uso habitacional, com nível superior de conforto e mantendo todo o carácter do edifício, aferível também na estreita relação orgânica entre organização interna e fachada(s);
– Como nota negativa, nesta última remodelação, os desvirtuamentos em obra, sobre a fachada, inibiram a marca referencial do edifício (e evocação histórica da Papelaria Reis), como um lugar próprio, na Rua das Flores.

Como contribuição complementar, entende-se consistente a hipótese de atribuir a autoria da Casa a Diogo de Castilho, porque há registo de este mestre estar no Porto antes de 1526, aí ter casado e morado na Rua das Flores[18]; os mais de 370 anos de vida da Casa atestam uma resiliência construtiva própria dos Castilhos; os quatro merlões em urna são idênticos aos que coroam o lado norte do corpo da nave central da Matriz de Vila do Conde, obra concluída por João de Castilho, em 1515; podendo supor-se que o desenho dos merlões era específico de cada mestre e que apenas ao irmão fosse permitido usá-lo em obra própria.

FONTES

Câmara Municipal do Porto

CMP. *Processo de licenciamento municipal do 150 a 160 da Rua das Flores,* Outubro de 1897.

CMP. *Carta Topográfica da cidade do Porto, folha n.º 258, dirigida por Telles Ferreira, entre 1880 e 1892. Álbum comemorativo do primeiro centenário da revolta do 31 de Janeiro (1891) e da Edição da Carta Topográfica do Porto (1892),* liv. 4. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1992.

Colecção do autor

LESSA, Manuel da Silva (2000a). *Planta de localização do lote do edifício Papelaria Reis, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela CMP.* Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2000b). *Desenho de Projecto da remodelação contemporânea da Papelaria Reis.* Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2005). *Parede de meação NE (desenho de levantamento para memória futura).* Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021a). *Sucessão idílica no lote - alçados.* Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021b). *Desenho digital da Casa Quinhentista.* Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021c). *Foto do estado actual do lettering na fachada.* Colecção do autor.

[18] AFONSO, 2000.

Legislação

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (1993). *Decreto-Lei n.º 163/93*. «Diário da República Série I-A». 106 (1993-05-07) 2380-2383.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2003). *Decreto-Lei n.º 271/2003*. «Diário da República Série I-A» 250 (2003-10-28) 7182-7191.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Séc. XVI – Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista.* Porto: FAUP Edições.

ARQUEOHOJE (2000). *Relatório Final de Intervenção de avaliação histórica e arqueológica – Centro Histórico do Porto – Rua das Flores, 150-160* (Nov. 2000). Porto: ARQUEOHOJE.

BAPTISTA, Paulo Artur Ribeiro (2010). *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <https://www.academia.edu/35704836/A_CASA_BIEL>.

BARROS, João de; LENCART, Joana, *estudo e transcrição* (2019). *Geographia D'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BRANDI, Cesare (2006). *Teoria do Restauro*. Porto: Ed. Orion.

CASTELLO BRANCO, Camillo (1888). *Nostalgias*. Porto: Typographia de Manoel Luiz de Souza Ferreira.

CMP. Câmara Municipal do Porto (1983). *O Porto e a Europa do Renascimento*, *Exposição Paralela à XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*. Porto: Casa do Infante.

CRUZ, António (1967). *Algumas Observações sobre a Vida Económica e Social da Cidade do Porto nas Vésperas de Alcácer Quibir.* Porto: Biblioteca Pública Municipal.

FERNANDES, Francisco Barata (1999). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense*. 2.ª ed. Porto: FAUP publicações.

HAUPT, Albrecht [s.d.]. *A Arquitectura da Renascença em Portugal.* Lisboa: J. Rodrigues & C.ª, Livreiros-Editores.

ICOMOS (1987). *Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas*. [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf>.

ICOMOS (2007). *Documento de Nara sobre a autenticidade (1994).* [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf>.

PÉREZ, Xosé Carlos Valle, *coord. geral*; AZEVEDO, Fernando; RODRIGUES, Jorge, *coord. adjuntos* (1995). *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo – Galiza e Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundación Pedro Barrié de la Maza.

POLLIONIS, Vitruvii Marcius; MAUFRAS, Ch.-Louis, *trad., coment.* (1847). *L'Architecture de Vitruve.* Paris: C.L.F. Panckoucke, Éditeur, 2 vol.

RODRIGUES, Manuel Maria (1883). *Curiosidades.* «Carteira do Viajante». Porto: Administração Geral. N.º 4 (Maio).

SERÉN, Maria do Carmo (2021). *Casas fotográficas do porto no século XIX*. In RESENDE, Nuno, *coord*. *Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia no Porto (1840-1980)*. Porto: CITCEM, pp. 131-145.

TURISMO DE PORTUGAL (2023). *Registo Nacional de Alojamento Local*. [Consult. 06 Out. 2023]. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_AL.aspx>.

DA REVALORIZAÇÃO DA CIDADE HISTÓRICA AO FETICHE DO RUEIRO: DUAS VISÕES DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA EM COMPOSTELA (1988-2000)

SANTIAGO RODRÍGUEZ-CARAMÉS*

Resumo: *A transição democrática, a capitalidade autonómica e o caráter simbólico e monumental determinaram as mudanças urbanas contemporâneas de Santiago de Compostela. A nossa proposta analisa como é que foi percebida e reinterpretada a imagem da cidade histórica através de dois discursos antagónicos para criarem uma cidade moderna com o olhar na história. De um lado, a sensibilidade pela herança histórica foi refletida no* Plano Especial de Proteção *(1988), uma aposta pela reabilitação urbana e a integração de novos projetos contemporâneos sensíveis ao contexto assinados por Kleihues, Grassi, Hejduk ou Siza. Doutro lado, fruto da crescente espetacularização da arquitetura, Eisenman propôs no plano da* Cidade da Cultura *(1999) uma transposição da morfologia e a imagem da cidade velha num processo de abstração e desconstrução formal que, dada a componente megalómana do projeto, se tornou numa simples* fetichização *da lembrança histórica.*

Palavras-chave: *Patrimonialização; Santiago de Compostela; Cidade da Cultura; Teoria urbana; Paisagem urbana.*

Abstract: *The contemporary urban changes in Santiago de Compostela were determined by the democratic transition, its new role as capital of the autonomous community of Galicia and its symbolic and monumental character. As a common dynamic in contemporary urbanism in Compostela, our proposal analyses how the image of the historic city was perceived and reinterpreted through two antagonistic discourses. On the one hand, the* Special Protection Plan *(1988) reflected a sensitivity to historical heritage, a commitment to urban rehabilitation and the integration of new contemporary, context-sensitive projects by Kleihues, Grassi, Hejduk or Siza. On the other hand, Eisenman's* City of Culture *must be understood as an example of the growing spectacularization of architecture. This project proposes a transposition of the morphology of the old town as a result of a formal deconstruction which, given the megalomaniac component of the project, turned into a simple fetishization of historical memory.*

Keywords: *Heritagisation; Santiago de Compostela; City of Culture; Urban theory; Urban landscape.*

* Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Historia da Arte. Grupo de investigação GI-1510 Historia da Arte, da Arquitectura e do Urbanismo (HAAYDU). Email: s.rodriguez.carames@usc.es; santi.r.carames@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4579-0558.

Este texto contou com o apoio das «Axudas para a consolidación e estruturación de unidades de investigación competitivas da convocatoria 2020 na modalidade de Grupos de Potencial Crecemento» (ED431B 2020/41), concedida ao GI-1510 HAAYDU pela Xunta da Galiza para período 2020–2022.

INTRODUÇÃO: DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE PROTEÇÃO ÀS MUDANÇAS NO PENSAMENTO NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Santiago de Compostela é, de um ponto de vista patrimonial, mas também simbólico, a grande referência monumental da Galiza. As olhadas ao passado monumental são constantes no decorrer do século XX. Nos anos finais do milénio vão-se dar duas experiências que, não só em termos arquitetónicos, mas também em relação à gestão urbana e cultural da cidade, mostrarão duas visões antagónicas em termos de interpretação da cidade histórica. De um lado, o Plano Especial de Proteção e Requalificação da Cidade Histórica vai ser o marco para as profundas mudanças urbanas do centro da cidade, bem como para a integração de arquiteturas contemporâneas com diferentes modos de se relacionarem com as preexistências. Doutro lado, a Cidade da Cultura simboliza a espetacularização da arquitetura de fins de século, cujas visões à cidade histórica são banais, fruto da necessidade de vender uma imagem reconhecível ao mundo. Contudo, cabe assinalar alguns precedentes na proteção e reflexão sobre a cidade histórica que permitiram chegar à contemporaneidade com um grau de conservação invejável após as décadas de maior desenvolvimento urbano.

Em 1940, a cidade velha foi catalogada como Monumento Histórico-Artístico, uma denominação que, porém, não se traduziria num Plano Especial. Podem-se citar, não obstante, umas instruções publicadas pela Direção-Geral de Belas Artes em 1964 como primeiro e insuficiente avanço na proteção do património histórico da cidade. Nos anos setenta produzir-se-ia uma mudança no signo do debate e a compreensão da cidade histórica[1]. A fundação do Colégio Oficial de Arquitetos da Galiza (COAG) e da Escola de Arquitetura da Corunha (ETSAC) em 1973 criou um novo marco profissional mais sensível às problemáticas urbanísticas do país galego. De seguida, estas instituições vão receber a influência direta de uma das personagens mais relevantes da teoria arquitetónica do momento: Aldo Rossi.

Rossi participará na *III Reunião dos Arquivos Históricos dos Colégios de Arquitetos de Espanha*, celebrada em Santiago em 1973, uma atividade em que se vindicava a necessidade de preservar as zonas históricas das cidades. Neste senso, o *Seminário Internacional de Arquitetura de Compostela* (SIAC) de 1976, dirigido pelo italiano[2], serviu para partilhar metodologias e elaborar propostas para renovar alguns espaços da cidade, tendo em conta a periferia da zona histórica e o estudo dos rueiros da

[1] Sobre o processo de urbanização e proteção da cidade, vejam-se: ALMUÍÑA DÍAZ, 1981, 1984; BALTAR TOJO, 1991: 51-56, 95-96.

[2] Para além de Rossi, foram muitas as experiências internacionais que confluíram no SIAC. Cabe salientar, pela relevância que haverão ter os arquitetos portugueses na Galiza, a presença de Álvaro Siza, José Chartres, Souto de Moura ou Adalberto Dias, entre outros.

cidade[3]. Também as *III Jornadas de Arquitetura Galega*, realizadas em Santiago (1980), avançavam na necessidade de marcos legislativos para a conservação do património.

A influência de Rossi continuará até 1985, ano em que se celebra o *Seminário Internacional de Arquitetura Galega* (SIAG), onde também se elaboraram propostas de atuação específicas que, apesar de não se terem realizado, refletiam algumas preocupações do futuro Plano Especial. Paralelamente, nos anos 80, Santiago converte-se em capital da nova Comunidade Autónoma da Galiza. Em 1985, a UNESCO inscreve a cidade velha na lista de Património da Humanidade. Ademais, já nos anos noventa, a cidade experimentará mudanças urbanas, ganhará novas infraestruturas e novos usos derivados da criação da marca «Xacobeo», uma forma de modernizar os Anos Santos jacobeus[4]. Este processo será possível graças à cooperação, não isenta de problemas e desavenças, entre o governo autárquico e o governo autonómico regional. De um lado, o autarca Xerardo Estévez (1983-1986; 1987-1998), arquiteto de formação, favorecerá o debate sobre a gestão urbana e patrimonial da cidade. Doutro lado, Manuel Fraga, presidente da Xunta (1989-2005), tentará deixar a sua pegada no contexto da crescente internacionalização e espetacularização da arquitetura galega, cuja máxima expressão será a Cidade da Cultura.

1. O PLANO ESPECIAL DE PROTEÇÃO E A SUA ARQUITETURA

Dirigida pela Oficina de Planeamiento — encabeçada por Juan Luis Dalda Escudero e Ánxel Viña Carregal —, a revisão do *Plano Geral de Ordenação Municipa*l (1988–1989) gerará novas infraestruturas para liberar a cidade histórica de alguns usos e um cinto de zonas verdes para a sua proteção ambiental e paisagística, especialmente no setor ocidental, a zona de menor crescimento urbano e orientação da fachada monumental[5]. Junto ao *Plano Geral*, o *Plano Especial de Proteção* (1988-1998) foi a proposta para dirigir a requalificação da arquitetura da zona histórica. Este Plano Especial contou com a direção de Josef Paul Kleihues, um arquiteto alemão de relevância internacional que, para além da sua participação no seminário compostelano de 1976, vinha de ser um dos diretores dos Internationale Bauausstellung (IBA) do Berlim ocidental. Um dos setores em que se articulava o Plano Especial era o Projeto Urbano, uma série de projetos arquitetónicos sobre os bordos da cidade histórica — entre o urbano e o suburbano —, propostas que reconstituiam fragmentos dos rueiros já existentes sob o olhar individual de cada arquiteto participante.

[3] ROSSI, 1977.

[4] Como exemplos deste processo, vejam-se: ISASI, 1993; QUINTÁNS, 1994. Para um contexto mais alargado das intervenções na cidade velha, vejam-se: MONTERROSO MONTERO, 2011; RODRÍGUEZ CARAMÉS, 2023: 338-372.

[5] O Plano Especial foi incluído em numerosas publicações estatais e internacionais, mas salientamos DALDA ESCUDERO, VIÑA CARREGAL, 1995; VIÑA CARREGAL, DALDA ESCUDERO, 1994.



Fig. 1
Giorgio Grassi, Escola «Raíña Fabiola» (1992–1993)
Fonte: Fotografia do autor tirada em setembro de 2020

Contudo, a grande ausência deste processo será Aldo Rossi. Apesar da sua influência anterior nas novas estruturas profissionais da arquitetura galega, as suas aportações ao debate urbano, o amor professado à cidade de Compostela[6] e o facto de ter já trabalhado com Kleihues nos IBA de Berlim, o arquiteto ficará fora dos projetos de inovação e renovação urbana do Plano Especial. Assim, o ideário do alemão marcará o Projeto Urbano, sintetizado no seu conceito de reconstrução crítica: uma perspetiva que reconcilie o malogrado discurso moderno com a tradição, uma aposta pela experimentação na cidade histórica como modo de interpretação e transformação positiva da história urbana. Como Kleihues definiu: «La reconstrucción crítica no intenta meramente huir de la consciencia de la crisis para refugiarse resignadamente en el mundo intacto, sino, en oposición constructiva a la unidad clásica, reforzar la vigorosa peculiaridad de las partes como partes de un todo vivo», sem isto supor «una invitación a la libertad incondicional de las posibilidades proyectivas, sino como una necesidad condicionada históricamente»[7]. Para Xerardo Estévez, todas as mudanças experimentadas pela cidade nestes anos respondiam ao espírito de vanguarda que tinha sempre caraterizado a sua evolução e mais uma mostra do ele chamava «neocompostelanismo», o espírito de um «novo Santiago» renovado social e urbanisticamente[8].

Rossi não esteve presente, mas sim Giorgio Grassi, herdeiro da *Tendenza* italiana. A Escola «Raíña Fabiola» situa-se no bairro de Galeras, no talvegue do rio Sarela, um dos dois rios que rodeia a cidade histórica. Esta zona de transição entre o centro urbano e a realidade suburbana manteve em grande medida as estruturas urbanas

[6] São muito interessantes as reflexões sobre o mosteiro de São Paio e a fachada do convento de Santa Clara incluídas na sua *Autobiografia científica* (ROSSI, 1981: 3 e 67). Também são frequentes as alusões a Compostela nos seus *quaderni azzurri*, em que se pode detetar o seu amor pela cidade. «Io amo Santiago con timidezza e gelosia», como se lê no *quaderno* número 21 (ROSSI, 1999 [1976-1977]).
[7] KLEIHUES, 1995: 147-148.
[8] ESTÉVEZ, 1993: 337; 1994: 46.

tradicionais. O parque de Galeras constitui um dos setores do já citado cinto verde, sendo fundamental para a preservação da visão paisagística da cidade velha desde o Monte Pedroso. Grassi propõe nesta escola um grande bloco branco, uma referência tipológica às *maisons de champagne* de Ledoux[9]. Para além desta referência, Grassi toma também a forma do tradicional soportal a modo de corredor que une a entrada com o espaço central do edifício. Apesar desta monumentalidade, este prédio cumpre com a exigência de não se impor sobre a paisagem do lugar e o seu muro de pedra de feche inspira-se nas soluções tradicionais.

Álvaro Siza também teve a ocasião de intervir no Centro Galego de Arte Contemporânea, um prédio situado ao lado do convento de San Domingos de Bonaval. A lembrança das antigas hortas conventuais está presente neste edifício, constituído por dois volumes que estabelecem um interessante efeito angular e volumétrico com relação ao convento e mais dos seus antigos terreiros, um descobrimento da paisagem num itinerário em ziguezague já presente na obra do matosinhense desde a Piscina das Marés de Leça[10]. Nestes terreiros, compostos por vários níveis — hortas, carvalheira, cemitério —, o arquiteto português levou a cabo, em colaboração com a paisagista galega Isabel Aguirre, a sua adequação como parque público, uma intervenção que recuperava um espaço fortemente degradado para uso cidadão. O respeito por todas as preexistências, a mínima intervenção e a conversão de um antigo espaço conventual fazem deste projeto um dos mais celebrados deste momento. Como dizia ele próprio:

> *cuando subí a las plataformas invadidas por la vegetación y contenidas por muros semiderruida; o cuando entré en el cementerio y vi desde lo alto del robledal los tejados y las mil torres de Santiago, me sentí ante todo cohibido. Llovía; se me mojaron los zapatos, la ropa y el cuerpo; el agua corría desordenadamente por todas partes.*
>
> […] *Fuimos encontrando y desenterrando canales de granito, restos de tubos carcomidos, caminos de agua, minas, fuentes, escalones enterrados hace mucho tiempo, y capitales de algún convento desaparecido; fuimos encontrando el lugar donde colocar cimientos y alzar paredes, donde cubrir, impermeabilizar y abrir huecos, dejando entrar la luz*[11].

Porém, estes projetos não estiveram isentos de polémicas. A ordenação da avenida Xoán XXIII era uma das grandes problemáticas que se tentou retrucar no SIAC (1976) e no SIAG (1985). Trata-se de uma avenida aberta nos anos sessenta que chega até as imediações da praça do Obradoiro e que interrompia a anterior estrutura urbana da

[9] SAINZ, 1993: 54; YNZENGA, 1995: 50.
[10] CURTIS, 1994.
[11] SIZA VIEIRA, 1993: 4.



Fig. 2
Álvaro Siza, Centro Galego de Arte Contemporânea (1988–1994)
Fonte: Fotografia do autor tirada em setembro de 2021



Fig. 3
Álvaro Siza e Isabel Aguirre, requalificação do parque de Bonaval (1990–1994)
Fonte: Fotografia do autor tirada em maio de 2016



Fig. 4
Josef Paul Kleihues, Pavilhão desportivo de San Clemente (1990–1993)
Fonte: Fotografia do autor tirada em setembro de 2020

zona. Piñón e Viaplana, num desenho arriscadamente moderno, melhoram o espaço pedonal, escondem os usos relacionados com o transporte e oferecem uma solução de soportal que se adapta à topografia do lugar[12]. Da sua parte, o próprio Kleihues, num polémico conjunto em San Clemente, imediatamente na saída da antiga cidade amuralhada, propõe um edifício que se esconde baixo o chão. Apesar de ter sido obrigado a modificar a altura do projeto após um enfrentamento entre os governos municipal e autonómico, o prédio final confirma os aspetos que para o alemão definiam a arquitetura de Compostela: dialética entre grande e pequena escala, topografia e integração de materiais tradicionais, como o granito, com outros modernos[13].

2. O AVANÇO PARA UMA ARQUITETURA ESTELAR: A CIDADE DA CULTURA

Apesar das convergências — e divergências — entre os governos autárquico e autonómico nos anos noventa, a Xunta da Galiza toma um outro rumo. Em 1999, o governo de Manuel Fraga convoca um concurso de ideias para a construção de um complexo cultural no Monte Gaiás, muito perto do centro da cidade. Chamar-se-ia Cidade da Cultura. O objetivo era «criar um novo Obradoiro», o referente da Galiza do terceiro milénio. Como tem analisado Campesino Fernández[14], a arquitetura estelar não foi só um recurso de cidades que precisavam de novas referências urbanas, mas também daquelas que, tendo já um património histórico muito importante, criavam estas novas infraestruturas que estabeleciam uma relação de competitividade cultural e turística com o património existente.

Apresentaram-se propostas de grandes estudos de arquitetura, resultando vencedora a do estado-unidense Peter Eisenman num concurso com muitas dúvidas respeito à pouca concreção do projeto, as críticas à suposta megalomania que procurava Fraga com ele e a sinergia entre o personalismo do presidente e do arquiteto, para quem a Cidade foi uma oportunidade de sintetizar a sua própria trajetória teórica e prática. Em efeito, Wilfried Wang[15], um dos membros do júri, denunciaria em 2007 estas questões, assinalando as pressões para a eleição do projeto de Eisenman de um parceiro do júri, Luis Fernández-Galiano, que se converteu num dos grandes enaltecedores críticos da Cidade da Cultura, definida por ele como exercício de topografia táctil[16], interpretação que nega as problemáticas implicações paisagísticas e ambientais do projeto. Seja como for, o Gaiás refletia perfeitamente a vontade do governo da Xunta: uma imagem moderna de Santiago e a Galiza.

[12] VIAPLANA, PIÑÓN, MERCADÉ, 1995.
[13] KLEIHUES, 1994: 29.
[14] CAMPESINO FERNÁNDEZ, 2000.
[15] WANG, 2007.
[16] FERNÁNDEZ-GALIANO, 1999.



Fig. 5
Peter Eisenman, Cidade da Cultura (1999–2021)
Fonte: Fotografia do autor tirada em setembro de 2018



Fig. 6
John Hejduk, Torres botânicas para o parque de Belvís (1992), hoje na Cidade da Cultura
Fonte: Fotografia do autor tirada em setembro de 2018

Eisenman, amigo de Jacques Derrida, é um dos grandes representantes do de-construtivismo arquitetónico. Partindo da forma da vieira, símbolo dos peregrinos tão presente na iconografia da cidade e tornada em fetiche com a celebração dos *xacobeos* modernos, esta superpõe-se a uma trama reticular e à topografia, sobre a qual o arquiteto constrói um novo monte, uma nova paisagem escultórica. Para além da vieira, Eisenman, num exercício de formalismo vazio, toma a morfologia da cidade histórica, levando as principais ruas da cidade histórica à topografia do Monte Gaiás. Para o arquiteto, o processo projetual é um exercício de escrita de códigos, uma natureza que partilha com as artes que empregam a linguagem para se expressarem. Este Código vem influído pelo *Codex Calixtinus*, em cujo livro quinto aparece a primeira guia para peregrinos, sendo o Caminho a derradeira referência para Eisenman encontrar uma nova legitimação teórico-abstrata ao seu projeto:

> *Our codex, our rewriting for Santiago is a play on the words index and code. It signals a movement from an index, which is an internal writing of an action, transformation, or mutarion, to a code, which is a rewriting, that is, a reorganization*

from an external source of an internal orgization without necessarily leaving a trace of the activity. Today the idea of a code, or coding, is important because while the index has become conventionalized, there is still a need to counter the production of spectacular effects. This is what the rewriting at Santiago attempts[17].

Como dizemos, a Cidade da Cultura tenta reescrever simbolicamente a estrutura urbana das principais ruas e praças da cidade histórica. Os diferentes edifícios do complexo criam entre eles diferentes vias que terminam numa grande praça central, o «novo Obradoiro» que procurava as bases do concurso. É na praça que aparecem as duas torres que John Hejduk, amigo de Eisenman, desenhara para como invernadoiros botânicos para o parque de Belvís no contexto do Projeto Urbano. Estas duas torres surgem como uma abstração das torres da catedral, tornando-se mais uma justificação de um projeto cujas referências à história da cidade são banais e triviais e limitadas ao formalismo.

CONCLUSÕES

As arquiteturas do Projeto Urbano e a Cidade da Cultura representam, de um lado, duas visões antagónicas sobre a cidade histórica com ampla difusão em meios especializados. Se os projetos do Plano Especial simbolizam uma análise pós-estruturalista, a recomposição dos fragmentos e a inserção da diferença linguística, a Cidade da Cultura é uma reescrita panfletária do passado histórico da cidade.

Doutro lado, são também duas formas completamente diferentes de transformar a cidade e dotá-la de novas infraestruturas culturais. Os processos, iniciados em finais dos anos 80 em Santiago, de adaptação aos usos contemporâneos da cidade histórica, estavam guiados pela integração sensível de novas propostas arquitetónicas, com uma compreensão das estruturas urbanas tradicionais da cidade, mas a Cidade da Cultura respostava aos desejos pessoais de Manuel Fraga de construir uma arquitetura singular como fora o Museu Guggenheim em Bilbau[18]. Após vinte anos, a influência negativa do Gaiás sobre os orçamentos de cultura da Galiza não desapareceu.

BIBLIOGRAFIA

ALMUÍÑA DÍAZ, Carlos (1981). *Santiago de Compostela: 40 anos oficialmente protexido (teoría e práctica dunha política protectora)*. In *Galicia. A destrución e a integración do patrimonio arquitectónico. III Xornadas de arquitectura galega*. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, pp. 68-79.

ALMUÍÑA DÍAZ, Carlos (1984). *Santiago de Compostela: teoría do monumento na lexislación protectora*. In *Galicia. Patrimonio arquitectónico, cidade e territorio. II e III xornadas de arquitectura galega*. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, pp. 50-53.

[17] EISENMAN, 2005: 27.

[18] Sobre a relação da Cidade da Cultura com o chamado «efeito Guggenheim», veja-se RODRÍGUEZ CARAMÉS, 2022.

BALTAR TOJO, Rafael (1991). *Arquitectura y preexistencias: una referencia gallega*. Sada: Ediciós do Castro.
CAMPESINO FERNÁNDEZ, Antonio-José (2000). *El patrimonio «estrella» del siglo XXI en las viejas ciudades históricas: la competetividad cultural*. In *Ciudades históricas: conservación y desarrollo*. Madrid: Fundación Argentaria, Visor Dis, pp. 35-43.
CURTIS, William J. R. (1994). *Álvaro Siza: una arquitectura de bordes*. «El Croquis». 68-69, 32-45.
DALDA ESCUDERO, Juan Luis; VIÑA CARREGAL, Ánxel (1995). *La transformación urbanística de la ciudad histórica de Santiago de Compostela*. In MARTÍ ARÍS, Carlos, *ed. Santiago de Compostela: la ciudad histórica como presente*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, pp. 202-227.
EISENMAN, Peter (2005). *Coded Rewritings: The Processes of Santiago*. In *CodeX: the City of Culture of Galicia*. Nova Iorque: The Monacelli Press, pp. 27-35.
ESTÉVEZ, Xerardo (1993). *Entrevista con Xerardo Estévez*. «Grial: revista galega de cultura». 119, 325-340.
ESTÉVEZ, Xerardo (1994). *Entrevista a Xerardo Estévez*. «Ruptura». 2, 35-48.
FERNÁNDEZ-GALIANO, Luis (1999). *Topografía táctil: Peter Eisenman en Santiago de Compostela*. «Arquitectura Viva». 67, 64-65.
ISASI, Justo (1993). *Hacer lo nuevo con lo viejo: las obras del Santiago jacobeo*. «A&V Monografías». 41, 16-20.
KLEIHUES, Josef Paul (1994). *Memoria del Plan Especial*. «Ruptura». 2, 29-30.
KLEIHUES, Josef Paul (1995). *Urbanismo es recuerdo. Reflexiones en torno a la reconstrucción crítica*. In MARTÍ ARÍS, Carlos, *ed. Santiago de Compostela: la ciudad histórica como presente*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, pp. 146-149.
MONTERROSO MONTERO, Juan Manuel (2011). *El Centro Histórico. La creación de una conciencia cultural. El caso de Santiago de Compostela*. In MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, *coord. Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 39-69.
QUINTÁNS, Carlos (1994). *Verso la nuova Santiago*. «Casabella». 618, 34-41.
RODRÍGUEZ CARAMÉS, Santiago (2022). *Arquitectura, infraestructura cultural y poder en los años noventa: el caso de Santiago de Compostela*. «Espacio, tiempo y forma. Serie VII Historia del Arte». 10 (4.ª época), 425-452. DOI: 10.5944/etfvii.10.2022.32869.
RODRÍGUEZ CARAMÉS, Santiago (2023). *O lugar da arquitectura galega contemporánea (1970--2000): autorreflexións e olladas vernáculas. Teoría, historiografía, praxe*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia. Tese de doutoramento.
ROSSI, Aldo (1977). *Ciudad y proyecto*. In *Proyecto y ciudad histórica*. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, pp. 17-24.
ROSSI, Aldo (1981). *A Scientific Autobiography*. Cambridge: The MIT Press.
ROSSI, Aldo (1999). «*Architettura. USA / progetto Firenze». 20 ottobre 1976 – 15 maggio 1977*. Milán: Electa (I quaderni azurri, 21, edição fac-símile por Francesco Dal Co).
SAINZ, Jorge (1993). *Tendencia geométrica: colegio Carme de Abaixo, Santiago de Compostela*. «A&V Monografías». 41, 56-57.
SIZA VIEIRA, Álvaro (1993). *De granito eterno: viaje al otro lado del Miño*. «A&V Monografías». 41, 4.
VIAPLANA, Albert; PIÑÓN, Helio; MERCADÉ, R. (1995). *Avenida Xoán XXIII, Santiago de Compostela*. «Informes de la construcción». 47: 439, 63-66.
VIÑA CARREGAL, Ánxel; DALDA ESCUDERO, Juan Luis (1994). *Santiago de Compostela: il piano regolatore e il piano di recupero del centro storico*. «Casabella». 618, 28-31.
WANG, Wilfried (2007). «*Un ignorante habría detectado los excesos del proyecto de Eisenman», entrevista por Manuel Cheda*. «La Voz de Galicia» (29 ag. 2007), 4.
YNZENGA, Bernardo (1995). *Un pabellón ilustrado: colegio público 'Carme de Abaixo', Santiago*. «Arquitectura Viva». 43, 50-53.

A LOJA DA CLAUS PORTO: VIAGEM PELA HISTÓRIA DE UM EDIFÍCIO, UMA MARCA E UMA RUA CENTENÁRIOS

SÓNIA COUTO*

Resumo: *Na comemoração do seu 130 aniversário, a Claus Porto estabelece-se na Rua das Flores, numa das suas casas tradicionais burguesas, devolvendo a esta rua através dos seus produtos e história, a elegância e distinção que a caracterizou durante séculos. Este artigo pretende assim transmitir uma fusão de histórias em torno de uma marca, um edifício e uma rua, enquanto elementos de transformação desta artéria ao longo dos tempos. Por um lado, a Claus Porto, marca que nos seus primórdios era exclusiva da aristocracia, tal como esta rua que celebra 500 anos que constituiu uma das mais elitistas e comerciais ruas portuenses. Por outro, um eloquente edifício onde tantas outras actividades se desenvolveram, algumas das quais que tão bem caracterizaram esta rua, como as ourivesarias que perpetuam até aos dias de hoje.*

Palavras-chave: *Claus Porto; Sabonetes; Ourivesaria; Cunha Pimentel.*

Abstract: *In celebration of its 130th anniversary, Claus Porto established itself in Rua das Flores, in one of its traditional bourgeois houses, giving back to this street, through its products and history, the elegance and distinction that characterized it for centuries. This article aims to present a fusion of stories around a brand, a building, and a street, as elements of transformation of this artery over time. On the one hand, Claus Porto, a brand that in its early days was exclusive to the aristocracy, as well as this street that celebrates 500 years and was one of the most elitist and commercial streets in Oporto. On the other, an eloquent building where so many other activities were developed, some of which so well characterized this street, such as the jewelries that perpetuate until today.*

Keywords: *Claus Porto; Soaps; Jewelery; Cunha Pimentel.*

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado é resultado da investigação desenvolvida em torno do edifício localizado nos n.os 20-22-24 da Rua das Flores e da Claus Porto onde está instalada a sua loja mãe.

Tendo como ponto de partida as origens deste edifício, quisemos abordar o tema não apenas na perspectiva arquitectónica, mas também as suas vivências, quer no que diz respeito às actividades ali desenvolvidas, mas também relativamente às famílias que por ali passaram, sejam elas proprietárias ou moradoras. O final desta viagem culmina na Claus Porto, que veio enriquecer ainda mais a história deste imóvel, cujas origens e essência tão bem se coadunam com a rua e a cidade.

* Investigadora independente. Email: sonia.couto@gmail.com. A autora não não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

No que respeita à Claus Porto, a investigação sobre esta marca foi iniciada em 2003 e culminou em 2017 com o desenvolvimento de um trabalho de investigação sobre a história da marca, estudo e inventariação do seu acervo histórico. Deste trabalho resultou a concepção de um pequeno espaço museológico na loja da Claus Porto localizada na Rua das Flores, a participação no livro dos seus 130 anos, publicado em 2017 da autoria do conceituado designer Andrew Howard e ainda num artigo da minha autoria na Revista «O Tripeiro», no mesmo ano.

1. LOCALIZAÇÃO E PROPRIETÁRIOS/HABITANTES DO EDIFÍCIO

O edifício em estudo, localiza-se nos n.os 20, 22 e 24 da Rua das Flores, inserido na zona sul desta artéria, que outrora fazia parte dos terrenos foreiros à Mitra do Porto. Nesta ala sul da rua estavam estabelecidos os mercadores, com importantes armazéns de malhas e fazendas, mercearias, casas de chá e café, papelarias, lojas de ferragens etc.

As primeiras referências ao edifício primitivo que aqui existiu, remontam ao século XVI, conforme nos dão conta os registos do Censual da Mitra, datado de 1542, publicados por Cândido dos Santos[1] e estudados por José Ferrão Afonso[2]. Em 1523 o mercador Francisco Dias e sua mulher Grácia Lopes emprazam os terrenos para a construção de cinco casas nos atuais n.os 2-6, 8-12, 14-18, 20-24, 26-30. Foram herdeiros destas casas o cavaleiro fidalgo vereador e juiz pela ordenação, João Dias, que foi vedor da Imperatriz D. Isabel de Portugal, e sua mulher, Joana Serrão, moça de câmara da dita Imperatriz[3].

Com base na consulta dos registos prediais, as licenças de obra existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), bem como as informações publicadas por José F. Afonso[4], apresenta-se cronologicamente os diferentes proprietários/moradores deste prédio:

1523 – Francisco Dias e sua mulher Grácia Lopes emprazam os terrenos para a construção de cinco casas nos n.os 2-6, 8-12, 14-18, 20-24, 26-30.

1557 – O edifício pertencia a João Dias e sua mulher Joana Serrão.

1561 – Joana Serrão, após a morte do seu marido em 1557, doa as casas dos n.os 20-24 e 26-30 à Companhia de Jesus.

1565 – Os prédios são adquiridos por Francisco Pereira de Miranda, fidalgo da casa real e que foi capitão de Chaúl, casado com Guiomar Pereira, neta do cronista Rui de Pina.

1574 – Os prédios passam para D. Isabel de Miranda e Jorge Pereira de Miranda, filhos de Francisco Pereira de Miranda e Guiomar Pereira.

[1] SANTOS, 1973.
[2] AFONSO, 2000.
[3] DELGADO, VALENÇA, GUIMARÃES, 2012: 79.
[4] AFONSO, 2000: 333-337.

1639-1697 – Os proprietários eram D. Henrique Henriques senhor de Alcáçovas de Setúbal e sua esposa D. Maria Luísa Pereira de Menezes Faria, neta do irmão de Francisco Pereira de Miranda.
1699 – O desembargador Jerónimo da Cunha Pimentel compra as casas dos n.os 2-6; 14-18; 20-24 e 26-30 a D. Maria Luísa Pereira de Menezes Faria e ao seu filho D. Jorge Henriques Pereira, 8.º Senhor de Alcáçovas, casado com D. Madalena de Bourbon.
1746 – Após a morte de Jerónimo da Cunha Pimentel as casas ficam propriedade de António da Cunha Pimentel e sua mulher Felicíssima Leite Pereira e Melo.
1856/1857 – Bento Ribeiro de Faria, cavaleiro professo na Ordem de Cristo que era proprietário de vários edifícios na Rua das Flores, faz um pedido de licenciamento de obra para os prédios dos n.os 22 ao 27.
1874 – Era propriedade de Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos, neto do desembargador Jerónimo da Cunha Pimentel.
1911 – José António de Sousa Nova compra os três prédios dos n.os 14-18; 20-24 e 26-30, por 6 contos a D. Maria da Cunha Pimentel de Vasconcelos e ao seu irmão Henrique da Cunha Pimentel Vasconcelos e sua esposa D. Maria Luísa Angélica de Sá Pimentel, que tinham herdado por partilha amigável como únicos filhos herdeiros dos seus pais Joaquim da Cunha Pimentel e D. Angélica Augusta da Costa de Vasconcelos Pimentel.
1931 – O prédio fica propriedade de Laurinda Ferreira de Azevedo Sousa Nova, viúva de José António de Sousa Nova que faleceu em 1930.
1973 – Maria Rosa Meira Sampaio fica na posse do prédio por sucessão testamentária.
2002 – Maria Rosa Meira Sampaio arrenda o prédio ao Teatro de Marionetas
2015 – RDD – Construção e gestão de imóveis S.A. adquire o imóvel a Maria Rosa Meira Sampaio
2016 – Avelino Augusto dos Santos Oliveira, adquire o imóvel à RDD – Construção e gestão de imóveis S.A. e arrenda o mesmo à firma Ach. Brito, S.A./Claus Porto.

2. OBRAS E INTERVENÇÕES NO EDIFÍCIO

Relativamente ao edifício primitivo não se conseguiu obter informações, sabe-se que foi construído em 1523, mas não se conhecem registos do mesmo.

O prédio conforme o conhecemos na actualidade, terá sido construído no século XIX, tendo sofrido várias remodelações ao longo dos tempos. É um edifício com duas frentes, uma para a Rua das Flores com entrada pelo n.º 22, outra para o interior do quarteirão, composto por quatro pisos (cave, rés-do-chão e dois pisos)[5].

[5] PORTO VIVO, SRU, 2009.

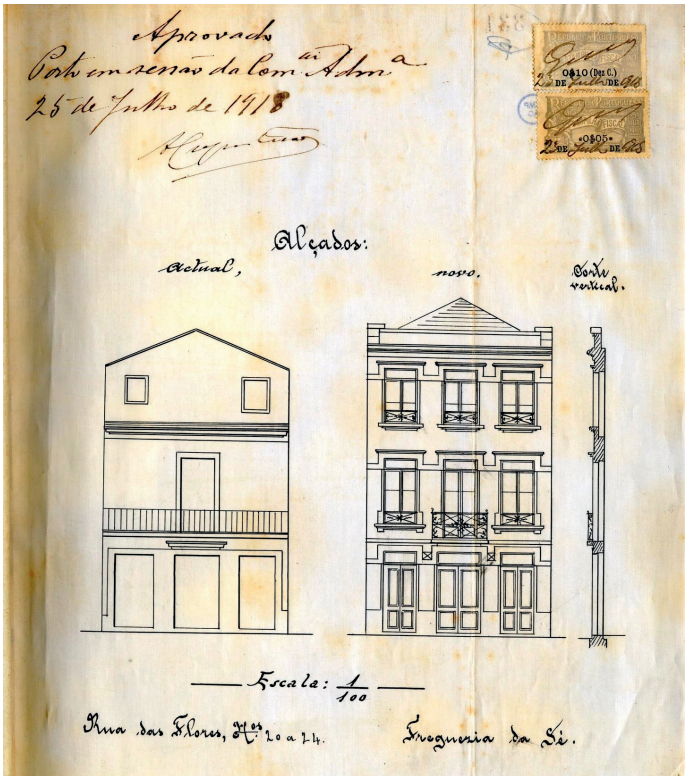


Fig. 1
Planta de reconstrução da fachada do edifício (1918)
Fonte: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico.
Identificador: 86541

As licenças de obra mais antigas associadas a este imóvel datam de 1856 e 1857[6], ambas requeridas por Bento Ribeiro de Faria, destinadas à reedificação da sua casa sita na Rua das Flores, n.os 22 e 27, referido que possuía dois andares e águas-furtadas, pretendendo adicionar um terceiro andar.

Somente em 1916 foi realizado um novo pedido de intervenção, desta vez em nome de José António Sousa Nova[7], para reconstruir as duas fossas existentes e as respectivas canalizações dentro dos prédios n.os 14-18/20-24 e 26-30. Em 1918, o mesmo requerente e proprietário José António Sousa Nova, solicita um novo licenciamento de obra[8] para reabilitar a fachada que é antiquada e sem estética, visto que o prédio tinha sido tomado de arrendamento, por um período de 10 anos, para aí se estabelecer um armazém de fazendas. A licença referia ainda que o inquilino seria responsável pelos custos da obra. De acordo com a planta anexada à licença de obra, é possível constatar que a fachada vai adquirir a sua traça arquitectónica como a conhecemos actualmente.

[6] AHMP. *Licenças de obra*. N.º 150/1856 e N.º 291/1857.
[7] AHMP. *Licença de obra*. N.º 8/1916.
[8] AHMP. *Licença de obra*. N.º 469/1918.



Fig. 2
Fotografia dos edifícios da Rua das Flores n.º 18-24 e n.os 20-24 (1940)
Fonte: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Identificador: 169839

Em 1940 Laurinda Ferreira Azevedo Sousa Nova Mendes Correa requer autorização para realizar alterações na fachada do n.os 14-18 para formar um melhor conjunto com o prédio n.os 20-24. Pretendia ainda tapar várias portas que comunicavam com o prédio vizinho, aumentar o 2.º andar do prédio do n.os 20-24 para ficar com o mesmo prumo do andar inferior e colocar telhas do tipo Marselha na cobertura. Esta alteração da fachada não foi autorizada. O prédio foi sujeito a uma vistoria que certificava ter condições de habitabilidade[9].

Após esta licença de obra, há uma ausência total de informações relativamente a outras intervenções no edifício e à sua utilização. Somente em 2002 quando o mesmo foi arrendado ao Teatro de Marionetas, é que foi levada a cabo uma intervenção profunda no imóvel, que se encontrava devoluto há vários anos e num elevado estado de degradação[10]. O projecto da autoria do conceituado arquitecto portuense José Gigante, pressupunha a reabilitação da fachada e do seu interior e ainda a substituição de telhado. A fachada encontrava-se descaracterizada pela retirada do reboco que anteriormente a revestia. No rés-do-chão foram retiradas as caixilharias existentes e redesenhadas tanto a porta de entrada como as montras laterais. O rés-do-chão além da área de atendimento, possuía uma área administrativa, 3 sanitários e ainda uma área de projecção de apresentação do museu, ao passo que o 1.º e 2.º andar destinavam-se a áreas de exposição. No último piso foi recuperada a estrutura de madeira de cobertura, assim como das estruturas de madeira existentes entre os pisos. A escada de acesso aos pisos superiores foi mantida, mas a escada de acesso à cave, dado o

[9] AHMP. *Licença de obra*. N.º 639/1940.
[10] AGMP. *Licença de obra*. N.º 168/2013.



Fig. 3
Fotografia do Edifício Claus Porto
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 4. Fotografia do piso 1 da loja da Claus Porto dedicado à história da marca. Fonte: Fotografia da autora

seu mau estado de conservação, foi demolida e reposta com os mesmos materiais em madeira e alvenaria. O soalho do rés-do-chão e cave foi revestido de argamassas, enquanto o soalho dos pisos superiores foi mantido e recuperado.

Dada a dimensão das obras a realizar, as mesmas foram feitas lentamente, ao ritmo da capacidade financeira da companhia, tendo sido apenas concluídas em 2013.

Finalmente, em 2016, a Claus Porto arrenda o prédio para aí instalar a sua casa-mãe, na cidade que a viu nascer. O projecto esteve a cabo do arquitecto João Mendes Ribeiro, o mesmo da loja de Lisboa e a participação artística na parte decorativa da arquitecta e artista plástica Joana Astolfi e do designer Eduardo Aires, director artístico do White Studio. Este projecto pretendia albergar não apenas uma loja comercial, mas sim um conceito de *lifestyle*, que fosse de encontro ao requinte, qualidade e autenticidade que caracteriza a marca e onde se pudesse materializar a sua longa história.

A intervenção deu-se essencialmente no seu interior, sendo o edifício composto por três áreas distintas: no rés-do-chão a loja com uma bancada para experimentar os produtos e uma zona de barbearia tradicional onde é possível ter este serviço mediante marcação. O piso 1 é o espaço-museu, dedicado à história da Claus Porto, onde se pode ver exposto algum do valioso espólio histórico da empresa e também uma área com reprodução das centenas de rótulos antigos que a marca possui. O piso 2 tem uma área para *workshops*, onde estão também expostos materiais de laboratório antigos, e uma zona de lazer para reuniões de trabalho[11].

[11] COUTO, 2017: 364.

3. A VIDA DO EDIFÍCIO: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O edifício como vimos no capítulo anterior, foi alvo de várias intervenções, contemplando obras que visavam não só melhorar a fachada em termos estéticos e as condições de habitabilidade do imóvel, mas também para o adaptar às diferentes funções que teve ao longo do tempo. A consulta do *Almanak do Porto*[12], das diferentes licenças de obras[13], dos livros de registos de dizeres e de licenças para tabuletas[14], bem como outra documentação avulsa encontrada no AHMP, permitiu aferir de algumas das actividades que aí se desenvolveram. De salientar que entre o período de 1940 até aos finais dos anos 90 do século XX não se conseguiu encontrar qualquer registo de actividade comercial neste edifício. Entrevistas realizadas junto de alguns dos comerciantes mais antigos na rua, não permitiu igualmente aferir qualquer informação[15]. A ausência de licenças de obras após 1940, leva-nos a crer que este terá servido de habitação e posteriormente ter-se-á tornado devoluto. Desta forma, foi possível definir as seguintes actividades:

1844 – Estava instalado no n.º 20 da Rua das Flores, o negociante António José Pereira Coelho.

1853-1858 – Existia no n.º 24 da Rua das Flores um ourives de nome Joaquim Ferreira da Cunha.

1860 – Um recibo encontrado no AHMP faz referência a uma loja e oficina de Ourivesaria de António Moreira de Magalhães, instalada no n.ºs 22 e 23 da Rua das Flores.

1918 – O prédio foi tomado de arrendamento por 10 anos para aí se estabelecer um armazém de fazendas.

1932-1933 – Estava instalada no n.º 24 da Rua das Flores a firma Pinto Araújo & Cª, chá e café.

1940-2001 – Não se conseguiu obter dados sobre a utilização do edifício, neste período.

2002 – É arrendado ao Teatro de Marionetas para aí instalar o seu museu.

2013-2016 – Abre ao público o Museu das Marionetas do Porto no n.º 22 da Rua das Flores onde funcionou até 2016, concretizando o sonho do fundador do Teatro de Marionetas, João Paulo Seara Cardoso, tendo dado uma dinâmica cultural à rua através das suas cenografias e leituras encenadas à porta, concertos, entre outras atractividades[16].

2017 – Abre a loja mãe da Claus Porto no n.º 22 da Rua das Flores.

---

[12] *Almanak da cidade do Porto*, 1844: 118; *Almanak da cidade do Porto e Vila Nova de Gaia*, 1853: 123; 1858: 108.
[13] AHMP. *Licença de obra.* N.º 469/1918.
[14] AHMP. *Livro de registo de licenças para tabuletas,* 1932-1933. TG-b/346, 115.
[15] Entrevistas realizadas a Manuel Saraiva morador n.º 18 Rua das Flores e Sr. Faria proprietário dos Armazéns Faria.
[16] Informações cedidas pela Drª. Isabel Barros, diretora artística do Museu das Marionetas do Porto.

5. CLAUS PORTO: HISTÓRIA DE UMA MARCA CENTENÁRIA

A Claus Porto foi fundada no Porto em 1887 por dois alemães, Ferdinand Claus e George Schweder, sob a designação de Claus & Schweder dedicada ao comércio de sabonetes e perfumaria, com fábrica localizada na Rua Serpa Pinto no Porto, que contou com a visita do rei D. Manuel II em 1908.

O seu sucesso era enorme, tendo sido premiada em várias exposições nacionais e internacionais. A par da qualidade dos seus produtos, também as embalagens e rótulos artísticos, conferiam o sucesso e destaque desta marca no mercado.

Em 1903 George Schweder retira-se por motivos de saúde, entrando para a empresa Achilles de Brito e Willy Thessen um perfumista-químico alemão, da qual se tornariam sócios. Contudo, a 1.ª Guerra Mundial viria alterar o rumo da empresa, forçando a saída do país dos sócios alemães e a nacionalização da empresa[17].

O sócio português Achilles de Brito, acabaria por fundar em 1918 a Ach. Brito, juntamente com o seu irmão Afonso de Brito, agregando as duas marcas em 1924 com a aquisição da Claus Porto.

O negócio prosperou, mantendo-se sempre na família, mesmo após a morte do seu fundador em 1949. Já sob a gerência de Achilles José de Brito, foi construída em 1952 uma litografia, permitindo desta forma também realizar os seus próprios rótulos e embalagens. Ao longo das décadas de 60 e 70 do século XX foi ainda realizado um forte investimento em publicidade e em maquinaria mais moderna e automatizada. São famosos os anúncios publicitários da Ach. Brito e Claus Porto, sobretudo das marcas Patti e Musgo Real, que continuam a ser produzidos até aos dias de hoje[18].



Fig. 5
Fotografia dos sócios da Ach.Brito e Claus Porto
Fonte: Arquivo histórico da Ach. Brito

[17] COUTO, 2017: 267-269
[18] COUTO, 2017: 324-325.

A empresa chegou a ter cerca de 300 funcionários, com instalações dotadas não só de maquinaria e métodos de produção inovadores, mas também de equipamentos sociais como cantina e posto médico. Porém, os anos que se seguiram foram conturbados, apesar do sucesso internacional que a linha de produtos de gama alta da marca Claus Porto alcançou. Assim, as dificuldades financeiras acabariam por ditar em 1999 a venda do emblemático edifício localizado na Rua D. António Barroso, ao despedimento de mais de metade dos funcionários e à sua transferência para Vila do Conde[19].

Em 2007 na sua nova unidade de produção em Vila do Conde, a Ach. Brito inicia uma nova fase, culminando em 2015 com a entrada de novos investidores financeiros. Inicia-se uma fase de crescimento e expansão, reforçando a internacionalização da Claus Porto, com vista a torná-la numa marca de culto de luxo e *lifestyle*. Esta estratégia teve como resultado a abertura das duas primeiras lojas de rua no país da marca Claus Porto, em Lisboa em Setembro de 2016 e a loja mãe no Porto em Junho de 2017. Fora do país, abre em 2018 uma loja em Nova Iorque e outra em 2020 em Tóquio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano em que a Rua das Flores comemora os seus 500 anos, a sua história passa inevitavelmente pela memória dos espaços que a ocuparam. O edifício da Claus Porto, é um dos exemplos de como um edifício pode ajudar a contar o percurso desta rua ao longo dos tempos.

Por este imóvel passaram diferentes proprietários, entre eles algumas das famílias mais importantes que viveram nesta rua, bem como diferentes actividades que marcam até à actualidade a dinâmica comercial e cultural desta artéria. A Claus Porto ao instalar-se neste edifício, permitiu não só fazer retornar ao Porto (a sua cidade natal) esta marca centenária, mas também devolver à rua a elegância e prestígio que outrora a caracterizou, através dos com os seus icónicos produtos. Além disso, esta casa-mãe da Claus Porto, proporciona a que todos os seus visitantes possam percorrer a longa e impressionante história da marca, registada materialmente através do seu acervo histórico exposto no 1.º andar da loja, num pequeno núcleo museológico.

A dinâmica comercial instalada nesta rua, tem permitido a reabilitação de outros edifícios, abrindo espaço a outras investigações e dados históricos sobre esta rua e a cidade do Porto.

[19] COUTO, 2017: 363-364.

FONTES

Arquivo Geral do Município do Porto

AGMP. *Licença de Obra*. N.º 168/2013.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP. *Licença de Obra.* N.º 150/1856. D-CMP/7(19), fol. 270-272.
AHMP. *Licença de Obra.* N.º 291/1857. D-CMP/7(20), fol. 176-177.
AHMP. *Licença de Obra*. N.º 8/1916. D-CMP/9(212), fol. 36-41.
AHMP. *Licença de Obra.* N.º 469/1918. D-CMP/9(262), fol. 334-337.
AHMP. *Licença de Obra.* N.º 639/1940. D-CMP/12(639/1940).
AHMP. *Factura datada de 1860/12/13 relativa a peças de ourivesaria, em nome de Jacinto Pinto das Neves, de estabelecimento situado na Rua das Flores n.º 22 e 23*. D-EPH/A2-12.
AHMP. *Livros de registo de licenças para dizeres,* 1929-1932. TG-b/350 a TG-b/353.
AHMP. *Livros de registo de licenças para tabuletas,* 1928-1933. TG-b/339 a TG-b/346.
ALMANAK da Cidade do Porto, 1837, 1844, 1845, 1846. P05/ALMA.
*ALMANAK da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia,*1848, 1853, 1858. P05/ALMA.
ALMANAK DO PORTO e seu Districto, 1866, 1879, 1881, 1882, 1891, 1894, 1900, 1903, 1908. P05/ALMA.
ANUÁRIO do Porto Santos Viseu, 1939,1934,1935,1940,1948,1952,1953,1954,1956,1957,1958,1959,196 1,1963,1964,1966,1967,1968,1969,1970,1971,1972,1973,1974. P05/ALMA.

Direção-Geral dos Registos e do Notariado – Conservatória de Registo Predial do Porto

DGRN-CRPP. N.º 10208, Livro n.º 40, Secção 1, matriz n.º 1665.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A rua das Flores no século XVI: Elementos para a história urbana do Porto de Quinhentos*. 2.ª ed. Porto: FAUP.

BARBOSA, Jorge Ferreira (2015). *Reabilitação do Património, cidade do Porto, estratégias e factos - Rua (S.ta Catarina) das Flores*. «Revista Arquitectura Lusíada». 7:1.º semestre, 153-206.

COUTO, Sónia (2014). *Fábrica Ach. Brito: um exemplo de sucesso na salvaguarda do património industrial*. In *Actas do II Congresso Internacional de Património Industrial. Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI*. Porto: Universidade Católica, pp. 180-193.

COUTO, Sónia (2017). *Indústria Portuense de Sabonetes e Perfumaria – As emblemáticas Fábricas Claus & Schweder e Ach. Brito*. «O Tripeiro». 7.ª série. Ano XXXVI, N.º 9, 267-269; N.º 10, 308-310; N.º 11, 323-325; N.º 512, 362-364.

DELGADO, Ana Paula; VALENÇA, Paulo Queiroz; GUIMARÃES, Margarida Mesquita (2012). *Eixo Mouzinho/Flores: Território do recolhimento e do mercadejar*. Porto: Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa.

PORTO VIVO, SRU (2009). *Eixo Mouzinho/Flores: Documento estratégico – São Domingos*. Porto: CMP.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973). *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. (Documentos Memórias para a História do Porto, vol. XXXIX).

III

A RUA NA ICONOGRAFIA URBANA

NAPLES 1540: THE DON PEDRO DE TOLEDO'S STRADA REALE. HISTORICAL URBAN ANALYSIS AND DIGITAL CARTOGRAPHY

ALFREDO BUCCARO*

Abstract: *The Strada Reale, later Strada Toledo, was carried out in the mid 16th century and it was the main axis of the urban expansion wanted by the Spanish viceroy Don Pedro de Toledo. The plan, based on the new settlement of Quartieri Spagnoli and on the construction of wider urban walls, was aimed at the strategic-military redesign of the city, incorporating for the first time the hills of San Martino and Pizzofalcone with the defensive poles of Castel Sant'Elmo and Castel dell'Ovo. Far from being a master plan and, therefore, from addressing the actual urban problems, this expansion favored, until the early 18th century, an uncontrolled land exploitation by the noble and ecclesiastical classes, in the face of an enormous growth of extramural villages. The Strada Reale hosted along its façades some sumptuous palaces of the Spanish and Neapolitan nobility, connecting them to the management and representative pole which developed around the viceroy palace.*
Based on the recent studies of CIRICE aimed at the construction of an interactive digital map of Naples during the modern age, the paper proposes a new reading of this important street and of its context with the use of digital cartography applied to the historical and iconographic sources.

Keywords: *Viceregal Naples; Strada Toledo; Urban history; Historical digital cartography.*

Resumo: *A Strada Reale, posteriormente Strada Toledo, foi realizada em meados do século XVI e foi o principal eixo da expansão urbana pretendida pelo vice-rei espanhol D. Pedro de Toledo. O plano, baseado na nova povoação do Quartieri Spagnoli e na construção de muralhas urbanas mais amplas, visava o redesenho estratégico-militar da cidade, incorporando, pela primeira vez, as colinas de San Martino e Pizzofalcone, com os pólos defensivos de Castel Sant'Elmo e Castel dell'Ovo. Longe de ser um plano diretor e, portanto, de abordar os atuais problemas urbanos, esta obra teria favorecido, até o início do século XVIII, uma exploração descontrolada das terras pelas classes nobres e eclesiásticas, em face de um enorme crescimento de aldeias extramuros. A Strada Reale teria acolhido ao longo das suas fachadas alguns suntuosos palácios da nobreza espanhola e napolitana, e ligava-os ao pólo administrativo e representativo que se desenvolvia em torno do palácio do vice-rei.*
Com base nos estudos recentes do CIRICE voltados para a construção de um mapa digital interativo de Nápoles na modernidade, o artigo propõe uma nova leitura desta rua e de seu contexto com o uso da cartografia digital aplicada a fontes históricas e iconográficas.

Palavras-chave: *Viceregal Nápoles; Strada Toledo; História urbana; Cartografia digital histórica.*

* University of Naples Federico II, DiARC – Department of Architecture. CIRICE – Interdepartmental Research Center on the Iconography of the European City. Email: buccaro@unina.it.

INTRODUCTION

This paper, leaving from the studies that CIRICE is carrying on the historical Neapolitan iconography and cartography for over twenty years, describes one of the most significant urban operations in modern Europe and certainly the most important for the urban development of the city of Naples between the 16th and 18th centuries. We are dealing with the plan executed by the will of Don Pedro de Toledo, viceroy of Naples from 1532 to 1553, that had the supporting elements in the Strada Reale, later Strada Toledo, and in the Quartieri Spagnoli. We'll refer on these subjects to our project *Naples Digital Archive*, that has just aimed at the construction of a «viceregal map» of Naples.

ORIGIN AND GROWTH OF THE *STRADA REALE* TOLD BY MEANS OF THE HISTORICAL URBAN ICONOGRAPHY

In the *Tavola Strozzi* (ab. 1472, attr. F. Rosselli)[1] Naples still appears with the structure obtained during the Aragonese kingdom, with Castel Nuovo just rebuilt to replace the Angevin castle; then we see the Molo Grande, the urban nucleus surrounded by hills, the most important Angevin churches in evidence and the city walls along the coast with the gates of access to the city.

At the beginning of the Spanish rule in the Southern Italy, the plan by Don Pedro Álvarez de Toledo y Zúñiga, viceroy of Naples from 1532 to 1553, was started in 1540 with evident strategic and military purposes, as well as to control the Neapolitan population and nobility[2]. So the urban expansion during the 16th century was not aimed at solving the social and urban problems that had long troubled the Neapolitans, nor it was therefore the implementation of a master plan for the city, but it was based on building a new circle of city walls to constitute a real citadel for the Spanish, including the military poles of Castel Sant'Elmo and Castel dell'Ovo, the new Viceregal Palace and a settlement to be used for the Spanish troops. Consequently, on the one hand an attempt was made to attract as much as possible to the capital the nobility from the territories of the Kingdom, even with tax concessions; on the other hand, it was forbidden, with a series of legislative provisions, to build in the extramural areas and in the villages. But, due to the enormous demographic increase, the consequence was, within one century, the total derogation from these prohibitions, with the growth of an «other city» outside the city walls.

In the view by Carlo Theti of 1560[3] the work undertaken in 1540 to open the Strada Reale, then titled Strada Toledo from the viceroy's name, still appears in progress, with the first row of lots along the street. The new city walls are also represented: at

[1] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 113.
[2] BUCCARO, 2016: 707-732.
[3] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 120.



Fig. 1
LAFRÉRY, Antoine, DU PÉRAC, Étienne, *View of the City of Naples*, 1566. Naples: San Martino National Museum
Source: DE SETA, 1997

that time, they were being carried on the western side, up to incorporate the hills of San Martino and Pizzofalcone with Castel dell'Ovo.

So, in the following view by Antoine Lafréry and Étienne Du Pérac (1566) (Fig. 1)[4] the great street is just completed with its north-south route of more than one kilometer from the Porta Reale to the Viceregal Palace, designed by Ferdinando Manlio and Giovanni Battista Benincasa, together with the military grid of Quartieri Spagnoli and the new city walls reaching Castel Sant'Elmo, redesigned by the engineer Pedro Luis Escrivá. We also note the extramural settlements, consisting of the villages Loreto, Sant'Antonio Abate, Vergini-Sanità, Spirito Santo, Chiaia[5]. Here the Strada Reale is represented in its entirety as the backbone of the expansion wanted by Don Pedro and as the support of the Quartieri fabric, a new rectangular-shaped settlement of harmonious dimensions conceived as a residential and military *barrio cuartiel*, according to the widespread schemes by means of the Renaissance treatises, with the typical design of the Hispano-American colonization[6].

[4] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 121.
[5] BUCCARO, *ed.*, 1991.
[6] BUCCARO, 2016: 721; COLLETTA, 1985: 23-26.

In the Lafréry-Du Pérac's view the ancient *decumanus inferior*, now at the centre of the urban expansion and named because of this Spaccanapoli, has just been extended straight up to the slopes of the hill of San Martino, while the new axis via Monteoliveto-via Medina connects Porta Reale to Castel Nuovo and to the Port. We also note the viceregal citadel with the Palace, its square and gardens, and the adjoining strategic pole of Castel Nuovo surrounded by new mighty bastions designed by Antonio Marchesi da Settignano on a project by Francesco di Giorgio Martini at the beginning of the 16th century; these walls are accurately represented by Francisco de Hollanda in a beautiful view (1540 ca.)[7]. From the Don Pedro's Palace, the Strada di Chiaia goes west, joining the city with the ancient road to Rome.

The Dutch artist Jan van Stinemolen (1582)[8] made a large view of the viceregal city from the Camaldoli hill, after the completion of the city walls, that are represented in the foreground. Highlights are Castel Sant'Elmo, the Strada Toledo and the Largo Mercatello, with the ancient city, the Gulf with Castel dell'Ovo, Pizzofalcone and the Vesuvian and Sorrento coasts; but this landscape is very much deformed to be contained in the field of view.

As we can see in some archival drawings, during the 16th century the Spanish also thought about building a fortified citadel between Castel Sant'Elmo and Castel dell'Ovo: since they conceived this walled nucleus as a defensive pole against the possible riots of the Neapolitans, they did not aim the guns of Sant'Elmo outwards, but towards the city. Around the middle of this century there were numerous cases of new streets opened in the historical fabrics of European cities, with an important urban role, just like the neapolitan Strada Toledo. In Italy we have above all the cases of Genoa and Palermo.

The Strada Nuova of Genoa[9], now Via Garibaldi, was opened in 1550 and it was the axis of a new residential settlement for the Genoese aristocratic families who abandoned the medieval neighborhoods. They occupied this previously infamous area and their new buildings on both fronts of the street reveal a homogeneous architectural language in the Mannerist style, opening inside with some beautiful gardens. But, unlike the neapolitan road, the Strada Nuova had in fact no connection with the rest of the urban fabric.

The transformation of the ancient central street in Palermo, named the Cassaro[10], was commissioned by the viceroy García de Toledo since 1567 and it was realized by gutting that axis from the Royal Palace to the sea, thus opening the Strada Nuova (today Via Vittorio Emanuele). So also along the «new» Cassaro, during the second

[7] DE SETA, 1997: 84; BUCCARO, 2020: 70-74.
[8] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 125-126.
[9] CARACENI, 1992.
[10] CHIRCO, DI LIBERTO, 2017.



Fig. 2. BARATTA, Alessandro, *View of the City of Naples*, 1629. Naples: Banca Intesa
Source: DE SETA, 1997

half of the 16th century, many sumptuous noble buildings were built; since 1577 the street was intersected by Via Maqueda and at the beginning of the 17th century the famous Quattro Canti circus was built at the half of the route, in baroque forms on the model of Piazza Quattro Fontane in Rome.

The view by Alessandro Baratta (1629) (Fig. 2)[11] represents the viceregal Naples by now densely built up. The villages have expanded to form the *extra moenia* «other city», a symptom of an explosive demographic situation. Despite the «pragmatic sanctions» which prohibited any construction outside the city walls for strategic reasons and for population control, the territories outside the walled city were subject to extensive subdivisions by nobles and convents, who were the major owners of these lands, in order to create the maximum land rent. So, in the absence of a government plan, the *extra moenia* city was designed by private individuals in a completely «abusive» way, while also in the ancient city the convents were occupying every available space with the expansion of their buildings in accordance with the Counter-Reformation rules.

In the Baratta's view Strada Reale results by now complete in its long path from north to south, starting from the new Royal Palace, built in the early 17th century on a project by Domenico Fontana, including the renovation of the Strada di Chiaia in connection with the western area of the city. The grid of Quartieri Spagnoli appears extended on all sides beyond the original nucleus, which only reached up to the sixth

[11] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 132-133.

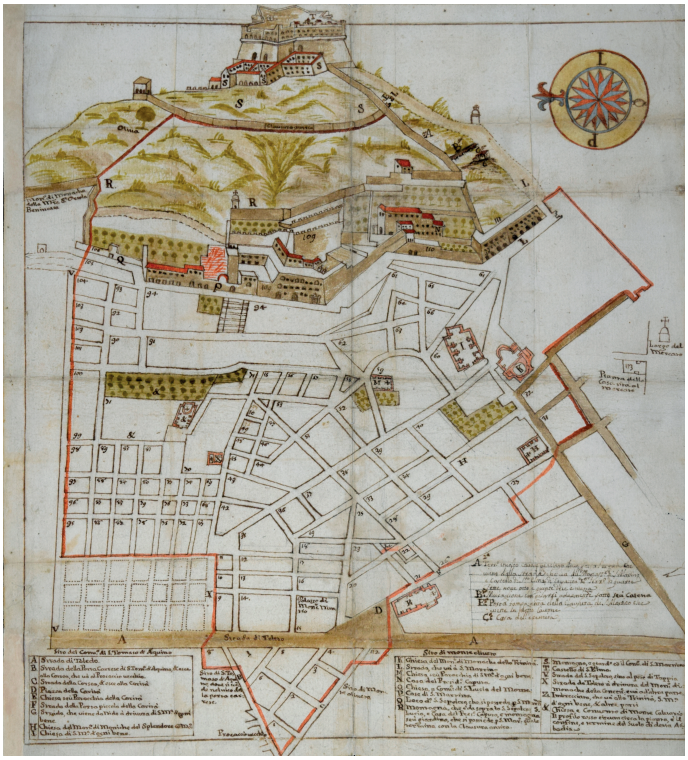


Fig. 3
Partial «pre-cadastral» map of the Spanish Quarters, mid XVII century. State Archive of Naples, *Corporazioni Religiose Soppresse*: 2222, 30
Source: COLLETTA, 1985

parallel to Strada Toledo. The role of Castel Sant'Elmo is also evident, in line with the extension of the decumanus of Spaccanapoli; so too the importance of Castel Nuovo and of the Port enhanced with the new arsenal.

FROM THE «PRE-CADASTRAL» MAPS TO THE 19TH CENTURY ICONOGRAPHY

The areas occupied by the viceregal expansion with the Strada Toledo and the Spanish Quarters, largely owned by the noble class and by the monastic orders, had been acquired by the Spanish Crown for the execution of the military plan. But, in addition to those occupied by the new street and by the Quartieri, many others are parceled out by the owners in the following decades in order to obtain the maximum land rent.

In many 17th century maps the development of the Quartieri is represented from the original nucleus to the north up to the limit of the city walls, on some territories of noble and monastic property. These *Platee* detected by the monastic orders — generally called «pre-cadastral maps» and preserved in the State Archives of Naples (Figs. 3 and 4)[12] — show the new blocks of subdivisions designed in extension of the

[12] COLLETTA, 1985; BUCCARO, 2017: 147-150.

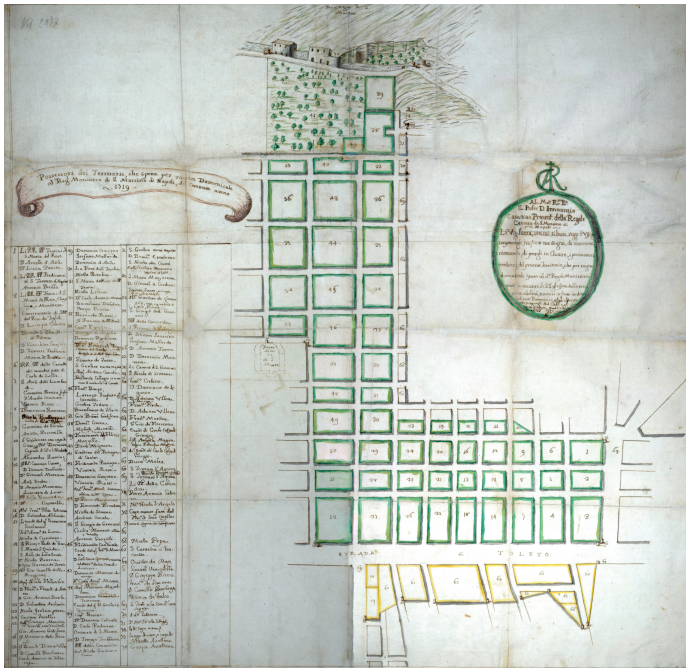


Fig. 4
Partial «pre-cadastral» map of the Spanish Quarters at the end of the XVII century. State Archive of Naples, *Corporazioni Religiose Soppresse*: 2057, 57
Source: COLLETTA, 1985

early grid; but the Quartieri appear by now as a closed settlement without any square neither any upstream connecting road. In these maps we can also note how the lots facing the Strada Toledo were given a depth double of the rows behind them, being intended for building the most representative palaces for Spanish and Neapolitan nobility, while in the rest of the grid we find the use of a standardized typology for the housing units in the lots. Up to the end of the 18th century these noble palaces rised with their rich facades, ranging from the late Renaissance and Mannerism to the Baroque and the Neoclassicism.

During all the Spanish vice reign (1503-1707) and the Austrian one (1707-1734) many important views represented the street and its area, before the development of the scientific urban cartography around the half of 18th century favored the spread of «official» maps of the city.

A painting by Micco Spadaro[13] shows the Largo Mercatello outside the Aragonese and viceregal city walls, during the plague of 1656, with Port'Alba, the city wall, San Sebastiano's church, San Michele's church and Porta Reale with the Charles V's insignia, marking the northern entrance to the Strada Toledo.

[13] DE SETA, 1997: 158.



Fig. 5. CARAFA DUCA DI NOJA, Giovanni. *Map of the City of Naples*, 1750-75. Naples: San Martino National Museum. Detail with the Strada Toledo and the Spanish Quarters
Source: DE SETA, 1997

At the beginning of the 18th century another famous Ducth artist, Gaspar Van Wittel, dedicates to the viceregal capital some paintings[14] in which he definitely leaves the tradition of the «whole city portrait» to inaugurate the partial foreshortened view. In the first one he represents the Largo di Palazzo with the new Royal Palace by Fontana, the convents of San Luigi and Santo Spirito, San Ferdinando's square with the southern entrance to the Strada Toledo and on the bottom the hill of San Martino with Castel Sant'Elmo. In another painting Van Wittel depicts the promontory of Pizzofalcone with the city walls around it and Castel dell'Ovo, and the hill of San Martino with Castel Sant'Elmo in the background. In the last view he represents the

[14] DE SETA, 1997: 192-194.



Fig. 6
GIGANTE, Gaetano. *Via Toledo dalla piazza dello Spirito Santo e Palazzo Doria d'Angri*, 1837. Naples: San Martino National Museum
Source: BUCCARO, RASCAGLIA, *eds.*, 2020

western area of the city with the village of Chiaia and the hill of San Martino with Castel Sant'Elmo in strategic position, also indicating all churches and palaces built in this *extra moenia* area during the Spanish vice reign age.

Around the half 18th century the viceregal city is depicted with an increasingly realistic accent by some important artists, such as the Modenese Antonio Joli: in one of his paintings[15] we see the Strada del Molo standing out with Castel Nuovo and its 16th century fortifications on the left, and in the background, in the Castle square, the facade of San Giacomo degli Spagnoli's church — in which Don Pedro is buried — overlooking to ships bound for Spain.

In the map by Giovanni Carafa, Duke of Noja (1750-75) (Fig. 5)[16], that was the first scientific cartography of Naples, the Strada Toledo is represented with its long north-south route from Porta Reale to the Royal Palace with the Quartieri on the west side. The other long sign of Spaccanapoli is also recognizable, extended straightly almost to Castel Sant'Elmo.

At the end of the 18th century the Strada Toledo still preserved its role of the most important street in the city, animated by a large crowd of wayfarers, merchants, nobles, travelers. Though a century later, after the Unity, the street results unchanged in the map by Federico Schiavoni (1872-80)[17], its feature (Fig. 6) had been retrained during the last years of the Bourbon reign (1848-58): indeed Ferdinand II had ordered a great redevelopment and embellishment program, by rebuilding the water and sewage infrastructures, installing the gas lighting, normalizing the windows and the commercial insignia and transferring edible shops elsewhere.

[15] DE SETA, 1997: 232-233.
[16] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 150-152.
[17] DE SETA, BUCCARO, *eds.*, 2006: 167.

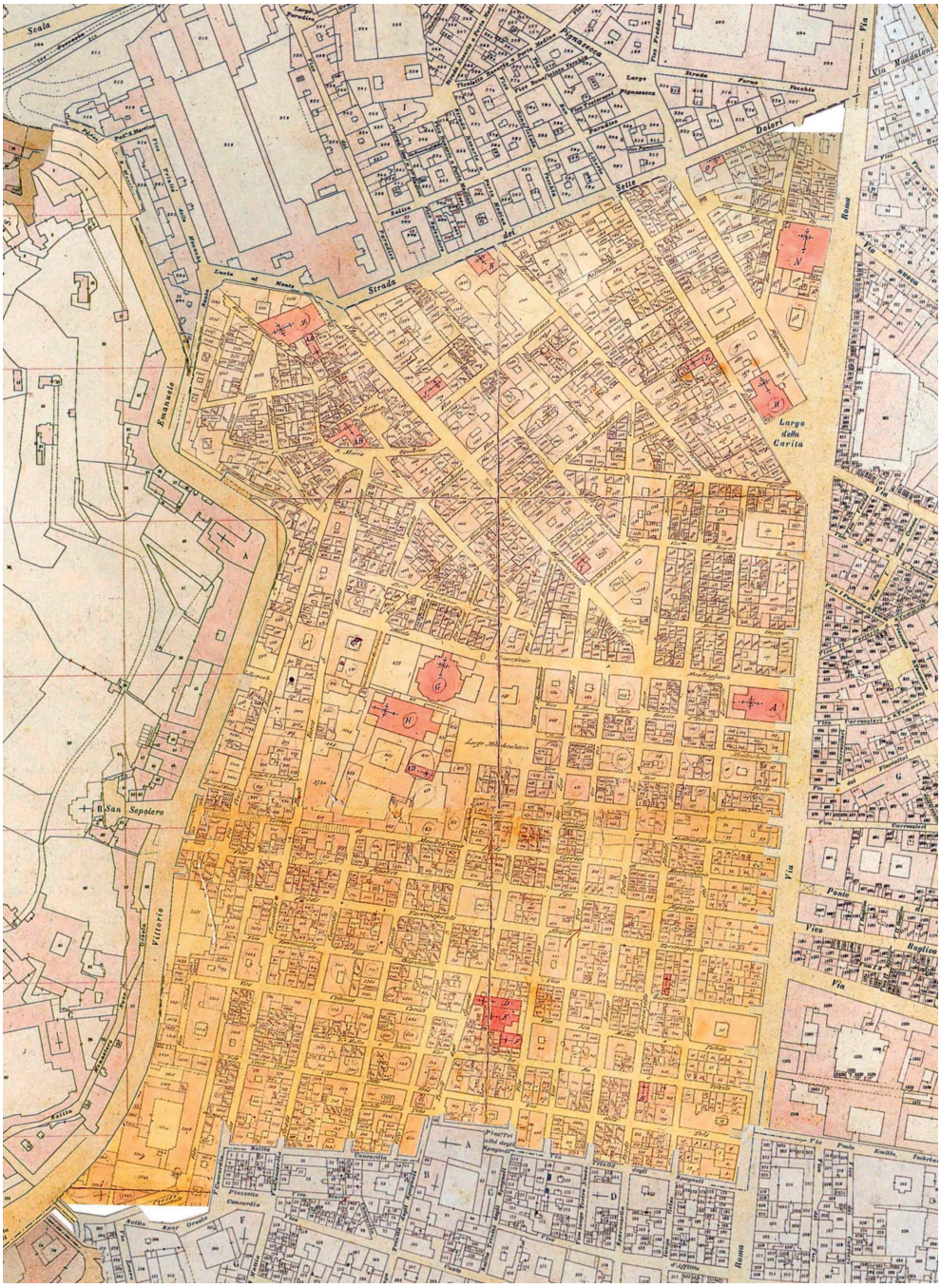


Fig. 7. Naples Cadastral map, 1895-1905. Naples: Territory Agency. Detail with the Spanish Quarters
Source: ALISIO, BUCCARO, 1999

In the first cadastral map of Naples (1895-1905) (Fig. 7)[18] the grid of the Spanish Quarters appears substantially unchanged: we can distinguish with evidence the aggregation types of the housing units within the lots and along the row of double blocks facing the Strada Toledo; so, we understand better the great importance of preserving this historical settlement, dating back to the Spanish colonization.

The Strada Toledo was shot by many photographers in the late 19th century, appearing always animated by shops and by a teeming traffic. It was also considered an ideal subject by the Lumière brothers, inventors of the cinema in 1894, who chose Naples among the Italian cities: the ancient capital of Southern Italy still represented the place of beauty and of myth, exalted over the centuries by landscape painters, travelers and now also by photographers and filmmakers. Some interesting short movies made by the Lumière date back to 1898, showing some important parts of the city center and of its main street.

THE CIRICE CENTER AND THE IDEA OF A DIGITAL MAP OF VICEREGAL NAPLES

The paper we have proposed with reference to the Strada Toledo is part of a larger research carried out by the CIRICE Center of the University of Naples Federico II: this institution, founded in 1998, the only one existing in Europe in this sector, studies the urban iconography and the historical cartography by means of a critical and comparative analysis of the sources, with particular attention to landscape painting, maps, travel memories, photography and artistic and documentary cinematography.

Urban iconography is an integral part of the urban and landscape history, and it is instrumental to a lot of disciplines. Over the last fifty years this subject has experienced ever-increasing development and importance, but above all it has represented one of the most innovative and original approaches in scientific research. CIRICE is by now a scientific pole of reference for European urban iconography and cartography: in the last decade the Center has integrated its traditional methodologies for urban historical analysis with the means of digital cartography, inserting itself with new research perspectives into the new challenges of «visual history», of «public history» and of «digital art and humanities».

The research project *Naples Digital Archive. Moving Through Time and Space*[19], that we have realized with the Bibliotheca Hertziana – Max Planck Institut für Kunstgeschichte (2018-2020), has been dedicated to the thematic elaboration of the Neapolitan historical iconography in the modern and contemporary age, aimed at drawing up a complex digital map organized on temporal layers corresponding to the

[18] ALISIO, BUCCARO, 1999.
[19] BUCCARO, 2018. For the website see: CIRICE, 2021; Bibliotheca Hertziana – Istituto Max Planck, [2018-2020].



Fig. 8. «Viceregal map». Detail with the Spanish Quarters
Source: Naples Digital Archive. [Consul. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive>

main stages of urban cartography. Particularly, it has been carried out the construction of a «viceregal map», that is a relief of the urban fabric between the second half of the 16th century and the first of the 18th century (Fig. 8). For this purpose, the greatest possible number of iconographic and documentary available sources have been drawn, especially the above mentioned «pre-cadastral» maps, that have been transferred, after taking some precise topographical points in GIS, on digital and composed bases in order to form a relief of the viceregal city that can be processed and implemented with graphic, textual and hypertextual data. So, on the CIRICE website we can follow the main steps that illustrate our work for the construction of the digital map and of the database of *Naples Digital Archive*. We can go on «Archival maps» to find the «viceregal map» with the «pre-cadastral» maps composing it. We can call every one of them, with their sheets, legends, and bibliography. Then we find the layers with the 18th and 19th centuries cartography, that we can overlap on the actual map of the city, zooming on the interesting parts (Figs. 9 and 10). We also find in the site the general database of the most important architectures in the historical city with their bibliography, the links to other sources databases and their descriptions in the best-known historical guides.

Recently we have completed the new project *Forma Urbis Neapolis*[20], that has gone on the Naples iconography database by making a new layer dedicated to the Ancient City. In this case, starting from all available archaeological data, suitably geo-referenced and integrated with all documentary and iconographic sources, it has been possible to make an updated historical map of *Neapolis*, also useful to investigate on the geometric design of its Greek foundation plan.

[20] BUCCARO, TAURO, 2021; BUCCARO, MELE, TAURO, 2023.

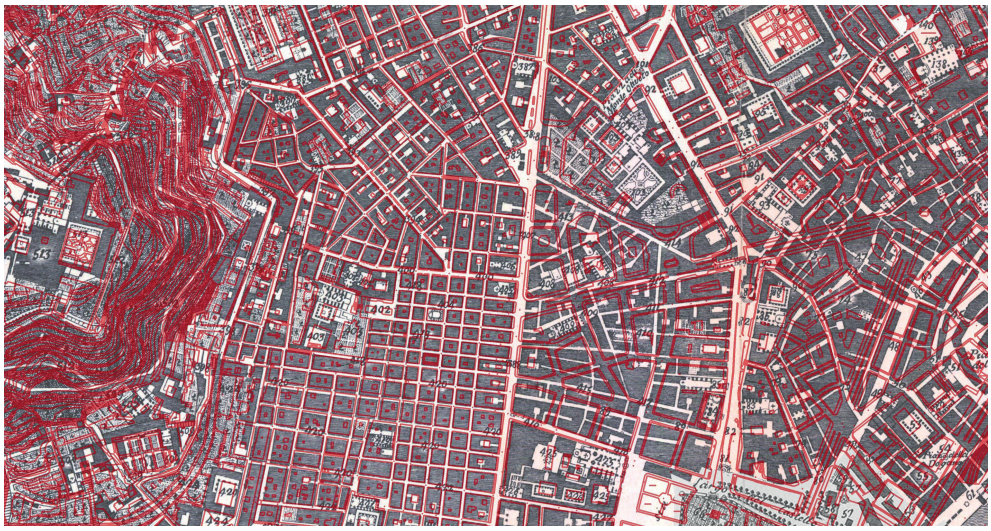


Fig. 9. Overlap of the duke of Noja's map on the DWG current city map (red lines). Detail with the Spanish Quarters
Source: Naples Digital Archive. [Consul. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive>

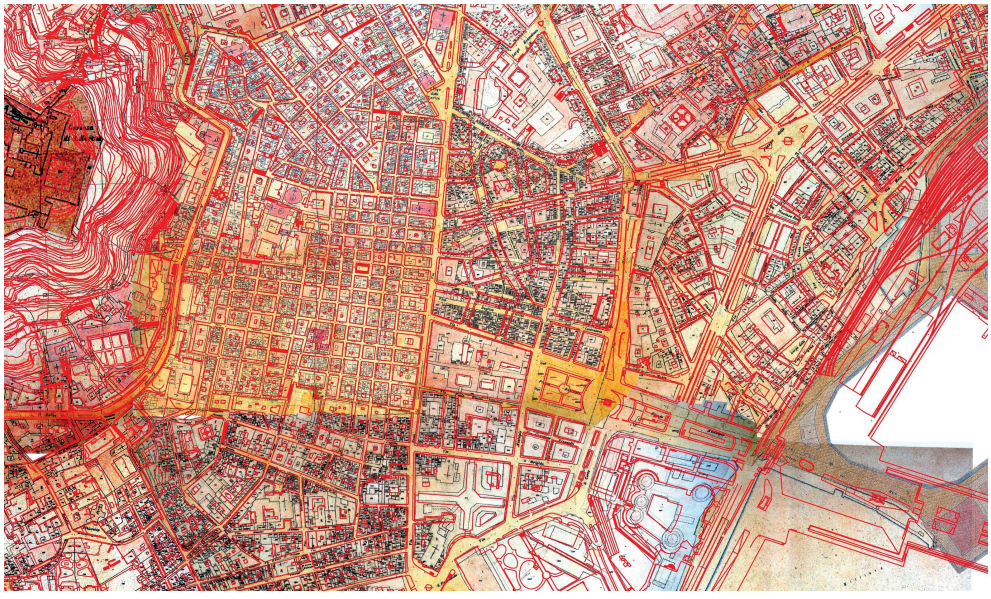


Fig. 10. Overlap of the Naples Cadastral map (1895-1905) on the DWG current city map (red lines). Detail with the Spanish Quarters
Source: Naples Digital Archive. [Consul. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive>

BIBLIOGRAPHY

ALISIO, Giancarlo; BUCCARO, Alfredo (1999). *Napoli millenovecento. Dai catasti del XIX ad oggi: la città, il suburbio, le presenze architettoniche*. Napoli: Electa Napoli.

BUCCARO, Alfredo, *ed.* (1991). *Il borgo dei Vergini. Storia e struttura di un ambito urbano*. Napoli: Cuen Editrice.

BUCCARO, Alfredo (2016). *Napoli e Pozzuoli in età vicereale: ritratti dell'evoluzione urbana*. In SÁNCHEZ GARCÍA, Encarnación, *ed. Rinascimento Meridionale. Napoli e il Viceré Pedro de Toledo (1532-1553)*. Napoli: Tullio Pironti Editore, pp. 707-732.

BUCCARO, Alfredo (2017). *Metodologie e fonti per l'analisi storica della città e del paesaggio urbano*. In D'AGOSTINO, Salvatore, *ed. Ingegneria e Beni culturali*. Bologna: Il Mulino, pp. 139-157.

BUCCARO, Alfredo (2018). *Moving through Time and Space: Naples Digital Archive. Il progetto CIRICE-Hertziana sull'immagine di Napoli in età moderna e contemporanea*. «Eikonocity». a. III. 2, 69-83.

BUCCARO, Alfredo (2020). *Il 'Foglietto del Belvedere' dell'Archivio Pedretti: «Mag.° Antonio Florentino» tra Roma e Napoli e le possibili tracce di codici vinciani perduti*. In BUCCARO, Alfredo; RASCAGLIA, Maria, *eds. Leonardo e il Rinascimento nei Codici napoletani. Influenze e modelli per l'architettura e l'ingegneria*. Napoli / Poggio a Caiano: CIRICE - FedOA Federico II University Press/CB Edizioni, pp. 67-76.

BUCCARO, Alfredo; MELE, Alfonso; TAURO, Teresa (2023). *Forma Urbis Neapolis. Genesi e permanenza del disegno della città greca*. Napoli: arte'm.

BUCCARO, Alfredo; RASCAGLIA, Maria, *eds.* (2020). *Leonardo e il Rinascimento nei Codici napoletani. Influenze e modelli per l'architettura e l'ingegneria*. Napoli / Poggio a Caiano: CIRICE – FedOA Federico II University Press/CB Edizioni.

BUCCARO, Alfredo; TAURO, Teresa (2021). *Forma Urbis Neapolis. Genesi e struttura della Città Antica nelle fonti storiche e nella cartografia moderna attraverso il* Naples Digital Archive. In CAPANO, Francesca; VISONE, Massimo, *eds. La Città Palinsesto. Tracce, sguardi e narrazioni sulla complessità dei contesti urbani storici*. Proceedings of the International Conference *CIRICE 2020_21* (Naples, 10-12 june 2021). Naples: CIRICE – FedOA Federico II University Press, I, pp. 565-576.

CARACENI, Fiorella (1992). *Una strada rinascimentale: via Garibaldi a Genova*. Genova: Sagep.

CHIRCO, Adriana; DI LIBERTO, Mario (2017). *Il Cassaro di Palermo. Atmosfere e architetture tra Porta Nuova e Porta Felice*. Palermo: Dario Flaccovio Editore.

COLLETTA, Teresa (1985). *Napoli. La cartografia pre-catastale*. «Storia della città». 34-35, 5-178.

DE SETA, Cesare (1997). *Napoli fra Rinascimento e Illuminismo*. Napoli: Electa Napoli.

DE SETA, Cesare; BUCCARO, Alfredo, *eds*. (2006). *Iconografia delle città in Campania. Napoli e i centri della provincia*. Napoli: Electa.

SITOGRAPHY

CIRICE, 2021. *Naples Digital Archive. Moving through time and space*. [Consult. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive>.

BIBLIOTHECA Hertziana – Istituto Max Planck [2018-2020]. *Naples Digital Archive.* [Consult. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.biblhertz.it/it/dept-michalsky/naples-digital>.

NAPLES Digital Archive. [Consul. 30 Nov. 2023]. Available at <https://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/cms/naples-digital-archive>.

RINCONES Y CALLES DE PONTEVEDRA. UNA APROXIMACIÓN DESDE SU ICONOGRAFÍA URBANA

CARLA FERNÁNDEZ MARTÍNEZ*

Resumen: *Las calles y plazas son los lugares urbanos que más evidencian la evolución de la ciudad y son el resultado de necesidades de cada época y de las alteraciones de los usos y funciones que desempeñaron. Constituyen los contextos donde se desarrolló y desarrolla gran parte de la vida comunitaria, atesorando un fuerte contenido significativo, histórico y cultural. En ocasiones, es el uso que hacemos de ellas el factor que determina la importancia que les otorgamos, mientras que, en otros, es su organización y funcionalidad la que nos induce a comportarnos de una manera concreta. Precisamente, este artículo es fruto de una investigación sobre el ejemplo de la ciudad de Pontevedra, en Galicia. A través del análisis de su iconografía urbana y de las descripciones literarias se ha indagado en las impresiones que generaron sus calles y espacios de uso colectivo a lo largo de la Edad Contemporánea.*

Palabras-clave: *Pontevedra; Iconografía urbana; Memoria; Identidad.*

Abstract: *Streets and squares are the urban places which most show the evolution of the city and are the result of the needs of each era and the alterations in the uses and functions they performed. They constitute the contexts where a large part of community life developed and develops, treasuring a strong significant, historical and cultural content. Sometimes, it is how we use them that determines the importance we give them, while, in others, it is their organization and functionality which induces us to behave in a specific way. Precisely, this article is the result of an investigation on the example of the city of Pontevedra, in Galicia. The impressions generated by its streets and spaces of collective use along the Contemporary Age have been investigated by mean of the analysis of its urban iconography and literary descriptions.*

Keywords: *Pontevedra; Urban iconography; Memory; Identity.*

1. LA CIUDAD COMO OBJETO DE ESTUDIO

La definición de la ciudad ha cambiado en los últimos años a la par que se han incrementado las investigaciones que la examinan desde diversos ámbitos y con múltiples objetivos. Actualmente, proliferan los estudios que no solo atienden a su estructura física, es decir, al conjunto de sus arquitecturas, sino que la entienden como una comunidad y un fenómeno humano, reparando en los diversos elementos que implica tal acepción. Se trata de dos enfoques que no deben estar enfrentados, pues son complementarios y ofrecen la posibilidad de comprenderla en su complejidad.

* Universidad de Oviedo. Email: fernandezcarla@uniovi.es.

Quizás una de las mayores dificultades para explicar qué es la ciudad derive de la multitud de factores, sujetos y componentes que se tienen que considerar para desentrañar e identificar sus rasgos más característicos. Pese a ello, podríamos comenzar recordando que ésta se presenta como un organismo vivo, en continua transformación y que, de acuerdo con la definición aportada por Aldo Rossi, debe ser entendida como una arquitectura en construcción, como una construcción que se va configurando a lo largo del tiempo[1]. Nos habla del presente y puede anunciar ciertos aspectos de su futuro más inmediato, pero, ante todo, invita a reflexionar sobre su pasado, sobre la historia y la memoria que ha ido acumulando, sobre aquellos acontecimientos que han contribuido a modelar su imagen, al menos la que nosotros hemos heredado.

El COVID-19 se instaló en nuestras vidas en el mes de marzo del 2020 y junto con las múltiples alteraciones que causó a la cotidianidad, cambió también profundamente la percepción de las ciudades, dejando imágenes insólitas del espacio público con calles y plazas vacías, contrarias a esa idea de la ciudad como máxima expresión de la vida comunitaria. Hoy nos planteamos cómo serán las urbes post-COVID-19, cómo afectará la pandemia a la vida urbana y los interrogantes son numerosos: ¿seremos capaces de formular propuestas eficaces de urbanismo tácito? ¿volveremos a poner al ciudadano en el centro de la planificación y de la ordenación? ¿conseguiremos hacer ciudades más resilientes y sostenibles?

El Coronavirus ha puesto de nuevo la atención sobre el cambio urbano y sobre este argumento existe bastante consenso entre los especialistas. Probablemente, hacia la idea de una ciudad más peatonalizada, más ventilada, menos densa y más respetuosa con el medio ambiente; pero el virus no va a inventar nuevos modelos urbanos, puede que acelere los cambios, pero ya sabíamos que las ciudades compactas eran más saludables y sostenibles, que eran más habitables cuando más verdes y hechas a medida del ciudadano[2].

Lo cierto es que desde hace décadas la celeridad con la que se han producido los cambios ha enmascarado la esencia de muchos núcleos urbanos, homogeneizándolos y contribuyendo a que, en no pocas ocasiones, solo tengamos una idea muy parcial y sesgada de los mismos. Además, ante tales mutaciones, cada individuo reacciona de manera diferente y su percepción del espacio urbano depende, en gran medida, de la relación y de los vínculos que ha ido estableciendo con él[3]. De lo expuesto se

[1] En palabras de Aldo Rossi: «la ciudad debe ser entendida como una arquitectura. Hablando de arquitectura no quiero referirme solo a la imagen visible de la ciudad y al conjunto de su arquitectura, sino más bien a la arquitectura como construcción, me refiero a la construcción de la ciudad en el tiempo». ROSSI, 1982: 60.

[2] En los últimos meses se han realizado diversos estudios que plantean estrategias de urbanismo sostenible para reformular la ciudad del futuro más inmediato, íntimamente vinculada con la pandemia. Entre ellos, pueden resultar de interés: MARDONÉS-FERNÁNDEZ DE VALDERRAMA, LUQUE-VALDIVIA, ASEGUINOLAZA-BRAGA, 2020: 653-664; SGOBBO, 2021: 241-260.

[3] Según este planteamiento, resulta arriesgado hablar de una única visión del espacio, puesto que existen múltiples perspectivas personales y subjetivas, que se van elaborando a través del «prisma de la experiencia personal de la

deduce que pueden coexistir diversas concepciones de una misma ciudad, ciudades alternativas y superpuestas, que confirman el hecho de que cada persona construye su propia percepción que puede diferenciarse del «espacio real». Esto no niega que existan ciertas arquitecturas o lugares con un valor intrínseco *per se* —como ocurre, por ejemplo, con los edificios religiosos o los de carácter institucional—, pero es innegable que les asignamos diferentes significados, al tiempo que tratamos de buscar elementos que nos sirvan para orientarnos, para sintetizar nuestra concepción de la urbe, elaborada a partir de los sentimientos que nos despierta. Esas concepciones, percepciones e interpretaciones pueden ir modificándose a lo largo del tiempo en relación con la propia experiencia, pero, de lo que no cabe duda, es de que la atracción o la repulsión que sentimos hacia el medio urbano es tal, que hemos llegado a crear un imaginario simbólico, incluso, de ciudades que ni tan siquiera conocemos o que desearíamos que existiesen. Es la literatura, junto con el cine, la modalidad artística que ha expresado y expresa de manera más directa la multitud de emociones que suscita el mundo urbano. Ha sido uno de los temas inspiradores de numerosos escritores; pensemos, por ejemplo, en las ciudades invisibles de Calvino, en el Dublín de Joyce, en la Lisboa de Pessoa, en el Madrid de Galdós, o en el Nueva York de Auster, entre otros muchos[4]. Y es que algunas de las descripciones que más hincapié hacen en su capacidad para despertar afectos, nos las han legado algunos de los grandes maestros, tal es el caso de las calles de París, glosadas por Balzac, como sigue:

> *Hay en París ciertas calles tan deshonradas como puede estarlo un hombre culpable de infamia; hay también calles nobles, calles simplemente honestas, calles jóvenes sobre cuya moralidad el público no se ha formado todavía una opinión; calles asesinas, calles más viejas que las viudas viejas; calles dignas de aprecio, calles siempre limpias, calles obreras, trabajadores, mercantiles. Las calles de París, en fin, tienen cualidades humanas, y nos infunden con su fisonomía ciertas ideas contra las que no tenemos defensa*[5].

Fue a partir de los años setenta del pasado siglo, cuando disciplinas como la Geografía, la Antropología, la Psicología, la Sociología y el Urbanismo comenzaron a apuntar que el espacio urbano no podía ser definido de manera uniforme. Muchas de las investigaciones, ya clásicas, se elaboraron desde la Geografía Humana. Los geógrafos interesados en esta corriente partieron de herramientas emparentadas con la Psicología y propusieron un nuevo enfoque para el estudio del espacio urbano. Ante

gente, coloreada por sus esperanzas y miedos y distorsionada por los prejuicios y predilecciones». BOIRA, REQUES, SOUTO, 1994: 9.

[4] Para profundizar en las relaciones entre la ciudad y la literatura, pueden resultar útiles, entre otros: BENAVIDES, 2010; POPEANGA CHERALU, 2008.

[5] BALZAC, 2002: 19.

todo, pretendían alejarse del método objetivo que se venía aplicando hasta ese momento, puesto que mantenían que era necesario hacer especial énfasis en la consideración de los diversos aspectos que influyen en la identificación del individuo con la ciudad[6]. Su objetivo prioritario era elaborar nuevos planteamientos urbanísticos que atendiesen no solo a las necesidades prácticas y funcionales de los ciudadanos, sino también a las sociales, psíquicas y afectivas[7]. Lo más interesante de esta nueva corriente, además de su propia definición del concepto de urbe, es que señalaba la importancia que tiene el estudio de su cara más simbólica: aquella que muestra distintas formas de percibirla.

Los geógrafos utilizan diversos instrumentos para conocer y analizar cómo influye nuestra percepción en la propia definición del escenario urbano y cómo esta cambia en función de cada individuo, de la edad, de las condiciones sociales, culturales y económicas, etc. Sus postulados pueden ser aplicados y enriquecidos por otras disciplinas; precisamente, porque al descubrir al individuo como un agente esencial para comprender las transformaciones urbanas, ofrecen nuevas posibilidades para el estudio de la ciudad desde la Historia del Arte al reivindicar los conceptos de paisaje, de lugar, de territorialidad, de imagen e identidad, de vivencia y sentimiento de los lugares que han sido y son captados y plasmados por los creadores, abriendo nuevas vías de estudio dentro de lo que entendemos por iconografía urbana. El artista se presenta, así, como intérprete, lector, observador de la realidad y transmisor de sentimientos, percepciones y concepciones que responden al espíritu de su época; mientras que la ciudad se convierte en un libro abierto que precisa ser descifrado para comprenderse.

2. EL SIGNIFICADO DE LOS ESPACIOS DE USO COLECTIVO

De lo dicho hasta ahora podemos señalar que las ciudades no se presentan de manera natural e inmediata, sino que normalmente las asociamos a la imagen que hemos ido construyendo de ellas y que, en muchos casos, se enriquecen con las experiencias narradas y ofrecidas por los demás. Dicha imagen es el resultado de una representación colectiva a la que, cada día, se incorporan nuevos elementos simbólicos o se recuperan algunos antiguos, que hacen que el espacio urbano adquiera diferentes valores, en relación con las personas que lo usan, descubren o transitan, al tiempo que se convierten en los contenedores de experiencias y prácticas colectivas que integran el patrimonio inmaterial.

Algunos autores han señalado que las plazas, las calles y los jardines conforman la identidad cultural de su comunidad y, por ello, pertenecen a la categoría del «lugar».

[6] Esta nueva corriente se gestó a partir de la segunda Escuela de Chicago, donde comenzaron a prosperar algunas propuestas que querían estudiar la ciudad sin prescindir del carácter subjetivo del espacio. En este sentido, Kevin Lynch fue uno de los pioneros en poner en práctica un sistema de análisis de la conciencia perceptiva que tenían de la ciudad sus habitantes, utilizando los mapas mentales. Véase: LYNCH, 1966.

[7] BAILLY, 1993.

Es cierto que, pese a que puede existir una percepción universal de ellos, los lugares despiertan múltiples sentimientos y, en palabras de Tuan[8], son capaces de generar sensaciones de topofilia o simpatía, de topolatría o sentido referencial y mítico, de topofobia o aversión, rechazo y miedo, de toponegligencia o desinterés, etc. De este modo, nos encontramos ante espacios que adquirieron contenido por ser el escenario de encuentros y contactos; lugares instrumentales, concebidos para alcanzar un fin; otros nostálgicos, dominados por el recuerdo de situaciones vivenciales o emocionales; aquellos que se definen por su carácter de escenario y en los que transcurre la vida de sus habitantes; y, por último, los que podemos denominar como enraizados, cuyo significado último deriva de la familiaridad e identificación que provocan.

Y es que cuando hablamos de los espacios colectivos nos referimos a aquellos lugares que han ido asumiendo y acumulando un gran número de significados desde su creación y que se contraponen a los que Marc Augé calificó como «no lugares», caracterizados por su anonimato y su negación de la misma idea de identidad. Precisamente, para este autor la Modernidad se ha caracterizado por la creación de no lugares, diferentes de los lugares de la memoria y que nos avocan «a la individualidad solitaria, a lo provisional y a lo efímero»[9].

Estos argumentos sobre el significado del espacio colectivo apuntan a la idea de que existen dos tipos de ciudad. Aquella que es el resultado de una construcción en el territorio físico y que se identifica con la ciudad material y concreta, y otra conformada por las imágenes que configuran lo que entendemos por la ciudad simbólica. Dos ciudades que se entremezclan y ofrecen semblanzas complementarias.

3. CALLES Y PLAZAS DE PONTEVEDRA: UNA APROXIMACIÓN A SU ICONOGRAFÍA URBANA

> *La calle es el resultado del crecimiento en superficie de una localidad después de haber rodeado densamente la plaza central con casas. La calle organiza la distribución de terrenos y comunica cada una de las parcelas. Tiene un carácter más utilitario que el de la plaza. La plaza, debido a su amplitud, predispone, más que la calle, a detenerse, mientras que la calle, dada su estrechez, crea por sí sola un ambiente de tráfico y rapidez*[10].

Esta definición aportada por Krier es interesante para apreciar las diferencias que existen entre las calles y las plazas, pues, aunque ambas representan los escenarios predilectos para la vida pública y colectiva, las primeras son espacios para el tránsito

[8] TUAN, 1974; 1997: 136-148.
[9] Según Augé: «Si un lugar puede definirse como lugar de identidad, relacional e histórico, un espacio que no puede definirse ni como espacio de identidad ni como relacional ni como histórico, definirá un no lugar». AUGÉ, 1993: 83-84.
[10] KRIER, 1981: 19.

y el recorrido, mientras que las segundas se definen por ser lugares para detenerse que invitan a la contemplación y el reposo.

Pontevedra se ubica en el fondo de la ría homónima en el estuario del río Lérez. Aunque la ocupación del territorio actual se remonta a época romana, su desarrollo urbano se produjo en la Baja Edad Media. Los progresos náuticos alcanzados entre los siglos XI y XIV favorecieron la creación de numerosos núcleos especializados en la construcción, la navegación y la pesca en el litoral norteño. En efecto, en esa época se constituyeron los puertos del Atlántico Peninsular entre los que se encontraba el de Pontevedra[11]. El esplendor económico que experimentó en las décadas sucesivas se reflejó en su desarrollo urbano y poco a poco se fue definiendo una estructura viaria que se mantuvo sin grandes cambios hasta finales del siglo XIX.

Si bien es cierto que la ciudad conserva parte de las plazas de origen medieval, la mayoría ha perdido su función y significado originario. Del mismo modo, algunas de sus calles mantienen su estructura primitiva, siguiendo el esquema de espina de pez, habitual en las ciudades de río.

La producción plástica que tuvo como motivo pictórico a Pontevedra es abundante y centrándonos en las calles, los testimonios gráficos que conservamos son numerosos y de gran utilidad para estudiar y reflexionar sobre las drásticas intervenciones de los dos últimos siglos[12]. Un buen número de ellos están datados a principios del siglo XX y se detuvieron en analizar el tipo de vivienda más característico del centro histórico, ofreciéndonos interesantes ejemplos de su arquitectura vernácula. En este caso, nos detendremos en algunos de los ejemplos de aquellas rúas que más singularizaban el casco histórico pontevedrés: la rúa Alta, la de la Amargura y la de Don Gonzalo[13].

La rúa Alta, conocida en origen como das Ovellas, no experimentó alteraciones en su extensión y sirve de nexo entre la Avenida de Santa María y la de Isabel II. No obstante, las arquitecturas que la flanqueaban han sido profundamente alteradas y en su origen se caracterizaban por presentar algunos de los tipos más habituales de la vivienda de las Rías Baixas: la casa con soportal, la de dos pisos con ventanas balconeras y la casa terrera, dotada, en ocasiones, de un pincho. Se trata de la calle que despertó mayor interés entre los artistas y de ella destacan los testimonios realizados por Carlos Sobrino, Enrique Campo (Fig. 1) y Luis Pintos. En sus realizaciones se centraron en mostrar las tipologías domésticas más populares y modestas, habituales en el barrio marinero de A Moureira: la casa do pincho, la vivienda entre medianeras de dos alturas y las que poseían soportales adintelados. Debido a las profundas alteraciones que experimentó esta rúa, estos dibujos, junto con las fotografías de Francisco Zagala (Fig. 2), constituyen uno de los pocos documentos para el conocimiento de su morfología originaria.

[11] ARIZAGA BOLUMBURO, 2005; ARMAS CASTRO, 1992.
[12] FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2015.
[13] JUEGA PUIG, 2000.



Fig. 1
Rúa Alta. Pontevedra. Enrique Campo Sobrino, 1909
Fonte: Museo de Pontevedra



Fig. 2
Fotografía de la Rúa Alta. Francisco Zagala, principios del siglo XX
Fonte: Museo de Pontevedra



Fig. 3
Casas y entorno de la rúa dos Ferreiros.
Fray Esteban Marín, 1691
Fonte: Archivo del Reino de Galicia



Fig. 4
Calle de Don Gonzalo.
Federico Alcoverro López, 1905
Fonte: Museo de Pontevedra



Fig. 5
La casa de Don Gonzalo desde el balcón de la casa del pintor.
Enrique Campo, 1908
Fonte: Museo de Pontevedra

La Amargura es una calle paralela a la anterior y de ella conservamos algunos de los dibujos más antiguos del trazado urbano de la ciudad, realizados por Fray Esteban Marín con motivo de un pleito (Fig. 3). Es cierto que el autor no se detuvo en la plasmación pormenorizada de la arquitectura, pero aportó ciertos detalles de gran interés para conocer las características de las viviendas a finales del siglo XVII. La Amargura fue retratada también por Enrique Campo quien volvió a incidir en la vivienda soportalada, mostrando nuevamente diversas variantes tipológicas.

Avanzando desde la Plaza de Curros Enríquez hasta la de Méndez Núñez nos encontramos con una de las calles pontevedresas que conserva su nombre medieval: la de Don Gonzalo. De ella destacan por su interés para observar las transformaciones varias láminas. La primera fue realizada por Federico Alcoverro y su interés radica en que nos permite conocer las características de algunos de los inmuebles con arco hacia la calle: la antigua torre de Millán y la casa de los Cruu (Fig. 4). El otro ejemplo se lo debemos a Enrique Campo quien se centró, por el contrario, en mostrar las viviendas burguesas que se habían construido en los últimos años (Fig. 5).

NOTA FINAL

El repertorio iconográfico sobre las calles de Pontevedra no es tan amplio como el dedicado a sus hitos o monumentos, pero resultad de interés para conocer las características de las viviendas más populares del centro histórico. Es cierto que Pontevedra todavía mantiene parte de la arquitectura vernácula, pero en la mayoría de los casos se conservan ejemplos aislados, de modo que se ha perdido la visión de conjunto y la armonía que presentaban hasta mediados del siglo XX. Un aspecto que resulta muy evidente en el caso del arrabal marinero de A Moureira, de cuya estructura solo se mantienen algunos elementos aislados que están descontextualizados, debido, en buena medida, al desarrollismo que se inició en España en la década de los años sesenta del siglo pasado. Por ello, el estudio de la iconografía de las calles y espacios de uso colectivo permite apreciar la evolución del urbanismo y de la arquitectura, reconociendo elementos desaparecidos y analizar, además, otros aspectos relacionados con las costumbres, los modos de vida y elementos de carácter inmaterial que también forman parte de la ciudad, puesto que, como señaló Italo Calvino:

> *Las ciudades son un conjunto de muchas cosas: memorias, deseos, signos de un lenguaje; son lugares de trueque, como explican los libros de historia de la economía, pero estos trueques son solo de mercancías, sino también trueques de palabras, deseos y recuerdos*[14].

BIBLIOGRAFÍA

ARIZAGA BOLUMBURO, Begoña (2005). *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media.* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.

ARMAS CASTRO, José (1992). *Pontevedra en los siglos XII a XV: configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia medieval.* A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

AUGÉ, Marc (1993). *Los "nolugares". Espacios del anonimato*. Barcelona: Gedisa.

BAILLY, Antoine (1979). *La Percepción del espacio urbano: conceptos, métodos de estudio y su utilización en la investigación urbanística*. Madrid: Instituto de Estudios de la Administración Local.

BAILLY, Antoine (1993). *Introducción a la Geografía Humana*. Barcelona: Masson.

BALZAC, Honoré (2002). *Ferregus.* Barcelona: Minúscula.

BENAVIDES, Jorge Eduardo (2010). *Ciudades posibles: arte y ficción en la constitución del espacio urbano*. Madrid: 451 Editores.

BOIRA, Josep Vicent; REQUES, Pedro; SOUTO, Xosé Manuel (1994). *Espacio subjetivo y geografía. Orientación teórica y praxis didáctica.* Valencia: Au Llibres.

CALVINO, Italo (2009). *Las ciudades invisibles.* Madrid: Siruela.

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ (2015). *Pontevedra. La memoria rescatada, vistas y visiones de una ciudad atlántica.* Pontevedra: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Pontevedra.

JUEGA PUIG, Juan (2000). *As Rúas de Pontevedra*. Pontevedra: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Pontevedra.

[14] CALVINO, 2009: 15.

JUEGA PUIG, Juan (2001). *Pontevedra: centro histórico*. Vigo: A Nosa Terra.
KRIER, Rob (1981). *El espacio urbano*. Barcelona: Editorial Gustavo Pili.
LYNCH, Kevin (1966). *La imagen de la ciudad.* Buenos Aires: Infinito.
MARDONÉS-FERNÁNDEZ DE VALDERRAMA, Nuño; LUQUE-VALDIVIA, José; ASEGUINOLAZA-BRAGA, Izaskun (2020). *La ciudad del cuarto de hora, ¿una solución sostenible para la ciudad post COVID-19?* «Ciudad y territorio. Estudios territoriales». Vol. LII:205, 653-664.
POPEANGA CHERALU, Eugenia (2008). *Ciudades imaginadas en la literatura y las artes.* Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense.
ROSSI, Aldo (1982). *La arquitectura de la ciudad.* Barcelona: Gustavo Gili.
SGOBBO, Alessandro (2021). *Città e pandemie. Densità urbana e densificazione dopo il COVID-19*. «Bolletino del Centro Calza Bini. Università degli Studi di Napoli Federico II». Vol. XX, 241-260.
TUAN, Yi Fu (1974). *Topophilia*. New Yersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs.
TUAN, Yi Fu (1997). *Space and place: the perspective of sperience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

CRIAR, GERIR E REPRESENTAR TERRITÓRIOS URBANOS. DUAS PLANTAS PORTUGUESAS DA SEGUNDA METADE DE QUINHENTOS*

MÁRIO JORGE BARROCA**
MÁRIO GONÇALVES FERNANDES***

Resumo: *Os autores analisam duas plantas urbanas quinhentistas do Norte de Portugal — as plantas* De Guimarães *e* De Vila do Conde *— sublinhando a sua função enquanto instrumentos de gestão de espaços urbanos. É analisado o percurso destas plantas, que se conservam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a conjuntura histórica em que as mesmas foram produzidas. Neste contexto, é proposta uma data para a criação destas duas plantas (c. 1562-1566) e identifica-se o seu encomendador (D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e Senhor de Vila do Conde). E propõe-se que o autor destas excepcionais plantas tenha sido o arquitecto Simão de Ruão.*

Palavras-chave: *Guimarães; Vila do Conde; Simão de Ruão; Plantas Urbanas; Século XVI.*

Abstract: *The authors analyze two 16th century urban plans from the north of Portugal — the* De Guimarães *and* De Vila do Conde *plans — highlighting their function as management tools for urban spaces. The course of these plans, which are preserved in the* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *and the historical context in which they were produced are analyzed. In this context, a date is proposed for the creation of these two plans (c. 1562-1566) and their commissioner is identified (D. Duarte, 5th Duke of Guimarães and Lord of Vila do Conde). It is also proposed that the author of these excepcional urban plans was the portuguese architect Simão de Ruão.*

Keywords: *Guimarães; Vila do Conde; Simão de Ruão; Urban plans; 16th century.*

A abertura da Rua de Santa Catarina das Flores constituiu a segunda experiência portuense na área do «urbanismo criado», depois da pioneira experiência que fora o planeamento e a abertura da Rua Nova — a «Rua Fermosa» de D. João I —, iniciada em 1395 e cujas obras se prolongaram até c. 1474[1]. Com efeito, tal como a Rua Nova, também a Rua de Santa Catarina das Flores resultou de uma iniciativa régia que conduziu à abertura de uma rua de traçado rectilíneo, a partir da qual se procedeu ao loteamento

* Os autores não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Ciências e Técnicas do Património). Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: mbarroca@letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7432-3089.

*** Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Geografia). Investigador do CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Email: mgfernan@letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9684-2170.

[1] AMARAL, DUARTE, 1985: 13.

e à urbanização do espaço. Este conceito, de rasgar primeiro e lotear depois, é essencialmente *moderno*, uma vez que, ao invés da opção predominante na Idade Média, em que a rua se construía pela justaposição de lotes urbanos, com percursos sinuosos ditados por estes, agora era a rua que determinava o loteamento e o ordenamento espacial. Estamos, portanto, perante «urbanismo criado» ou «planeado». O tema que iremos tratar não se relaciona diretamente com a Rua das Flores, cujo quinto centenário estamos aqui a assinalar, mas diz respeito à emergência de um conceito, igualmente *moderno*, de representação e gestão do espaço urbano. Referimo-nos a um conjunto de materiais gráficos, extremamente interessantes e importantes, que configuram uma das grandes novidades de Quinhentos: a capacidade de representar grandes espaços urbanos em plantas dotadas de um enorme rigor técnico. A criação de plantas urbanas com esta dimensão e com esta exactidão, que exigia um significativo investimento de meios humanos e económicos, não pode deixar de ser equacionada com a necessidade de se criar representações dos espaços urbanos para melhor os poder gerir.

As duas plantas que serviram de base a esta análise — realizada a 'duas mãos', com uma abordagem histórica e outra geográfica — encontram-se hoje depositadas na Biblioteca do Rio de Janeiro, e tiveram um percurso relativamente atribulado. Começaremos por traçar esse itinerário, desde a biblioteca privada de um clérigo português até ao Rio de Janeiro.

As plantas a que nos referimos — a planta *De Guimarães* (Fig. 1) e a planta *De Vila do Conde* (Fig. 2) — já foram abordadas em diversos estudos. Maria Dulce de Faria, que foi responsável pela identificação da primeira, dedicou-lhe atenção em vários dos seus trabalhos[2]. Mais recentemente, a planta vimaranense foi analisada por diversos autores: por José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos[3], e pelas arquitectas Maria Manuel Oliveira e Maria Inês Graça[4], tendo também sido utilizada no doutoramento da segunda[5]. A planta de Vila do Conde foi utilizada por Amélia Polónia[6] e estudada por Eliana Sousa[7]. E os titulares deste texto, em circunstâncias distintas, também já se debruçaram sobre estas plantas[8]. Registe-se, por fim, que estão mencionadas no *Catálogo do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*, publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro[9]. Como iremos ver, elas integram um conjunto de materiais cartográficos que também já tem sido objecto de sucessivas análises. Se apenas nos circunscrevermos às plantas urbanas, registamos que as

[2] FARIA, 2003; FARIA, 2011.
[3] AFONSO, OLIVEIRA, RAMOS, 2013: 11-13.
[4] OLIVEIRA, GRAÇA, 2017.
[5] GRAÇA, 2022.
[6] POLÓNIA, 2007.
[7] SOUSA, 2013.
[8] *Vd.* FERNANDES, 2021; FERNANDES, 2009; BARROCA, 2014.
[9] AA. VV., 2016, n.º 61 e 62.



Fig. 1. Planta *De Guimarães*. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, AA. VV., 2016



Fig. 2. Planta *De Vila do Conde*. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, AA. VV., 2016

plantas do Funchal foram estudadas por Rui Carita[10] e que a planta de Sesimbra foi estudada por Rafael Moreira[11].

As duas plantas que nos interessam particularmente integravam um *Atlas Factício* que pertencia à biblioteca de Diogo Barbosa Machado, um religioso português nascido em 1682 e falecido em 1772. Diogo Barbosa Machado era um erudito com uma cultura assinalável. Foi um dos cinquenta Académicos de Número da Real Academia da História Portugueza, fundada em 1720 por D. João V com a incumbência de escrever uma «História Religiosa de Portugal»[12]. Diogo Barbosa Machado era detentor de uma biblioteca privada de notável dimensão, que serviu de suporte a uma das suas obras mais conhecidas: a monumental *Bibliotheca Lusitana Historica, Crítica e Chronologica, na qual se compreende a notícia dos autores portuguezes e das obras que compozeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*, uma obra em quatro volumes, editada em Lisboa entre 1741 e 1759 (que conheceu uma 2.ª edição em Coimbra, 1965), uma obra cuja consulta continua a ser útil nos nossos dias. A sua biblioteca particular contava com 4301 obras, repartidas por 5764 volumes, onde, para além de livros, se contavam gravuras, manuscritos e vários exemplares de cartografia.

Em 1770 Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, arcebispo de Évora e colega de Diogo Barbosa Machado na Real Academia da História Portugueza, negociou a cedência da biblioteca de Diogo Barbosa Machado ao rei D. José I, para colmatar a perda da Biblioteca do Paço Real de Lisboa, que ardera no incêndio que se sucedeu ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. A troco de uma prometida pensão vitalícia, que nunca chegou a ser paga (porque Diogo Barbosa Machado faleceu, entretanto, a 9 de Agosto de 1772)[13], a sua biblioteca foi cedida ao monarca e passou a ser a Biblioteca do Paço Real de Lisboa. Depois da morte de Diogo Barbosa Machado, o fundo bibliográfico continuou a ser ampliado, atingindo a cifra de vários milhares de volumes. Em 1807, com as Invasões Francesas e a deslocação da família real para o Brasil, preparou-se a sua transferência para o Brasil, o que veio apenas a acontecer entre 1810 e 1811[14]. Nessa altura referem-se cerca de 60 000 volumes, número por certo inflacionado, mas que dá uma ideia da importância do acervo bibliográfico e documental reunido ao longo de cerca de quatro dezenas de anos.

---

[10] CARITA, 1982.
[11] MOREIRA, 1994; MOREIRA, 1997.
[12] Foi no âmbito dos seus trabalhos que, na *Collecção dos Documentos e Memorias da Real Academia de História Portugueza*, se publicaram os primeiros estudos sobre dolmens em Portugal (porque os monumentos megalíticos eram entendidos como «altares» de cultos ancestrais…).
[13] Por ocasião da sua morte foi publicada a *Oração Fúnebre nas Exéquias do Reverendo Senhor Diogo Barbosa Machado, Abbade Reservatario da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Cever, e Académico da Real Academia da Historia Portugueza, celebradas na Ermida de N. Senhora da Conceição do Sítio de Rilhafoles Em o dia 9 de Setembro do anno de 1772*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.
[14] SCHWARCZ, 2002.

Quando se deu a Independência do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, uma parte significativa da Biblioteca Real permanecia no Rio de Janeiro, apenas diminuída dos duplicados, que tinham sido deslocados para a Biblioteca da Bahia. Na Convenção Adicional ao Tratado de Paz, Amizade e Aliança, assinado entre D. Pedro I, imperador do Brasil, e D. João VI, rei de Portugal, de 29 de Agosto de 1825, o governo brasileiro pagou 2 milhões de libras ao governo português como indemnização dos bens que ficaram em território brasileiro, entre os quais se contava o precioso acervo da Biblioteca Real. E, assim, a Biblioteca do Paço Real de Lisboa passou a ser património brasileiro.

Entre os muitos volumes que compunham esta biblioteca contava-se o *Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. Como a sua designação moderna indica, esse atlas era formado pela justaposição de plantas de proveniência diversa, que foram reunidas e encadernadas num volume. O seu título original era *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. Compreendia, ao todo, 193 mapas. De entre eles podemos individualizar um conjunto de quinze plantas que pertencem à segunda metade do século XVI (como veremos a c. 1570):

Tabela 1. Plantas quinhentistas do *Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*

Plantas do Arquipélago da Madeira	• *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira* • *Cidade do Fumchal*
Plantas do Arquipélago dos Açores	• *Ilha de Santa Maria* • *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na cidade de Ponta Delgada* • *Ylheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel* • *Ilha Terceira* • *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie* • *Ilha do Pico* • *Ilha do Fayal* • *Ilha Graciosa*
Plantas urbanas do continente	• *De Guimarães* • *De Vila do Conde* • *A Villa de Sezimbra*
Planta de estruturas militares	• *Moura* • *Castelo Velho da Mina*

Fonte: AA.VV., 2016

Exceptuando as três últimas plantas (Sesimbra, Moura e Castelo Velho da Mina), as restantes ocupavam os doze primeiros fólios do *Atlas* de Diogo Barbosa Machado. Parece-nos claro que Diogo Barbosa Machado tinha conseguido perceber a maior antiguidade das primeiras plantas, por comparação com as restantes peças que reuniu, o que o levou a agrupá-las no início do seu *Atlas*. Mas esta circunstância,

de estarem agrupadas no início do seu *Atlas*, também pode indicar que elas tinham uma proveniência comum.

Vejamos, então, as circunstâncias em que foi produzida uma parte significativa destas plantas.

Em 1566 a cidade do Funchal foi atacada por uma armada de sete navios franceses, comandada pelo corsário e nobre Pierre Bertrand de Monluc, filho do Marechal Blaise de Monluc. Pierre Bertrand era natural da Gasconha, onde nascera em 1539, e nesta zona recrutou os efectivos que o acompanharam na sua expedição, que partiu de Bordéus a 30 de Agosto de 1566. Chegou a Porto Santo a 2 de Outubro e ao Funchal a 3 de Outubro. Aqui viria a morrer a 6 de Outubro. A chegada dos navios franceses, transportando cerca de 1000 a 1200 arcabuzeiros, o desembarque dos corsários e as violências perpetradas encontram-se amplamente descritas por Gaspar Frutuoso, na sua obra *As Saudades da Terra*[15]. A armada francesa tinha sido guiada pelo marinheiro português Gaspar Caldeira, um «renegado» que, por isso mesmo, acabaria por ser enforcado em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1568[16]. O ataque corsário ao Funchal prolongou-se por quinze dias, durante os quais a ilha foi pilhada e destruída, terminando a 18 de Outubro, quando as forças francesas finalmente embarcaram. A notícia não demorou muito a chegar ao continente. A 8 de Novembro de 1566 o acontecimento já era comentado no Porto, como se depreende de documento exarado no *Corpus Codicum*, onde se transcreve uma missiva enviada pelo Cardeal D. Henrique, em nome do monarca, D. Sebastião, aos vereadores e homens bons do Porto:

> *Juiz, Vereadores e Procurador da cidade do Porto. Eu El Rej vos envio muito saudar. Eu mando Vasco Lourenço de Barbuda pera da minha parte vos dar conta do que he aconteçido na ilha da Madeira e do que convem a meu serviço que se ordene e faça pera bem de meus Vasalos e naturais* […] *Scripta em Lisboa a oito de novembro de mil e quinhentos sesenta e seis. O Cardeal Infante*[17].

Em socorro do Funchal foi organizada uma armada, composta por um galeão e 16 naus, que partiu de Lisboa, comandada por Sebastião de Sá (filho do Alcaide-Mor do Porto, João Rodrigues de Sá). Mas o socorro foi de escassa utilidade porque, quando chegaram ao Funchal, os corsários franceses já tinham partido há muito…

[15] Os capítulos XLIV e XLV descrevem em pormenor os acontecimentos de Outubro de 1566 (FRUTUOSO, 1873: 247-272).
[16] FRUTUOSO, 1873: 257; MENEZES, 1730: 362-365 (cap. CXXIV); BREHM, TRINDADE, 2020: 35.
[17] *Corpus Codicum*, 1938: vol. IV, 96. Uma carta, com a mesma data e de teor semelhante, foi igualmente enviada para a Câmara de Vila do Conde a 8 de Novembro de 1566 (cf. AMVC, SOUSA *et al.*, *coord.*, 1991: 153 (Doc. A-66)).

O ataque corsário ao Funchal teve uma enorme repercussão na sua época, causando viva impressão no reino[18]. No que concerne à história da arquitectura militar portuguesa, este episódio revestiu-se de uma importância fulcral. Com efeito, este acontecimento veio chamar a atenção para o escasso — quase nulo — investimento que o reino tinha feito nas chamadas «defesas marítimas» ou atlânticas. Em 1566 a quase totalidade das estruturas militares localizavam-se ao longo da raia seca, confinante com Espanha, e a linha de costa estava totalmente desguarnecida. As únicas excepções, em termos de estruturas militares modernas, eram as defesas de Lagos, com a sua muralha abaluartada dotada de orelhões, e o forte de S. Julião da Barra, que tinha sido iniciado, mas que estava muito longe de poder ser dado por concluído. Tudo o mais eram estruturas obsoletas, de época manuelina — como a Torre Velha da Caparica (Trafaria, Almada), a Torre do Outão (Setúbal) ou a Torre da Roqueta (Viana do Castelo) — e, mesmo essas, escassas em número. Se mais não fosse, os eventos de 1566 tiveram o condão de chamar a atenção do reino para esta situação, obrigando a coroa a tomar medidas.

Na sequência destes acontecimentos, o Cardeal D. Henrique, regente na menoridade de D. Sebastião, criou três missões que foram encarregadas de estudar e propor a fortificação da linha de costa portuguesa.

A primeira dessas missões dirigiu-se para as Ilhas Atlânticas (Madeira e Açores). Nela seguiam dois arquitectos italianos que então trabalhavam em Portugal: Tommaso Benedetto de Pésaro, que estava radicado em Portugal desde 1559, e Pompeu Ardício. Dois homens oriundos do Ducado de Urbino, uma área que, por essa altura, exercia alguma influência no devir da arquitectura portuguesa. A missão começou na Primavera de 1567, demorando-se 30 dias no Funchal, 40 dias em Ponta Delgada e 15 dias nas restantes ilhas. Em Agosto de 1567 estava de regresso a Lisboa[19].

A segunda dessas missões dirigiu-se para o norte de Portugal, mais concretamente para o Entre-Douro-e-Minho, tendo à sua frente o arquitecto Simão de Ruão. Deslocou-se ao Porto, a Vila do Conde e a Viana, para planear as defesas das barras dos três principais rios do norte do reino: o Douro, o Ave e o Lima. Esteve no Porto em finais de 1567 e em Vila do Conde e em Viana nos inícios de 1568. Em resultado desta missão, para a foz do rio Douro foi planeado o Forte de S. João da Foz do Douro[20], implantado em torno da renascentista Igreja de S. João, erguida por encomenda de D. Miguel da Silva, com risco de Mestre Francesco de Cremona[21]. Para a foz do Ave foi decidido erguer o Forte de S. João Baptista de Vila do Conde,

[18] *Vd.*, entre outros, BREHM, TRINDADE, 2020.
[19] MOREIRA, 1986: 147.
[20] BARROCA, 2001: 59-97.
[21] BARROCA, 2001: 17-55; AFONSO, 2018: 45-89.

talvez iniciado em 1571[22]. E, para a foz do Lima, foi planeado o Forte de Santiago da Barra, erguido junto da Torre da Roqueta, que passou a estar incluída dentro do seu perímetro.

Por fim, a terceira missão, encabeçada por Afonso Álvares, foi organizada um pouco mais tarde, em 1571, e dirigiu-se para o Alentejo e para o Algarve, com os mesmos propósitos — de indicar, ao monarca, as obras de defesa mais urgentes.

O conjunto das plantas relativas às ilhas atlânticas, que apontamos na Tabela 1, pode ser enquadrado na primeira destas missões, o que nos fornece um precioso indicador cronológico: foram criadas em 1566-1567.

Para algumas plantas conseguimos avançar com a sugestão dos seus autores: é o caso da planta da *Cidade do Fumchal*, do *Castelo Velho da Mina*, do *Ylheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel*, da *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na Cidade de Ponta Delgada*, da planta *A Villa de Sezimbra* e da planta da vila alentejana de *Moura*. O que têm em comum estas plantas? São todas plantas com estruturas militares — ou seja, foram plantas realizadas pelos arquitectos responsáveis pelo risco dessas obras.

Rui Carita demonstrou que a planta *Cidade do Funchal* é da autoria de Mateus Fernandes (III), encarregado pela coroa de planear as novas defesas do Funchal, depois do ataque corsário de Monsieur de Montluc, tendo o arquitecto permanecido aqui entre 1567 e 1572. Segundo o mesmo investigador, a planta teria sido criada c. 1570. O nome do seu autor encontra-se registado, em monograma, no ângulo inferior direito da planta, com as letras, entrelaçadas, do nome próprio MATEVS[23].

A planta de S. Jorge da Mina foi atribuída por Rafael Moreira a Lopo Machado, «mestre das obras da fortaleza da Mina» entre 1563 e 1578. Rafael Moreira data-a também de c. 1570[24].

As restantes quatro plantas — *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel* […], *Ilheo de Vila Franca* […], *Moura* e *Sesimbra* — foram todas feitas pelo mesmo autor. Em 2014 sugerimos que o seu autor tivesse sido Tommaso Benedetto de Pésaro, que em 1567 foi enviado na missão às ilhas e que foi responsável pelas obras de fortificação da Ilha de S. Miguel[25].

Em síntese, para seis das quinze plantas quinhentistas do *Atlas* de Diogo Barbosa Machado temos dados, mais ou menos seguros, que apontam para a identificação dos seus autores. Mas, para nove dessas plantas continuamos a não conhecer o seu autor. Debrucemo-nos, então, sobre essas plantas, entre as quais se incluem, precisamente, as duas plantas urbanas do Norte de Portugal.

---

[22] ALMEIDA, 2002: 220.
[23] CARITA, 1982.
[24] MOREIRA, 1994.
[25] BARROCA, 2014.

Do ponto de vista paleográfico é possível afirmar que estas nove plantas — a saber: a planta *De Vila do Conde*, a *De Guimarães*, a *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira*, as plantas da *Ilha de Santa Maria*, a *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie*, a *Ilha Terceira*, a *Ilha Graciosa*, a *Ilha do Fayal* e a *Ilha do Pico* — saíram todas da mesma mão. A forma, elegante, como se grafaram os NN, os CC ou os RR, com pequenas linhas curvas na parte inferior, abrangendo as letras seguintes, constitui um verdadeiro *ex libris* do seu autor, uma marca de tal maneira identitária que não podemos deixar de atribuir este conjunto a uma mesma mão.

Analisando as marcas de água presentes nas plantas quinhentistas, conseguimos perceber que em quatorze (das quinze) plantas foram utilizados quatro tipos de papéis. Apenas num caso — a planta *Ylheo de Vila Franca na Ilha de São Miguel* — não foi possível verificar a existência de marca de água, porque a planta está colada num cartão, o que impede a análise em contraluz. As informações que conseguimos reunir no que concerne às marcas de água encontram-se sistematizadas na Tabela 2:

Tabela 2. Marcas de água do papel

Marca de água	Planta	Origem do papel
Árvore dentro de círculo encimada por estrela de seis pontas	• *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira* • *Cidade do Fumchal*	?
Coroa encimada por estrela de seis pontas	• *De Vila do Conde*	Verona, 1556-1575
Roda com duplo círculo e oito segmentos duplos	• *Ilha de Santa Maria* • *Ilha do Fayal* • *Ilha Graciosa* • *Castelo Velho da Mina* • *De Guimarães*	?
Besta dentro de círculo	• *Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na cidade de Ponta Delgada* • *Ilha Terceira* • *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorje* • *Ilha do Pico* • *Villa de Sezimbra* • *Moura*	Roma, 1559-1565

Isto significa que o autor anónimo das já referidas nove plantas (a *De Vila do Conde*, a *De Guimarães*, a *Cosmographya de toda a Ilha da Madeira*, a planta da *Ilha de Santa Maria*, a *Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie*, as plantas da *Ilha Terceira*, da *Ilha Graciosa*, da *Ilha do Fayal* e da *Ilha do Pico*) utilizou papéis de proveniências distintas, com as quatro marcas de água. Trata-se de papéis maioritariamente de origem italiana, com produções documentadas na década de 60 do século XVI.

Ou seja, do ponto de vista cronológico, as marcas de água sedimentam a atribuição temporal sugerida para estas plantas a partir de argumentos internos às próprias representações cartográficas.

Quem foi, então, o autor deste acervo extraordinário? E como se explica que lhe tenham sido encomendadas as plantas urbanas de Vila do Conde e da vila de Guimarães, a par das outras plantas, das ilhas atlânticas?

Comecemos pela segunda pergunta, que é de mais fácil resposta… Ela radica naquilo que unia as vilas de Guimarães e de Vila do Conde nesses anos de 1560-70.

Em 23 de Agosto de 1536, D. Teodósio (1505-1563), que era o 5.º Duque de Bragança (desde 23 de Dezembro de 1532) e o 3.º Duque de Guimarães, confiou o título ducal de Guimarães a sua irmã, D. Isabel de Bragança (1511-1576), no âmbito dos acordos para o seu casamento com o Infante D. Duarte (filho de D. Manuel I)[26]. O acordo previa que, se não tivessem descendência, o título vimaranense regressava à Casa de Bragança[27].

O Infante D. Duarte e D. Isabel de Bragança foram, assim, os 4.os Duques de Guimarães[28]. Do seu casamento, que teve lugar em 1537, resultaram dois filhos: D. Catarina (1540-1614)[29] e D. Duarte (1541-1576)[30]. D. Catarina casou com seu primo direito, D. João (1543-1583), 6.º Duque de Bragança (filho de D. Teodósio e de D. Isabel de Lancastre). Por seu turno, D. Duarte, que foi o 5.º Duque de Guimarães, recebeu o título ducal em 1541, no mesmo ano em que nasceu (uma vez que seu pai, o Infante D. Duarte, faleceu meses antes de este nascer)[31]. Foi Condestável do Reino, a partir de 1557, e morreu em Évora, a 28 de Novembro de 1576, sem casar e sem ter assegurado descendência[32]. Para além de Duque de Guimarães, D. Duarte foi ainda senhor de Vila do Conde, a partir de 1556. Ou seja, durante vinte anos, entre 1556 e 1576, Guimarães e Vila do Conde estavam nas mãos da mesma pessoa, o Duque D. Duarte. É nesta janela de duas décadas que se situam, precisamente, as duas plantas que temos vindo a referir.

Apesar de não ter residido no Norte, os contactos entre D. Duarte e a Câmara de Vila do Conde foram regulares e estreitos. Os documentos preservados no Arquivo Municipal revelam que o Duque acompanhava, pormenorizadamente, as decisões do governo municipal.

---

[26] RESENDE, 1789: 43-44.
[27] SOUSA, 1739: t. VI, 7-9; FREIRE, 1973: vol. 3, 401-402.
[28] SOUSA, 1737: t. III, 249-255; RESENDE, 1789.
[29] SOUSA, 1737: t. III, 255-258.
[30] SOUSA, 1737: t. III, 258-259; FREIRE, 1973: vol. 3, 407.
[31] Conforme diz André de Resende, a Duquesa estava grávida de quatro meses quando o Duque faleceu, em 1541 (RESENDE, 1789: 61).
[32] Depois da sua morte, o Ducado de Guimarães deveria regressar à Casa de Bragança. A coroa, no entanto, procurou evitar a todo o custo que isso assim acontecesse, o que só veio a verificar-se já no séc. XVII (cf. CUNHA, 2000: 205-206).

Julgamos que foi neste contexto que as plantas de Guimarães e de Vila do Conde foram encomendadas, e que essa iniciativa partiu do 5.º Duque de Guimarães, D. Duarte. Os elementos de datação apontam para a década de 60 do séc. XVI:

– A planta *De Guimarães* (Fig. 1) terá sido elaborada algures entre 1562 (uma vez que o convento de Santa Clara já é representado como obra terminada, o que aconteceu a 12 de Agosto desse ano) e 1570 (dado que ainda se representa a primitiva capela de S. Sebastião, demolida nesse ano)[33]. Para além desta capela são igualmente cartografadas as Capelas de Santa Cruz, de Santa Luzia, do Salvador e de S. Lázaro. A Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira é representada com o claustro envolvendo o templo gótico (sendo o claustro uma iniciativa de D. Diogo Pinheiro, que ocupou o cargo de prior da Colegiada entre 1503 e 1514), e na praça fronteira ao templo (na qual se registam pórticos ou galerias alpendradas, que se prolongavam pela Rua dos Mercadores), vê-se o Chafariz (adossado à Torre Sineira, que o restauro da DGEMN eliminou), o Cruzeiro (erigido em 1342) e uma oliveira. No Toural, praça que resultou da reorganização de um «campo» extramuros, ainda não se representa o chafariz, da autoria de Gonçalo Lopes, erguido em 1583. Na parte alta da vila, junto do Paço Ducal, é representado o Castelo de Guimarães (com o Paço dos Alcaides, no seu interior) e a Igreja de S. Miguel do Castelo, identificada como sendo a Igreja de «Santa Margarida», como foi conhecida durante algum tempo, com o seu alpendre. Em frente a ela, e a curta distância, assinala-se a Confraria e Hospital de Santa Margarida (com a legenda «espital»)[34].

– A planta *De Vila do Conde* (Fig. 2) terá sido criada entre 1561 e 1566-67: a Igreja Matriz já é representada com a Capela de S. Miguel-o-Anjo, instituída por Vicente Folgueira e sua mulher em 1561[35], e com a Capela dos Mareantes, instituída em 1542[36], mas ainda não apresenta a Torre Sineira, na sua fachada, cuja construção, segundo risco de João Lopes, o Moço, foi decidida em 1573[37]. Por seu turno, o Convento de S. Francisco ainda não ostenta as suas capelas laterais, a primeira das quais, a de St.º António, foi instituída em 1566 por D. Estêvão Ferreira d'Eça, senhor de Cavaleiros, e concluída em 1567. A planta apresenta, ainda, a Igreja da Misericórdia, iniciada em 1525, e as Capelas de St.º Amaro e de S. Sebastião. São representados os primitivos paços municipais, localizados na Praça Velha, mas também já se incluem os

[33] FERNANDES, 2021.
[34] Cf. FERNANDES, 2021; FERNANDES, 2020: 79.
[35] BARROCA, 2017: Insc. n.os 9 e 10.
[36] BARROCA, 2017: Insc. n.º 6; SOUSA, 2013: 67.
[37] SOUSA, 2013: 62-66.

> novos Paços Municipais, erguidos entre 1538 e 1543[38]. Importa aqui ressalvar que, neste intervalo de tempo, a barra do Ave, junto a Vila do Conde, ainda não tinha forte. O mesmo seria decidido durante a viagem de Simão de Ruão ao Norte. A 26 de Abril de 1570 D. Sebastião enviou João Gomes da Silva a Vila do Conde, para começar a tratar, com a Câmara, da construção da fortificação[39], mas a obra apenas terá arrancado em 1571[40].

Ou seja, cruzando as datas extremas fornecidas pela análise dos edifícios representados nas duas plantas urbanas do Norte de Portugal, podemos definir que as duas plantas foram criadas c. 1562-1566. Nessa altura, o senhorio das duas vilas estava confiado a D. Duarte. Não temos, por isso, grandes dúvidas em afirmar que as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* resultam de uma mesma encomenda — feita por D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e senhor de Vila do Conde.

Rafael Moreira sugeriu que a planta de Vila do Conde (tal como a de Sesimbra, que integra o mesmo *Atlas Factício*) tinha sido criada no âmbito do planeamento de obras militares, que, no caso de Vila do Conde, seria a fortificação da foz do rio Ave[41]. Acrescentava que a planta de Vila do Conde estaria truncada a Ocidente, e que esse corte, feito posteriormente, tinha sido intencional, para se eliminar a parte da planta que tinha o projectado Forte de S. João Baptista, elemento gráfico mais sensível e de interesse estratégico. Mas, como se pode verificar por uma análise mais atenta, na realidade a planta *De Vila do Conde* não está truncada a Ocidente (mas sim a Sul…). Tem, de resto, uma escala gráfica (muito delida) junto do ângulo superior esquerdo, o que garante que está completa a Ocidente. E, tal como a *De Guimarães*, tem uma segunda escala gráfica na parte inferior da planta, à direita, no meio do casario, um pouco a norte do Convento de S. Francisco. Ou seja, estas são plantas de trabalho, que não eram destinadas a ser colocadas na vertical, numa parede, mas a estar na horizontal, pousadas sobre a mesa, sendo lidas a partir de variadas orientações e posicionamentos do leitor. No entanto, devemos sublinhar que, se nesta planta, no lateral esquerdo (correspondente a Ocidente), não encontramos qualquer traço truncado, já na orla inferior (correspondente a Sul) encontramos evidentes sinais de que os traços se prolongavam, pelo que, também na sua estrutura, a organização e posicionamento dos seus elementos, ambas plantas foram pensadas de forma similar, sensivelmente como se esboçou de forma esquemática (Fig. 3).

---

[38] BARROCA, 2017: Insc. n.º 7; SOUSA, 2013: 72-73. Sobre o arranque das obras da Igreja da Misericórdia, em 1525, *vd.* AA. VV., 2010: 27-28.
[39] AMVC, SOUSA *et al.*, *coord.*, 1991: Doc. A-73; *vd.* Também: ALMEIDA, 2002: 220.
[40] Amélia Polónia datou esta planta entre «a década de 50 e a de 70» do século XVI (POLÓNIA, 2007). Por seu turno, Rafael Moreira atribuiu-a a c. 1568-1570 (MOREIRA, 1994: 152-153).
[41] MOREIRA, 1994.

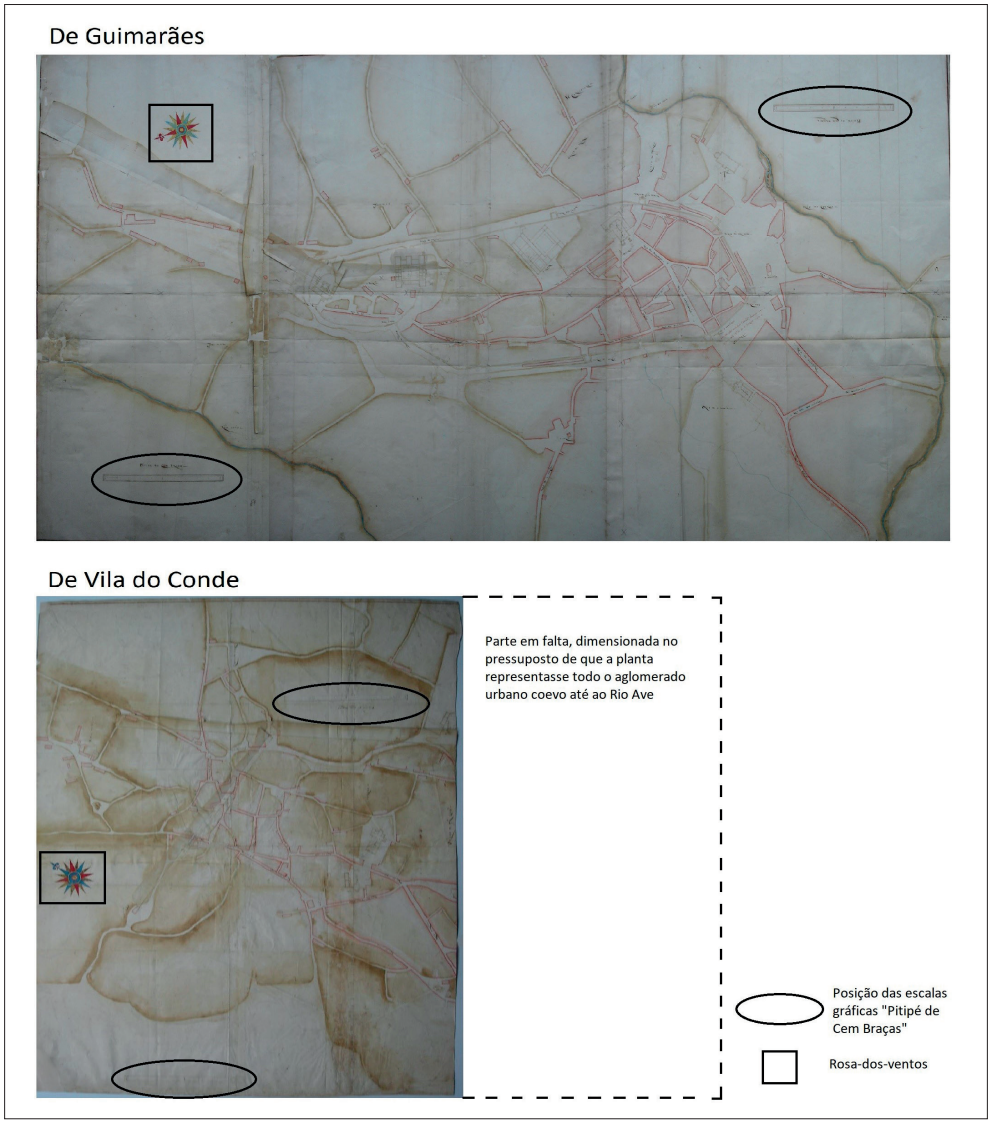


Fig. 3. Análise comparativa das duas plantas, com reconstituição da área ausente da planta de Vila do Conde

Assim, podemos concluir que a planta está truncada, não para Ocidente, como entendia Rafael Moreira, mas sim para Sul, na direcção do Ave, pelo que a realização desta planta não parece resultar do planeamento de obras militares — como referimos, o Forte de S. João Baptista ainda não existia nem sequer estava planeado — mas deve, em vez disso, responder a uma outra motivação.

A planta *De Guimarães* tem diversas afinidades com a sua congénere vilacondense, começando, desde logo, pelo tipo e valor da escala («PITIPÉ DE CEM BRAÇAS»),

representado em ambas de forma gráfica e convertível, para o sistema métrico decimal, em cerca de 1:1100. É certo que a planta *De Guimarães* é substancialmente maior do que a *De Vila do Conde*: a planta *De Guimarães* mede 83,4 x 154 cm; a planta *De Vila do Conde* mede 85,5 x 71 cm[42]. Mas, como vimos, esta última está truncada… Em todo o caso, a largura máxima do suporte não difere muito: num caso, 83,4 cm, no outro 85,5 cm. Contudo, as afinidades não se ficam por aí. As tintas usadas são idênticas e a simbolização utilizada para representar quarteirões urbanizados (contornados a tinta rosa) mas sem representar todas as construções (reservando as plantas de pormenor apenas para os edifícios mais significativos — capelas, igrejas, mosteiros, casa de câmara…), são comuns nas duas plantas. Mais, ainda, a similitude no desenho e nas cores das rosas-dos-ventos, bem como na construção dos títulos e na respectiva localização (no verso), contribuem para denunciar que as duas plantas são formalmente iguais, variando apenas no conteúdo, naturalmente. Do ponto de vista paleográfico, não temos dúvidas em afirmar que foi a mesma mão que as traçou, pelo que pensamos que, pelas evidentes afinidades que as unem, as duas plantas — a *De Guimarães* e a *De Vila do Conde* — resultaram de uma mesma encomenda e que a explicação para a mesma não reside no planeamento de obra militar. Guimarães não se localiza junto da orla atlântica e nunca recebeu, nem teve planeadas, obras de fortificação… A explicação para estas encomendas tem de ser outra. As duas plantas são, acima de tudo, um instrumento de gestão dos espaços urbanos, encomenda do Duque D. Duarte, um homem particularmente atento à gestão do seu património urbano.

Mesmo que nunca (ou raramente) tenha vindo ao Norte, o Duque D. Duarte revelou um enorme interesse pelo que acontecia nos seus domínios. O cuidado que o Duque D. Duarte evidenciou no que respeita à gestão do seu património urbano encontra-se bem espelhado no Arquivo Municipal de Vila do Conde, onde se conservam 31 cartas enviadas por D. Duarte para a Câmara de Vila do Conde, entre 27 de Maio de 1568 e 3 de Agosto de 1576, revelando como ele estava a par dos mais ínfimos pormenores da governação municipal[43].

Quanto à autoria destas notáveis plantas, julgamos que também aqui é possível avançar com alguns dados novos. O nome que nos ocorre é o de Simão de Ruão, arquitecto de prestígio no reino, filho do conhecido João de Ruão e de sua mulher, Isabel Pires[44].

Simão de Ruão esteve no Norte de Portugal, enviado pelo Cardeal D. Henrique, quando este ordenou a Missão que veio planear as defesas litorais das barras do rio

[42] AA. VV., 2016: n.º 61 e 62; FERNANDES, 2021.
[43] Cf. AMVC, SOUSA *et al.*, *coord.*, 1991: Docs. A-68, A-69, A-71, A-73, A-75, A-76, A-77, A-78, A-80, A-81, A-82, A-83, A-84, A-85, A-87, A-88, A-90, A-93, A-94, A-95, A-96, A-98, A-99, A-100, A-101, A-102, A-104, A-105, A-106, A-107 e A-108, 154-159.
[44] VITERBO, 1899-1922: vol. III, 433-434.

Douro (Porto), do rio Ave (Vila do Conde) e do rio Lima (Viana). A sua estadia prolongou-se, como vimos, entre os finais de 1567 e os primeiros meses de 1568. A ele se devem os primeiros riscos dos fortes de S. João da Foz do Douro e de São João Baptista de Vila do Conde, realizados em 1567 e 1568 (cujas obras, ambas atribuladas, arrancariam a 16 de Agosto de 1570 e em 1573, respectivamente)[45]. Na foz do Lima planearia a localização da fortificação de Santiago, erguida em redor da Torre manuelina da Roqueta. Em 1569, Simão de Ruão deslocou-se para a Índia, onde foi servir o Vice-Rei D. Luís de Ataíde, cujo primeiro mandato se prolongou entre 10 de Setembro de 1568 e 6 de Setembro de 1571. Um documento publicado por Sousa Viterbo parece indiciar que a 13 de Novembro de 1568 Simão de Ruão ainda estava no reino, mas, nas palavras do Vice-Rei, já decidido a «me ir servir às partes das Índias»[46]. Permaneceu no Oriente vários anos, circunstância que explica o escasso eco que o seu nome encontra na documentação da época, bem menor que seu pai, o conhecido João de Ruão[47], ou seu irmão, Jerónimo de Ruão[48]. Era, no entanto, arquitecto de prestígio, como se deduz do convite que D. Luís de Ataíde lhe endereçou.

Se a nossa sugestão estiver correcta, Simão de Ruão terá realizado as duas plantas urbanas — a planta *De Guimarães* e a planta *De Vila do Conde* — algures na primeira metade da década, entre 1561/62 e 1565/66, a tempo de ir na missão atlântica de 1567, que estava de regresso a Lisboa em Agosto de 1567. E assim se explicaria melhor a escolha do seu nome para chefiar a Missão que o Cardeal D. Henrique, regente em nome de D. Sebastião, enviou ao Entre-Douro-e-Minho, em finais de 1567 e inícios de 1568: afinal era um bom conhecedor da região, onde já tinha trabalhado num passado recente…

A criação das plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* não resulta, como vimos, de preocupações estratégicas. Como referimos, quando a planta de Vila do Conde foi elaborada, o Forte de S. João Baptista não estava sequer planeado. E Guimarães nunca recebeu — nem tão pouco teve planeada — obra de fortificação moderna. Devemos, por isso, direcionar a nossa atenção para outra ordem de argumentos.

As duas plantas revelam-nos um rigor na representação do espaço urbano assinalável e adequado à sua escala, apresentando-se ambas como instrumentos técnicos altamente qualificados, para a época, cuja intencionalidade explica os rigorosos perfis topográficos, rebatíveis, colados nas plantas nos respectivos traçados (dois em cada planta) (Figs. 4 e 5), assim como justifica as referências altimétricas relativas, registadas no campo *O Toural*, no caso da planta de Guimarães[49].

[45] BARROCA, 2001.
[46] VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 433.
[47] VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 424-433.
[48] VITERBO, 1899-1922: vol. 2, 419-424.
[49] Aí se pode ler: «está este chaõ mais baixo q. o tabol.º dos paços 140 p. [pés] e mais alto q. ho de S. Lazaro 140 p. [pés]».

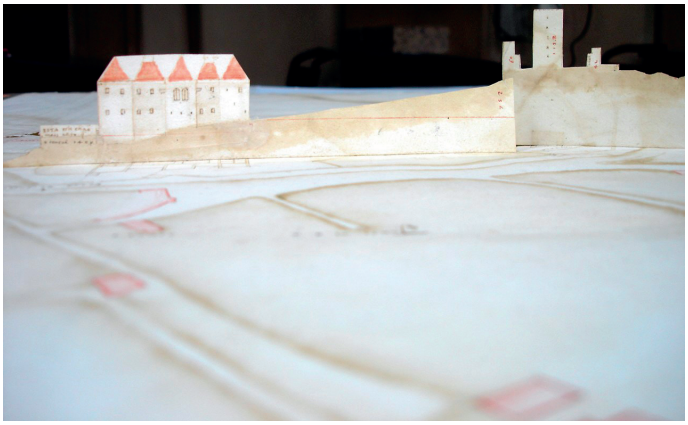


Fig. 4
Pormenor dos perfis rebatíveis da planta *De Guimarães*



Fig. 5
Pormenor dos perfis rebatíveis da planta *De Vila do Conde*

Nas duas plantas, os quarteirões urbanizados são assinalados com a mesma linguagem gráfica: contornados a cheio com linha rosa e com o interior tintado de forma esbatida com a mesma cor. Apenas foi dada alguma atenção aos edifícios «singulares», que são representados em planta. Foi o caso dos templos (igrejas paroquiais, edifícios monásticos ou conventuais, com seus claustros e suas dependências, ou simples capelas), das instalações de assistência (hospitais, misericórdias), dos edifícios municipais (em Vila do Conde a primitiva câmara e os novos Paços concelhios, iniciados em 1538 e concluídos em 1543). E foi reservada uma atenção especial às questões relacionadas com o abastecimento de água, sempre vitais em espaços urbanos: na planta *De Guimarães* encontramos cartografadas a Fonte de Santa Cruz, a Fonte do Abade e a Fonte das Ameias; na planta *De Vila do Conde*, a Fonte da Vila e a Fonte das Donas. Todas estas informações, cartografadas de forma individualizada, revelam-nos como estas plantas, mais do que representações dos espaços urbanos, são poderosos instrumentos de gestão. Por isso, a par de edifícios monumentais, surgem

as simples fontes. Resultando de uma encomenda do Duque D. Duarte, estas plantas espelham o empenho e o interesse que o Duque manteve em acompanhar, de perto, as decisões de gestão dos seus principais domínios urbanos. E, nesse sentido, julgamos que as duas plantas nunca estiveram em Guimarães e em Vila do Conde, mas que pertenceram sempre ao arquivo pessoal do Duque, que viveu sobretudo em Lisboa e em Évora, onde veio a falecer. E assim se compreende que, dois séculos volvidos sobre a sua morte, um erudito religioso setecentista, Diogo Barbosa Machado, tivesse conseguido adquirir estes dois documentos ímpares, incorporando-os na sua preciosa biblioteca. Não os terá obtido nos arquivos municipais de Guimarães e de Vila do Conde, mas no arquivo pessoal do Duque.

Em síntese, as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde*, que apresentam a mesma estruturação formal — a mesma escala e tipo de simbolização, bem como idêntica organização e posicionamento dos seus elementos — foram pensadas e elaboradas de forma similar, presumivelmente por Simão de Ruão, entre c. 1562-1566, como resposta a encomenda de D. Duarte, 5.º Duque de Guimarães e senhor de Vila do Conde (cargos que deteve, cumulativamente, entre 1556 e 1576).

D. Duarte, homem avisado e particularmente atento à gestão do seu património, terá pretendido e encarado as plantas *De Guimarães* e *De Vila do Conde* enquanto instrumentos de gestão dos espaços urbanos representados, promovendo a realização de dois documentos cuja riqueza de informação, rigor e raridade os consubstanciam em notáveis e incontornáveis documentos para o estudo e cuidada gestão dos centros históricos de hoje.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (2010). *Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde. Um legado. 1510-1975*. Vila do Conde: SCMVC, vol. 1.

AA. VV. (2016). *Mapas do Reino de Portugal e suas Conquista. Catálogo do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

AFONSO, José Ferrão (2018). *A Herança do Muratore. Francesco de Cremona, Manuel Luís e a arquitetura do noroeste de Portugal no século XVI*. Porto: Dafne Editora.

AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA, Marta M. Peters Arriscado de; RAMOS, Sílvia (2013). *Guimarães ad radicem montis Latito*. «Monumentos». Vol. 33, 6-19.

ALMEIDA, Pedro Brochado de (2002). *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras*. In *O Litoral em perspectiva histórica (Séculos XVI a XVIII)*. Porto: IHM–UP, pp. 217-224.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*. «Revista de História». Vol. 6, 7-96.

AMVC. Arquivo Municipal de Vila do Conde; SOUSA, Fernando *et al.*, *coord.* (1991). *Arquivo Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

BARBOSA, Diogo Machado de (1741-1759). *Bibliotheca Lusitana Historica, Crítica e Chronologica* […]. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 4 vols. (2.ª ed., Coimbra: Atlântida Editora, 1965).

BARROCA, Mário Jorge (2001). *As Fortificações do Litoral Portuense*. Lisboa: INAPA.

BARROCA, Mário Jorge (2014). *Representações de espaços urbanos no noroeste de Portugal nos alvores da Época Moderna*. In VIGO TRASANCOS, Alfredo, *dir. La Ciudad y la Mirada del Artista. Visiones desde el Atlántico*. Santiago de Compostela: Teófilo Edicions, pp. 419-454.

BARROCA, Mário Jorge (2017). *Inscrições medievais e modernas de Vila do Conde (Séculos XV a XVIII)*. «Portvgalia». Nova Série. Vol. 38, 127-176.

BREHM, António; TRINDADE, Cristina (2020). *O Saque ao Funchal em 1566 e as suas repercussões no reinado de D. Sebastião*. «Arquivo Histórico da Madeira». Nova Série. N.º 2, 15-79.

CARITA, Rui (1982). *Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra». Tomo 37, 57-108.

CORPUS CODICUM Latinorum et Portugalesium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1938, vol. IV.

CUNHA, Mafalda Soares da (2000). *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares.* Lisboa: Editorial Estampa.

FARIA, Maria Dulce de (2003). *A planta de Guimarães do Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. «Anais da Biblioteca Nacional». Tomo 123, 229-236.

FARIA, Maria Dulce de (2011). *O Atlas Factício de Diogo Barbosa Machado*. In *Cartografia Histórica.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais e Arquivos do Museu de História Natural, pp. 179-183.

FERNANDES, Isabel Maria (2020). *Igreja de S. Miguel do Castelo*. Guimarães: Associação dos Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2007). *Guimarães: Cartografia Urbana Histórica e Reabilitação Urbana*. In *Atas do VI Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 30 dez. 2023]. Disponível em <https://apgeo.pt/files/docs/CD_VI_Congresso_APG/actas/autorese6e8.html?aut=M%E1rio%20Gon%E7alves%20Fernandes>.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2009). *Novas notas para a história da cartografia urbana e da morfologia urbana de Guimarães*. In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Universidade do Minho, t. 4, pp. 115-133.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2021). *As plantas 'De Guimarães' e 'De Vila do Conde' da Biblioteca Nacional do Brasil*. In FERNANDES, Mário Gonçalves, org. *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 3-15. [Consult. 30 dez. 2023]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18367.pdf>.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973). *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed. Lisboa: INCM, 3 vols.

FRUTUOSO, Gaspar (1873). *As Saudades da Terra. História das Ilhas de Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*. Funchal: Typografia Funchalense.

GRAÇA, Maria Inês Lourenço (2022). *O ciclo construtivo da Casa de Bragança nos séculos XV e XVI: os seus paços ducais em Guimarães e Lisboa*. Guimarães: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

MENEZES, D. Manuel de (1730). *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal* […]. Lisboa: Officina Ferreyriana.

MOREIRA, Rafael (1986). *A Arquitectura Militar*. In SERRÃO, Vítor, *coord. O Maneirismo*. Lisboa: Edições Alfa, pp. 137-151. (História da Arte em Portugal; vol. 7).

MOREIRA, Rafael (1994). *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: CNCDP.

MOREIRA, Rafael (1997). *Uma planta de Sesimbra de cerca de 1568-1570*. In SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor. *Sesimbra monumental e artística*. 2.ª ed. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 189-194.

OLIVEIRA, Maria Manuel; GRAÇA, Maria Inês (2017). *O Paço dos Duques de Bragança. Contribuição da planta de Guimarães para o seu estudo*. «Guimarães. C. Visível». Vol. 5, 22-31.

POLÓNIA, Amélia (2007). *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: INCM.

RESENDE, André de (1789). *Vida do Infante Dom Duarte pelo Mestre André de Rezende, mandada publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Real Academia das Sciências.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUSA, D. António Caetano de (1737). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. Tomo III (reed. fac-similada, Coimbra, 1949).

SOUSA, D. António Caetano de (1739). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. Tomo VI (reed. fac-similada, Coimbra, 1949).

SOUSA, Eliana (2013). *Vila do Conde no início da Época Moderna. Construção de uma nova centralidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* […]. Lisboa: Imprensa Nacional. 3 vols. (reed. fac-similada, Lisboa: INCM, 1989).

DE LA PUERTA DE SAN ANTONIO HASTA LAS RAMBLAS. LA INCORPORACIÓN DE LA CALLE HOSPITAL DE BARCELONA AL ITINERARIO DE LAS ENTRADAS REALES A LA CIUDAD

LAURA GARCÍA SÁNCHEZ*

Resumo: *Em 1481, por ocasião da chegada a Barcelona de Isabel de Castela, os máximos representantes do governo municipal ordenaram realizar uma entrada real muito diferente de todas as celebradas até então. O início da cerimónia de recepção foi deslocado até os próprios limites da cidade, presidido pela porta de San Antonio. Este novo itinerário incorporou toda a parte ocidental, conhecida como o Raval, pelo que, a partir desse momento, a visita real cobriu aquele espaço urbano, dominado pelo complexo sanitário do Hospital da Santa Cruz. A rua Hospital ganhou assim em prestígio e asseverou sua importância urbanística como via de grande traçado que acabou por unir aquela parte da muralha com Las Ramblas. A reformulação do itinerário monárquico respondeu às necessidades rituais e de encenação pública dos barceloneses que habitavam nessa parte da cidade, rompendo possíveis desequilíbrios de integração.*

Palavras-chave: *Entrada real; Espaço urbano; Complexo hospitalar; Percurso monárquico.*

Abstract: *In 1481, on the occasion of the arrival in Barcelona of Isabel de Castilla, the highest representatives of the municipal government ordered to make a royal entrance very different from all those celebrated until then. The beginning of the reception ceremony was moved to the city limits, presided over by the San Antonio gate. This new route incorporated the entire western part, known as the Raval, so that, from that moment, the royal coming covered that urban space, dominated by the sanitary complex of the Hospital de la Santa Cruz. Hospital street thus gained in prestige and established its urban importance as a route of generous layout that ended up uniting that part of the wall with Las Ramblas. The reformulation of the monarchical itinerary responds to the ritual and public staging needs of the people of Barcelona who lived in that part of the city, breaking possible imbalances of integration.*

Keywords: *Royal entrance; Urban space; Hospital complex; Monarchical path.*

INTRODUCCIÓN

A finales de julio de 1481, la reina Isabel de Castilla llegó a Barcelona en visita regia. No venía solamente en calidad de consorte del rey Fernando dado que el telón de fondo de su estancia entre los catalanes iba más allá de una mera cortesía; no en vano,

* Universidad de Barcelona. Email: laura.garcia@ub.edu. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6095-1148. Este estudio se enmarca en el proyecto de investigación *ACPA/2 – Arte y cultura en la Barcelona moderna (siglos xvii-xviii). Relaciones e influencias en el ámbito del Mediterráneo occidental* (PGC2018-093424-13-100. MICIU, Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades).

las Cortes celebradas por entonces significaron un triunfo político para el monarca. Sin embargo, uno de los aspectos que hicieron de la llegada y estancia de Isabel un punto de inflexión fue, al margen de la ceremonia de recibimiento, la incorporación de la calle Hospital como nuevo eje urbanístico en las entradas reales a la ciudad y su notable importancia en el entramado de Barcelona a partir de entonces, objetivos principales del tema. De esta forma, este artículo presenta en primer lugar un estado de la cuestión relativo a la situación hospitalaria a partir del siglo IX en Barcelona y los motivos por los que la citada calle fue ganando un paulatino prestigio que se extendió a todo el Raval, barrio en el que se ubica. A partir de aquí, la metodología se centra en explicar la llegada y recorrido de la reina por la ciudad en su entrada real y el ajuste de la ceremonia de bienvenida a unos nuevos tiempos de planificación urbana en los que la construcción de la tercera muralla resultó capital. En otras palabras, el cambio en la concepción del ceremonial permitió asentar una nueva estructura de la ciudad.

ENTORNO A LA CALLE HOSPITAL Y LA TRADICIÓN HOSPITALARIA DE BARCELONA

De amplio trazado, urbanísticamente importante, con comercios de prestigio y solera y eje notable de Barcelona porque une el paseo de Las Ramblas con la plaza del Pedró, la calle Hospital conserva actualmente el señorío de otros tiempos, a pesar de lo mucho que han cambiado las circunstancias desde que su nombre quedó vinculado a un recinto hospitalario. En su primera época, este punto de la ciudad, sin urbanizar, notablemente deshabitado y dominado por solares vacíos en los que campaban a sus anchas diferentes clases de huertos, era conocido como riera de Valldoncella debido al recorrido natural de las aguas que, procedentes del barrio de Sarriá, bajaban por allí tras pasar cerca del famoso monasterio de Valldoncella, ubicado entonces extramuros de la ciudad. Con el tiempo, el cambio en la dirección de las aguas permitió su lenta gestación en forma de calle, circunstancia a la que contribuyó una primera construcción de casas. De aquí pasó a ser denominada calle de las Cadenas o calle de las Barras de Hierro por las cadenas o barras de hierro que la cerraban en uno de sus extremos. Sin embargo, pronto mutó de nuevo el nombre gracias a la intervención ciudadana, quienes optaron por bautizarla ahora como calle de la Pica den Colom en honor al apellido de una familia muy conocida que edificó en aquel sitio un conjunto de viviendas.

Estas fueron cedidas en 1229 por su entonces propietario, el canónigo Colom, para que en ellas se estableciera un hospital, denominado durante mucho tiempo como Hospital den Colom, momento en que la calle fue paulatinamente conocida por el nombre que conserva hasta hoy y que ha permitido estudios desde enfoques muy diferentes al propiamente urbanístico[1]. Pero hablar de la calle Hospital significa

[1] BALAGUER CIRERA, 1987: 495-496; DURAN I SANPERE, 1972: 507-513; HERRERA OJEDA, 2008.



EL TERCER RECINTO DE LAS MURALLAS

He aquí el plano del tercer recinto amurallado de Barcelona. La Ciudad se ahogaba, apretujada por el pétreo corsé que, al correr los años, llegó a ser verdaderamente molesto Barcelona hubo de luchar mucho para obtener la autorización del derribo de esas murallas. Habían sido alzadas para la Ciudad del siglo XVII y no fueron suprimidas hasta mediados del siglo XIX.

Fig. 1. Plano del tercer recinto de las murallas
Fuente: Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona (AHCB)

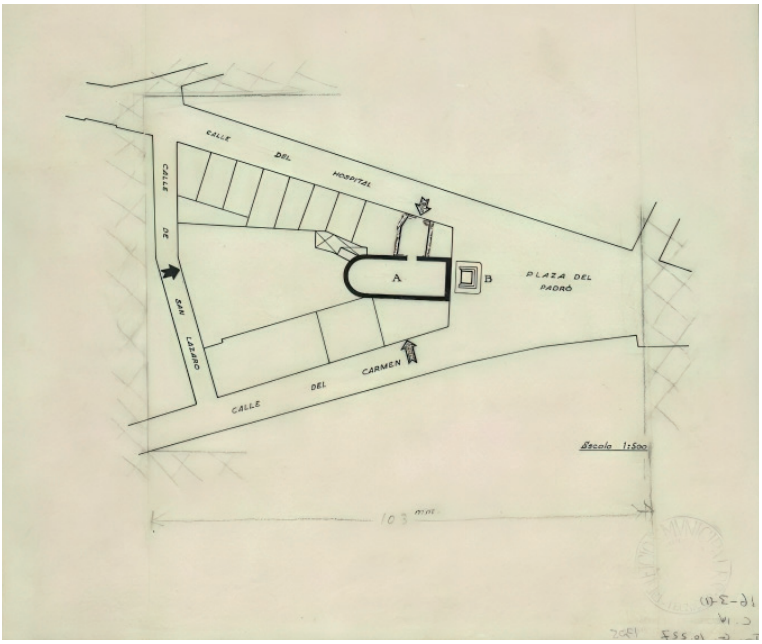


Fig. 2
Planta del Hospital de San Lázaro. Indica su ubicación dentro del barrio del Raval, señalando sus límites con las calles de San Lázaro, Hospital, Carmen y Plaza del Pedró
Fuente: Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona (AHCB)

evocar la tradición hospitalaria de Barcelona, iniciada durante la Edad Media, época en la que ya existían en la ciudad lugares dedicados al internamiento y al cuidado de los enfermos. Al igual que en otros países europeos, la Iglesia, el municipio o las órdenes religiosas dirigían indistintamente aquellos centros, de notable nivel médico y asistencial gracias a los conocimientos y la experiencia procedentes del mundo árabe. Para garantizar las mejores condiciones higiénico-sanitarias, y también por la necesidad de encontrar las grandes extensiones de parcelas necesarias, los hospitales fueron construidos mayoritariamente en la Ciudad Condal en el exterior de la segunda muralla[2]. Pero el constante aumento demográfico hizo que bien pronto apareciesen nuevas edificaciones en los terrenos cercanos a los hospitales y, por este motivo, en el siglo XIV, el rey Pedro el Ceremonioso ordenó levantar una tercera muralla (1358) para acoger a todos aquellos edificios que, hasta entonces, habían quedado desprotegidos. De esta manera, todo este sector denominado «el Raval», al que pertenece la calle Hospital, pasó a formar parte de un espacio urbano regularizado propiamente dicho[3].

La primera construcción dedicada por entero a la cura de enfermos fue, al parecer, un lazareto destinado a la atención de leprosos. Su fundación data del siglo IX y estaba situado delante de la plaza del Pedró. Inicialmente fue conocido como Hospital de Santa Margarita para, más tarde, pasar a denominarse Hospital dels Mesells o de San Lázaro, advocación a la cual también estaba dedicada su capilla románica.

A finales del siglo X, se construyó el Hospital de Guitart, ubicado en la calle denominada Bajada de la Canonja, cerca de la catedral; con el tiempo, el rey Pedro II de Aragón (1196-1213) confió su dirección a la recién fundada Orden de la Merced, los mercedarios (1218). Del siglo XII data la creación del Hospital de Marcús, fundado por Bernat de Marcús[4] y mantenido gracias a los caritativos donativos de los barceloneses hasta que, ya en el siglo XVI, pasó a depender del Capítulo del Consejo Municipal de la Ciudad. Este centro estaba situado al lado de la capilla del cementerio para los pobres, terrenos donados también por el generoso patricio en 1166 y donde hoy en día se conserva la capilla en la plaza que lleva su nombre.

---

[2] En el contexto de la baja Edad Media, la ciudad de Barcelona creció notablemente. Había numerosos núcleos y mucha población asentada fuera de la antigua muralla romana. Esta circunstancia llevó a Jaime I, rey de la Corona de Aragón, a construir en el siglo XIII un segundo recinto amurallado que tenía en la actual Rambla uno de sus lados. A pesar de todo, el gran crecimiento poblacional de Barcelona como ciudad puntera del Mediterráneo hizo ver bien pronto que este nuevo perímetro defensivo quedaría pronto obsoleto.

[3] Desde el punto de vista urbanístico, el Raval es uno de los barrios que en los últimos treinta años ha experimentado una radical evolución, especialmente tras la designación de Barcelona como sede de los Juegos Olímpicos en 1992 y la progresiva implantación de equipamientos culturales en su perímetro (Facultad de Geografía e Historia, Museo de Arte Contemporáneo (MACBA), Centro de Cultura Contemporánea (CCCB) o la Filmoteca de Cataluña), además de la construcción de una Rambla y la mejora de casas y calles.

[4] Burgués adinerado. Incentivó el correo europeo, la beneficencia, la creación de este hospital y proporcionó el terreno del cementerio del Fossar de les Moreres, lugar que conmemora hoy en día a los caídos durante el asedio de Barcelona de 1714.



Fig. 3
Capilla de Marcús. Capilla románica con arcos ciegos en los muros exteriores y espadaña encima de la puerta principal de acceso. La capilla formaba parte originariamente de un albergue para viajeros y cementerio para pobres
Fuente: Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona (AHCB)

Por entonces, la ciudad de Barcelona experimentó un gran impulso en relación a la creación de centros dedicados a la atención de la salud, ya que de aquel siglo datan el Hospital de Santa Eulalia, cercano al convento de Santa Eulalia del Campo en el actual barrio de la Ribera; y también el ya citado Hospital den Colom, ubicado en la plaza del Canonge Colom. En 1308, el *conseller* Pere Desvilar fundó el Hospital de la Almoina, también conocido como Hospital de Desvilar o de Santa Marta, situado en el lugar que hoy es el parque de la Ciudadela. También en el siglo XIV, el canónigo Macià del Vilar fundó la Maternidad o Hospital de Sant Macià, que dependía del Capítulo municipal y que estaba situado en la proximidad del ya citado Hospital dels Mesells.

El siglo XV y, más concretamente el año 1401, fue decisivo para la organización hospitalaria de la ciudad. Por entonces, el Consejo de Ciento (Consell de Cent)[5] y el

[5] Institución de autogobierno municipal de la ciudad de Barcelona entre los siglos XII y XVIII formada por una asamblea de cien ciudadanos.

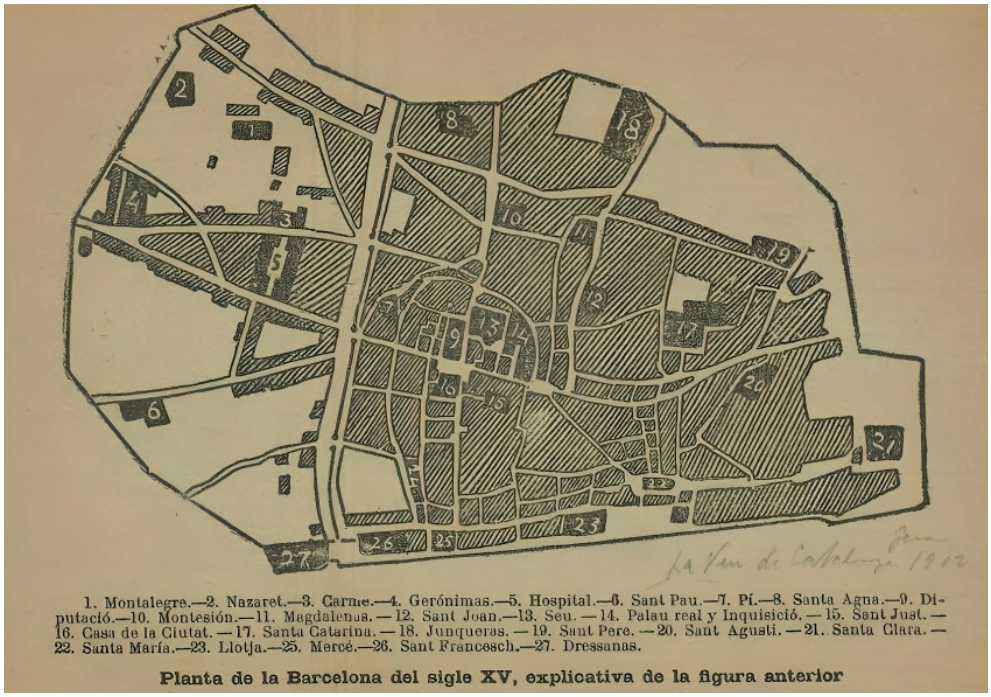


Fig. 4. Reproducción en recorte de diario de un plano correspondiente a la Barcelona del siglo XV. Numerados del 1 al 27, relación de calles y de edificios
Fuente: Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona (AHCB)

Capítulo de la catedral acordaron reunir en uno solo todos los hospitales de Barcelona y cerrar las instituciones pequeñas y obsoletas, ahora sin rentas y de escasa eficiencia. El mes de mayo de aquel año quedaron fusionados los hospitales de Marcús, Colom y Sant Macià y, tan solo dos meses más tarde, se incorporaron al conjunto los de Santa Margarita y Santa Eulalia. Se decidió que el nuevo hospital sería conocido como Hospital de la Santa Cruz y que se erigiría, de nueva planta, en los terrenos sin urbanizar, adjuntos y pertenecientes al citado Hospital den Colom, cuya estructura desapareció en favor del nuevo recinto.

El proyecto del Hospital de la Santa Cruz fue concebido como un hospital-palacio y su construcción tuvo diversas fases, entendidas siempre desde el punto de vista de la ampliación y la mejora funcional. Durante el siglo XVII se edificó en el mismo recinto la Casa de Convalecencia y, fachada frente a fachada pero un siglo más tarde, el Real Colegio de Cirugía[6], que ocupó los terrenos destinados a cementerio y

[6] Actualmente todo este conjunto arquitectónico acoge la Biblioteca de Cataluña y el Institut d' Estudis Catalans, mientras que el Real Colegio de Cirugía mantiene actividades académicas y es lugar de visita por su espléndido anfiteatro anatómico.



Fig. 5
Puerta de entrada al recinto de la actual Biblioteca de Cataluña desde la calle Hospital
Fuente: Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona (AHCB)

depósito de cadáveres[7]. En medio de todo este proceso, la calle Hospital tomó gran fuerza en el entramado urbano de Barcelona. El amurallamiento de este espacio de seguridad militar facilitó y favoreció la urbanización y el poblamiento. A partir de mediados del siglo XV, el Raval fue el área más importante de la nueva parte de la ciudad y su expansión se organizó a partir de tres ejes principales (calle Tallers, calle del Carmen y calle Hospital), mientras que el triángulo delimitado por los sectores del Carmen, Hospital y Las Ramblas fue el que acusó una densificación más rápida[8].

ISABEL DE CASTILLA EN BARCELONA

Vincular la calle Hospital a la visita que Isabel de Castilla realizó a Barcelona en 1481 permite recuperar un episodio importante para la ciudad y situar en su contexto la ceremonia de una entrada regia y el recorrido urbano establecido desde que un rey o reina atraviesa la puerta de entrada de la muralla hasta su lugar de alojamiento o a un punto emblemático de la urbe. En el caso de Barcelona u otro sitio de Cataluña, son numerosos los estudios dedicados a la presencia real –individualizada en reyes y reinas, o el matrimonio regio a la vez[9]; el abastecimiento y aposentamiento de la corte; el recibimiento, con la distinción de si se llega por tierra o por mar; la entrada real en si misma; el arte efímero; los festejos realizados en honor del/os ilustre/s huésped/es; o el dispendio económico generado por el conjunto de todo lo anterior[10]- y las expectativas derivadas de la misma. Sin embargo, no son muchas las investigaciones

[7] MARTÍ AYXELÀ, SERRACLARA PLA, 2009: 11-15.
[8] SOBREQUÉS I CALLICÓ, 2008: 70.
[9] GARCÍA SÁNCHEZ, 1998.
[10] A título de ejemplo, CHAMORRO ESTEBAN, 2013.

centradas específicamente en la repercusión a nivel urbanístico o de mejora de infraestructuras en Barcelona como consecuencia de una visita monárquica o de algún miembro de la familia real, aspecto que hemos intentado subsanar en los últimos años a través de diferentes aportaciones[11]. En el caso de Isabel de Castilla, su recorrido de entrada a la ciudad significó la plena incorporación de una zona en general –el Raval- y de una calle en particular —Hospital— en un momento de énfasis que era ya un espectáculo por sí mismo. Sin duda, la transición entre el período medieval y el moderno tuvo en la reina un relevante modelo[12].

En septiembre de 1479, Fernando era el nuevo rey de la Corona de Aragón tras la muerte de su padre, Juan II, fallecido en enero del mismo año en Barcelona. El momento no era fácil, con el Principado de Cataluña completamente devastado y arruinado por los años de guerra y con una Castilla apenas emergente a causa también de su propia contienda interna (1474-1478). Pero la principal preocupación del matrimonio fue la compleja tarea de enderezar sus reinos y reactivar su economía y, nada mejor para conseguirlo, que viajar con su corte por toda la península según sus necesidades políticas. No hay que olvidar que detrás de cada visita real había una intención determinada, en muchas ocasiones política o económica; en el caso de Cataluña, podrían resumirse en la jura o convocatoria de Cortes; el paso por la ciudad con destino a otro país; la petición de contribuciones económicas para el sostenimiento de alguna campaña bélica; la presentación del sucesor al reino; el intercambio de prometidos de familias reinantes europeas, etc.

A finales de 1480, Fernando recaló, sin éxito, en Barcelona. Sin embargo, la ausencia monárquica en la ciudad fue breve porque, tres meses más tarde, el soberano llegó de nuevo con una novedad crucial: la reina Isabel de Castilla llegaría a la Ciudad Condal a finales de julio de 1481. Era la primera vez de un viaje de estas características, es decir, en clave de una mujer que, además, era reina. Fernando pidió a los *consellers* que le preparasen un recibimiento digno del más alto dignatario y que entrase en Barcelona bajo palio[13]. Isabel llegó a Molins de Rey —localidad cercana a la Ciudad Condal— el 24 de julio, lugar al que se trasladó a recibirla Fernando, ya en Barcelona. Allí recibió la visita de cortesía de los emisarios para darle la bienvenida. Dos días más tarde, rindió la preceptiva visita y breve estancia al monasterio de Valldoncella, acompañada de importantes prelados y de grandes nobles castellanos.

Los aposentadores reales escogieron para el alojamiento de Isabel la casa de Bernat de Gualbes, en la calle Ample, y, además, las casas de Joan Beltran y de

[11] Entre otras: GARCÍA SÁNCHEZ, 2014; GARCÍA SÁNCHEZ, 2015; GARCÍA SÁNCHEZ, 2016; GARCÍA SÁNCHEZ, 2017a, 2017b; GARCÍA SÁNCHEZ, 2019a, 2019b.

[12] CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 8.

[13] Son varios los historiadores que han tratado esta entrada. Entre ellos, VICENS VIVES, 1936: 220-230; FERNÁNDEZ TERRICABRAS, 2004: 87-98 *apud* CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 22.

Natries hasta la marina[14]. La calle Ample y su paralela, la calle de la Mercé, eran por entonces puntos estratégicos en cuestión de palacios y casas para alojar a la realeza y su corte. Otro tema de suma importancia fue la decisión sobre el recibimiento a ofrecer, denominado, en muchas ocasiones, «ceremonias de recepción»[15], resumen de un complejo mundo en el que entraban en juego desde jerarquías de orden de las diferentes personalidades e instituciones hasta todo un conjunto de pautas establecidas por la tradición, sin olvidar la importancia que significaba recuperar la presencia regia en territorios que, como Cataluña, ya no contaban con ella de forma habitual[16].

LA PUERTA DE SAN ANTONIO Y EL NUEVO ITINERARIO DE ENTRADA A LA CIUDAD

Isabel entró en Barcelona por la puerta de San Antonio en medio de una ceremonia que colmó sus expectativas, acompañada en los días sucesivos por todo de fiestas, procesiones y bailes[17]. Los *consellers* no pudieron menos que rendirse ante ella por su personalidad y empaque, e intentaron generar una cierta seguridad ya que era «no solament reyna e virtuosa senyora, mes mare»[18]. Estos, «per complaure el señor rey que axí ho volgué», organizaron una entrada real «tant quan pus solemnement se pogués fer e preparar», muy diferente a cuantas vistas hasta entonces porque, además, la ilustre huésped era reina por sí misma y no tan solo esposa consorte[19]. Las Cortes celebradas durante ese tiempo se tradujeron en un éxito a todos los niveles para Fernando: económico, político y social[20].

Crucial para el tema que nos ocupa es el itinerario de entrada de Isabel a la ciudad, con varias innovaciones destacadas. La primera es el mayor recorrido de la misma, ya que, ahora, el inicio de la ceremonia quedó desplazado hasta la puerta de San Antonio como punto de espera para los *consellers.* Hasta aquel momento, el monarca accedía por el mismo punto, pero el despliegue festivo tenía como punto de inicio la puerta de las Atarazanas, situada al final de Las Ramblas; además, el compromiso del juramento del rey tenía lugar en la cercana plaza de San Francisco,

[14] AHCB. *Copia de Varios Diarios…* Ms. A-1, fol. 196 *apud* CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 90.
[15] NIETO SORIA, 1993: 119 apud CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 117; FERNÁNDEZ DE CÓRDOVA MIRALLES, 2002: 304-308.
[16] PÉREZ SAMPER, 1999: 69.
[17] ZURITA Y CASTRO, 1976-1990: 403 *apud* CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 178.
[18] BELENGUER CEBRIÀ, 1999: 131; PÉREZ SAMPER, 2004.
[19] «Ço es, como lo present Concell sab, que per lo Concell de cent jurats, lo die present celebrat, es stat delliberat que per la nova vinguda de la senyora reyna, sien fetes alegries, les mes belles que fer se puxen, e sie la dita senyora festejada no solament segons de altres noves entrades de reynes es acustumat per aquesta ciutat esser feta, mes tant millor e pus pomposa com fer se puixe, remetent les dites coses e la delliberació e exequció d' aquelles al present Concell», en *Llibre de les Solemnitats de Barcelona*, vol. I, 329 *apud* CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 178.
[20] SOBREQUÉS I CALLICÓ, 2008: 97-99.

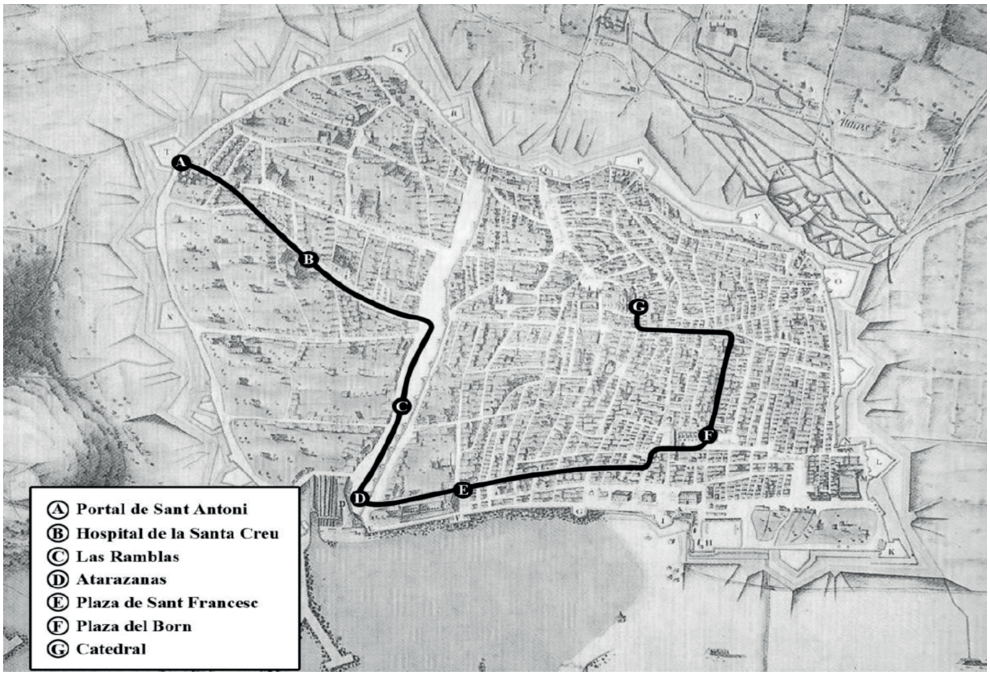


Fig. 6. Itinerario de entrada a Barcelona de la reina Isabel la Católica desde la puerta de San Antonio hasta la catedral
Fuente: CHAMORRO ESTEBAN, 2013

lugar en el que era esperado el monarca. Otra novedad importante fue la utilización del palio para Isabel desde la misma puerta[21].

Ámbito de reflexión es también el geográfico, ya que la llegada de la reina de Castilla propició la destacada novedad de establecer en el itinerario del recibimiento toda la parte oeste de Barcelona, es decir, el Raval. Para ello, resultó vital la notable adaptación de la ceremonia a los nuevos tiempos urbanísticos, con toda la zona situada entre la muralla occidental y Las Ramblas en pleno auge demográfico; así, fue más que necesario que una ceremonia que debía reflejar a toda una sociedad en su conjunto se adueñase del espacio físico de la misma[22]. Con la nueva reformulación del trayecto, el Hospital de la Santa Cruz pasó a proyectar una imagen más allá de la estrictamente sanitaria y quedó integrado de pleno en la ceremonia de la entrada real. El hecho no pasó desapercibido ni para Isabel ni para las siguientes ilustres visitas. Desde este punto de vista resultaría interesante —en la línea de nuevos enfoques de investigación—, intentar establecer parámetros comparativos con el resto de entradas reales que por esos años se produjeron en la Península Ibérica y en otras zonas de Europa, como por ejemplo Francia. Confrontar para poder asentar similitudes y

[21] CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 178
[22] CHAMORRO ESTEBAN, 2013: 178-179

diferencias, pero sobre todo para comprobar qué tipo de formalidades seguían todas las entradas regias y que diferencia a cada ciudad en el momento de establecer un recorrido, ya que el estudio individual de visitas posteriores a la de Isabel en el caso de Barcelona (Felipe el Hermoso, 1503; Carlos I, 1519; emperatriz Isabel, 1533; Felipe II, 1564; Felipe III, 1599) ya ha sido realizado de manera exhaustiva por diversos historiadores. Desde el punto de vista urbanístico, un análisis de estas características aportaría notable información respecto al desarrollo de las propias ciudades. Y, de nuevo en el caso de la Ciudad Condal, la puerta de San Antonio y calles como la del Hospital tejieron sin duda alguna un nuevo espacio urbano del que solo los reyes, simbólicamente, podían apropiarse. Este modelo fue seguido durante toda la Edad Moderna hasta que, a principios del siglo XIX, la calle del Carmen —paralela a la del Hospital— se erigió como alternativa para llegar a Las Ramblas en las entradas reales. Pero la época y los intereses habían cambiado.

FONTES

Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona

AHCB. *Copia de Varios Diarios que guarda el Ayuntamiento de Barcelona de Sucesos memorables acaecidos en dicha Ciudad en diferentes tiempos desde el año 1249 hasta 1611*. Ms. A-1.

AHCB. *Llibre de les Solemnitats de Barcelona*, vol. I.

BIBLIOGRAFÍA

BALAGUER CIRERA, Víctor (1987). *Las calles de Barcelona*. Barcelona: Dossat.

BELENGUER CEBRIÀ, Ernest (1999). *Fernando el Católico. Un monarca decisivo en las encrucijadas de su época*. Barcelona: Península.

CHAMORRO ESTEBAN, Alfredo (2013). *Ceremonial monárquico y rituales cívicos. Las visitas reales a Barcelona desde el siglo XV hasta el XVI*. Barcelona: Facultad de Geografía e Historia. Tesis de doctorado.

DURAN I SANPERE, Agustí (1972). *Barcelona i la seva història. La formació d'una gran ciutat*. Barcelona: Curial, vol. 1.

FERNÁNDEZ DE CÓRDOVA MIRALLES, Álvaro (2002). *La corte de Isabel I. Ritos y ceremonias de una reina (1474-1504)*. Madrid: DYKINSON.

FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi (2004). *Tres imágenes de Isabel la Católica*. In CHECA CREMADES, Fernando, *coord. Isabel la Católica. La magnificencia de un reinado. Quinto centenario de Isabel La Católica (1504-2004). Catálogo de exposición*. Valladolid: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Junta de Castilla y León, pp. 87-98.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (1998). *Arte, fiesta y manifestaciones efímeras: la visita a Barcelona de Carlos IV en 1802*. Barcelona: Facultad de Geografía e Historia. Tesis de doctorado.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2014). *Barcelona, 1802. Manuscritos de la Biblioteca Palatina de Parma y su visión artística de la ciudad*. «Materia, revista internacional d' art». N.º 8, 169-183. [Consult. 1 Dec. 2023]. Disponible en <https://raco.cat/index.php/Materia/article/view/292945>.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2015). *La plaça de Palau i el Portal del Mar: un projecte de l' urbanisme neoclàssic*. «Barcelona Quaderns d' Història». N.º 22, 49-54. (Ejemplar dedicado a: Barcelona i el mar. Actividad portuaria y fachada litoral).

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2016). *Un escenario de poder en la Cataluña mediterránea: la Plaza de Palacio y el Portal del Mar de Barcelona*. In IBARZ GELABERT, Jordi *et al.*, *eds. Proceedings of the 4th Mediterranean Maritime History Network Conference*. Barcelona: Museu Martítim, pp. 141-161.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2017a). *El palacio de la Aduana de Barcelona, testimonio artístico e histórico de la vida de la ciudad*. «Arte y Patrimonio. Revista de la Asociación para la investigación de la Hª del Arte y del Patrimonio Cultural "Hurtado Izquierdo"». N.º 2, 59-83. [Consult. 2 Dec. 2023]. Disponible en <http://hdl.handle.net/10396/15365>.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2017b). *Margarita de Austria en Barcelona. Encuentro entre arte, poder y sociedad en los homenajes obsequiados a la joven infanta*. In RODRÍGUEZ MIRANDA, María del Amor; PEINADO GUZMÁN, José Antonio. *El Barroco: Universo de Experiencias*. Córdoba: Asociación «Hurtado Izquierdo», pp. 34-54. [Consult. 2 Dec. 2023]. Disponible en <https://hurtadoizquierdocg.files.wordpress.com/2018/01/laura-garcc3ada-sc3a1nchez.pdf>.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2019a). *Barcelona, 1750. El marqués de la Mina y la proyección de la ciudad a través de la visita de la infanta María Antonia Fernanda*. In FERNÁNDEZ VALLE, María de los Ángeles; LÓPEZ CALDERÓN, Carmen; RODRÍGUEZ MOYA, Inmaculada, *eds. Fastos y ceremonias del barroco iberoamericano*. Santiago de Compostela y Sevilla: Andavira Editora, vol. 9, pp. 35-48. [Consult. 2 Dec. 2023]. Disponible en <https://rio.upo.es/rest/api/core/bitstreams/bb590f62-82e5-468e-9542-5b22679848cd/content>.

GARCÍA SÁNCHEZ, Laura (2019b). *Se breve en tus razonamientos, que ninguno hay gustoso si es largo. El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha en Barcelona y los episodios pictóricos de su paso por la ciudad*. «Pedralbes, Revista d' Historia Moderna». N.º 39, 925-950. [Consult. 2 Dec. 2023]. Disponible en <https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/194270/1/688360.pdf>.

HERRERA OJEDA, Rodrigo (2008). *Las calles como espacios públicos. El caso de pintor Fortuny y Hospital en Barcelona*. Barcelona: Facultad de Geografía e Historia. Tesis de doctorado.

MARTÍ AYXELÀ, Montse; SERRACLARA PLA, Mª Teresa (2009). *Hospital de la Santa Creu i Sant Pau*. Barcelona: Fundació Privada Hospital de la Santa Creu i Sant Pau.

NIETO SORIA, José Manuel (1993). *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea.

PÉREZ SAMPER, Mª de los Ángeles (1999). *La presencia del rey ausente: las visitas reales a Cataluña en la época moderna*. In GONZÁLEZ ENCISO, Agustín; USUNÁRIZ GARAYOA, Jesús María, *eds. Imagen del rey, imagen de los reinos. Las ceremonias públicas en la España Moderna (1500--1814)*. Pamplona: EUNSA, pp. 63-116.

PÉREZ SAMPER, Mª de los Ángeles (2004). *Isabel La Católica*. Barcelona: Plaza & Janés.

SOBREQUÉS I CALLICÓ, Jaume (2008). *Historia de Barcelona*. Barcelona: Plaza & Janés.

VICENS-VIVES, Jaume (1936). *Ferran II i la ciutat de Barcelona, 1479-1516*. Barcelona: Vicens Vives, vol. I, pp. 220-230.

ZURITA Y CASTRO, Jerónimo (1976-1990). *Anales de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, CSIC, vol. VIII, libro XX.

UNA STRADA IN FORMA DI CITTÀ. LA VIA MERCATOVECCHIO A UDINE

ORIETTA LANZARINI*

Resumo: *La particolare forma urbana e gli edifici che si affacciano su via Mercatovecchio la trasformano in una vera «esposizione» della ricerca architettonica cittadina.*

Parole chiave: *Udine; Architettura moderna e contemporanea; Strade medievali; Urbanistica.*

Abstract: *The particular urban shape and the buildings that overlook via Mercatovecchio Street turn it into a real «display» of the city's architectural research.*

Keywords: *Udine; Modern and Contemporary Architecture; Medieval Streets; Urbanism.*

«Mercato Vecchio è uno di quegli spazi urbani che si potrebbero definire "resistenti per forma", ossia, in grado di rimanere sempre armoniosi, malgrado qualsiasi trasformazione architettonica che venga operata ai suoi bordi»[1]. Le parole di Francesco Tentori — autore di importanti studi sulla storia urbanistica di Udine —, evidenziano un aspetto fondamentale della strada a cui è dedicato il presente contributo: il rapporto tra il suo particolare impianto, conservatosi nei secoli, e i numerosi cambiamenti occorsi, invece, all'aspetto architettonico dei suoi fronti.

Il luogo denominato Mercato Vecchio prende corpo in età medievale su un'area allungata che curva seguendo il profilo naturale del colle sul quale era sorto, probabilmente, il nucleo originario dell'abitato udinese[2] (Fig. 1). Il suo nome ne chiarisce il ruolo, tuttora in essere, di spazio commerciale, il primo in ordine di tempo della città. Nel 1223, infatti, il patriarca di Aquileia, Bertoldo di Andechs-Merania (1218-1251), a cui si deve l'impulso che porta Udine a trasformarsi da modesto villaggio in città, concesse il diritto di avere un mercato permanente ed esenzioni d'imposta per chi risiedeva entro le mura, atto che portò a un incremento demografico e dei commerci[3]. Nel marzo del 1248 lo stesso Bertoldo permise, con un secondo documento, la formazione di un altro spazio di mercato, detto Nuovo, in stretta connessione, attraverso due strade perpendicolari, con il Mercato Vecchio[4].

* Università degli Studi di Udine. Email: orietta.lanzarini@uniud.it. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7669-9418.

[1] TENTORI, 1988: 75.

[2] Sul castello e sullo sviluppo dell'area intorno via Mercatovecchio, si veda BERGAMINI, BUORA, 1990; MANSUTTI, 1984-1987; TENTORI, 1982: 69-148, 188-198; TENTORI, 1988: 39-83; TREVISAN, 1994.

[3] TENTORI, 1988: 58, 71, 172 nota 19; DISSADERI, CASADIO, 2006.

[4] TENTORI, 1988: 76-83.

A partire dal Medioevo, l'area commerciale ai piedi del Castello di Udine iniziò a popolarsi di costruzioni su lotti stretti e profondi, illuminate da cavedi o cortili, assumendo le fisionomie di una larga strada porticata: anche se i fronti — e spesso la ripartizione degli spazi interni degli edifici — sono stati costantemente aggiornati nel corso del tempo, il tracciato originale dell'arteria urbana, attualmente denominata via Mercatovecchio, rimane in gran parte conservato, come dimostra l'accurata mappa dell'ingegnere Antonio Lavagnolo (1845-1850)[5] (Fig. 2). L'unica modifica importante è consistita nell'apertura della piazzetta Marconi, all'estremità nord, che ha portato all'abbattimento parziale di tre parcelle edilizie e alla ridefinizione dello snodo stradale con la costruzione del sobrio palazzo Angeli, progettato nel 1928 da Ettore Gilberti (1876-1935) combinando elementi tardocinquecenteschi e secenteschi[6].

Le dimensioni di via Mercatovecchio rivelano l'ambiguità della sua forma, che si approssima a quella di una piazza allungata, estesa per 205 metri con una larghezza nel punto mediano, in corrispondenza del Monte di Pietà (Fig. 2/n.4), di circa 20 metri[7]. Questa singolare caratteristica viene spesso amplificata dalle fonti iconografiche che rilevano il tessuto urbano di Udine. In particolare, nella dettagliata veduta secentesca attribuita a Joseph Heintz il Giovane e nell'incisione inclusa nel ventesimo volume di Thomas Salmon, edito in Italia nel 1753 (Fig. 3b), la larga strada, animata da passanti e carrozze, appare raffigurata ancora più ampia, fino ad avvicinarsi a una sorta di piazza porticata; in tal modo, ne viene sottolineato il ruolo di cuore economico del centro cittadino, assieme alla vicina piazza Mercato Nuovo[8]. A proposito della vocazione commerciale di Udine, nonostante la sua posizione meno favorevole agli scambi di altri luoghi, ancora Salmon elogia «la industria de' suoi abitanti, che per mezzo del loro ingegno, del loro traffico la tengono provveduta non solo delle cose necessarie, ma eziandio delle voluttuose: imperciocché in essa vi sono botteghe, e fondachi di drapperie le più perfette»; una situazione, questa, che sembra specchiarsi nella struttura urbana della città, «ben fornita di palagi, e fabbriche pubbliche e private», dove «spaziose sono le strade, le sue piazze sono ampie, amene, ed abbondanti di ogni sorta di merci e di vettovaglie»[9].

Nella vita economica udinese, dunque, la via Mercatovecchio ha sempre avuto un ruolo di primo piano, che mantiene tuttora. Da un punto di vista architettonico e urbanistico, però, qual è il suo impatto sul tessuto cittadino? Osservando la strada da nord verso sud (Fig. 4), come da sud verso nord, emerge una peculiarità di marcato

[5] Una copia del documento si trova nella Galleria Disegni e Stampe dei Musei Civici di Udine; TENTORI, 1988: 48-49.
[6] PRG, 2015, fasc. 2, scheda 26. Su Gilberti si veda NUOVO LIRUTI, 2011 (Diana Barillari); TENTORI, 1966-1969: 349-351.
[7] Prima delle trasformazioni degli anni Venti del Novecento, l'imbocco a sud della strada misurava all'incirca m 7,50, mentre quello a nord arrivava a m 22 circa (TENTORI, 1988: 75).
[8] LUCCHESE, 2003-2004; SALMON, 1753: [s.p.].
[9] SALMON, 1753: 199-200.

interesse: il suo sviluppo curvilineo rende quasi impossibile percepire, con un unico sguardo, l'intero spazio urbano, che si svela progressivamente all'osservatore solo quando viene percorso, sia al coperto, attraverso i portici, sia all'aperto, camminando lungo il ciglio stradale. Quest'ultima modalità non è stata sempre agevole. Fino al 1952 la sede carrabile era occupata dai binari del tram, poi rimossi; automobili e bus, invece, l'hanno percorsa fino al 2020. La scelta del Comune di renderla esclusivamente pedonale consente ora di leggere agevolmente i due fronti stradali, che raccontano, in maniera paradigmatica, una parte significativa della storia architettonica udinese[10].

Durante la dominazione veneziana, iniziata nel 1420 e protrattasi fino alla caduta della Serenissima, nel 1797, la via Mercatovecchio viene aggiornata con nuove costruzioni, due delle quali lasciano un'impronta talmente profonda da ridefinire, per la prima volta, l'identità di questo ambiguo spazio urbano, soprattutto da un punto di vista monumentale.

Sorta nel XV secolo forse sul sedime di un blocco di case preesistenti, la loggia detta del Lionello diventa il punto focale per chi percorre la strada da sud verso nord (Fig. 2/n.1, Fig. 3a). L'opera, la cui esecuzione era stata deliberata dal consiglio cittadino il 24 gennaio 1441 su istanza del nobile Nicolò Savorgnano, venne affidata al «muraro» Cristoforo Orsini detto da Milano, che si valse della collaborazione dell'esperto lapicida e architetto Bartolomeo Costa Sbardilini, detto delle Cisterne. Spesi alcuni anni in preparativi, nel maggio del 1448 vennero nominati quattro soprintendenti, per procedere all'esecuzione dell'opera; tra questi, c'era Nicolò Lionello (ca. 1400-1462), il quale, dopo aver contestato il progetto originale, ne propose una versione modificata, che passò al vaglio del consiglio. I lavori, iniziati nel 1450 sotto la direzione di Bartolomeo delle Cisterne, si conclusero nel 1455; la loggia fu ampliata nel 1495, e poi ancora modificata nel corso del XVI secolo[11]. Dell'originale struttura, però, non rimane quasi nulla: il 19 febbraio 1876 un incendio, di origine accidentale, la distrusse e venne ripristinata, con qualche variazione, dall'architetto Andrea Scala (1820-1892)[12].

Con la costruzione della loggia nel Quattrocento le cortine stradali di via Mercatovecchio, cresciute senza regola, con edifici tutti differenti, trovano un primo punto di riferimento monumentale, un imponente fondale prospettico che chiude l'arteria cittadina (Fig. 3b) e allo stesso tempo indirizza lo sguardo dell'osservatore verso il complesso architettonico cinquecentesco più importante della dominazione

[10] Va segnalato che la situazione pandemica, in corso dal 2019, ha portato il comune di Udine a concedere agli esercizi commerciali affacciati su via Mercatovecchio l'occupazione di grandi porzioni stradali per disporre sedie e tavoli per il pubblico. È da sperare che si tratti solo di una sistemazione temporanea, in quanto queste strutture attualmente compromettono la visione di intere porzioni della via.

[11] Si veda l'accurata ricostruzione di Bergamini in BARILLARI, BERGAMINI, 2019: 13-45.

[12] BARILLARI, BERGAMINI, 2019: 33-36.

veneziana: la monumentale Piazza Contarena, o del Vino, ora Piazza Libertà con il castello sullo sfondo[13].

Due secoli più tardi, la via Mercatovecchio si arricchisce di un altro edificio, di scala ancora maggiore, che determina un cospicuo salto dimensionale nella scansione, pressoché uniforme, dei suoi fronti, diventando il cardine dell'intero sistema urbano: il monumentale Palazzo del Monte di Pietà (Fig. 2/n.4; Fig. 3b). Un primo nucleo edilizio era stato fondato, su progetto di Francesco Floreani, nel 1566-1567, per poi essere trasformato e ampliato nel 1663 su progetto di Bartolomeo Rava, con un ulteriore intervento di Jacopo Benoni; la fabbrica, che occupò il sedime di due isolati preesistenti, separati da un vicolo, venne conclusa nel 1690 circa[14]. La sua rilevanza nel contesto di via Mercatovecchio è dovuta alla scelta di calibrarne le proporzioni non su quelle dei modesti edifici adiacenti, ma sulla dimensione, pari a circa 20 metri, della sede stradale; in altre parole, il Monte di Pietà è l'unica costruzione che adotta la stessa scala monumentale della via su cui si affaccia: il suo fronte, pari a 32 metri, è scandito da cinque maestosi archi a bugnato alti quasi il doppio di quelli degli altri edifici.

Questa caratteristica non sarebbe così rilevante se il palazzo non si trovasse esattamente a metà del lato concavo del tracciato stradale (Fig. 4), in una posizione che contribuisce ad amplificarne l'aspetto monumentale, sia percorrendo la strada da nord verso sud, sia nel senso opposto. Questa continuità di lettura è favorita dalle due trifore del piano superiore, che sdoppiano la facciata del Monte di Pietà evocando le due fronti degli isolati originari su cui venne costruito, il cui andamento è ancora leggibile nel profilo spezzato della falda del tetto del grande palazzo, allo stesso modo di altri edifici vicini.

Nel corso dell'Ottocento e soprattutto del Novecento, la via Mercatovecchio conosce ulteriori trasformazioni: alcuni palazzi si allineano al gusto corrente, altri registrano l'arrivo a Udine di nuovi linguaggi architettonici, e altri ancora riflettono sulla storia, ormai secolare, dell'arteria cittadina sulla quale si affacciano. Vediamone i principali esempi.

Sviluppata su quattro parcelle medievali, l'ampia facciata di Palazzo Fabris (1905-1914) (Fig. 2/n.7), attribuito a Luigi Taddio (1875-1955), appare scandita da un portico colonnato e tre piani superiori; la sottolineatura della parte centrale, caratterizzata un massiccio balcone al primo livello, non riesce a compensare del tutto l'asimmetria del fronte, composto da elementi di derivazione tardocinquecentesca combinati tra loro con la dimestichezza tipica dell'architettura degli anni Dieci, riconoscibile anche in altri esempi cittadini[15].

[13] Sull'opera, si veda BATTILOTTI, 1991.
[14] Sulla storia della costruzione si veda BERGAMINI, 1996; VICENZINI 2018.
[15] NUOVO LIRUTI, 2011: vol. 4, 3280-3282 (Diana Barillari); PRG, 2015: fasc. 2, scheda 28.

Una scelta «mimetica» caratterizza, invece, la facciata di Palazzo Zorzi (1923) (Fig. 2/n.2) di Cesare Miani (1891-1961), nel quale il portico a due archi, la collocazione al secondo livello del piano nobile e soprattutto la foggia delle finestre si conformano al vicino Palazzo Sacchia, cinquecentesco, benché molto rimaneggiato nell'Ottocento (Fig. 4); gli affreschi di Enrico Miani, al primo e all'ultimo livello, evocano la tradizione cittadina delle case affrescate[16].

Viceversa, l'articolata facciata di Casa Sgualdino (1925-1926) (fig. 2/n.5) sviluppata su quattro piani con un portico a due archi ribassati, porta in via Mercatovecchio un esempio di linguaggio Liberty, con echi di Stile Novecento (Fig. 5a), similmente ad altri edifici udinesi coevi, in particolare il palazzetto scolastico Toppo di Provino Valle del 1923[17]. L'autore è Pietro Zanini (1895-1990), con la collaborazione di Cesare Scoccimarro (1897-1953): i due architetti, assieme a Ermes Midena (1895-1972), parteciperanno con il progetto della *Casa dell'aviatore* alla V Triennale di Milano del 1933 e saranno autori di una serie di pregevoli edifici di matrice razionalista a Udine[18].

Durante gli anni Trenta, la strada commerciale vede ancora la costruzione di facciate alquanto anacronistiche, come quella di Palazzo Gaspardis (1930) (Fig. 2/n.3) sistemato da Luigi Taddio, che si sofferma ancora sulla ripresa di elementi storici, sebbene combinati con pregevole rigore[19], accanto ad altre allineate ai temi del razionalismo. Tra queste, Palazzo Zagolin (1936-1938) (Fig. 2/n.8) di Zanini costituisce un esempio di grande interesse, caratterizzandosi per il portale architravato, le semplici finestre rettangolari incassate entro nicchie, e la superficie intonacata con cornici in pietra (Fig. 5b).

Nel dopoguerra altri due interventi rinnovano, in maniera importante, le cortine stradali di via Mercatovecchio. Il primo è la sede della Banca Nazionale del Lavoro (1956) (Fig. 2/n.9), progettata dall'ingegnere Cesare Pascoletti (1898-1986), che si confronta direttamente con la scala monumentale del dirimpettaio Monte di Pietà[20]. Il fronte dell'edificio (Fig. 6a) è articolato da un elegante portico architravato a cinque campate sul quale si elevano tre livelli, rivestiti in pietra rosata, sottolineati da cornici marcapiano, ritmati da alte finestre, anch'esse delimitate da fasce chiare. Nonostante l'estensione della facciata, la sua statura esuberante e la distanza formale rispetto agli edifici adiacenti, la posizione della costruzione di Pascoletti al centro della convessità del tracciato stradale ne attutisce in gran parte l'impatto rispetto alla percezione generale dello spazio cittadino. In altre parole, è necessario giungere in

[16] NUOVO LIRUTI, 2011: vol. 3, 2249-2251 (Diana Barillari); PRG, 2015: fasc. 1, scheda 304.
[17] PRG, 2015: fasc. 1, scheda 30; LANZARINI, 2017: 183-189.
[18] Si veda POZZETTO, REALE, 1987; NUOVO LIRUTI, 2011: vol. 3, 2289-2292, 2249-2251 (Diana Barillari); AVON, 2013.
[19] PRG, 2015: fasc. 1, scheda 6.
[20] NUOVO LIRUTI, 2011: vol. 3, 2544-2548 (Diana Barillari).

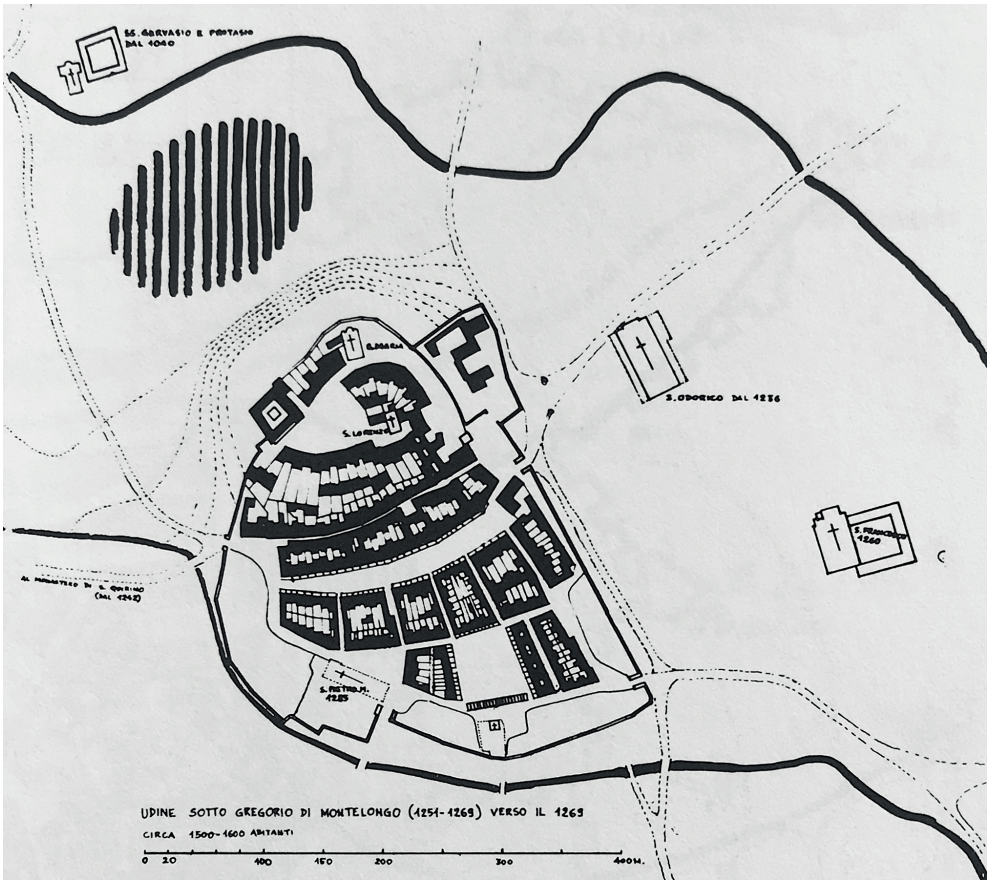


Fig. 1. Ricostruzione della situazione urbana di Udine verso il 1269
Fonte: TENTORI, 1988: 55, fig. 64

prossimità dell'edificio per vederlo nella sua interezza, mentre dagli imbocchi nord e sud della strada rimane praticamente invisibile.

Verso meridione la via Mercatovecchio non ha un edificio di rilievo che chiuda il discorso urbano, come nel margine settentrionale, dove si trova la loggia di Lionello. Tuttavia, la costruzione della cosiddetta «Casa rossa» o «Palazzo rosso» Talmone (1963-1965) (Fig. 2/n.6) di Gino Valle (1923-2003), uno degli edifici più significativi mai realizzati in un centro storico nel Novecento, costituisce un'ideale finale della strada e delle sue vicende costruttive[21]. L'audace struttura in ferro tinteggiata di vernice antiruggine rossa, con inserti in marmo (Fig. 6b), è caratterizzata da un grande portale a campata unica e da tre piani adibiti a uffici e un attico ad uso residenziale; grazie alla

[21] CROSET; SKANSI, 2010: 133-135, 143-146; PRG, 2015: fasc. 1, scheda 29.

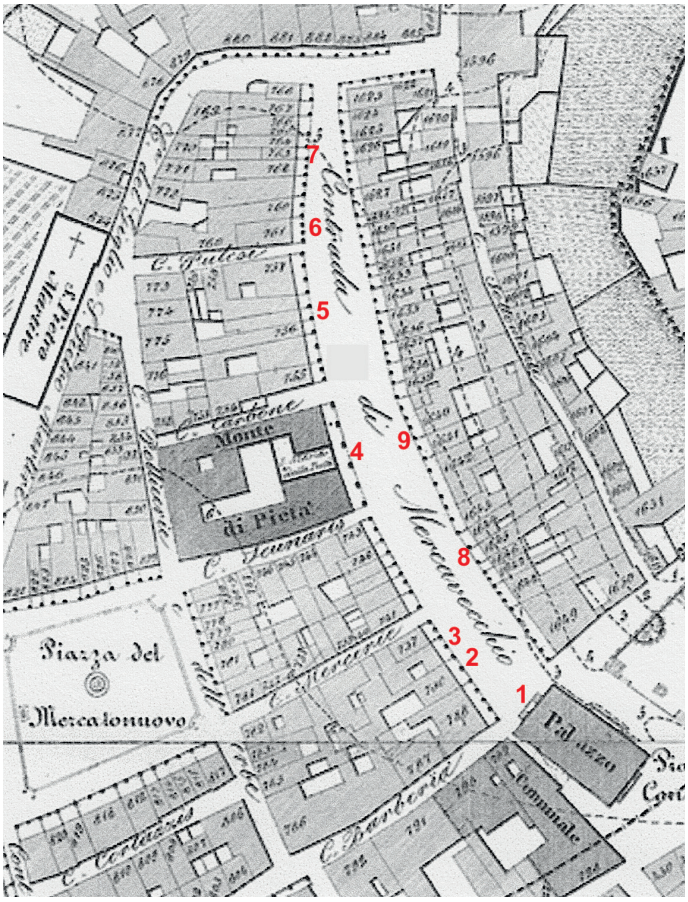


Fig. 2
Via Mercatovecchio nella mappa di Antonio Lavagnolo, 1843-1850. Edifici: 1. Loggia del Lionello; 2. Palazzo Zorzi; 3. Palazzo Gaspardis; 4. Monte di Pietà; 5. Casa Sgualdino; 6. «Casa rossa» Talmone; 7. Palazzo Fabris; 8. Palazzo Zagolin; 9. Banca Nazionale del Lavoro

sua forma astratta, che riprende lo schema strutturale delle case medievali, l'edificio di Valle innesca un dialogo con i fronti preesistenti, a partire da quello cinquecentesco Palazzo Sabbadini, alla sua destra. L'architetto, infatti, dichiara di aver realizzato «una facciata in ferro che rappresenta una facciata in legno», come quelle delle costruzioni che avevano caratterizzato le cortine del Mercato Vecchio alla sua origine: «solo cambiando materiale» osserva Valle «mi sono ritrovato a recuperare questa specie di "memoria collettiva" delle facciate che c'erano prima, che costituivano la città e che vengono a poco a poco sostituite»[22]. Un esempio di straordinaria intelligenza progettuale che celebra e allo stesso tempo chiude la secolare storia della via Mercatovecchio.

[22] CROSET; SKANSI, 2010: 135.



Fig. 3
a) La Loggia di Lionello; b) La via Mercatovecchio. Incisioni
Fonte: SALMON, 1753: [s.p.]



Fig. 4
La via Mercatovecchio vista dalla Loggia di Lionello: in primo piano i palazzi Sacchia e Zorzi; sul fondo, il Monte di Pietà
Fonte: Foto dell'autrice

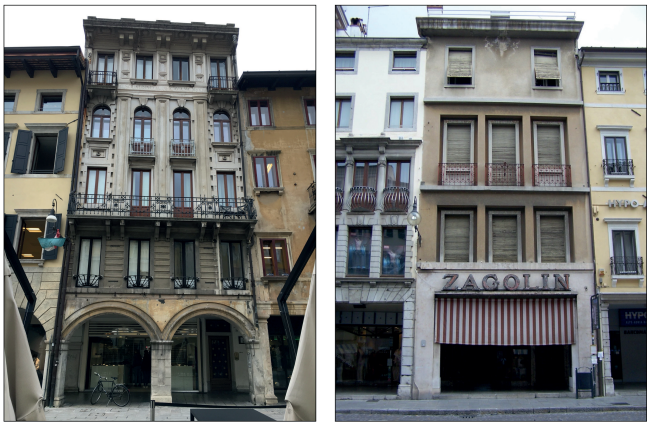


Fig. 5
a) Casa Sgualdino;
b) Palazzo Zagolin
Fonte: Foto dell'autrice





Fig. 6
a) Sede della Banca Nazionale del Lavoro;
b) Palazzo Sabbadini (a sinistra) e «Casa rossa» Talmone (a destra)
Fonte: Foto dell'autrice

BIBLIOGRAFIA

AVON, Annalisa, *a cura di* (2013). *Cesare Scoccimarro (1897-1953). Trent'anni di architettura, disegno industriale e arredo d'interni*. Udine: Forum.

BARILLARI, Diana; BERGAMINI, Giuseppe, *a cura di* (2019). *Il Palazzo comunale di Udine da Nicolò Lionello a Raimondo d'Aronco*. Udine: Comune di Udine.

BATTILOTTI, Donata (1991). *Piazza Contarena a Udine. Uno spazio veneziano per la Serenissima*. In TAFURI, Mandredo, *a cura di. La piazza, la chiesa, il parco. Saggi di storia dell'architettura (XV-XIX secolo)*. Milano: Electa, pp. 9-55.

BERGAMINI, Giuseppe (1996). *Il Palazzo del Monte di Pietà di Udine*. Udine: Forum.

BERGAMINI, Giuseppe; BUORA, Maurizio (1990). *Il castello di Udine*. Udine: Arti Grafiche Friulane.

CROSET, Pierre-Alain; SKANSI, Luka (2010). *Gino Valle. Opere e progetti*. Milano: Electa.

DISSADERI, Massimo; CASADIO, Paolo (2006). *Andechs-Merania (di) Bertoldo. Patriarca di Aquileia*. In SCALON, Cesare, *a cura di*. *Nuovo Liruti. Dizionario biografico dei Friulani. 1. Il Medioevo*. Udine: Forum, pp. 109-119. [Consult. 3 genn. 2022]. Disponibile in <https://www.dizionariobiograficodeifriulani.it/>.

LANZARINI, Orietta (2017). «*Lindo, raccolto e comodo*». *L'ampliamento del Collegio di Toppo Wassermann e i progetti di Provino Valle*. In VISENTIN, Martina, *a cura di*. *Tre nomi per un palazzo: Polcenigo, Garzolini, Toppo Wassermann*. Udine: Forum, pp. 169-205.

LUCCHESE, Enrico (2003-2004). *Joseph Heintz il giovane autore della* Pianta della città di Udine *con un aggiornamento su alcuni dipinti della Galleria d'Arte Antica in regione*. «Udine. Bollettino delle Civiche Istituzioni Culturali». Serie III. N.º 9, 43-58.

MANSUTTI, Vittoria, a cura di (1984-1987). *Giovan Battista Della Porta. Memorie su le antiche case di Udine*. Udine: Istituto per l'Enciclopedia del Friuli-Venezia Giulia. [Consult. 12 dic. 2021]. Disponibile in <http://antichecaseudine.comune.udine.it/>.

NUOVO LIRUTI (2011). *Nuovo Liruti. Dizionario biografico dei Friulani. 3. L'età contemporanea*. Udine: Forum. 2 voll. [Consult. 15 dic. 2021]. Disponibile in <https://www.dizionariobiograficodeifriulani.it/>.

POZZETTO, Marco; REALE, Isabella, *a cura di* (1987). *Pietro Zanini. Architettura del Novecento in Friuli*. Udine: Casamassima.

PRG (2015). *Piano Regolatore Generale. Norme Tecniche di Attuazione. Appendice 5 – Edifici e ambiti urbani tutelati. Fascicoli 1-2*. Udine: Comune di Udine. [Consult. 14 dic. 2021]. Disponibile in <https://www.comune.udine.it/files/tematiche/edilizia-territorio/urbanistica/prgc/norme/architettura-del-900/NdA_App5_Fascicolo1.pdf>.

SALMON, Thomas (1753). *Lo stato presente di tutti i paesi, e popoli del mondo naturale, politico e morale, con nuove osservazioni e correzioni degli antichi e moderni viaggiatori. Volume XX. Parte I. Continuazione dell'Italia o sia descrizione degli altri stati del dominio veneto, cioè del Dogado, Trivigiano, Friuli, Istria, Dalmazia e Levante Veneto*. Venezia: Presso Giambatista Albrizzi.

TENTORI, Francesco (1966-1969). *Architettura e architetti in Friuli nel primo cinquantennio del '900: memoria*. «Atti dell'Accademia di scienze, lettere e arti di Udine». Serie VII. Vol. 8, 301-406.

TENTORI, Francesco (1982). *Udine: mille anni di sviluppo urbano*. Udine: Casamassima.

TENTORI, Francesco (1988). *Udine*. Bari: Laterza.

TREVISAN, Gianpaolo (1994). *Topografia del colle del castello di Udine nel Medioevo. Notizie preliminari: le chiese*. «Memorie Storiche Forogiuliesi». Vol. LXXIV, 79-97.

VICENZINO, Rebecca (2018). *Il Monte di Pietà di Udine dagli inizi fino al 19.° secolo*. «La Panarie». Vol. 51. N.º 197 (giugno), 213-227.

CRITÉRIOS E SOLUÇÕES NA TRANSFORMAÇÃO DA MORFOLOGIA DO EDIFICADO DA RUA DAS FLORES (1837-1916)*

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA**
SOFIA NUNES VECHINA***

Resumo: *A rua das Flores, rasgada no século XVI, teve como objetivo agilizar a circulação da zona ribeirinha da cidade com a Porta de Carros e contribuir para a reorganização e regularização do traçado viário intramuros.*
Na sua longa trajetória afirma-se como um eixo prestigiado no qual ainda no século XVI a Santa Casa da Misericórdia do Porto instalou a sua sede, seguindo-se no século XVII o Hospital de D. Lopo de Almeida, que se sobrepos ao velho hospital de Rocamador. Paralelamente, foi sendo habitada pela elite urbana portuense e, no século XVIII, pelos produtos transacionados nas lojas comerciais foi conquistando o estatuto de rua comercial de artigos sumptuários e de luxo, influênciando a dinâmica comercial da cidade.
No século XIX, a rua das Flores testemunhou multiplas alterações, tanto ao nível do desenho urbano, como do edificado. A partir da análise de 146 processos de obras particulares procuramos entender os princípios que nortearam as soluções morfológicas e espaciais, aplicadas ao casario.

Palavras-chave: *Cidade do Porto; Rua das Flores; Obras particulares; Morfologia do edificado.*

Abstract: *The Rua das Flores, opened in the 16th century, aimed to streamline circulation between the riverside area of the city and the Carros Gate, contributing to the reorganization and regularization of the intramural road layout. Throughout its long history, it has been a prestigious axis, with the Santa Casa da Misericordia do Porto establishing its headquarters there in the 16th century, followed by the Hospital de D. Lopo de Almeida in the 17th century, which replaced the old Rocamador hospital. Simultaneously, it became inhabited by the urban elite of Porto, and in the 18th century, with the luxury products traded in its commercial establishments, it gained the status of a street known for sumptuous and luxury goods, influencing the city's commercial dynamics. In the 19th century, the Rua das Flores witnessed multiple changes, both in urban design and in buildings. Through the analysis of 146 private construction processes, we seek to understand the principles guiding the morphological and spatial solutions applied to the housing.*

Keywords: *City of Porto; Rua das Flores; Private constructions; Building morphology.*

---

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04059/2020 com o identificador DOI https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020.
This work was support by FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. by project reference UIDB/04059/2020 and DOI identifier https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020.
** CITCEM-FLUP (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: mrocha@letras.up.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5390-8587.
*** CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020). Email: sofiavechina@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4642-1615.

1. A RUA DAS FLORES E O DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DO PORTO

Polarizada entre duas praças dominadas respetivamente pelo Mosteiro de S. Domingos, a sul, e Mosteiro de S. Bento da Avé Maria, no extremo norte, cuja fundação contou, tal como a rua das Flores, com o apoio régio de D. Manuel I, esta artéria foi uma das mais representativas da cidade do Porto[1], acompanhando e perpetuando as marcas que caracterizam o desenvolvimento urbano.

A rua das Flores, aberta em 1521, teve origem num processo que evidencia a centralização política e administrativa do Estado[2] como regulador da construção da cidade e ordenador da sua vida económica, social e cultural, colocada em prática pela gestão municipal, que seria posta à prova, a partir de 1764, com a criação da Junta de Obras Públicas[3], durante a denominada Época dos Almadas (1757-1804), um período de transição entre o absolutismo e o liberalismo, que procurou dar resposta às exigências de modernidade do espaço urbano. Neste período a rua das Flores afirmou-se pelo comércio qualificado, geralmente integrado em casas com dupla função, habitacional e comercial, que em obras de construção ou alteração seguiam critérios de uniformidade exigidos pela Junta de Obras Públicas[4], com fachadas de composição simétrica, ritmadas por cantarias lavradas, vãos de iluminação ou de acesso coroados por frontões triangulares ou curvos e varandas assentes em mísulas ornadas[5].

Ao tempo dos Almadas, como afirma Anni Günther Nonell, «todas as intervenções urbanísticas de abertura, loteamento e edificação de novas ruas e praças foram controladas pela Junta e inseridas num plano de reestruturação global da cidade», segundo normativas e modelos que «tinham implícita a intenção de promover uma nova imagem da cidade, subordinada a um gosto assumido como consensual, pelo que apenas o regime de propriedade parecia dificultar a edificação que deveria ornar o novo espaço público, em conformidade com os projectos mandados elaborar pela Junta»[6].

Após vinte anos de intervenção, na cidade amuralha (com particular cuidado pelo caracter simbólico das principais portas da cidade) e extramuros, pela Junta de Obras Públicas presidida por João de Almada e Melo, e um ano após a morte deste, em 1787 foi aprovada a demolição da muralha e com ela inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento urbano[7] e um longo processo de negociações para a reestruturação da rede viária, incluindo a ligação entre a rua das Flores e a Praça de Santo Elói, que obrigaria à cedência de terrenos e casas afetas ao Convento de

[1] AFONSO, 2000: 69.
[2] AFONSO, 2000: 26-29.
[3] NONELL, 2002: 226.
[4] ALVES, 1988: 132-134.
[5] *Vd*. OLIVEIRA, GALHANO, 1958.
[6] NONELL, 2002: 273.
[7] MOTA, 2010: 53-67.

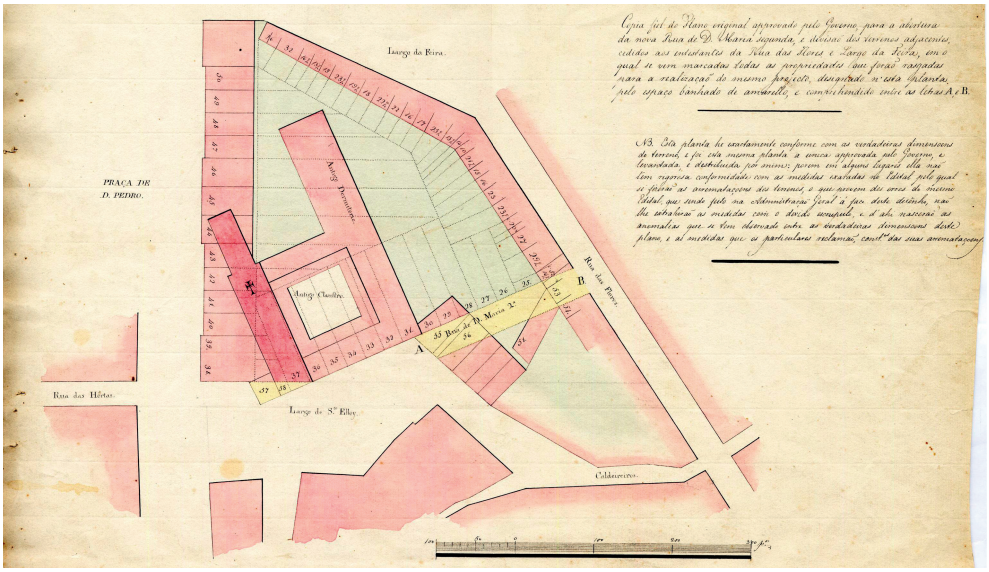


Fig. 1. *Cópia fiel do plano* […] *para abertura da nova Rua de Dona Maria Segunda* […], por Joaquim da Costa Lima Júnior, 1840
Fonte: AHMP

Santo Elói[8]. Esta artéria viria a denominar-se rua de D. Maria II (atual Rua Trindade Coelho) e a realizar-se segundo projeto do arquiteto Joaquim da Costa Lima Júnior (Fig. 1), datado de 1840, conforme nos elucidam as notas acrescentadas ao referido documento:

> *Copia fiel da Plano original aprovado pelo Governo, para abertura da nova Rua de D. Maria segunda, e devisão dos terrenos adjacentes, cedidos aos entestantes da Rua das Flores e Largo da Feira, em o qual se vem marcadas todas as propriedades que forão rasgadas para a realização do mesmo projecto, designado n'esta planta, pelo espaço banhado de amarelo, e compreendido entre as letras A e B.*
>
> *Esta planta he exactamente conforme com as verdadeiras dimensoens do terreno e foi esta mesma planta a única aprovada pelo Governo, e levantada e destribuida por mim: porem em alguns lugares ella não tem rigorosa conformidade com as medidas exactas no Edital pelo qual se fizeram as aremataçoens dos terrenos, o que provem dos erros do mesmo Edital, que sendo feito na Administração Geral à face deste desenho, não lhe extrahirão as medidas com o devido escrúpulo e d'ahi nascerão as anomalias que se tem observado entre as verdadeiras dimensoens deste plano, e as medidas que os particulares reclamão, const.es das suas arrematçoens*[9].

[8] NONELL, 2002: 255-272.
[9] AHMP. *Cópia fiel do plano* […] *para abertura da nova Rua de Dona Maria Segunda* […], pelo arquiteto Joaquim da Costa Lima Júnior, 1840.

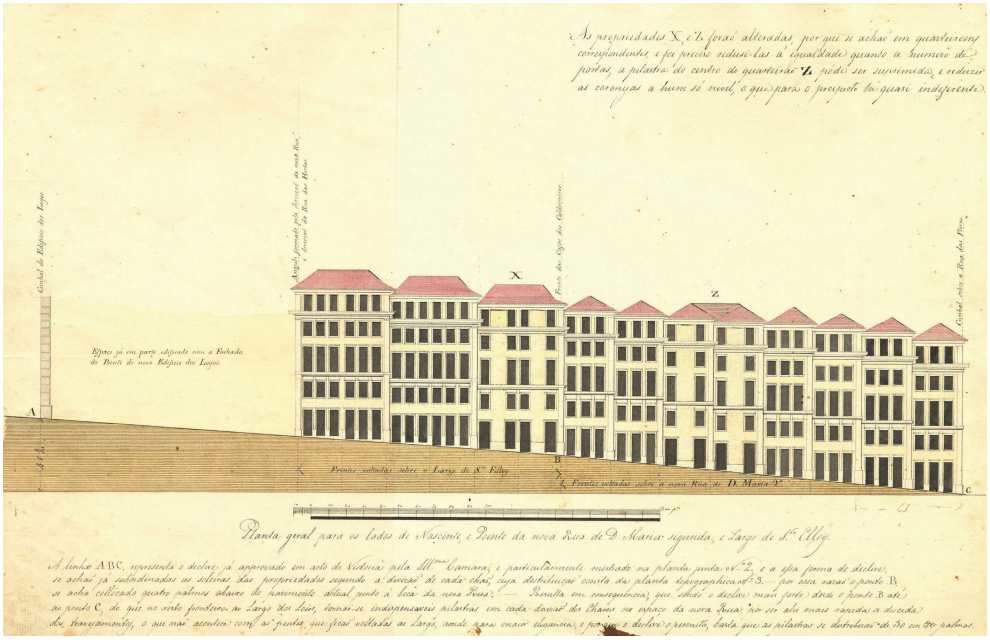


Fig. 2. *Planta geral para os lados de nascente e poente da nova Rua de Dona Maria Segunda e Largo de Santo Elói*, por Joaquim da Costa Lima Júnior, 1840
Fonte: AHMP

Cinquenta e três anos após o início do debate em prol da abertura da futura rua D. Maria II, o projeto de Joaquim da Costa Lima Júnior (1807-1864) revela a prossecução normativa no gosto pela regularidade e a necessidade de aumento de um andar à cércea vigente, numa rua de traçado espaçoso e regular (Fig. 1), composta por um casario de fachadas simetricamente proporcionadas, onde o ritmo é conferido pelos cheios e vazios dos vãos de iluminação e de acesso (Fig. 2), numa unidade que, pela cuidadosa adaptação aos lotes existentes, permite a diversidade do conjunto.

Importa relembrar que Joaquim da Costa Lima é o responsável pelo projeto neoclássico do Palácio da Bolsa, coevo da abertura da rua D. Maria II. A 6 de outubro de 1842 foi lançada a primeira pedra do Palácio da Bolsa, encontrando-se o frontispício concluído em 1850[10], com dois pisos e mezanino, de vãos regulares, com linguagem clássica, que dão ritmo à fachada e servem de pano de fundo ao corpo central, ligeiramente destacado, com tripla arcada em arco de volta perfeita que sustenta a ampla varanda do primeiro piso, com quatro colunas toscanas que suportam o coroamento em frontão triangular vazado por óculo envolto numa grinalda, o único elemento decorativo que quebra a austeridade da composição arquitetónica.

[10] CARDOSO, 1994.

A magnitude e posicionamento geográfico do Palácio da Bolsa estimulou e influenciou outras construções (próximas à rua das Flores), nomeadamente a abertura da rua Ferreira Borges até à praça de S. Domingos (1835), a praça do Infante D. Henrique (1883) e o Mercado Ferreira Borges (1885). Dentre estas obras de proximidade destacamos a abertura, em 1875, da rua de Mouzinho da Silveira, projeto de Luís António Nogueira (Diretor Geral da Secretaria da Câmara do Porto), destinado a ligar o largo de São Bento com a rua de São João (Fig. 3), para serventia das áreas ribeirinhas, «onde os cais fervilhavam de actividade» e as deslocações «eram estranguladas pelos velhos acessos»[11]. A abertura da larga e regular rua de Mouzinho da Silveira, teve consequências no desenvolvimento e transformação da rua das Flores, considerando que estas artérias são paralelas e intercomunicantes, através de ruas perpendiculares, como a rua D. Maria II (Fig. 4), atual rua Trindade Coelho.

Com a extinção da Junta de Obras Públicas, em 1834, as suas atribuições transitaram para a Câmara Municipal do Porto, retomando a longa tradição de gestão municipal, que por esta altura se deparava com a necessidade de reconstrução da cidade após o duro Cerco do Porto (1832-1833), tendo como prioridades o difícil financiamento das obras públicas, a análise dos planos urbanos previstos e a necessidade urgente de limpeza e asseio da cidade, num tempo de grande instabilidade, marcado por clivagens políticas, por uma complexa crise económica, pela extinção das ordens religiosas (28 de maio de 1834) e da Companhia Geral da Agricultura das



Fig. 3. Projeto de abertura da Rua de Mouzinho da Silveira com indicação do seu alargamento, aprovado em 1875
Fonte: AHMP. *Projetos da Rua Mousinho da Silveira*, por Luís António Nogueira, 1872-1875, 2 fols.

[11] OLIVEIRA, 1973: 427.



Fig. 4. Relação entre a rua das Flores e as ruas D. Maria II e Mouzinho da Silveira
Fonte: Esquema realizado por Sofia Vechina, a partir do mapa do Porto disponível em <https://mipweb.cm-porto.pt/>

Vinhas do Alto Douro[12], enquanto instituição com privilégios públicos (30 de maio de 1834), com sede na rua das Flores[13], numa casa-nobre (n.os 65-75) que pertencera a João de Figueiroa Pinto, fidalgo da Casa Real[14].

O presente trabalho debruça-se sobre as múltiplas alterações que a rua das Flores testemunha neste período de retorno à gestão municipal, tanto ao nível do desenho urbano como no edificado. As demolições dos dois Mosteiros, a desativação do Hospital de D. Lopo, a abertura da Rua Mouzinho da Silveira e a inauguração da Estação de S. Bento (5 de outubro de 1916), são marcos significativos na transformação da morfologia do eixo viário.

[12] NONELL, 2002: 347-352.
[13] SOUSA, 2008: 18.
[14] AFONSO, 2000: 270-272.

2. OS PEDIDOS DE LICENÇAS DE OBRA PARA A RUA DAS FLORES, DE 1837 A 1916

Durante o século XIX são inúmeros os pedidos de licença de obra dirigidos à Câmara Municipal, para realizar obras de conservação, transformação e reconstrução do casario da Rua, que concorrem para redefinição da sua imagem. Analisando esses processos de obras é possível entender os princípios que nortearam as soluções morfológicas e espaciais, aplicadas ao casario da rua. Para além dos desenhos arquitetónicos das propostas, estão expressas as intenções da intervenção, tanto na ótica do proprietário como do poder público. São os resultados deste estudo que serão apresentados neste trabalho e que contribuem para o entendimento da dinâmica da paisagem urbana.

2.1. Tipologias de intervenção

Foram analisadas 147 licenças de obra, entre 1837 e 1916, a maior percentagem destina-se a obras de esgotos e canalização, seguindo-se obras de ampliação, de regularização de vãos, de manutenção do edifício, de articulação do prédio com a rua, de reedificação, em lojas e anexos comerciais, em logradouros, de alteração de projeto, no interior, de substituição de materiais de construção e no alpendre do edifício (Fig. 5).

2.1.1. Construção

Observando o volume de obras anual verifica-se que a abertura de novas ruas (rua D. Maria II, em 1840, e rua Mouzinho da Silveira, em 1875) e a impactante obra

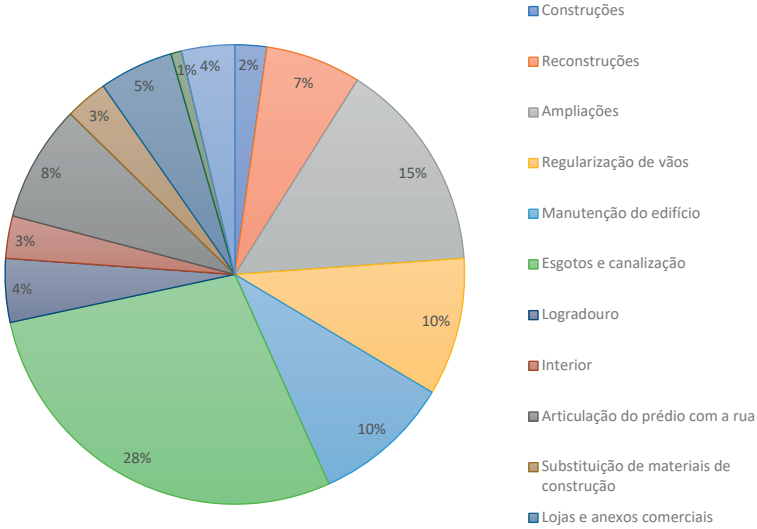


Fig. 5
Tipo de intervenções identificadas nas licenças de obra, consultadas no AHMP
Fonte: AHMP. Gráfico realizado pelos autores

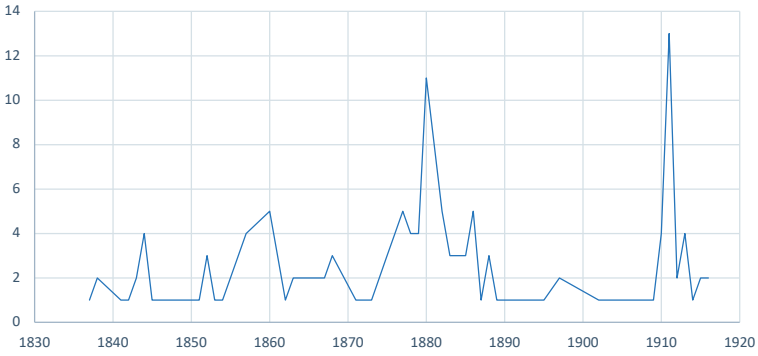


Fig. 6
Número de licenças de obra por ano, consultadas no AHMP
Fonte: AHMP. Gráfico realizado pelos autores

da Estação Ferroviária de São Bento (inaugurada em 1916), tiveram influência no número de obras efetuadas, nos anos de proximidade (Fig. 6).

No caso da abertura de novas artérias, a necessidade de demolição de alguns edifícios na rua das Flores para garantir a regularidade e conforto de circulação nas novas vias, foi o grande motor destas intervenções, tal como se verifica no emblemático edifício n.os 280-282, que encontrando-se implementado em terrenos foreiros da Sé do Porto, a construção que chegou ao século XIX foi substituída para dar célere resposta à abertura das ruas de D. Maria II (c. 1840), atual Trindade Coelho, e Mouzinho da Silveira (c. 1875).

Em 1846, a casa voltada para a Rua das Flores foi reedificada, construindo uma frente para a rua D. Maria II, conforme nos elucida o pedido de licença de obra feito por José Soares da Mota, que:

> *possui um terreno situado no angulo formado pela rua das Flores e pelo lado do Poente da Rua D. Maria Segunda, que se acha por edificar neste segundo lado.* […] *pretende demolir a frente que tem sobre a rua das Flores e reedificar* […] *e levar igualmente a effeito a nova frente sobre a rua D. Maria Segunda*[15].

Em 1880 as faces do prédio foram atualizadas, com frontispício em gaveto na rua Mouzinho da Silveira, conforme diz António Coelho de Meireles Quintela «que no terreno que comprou a V.ª Ex.ª [Câmara Municipal] com frente para a nova rua Mouzinho da Silveira, rua de D. Maria 2ª e para a rua das Flores, pretende mandar fazer a edificação com os projectos que representão»[16] (Fig. 7).

Outra construção de referência é o edifício n.os 326-332, com gaveto para a praça Almeida Garrett, que teve o seu projeto aprovado com distinção, em 1882, por se concluir que «o alçado está em condições de ser aprovado em consequência da sua

[15] AHMP. *Licença de obra n.º 240/1845*, fol. 80.
[16] AHMP. *Licença de obra n.º 43/1880*, fol. 101.



Fig. 7
Projeto de construção do edifício n.os 280-282, em 1880
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 43/1880*



Fig. 8
Projeto de construção do edifício n.os 326-332, em 1882
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 643/1882*

nitidez e da elegante e bela aparência que a fachada do prédio apresentará depois de construída»[17] (Fig. 8), ou seja, da regularidade que a gestão municipal impunha às ruas Mouzinho da Silveira, das Flores e à praça Almeida Garrett.

Em 1933, no gaveto deste prédio, viria a ser acrescentado no rés do chão um corpo anexo, de planta semicircular, segundo projeto do arquiteto e engenheiro civil

[17] AHMP. *Licença de obra n.º 643/1882*, fol. 38.

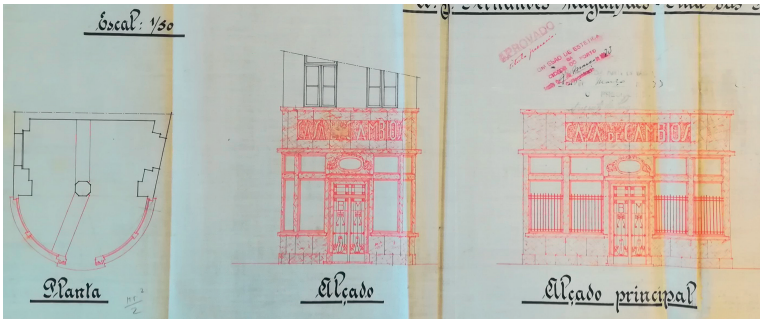


Fig. 9
Projeto de ampliação do rés do chão do edifício n.os 326-332, em 1933
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º: 996/1933*

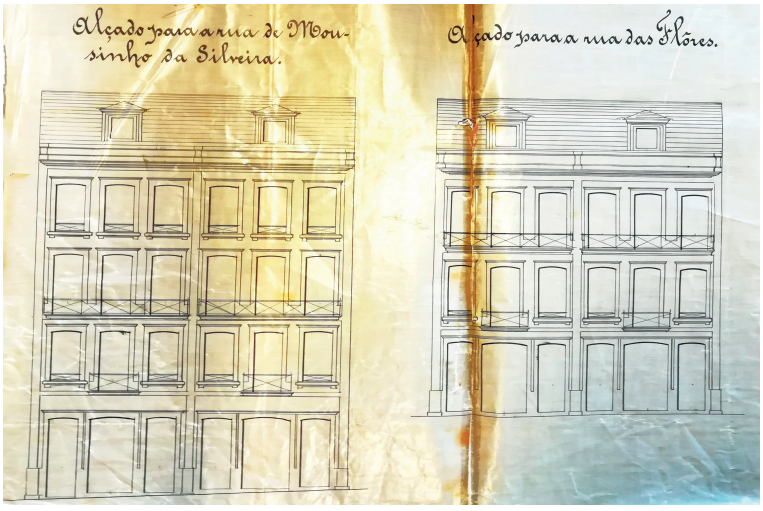


Fig. 10
Pormenor do projeto de construção do edifício de José Bento Pereira, em 1897
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 406/1897*

Júlio José de Brito (Fig. 9), destinado a servir de ampliação à casa de câmbios de A. J. Fernandes Magalhães, que ocupando terreno pertencente à Câmara se comprometia a pagar aluguer do terreno municipal e «a demolir sem indeminização logo que a Exma Camara assim o entenda»[18]. Porém, apesar do compromisso de construção efémera, contrariando a tradição arquitetónica de afirmação comercial através de frontes de lojas de ferro ou madeira, recorreu à solidez e nobreza do mármore, tal como em 1885, havia feito, no edifício n.os 276-278, o seu concorrente Lourenço Joaquim Carregosa. O projeto de 1933, enquadrado num conceito estético eclético, mantém a regularidade, o ritmo marcado pelos vãos e a sobriedade do conjunto oitocentista.

Para além de edifícios em gaveto, foram construídos prédios com duas frentes, como é o caso do pedido apresentado por José Bento Pereira, sob responsabilidade do mestre de obras Manuel Francisco Ferreira (Fig. 10), para edificação de «um prédio

[18] AHMP. Licença de obra n.º: 996/1933, fol. 604-604v.

dividido em quatro casas, fazendo duas d'ellas frente para a rua das Flores e as outras duas para a rua do Mousinho da Silveira»[19] e, seguindo a tradição:

> *Os baixos d'estas casas são destinadas a estabelecimentos commerciaes e os andares superiores a habitação.*
>
> *Os alicerces das paredes serão feitos com pedra d'alvenaria argamassada. As paredes serão de pedra de granito, tendo lavrado os alisares dos portaes e janellas, sacadas, pilastras, socos, frisos, cornijas e platibandas.* […]
>
> *A telha a empregar na cobertura será do typo da de Marselha.*
>
> *Toda a obra será cheia e estucada interior e exteriormente, e convenientemente pintada*[20].

2.1.2. Reedificação e ampliação

As licenças de obra que reportam para processos de reedificação mostram-nos, entre outras necessidades, a de aumento de cércea, como sucedeu com o edifício n.os 41-51 (antigo n.os 22-27), que encontrando-se a ser reedificado, conforme projeto aprovado em setembro de 1856, com dois pisos e águas furtadas, em junho de 1857 pede autorização para acrescentar mais um piso, justificando perante o município que esta intervenção não compromete a face urbana da rua: «convém-lhe antes construir terceiro andar […], no que nada se deteriora, antes fica melhorada a perspectiva da mesma»[21].

Servem sobretudo para garantir a regularidade das construções e a harmonia do conjunto urbano, conforme se denota na reedificação do edifício n.os 8-12, a cargo do mestre pedreiro António Fernandes Cardoso, contratado pelo proprietário Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos[22] (Fig. 11).

Devemos ainda referir o recurso a estruturas ou materiais que mantendo a regularidade do conjunto afirmam-se pela singularidade, como beirais com calões cerâmicos (edifício n.os 208-210), revestimentos azulejares ou revestimentos com escamas de lousa, sendo este último mais utilizado junto à cobertura, como é o caso do edifício n.os 201-203, pertença de Albino Coutinho da Silva Morais, em 1881, data em que durante a sua reedificação foi-lhe «concedido colocar uma marqueza»[23] (Fig. 12), ou seja uma marquise que fechava o último andar, com duas janelas de peitoril, pano murário revestido a escamas de lousa e no beiral um lambrequim, presumivelmente de madeira.

---

[19] AHMP. *Licença de obra n.º: 406/1897*, fol. 324.
[20] AHMP. *Licença de obra n.º: 406/1897*, fol. 324.
[21] AHMP. *Licença de obra n.º 291/1857*, fol. 176.
[22] AHMP. *Licença de obra n.º 96/1867*, fol. 113.
[23] AHMP. *Licença de obra n.º 497/1881*, fol. 46.



Fig. 11. Projeto de reedificação do edifício n.os 8-12, em 1867
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 96/1867*

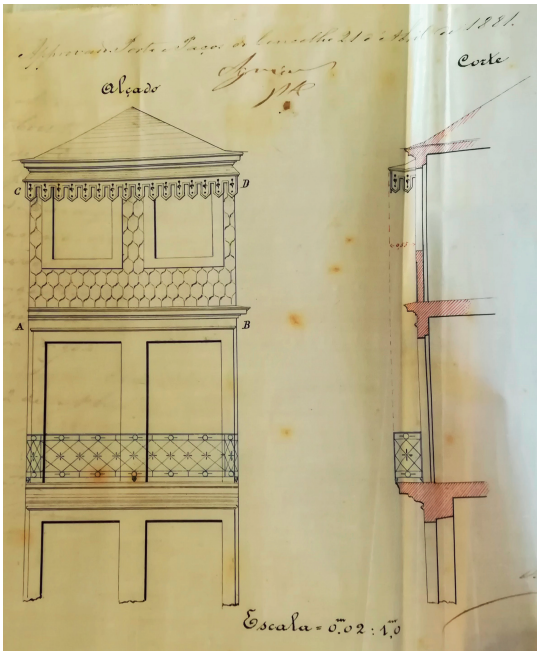


Fig. 12. Projeto de reedificação do edifício n.os 201-203, em 1881
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 497/1881*

2.1.3. Regularização de vãos

A harmonia do espaço urbano dependia em grande medida da disposição dos vãos, motivo pelo qual 10% das intervenções solicitadas ao município correspondem à regularização de vãos em obras que têm como principal premissa a regularização do frontispício, como revelam os dados que se seguem.

Em 1838, António Joaquim de Miranda Guimarães, proprietário da casa n.os 40-46, que «se acha interiormente subdividida e habitada por diversos inquilinos, e da qual a planta junta representa hua parte Nascente, como pelo que se vê da mesma Planta o actual andar térreo he absolutamente disforme, e sem a menor relação com os prismas do andar nobre». Para resolver esta situação pede para «encolher a actual porta larga a duas portas regulares, e o mesmo as actuaes frestas alargando-as»[24], para que fiquem no mesmo alinhamento das janelas de sacada do andar nobre, como denunciam as linhas ténues da Figura 13.

A importância de regularidade do espaço urbano é de tal forma pertinente que na aprovação de obras particulares os técnicos municipais deixam-no expresso, como certifica o requerimento de António Joaquim de Miranda Guimarães para reforma da

[24] AHMP. *Licença de obra n.º 157/1838*, fol. 142.

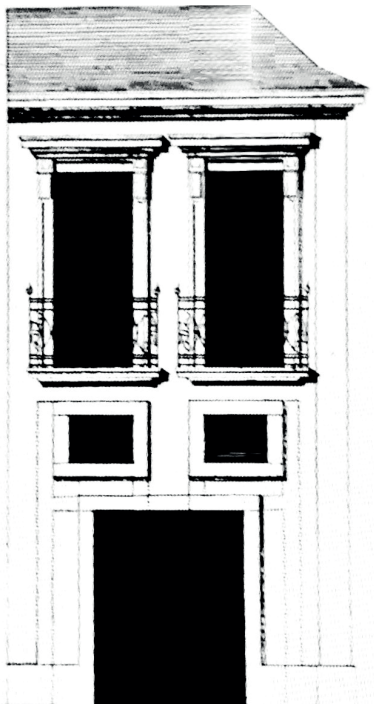


Fig. 13
Projeto regularização dos vãos do piso térreo do edifício n.os 40-46, em 1838
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 157/1838*



Fig. 14
Projeto reforma da fachada do edifício n.os 89-109, em 1838
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 202/1838*

fachada do seu edifício n.os 89-107, aprovado a 7 de dezembro de 1838 «por ser mais conforme com alguãs das principaes e de feitios construídos na Rua das Flores»[25].

Os edifícios devolutos que fossem recuperados deveriam seguir as mesmas regras de proporcionalidade. Em 1868, Aparício Augusto da Silva Sampaio diz que «achando-se arruinada a sua propriedade sita na rua das Flores […] pretende repara-la nas partes arruinadas e dar-lhe formas regulares»[26]. Este requerimento corresponde ao edifício n.os 212-222, sobre o qual os técnicos dizem o seguinte:

> *para regular a reconstrução da frente da dita casa, sita na rua das Flores, do lado do Sul, se nota o não haver pilastra divisória do lado debaixo, ou do Poente, que sirva para bem harmonizar a differença da altura dos andares da dita casa com a contígua, o que será um erro de construção.*
>
> *A altura dos andares é demasiadamente acanhada,* […] *o que tudo dará a esta construção um aspecto muito desagradável e impróprio para uma edificação em uma rua das melhores e das mais concorridas desta cidade. Acresce mais a ter de se effectuar na mesma casa, um corte de 4m40 junto ao cunhal do lado do*

[25] AHMP. *Licença de obra n.º 202/1838*, fol. 212.
[26] AHMP. *Licença de obra n.º 470/1868*, fol. 57.

> *Nascente, para o alargamento da Rua do Souto* […]. *Julga portanto esta junta ser muito conveniente a Vª Ex.cia proceder a uma vistoria no mencionado prédio para assim melhor tomar conhecimento das circunstancias*[27].

Como podemos constatar na, já referida, construção de uma marquise no último andar do edifício n.os 201-203, havia uma propensão para que o pano murário da face do edifício fosse reto, sem recuos, reforçando a lógica unitária e coerência da rua.

O mesmo ocorreu no edifício n.os 304-306, propriedade de Emília Ermelinda de Vasconcelos que, em 1880, pediu para alterar o último andar por ser «um pouco recuado do plano da frente» e pretender «chamar ao prumo desta nos termos indicados no alçado»[28], contemplando duas janelas que seguiriam o alinhamento dos vãos do piso inferior.

A Casa do Despacho e Secretaria da Misericórdia do Porto, ligeiramente diferente da configuração atual, também teve intervenção no portal, por iniciativa da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que, em 1888, «desejando mandar reconstruir o portal d'entrada da sua secretaria na rua das Flores, suprimindo os portaes A e B do alçado junto, abrindo uma porta como se indica a tinta carmim»[29] (Fig. 16) pediu autorização para avançar com as referidas obras. Este novo portal

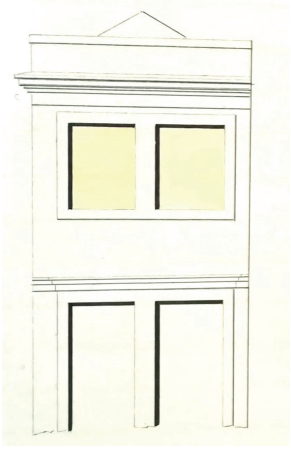


Fig. 15. Projeto alteração da fachada do edifício n.os 304-306, em 1880
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 367/1880*



Fig. 16. Projeto alteração do portal da secretaria da Misericórdia do Porto, em 1888
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 483/1888*

[27] AHMP. *Licença de obra n.º 470/1868*, fol. 58-58v.
[28] AHMP. *Licença de obra n.º 367/1880*, fol. 386.
[29] AHMP. *Licença de obra n.º 483/1888*, fol. 461.

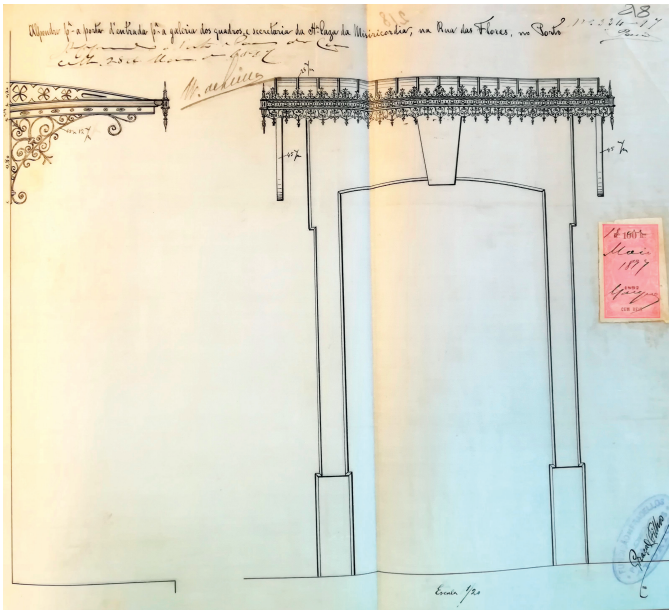


Fig. 17. Projeto para o *alpendre* da secretaria da Misericórdia do Porto, em 1897
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 245/1897*



Fig. 18. Projeto de reedificação do edifício n.os 265-267, em 1886
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 245/1897*

viria a ser enobrecido, em 1897, por «um alpendre de 1,50 m de largo por 3,50 m de comprido»[30], que seria montado por Casimiro Jerónimo de Faria[31], segundo o projeto executado pela Fundição de Fradelos — Praça & Filhos. O *alpendre* seria «de ferro laminado, excepto a sanefa rendilhada», «assente sobre duas consollas, as quaes serão chumbadas pª a parede» e com cobertura «a vidro»[32] (Fig. 17).

2.1.4. Alteração de materiais de construção

A preocupação com a harmonia urbana manifesta-se também na substituição de materiais com um nível de deterioração maior por materiais duradouros, aproveitando as obras para garantir a regularidade do conjunto urbano, condicionante que os próprios requerentes de licenças de obra incorporam no texto que dirigem aos técnicos municipais.

Em 1844, Francisco Moutinho de Sousa, dono do edifício n.os 138-139, diz que a «fronteira hé construída a maior parte de madeira, e agora […] pretende edificar

[30] AHMP. *Licença de obra n.º 245/1897*, fol. 215.
[31] AHMP. *Licença de obra n.º 245/1897*, fol. 216.
[32] AHMP. *Licença de obra n.º 245/1897*, fol. 217.

de pedra conforme a planta e copia junta, a qual se conforma em tudo com as que novamente ali se estão edificando»[33].

O mesmo acontece com o edifício n.os 172-178 (antigo n.º 188) que, em 1850, segundo o seu proprietário, José Joaquim Pinto da Silva, necessita de uma reedificação: «por se achar arruinadas, por serem feitas de madeira […] pretende […] faze-las de novo conforme a planta junta»[34]. O projeto foi aprovado «por se conformar as mais modernas casas da rua»[35].

Estas intervenções pautam-se pela normalização estética e construtiva, como podemos observar no projeto apresentado para o edifício n.os 265-267, «cuja fachada actualmente [1886] é de madeira e se encontra em estado de ruina, que pretendendo construila a cantaria nos termos indicados nos alçados juntos»[36], foi aprovada pelo município.

2.1.5. Ampliação

A necessidade de aumentar o espaço, sobretudo habitacional, resulta em diversos pedidos de intervenção em edifícios que devem garantir a graciosidade e equilíbrio do conjunto, conforme nos elucidam as licenças de obra, quer pelos requerimentos e desenhos técnicos apresentados pelos proprietários, quer pela apreciação do município.

As frequentes ampliações da fachada podem ser verticais ou, em raras situações, horizontais.

A. Ampliações verticais da fachada

Segundo o proprietário do edifício n.os 140-142 (antigo n.os 257-258), Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1852: «esta caza consta somente de dous andares, allem do térreo; o supp.te deseja juntar-lhe um 2.º andar em forma de agoas furtadas, segundo o indica as plantas incluzas no que vai pintado de amarello, e como d'isto há repetidos exemplos, e nem isto piora a fachada»[37]. A apreciação camarária acrescenta que a ampliação: «não pode obter maiores dimensões, porque o travejamento colocado em X, e a diagonal em Z aonde já existe não permite maior elegância, entretanto a planta, parece-nos susceptivel d'approvação, muito mais considerando esta obra como agoa furtada»[38].

Em 1864, sendo António Dias Ribeiro Gasparinho Júnior proprietário de um edifício com loja no rés do chão e espaço habitacional distribuído por três andares, decidiu acrescentar-lhe mais dois pisos. Após a aprovação do projeto (Fig. 19),

[33] AHMP. *Licença de obra n.º 151/1844,* fol. 77.
[34] AHMP. *Licença de obra n.º 81/1850*, fol. 6.
[35] AHMP. *Licença de obra n.º 81/1850*, fol. 6.
[36] AHMP. *Licença de obra n.º 175/1886*, fol. 111.
[37] AHMP. *Licença de obra n.º 462/1852*, fol. 187.
[38] AHMP. *Licença de obra n.º 462/1852*, fol. 188.

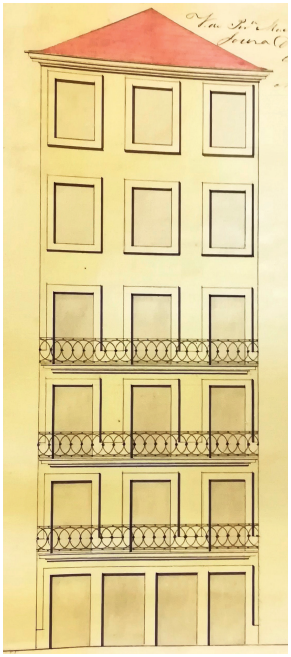


Fig. 19. Projeto de ampliação do edifício de António Júnior, em 1864
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 500/1864*

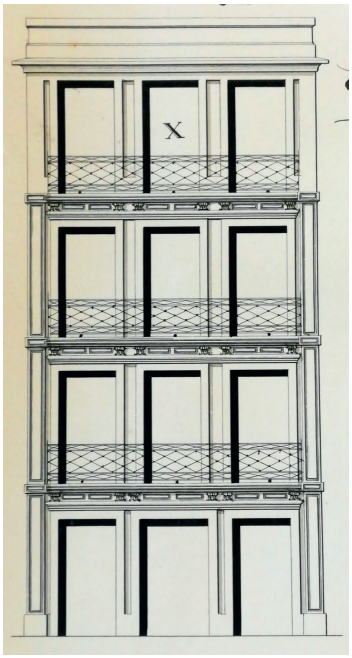


Fig. 20. Projeto de ampliação do edifício de José Sampaio, em 1871
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 118/1871*

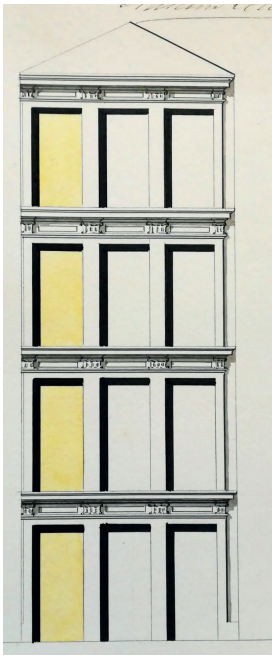


Fig. 21. Projeto de ampliação do edifício n.os 230-234, em 1868
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 439/1868*

dirigiu-se aos técnicos municipais pedindo «que o primeiro dos novos andares em lugar de janela de peitoril seja de varanda igual as que lhe ficam inferiores»[39], atribuindo um maior equilíbrio ao conjunto.

José António de Sampaio, em 1871, «tem na Rua das Flores uma casa de dous andares, à qual pretende adicionar um 3º andar»[40], que segue criteriosamente o desenho dos pisos existentes (Fig. 20).

Em 1877, Guilherme Firmino da Cunha Reis, «que anda adicionando um andar a sua casa da rua das Flores n.º 130»[41] pede para «fazer o mesmo adicionamento á sua caza contigua aquella» (edifício n.º 134), requerimento foi homologado por estar «em harmonia com o que já está fazendo á caza imediata com o n.º 130»[42].

[39] AHMP. *Licença de obra n.º 500/1864*, fols. 128-129.
[40] AHMP. *Licença de obra n.º 118/1871*, fol. 38.
[41] AHMP. *Licença de obra n.º 486/1877*, fol. 54.
[42] AHMP. *Licença de obra n.º 486/1877*, fol. 55.

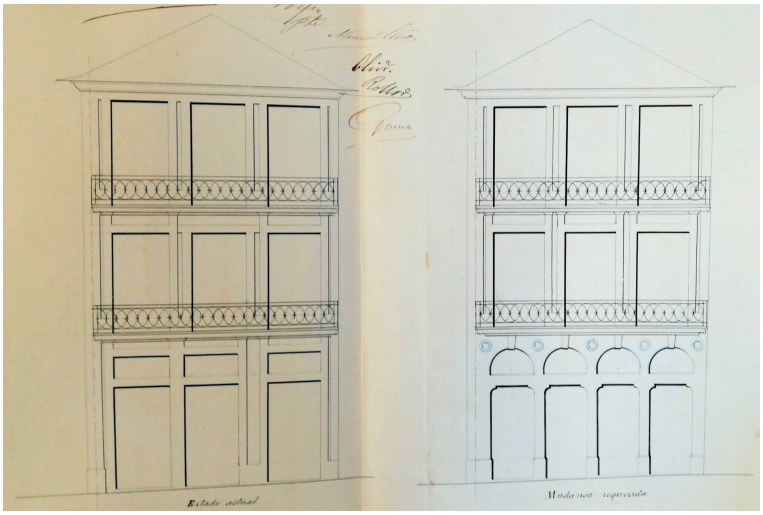


Fig. 22
Projeto de alteração do rés do chão do edifício n.os 109-113, em 1875
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 62/1875*

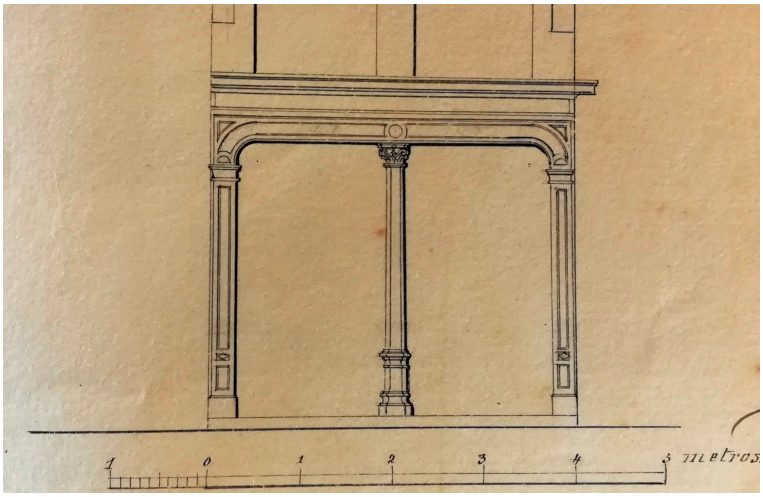


Fig. 23
Pormenor do projeto de aformoseamento da loja do edifício n.os 247-249, em 1875
Fonte: AHMP. *Licença de obra n.º 105/1875*

B. Ampliações horizontais da fachada

Excecionalmente, verificam-se ampliações horizontais da fachada, como prova, em 1868, o edifício n.os 230-234, de Cleto José de Sousa Ramos, que tendo «na rua das Flores uma caza de três andares com dous portaes em cada um deles, e porque pôde conseguir um bucado de terreno na Caza Contigua pello lado do Nascente; pretende mandar addicionar á m.ma sua caza um outro portal na forma que vai designado na planta junta a tinta amarella»[43] (Fig. 21), e repetindo rigorosamente o modelo existente, nomeadamente no que respeita às cornijas e mísulas lavradas, de feição setecentista.

[43] AHMP. *Licença de obra n.º 439/1868*, fol. 294.

2.1.6. Lojas

A conveniência de enaltecimento arquitetónico de frontispícios comerciais é uma realidade que tem o seu auge com a Arte Nova, que explora novas técnicas de trabalho artístico em materiais como o ferro e o vidro. Na rua das Flores esta moda é mais frequente em finais da década de 1910 e na década de 1920, como sucedeu com a monumental, e já extinta, Ourivesaria Aliança, propriedade de Celestino da Mota Mesquita, que em 1925 procedeu à sua ampliação, contemplando a concretização da fachada da loja, no rés do chão dos n.os 191-221, segundo projeto de Francisco de Oliveira Ferreira[44].

Porém, em finais do século XIX algumas intervenções parecem querer evidenciar o espaço comercial, como serve de exemplo a intervenção, em 1875, de alteração dos vãos do rés do chão do edifício n.os 109-113[45] (Fig. 22).

Porém, a primeira referência direta ao enobrecimento do espaço comercial, na rua das Flores, surge, em 1875, no requerimento de Vicente Manuel de Moura que afirma que «preciza para aformoseamento da loja de seu prédio n.os 247 e 249 da rua das Flores, guarnecer de mármore o frontispício do andar térreo da caza, e substituir o mainel de pedra, central, por uma coluna de ferro ovado»[46], numa reminiscência clássica que garante o relevo da loja sem comprometer a simetria dos vãos.

3. CONCLUSÕES

Entre 1837 e 1916, a ruas das Flores, habitada pela alta burguesia comercial, acompanhou as alterações urbanas da cidade, segundo critérios públicos de regularidade, traduzidos em:

a. Edificações com espaço comercial no rés do chão e habitacional dos andares superiores, por vezes com logradouros nos quais para além de espaços ajardinados era comum a existência de oficinas/armazéns;
b. Construções resultantes da necessidade de acompanhar o ritmo das obras públicas de abertura de novos arruamentos;
c. Ampliações que na generalidade resultaram no aumento da cércea, sem prejudicar a harmonia do conjunto arquitetónico e urbano;
d. Reedificações para normalização estética da fachada e substituição de materiais construtivos sujeitos a maior dano;
e. Renovação de fachadas através da regularização de vãos e do recurso a novos equipamentos, como é o caso das marquises e dos alpendres;
f. Aformoseamento de espaços comerciais.

---

[44] AHMP. *Licença de obra n.º 1482/1922*, fol. 332-338. AHMP. *Licença de obra n.º 570/1925*, fol. 268-282.
[45] AHMP. *Licença de obra n.º 62/1875.*
[46] AHMP. *Licença de obra n.º 105/1875*, fol. 103.

FONTES

Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP. *Cópia fiel do plano* […] *para abertura da nova Rua de Dona Maria Segunda* […], por Joaquim da Costa Lima Júnior, 1840, D-CDT/A3-180.
AHMP. *Licença de obra n.º: 72/1837*, D-CMP/7 (3).
AHMP. *Licença de obra n.º: 157/1838,* D-CMP/7 (3).
AHMP. *Licença de obra n.º: 202/1838,* D-CMP/7 (3).
AHMP. *Licença de obra n.º: 163/1841*, D-CMP/7 (5).
AHMP. *Licença de obra n.º: 268/1842,* D-CMP/7 (6).
AHMP. *Licença de obra n.º: 19/1843,* D-CMP/7 (7).
AHMP. *Licença de obra n.º: 95/1843,* D-CMP/7 (7).
AHMP. *Licença de obra n.º: 147/1844,* D-CMP/7 (8).
AHMP. *Licença de obra n.º: 151/1844,* D-CMP/7 (8).
AHMP. *Licença de obra n.º: 165/1844,* D-CMP/7 (8).
AHMP. *Licença de obra n.º: 183/1844,* D-CMP/7 (8).
AHMP. *Licença de obra n.º: 240/1845,* D-CMP/7 (9).
AHMP. *Licença de obra n.º: 15/1849,* D-CMP/7 (11).
AHMP. *Licença de obra n.º: 81/1850,* D-CMP/7 (12).
AHMP. *Licença de obra n.º: 368/1851,* D-CMP/7 (14).
AHMP. *Licença de obra n.º: 423/1852,* D-CMP/7 (15).
AHMP. *Licença de obra n.º: 41/1852,* D-CMP/7 (15).
AHMP. *Licença de obra n.º: 462/1852,* D-CMP/7 (15).
AHMP. *Licença de obra n.º: 208/1853,* D-CMP/7 (16).
AHMP. *Licença de obra n.º: 264/1854,* D-CMP/7 (17).
AHMP. *Licença de obra n.º: 33/1855,* D-CMP/7 (18).
AHMP. *Licença de obra n.º: 408/1855,* D-CMP/7 (18).
AHMP. *Licença de obra n.º: 227/1857,* D-CMP/7 (20).
AHMP. *Licença de obra n.º: 233/1857,* D-CMP/7 (20).
AHMP. *Licença de obra n.º: 291/1857,* D-CMP/7 (20).
AHMP. *Licença de obra n.º: 341/1857,* D-CMP/7 (21).
AHMP. *Licença de obra n.º: 260/1860,* D-CMP/7 (25).
AHMP. *Licença de obra n.º: 266/1860,* D-CMP/7 (25).
AHMP. *Licença de obra n.º: 306/1860,* D-CMP/7 (25).
AHMP. *Licença de obra n.º: 368/1860,* D-CMP/7 (25).
AHMP. *Licença de obra n.º: 372/1860,* D-CMP/7 (25).
AHMP. *Licença de obra n.º: 48/1861,* D-CMP/7 (26).
AHMP. *Licença de obra n.º: 115/1861,* D-CMP/7 (26).
AHMP. *Licença de obra n.º: 479/1861,* D-CMP/7 (26).
AHMP. *Licença de obra n.º: 219/1862,* D-CMP/7 (27).
AHMP. *Licença de obra n.º: 330/1863,* D-CMP/7 (28).
AHMP. *Licença de obra n.º: 356/1863,* D-CMP/7 (29).
AHMP. *Licença de obra n.º: 500/1864,* D-CMP/7 (30).
AHMP. *Licença de obra n.º: 65/1864,* D-CMP/7 (31).
AHMP. *Licença de obra n.º: 96/1867,* D-CMP/7 (36).
AHMP. *Licença de obra n.º: 137/1867,* D-CMP/7 (36).
AHMP. *Licença de obra n.º: 383/1868*, D-CMP/7 (38).

AHMP. *Licença de obra n.º: 439/1868*, D-CMP/7 (38).
AHMP. *Licença de obra n.º: 470/1868*, D-CMP/7 (39).
AHMP. *Licença de obra n.º: 118/1871,* D-CMP/7 (45).
AHMP. *Licença de obra n.º: 347/1872,* D-CMP/7 (47).
AHMP. *Licença de obra n.º: 119/1873,* D-CMP/7 (49).
AHMP. *Licença de obra n.º: 66/1875*, D-CMP/7 (52).
AHMP. *Licença de obra n.º: 105/1875,* D-CMP/7 (52).
AHMP. *Licença de obra n.º: 62/1875,* D-CMP/7 (53).
AHMP. *Licença de obra n.º: 250/1876,* D-CMP/7 (54).
AHMP. *Licença de obra n.º: 2/1876,* D-CMP/7 (55).
AHMP. *Licença de obra n.º: 261/1876,* D-CMP/7 (55).
AHMP. *Licença de obra n.º: 404/1876,* D-CMP/7 (55).
AHMP. *Licença de obra n.º: 312/1877,* D-CMP/7 (57).
AHMP. *Licença de obra n.º: 208/1877,* D-CMP/7 (60).
AHMP. *Licença de obra n.º: 354/1877,* D-CMP/7 (61).
AHMP. *Licença de obra n.º: 374/1877,* D-CMP/7 (61).
AHMP. *Licença de obra n.º: 486/1877,* D-CMP/7 (62).
AHMP. *Licença de obra n.º: 392/1878,* D-CMP/7 (64).
AHMP. *Licença de obra n.º: 19/1878,* D-CMP/7 (65).
AHMP. *Licença de obra n.º: 186/1878,* D-CMP/7 (66).
AHMP. *Licença de obra n.º: 238/1878,* D-CMP/7 (66).
AHMP. *Licença de obra n.º: 346/1879,* D-CMP/7 (67).
AHMP. *Licença de obra n.º: 390/1879,* D-CMP/7 (67).
AHMP. *Licença de obra n.º: 18/1879,* D-CMP/7 (68).
AHMP. *Licença de obra n.º: 523/1879,* D-CMP/7 (71).
AHMP. *Licença de obra n.º: 87/1880,* D-CMP/7 (72)
AHMP. *Licença de obra n.º: 266/1880,* D-CMP/7 (73).
AHMP. *Licença de obra n.º: 367/1880,* D-CMP/7 (73).
AHMP. *Licença de obra n.º: 459/1880,* D-CMP/7 (74).
AHMP. *Licença de obra n.º: 462/1880,* D-CMP/7 (74).
AHMP. *Licença de obra n.º: 531/1880,* D-CMP/7 (74).
AHMP. *Licença de obra n.º: 566/1880,* D-CMP/7 (74).
AHMP. *Licença de obra n.º: 22/1880,* D-CMP/7 (75).
AHMP. *Licença de obra n.º: 43/1880,* D-CMP/7 (75).
AHMP. *Licença de obra n.º: 128/1880,* D-CMP/7 (75).
AHMP. *Licença de obra n.º: 277/1880,* D-CMP/7 (76).
AHMP. *Licença de obra n.º: 355/1881,* D-CMP/7 (77).
AHMP. *Licença de obra n.º: 497/1881,* D-CMP/7 (78).
AHMP. *Licença de obra n.º: 573/1881,* D-CMP/7 (78).
AHMP. *Licença de obra n.º: 92/1881,* D-CMP/7 (79).
AHMP. *Licença de obra n.º: 248/1881,* D-CMP/7 (79).
AHMP. *Licença de obra n.º: 321/1881,* D-CMP/7 (80).
AHMP. *Licença de obra n.º: 412/1881,* D-CMP/7 (80).
AHMP. *Licença de obra n.º: 424/1881,* D-CMP/7 (80).
AHMP. *Licença de obra n.º: 643/1882,* D-CMP/7 (82).
AHMP. *Licença de obra n.º: 674/1882,* D-CMP/7 (82).
AHMP. *Licença de obra n.º: 752/1882*, D-CMP/7 (82).

AHMP. *Licença de obra n.º: 902/1882*, D-CMP/7 (83).
AHMP. *Licença de obra n.º: 926/1882,* D-CMP/7 (83).
AHMP. *Licença de obra n.º: 768/1883,* D-CMP/7 (87).
AHMP. *Licença de obra n.º: 774/1883,* D-CMP/7 (87).
AHMP. *Licença de obra n.º: 821/1883,* D-CMP/7 (88).
AHMP. *Licença de obra n.º: 273/1884,* D-CMP/7 (90).
AHMP. *Licença de obra n.º: 434/1884,* D-CMP/7 (91).
AHMP. *Licença de obra n.º: 626/1884*, D-CMP/7 (92).
AHMP. *Licença de obra n.º: 279/1885*, D-CMP/7 (95).
AHMP. *Licença de obra n.º: 321/1885,* D-CMP/7 (95).
AHMP. *Licença de obra n.º: 439/1885,* D-CMP/7 (96).
AHMP. *Licença de obra n.º: 67/1886,* D-CMP/7 (99).
AHMP. *Licença de obra n.º: 160/1886*, D-CMP/7 (100).
AHMP. *Licença de obra n.º: 175/1886*, D-CMP/7 (100).
AHMP. *Licença de obra n.º: 202/1886,* D-CMP/7 (100).
AHMP. *Licença de obra n.º: 264/1886*, D-CMP/7 (100).
AHMP. *Licença de obra n.º: 954/1887,* D-CMP/7 (104).
AHMP. *Licença de obra n.º: 76/1888*, D-CMP/7 (105).
AHMP. *Licença de obra n.º: 178/1888*, D-CMP/7 (106).
AHMP. *Licença de obra n.º: 483/1888*, D-CMP/7 (107).
AHMP. *Licença de obra n.º: 212/1889*, D-CMP/7 (110).
AHMP. *Licença de obra n.º: 587/1890*, D-CMP/7 (116).
AHMP. *Licença de obra n.º: 231/1892,* D-CMP/7 (123).
AHMP. *Licença de obra n.º: 317/1894,* D-CMP/7 (132).
AHMP. *Licença de obra n.º: 241/1895*, D-CMP/7 (136).
AHMP. *Licença de obra n.º: 245/1897*, D-CMP/7 (146).
AHMP. *Licença de obra n.º: 406/1897*, D-CMP/7 (148).
AHMP. *Licença de obra n.º: 93/1902,* D-CMP/7 (169).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1771/1909,* D-CMP/9 (36).
AHMP. *Licença de obra n.º: 919/1910*, D-CMP/9 (55).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1420/1910*, D-CMP/9 (65).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1460/1910*, D-CMP/9 (66).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1474/1910*, D-CMP/9 (66).
AHMP. *Licença de obra n.º: 110/1911,* D-CMP/9 (71).
AHMP. *Licença de obra n.º: 468/1911,* D-CMP/9 (78).
AHMP. *Licença de obra n.º: 739/1911,* D-CMP/9 (83).
AHMP. *Licença de obra n.º: 750/1911,* D-CMP/9 (83).
AHMP. *Licença de obra n.º: 779/1911,* D-CMP/9 (84).
AHMP. *Licença de obra n.º: 831/1911,* D-CMP/9 (85).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1311/1911,* D-CMP/9 (85).
AHMP. *Licença de obra n.º: 894/1911,* D-CMP/9 (86).
AHMP. *Licença de obra n.º: 916/1911,* D-CMP/9 (87).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1062/1911,* D-CMP/9 (90).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1452/1911,* D-CMP/9 (98).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1492/1911,* D-CMP/9 (98).
AHMP. *Licença de obra n.º: 1805/1911,* D-CMP/9 (105).
AHMP. *Licença de obra n.º: 322/1912,* D-CMP/9 (117).

AHMP. *Licença de obra n.º: 587/1912,* D-CMP/9 (122).
AHMP. *Licença de obra n.º: 20/1913,* D-CMP/9 (142).
AHMP. *Licença de obra n.º: 382/1913,* D-CMP/9 (149).
AHMP. *Licença de obra n.º: 643/1913,* D-CMP/9 (154).
AHMP. *Licença de obra n.º: 961/1913,* D-CMP/9 (161).
AHMP. *Licença de obra n.º: 609/1914,* D-CMP/9 (180).
AHMP. *Licença de obra n.º: 365/1915,* D-CMP/9 (199).
AHMP. *Licença de obra n.º: 889/1915,* D-CMP/9 (209).
AHMP. *Licença de obra n.º: 4/1916,* D-CMP/9 (212).
AHMP. *Licença de obra n.º: 279/1916,* D-CMP/9 (217).
AHMP. *Licença de obra n.º: 330/1916,* D-CMP/9 (218).
AHMP. *Licença de obra n.º 1482/1922*, D-CMP/9 (358).
AHMP. *Licença de obra n.º 570/1925*, D-CMP/9 (453).
AHMP. *Licença de obra n.º: 996/1933*, D-CMP/9 (664).
AHMP. *Planta geral para os lados de nascente e poente da nova Rua de Dona Maria Segunda e Largo de Santo Elói*, por Joaquim da Costa Lima Júnior, 1840, D-CDT/A3-182.
AHMP. *Projetos da Rua Mousinho da Silveira*, por Luís António Nogueira, 1872-1875, 2 fols., D-CDT/A4-1015. (Projeto de alargamento da Rua das Congostas, para ligação da Rua Nova da Alfândega com a Rua de Mouzinho da Silveira, de 1872, e projeto de abertura da Rua de Mouzinho da Silveira com indicação do seu alargamento, aprovado em 1875-06-16).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Século XVI. Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista.* Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988). *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas.* Porto: Câmara Municipal do Porto, 2 vols.
CARDOSO, António (1994). *O Palácio da Bolsa*. Porto: Associação Comercial do Porto.
MOTA, Nelson (2010). *A Arquitectura do Quotidiano Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
NONELL, Anni Günther (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1958). *Casas do Porto*. «Douro Litoral. Boletim da Comissão de Etnografia e História». 8.ª Série. VII-VIII, 637-687.
OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1973). *O espaço Urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento.* Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
SOUSA, Fernando de (2008). *O Legado da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) ao Alto Douro e a Portugal (1756-2006).* In SOUSA, Fernando de, *coord. A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia.* Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 15-30.

PLANTA DE VILA DO CONDE DO SÉCULO XVI. ANÁLISE URBANÍSTICA DO EDIFICADO E DA TOPONÍMIA

ELIANA MIRANDA DE SOUSA*

Resumo: *Na segunda metade do século XVI, é desenhada uma planta de Vila do Conde, saída da mesma mão que fez a planta de Guimarães e, muito provavelmente, de outras vilas e cidades portuguesas (incluindo dos Açores e Madeira), que fazem parte dum conjunto de panoramas urbanísticos guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São representados alguns dos edifícios mais relevantes da vila (maioritariamente religiosos) e assinalada a toponímia, elementos que têm servido, cruzando-os com a documentação da época, para um melhor conhecimento da História de Vila do Conde no início da Época Moderna.*

Palavras-chave: *Vila do Conde; Planta; Século XVI; Evolução Urbana.*

Abstract: *In the second half of the 16th century, a map of Vila do Conde was drawn up, made from the same hand that drew up the map of Guimarães and, most likely, of other portuguese towns and cities (including from Azores and Madeira), which form part of a set of urban panoramas kept at the National Library of Rio de Janeiro. Some of the most relevant buildings in the town are represented (mostly religious) and the toponymy is highlighted, elements that have served, by crossing them with documentation from the time, to provide a better understanding of the History of Vila do Conde at the beginning of the Early Modern Period.*

Keywords: *Vila do Conde; Map; 16th century; Urban evolution.*

A abertura da Rua das Flores, no Porto, teve como promotor o corregedor António Correia, desejando que a zona alta e central da cidade se ligasse ao rio, criando-se um verdadeiro corredor comercial e de circulação mais direta ao movimentado porto do rio Douro. Pedida a autorização ao rei D. Manuel I, em 1521, este prontamente acede, reconhecendo a importância dessa nova ligação da cidade.

Quer D. Manuel I, quer António Correia, estiveram ligados a Vila do Conde e ao seu desenvolvimento: o monarca, quando se desloca, em finais de 1502, em peregrinação a Santiago de Compostela e planeia, por carta régia, a construção de uma nova centralidade da vila, com nova igreja e praça[1]; o corregedor, como Irmão da Misericórdia de Vila do Conde, precisamente em 1521, ano da primeira lista que se conhece dos confrades da Irmandade[2].

* Historiadora e coordenadora do Centro Interpretativo de Memórias da Misericórdia de Vila do Conde. Email: eliana.sousa@cimmisericordiaviladoconde.pt.

[1] SOUSA, 2013.

[2] *Santa Casa da Misericórdia* […], 2010: 64.

Reconhecida a forte dinâmica do porto de Vila do Conde, juntamente com o de Azurara na outra margem do rio Ave, não será uma simples circunstância de trajeto a passagem e estadia de D. Manuel I em Vila do Conde, no início de novembro de 1502, a caminho de Santiago de Compostela. Consultando a documentação emitida para as diferentes localidades por onde passa durante esta peregrinação, constata-se que esta é aproveitada, nomeadamente, para se resolverem problemas anteriormente apresentados (através de cartas ou presença em cortes), assim como para um certo controlo régio, ambas as intenções constatadas no caso de Vila do Conde.

Chegado a Vila do Conde, tendo saído do Porto, D. Manuel hospeda-se em casa de Jerónimo Rodrigues, escudeiro de D. Jaime, duque de Bragança, sobrinho de D. Manuel (e seu natural sucessor até ao nascimento do futuro D. João III). Ou em casa de Jerónimo Rodrigues, ou nos paços do concelho, o rei reuniu-se com os homens da governança assim que chegou, como o comprovam dois documentos por si emanados: a 5 de novembro, ainda é emitido um do Porto; no dia seguinte, é escrito outro já em Vila do Conde, onde se vê que o rei já está a par da questão da nova igreja que se estava a construir desde a última década do século XV, no monte do Mosteiro de Santa Clara, nomeando dois homens da sua confiança para ver os livros de assentamento de receita e despesa. O monarca desejava, assim, estar bem informado do que se passava na vila, certamente para ajuizar de maneira justa o que lhe era pedido pelos homens da terra.

A documentação refere a construção de um novo edifício religioso (Fig. 1), que iria substituir a velha igreja pré-românica de S. João, um templo que «tornara-se acanhado, longínquo, mesquinho para terra de tanta nobreza, de ricos mareantes, de opulentos mercadores», como registou Eugénio da Cunha e Freitas[3]. Mas a 5 de dezembro de 1502, é redigida a carta régia descritiva da nova igreja[4], que passaria a ser no campo de S. Sebastião, na zona baixa da vila. O documento é um verdadeiro plano do edifício, com todas as suas áreas e medidas, o qual ficará de frente para uma nova praça quadrada (Fig. 2) também projetada no mesmo documento, dando a Vila do Conde um toque de modernidade à maneira renascentista, como já se havia feito noutras localidades do reino, como os casos de Funchal ou de Beja, ducados de D. Manuel I. Um verdadeiro programa urbanístico para a zona compreendida entre a Rua dos Mourilheiros (atual Rua da Misericórdia) e o campo de S. Sebastião, área ocupada com casas e logradouros, bem como pela capela de S. Sebastião, que alterará o tecido urbano do centro da vila.

[3] FREITAS, 2001: 112.
[4] AMVC. *Carta de D. Manuel I à Câmara de Vila do Conde* [...], AMVC/A3-AMVC/CMVC/A3.



Fig. 1
Igreja Paroquial de S. João Batista/Igreja Matriz
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 2
Paços do concelho e pelourinho na «Praça Nova» (atual Praça Vasco da Gama)
Fonte: Fotografia da autora

Através das informações que nos chegam dos documentos do Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) e do Arquivo Distrital do Porto[5], sabe-se que a vila que o monarca português encontra em 1502 é já um espaço bem delineado. Os arruamentos ligavam o monte do mosteiro à zona ribeirinha e à zona central, onde estavam os paços do concelho com sua picota, assim como também ligavam a zona central à zona ribeirinha e ao lugar de Cimo de Vila. Na carta da construção da nova igreja e da elaboração da nova praça, há a referência a abertura de uma nova rua, mas

[5] Os documentos utilizados para o presente artigo, em depósito no Arquivo Distrital do Porto, foram consultados no Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas (CEDOPORMAR), afeto ao AMVC.



Fig. 3. Planta de Vila do Conde no século XVI. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, Acervo Digital. [Consult. 1 jan. 2024]. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1090201/cart1090201.html>. Esquema realizado pela autora, sob documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

constata-se, em documentos da década de 70 da mesma centúria, que a rua ainda não existia, assim como a torre planeada para a igreja.

A descoberta, nos anos de 1990, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de uma representação cartográfica de Vila do Conde da segunda metade do século XVI (Fig. 3), veio acrescentar e esclarecer dados nas fontes escritas[6]. Fazendo-se o exercício de se sobrepor as plantas antiga e atual, confirma-se que estamos perante um caso de conservação do núcleo antigo (épocas medieval e moderna), quer ao nível dos espaços de circulação, quer ao das arquiteturas civil, política/administrativa e religiosa.

Dada a conhecer à comunidade científica portuguesa por Rafael Moreira, professor da Universidade Nova de Lisboa, com a sua publicação no artigo *A arquitectura militar na expansão portuguesa*[7], a planta, com a legenda «De Vila do Conde» no seu reverso, chegou até nós truncada, faltando o desenho da área que vai do Mosteiro de Santa Clara até perto da foz do rio Ave. Importantes elementos, como o mosteiro (teríamos, aqui, a única hipótese de ver como era o edifício medieval), a barca de passagem, as azenhas, os vários cais, as alfândegas régia e do mosteiro, os estaleiros

[6] *Vd.* o artigo de Mário Jorge Barroca e Mário Gonçalves Fernandes, apresentado nesta publicação (páginas 415 a 433).
[7] *Vd.* o artigo de Mário Jorge Barroca e Mário Gonçalves Fernandes, apresentado nesta publicação (páginas 415 a 433).

de construção naval ou a foz do rio, foram-nos sonegados. O mesmo se poderá intuir acerca da zona ribeirinha de Azurara, a margem sul do rio, que faria todo o sentido estar também representada.

Rafael Moreira justifica a existência desta planta e da de Guimarães, desenhada pelo mesmo autor, bem como de todas as que faziam parte do grupo de plantas encontrado, com a intenção de se construírem novas fortificações, um projeto à responsabilidade de Simão de Ruão, a quem o professor atribui os desenhos das plantas. Mas Guimarães já tem o seu castelo e fica afastada do litoral, onde, aqui sim, era impreterível que se reforçasse a defesa do reino (como veio a acontecer em Vila do Conde, com a construção do forte de S. João Batista).

Quer para a planta de Vila do Conde, quer para a de Guimarães, tornava-se imperioso a análise detalhada do que aí se representa para aferir a sua datação, confrontando com o que se conhece dos documentos escritos. O caso de Vila do Conde é agora, neste artigo, por nós examinado, mas para ambas as plantas citadas, já Mário Barroca, professor da Universidade do Porto, num artigo publicado em 2014[8], assim como no publicado neste volume de atas, avança com um curto intervalo temporal para a datação das plantas: no que a Vila do Conde diz respeito, a planta terá sido elaborada entre 1561 e 1566-1567, rebatendo, assim, a sugestão de Rafael Moreia de 1568-1570, baseando-se, este último investigador, no facto de Simão de Ruão ter sido enviado ao Porto em 1567, mas já estar na Índia em 1571. Mário Barroca defende a baliza temporal com base na representação da capela de S. Miguel o Anjo, da família Folgueira Gaio, no lado norte da igreja matriz; e com a ausência do desenho da capela saliente dos Condes de Cavaleiros na igreja de S. Francisco. Contudo, concorda com a autoria do desenho (Simão de Ruão) e com o contexto militar da época, que exigia uma maior defesa da orla costeira[9]. O facto de Guimarães também aparecer representada num tipo de planta igual à de Vila do Conde, prender-se-á com a figura de D. Duarte, duque de Guimarães (primeiro o pai, depois o filho, homónimo): D. Duarte, o pai, 4.º duque de Guimarães, era irmão do rei, D. João III, cujo reinado foi «marcado pela ausência de qualquer reconhecimento explícito do direito do Mosteiro à posse da jurisdição da vila», como nos diz Amélia Polónia[10]. Num jogo de bastidores

[8] BARROCA, 2014.

[9] Em abril de 1570, é emitido um alvará régio aos homens da governança de Vila do Conde, onde se diz que João Gomes da Silva, entre outras «pessoas que entendao nisso» (fortificação de «todos os logares de portos de Mar de meus Regnos, pella necessidade, que disso tem pera sua defensão»), fora enviado por D. Sebastiao, «a todos os lugares da Costa de Portugal, que estão da villa de Cascaes, até a villa de Caminha». O rei ordena «que en tudo o que vos de minha parte disser, que façães no que tocar a este negocio o cumpraes inteyramente com muyta diligrentia (*sic*) pera que a dita fortificação se faça nessa villa» (AMVC. *Carta de D. Sebastião* […], AMVC/A73-AMVC/CMVC/A73). Neste mesmo ano, 1570, aparecem os primeiros registos de «nomeação de capitães e sargentos, pressupondo-se a criação de uma companhia militar própria», quando, antes, Vila do Conde dependia «da ajuda vinda de Guimarães, Braga ou Barcelos» (POLÓNIA, 2007: 178). Para mais detalhes sobre o Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, *vd*. ALMEIDA, 2002.

[10] Sobre a perda da jurisdição pelo Mosteiro de Santa Clara, *vd*. POLÓNIA, 2006.

entre duque e rei, para compra da jurisdição de Vila do Conde, esta passa para as mãos de D. Duarte, o filho (5.º Duque de Guimarães) em 1560.

No que respeita ao limite mais antigo da data da planta, 1561, passaremos a esclarecer alguns detalhes. Num plano mais geral, o que foi construído e acrescentado à igreja matriz (e representado na planta) foi a nova sacristia (Fig. 4), que a família Folgueira Gaio compromete-se a construir em 1556 (registada em ata de vereação de 22 de junho), depois de desejar ocupar o lugar da primeira sacristia, para aí instalar a sua capela:

> *e por o dyto Vicente Follgueira foy apresemtada hũa pyticam por escriptura feita em seu nome e de Amtonio Martinz Guayo seu genro em que dizem que helles querem na samcrystia desta vylla fazer hũa santa capela pera eles e seus descendemtes e acemdemtes* […] *e esta capela faram da sorte e bomdade que he a capela do corpo samto e a faram as suas custas e asy faram as mesmas suas custas a oytra samcrystia em outra parte da ygreja que asemtarem da sorte he bomdade que he a oytra samcrystia*[11].

Ou seja, não é o espaço da capela de S. Miguel o Anjo representado na planta que dá a datação sugerida por Mário Barroca, pois este já existia como a sacristia primitiva, mas sim o desenho da nova sacristia adjacente à nova capela, que, necessariamente, teria que ser construída antes da antiga ser adaptada a capela, sendo, assim, erguida entre meados de 1556 (ano da intenção de se fazer a capela) e o início de 1561 (ano de um testamento feito por Vicente Folgueira e outros familiares, onde este refere que se está a fazer a capela[12]), pondo-se, então, a hipótese do intervalo cronológico da planta de Vila do Conde ficar entre 1556-57 e 1566-67. Mário Barroca aponta a data de 1561 com base no que escreveu Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, referindo-se este autor à instituição da capela, no referido testamento de 25 de janeiro de 1561, e não concretamente à construção de um novo espaço[13].

Relativamente ao limite mais tardio, como já foi dito, remete para a inexistência da representação das capelas salientes da igreja de S. Francisco (Fig. 5), sendo a mais antiga a da família do morgadio de Cavaleiros (com solar em Outeiro Maior, freguesia de Vila do Conde), que é decidido construir-se a 18 de agosto de 1566[14].

Encontrado o intervalo cronológico da elaboração da planta, faltava agora a análise dos edifícios e de outras estruturas esquematizadas, bem como das ruas assinaladas, numa tentativa de ser encontrada, com maior exatidão, a data deste

[11] AMVC. *Ata da vereação de 1556/06/22*, AMVC-NI 19, fols. 145-147.
[12] AMVC. *Documentos particulares dos Folgueiras Gayo*, documento 7, fol. 2v.
[13] FREITAS, 2001: 126.
[14] CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 0343.



Fig. 4
Sacristia (à esquerda) e capela de S. Miguel o Anjo
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 5
Igreja de S. Francisco, com a capela ameada dos condes da Casa de Cavaleiros
Fonte: Fotografia da autora

documento, tão fulcral para a história do urbanismo de Vila do Conde, mas também para se confirmar, ou não, o que já havia sido publicado, para se datar o que ainda se desconhecia, ou ainda para se esclarecer as representações de determinados espaços.

Considerando que a comunicação, da qual se apresenta agora o artigo escrito, se inseriu num colóquio intitulado *A rua na estrutura urbana*, as ruas de Vila do Conde desenhadas e nomeadas na planta teriam de ser, inevitavelmente, grande parte do foco da nossa investigação, feita exclusivamente em cruzamento com a documentação existente.

A maioria dos documentos consultados pertence aos livros das atas de vereação da câmara, onde encontramos, por exemplo, as nomeações dos quadrilheiros para as ruas da vila ou os percursos da procissão da festa de Corpo de Deus, dois

assuntos que nos dariam mais diretamente as informações que desejávamos. Porém, constatámos que, desde o primeiro ano de atas de vereação registadas chegadas até nós (1466), e até finais da década de 60 do século XVI (datação máxima da planta), frequentemente as ruas eram designadas com o nome de determinados indivíduos, ou que iam da porta do indivíduo x à porta do indivíduo y. Significa que as datas aqui apontadas para as ruas e alguns locais representados na planta, com exceção para a «Rua dos Mata-Setes» e para a «Rua da Judiaria», correspondem às primeiras referências explícitas das ruas encontradas em documentação.

Na esperança de encontrar designações mais concretas, consultaram-se também os registos notariais, mas estes só nos disponibilizam dados a partir de 1560, o que limitou a informação daí obtida. Quanto aos registos paroquiais (disponíveis só a partir de 1535), muito raramente há menção aos nomes das ruas de onde provêm as pessoas assinaladas nos registos. Restava-nos o designado Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518, onde estão listadas as propriedades pertencentes ao mosteiro. No entanto, tal como acontece nas atas de vereação ou nos registos paroquiais, a toponímia que aparece com o nome correto da rua é escassa (preferindo-se identificar pelo nome de um dos moradores).

Se por um lado, a documentação não refere, durante décadas, os nomes de várias ruas assinaladas na planta, o contrário também acontece: ruas mantidas incógnitas no documento iconográfico são mencionadas nos documentos escritos. É uma lacuna peculiar (para a qual, provavelmente, nunca iremos ter justificação), pois essas mesmas ruas seriam tão relevantes como as que aparecem escritas na planta.

Passemos, então, a análise das ruas, listando-as por ordem cronológica, a partir da primeira referência a cada uma delas, começando em 1466, o livro de registo de atas de vereação mais antigo. Uma parte das datas obtidas foi através de consulta *online* da base de dados GISA do Arquivo Municipal de Vila do Conde, sendo que os dados restantes haviam sido já por nós recolhidos ao longo de outras investigações sobre Vila do Conde. Os números entre parêntesis em frente ao nome de cada rua, espaço ou edifício, correspondem aos números assinalados na planta.

Rua da Senra (1)

1466 (5/julho): em vereação, são ordenados o despejo e o isolamento duma casa na Rua da Senra, onde está uma criança com peste[15].

Nesta rua, que passa atrás da Rua dos Mourilheiros (na planta está erradamente escrito «Rua dos Marinheiros»), existiu a fonte da Senra, muitas vezes referida na documentação ao longo do século XVI, encontrando-se a primeira referência em 1527: a 4 de fevereiro deste ano, em vereação para eleição de novos homens da governação

[15] AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/05*, AMVC-NI 16, fols. 12 e 13.



Fig. 6
Rua de Dinis Pinto/ Calçada da Picota (?) (atual Rua Camilo Castelo Branco)
Fonte: Fotografia da autora

da vila, faz-se a «Entrega e enventairo das escripturas e livros que estam na arca do concelho», sendo uma das escrituras referente à fonte da Senra[16].

Rua da Cruz (2)

1466 (?)/1518: em vereação, quando se nomeiam os quadrilheiros, ou se elabora o trajeto da Procissão de Corpo de Deus, é quase sempre dito «da Cruz até», ou «à Cruz», podendo remeter para o espaço com o mesmo nome, onde existiu um cruzeiro e ainda hoje assim designado por alguns vilacondenses, passados todos estes séculos. Assim acontece desde 1466 até 1518, ano em que encontrámos, pela primeira vez, num registo de propriedade do Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara, a designação «Rua da Cruz», assinalada na planta entre a igreja matriz e a praça dos paços do concelho e pelourinho[17]. A sul desta rua, está a designada Rua Direita (atual Rua de S. Bento), que aparece na documentação também como Rua Direita da Cruz.

Rua de Dinis Pinto (3) (Fig. 6)

1466 (?): é a única rua que aparece com o nome de um morador dessa rua. Pela documentação por nós conhecida e estudada, cremos corresponder à denominada «Calçada da Picota», cuja abertura ficou decidida na vereação de 29 de janeiro de 1466: «que se fezesse ha pycota hũa calcada (*sic*) de duas braças em largo»[18]. Estamos, assim, perante a abertura de uma rua em direção à «Praça Velha» (16), onde estavam a picota e os paços do concelho anteriores aos que foram construídos entre 1538 e 1543, na nova praça (17) que D. Manuel I manda fazer em 1502.

[16] AMVC. *Ata da vereação de 1527/02/04*, AMVC-NI 16, fol. 412.
[17] CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde,* 0042-0139, fol. 46.
[18] AMVC. *Ata da vereação de 1466/01/29*, AMVC-NI 16, fol. 5.

Apesar de ter sido erigido um novo pelourinho nos finais dos anos 30 do século XVI, na nova praça da vila (como se pode ver na planta), o antigo pelourinho, a picota, aparece ainda desenhado na planta. Desconhecemos se foi, efetivamente, algo que o desenhador viu, coexistindo ambos os pelourinhos à época. Sabemos que no mesmo ano em que se decide fazer o novo pelourinho, 1538, ainda há deliberações para se mandar «coreger» a picota, que por ser «velha estar pera cayr», encarregando-se o carpinteiro João Pires de o fazer[19]; por isso, há alguma probabilidade da estrutura se ter mantido erguida mais algumas décadas (a documentação, infelizmente, não consegue ajudar-nos a esclarecer esta hipótese).

Dinis Pinto, que era ainda vivo em 1610, surge, nos documentos consultados na base de dados, como cavaleiro fidalgo da Casa Real (assim é referido entre os anos 1560 e 1592), bem como detentor de vários cargos (almotacé, vereador, guarda-mor da saúde, guarda dos pobres, juiz dos direitos, juiz dos órfãos, provedor em Viana do Castelo), desde os inícios da segunda metade do século XVI, mais concretamente a partir de 1559. Na base de dados por nós consultada, não encontrámos qualquer menção a «Rua de Dinis Pinto», nem mais nenhuma à «Calçada da Picota» além da já referida de 1466.

Rua do Poço (4)

1490-1491: entre a nossa apresentação no colóquio e a redação deste artigo, encontrámos, entretanto, um documento no *site* da *internet* do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, referido como «doação do censo sobre umas casas que estão em Vila do Conde, na Rua do Poço», pertencente ao fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães[20]. Esta rua localizava-se a poente da praça velha, ligando esta área, para sul, à zona apontada como «O. Outeiro» e, para oeste, à capela de Santa Catarina (23). Na base de dados do AMVC, após pesquisa feita pelo topónimo, a referência mais antiga a esta rua só surge em 1598.

Rua da Judiaria (5)

1499 (19/agosto): documento encontrado na base de dados *online* da Torre do Tombo, apresentado com o seguinte resumo: «Ao Mosteiro de Vila do Conde, tença anual de 10000 reais, desde primeiro de Janeiro de 1500, em satisfação das rendas da judiaria dessa vila, assentados no almoxarifado de Guimarães, e pagos pelo rendimento das sisas de vila do Conde, aos quartéis»[21]. Na documentação do Arquivo Municipal de Vila do Conde, não encontrámos nenhuma referência à judiaria da vila, nem à Rua da Judiaria, que ficava a sul da Rua do Poço.

[19] SOUSA, 2013: 99.
[20] Documento consultado a 7 de dezembro de 2021. Trata-se de um documento em depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo (PT/TT/CSMOG/DP67/03).
[21] ANTT. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fol. 107v.



Fig. 7
Rua dos Mourilheiros (atual Rua da Misericórdia), a poente da «Praça Nova»
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 8
Rua Nova (atual Rua do Lidador) à esquerda, e Rua Direita (atual Rua de S. Bento) à direita, vistas do antigo Largo da Cruz (atual Largo 25 de Abril)
Fonte: Fotografia da autora

Rua dos Mourilheiros (6) (Fig. 7)

1502 (18/julho): em vereação, nomeiam-se os quadrilheiros, sendo Gabriel Gonçalves e Brás Luís os moradores responsáveis para a vigilância desta rua[22]. Na planta, como já aqui referimos, aparece erradamente «Rua dos Marinheiros». É a atual Rua da Misericórdia, a poente da praça nova dos paços do concelho e pelourinho.

Rua Direita (7) (Fig. 8)

1509 (29/maio): em vereação, decide-se que a procissão do corpo de Deus «vaa pella rua direita abaixo directamente ha porta d'Afonso Gonçallvez e dehi ao lomgo do rio pera o mosteiro»[23]. Trata-se da atual Rua de S. Bento, uma das artérias que liga a zona mais central da vila (igreja matriz e praça) ao rio, logo a seguir à Rua da Cruz.

[22] AMVC. *Ata da vereação de 1502/07/18*, AMVC-NI 16, fols. 54-54v.
[23] AMVC. *Ata da vereação de 1509/05/29*, AMVC-NI 16, fol. 165v.



Fig. 9
Rua da Lage (atual Rua da Igreja)
Fonte: Fotografia da autora

Rua da Lage (8) (Fig. 9)

1511 (20/outubro): em vereação, decide-se «que se faca (*sic*) e se mande calcar (*sic*) a Rua da Lagia»[24]. Com a igreja matriz a poucos anos de ficar concluída e no mesmo ano em que chega João de Castilho para terminar o templo, decide-se abrir esta rua,

Situada a norte da igreja matriz, liga à Rua da Cruz a sul, que passa em frente à igreja e segue depois para a Rua Direita; e o seu extremo norte vai de encontro à Rua da Cadeia. Estas duas ruas, Lage e Cruz, fazem, atualmente, parte da única Rua da Igreja. Terão sido ambas abertas na mesma altura, para ligarem ruas e zonas principais à nova igreja matriz? A Rua da Cruz, como aqui já foi dito, já aparece em 1518 como tendo propriedades.

Rua dos Mata-Setes (9)

1537 (16/dezembro): referência mais antiga que encontrámos deste topónimo, na base de dados, como apelido ou alcunha da família que vivera nesta rua, num registo de um batismo[25]. Na mesma base de dados, não encontrámos qualquer menção concreta a «Rua dos Mata-Setes».

Rua da Misericórdia (10)

1542 (4/junho): o registo mais antigo encontrado na base de dados onde surge a rua, tratando-se de um processo inquisitorial[26]. Contudo, sabendo-se que a construção da primeira igreja da Misericórdia é decidida em 1525 e concluída em meados dos

[24] AMVC. *Ata da vereação de 1511/10/20*, AMVC-NI 16, fol. 302.
[25] CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/0254, fol. 21
[26] CEDOPORMAR. *Processos da Inquisição de Coimbra*, Processo inquisitorial 9796.

anos 30, é provável que esta rua terá sido assim designada a partir da abertura da igreja ao culto.

Rua da Palha (11)

1547 (1/maio): registo paroquial de batismo na igreja matriz, que identifica a morada de uma das testemunhas[27].

Rua de S. Sebastião (12)

1549 (?): o topónimo remete para a capela do santo mártir, que, na planta, aparece representada à entrada da rua com o mesmo nome e também no alçado (à semelhança da capela de Santo Amaro), com o apontamento «S. Sebastião» abaixo do desenho recortado da capela.

Dos finais dos anos 20 e até aos inícios dos anos 30 do século XVI, há, pelo menos, três momentos concretos e definidores da construção da nova capela de S. Sebastião, para substituição da antiga:

- a escolha do lugar e como será («todos a hũa voz diserom que era bem que a dita casa do bem aventurado martire se fezese a barca da pasagem onde es[t] a hũa cruz de pao […]. E logo acordarom que a dita casa se fezese do grandor da outra casa que esta a par da igrea»[28]): ficaria junto ao rio e teria que ser tão grandiosa como a que ainda existia junto à nova igreja matriz (este dado é de relevada importância, porque mostra-nos que a antiga capela do campo de S. Sebastião, o lugar escolhido por D. Manuel I para edificação da nova igreja matriz, afinal, não foi afetada, quer por desmontagem, quer por destruição; ao invés, coexistia);
- a atribuição da obra e a descrição do edifício, com seus materiais e medidas («E logo mandarom chamar Afonso Gyll pedreiro e conçertarom com ele nesta maneira que ele faca (*sic*) a casa de Sam Sabastiam as braças d'allvenaria de pedra e call revocada de dentro e de fora e apymzelado todo de dentro e de fora»[29]);
- a autorização régia para se utilizar dinheiro da Imposição para construção da nova capela[30].

Voltamos a ter notícias do edifício a 7 de maio de 1543, quando, numa decisão camarária, se fala na contratação de um organista para tocar na capela de S. Sebastião, sugerindo, assim, que a capela já está edificada e aberta ao culto[31]. Porém, cinco anos

[27] CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/1291, fol. 121.
[28] AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/06*, AMVC-NI 16, fols. 432v e 433.
[29] AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/27*, AMVC-NI 16, fol. 438v.
[30] AMVC. *Carta de D. João III à Câmara de Vila do Conde* […], AMVC/A21-AMVC/CMVC/A21.
[31] AMVC. *Ata da vereação de 1543/05/07*, AMVC-NI 17, fol. 474.

depois, a 25 de junho de 1548, novamente em reunião de vereação, fala-se outra vez na construção da capela de S. Sebastião, por esta não existir:

> *acordarom com muita parte do povo que ao diente hiram assinados por esta vila nom ter irmida de Sam Sabastiam de fazerem na emtrada dita dita* (*sic*) *vila hũa casa pera o martere Sam Sabastiam a quall casa se fara he asemtara de fromte das casas de Pero Annes Cadilhe amtre as casas do pryoll de Sam Simão e as casas que foram do abade de Ribeiram de maneira que fique amtre ambas as ruas no meio delas no lugar homde milhor parece e porque pera fazimento da dita casa avia nesta vila hum alvará dell Rei noso senhor em que faz esmola de trimta mil reais per a irmida da dita casa os quaes manda que se tomem da emposicam desta vila*[32].

Perante estes dados, principalmente a menção aos trinta mil reais da Imposição, que o rei autorizara em 1531 e que ainda não tinham sido utilizados para esta obra, concluímos que a capela onde iria tocar o organista em 1543 seria, ainda, a velha capela junto à igreja matriz, não tendo sido construída uma nova.

Ainda em 1548, a 12 de novembro, há a indicação para se avaliarem as casas que serão necessárias demolir para a construção da capela[33] e, um ano depois, a 15 de julho de 1549, a câmara está a deliberar a proibição de riscar nas paredes da mesma[34], o que indica que a capela já estava feita ou praticamente concluída, terminando-se a sua edificação dentro do prazo estabelecido — «E loguo per o dito Pero Eannes que presemte estava foi dito que ele se obrigava a fazer a dita casa de todo o nececario […] he acabala deste Sam Tiaguo que ora vira a hum anno»[35], ou seja, a 25 de julho, como é registado na ata de vereação de 25 de junho de 1548 acima referida.

Podemos, assim, considerar que a Rua de S. Sebastião assinalada na planta, existirá com este topónimo desde meados de 1549 e que, muito provavelmente, corresponderá à anterior (e inúmeras vezes referida na documentação) rua de Fernão Barroso, antigo procurador do Mosteiro de Santa Clara e vizinho dos «erdeiros dos Pinheiros de Barçelos»[36], que, como mais adiante se verá, terão sido quem mandou edificar a capela de Santo Amaro, bem perto da Rua de S. Sebastião, como se pode observar na planta.

---

[32] AMVC. *Ata da vereação de 1548/06/25*, AMVC-NI 18, fols. 133v-134.
[33] AMVC. *Ata da vereação de 1548/11/12*, AMVC-NI 18, fol. 180.
[34] AMVC. *Ata da vereação de 1549/07/15*, AMVC-NI 18, fol. 248v.
[35] AMVC. *Ata da vereação de 1548/06/25*, AMVC-NI 18, fol. 134v.
[36] CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0001, fol. 9.



Fig. 10
Rua da Cadeia (atual Rua da Costa)
Fonte: Fotografia da autora

Rua da Cadeia (13) (Fig. 10)

1553 (7/fevereiro): treslado da carta de venda das casas da cadeia que Isabel Pires fez à câmara de Vila do Conde[37]. Este é o documento mais antigo onde encontrámos uma referência explícita à Rua da Cadeia. Desde os inícios do século XVI, registam-se vários assuntos ligados à cadeia da vila, mas não se identifica a sua localização.

Nesta planta, estão ainda desenhadas outras ruas, mas sem qualquer topónimo identificado, vendo-se também o arranque de outras, que as sabemos, pela documentação, consideravelmente habitadas. Em frente à Rua da Misericórdia, está a que julgamos ser a Rua do Outeiro (referida desde 1509); abaixo da Rua da Cruz, para além da Rua Direita, aparece também a bifurcação correspondente à Rua da Fraga (lado poente, referida desde 1560) e Rua Nova (lado nascente, referida desde 1509). Há ainda referência à Rua de Santa Catarina desde 1550, que poderá ser uma destas ruas: a que começa no extremo norte da Rua da Misericórdia, em frente à Rua do Poço, ou a que parte da Rua da Palha. Do mesmo ano (1550), será a abertura da Rua das Donas, desde a fonte com o mesmo nome, representada na planta, até ao Mosteiro[38]. Por fim, temos a Rua do Cidral, que julgamos localizar-se a poente da Rua da Senra. Na documentação do século XVI, surgem ainda outras ruas, mas que não conseguimos localizar.

Temos também, demarcados pelo autor, lugares ou áreas específicas. De norte para sul, assinalou-se o lugar de «Sima de Villa» (14), o Cimo de Vila que aparece na documentação desde 1466, mantendo-se ainda hoje o topónimo numa das ruas

[37] AMVC. *Treslado em pública forma da carta de venda das casas da cadeia à Câmara de Vila do Conde*, AMVC/B17-AMVC/CMVC/B17.

[38] Existe uma ata de vereação de 26 de agosto de 1527, onde fica decidido «que se faca (*sic*) o caminho da fonte das Donas», caminho este do mosteiro à fonte (AMVC. *Ata da vereação de 1527/08/26*, AMVC-NI 16, fol. 468). Mas a 16 de junho de 1550, delibera-se que se faça rua da fonte das Donas até à casa de Gonçalo Álvares, assim como casas de ambos os lados da rua (AMVC. *Ata da vereação de 1550/06/16*, AMVC-NI 18, fol. 329). Ainda hoje se mantem o mesmo topónimo.



Fig. 11
«Praça Velha» (atual Largo Antero de Quental)
Fonte: Fotografia da autora

do lugar; o «Campo da Choqua» (15), referido a partir de 1509, na zona mais a nascente, um dos lugares permitidos, assim como em Santa Catarina (zona de vasto areal), para a prática da prostituição, mas também o lugar onde a «preparação militar deveria ocorrer todos os domingos e dias santos»[39]; a «Praça Velha» (16) (Fig. 11), onde estavam, como já dissemos, os antigos paços do concelho, dos quais temos informações desde 1441[40]; a «Praça» (Nova) (17), que terá ficado apta para as suas diversas funções em meados dos anos 40 do século XVI, logo após a conclusão dos novos pelourinho e paços do concelho (ambos representados na planta); e, por fim, as «Hortas» (18) e as «Ortas de Francisco Carneiro» (19), havendo referência ao Vale das Hortas, abaixo da fonte ou da Rua das Donas, no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518 (a designação de vale é adequada, apesar de ser uma área pequena, já que está entre duas zonas elevadas: o monte do Mosteiro e a pedreira onde assenta a igreja matriz).

Foram ainda desenhados e identificados vários templos religiosos, com destaque para a igreja de «S. Joam» (Batista) (20), a igreja matriz de Vila do Conde[41], que nos é apresentada com pormenores da sua planta. Não aparece representada a torre sineira, que começa a ser construída em meados dos anos 70. Caso não houvesse mais elementos arquitetónicos que nos ajudassem na afinação da data da planta, a ausência da torre sineira seria um bom indicador cronológico. Também é desenhada e identificada a igreja de «S. Francisco» (21), o edifício que aparece mais a sul na planta.

Outra importante igreja da vila que aparece desenhada e mencionada pela abreviatura «Mia» (22), é a da Misericórdia (Fig. 12), que, como já aqui dissemos, decide-se construir em 1525, tendo depois, em inícios do século XVII, obras de ampliação.

[39] POLÓNIA, 2007: 179.
[40] SOUSA, 2013: 70.
[41] Sobre a construção da igreja matriz, *vd*. SOUSA, 2013.



Fig. 12
Igreja da Misericórdia
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 13
Capela de Santa Catarina
Fonte: © Câmara Municipal de Vila do Conde



Fig. 14
Capela de Santo Amaro
Fonte: Fotografia da autora

O autor desenha também as capelas de Santa Catarina (Fig. 13), assinalada «S.ª C.ª» (23), já referenciada no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518; a capela de S. Sebastião (24) (já mencionada na rua com o mesmo nome, mas já desaparecida); e a capela de Santo Amaro (Fig. 14) («S. Amaro») (25).

Quer para esta última capela, quer para a de Santa Catarina, documentalmente, ainda não nos foi possível aferir quando foram construídas, mas quanto à de Santo Amaro temos algumas informações, que, posteriormente nos poderão levar a dados mais precisos. Muito provavelmente, estará ligada à família dos Pinheiros de Barcelos, já referidos por nós na análise toponímica da Rua de S. Sebastião («os erdeiros dos Pinheiros de Barçelos»), cujo símbolo heráldico está representado num cruzeiro em frente à capela: um pinheiro, com um leão rampante sobre o tronco da árvore. O documento que menciona estes herdeiros data de 6 de fevereiro de 1518[42] e pertence ao Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara, mas vários documentos do mesmo tombo falam na bouça dos Pinheiros, chão de bouça dos herdeiros dos Pinheiros, leira dos Pinheiros, campo e valado dos Pinheiros, segundo os resumos da base de dados do AMVC. Diz Monsenhor José Augusto Ferreira que, com a morte do prior João Gonçalves em 1516, o Mosteiro de S. Simão da Junqueira deixa de ter priores vitalícios e passa a ter comendatários, também eles vitalícios, que seriam clérigos seculares ou «fidalgos inteiramente leigos». Assim, diz-nos o autor que o primeiro comendatário, em 1516, foi D. Diogo Pinheiro, prior de Guimarães, bispo do Funchal e prelado de Tomar; e que

> *os commendatarios da Junqueira, com excepção de D. Miguel da Silva, Bispo de Vizeu, anno 1532, succederam-se, até à sua extincção, na família dos Pinheiros, n'uma especie de dynastia; pois a D. Diogo Pinheiro seguiram-se seus filhos Pero Gomes Pinheiro, Capellão do Cardeal Infante D. Henrique, anno 1525, e Rodrigo Gomes Pinheiro, depois Bispo do Porto, anno 1534, finalmente Martim Pinheiro, anno 1555, Abbade de Touguinhó, e neto de D. Diogo Pinheiro*[43].

Regressando aos documentos pesquisados, em 1585, Martim Pinheiro surge como proprietário de terrenos junto do Campo da Choca, área assinalada na planta a nascente e perto da capela de Santo Amaro[44].

O desenhador decidiu incluir também na planta duas fontes: a «Fonte da Vila» (26), desenhada com dois tanques e coloridos a azul-claro, que nos aparece na documentação pela primeira vez a 4 de fevereiro de 1513, mas que poderá ser uma

[42] CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0001, fol. 9.
[43] FERREIRA 1923: 47.
[44] CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 1278, fols. 73v-75.

estrutura do século XV[45], já que nesta nesta data, em vereação, é ordenado «que se corega a fomte da vila»[46]; e a «Fonte das Donas» (27), já referida no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518[47]. Ambas as fontes já não existem em Vila do Conde.

A planta atribuída a Simão de Ruão revela-se, como não temos dúvidas, um dos melhores instrumentos para o estudo urbanístico de Vila do Conde, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Cruzando-se com dados escritos, do rico arquivo municipal que o concelho dispõe, este documento será sempre um bom ponto de partida (ou de chegada) nas futuras investigações históricas sobre a cidade, desejando, assim, que esta nossa análise sirva como uma alavanca e um futuro apoio a todos os investigadores.

FONTES

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fol. 107v.

Arquivo Municipal de Vila do Conde

AMVC. *Ata da vereação de 1466/01/29*, AMVC-NI 16, fol. 5.
AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/05*, AMVC-NI 16, fols. 12 e 13.
AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/21*, AMVC-NI 16, fol. 14v.
AMVC. *Ata da vereação de 1502/07/18*, AMVC-NI 16, fols. 54-54v.
AMVC. *Ata da vereação de 1509/05/29*, AMVC-NI 16, fol. 165v.
AMVC. *Ata da vereação de 1511/10/20*, AMVC-NI 16, fol. 302.
AMVC. *Ata da vereação de 1527/02/04*, AMVC-NI 16, fol. 412.
AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/06*, AMVC-NI 16, fols. 432v e 433.
AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/27*, AMVC-NI 16, fol. 438v.
AMVC. *Ata da vereação de 1527/08/26*, AMVC-NI 16, fol. 468.
AMVC. *Ata da vereação de 1543/05/07*, AMVC-NI 17, fol. 474.
AMVC. *Ata da vereação de 1548/06/25*, AMVC-NI 18, fols. 133v-134v.
AMVC. *Ata da vereação de 1548/11/12*, AMVC-NI 18, fol. 180.
AMVC. *Ata da vereação de 1549/07/15*, AMVC-NI 18, fol. 248v.
AMVC. *Ata da vereação de 1550/06/16*, AMVC-NI 18, fol. 329.
AMVC. *Ata da vereação de 1556/06/22*, AMVC-NI 19, fols. 145-147.
AMVC. *Carta de D. João III à Câmara de Vila do Conde – A reconstrução da ermida de São Sebastião com dinheiro da imposição*, AMVC/A21-AMVC/CMVC/A21.
AMVC. *Carta de D. Manuel I à Câmara de Vila do Conde – A Imposição para a construção da nova Igreja Matriz*, AMVC/A3-AMVC/CMVC/A3.
AMVC. *Carta de D. Sebastião à Câmara de Vila do Conde – A fortificação da vila*, AMVC/A73-AMVC/CMVC/A73.
AMVC. *Documentos particulares dos Folgueiras Gayo*, documento 7, fol. 2v.

[45] A 21 de julho de 1466, em vereação, é deliberado que se façam obras no chafariz «que esta a cabo da fonte» (AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/21*, AMVC-NI 16, fol. 14v.). Questiona-se: Será a fonte da vila?
[46] AMVC. *Ata da vereação de 1513/01/04*, AMVC-NI 16, fol. 330.
[47] CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0015, fol. 12v.

AMVC. *Treslado em pública forma da carta de venda das casas da cadeia à Câmara de Vila do Conde*, AMVC/B17-AMVC/CMVC/B17.

Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas

CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 0343 – Registo de contrato e obrigação de 1566/08/18.

CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 1278, fols. 73v-75.

CEDOPORMAR. *Processos da Inquisição de Coimbra*, Processo inquisitorial 9796.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0139, fol. 46.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0001, fol. 9.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0015, fol. 12v.

CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/0254, fol. 21.

CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/1291, fol. 121.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Brochado de (2002). *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras*. In AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena, *coord. O Litoral em perspectiva histórica (Séc. XVI a XVIII). Um ponto da situação historiográfica*. Porto: Instituto de História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 217-224.

BARROCA, Mário Jorge (2014). *Representações de espaços urbanos do noroeste de Portugal nos alvores da época moderna*. In TRASANCOS, Alfredo Vigo, *dir*. *La cidade y la mirada del artista: visiones desde el Atlántico*. Madrid: Teófilo Edicións, pp. 419-455.

FERREIRA, Mosenhor José Augusto Ferreira (1923). *Villa do Conde e seu alfoz*. Porto: Ateliers Marques Abreu.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha (1996). *Os mestres biscainhos na matriz de Vila do Conde. João de Rianho, Sancho Garcia, Rui Garcia e João de Castilho*. «Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde». Nova Série. 18, 30-52.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha (2001). *Vila do Conde. 2. História e Património*. «Cadernos de História Local». Vila do Conde: Câmara municipal de Vila do Conde, vol. 4.

POLÓNIA, Amélia (2006). *Relações poder central/poder local. A permanência de jurisdições senhoriais no Portugal Moderno. Um estudo de um caso: Vila do Conde.* «Revista da Faculdade de Letras: História». III Série. Vol. 7, 107-132.

POLÓNIA, Amélia (2007). *A expansão ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA de Vila do Conde. Um legado: 1510-1975. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 2010, vol. I.

SOUSA, Eliana (2013). *Vila do Conde no início da Época Modera. Construção de uma nova centralidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.



HISTÓRIA DA ARQUITETURA
PERSPETIVAS TEMÁTICAS (III)
A RUA NA ESTRUTURA URBANA

COORD.
MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA
NUNO RESENDE

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MISERICÓRDIA DO PORTO